



.....

UM DIPLOMATA
NA CORTE
DE INGLATERRA

Renato Mendonça

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 74



Francisco Inácio de Carvalho Moreira – Barão do Penedo.

.....

UM DIPLOMATA NA
CORTE DE INGLATERRA
O BARÃO DO PENEDO E SUA ÉPOCA



Mesa Diretora

Biênio 2005/2006

Senador Renan Calheiros

Presidente

Senador Tião Viana

1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros

2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais

1º Secretário

Senador João Alberto Souza

2º Secretário

Senador Paulo Octávio

3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senadora Serys Slhessarenko

Senador Álvaro Dias

Senador Papaléo Paes

Senador Aelton Freitas

Conselho Editorial

Senador José Sarney

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 74

UM DIPLOMATA NA CORTE DE INGLATERRA

O BARÃO DO PENEDO E SUA ÉPOCA

“Ele há de permanecer como o tipo da nossa diplomacia vigilante e cautelosa, tanto quanto Alencar o do nosso romantismo indianista, Bernardo de Vasconcelos o da nossa política construtiva e Cotegipe o da nossa resistência à nossa política de desagregação...”

OLIVEIRA LIMA, *Cousas diplomáticas*.

Renato Mendonça



Brasília – 2006

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 74

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2006

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Mendonça, Renato Firmino Maia de, 1912-.

Um diplomata na corte de Inglaterra : o Barão do
Penedo e sua época / Renato Mendonça. -- Brasília : Senado
Federal, Conselho Editorial, 2006.

IV + 444 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 74)

1. Relações exteriores, Brasil, Inglaterra. 2. Diplomata
brasileiro, Inglaterra. 3. Penedo, Francisco Ignácio de
Carvalho Moreira, Barão de, 1815-1906. I. Título. II. Série.

CDD 327.81042

.....

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

pág. 7

PREFÁCIO

pág. 13

I – Do Penedo a Olinda

pág. 17

II – O advogado contra a chicana

pág. 28

III – Um enjeitado da musa

pág. 37

IV – As tempestades de 1848

pág. 44

V – “Nego pão e água”

pág. 60

VI – O trabalho do juriconsulto

pág. 74

VII – A América para os americanos

pág. 91

VIII – Washington 1854

pág. 104

- IX – A navegação do Amazonas
pág. 109
- X – A luta das chancelarias
pág. 115
- XI – Na corte da Rainha Vitória
pág. 132
- XII – A história dos empréstimos
pág. 145
- XIII – Missão secreta a Roma
pág. 156
- XIV – A questão Christie
pág. 164
- XV – A neutralidade de Napoleão III
pág. 174
- XVI – Diplomacia e guerra do Paraguai
pág. 185
- XVII – Doutor de Oxford
pág. 196
- XVIII – O ódio de Zacarias
pág. 207
- XIX – Amizades e amores
pág. 218
- XX – Ida a Canossa
pág. 233

- XXI – A sentença do Vaticano
pág. 246
- XXII – Os amigos Rothschilds
pág. 266
- XXIII – O salão de Grosvenor Gardens
pág. 282
- XXIV – Brasileiros na Inglaterra
pág. 289
- XXV – Desafio em prosa e verso
pág. 312
- XXVI – Penedo *versus* Mauá
pág. 335
- XXVII – Queda do Império
pág. 350
- XXVIII – O ministro do Imperador
pág. 365
- XXIX – Exílio dourado
pág. 377
- ANEXOS
- A – Bibliografia
pág. 397
- B – Documentos
pág. 400
- ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 433

.....

Apresentação

EMBAIXADOR CELSO AMORIM
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A *S relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha no século XIX constituem um dos capítulos mais importantes na história diplomática do Brasil. Não são muitas as obras que analisam de forma mais detida as inúmeras vertentes do relacionamento anglo-brasileiro na época. Vem em boa hora, portanto, a reedição deste livro pelo Senado Federal.*

O livro narra a trajetória de Francisco Inácio de Carvalho Moreira, Barão do Penedo, desde a infância em Alagoas até sua aposentadoria, depois de proclamada a República. Foram 37 anos dedicados à carreira diplomática.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1839, o advogado Carvalho Moreira elegeu-se deputado em 1848.

Assumiu em 1852 o posto de ministro do Brasil em Washington, nomeado por D. Pedro II. Em sua passagem pelos Estados

Unidos, atuou contra as pressões que se avolumavam para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

Foi como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Legação do Brasil em Londres, contudo, que Carvalho Moreira efetivamente se destacou. Ali serviu no longo período entre 1855 e 1889, com breves interrupções.

O caráter estratégico da missão que lhe confiara o Imperador foi assinalado pelo Visconde de Abaeté, quando o felicitou por sua nomeação para a Corte da Rainha Vitória: “A Legação é a mais importante que temos, não só pelas questões políticas que ali ocorrem, como pelos imensos objetos de administração que estão a seu cargo.”

Daquele posto de observação privilegiado, Carvalho Moreira acompanhou os desdobramentos, ou mesmo participou diretamente de alguns dos acontecimentos mais marcantes para a diplomacia brasileira do Império.

Bem conhecido é o episódio que passou à História como a Questão Christie. Ao agravar-se a desinteligência provocada por William Dougal Christie, ministro britânico no Rio de Janeiro, o Governo imperial tomou a decisão de se entender diretamente com o Gabinete britânico, por intermédio da Legação brasileira em Londres.

Em troca de notas com o Foreign Office, Carvalho Moreira defendeu a dignidade do Império contra os “atos de guerra” protagonizados pela esquadra britânica nos primeiros dias de 1863: o bloqueio do porto do Rio e o apresamento de cinco navios mercantes. “A superioridade de forças não deverá constituir um privilégio acima do Direito da Justiça”, registrou.

Não sendo atendida a solicitação brasileira de retratação pelo ocorrido, Carvalho Moreira pediu seus passaportes, ficando in-

terrompidas as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Deixou Londres e apenas retornou após o reatamento, em 1865. O Governo imperial aprovou sua conduta, conferindo-lhe o título de barão em 1864.

Seus préstimos não pararam aí. Em meio à Guerra do Paraguai, Penedo foi encarregado de comprar armamentos na Europa, difundir os argumentos brasileiros na imprensa internacional e vigiar as ações do Governo de Solano López na Grã-Bretanha.

Penedo foi também lembrado pelo Imperador para intervir no encaminhamento diplomático da Questão Religiosa, que ameaçava abalar as relações do Governo imperial com a Igreja Católica. Em 1873, foi enviado em missão especial a Roma, para tratar com o Vaticano do polêmico caso envolvendo os bispos de Olinda e de Belém.

Suas gestões foram insuficientes para desfazer o mal-estar entre a Monarquia e a Santa Sé. O próprio Penedo admitiu que sua missão “estava desde o começo condenada sem remédio a não ter resultado prático”.

São muitas as facetas da vida pública de Penedo que sobressaem neste livro. Cumpre mencionar, por exemplo, o relacionamento estreito que o diplomata brasileiro mantinha com a comunidade financeira da City londrina.

Desde a Independência, o Brasil tinha na casa N. M. Rothschild & Sons seu principal fornecedor de capital externo, situação que perdurou por décadas. Tal era a importância desses vínculos que, em 1855, os Rothschilds foram nomeados formalmente agentes financeiros do Governo brasileiro em Londres.

A obra de Renato Mendonça contribui para informar o público interessado sobre fatos de relevância para a compreensão da política externa no Segundo Reinado. Para contar a vida de Pe-

nedo, o diplomata Renato Mendonça realizou ampla pesquisa nos arquivos históricos do Itamarati.

O resultado é recompensador e nos permite apreciar em maior detalhe o papel de Penedo como representante diplomático na capital da maior potência mundial da época. Seja por sua decidida atuação na Questão Christie, seja por seu zeloso trabalho de aprofundamento das relações do Brasil com as grandes potências, a figura do Barão do Penedo é peça-chave para entender melhor o legado deixado pela diplomacia ao tempo do Império.

Brasília, 26/5/2006

Ao Embaixador

MÁRIO DE PIMENTEL BRANDÃO

que na pasta de Relações Exteriores soube
honrar as tradições diplomáticas do Brasil
oferece

O AUTOR

.....

Prefácio

O

ESTUDO e as pesquisas de História Diplomática do Brasil estão a exigir muito ainda, não só em matéria de publicação de documentos do Arquivo do Itamarati, como também na sistematização completa dos fatos principais.

Sem essas condições, não poderia surgir o continuador da obra de Calógeras, cuja Política Exterior do Império, vazada em três volumes de fôlego, espera infelizmente por uma conclusão. E referimos especialmente o nome daquele historiador notável por ser justamente quem maior soma de fatos sistematizou da História Diplomática do Brasil.

Porque seria injusto esquecer o esforço contínuo do Itamarati em fornecer material e mão-de-obra à reconstrução histórica da nossa Política Exterior.

Desde o Barão do Rio Branco – marco miliário da existência nacional –, que estudou com afeição a personalidade extraordinária do Diplomata que foi seu progenitor, o Visconde do Rio Branco, até

seus discípulos e seguidores, como Araújo Jorge, Muniz de Aragão, Hidelbrando Acióli, Hélio Lobo, Heitor Lira, Osvaldo Correia e muitos outros, têm-se produzido monografias e obras de valor.

É para citar mesmo o trabalho coletivo representado pelo Arquivo Diplomático da Independência, obra em seis volumes que se vai tornando raríssima. E o estímulo dispensado pela Administração à impressão dos Anais do Itamarati.

No seguimento dessa tradição de trabalho é que se vem colocar modestamente a presente contribuição, biografia rigorosamente histórica do Barão do Penedo, na frase de Oliveira Lima, “o mais notável dos nossos diplomatas do Império”.

Sob muitos aspectos, não será exagerado afirmar que o Segundo Reinado aparece aqui analisado. Nas repercussões da política interna sobre a internacional. Através das gestões financeiras da Legação em Londres para industrializar o país. Retrutando os dois maiores abalos do Império com a Guerra do Paraguai e a Questão dos Bispos. A dissolução política prejudicando a nossa representação no exterior. O problema dos escravos e os problemas da navegação do Amazonas.

E muitas vezes – permitam dizer –, documentos novos modificam radicalmente certos acontecimentos. Alguns bustos e outros medalhões se dissolvem diante dos protestos calorosos da verdade...

O Autor procurou ser imparcial. Aproximando-se e mais possível do justo e fundamentado ao retratar a vida e a sociedade nas Cortes de St. James, Napoleão III, Pio IX. Vendo com simpatia a época do biografado, os seus contemporâneos, amigos e inimigos.

Especial cuidado se deu às relações de Penedo com seus colegas da carrière: Itajubá, Rio Branco, Itamaracá, Sérgio de Macedo, Figueiredo, Cabo Frio, Joaquim Nabuco e Sousa Correia.

Em quatro anos de pesquisa e confrontação de documentos no Arquivo Penedo do Itamarati, revolvendo inéditos da maior importância, que se estendem por cerca de trezentos maços e pacotes, com uma correspondência vastíssima, o Autor talvez se tenha excedido em transcrições documentárias no decorrer deste volume.

Espera no entanto que o grande público reconheça as cautelas e as atenções indispensáveis para lidar com cristais finos... Segredos de chancelaria, vaidade e intrigas humanas.

P.S. – O Autor quer deixar testemunhado aqui o seu reconhecimento à família Artur de Andrade Pinto, neto do Barão do Penedo, a qual lhe forneceu numerosas fotos. No mesmo sentido ao arquivista do Itamarati, Sr. Manuel Miranda, e o fotógrafo Alair Botelho. Muitos agradecimento aos amigos e companheiros de estudo para o esclarecimento de certos pontos de História, Srs. Américo Jacobina Lacombe, Eremildo Viana, Antenor Nascentes, Luís Camilo de Oliveira Neto, Cláudio Gans, Max Fleiuss, Rodolfo Garcia e Gilberto Freire.

Ao distinto historiador Otávio Tarquínio de Sousa, agradecemos especialmente, pela excelente leitura, crítica que fez, pacientemente, do presente volume.

.....
I

DO PENEDO A OLINDA

F

FOI NUM SOBRADO de dois andares, num daqueles grandes e velhos sobrados patriarcais, situado à Rua do Comércio, que veio à luz o mais ilustre dos filhos da terra – Francisco Inácio de Carvalho Moreira, futuro Barão do Penedo.

No dia de seu nascimento, a vila pitoresca celebrava alegremente o Natal do ano da graça de 1815 com aquela piedade, mista de contrição e festejos, tão característica das almas simples da sociedade colonial.

Seu pai, o Capitão-mor João Moreira de Carvalho nascera além do Atlântico, na velha cidade do Aveiro, que deu ao reino peninsular vários nomes famosos.

Homem decidido, seus antepassados ostentavam uma divisa soberba que ele não desmentia.

Vindo para o Brasil, aqui se casara pela segunda vez com dona Maria Joaquina de Almeida Silva, natural das Alagoas.

Desse matrimônio teve um casal de filhos: Francisco Inácio e sua irmã Dona Cândida.

O capitão Moreira de Carvalho era homem de suas posses, de hábitos afdalgados, com gestos de generosidade mais acolhedora.

Acostumado a não fazer refeições sozinho, passeava pelas ruas do Penedo com o ajudante-de-ordens e na hora do jantar, lá mandava ele chamar um cidadão, que lhe parecera bem apessoado, para fazer-lhe companhia à mesa.

Hábitos simples da colônia, bons tempos patriarcais em que o número de convivas não representava uma preocupação orçamentária...

E esse tom rural da família Moreira de Carvalho completava-se com a propriedade de dois engenhos de açúcar.

É na Santa Cândida que o pequeno Francisco Inácio vive grande parte da infância. É ali que, sentindo o cheiro bom dos canaviais, a alma infantil se via formando, na quentura oleosa do trópico, ao contato macio da natureza.

Menino de engenho ia brincar com os meninos dos outros engenhos.

Desse tempo feliz, ingênuo e folgazão, livre e sem amarras, datam algumas de suas amizades mais ternas.

Francisco Inácio encontrará sempre ao lado, no travo das lutas, como amigo e confortador, a pessoa de Sinimbu, seu antigo companheiro de correrias na bagaceira dos engenhos.

O cenário dos primeiros anos tem um reverso menos repousante e mais agitado. O grande curso de São Francisco corria em frente ao sobrado de casa.

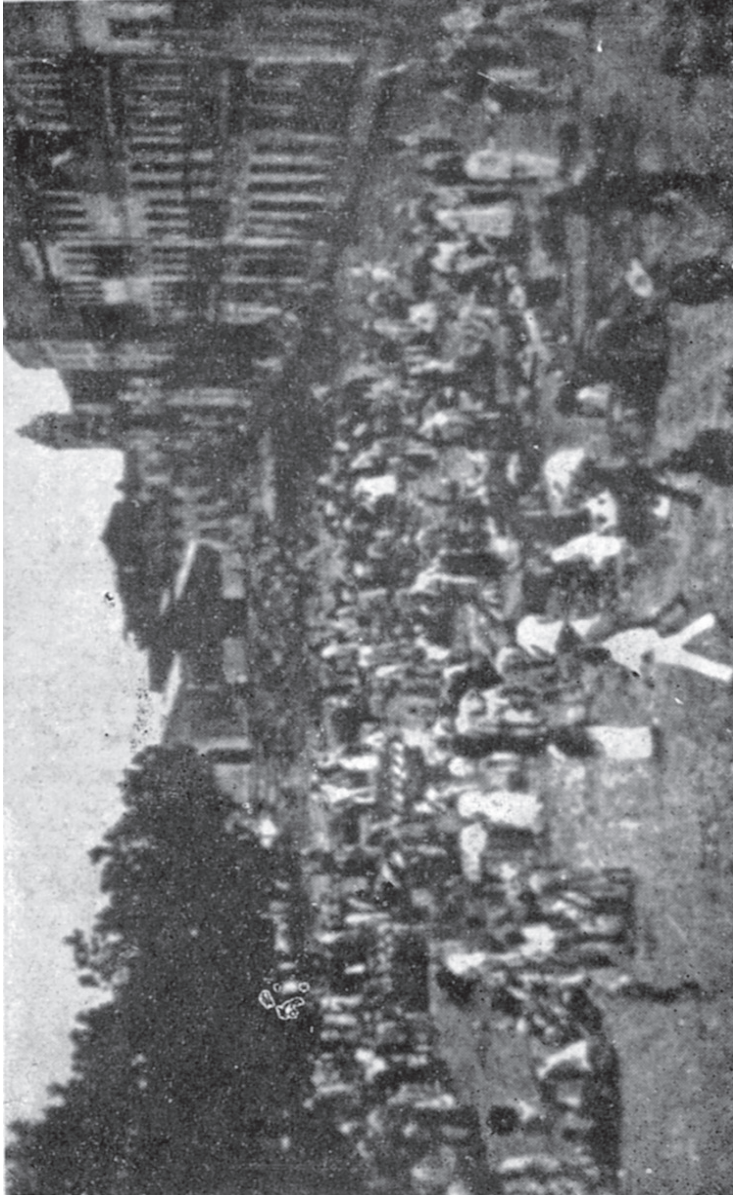
As barças e os veleiros, deslizando velozmente sobre o caudal, sugeriam ao garoto esperto a curiosidade de um mundo não revelado, mais dinâmico e mais tentador...

E o mar, léguas abaixo da vila, veio a ser anos depois a novidade para o estudante de preparatórios.

Nas idas e vindas a Maceió, à proa das “borboletas” enfunadas, o jovem Francisco Inácio descobre horizontes largos.

O gosto de viajar, a sede de conhecer novos povos e gentes estranhas, se teria juntado ao aventureiro, que existe dentro de cada homem, e formado o temperamento de um espírito inquieto.

O traço autoritário e firme, dominante no caráter de Carvalho Moreira, viria da educação severa e mesmo rude que recebiam os nossos avós.



Rua do Comércio em Penedo, onde nasceu Carvalho Moreira.



*CARVALHO MOREIRA
na mocidade*

Vendo no filho sinais bem vivos de inteligência, o capitão Moreira de Carvalho preocupa-se em transformar seu Francisco Inácio em um bacharel amante das letras.

O pequeno se entusiasma com facilidade e faz do estudo uma alavanca de seu futuro.

Quando vem a desgraça e lhe tira o pai extremado, falecido a 1.º de agosto de 1830, Francisco Inácio mantém as intenções de formar-se.

Aos quinze anos apenas, sabia reagir contra os desejos poderosos de sua mãe, que o queria ao lado, a tomar conta do engenho.

Reage e vence.

Que fosse a piedade filial cumprindo a vontade do progenitor ou uma vocação natural, entrega-se com ardor aos livros e termina os preparatórios.

Deixa então a vila natal e o rio seu amigo e xará.

O Penedo lá ficava com suas escarpas de rocha polida, beijando nas noites prateadas do sertão o São Francisco selvagem e impetuoso.

Foi do Penedo que uma criatura soberana primeiro desferiu seu vôo ascensional.

*

Os cursos jurídicos vinham trazer a Olinda e São Paulo, os dois pontos escolhidos na vastidão do nosso território, a mocidade dos quatro cantos do país, sacudindo com suas gargalhadas extravagantes o torpor dos lugarejos decadentes.

A seiva nova e barulhenta tomava de assalto as vielas sujas, pouco transitadas, verdadeiro achado para as galinhas ciscarem, montando guarda aos leitões roncadores.

Em 1834, Carvalho Moreira matricula-se em Olinda, no primeiro ano do curso.

Ainda seriam seus contemporâneos na Academia alguns dos vultos mais destacados na vida pública e futuramente os seus mais assíduos correspondentes, como Eusébio de Queirós, Paula Batista, Sousa Franco, Sinimbu, Saldanha Marinho, João Maurício Vanderlei, Zacarias de Góis Vasconcelos, Sérgio de Macedo e Teixeira de Freitas.

A faculdade, fundada há sete anos, não oferecia muitos recursos aos seus frequentadores, que aprenderam depois mais às próprias custas.

O ensino jurídico reduzia-se a uma feição prática, formando rábulas de preferência a juristas.

O estudo das ordenações, regras e definições do direito romano, bem como do Código de Napoleão e elementos de filosofia do direito supriam como dosagem de doutrina o grande fluxo praxista.

Bentham e Benjamin Constant traçavam as órbitas da literatura estrangeira.

Troplong e os expositores franceses do Código Civil e as escolas do direito penal só tiveram divulgação a partir da geração estudiosa de 1850.

Savigny permanecia fechado no alemão original sem a porta falsa da tradução francesa.

Os mestres coimbrões com Melo Freire davam a nota que sofria apenas uma concorrência tímida de Merlin.

Pertencem ao próprio punho de Carvalho Moreira estas reminiscências sugestivas:

“A nossa vida em Olinda era completamente escolástica. Concorria para isso a isolamento da velha cidade, limitada em número de habitantes, sem recursos nem distrações.

“Conhecíamos por assim dizer quase todos os moradores, a começar do chantre da Sé. Socialmente, as idéias, os hábitos, o espírito de corporação formavam para os acadêmicos.

“Dominávamos completamente a cidade a título de corpo acadêmico. A vivenda era geralmente em comum com alguns colegas, quase sempre com provincianos, o que chamávamos *repúblicas*. A Bahia dava então maior contingente de estudantes do que todo o Norte, o que talvez concorria para o bairrismo de província que então existia, mas como acadêmicos, eram todos uníssonos e solidários.

“Olinda semelhava a antiga Coimbra donde tinham vindo alguns brasileiros findar o bacharelado desde que se haviam criado em 1827 os dois cursos jurídicos em Pernambuco e São Paulo.

“Menos a batina e o gorro da velha Universidade, foi tudo mais trazido por esses primeiros íncolas da nova Academia, os costumes, os di-

tos, chistosos ou cabalísticos, até as denominações que ainda até hoje ficaram de *cafajeste* e *futrica*.

“O estudo acadêmico era sério e proveitoso. A frequência obrigatória das aulas no curso letivo e os exames em geral de alguma severidade tornavam o curso anual objeto de cuidado para o estudante carecedor desse estímulo.

“O corpo de professores não era muito notável em sua totalidade, mas nele figuravam com grande brilho os doutores Pedro Auran, Moura Magalhães e mais tarde Paula Batista, já filho da mesma academia ...

“Sob esse regime e com esses mesmos professores havia nesse tempo em volumosos grupos grandes estudantes de diversas províncias, tais com Teixeira de Freitas, Nabuco, Ferraz, Cotegipe, Sousa Franco, Sinimbu, Furtado e outros.”

Principalmente com certos colegas de Faculdade, Carvalho Moreira estreita muita amizade, Cotegipe, Sinimbu, Nabuco de Araújo, Teixeira de Freitas.

Todo um núcleo de amigos saberia ele manter num convívio delicado.

Sobretudo nesses tempos de Olinda se explica muito naturalmente a aproximação grande entre os acadêmicos, que encontravam na palestra um meio constante de passar o tempo.

E Carvalho Moreira revelava desde então seus reconhecidos talentos de *causeur*, com raro poder de sedução pessoal.

As serenatas ao violão e outras estudantadas noturnas, além do jogo e dos passeios ao Recife, não bastavam para encher a noite longa.

Surgiram dessa maneira originais e divertidas funções de teatro, em que os acadêmicos se dividiam os papéis.

Reportando-se a esse tempo, Carvalho Moreira alinhavou, para a biografia de um antigo companheiro de Academia e representação teatral, algumas notas cheias da maior realidade:

“Sem nenhuma distração intramuros, em uma cidade habitada por mais de quinhentos estudantes, essa mocidade sentia a necessidade de

um recreio... Num velho pardieiro chamado teatro organizamos mais de uma vez representações com uma companhia improvisada.”

Figurava às vezes de ator dramático justamente um dos futuros estadistas do Império mais serenos, o Conselheiro Nabuco de Araújo:

“No *Desertor francês*, drama muito apreciado naqueles tempos, Nabuco representava o major Francal. Tendo de presidir ao conselho de guerra e lutando fortemente entre a afeição e o dever, chegou ele a derramar lágrimas, inteiramente possuído do papel que representava.

“Era dessa cena que todos admiravam no trágico da ocasião que eu algumas vezes lhe falava com saudosa recordação de nossa mocidade. *Eheu! fugaces labuntur anni*, me respondia ele.”

Muito distante da Academia, lá nos confins da cidade, se achava a biblioteca de Olinda, instalada no convento dos franciscanos.

Não havia compensação para a caminhada e os acadêmicos não freqüentavam essa biblioteca, em que faltavam os livros necessários e mesmos os indispensáveis ao curso.

O que se chamava biblioteca da academia vinha a ser o resto da antiga livraria da Congregação dos Manigrepos e do próprio convento dos franciscanos.

É de imaginar a riqueza do conteúdo: uma coleção imensa de livros velhos sobre os milagres da Santa Virgem, as chagas milagrosas do patriarca São Francisco e outras obras edificantes da teologia.

Somente em matéria jurídica a biblioteca se tornava... mendicante, com um ou outro volume, além de algumas revistas como a *Britânica* e a de Edimburgo.

Para sua conservação dispunha, no entanto, dos funcionários dentro da escola administrativa: bibliotecário, oficial, ajudante, porteiro e servente.

E, correspondendo à escassez do público, esses zelosos servidores deixavam também de comparecer àquele local, contando aliás com a presença no convento dos bons franciscanos.

Decorreram assim os primeiros anos de Carvalho Moreira em Olinda, entre a freqüência obrigatória de aulas maçantes, mal dirigidas por

um corpo de professores novatos, e a patuscada inseparável da mocidade, que empresta um sabor próprio à vida acadêmica.

*

Mas o ano de 1835 se inicia com a mudança da direção da Faculdade, que passa ao padre Miguel do Sacramento Lopes Gama.

O novo diretor trazia alguma coisa da severa disciplina eclesiástica e, em breve, professores e alunos lhe vão experimentando a força.

O padre Lopes Gama empenha-se em dar “ordem, seriedade e elevação ao ensino, enfrentando a animosidade dos que tergiversavam no cumprimento de seus deveres, falando ao Governo com franqueza e lealdade, ao mostrar as deficiências do preparo técnico de professores e da instrução fundamental de alunos”.*

Essa “franqueza e lealdade” do padre Lopes Gama deu muito que fazer ao grupo de Olinda.

Começando pelos professores, o padre descobre os fracos da maioria, sem dó nem piedade.

Vale-se dos relatórios que por lei deve apresentar ao Governo e fala abertamente.

Entre as causas do pouco rendimento da Academia, que se tornara uma decepção geral, o padre Gama aponta alguns dos lentes escolhidos “por escandaloso patronato”, sem gozar de “nenhum crédito literário”.

O rigor de seu julgamento se vaza numa linguagem dura, “com poucas e honrosas exceções, só se cuidou de arranjar afillhados, de sorte que homens, que sempre foram conhecidos por zeros na República das letras, estão ocupando os importantíssimos lugares de lentes nas Academias jurídicas do Brasil”.

Mais adiante atenua essa aspereza, quando pondera que devotamento às letras não se exige de um lente para, com sacrifício da saúde, dedicar-se ao ensino jurídico “pelo triste ordenado de um conto e duzentos mil-réis, numa província, onde os víveres, onde tudo se vende por preço exorbitante”?

* Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Recife*.

Para se avaliar da meticulosidade do padre basta ver que reparava na roupa dos lentes que, em vez de beca, se apresentavam de sobrecasaca e calça de brim, e “nesta sem-cerimônia” presidem aos atos mais solenes da vida escolar.

Que não acharia ele dos estudantes?

Em verdade era uma revolução naquela amável família espiritual.

Carvalho Moreira, com seus traços de independência pessoal, cioso do amor-próprio, entregando-se ao estudo para dispensar a tolerância dos lentes, não se adaptaria facilmente à situação criada.

A rebeldia do estudante se fortalecia com uma necessidade de mostrar coragem e desempenho, que ao provinciano se afigurava como a firmeza do caráter.

Um dos colegas amigos, Francisco José Furtado, dirigia *O Argos Olindense*, folha acadêmica em que os predicados mentais do corpo docente de Olinda passavam por uma dissecação anatômica.

O prestígio dessa crítica jornalística animava a reação dos estudantes contra certos lentes, que chamavam de ignorantes e ineptos.

Carvalho Moreira figura entre os leitores apaixonados do órgão acadêmico.

O foco de indisciplina encontrava ressonância em cada estudante, disposto sempre às delícias do imprevisto.

Em 1838, quando Carvalho Moreira devia terminar o curso jurídico, houve por ocasião dos exames do quinto ano numerosas simplificações que causaram o maior desagrado.

Os estudantes capitaneados por dois bacharéis invadem o edifício da Faculdade aos assovios e berros estridentes, exibindo a resistência dos pulmões.

Insultam os lentes, xingando-os à vontade nos termos mais livres, em meio à assuada renitente. O distúrbio infernal não pode ser contido senão graças à força pública enviada especialmente pelo presidente da Província.

Entre os estudantes comprometidos no sarilho estavam Carvalho Moreira e o seu amigo, José Furtado, empresário d’*O Argos Olindense*.

O padre Lopes Gama aproveita o incidente para uma lição de ordem e disciplina. Comunica o ocorrido por ofício ao Presidente Rego Barros.

O promotor público de Olinda, Nabuco de Araújo, contemporâneo de Moreira e Furtado, tem ordens de agir e, vedando os olhos com o véu transparente da justiça, denuncia os antigos companheiros como incurso nos arts. 285 do Código Criminal e 2 da lei de 6 de junho de 1831 – o ajuntamento ilícito.

Quanto a saber que o ajuntamento tinha sido ilícito disso estavam ambos mais que convencidos.

Obedecer, porém, às impertinências dos textos legais – isso não!

Preferem deixar em paz o promotor e o padre Lopes Gama.

Abandonam Olinda com os encantos de sua vida praieira, os seus belos coqueiros, as passeatas noturnas ao Recife, o gozo concentrado dos dramalhões na cena improvisada...

Transferem-se para São Paulo onde acabam o curso no ano seguinte.

Para Carvalho Moreira esse deslocamento seria uma mudança do centro de gravidade.

Suas raízes de nordestino iam mirar na paulicéia, cheia de atrativos e moças bonitas.

O amor surge então na plenitude da mocidade e lhe aparece, como sempre, sem esperar, ao acaso.

Uma vez formado, volta ao Penedo tomar a bênção à sua progenitora, Da. Maria Joaquina que lá ia ficar sem o filho, arrastado por outro pólo – a Corte do Rio de Janeiro.

Outro destino se abria para esse acadêmico.

.....
II

O ADVOGADO CONTRA A CHICANA

É

EM SÃO PAULO que Carvalho Moreira atravessa a primeira barragem da vida. Casa-se. E casa-se bem, numa das mais gloriosas famílias do patriciado paulista, a grei dos Andradas.

O namoro começara no último ano da Academia, com certeza foi na igreja de São Francisco, – como que o padroeiro saudoso acompanha sempre a Moreira –, que os dois jovens se encontraram muitas vezes.

Carlota Emília de Aguiar e Andrada, em sua cadeirinha levada por dois negros vigorosos, lá ia todos os dias-santos de guarda cumprir os deveres da devoção.

No Largo de São Francisco, centro de vibração e ponto de encontro da cidadezinha alegre batiam fortes aqueles dois corações moços quando, nesse ano de 1839, repicavam os sinos da capela secular.

De todos os cantos, enfeitadas e sorridentes, com ingenuidade encantadora e graciosa, surgiam as beldades da terra de Piratininga, fazendo escravos apaixonados na galeria numerosa dos acadêmicos.

Começava o plenilúnio do romantismo...

Carlota Emília, aos atrativos da natureza, generosa e irresistível, juntava o prestígio do nome de família, sobrinha neta de José Bonifácio, o patriarca da Independência.

Tinha herdado a altivez dos Andradas, essa mesma altivez que os fazia recusar asperamente os títulos honoríficos, para não desmerecer o brilho do apelido. Mas apesar disso, Carlotinha não podia fugir ao fraco feminino e se entrega, como qualquer mulher, submissa e ardente, ao enlevo de sua paixão.

Carvalho Moreira, com os cabelos negros e partidos, a barba espessa e lustrosa, – como o representa uma gravura de Sisson – o talhe magro e esbelto, vestia-se elegante e maneiroso, de sobrecasaca e chapéu alto.

Na pujança dos vinte e cinco anos, aqueles olhos castanhos avelludados saberiam imantar a sua bem amada e com voz macia seduzir até à conquista.

Recém-formado, começa, pois, o advogado com o ganho dessa boa causa.

O casamento se dá no ano seguinte, em 1840, quando Carlotinha passa a ser esposa modelo, elemento de triunfo e estímulo constante nas lutas de Carvalho Moreira.

O casal transfere então a residência para o Rio de Janeiro, onde Carvalho Moreira se entrega à sua grande vocação – à carreira de advogado.

*

Talentoso, com palavra fácil e uma dialética capaz de convencer as pedras, sem se perder nos desmandos da verbiagem, dosando suas afirmativas com o sal da erudição, o doutor Carvalho Moreira sobressai aos poucos no rol numeroso dos advogados militantes da Corte.

Com sua ponta de sarcasmo a palestra desse bacharel exerce uma força centrípeta a que uma roda de colegas, amigos, clientes e admiradores vai imprimindo larga repercussão.

Sua banca de advogado vai se enchendo de causas. A princípio, ossos duros de roer. Alguns, porém, anúncios sensacionais, de reclame invejável.

Quando estourou em Minas e São Paulo o movimento revolucionário de 1842, quem chefiava a agitação na província paulistana é o brigadeiro Tobias de Aguiar, parente de sua mulher, de D. Carlotinha de Aguiar e Andrada.

O mesmo brigadeiro Tobias que, buscando adeptos em todas as camadas, num gesto a que não falta sua poesia, desposa a Marquesa de Santos, a ex-amante imperial...

Vencido o movimento, o brigadeiro heróico foi submetido a conselho de guerra sem ninguém se querer comprometer na defesa de um rebelde malvisto pelo jovem Imperador. O casamento do brigadeiro atrevido com a antiga amante de seu pai haveria decerto por contribuir na má vontade de Pedro II. Moreira não se fez de rogado para aceitar o convite da defesa dessa causa ingrata, tanto mais quanto por ela falava também o sangue de um ente querido.

Vale a pena também referir que à casa de Carvalho Moreira, segundo reza a tradição, várias vezes se dirigia em pessoa, com todo o prestígio do seu passado, a então mulher do brigadeiro. A própria Marquesa de Santos.

Vistosa ainda, a Senhora Marquesa exhibia o medalhão dourado com o retrato do primeiro Imperador e enchia a boca, por dá aquela palha, dizendo “O Pedro”...

Seja por que motivo, Moreira aceita a questão, de si bem arriscada.

Ao tribunal de exceção, composto de quatro coronéis, tinha sido presente o libelo acusatório.

“Esta peça, – dizia em seu manifesto o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar – e que nenhuma honra faz a quem a redigiu e assinou, mormente aos magistrados pois nelas ressumbra, ou má fé, ou ignorância, que não era de esperar, será competentemente analisada, e seus débeis e validos fundamentos desmascarados pelo digno advogado que assinou a declinatória por mim apresentada no conselho de guerra.”

O “digno advogado” soube de fato desmascarar a fraqueza dos argumentos e os seus “inválidos fundamentos”.

E demonstrando a incompetência da jurisdição militar para processar os revoltosos vencidos, Carvalho Moreira obtêm a libertação do seu cliente, em meio aos ruídos de admiração.

É sem favor o nome feito que entra portas adentro, pela casa do neófito.

O Brigadeiro Tobias de Aguiar, absolvido enfim, reconhece os méritos do seu moço e “digno advogado”. E reconhece à maneira fidalga, dos velhos bons tempos. O episódio, que se passa entre os dois então, é bem um contraste vivo de duas gerações.

O brigadeiro envia ao seu bravo defensor uma nobre parelha de animais, parelha de sua estimação e cuja entrega confia a um escravo, com a carta de oferecimento.

No meio do caminho, porém, um senhor de engenho propõe ao negro a trapaça. Trocar a bela parelha de bestas por outra, ganhando o negro a sua comissão.

Ao receber a parelha, Carvalho Moreira mostra-se encantado com o presente. Chama o cocheiro, porém, conhecedor e leal, não esconde o seu desapontamento. Pede ao patrão a carta do brigadeiro e, conferindo pela cor, dá nas suas vistas que ali as bestas apareciam com outra cor.

Moreira comunica ao primo brigadeiro que no caminho as bestas tinham mudado de cor.

O brigadeiro põe-se em campo, arranca a confissão do escravo e alcança as bestas que ele mandara, do fazendeiro trapaceador.

Assim o bacharel ignorante em artes de cavalaria vem a ser salvo pelo brigadeiro, que, por sua vez, quase fora vítima da maranha das leis.

*

Mas, longe de dormir sob louros, o traço impulsivo de sua personalidade o leva para adiante, nas satisfações justas de sua ambição, sondando ansioso o futuro.

Publica em 1842 o *Manual do Cidadão Brasileiro*, cujo título sugere mais uma codificação dos preceitos de moral e cívica que uma justaposição de leis fundamentais, comentadas com erudição e sobriedade.

Sucedem-se nesse pequeno volume a Constituição Política do Império do Brasil, o Ato adicional com a sua lei interpretativa e os estatutos do Conselho de Estado.

Mínuciosas, seguindo o texto como um cão fiel, vêm as anotações, as referências, os pontos de contato com outros dispositivos legais e mesmo com simples ordenações administrativas. Regulamentos, avisos, portarias.

Um inventário dentro da burocracia. Um sucesso na clareza de exposição.

O acolhimento que teve foi bastante sensível, a ponto de anos mais tarde, quando ausente do Brasil o autor, a casa Laemmert tirar ainda novas edições do trabalho.

O jurista em Carvalho Moreira nunca se perdeu em nebulosidades de teorias, por vezes completamente extraviadas na abstração.

Inimigo dos ratos forenses, um dos seus gestos iniciais de afirmação é promover com Teixeira de Freitas, Caetano Alberto, Montezuma, Luís Fortunato e Sousa Pinto a criação do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

A *Gazeta dos Tribunais*, de sexta-feira 9 de junho de 1843, anunciava com certo garbo aos seus leitores “que há poucos dias houve uma reunião de distintos advogados nesta Corte com o fim de organizarem uma associação como outrora alguns deles tinham projetado, mas que não foi avante por motivos de certas suscetibilidades inteiramente estranhas ao objeto da associação”.

Passada a ventania das vaidades, podia-se no entanto esperar agora “melhor e feliz resultado pela criação de uma Ordem de Advogados, que muito deve concorrer não só para a boa administração da justiça em geral, mas até para a perfeição do interessante estudo da jurisprudência do país, e aliás também muito útil aos nossos jurisconsultos nos diferentes estados de vida a que se destinarem”.

Em tal reunião se constituiu uma comissão de três advogados para adaptar os estatutos da Associação dos Advogados de Lisboa ao instituto projetado.

Terminado isso, foi encaminhada uma petição com várias assinaturas que solicitava de Pedro II o seu beneplácito para os estatutos.

O Imperador aprova logo, em despacho de 7 de agosto dado na pasta da Justiça e, procurando ligar o nome a mais uma iniciativa de cultura, cede os salões do Colégio de Pedro II para que ali se instale a nova corporação.

*

Desde a reunião de 21 de agosto de 1843 em que, na primeira eleição da diretoria, Carvalho Moreira merece a distinção de ser escolhido para o Conselho Diretor, ao lado de Teixeira de Freitas, de Caetano Alberto, de Sousa Pinto, ele estará presente em todas as campanhas e em todas as vitórias da fase inicial da nova corporação.

Um ano depois, o prestígio do Instituto crescera de tal modo que o ministro da Justiça a ele se dirigiu pedindo assistência.

Ordenava, em nome do Imperador, que, “tomando em séria consideração o que a experiência tiver mostrado de *vício, insuficiência, lacunas e incoerências* na execução do Código do Processo Criminal,” depois das leis novíssimas da reforma sobre o mesmo processo, indicasse os pontos afetados por algumas daquelas circunstâncias e as medidas legislativas ou regulamentares “convenientes para boa administração da justiça.”

Era uma carta branca das mais lisonjeiras.

O presidente do Instituto, na sessão de 16 de agosto, uma vez lida a portaria do ministro da Justiça, nomeia um comissão composta, segundo a expressão da *Gazeta dos Tribunais*, de “três dos mais distintos juristas, a saber: os Drs. Josino, Luís Fortunato de Brito e Carvalho Moreira”, para fazer um estudo básico anterior a qualquer deliberação.

Carvalho Moreira sente-se perfeitamente à vontade, no seu elemento e com seus projetos de reformas e melhoramentos.

Ao terminar o ano de 1844, achava-se pronto o relatório da comissão especial que, discutido e aprovado, se remeteu ao Governo.

O parecer da comissão, feita uma análise das muitas situações críticas provenientes do silêncio ou do conflito dos textos processuais, concluía por um projeto de lei.

Dando contas desse parecer, o ministro da Justiça se desmanchava em louvores, dentro do rombudo estilo burocrático e dizia tê-lo

mandado para a Câmara dos Deputados. Aí não se sabe que destino teve o projeto final de lei apresentado pelos advogados idealizadores. Dormiu com certeza, sob a pedra leve de alguma comissão, o sono derradeiro de todos os pecadores...

Carvalho Moreira teria então vislumbrado que, sem o complemento do legislador, o jurista ou o advogado podem malhar incansavelmente, mas será esforço inútil.

O desejo político, a sede do poder, a ambição do mando nasce muitas vezes da boa vontade de concertar os homens do mundo...

Mas se a constância e a tenacidade são virtudes e relevam até as paixões menos confessáveis, Carvalho Moreira as possuiu bem controladas, exteriorizando-se com a freqüência regular de uma ampulheta de areia.

No segundo aniversário de abertura do Instituto, no 7 de setembro festivo de 1845, realiza-se uma sessão pública.

Moreira volta à carga e lê a sua memória *Da revisão geral e codificação das leis civis e do processo no Brasil*.

É um desabafo de consciência do advogado que não pratica a profissão “com a só e baixa esperança de multiplicar riqueza à custa das vítimas infelizes da chicana”.

É a indignação do jurista contra “a deplorável desordem, em que se acha o foro pelos defeitos, lacunas, obscuridade, confusão e imensidade de nossas leis civis, e sobretudo das do processo”.

Carvalho Moreira passa em revista e historia num depoimento precioso as leis anacrônicas, compiladas em 1603 no reinado de Filipe III sob o título de *Ordenações do Reino*, e parcialmente vigentes no Brasil.

Pela carta de lei de 20 de outubro de 1823 se decretou “que as ordenações, leis, regulamentos, alvarás, decretos, e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal, ficassem provisoriamente em vigor entre nós até organizar-se novo código”.

Entretanto o “provisoriamente” esticava-se a mais de vinte anos depois da independência.

A tortura do antigo estudante de Olinda revive agora a assimilação penosa de “uma imensidade de leis avulsas, chamadas extravagantes, que só cronologicamente se acham compiladas desde a publicação das Or-

denações em 1603 até 1761, sendo depois continuado esse trabalho pelo desembargador Delgado desde 1750 até 1820, não falando na legislação inédita, temos ainda o chamado Direito Subsidiário, a que manda recorrer na falta de legislação pátria à lei de 18 de agosto de 1769, i. e., os usos, costumes e estilos do foro português, o direito romano, e finalmente as leis das nações mais civilizadas da Europa!”

A confusão dos praxistas transforma o processo numa ciência oculta, esotérica, cujos mistérios se limitam ao conhecimento dos iniciados.

Rábulas a desferirem golpes mortais nos direitos alheios. Autos esquecidos meses e até anos em mãos de juízes singulares ou coletivos. As traças do foro a roeram a bolsa do povo.

Justiça, lerda e cara. Bacharéis, de sabença fátua e pedante.

Muito objetivo, homem de observação e realizador, Carvalho Moreira quer boas leis de processo que reduzam “o arbítrio dos juízes e pessoas do foro”.

Leis com “fórmulas precisas sob a condição indispensável da *simplicidade, brevidade e segurança*”.

O traço firme de sua vontade transparece no modo incisivo por que sugere a renovação da vida forense.

Depois de comparar a obra vitoriosa da codificação na Itália com o célebre Romagnosi, na Baviera com o jurisconsulto Feuerbach, nos Estados Unidos com Livingston, mostra o absurdo de no Brasil se querer imitar a Inglaterra, país milenar, com suas formas próprias, sua longa história e lenta evolução.

Em Carvalho Moreira se revela já aquele senso de penetração da realidade que distingue o sociólogo.

O *homo politicus* lateja na fibra desse advogado que se torna com o estudo um jurista, um notável pesquisador da Sociologia do Direito.

A sua preocupação de justiça social leva-o a empreender a revisão de todas as estruturas administradoras do Direito à coletividade.

Para realizar o pensamento do jurista só faltava mesmo a ação do legislador.

Ainda nesse ano, Carvalho Moreira segue em viagem às províncias do Norte, promovendo a criação de filiais, na Bahia e em Pernambuco, do seu órgão de classe.

Revê então a terra natal, o seu velho Penedo languidamente vivendo à beira do São Francisco.

De canoa, atravessa o rio largo em direção a Sergipe.

Nas águas revoltas, alongada e rebrilhante, se desenha na água a imagem de um homem esguio, que parecia ter crescido num sonho.

Um destino bom desta vez o aguardava.

Carvalho Moreira voltaria deputado por Sergipe à Assembléia Geral Legislativa, naquela sessão tumultuária de 1848, ano cheio dos réverberos da Europa convulsa sobre o Império então mornamente adormecido.

.....
III

UM ENJEITADO DA MUSA

A NATUREZA em si da profissão liberal conduzia Carvalho Moreira ao desdobramento contínuo de uma vida mundana, compensando pelos prazeres das relações sociais as deficiências do Rio, medíocre ainda em atrativos e diversões.

Começando pelo escritório de advocacia, os seus domínios se dilatavam até à Corte Imperial.

No escritório de Moreira, já advogado de renome e com o bafejo de uma deputação na certa, trabalhavam, como estagiários e seus auxiliares diretos, Francisco Otaviano, Areias (depois Visconde de Ourém), Olímpio Machado e José de Alencar, aquele mesmo que seria mais tarde o grande romancista do Brasil.

Segundo uma testemunha, era o centro de palestra da mocidade da época, onde se reuniam, além de outros, espíritos como Sinimbu, Ferraz, Fábio e Vanderlei.

Todo um horizonte de esperança e ilusões enchia a imaginação dessa nova plêiade, enamorada da existência, desafiando a sorte com as reservas do talento, afrontando o desconhecido com as arrebações desordenadas do romantismo...

Gonçalves de Magalhães, em 1836, já servira esse veneno do romantismo à sociedade brasileira, em doses infinitesimais, nas estrofes douradas dos seus *Suspiros poéticos a saudade*.

Baironizar fora um vício confessado de José de Alencar, rabiscando nas paredes das casas onde residia versos e composições sugeridas pela loucura genial do lorde inglês. Daquele lorde que, apesar de capenga, fazia escândalo com a perfeição de seus poemas...

A vivacidade de Otaviano animava a palestra com o mesmo brilho que distinguia o folhetinista, o homem do rodapé do *Correio Mercantil*, de olhos sempre abertos a espreitar casos amorosos. A propósito de um diplomata recém-chegado da Europa, escrevia ele em carta de 18 de agosto de 1847 ao seu confidente Areias: “o Howden (de Inglaterra) é um fidalgo rico que trouxe uma espanhola da que sonhamos, porém, que a encafuou num arrabalde da cidade, em uma chácara para que não a cobicem”.

Farfalar de saias, recordação de aromas femininos inebriavam o grupo moço, sacudido de quando em vez pelo chiste de pequenos episódios.

Carvalho Moreira confessava a sua preferência em perfumes. “Nada como as essências de violetas”, pensava ele.

A nota de seriedade, quase que de austeridade, vinha de Sinimbu. Formado em Iena, trouxera da universidade alemã o hábito de em tudo ventilar os aspectos graves, vendo e rebuscando soluções de problemas complicados. Por vezes o resultado surpreendia, fazer a imigração dos chins para estancar a escravidão negra...

Vanderlei era o baiano janota que integrava esse quadro vivo. Sempre enlulado, com certo estudo nos gestos, conversador alegre, o futuro Cotegipe interessava logo à primeira vista.

Do seu êxito junto às damas, em quem variadamente buscava a “mulher” sem nunca achar, como verdadeiro D. Juan, lhe proveio o consagrado apelido poético de “borboleta-mor do Império”.

Correm a seu respeito numerosas historietas. Uma destas, contada por Vanderlei nos corredores do Paço, se tinha passado com uma mulata, bonita de chamar a atenção. Os pormenores da descrição arrancavam risinhos e mesmo gargalhadas do auditório. O Imperador aproxima-se curioso, indagando de que se tratava. Vanderlei toma a cor do camarão e

sente que lhe escapou a presença de espírito para enfrentar o inesperado. Mas um dos ouvintes salva a situação:

– O Sr. Cotegipe acaba de nos contar que ontem atirou uma lança em África.

O Imperador dá-se por satisfeito.

Não admira, pois, que, sob o influxo desse ambiente cheio de poetas e epigramistas, penetrado de intelectualismo, a mocidade de Moreira se entusiasme a ponto de versejar.

Autos e processos para o lado, esquecida a chicana pelo advogado, surge outra personalidade pouco revelada até hoje, conhecida apenas de um ou outro de seus íntimos, como Eduardo Prado – um bom tradutor de poesias estrangeiras.

Todos os homens são, uns mais outros menos, poetas a seu jeito.

Assim, nesta primeira fase de sua existência, Moreira aparece como tradutor anônimo de alguns poemas eróticos da velha literatura gaulesa.

Com o dístico latino *diversos diversa juvant*, meio em correlação com seu grupo, sai o trovador timidamente a campo:

“Há por aí neste mundo de Cristo uma turba imensa de enjeitados da Musa, versejadores sem estro e sem nome. Privados do fogo sagrado que só é dado aos poetas, e resignado à sua humildade sorte, aproveitam a folga e o lazer para trovarem e rimarem.

“As trovas e as rimas, porém acodem-lhes ao espírito baldas do sopro divino da poesia, forçadas e sem valor, como essas ervas bravias e sem préstimo, que brotam e rebrotam em campo estéril ou mal cultivado.

“Nessa numerosa grei de rimadores se encontrará facilmente o tradutor destes versos.”

Essa a apresentação do autor de um opúsculo intitulado *Idades e Aventuras*. Publicado sem lugar nem data, só a tradição de família revelou a custo o tradutor que “guardando o seu próprio *incógnito*, não quer trair o dos outros”.

Prudente e comedido, Carvalho Moreira oferece na tradução desses versos a malícia de que era capaz o humor de seu espírito sarcástico. Não será injustiça dizer que aqui uma vez mais a tradução superou o original.

Três composições de extensão diversa aparecem nas *Idades e Aventuras*. Depois das “Idades do homem” vêm as “Idades da mulher”, finalizando com “Os infortúnios de Ema”.

De fundo sensual, o seu erotismo está mais em quem lê do que na leitura.

O enfeitado da musa, após muitas cautelas, começa enfim:

AS IDADES DO HOMEM

O Deusinho que tanto se há glosado,
E que noite e dia está sempre a bulir,
É botão de rosa em nossa infância,
Uma flor a bom fruto produzir;
Um passarinho virgem de plumagem
Que ele espera para os vôos alargar;
Brinquinho que sacodem as crianças
Assobio em que amor há de assoprar.

Aos dez anos deixando a sua concha
Este bichinho é linda borboleta,
Que se mexe, se agita, e que pulula,
É uma enguia, ou mesmo uma carpeia.
É um raminho em que circula a seiva
Para em breve do amor ser enxertado,
Êmbolo que se abaixa e se levanta,
Um fanfarrão, brejeiro rematado.

Aos vinte, todo fogo e ousadia,
É um tição ardendo num brasido,
Uma torrente em jorro que ameaça,
Oceano que brame com rugido;
Um garanhão a farejar a égua,
Um leão pronto sempre a devorar;
Um glutão, um canibal terrível,
Uma garça a querer tudo estripar.

Aos trinta é um ligeiro cão de caça,
Um caçador mui destro e mui machucho,
Capaz de encurralar uma caçada

Sem estragar pólvora nem cartucho;
Passareiro senhor das armadilhas
Que sob saias amor sói esconder,
É um Vauban que sabe pôr um cerco
E as torres e os castelos abater.

Toda essa fúria vai-se aos quarenta anos
Por muito haver a mola trabalhado;
Pouco mais tarde é um corcel de raça
Que reclama bom trato, a ser poupado.
É um poste que serve de limite
Dum bom passado para um triste porvir;
É um banqueiro prestes a quebrar,
A que vem um velho crédito acudir.

Aos cinqüenta é já fruto sazonado
Que o menor sopro abala e faz cair;
É um filho das margens do Garona,
Que mais promete do que pode cumprir.
É um caniço que o tufão enverga
Uma espiga que uma ave faz pender;
É a triste miragem do passado,
O sol que vai fugindo a se esconder.

Aos sessenta é um fantasma, um silfo
Que a vista pode apenas enxergar;
Dez anos mais um átomo ligeiro
Um som perdido difícil de apanhar.
Aos oitenta é o traço que voando
Deixa a carriça sumindo-se nos céus;
Aos cem anos somente alva que passa
Para no grêmio repousar de Deus.

Assim o poeta descreve sutilmente as fases com que a natureza assinala no homem o nascimento e morte do desejo. Gota a gota, verte a malícia. Desde a “linda borboleta que se mexe, se agita, e que pulula”, do “tição ardendo num brasido”, até ao “caniço que o tufão enverga” à “espiga que uma ave faz pender”.

Carvalho Moreira, ainda nas vizinhança dos trinta anos, seria o “ligeiro cão de raça” ou o

Passareiro senhor das armadilhas
Que sob as saias amor sói esconder.

Menos extenso, mais condensado, também mais cruel, o poemeto sobre Eva arruma fortes duchas que algumas vezes atinge a manifestação de verdadeiro sadismo poético.

Sem o vaticínio final de “no grêmio repousar de Deus” destinado ao sexo masculino, os versos terminam secamente sem piedade:

AS IDADES DA MULHER
Aos dez anos Donzela é um livrinho
Intitulado o berço da natura;
Aos quinze anos é gentil cofrinho
Que só se abre forçando a fechadura.
Aos vinte é a mulher mato espinhoso
Onde entra o caçador fuzil armado;
Aos trinta é bocado mui gostoso,
Bem tenro e ao espeto preparado.
Aos quarenta é já velho bastião
Onde fez o canhão mais de uma brecha;
Aos cinqüenta é um velho lampião
Onde só a pesar põe-se uma mecha.

Aqui quase que chegamos a um predecessor do realismo de Zola, carregado, ameaçando mesmo o pudor desprevenido, quando se narram “Os infortúnios de Ema”. O infortúnio é um episodio banal, sem interesse psicológico. O encontro furtivo de dois amantes sob uma latada de alfazema, surpreendidos no seu amor.

Longe de oferecer os subentendidos e trocadilhos das “Idades”, a última parte das “Aventuras” nem possuem o mérito bocagiano, desbocado. São insossas. Para caixeiro de armazém.

A Musa não teve aqui o menor cuidado ao abandonar o seu enjeitado. Este, porém, não desanimará.

.....
IV

AS TEMPESTADES DE 1848

U

MA ONDA revolucionária apertava, na maré de aflições e incertezas, a burguesia encastelada da Europa, naquele ano inquieto de 1848.

As nacionalidades depois do freio implacável da Santa Aliança, por algum tempo reprimidas em seu surto de criação e liberalismo, repon-tavam dessa vez mais experientes e pujantes.

Enquanto a Itália lutava às portas do êxito para deixar de ser uma expressão geográfica, segundo a frase de Metternich, as idéias incendiárias ganhavam alento para do solo francês transporem o Reno, contaminando as planícies férteis da Alemanha hierarquizada.

A fogueira era grande e a lenha, inesgotável.

Luís Filipe, o soberano tão popular, filho do Filipe Egalité das aclamações, vira o seu trono fugir diante de si a perder de vista, por causa de um banquete público proibido no bairro de Saint-Marceau. O medo da agitação “que fomentam as paixões inimigas e cegas”, como dissera em sua fala do trono, realizara a sua obra.

Proudhon, que considerou essa revolução “sem idéia diretriz”, exultava no entanto com a presença de causas sociais no movimento.

Cabet e Louis Blanc, de um comunismo puramente idealista, tinham seduzido a elite operária.

É ainda nesse ano que em Londres sai dos prelos o famoso *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Engels.

Berlim conheceu terríveis arruaças que deslocaram Bismarck da sua cômoda vida privada, para vir pisando brasas oferecer serviços ao seu rei. O Landtag foi então convocado para lançar um bálsamo democrático nos espíritos.

E o particular dessa época ia tornar-se o Chanceler de Ferro que, como o senhorio de Schoenhausen, seria capaz de ceder espontaneamente de suas prerrogativas sem no entanto admitir reivindicações de seus dependentes.

Até que chegasse a reação, as chamas subiriam alto e a prorrogação do calor faria oscilar o termômetro na outra banda do Atlântico.

Um depoimento de Otaviano mostra a tensão nervosa do ambiente.

Pedro II se achava no teatro quando soube da chegada de jornais com as novas da deposição de Luís Filipe. Imediatamente mandou buscar esses diários e, uma vez em mão, “um pouco alterado” o Imperador filósofo “retirou-se para dentro do teatro e foi lê-las, dizem que agitado” (carta a Areias, datada de 14 de abril de 1848).

Quando o soberano revelava tantos receios com a Câmara recém-eleita, que diria no decorrer de suas sessões?

Muito se haveria de invocar os espectros da Europa, que lançariam uma sombra ainda mais esguia nessas florestas tropicais...

*

Carvalho Moreira disputa uma das cadeiras da província de Sergipe na Assembléia Geral e obtém vitória significativa.

A sétima legislatura, que só funcionou no ano de 1848, teve a aumentar a vivacidade rara de seus debates aquele raciocínio bem presente, defendido e amparado num sarcasmo destruidor.

Entre seus colegas na Câmara apareciam certos nomes de grande projeção como Sousa Franco, e o magistrado Franco de Sá, Chichorro da

Gama, Silva Ferraz, o futuro Barão de Cotegipe (João Maurício Vanderlei), Gonçalves Martins, o famoso Torres Homem, Paulino Soares de Sousa (depois Visconde do Uruguai), o eminente Eusébio de Queirós Matoso Câmara, Dias de Carvalho e os irmãos Benedito Ottoni, além do Brigadeiro Tobias de Aguiar e de José Maria da Silva Paranhos, posteriormente Visconde do Rio Branco.

Ao todo eram cento e cinco deputados da nação; setenta e dois bacharéis, sete médicos, seis militares e sete padres, o restante não titulado.

Médicos em quantidade necessária para fechar e pensar os ferimentos de todos os militares. Padres, escassos, porém, para vigiar as mazelas de tantos bacharéis.

Com essa desproporção profissional, o desequilíbrio tornava-se maior quanto à cultura e boas maneiras dos senhores delegados do povo.

Posta solenemente em função pelo manto de tucano do Imperador, a Câmara abriu-se no dia 3 de maio comemorativo, depois de numerosas sessões preparatórias.

Carvalho Moreira devia, no entanto, aguardar por quase trinta dias ainda a aprovação das eleições de Sergipe.

O parecer da comissão de poderes propunha nada mais nem menos que a anulação das eleições sergipanas.

É de imaginar os suores frios com que os candidatos a deputado teriam assistido aos debates e à rejeição do parecer da comissão por 45 contra 32 votos.

Sobretudo quando as discussões em torno à matéria eleitoral desciam à jocosidade:

“*O Sr. Fernandes Chaves* – Passa a notar quão diversa em suas conclusões foi a comissão acerca das províncias do norte. Entendeu ela que em Pernambuco, Ceará e em outras províncias foram as eleições...

“*O Sr. Nunes Machado* – Vestais.

“*O Sr. Fernandes Chaves* – ...vestais, como acaba de dizer o nobre deputado; feitas à Norma, pois creio que Norma era vestal.

“*O Sr. Nunes Machado* – Morreu queimada.

“*O Sr. Fernandes Chaves* – É exatamente como deveriam morrer as eleições dessas províncias.”

Mas afinal, pulando as fogueiras que deveriam queimar a sua eleição, Moreira se vê sacramentado no dia 30 de maio.

O Presidente, na forma do regimento, declara deputados pela província de Sergipe aos Senhores Doutores Joaquim José Teixeira e Francisco Inácio de Carvalho Moreira.

No dia seguinte se organizaria o novo Ministério, com Paula e Sousa à frente do Gabinete de 31 de maio, estreando o novel deputado na tribuna parlamentar logo depois do presidente do Conselho, para atacar e acusar, e vencer mais tarde.

*

Era o terceiro Ministério que conhecia 1848.

O Gabinete de 22 de maio de 1847, a que o vulto de Manuel Alves Branco emprestava a aparência de longa duração, caíra inesperadamente, logo no início do ano subversivo.

Subira então ao poder o Gabinete de 8 de março de onde se apontavam, sob a varinha áulica de Visconde de Macaé, personalidades como Pimenta Bueno, Limpo de Abreu e Manuel Felizardo de Sousa e Melo.

Curioso esse gabinete. Quase a cada ministro tinham distribuído duas pastas: Limpo de Abreu nos Estrangeiros e na Fazenda, Manuel Felizardo na Marinha e na Guerra. Somente o senso jurídico de Pimenta Bueno achara que lhe bastava a Justiça...

Poucos ministros para muitos ministérios representava como que uma afronta à capacidade de inveja e intriga alheias.

Resultado, o gabinete do segundo Macaé abortava dois meses e meio depois.

Apesar de dois gabinetes consecutivos, pareceu a Pedro II que só a continuação dos liberais no poder abriria válvulas de defesa para tantos gases inflamados no horizonte.

Fora assim constituído o Gabinete de Paula Sousa, sob um manto de conciliação e apaziguamento.

Debaixo da debilidade física do presidente do Conselho se desculpava a fraqueza mental de alguns ministros.

Apenas Sousa Franco na pasta de Estrangeiros e Dias de Carvalho na do Império alijavam o peso morto de certos colegas medíocres. E Campos Melo atuaria na Justiça com uma habilidade contraproducente.

Ambos instalados, novinhos em folha, Ministério e Câmara travam o primeiro contato no dia 2 de junho.

Às 10 horas e 40 minutos da manhã (naquele tempo os deputados começavam cedo a trabalhar) abre-se a sessão, e uma vez lida a ata da antecedente, lê-se o expediente dos diversos ministros em que cada um participa o seu posto.

Na ordem do dia entram em discussão várias medidas. Uma proposta do punho de Carvalho Moreira formula, ao projeto de aumento da representação provincial, a emenda aprovada que dará a Sergipe mais dois deputados.

A presença de Carvalho Moreira resultara pois um reforço duplice de votos na Câmara para a província menor do Império.

Em seguida sobe à tribuna o Sr. Paula e Sousa, novo presidente do Conselho, em meio a um movimento geral de curiosidade.

Tomando a palavra diz o orador:

“Aproveito a ocasião para manifestar à Câmara o pensamento do gabinete atual. A Câmara sabe que há um Gabinete novo, e que eu tive a honra de ser nomeado chefe desse Gabinete; mas o que talvez a Câmara ignore é que eu estou inteiramente convencido que não sou o mais idôneo para esta comissão. [*Não apoiados.*] O estado das minhas forças é conhecido por todos os que costumam tratar comigo, a minha saúde é sempre precária; porém de agosto pra cá, mais do que nunca ela tem piorado. Eu tinha deixado de aplicar-me a tudo que tem relação com a política, e há muitos meses a minha vida tem sido toda doméstica, de completo retiro, e só dedicada à minha família. Eu reconheço além disto que, em uma quadra como a atual, o governo do país precisa ter muita ilustração, muita moralidade, muita energia. [*Muitos apoiados.*] Eu creio que o país não está em leito de rosas, e além dos males internos de longo tempo acumulados, nós devemos necessariamente de temer a repercussão dos sucessos da Europa. [*Apoiados.*] Parecia-me que neste estado que julgo crítico, o único meio de salvação pública reside no patriotismo e abnegação dos brasileiros.”

A lengalenga de todos os tempos com a choradeira humilhante da incapacidade.

Velho, de ombros arqueados e voz sumida, o tom fúnebre prosseguia dobrado pelo terror pânico:

“Eu quisera saber se posso contar com o apoio da Câmara [*muitos apoiados*]; porque se eu não posso esperar, o sacrifício que faço (que para mim é imenso), é inútil, e desde então eu resignaria perante o Trono a comissão que me dou; mas se eu posso contar com o auxílio e concurso das Câmaras para algumas dessas medidas que julgo indispensáveis, enquanto alguma força me restar, eu a dedicarei toda em benefício do país; benefício de que todos partilhamos porque temos filhos, amigos, parentes e interesses que estão ligados à sorte do império. [*Apoiados.*] Se houver entre nós o que Deus não permita, a repercussão dos acontecimentos da Europa, nós temos mais que perder do que esses países; sofreremos muito mais do que eles, porque na nossa organização social os elementos são diversos e temos elementos mais perigosos que os que existem na Europa.” [*Apoiados.*]

Depois da carpideira destinada a amansar previamente a oposição, vinham uma vez mais à tona os receios da repercussão da carbonária européia.

O velho político liberal revelava a pouca profundidade dos seus sentimentos de renovação, considerando o liberalismo mais como uma atitude partidária do que um programa de governo.

Em seguida o presidente do Conselho passa em revista as medidas que se lhe afiguram essenciais para conjuração das chamas revolucionárias. A reforma do Poder Judiciário em que a Câmara devia orientar nos princípios e bases, deixando “para serem pelo governo desenvolvidas em todas as suas aplicações práticas” [*sic*].

Um as palavras descozidas sobre a reforma eleitoral, em discussão no Senado e na qual ninguém acreditava, se acompanhavam de digressões sobre leis orçamentárias, com que as assembléias dos representantes da nação sempre viveram em turras.

“Ousaria pois” – fala Paula e Sousa – “pedir que as ilustres comissões trabalhassem quanto fosse possível, para que se pudesse ter um orçamento que honrasse esta casa.”

O nobre ministro pedia muito timidamente aos senhores deputados que trabalhassem...

E julgava isso mesmo uma ousadia de sua parte...

Afinal remontava à superfície no fluxo da oração o seu *leitmotiv*. O medo, o grande medo que todos tinham de imitações no Brasil das coisas da Europa.

Eram as assustadoras tempestades de 1848.

A peroração tomava certos esgares de tragédia:

“Do que eu estou intimamente convencido, e creio que o estão igualmente todos os homens sensatos do Brasil, é que o único penhor da nossa salvação é a consolidação da Monarquia representativa [*muitos apoiados*]: uma dissidência sobre a forma de governo, julgo que seria a maior das infelicidades [*apoiados*]; e eu estou persuadido de que esta é a opinião da Câmara. [*Muitos apoiados.*] Se esta persuasão pudesse ser destruída, nada mais restava senão deplorar a sorte do meu país [*com emoção*] semelhante ao selvagem que, exausto de forças para lutar com a torrente que o arrebatava, larga o remo e cruza os braços, esperando o momento em que precipitará no abismo, eu elevarei meus olhos para o céu, e resignado sofrerei os males que não pude evitar.”

Assim, desde 1848, viaja o Brasil à borda de um abismo complacente que se recusa a tragar a presa...

*

Carvalho Moreira, num ímpeto de mocidade, logo se levanta para interpelar, querelar, sacudir um pouco o marasmo enervante caído sobre a assembléia.

Sente-se na necessidade de encarar certos fatos capitais que devem caracterizar o presente Gabinete, para tomar atitude ou entre seus aliados políticos ou entre os seus afeiçoados.

E nesse empenho de colaboração maior ou menor, manifestava desejo de conhecer em que pé se achava o regulamento do Conselho de Ministros, “porque S. Exa. foi o primeiro que teve idéia de uma tal instituição desconhecida entre nós”.

Mas iniciada apenas a interpelação, o presidente da Câmara observa ao orador que está fora da ordem. Somente nas discussões do voto de graças, das forças de mar e terra e do orçamento é que se podem fazer interpelações. Fora daí, tudo deve ser reduzido a escrito.

Carvalho Moreira mostra-se surpreso: “Então não estou na ordem?” O presidente profere algumas palavras de autoridade, e o orador senta-se meio decepcionado.

Sua estréia, pior que a de Benjamim Disraeli recebido a assovios e pateadas de O’Connel na Câmara dos Comuns, fora amordaçada no silêncio regimental.

Iam ver que oposição sairia dali.

*

No início da sessão de 6 de junho, Carvalho Moreira manda à mesa um requerimento aprovado sem debate e que bem comprova o seu interesse pelas questões verdadeiramente nacionais.

“Requeiro que se peçam ao governo, pela repartição de Estrangeiros e Justiça, os documentos e papéis relativos à apreensão do navio *Sutil*, e outros que têm sido apreendidos por vasos de guerra brasileiros, por se acharem empregados no tráfico de africanos, e que têm sido submetidos aos tribunais do país. Bem assim os pareceres do conselho de estado sobre os processos respectivos a tais tomadas.”

Realmente era a questão de maior interesse nacional, a do tráfico de africanos.

Vergonhas constantes sofria o nosso país causadas pelos traficantes imundos da mercadoria humana. Os cruzeiros britânicos desafiavam a vigilância dos navios nacionais desrespeitando freqüentes vezes a soberania de nossas águas territoriais.

Começava, portanto, a definir-se como antiescravagista, fiscalizando a repressão para a observância rigorosa das medidas tomadas.

E sobre o tráfico ainda voltará à carga meses depois procurando dar ao governo meios enérgicos, combatendo os paliativos apresentados por alguns ingênuos.

O que agora o preocupa é o novo Gabinete, com o seu programa, a sua política.

Aproveita a discussão sobre a lei de incompatibilidades, cujo projeto não permitia aos presidentes de província, comandantes de armas, comandantes de exércitos e de forças em operações, chefes de polícia e juizes de primeira instância serem eleitos deputados ou senadores pelos colégios eleitorais das províncias, ou das comarcas de sua jurisdição ou autoridade.

Exigia o projeto que somente passados seis meses, tais funcionários estariam aptos a concorrer às eleições.

Tal a substância e a sobriedade do projeto.

Carvalho Moreira, antes de entrar nesse debate, vê-se “na necessidade de prosseguir nas suas observações sobre o caráter do gabinete em geral e em suas partes e sobre as perguntas que pretende fazer ao mesmo”.

A primeira é sobre o regulamento do Conselho de Ministros e o que fica sendo o seu nobre presidente. O orador não se satisfaz com as explicações dadas pelo Sr. Paula e Sousa.

Já deita os olhos sobre Alagoas, visando o eleitorado de sua terra natal.

Abertamente provoca o ministro da Justiça a declarar-se sobre os meios de que dispõe para restituir nas Alagoas a paz, a tranqüilidade pública e a segurança individual.

“Aquela província – diz o orador – tem sido governada desde 1844 até hoje por quatro presidentes; os meios que ali têm sido empregados não têm surtido efeito. O nobre ministro da Justiça foi presidente da província das Alagoas, e na opinião do orador fez-lhe danos cruéis, porque foi o devastador daquela província...” [*Não apoiados.*]

Campos Melo se teria mordido os lábios, sabendo da acusação insidiosa.

Mas o regimento é mais duro e melhor observado pelo Presidente, que chama à ordem o deputado resvaladio...

Cuidando estar na ordem, Carvalho Moreira espera a resposta do nobre ministro da Justiça aos quesitos meio amargos.

E falando sobre a lei de incompatibilidades, acredita “que o projeto da comissão não satisfaz às necessidades do país, que é incompletíssimo, e que é uma lei de ocasião”.

Esse constitui um ponto nevrálgico em nossos costumes políticos o das leis de ocasião. Certas vezes, falta apenas o letrado, com o nome das vítimas e dos beneficiados. Sobretudo dos beneficiados.

Moreira, ainda não corrompido ou habituado ao processo cômodo, pronuncia-se categoricamente contra.

Convidado então a prestar emendas, replica que o fará seguramente.

Uma eclosão confiante tão própria à mocidade parte em jatos fortes desse jurista que não teme convulsões da sociedade.

“Tem muito medo de leis de ocasião; e como é moço, não se deixa assim acobardar pelos terrores que o nobre presidente do Conselho figurou na primeira vez que se dirigiu à Câmara. Disse S. Exa. que o Brasil tinha necessariamente de temer a repercussão dos movimentos da Europa; e mostrou-se tão compenetrado desse terror, que todo o seu discurso pareceu uma declaração quase solene, de que ele próprio não se julgava com forças para salvar o país. Como veio o nobre presidente do Conselho trazer o seu programa envolvido em um manto de luto, supôs que o nobre ministro pedisse uma sessão secreta para se tratar do estado do país. O orador nada teme, e crê que o Brasil nada tem com os movimentos da Europa; crê que o país esteve em estado mais dificultoso em 1831, ano em que parecia que a boceta de Pandora ia abrir-se, e chover sobre o Império todas as calamidades; e tanto parecia que os autores dessa revolução recuaram.”

Bem razão tinha Moreira dizendo que o programa do novo governo surgia envolvido num manto de luto, a que o susto e o terror emprestavam maior desolação.

Carvalho Moreira reage com essa profissão de fé. *O Brasil nada tem com os movimentos da Europa*. Nada devemos temer e o país já conheceu dias muito mais incertos “no ano calamitoso de 1831”.

Repudiava as tendências exageradas de imitar o estrangeiro em todas as suas caretas e trejeitos. O país novo carecia por força da secular experiência européia. A diferença de “clima”, de ambiente respondia, no

entanto, por diversas transplantações que floresciam apenas na superfície. Plantas copadas, algumas troncudas, mas de raízes à mostra.

Tal o regime parlamentar e sua prática no Império.

“Ainda mais se maravilhou por ter o nobre presidente do Conselho vindo à Câmara pedir meramente bases para legislação, dizendo que o governo se encarregaria de fazer no regulamento o desenvolvimento destas bases. Diga S. Exa. em que país constitucional jamais se apresentou um gabinete fazendo semelhante exigência que não fosse repellido imediatamente pelo Poder Legislativo.”

Em seguida à recriminação pelo desrespeito às normas jurídicas, o orador demonstra um equilíbrio, uma dosagem de desassombro e moderação surpreendentes num espírito jovem.

“Tem muito medo de precipitação: viu na regência terem propostas nesta casa medidas extraordinárias, acompanhadas de terror, dizendo-se que o país ia engolido pela revolução; viu propor-se uma lei de suspeitas, mas a maioria teve muito bom senso, muito patriotismo para sufocar a derradeira expressão do jacobinismo que se queria espalhar por esta população do Rio de Janeiro.”

Entretanto não perde o bom humor.

Pergunta ao presidente do Conselho se o seu estado valetudinário, agravado pelos trabalhos ministeriais, permitirá que fique no Ministério por muito tempo e que ele seja o próprio que tenha de desenvolver as bases legislativas pedidas.

Um aparteante declara bem fundada a dúvida.

Carvalho Moreira apanha a deixa: “Para mim é uma dúvida de muita importância.” [*Risadas.*]

O sorriso de ironia sublinhava a hipótese.

Os fundamentos jurídicos da questão o preocupam mais que tudo. Combatia a derrogação tácita de toda a estrutura política do Estado.

“Os deputados não vieram para a câmara para autorizar o governo a fazer leis, ao menos o orador não está disposto a abdicar o seu direito de legislar: tem trabalhos sobre organização judiciária, há de apresentá-los, há de acompanhar a discussão, artigo por artigo, e por isso não quer que

de surpresa se venha à Câmara arrancar bases de legislação para se reformar uma legislação que se diz constantemente que é de ocasião, uma legislação que o partido chamado liberal diz que foi feita por uma oligarquia, em tempo em que os inimigos da liberdade do país estavam todos arregimentados no poder! Pois quereis proceder do mesmo modo? Imitar o procedimento que censurais?”

O Governo e a Câmara se convenciam paulatinamente de não estar frente a frente com um deputado de oposição vulgar, sem bússola, falando contra por interesse pessoal, a boca hiante por um sedativo...

O cultor da ciência do Direito não podia abrir mão, chegada a hora de legislar. O orador não estava disposto a abdicar o seu direito de legislar, sobretudo quando em matéria de organização judiciária possuía idéias pessoais, adquiridas no trato forense.

O advogado continuava sua luta contra a chicana.

E nessa luta a franqueza entra por uma das armas mais eficientes: “Sei que não tenho agradado a alguns Srs. Deputados [*apoiados*], mas tenham paciência.”

Prosseguia justificando a adoção da lei de incompatibilidades, opondo-se à idéia de funcionários públicos deputados.

Não concorda, também, que membros do Poder Judiciário sejam deputados, porque julga que a magistratura deve formar no país uma classe profissional, uma classe encarregada somente de administrar justiça. E a acumulação das funções políticas no magistrado pervertem, desnaturam, ainda mesmo sem ele o querer.

Decerto que os funcionários públicos se encontram na posse de conhecimentos especiais para a confecção das leis, mas a prevalecer a exclusividade desse argumento, a Câmara se comporá principalmente de funcionários públicos.

“Para prova desta sua asserção, pede que se note que na Câmara atual se contam 59 empregados públicos, sendo 36 membros do Poder Judiciário e 23 funcionários públicos, não incluídos os vigários nem os deputados que exercem o Ministério.”

O peso do argumento fazia oscilar a balança. 59 funcionários públicos numa Câmara de 105 deputados eram alguma coisa capaz de avariar seriamente o conceito da soberania nacional, deusa olímpica reinante nessa época.

Conclui pela constitucionalidade da lei de incompatibilidades, adicionando carradas de razão.

Quando Carvalho Moreira sentou-se, tinha aparecido o grande líder da oposição em 1848, a cujo lado só chegaria Maurício Vanderlei.

*

Mandava o imperativo da bajulação que a um oposicionista replicasse um deputado governista.

O Sr. Marinho levantou-se e fez uma defesa choca como o próprio governo.

Mastigando penosamente as palavras, o orador sempre reconhece “a triste, a fatal necessidade em que infelizmente se acha colocado o país, convém na verdade para bem da moralidade pública, para bem do sistema constitucional, que não haja mais essa decretação de popularidade [*sic*], como tem havido até agora”.

O coco vazio rodava nos ombros para a direita e para a esquerda em busca de um assunto.

Lembra-se de Carvalho Moreira e cai sobre ele. “Disse o nobre deputado que o gabinete atual é heterogêneo! Eu declaro que o atual gabinete não é heterogêneo.”

Com sagacidade, Moreira replica que “ele não é homogêneo nem com a maioria”.

Nova afirmação do Sr. Marinho de que o gabinete está com a maioria, novo aparte de Moreira dizendo tratar-se de uma grande maioria aleatória.

O Sr. Marinho apela para o cálculo e perde-se numa álgebra compreensível apenas para os iniciados:

“Bem: veio um gabinete que tem os princípios dos 50 e dos 44; logo, a consequência é que em vez de 50 somos 94.” [*Apoiados e risadas.*]

Moreira promete responder a este cálculo.

Afinal o Sr. Marinho expõe francamente suas convicções em relação ao novo Ministério “com o qual estou de acordo nos pontos e vírgulas”.

O Sr. Fernando Chaves pergunta “quais são as vírgulas do Ministério?”

O Sr. Marinho sai-se de modo sublime – “Esta pergunta me faz pensar que estou dizendo coisas boas, porque do contrário não daria um aparte sem significação.” [*Risadas.*]

Estava feita a defesa.

*

O presidente do Conselho julgaria útil vir em pessoa sustentar a política do Ministério, no dia imediato.

No discurso proferido a 7 de junho não faltariam alusões a Carvalho Moreira: “Se eu desejo prevenir males que podem vir, porque não sou tão afoito com os honrados membros que julgam que não há perigo algum para o Brasil...”

O Sr. Carvalho Moreira – “Ninguém disse isso”.

Vozes – “Disse, disse.”

Sempre tem eco quem está no poder...

Em todo caso, Moreira provocará uma longa explanação do chefe do Gabinete, elucidando os pontos controversos.

Um dos objetivos de Paula e Sousa constituía a diminuição da irritação dos partidos. Conciliação e serenidade. Faltava-lhe, porém, energia para isso.

Às vezes no mar irritado se consegue baixar o ímpeto à força de muito óleo derramado na superfície...

Outra vez no dia 9 vai à tribuna o presidente do Conselho.

Moreira o morde sempre com seus apartes.

Já no dia 20 do mesmo mês, resolve esgrimir... com o próprio ministro da Guerra.

Discutia-se a fixação das forças de terra.

Prometendo ser breve, dada a urgência de decretar-se quanto antes a força de terra, Carvalho Moreira enche o ministro militar de quesitos sucintos mas numerosos.

Podendo embora estar em erro, não está disposto a dar ao Sr. ministro mais do que a força ordinária para tempos ordinários.

Faz numerosos cálculos, citando relatórios e outros documentos. Mostra-se bem informado.

A certa altura interroga se o Sr. ministro “entende ser de absoluta necessidade a reforma do grande corpo judiciário, militar, legislativo ou político, e não sabe se executivo que há na corte do Rio de Janeiro, a que chamam Conselho Supremo Militar, e se o Sr. Ministro, que não pode deixar de ter pleno conhecimento do modo por que funciona aquele grande corpo, que o orador chamará excrescência na organização do país [*apoiados*], está disposto a levar suas intenções benéficas, suas vistas reformadoras sobre esta corporação”.

Excrescência, monstruosidade, o Conselho Supremo Militar – representava a média de sinceridade com que o legislador, na sede de aperfeiçoar o aparelho da justiça, desafiava a cólera agressiva de quem tem armas na mão.

Ainda como órgão consultivo, poderia prestar algum serviço mas do modo que está “é uma monstruosidade”.

Carvalho Moreira terminava por umas considerações ferinas sobre a formação adventícia do Gabinete, no qual o ministro da Guerra, Santos Barreto, teria penetrado não sem certa surpresa dos meios políticos.

Tanto mais que o gabinete anterior, de 8 de março, baqueou por ocasião da apóstrofe do Sr. ministro da Guerra à deputação de Pernambuco, perguntando “se queria que continuasse naquela província e no país o inferno de Dante”.

Dizia Carvalho Moreira: “a expressão inferno de Dante foi que causou todo aquele extraordinário e inopinado acontecimento da queda do Ministério”.

“*Muitos senhores* – Não apoiado, está muito enganado.

“*O Sr. Carvalho Moreira* – Não duvido que esteja equivocado.

“Ora, vendo o orador entrar para o Ministério o Sr. ministro de Guerra, perguntou a si mesmo como é que S. Exa. se havia de haver com esse importantíssimo grupo, e chegou mesmo a perguntar a si que papel queria S. Exa. reservar para si, e apara seus adversários e antagonistas de então; se o papel (já que se havia referido ao inferno de Dante) do arcebispo Rogério, se do conde Ugolino. [*Risadas.*]

“Quando fez esta alegoria na pergunta que dirigiu a si mesmo, estava muito longe de imputar ao Sr. ministro da Guerra, e à nobre deputação de Pernambuco, nenhum dos caracteres com que se quisesse revestir o nome do arcebispo Rogério, e do conde Ugolino: falava-se só dos sofrimentos que estes desgraçados tiveram no Inferno de Dante, roendo a cabeça um do outro. [*Risadas.*]”

O orador concluía que, da maneira por que se formou, o Gabinete não podia achar apoio na Câmara, nem mesmo ter homogeneidade de vistas.

O inferno de Dante, o arcebispo Rogério e o conde Ugolino, o orçamento da pasta bélica, a excitação partidária, tudo formava um ambiente de agitação.

Cheio da vida dos trinta e três anos, Carvalho Moreira sentia-se bem consigo mesmo e com sua época, atirando-se a uma oposição triunfante.

“NEGO PÃO E ÁGUA”

A IMPLANTAÇÃO do regime parlamentar, com todo o séqüito de seus recursos, amoldando-se sempre às circunstâncias e ao momento, superestrutura de nações seculares, ia fazendo seu caminho penoso no Brasil.

O “clima” não era bem o mesmo...

O modelo britânico, que seduzira um estadista do porte de Bernardo de Vasconcelos sofria metamorfoses incríveis. O filho desnaturado muito vagamente lembrava o alto e glorioso *pedigree* de suas origens...

Com aquele amortecedor do fino trato inglês, o *speaker* de lápis em punho a anotar expressões menos parlamentares, o tradicional sanguefrio – tudo emprestava ao sistema de governo um prestígio que vinha não tanto da coisa em si, como de uma longa experiência.

Era de ver a comparação entre a prática e as virtudes do parlamentarismo lá na Inglaterra e cá em nossa terra.

A certa altura da sessão de 31 de agosto de 1847, em pleno Senado do Império, o presidente do Conselho de Ministros, o Senador

Alves Branco, terminava a sua réplica ao próprio Bernardo de Vasconcelos fazendo com os dedos o gesto clássico de surripiar, logo compreensível em se tratando de cunhagem de moedas.

Vasconcelos, não se contendo, berra colérico do assento, a que o prendia a paralisia:

– Miserável, acabe o que tinha de dizer: não se contente com o gesto!

E não se diga que isto fora o resultado da má digestão ou dia aziago.

Meses depois, já em 1848, em meio a certo escândalo de pudor, Alves Branco cansado das interpelações sarcásticas mas regimentais do mesmo adversário deblaterava possesso:

– Vá... mas não sei pra onde... *

Ainda bem que em tempo acudiu a ignorância ou esquecimento do endereço.

E eram os fundadores do regime parlamentar na América. Com o mesmo dualismo *whig* ou *tory*. Alves Branco liberal e Bernardo de Vasconcelos conservador.

Não admira pois, que a Câmara dos Senhores Deputados, gente mais moça e bem pouco amiga das convenções, ofertasse em seus Anais páginas ainda menos abonadoras das instituições parlamentares. Homens cheios de entusiasmos e ambições, com energias inatas para a luta, cada qual desejando sobressair ao contendor na ânsia do maior brilho e na satisfação da vaidade mais exigente, aqueles Senhores Deputados de 1848 dariam muito que fazer ao envelhecido Paula e Sousa.

Carvalho Moreira, opositorista da minoria conservadora, estaria em breve no rol temido dos derrubadores de Gabinete.

*

Aproveitando as costas largas da matéria orçamentária, Moreira começa fazendo discurso conciso, com doses concentradas de veneno.

* Otávio Tarquínio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*, pág. 251.

Modesto, sempre pedindo desculpas de aparecer e de tomar a palavra (a vitória pessoal precisa de desculpas contra a inveja), explica os motivos por que se animou a falar.

Suas considerações em torno da verba do orçamento se iniciam pelo ponto vulnerável do Ministério da Justiça, – os fundos secretos de 20:000\$000 dados para a polícia:

“Concebe perfeitamente que as maiorias votem fundos secretos ao governo em que depositam plena confiança; é este o costume seguido em todos os parlamentos; sabe mesmo que o entusiasmo pelos governos tem levado muitas vezes as maiorias a dar-lhes o que eles não precisam.”

“Está persuadido que os fundos secretos nunca servirão para benefício do país.”

A alusão era manifesta a certas organizações policiais bem malquistas da população.

Havia então na polícia do Rio de Janeiro um famoso *batalhão de pedestres*, armados de cacete à semelhança da polícia dos cacetistas de D. Miguel. A população não se indignava pouco com esses “pedestres”, que queriam montar na bolsa de toda gente, exercendo exações de multa até contra pais de família.

Tal batalhão, considerado técnico na caça de gatunos, era composto dos “mais desmoralizados ciganos” e dava resultados verdadeiramente contraproducentes. Tornavam-se “os maiores ladrões” [*sic*].

Entretanto o orador se põe a salvo, confessando “ter muito medo da polícia”. Não do “atual chefe de polícia cuja probidade e honradez reconhece” mas “da polícia em geral e repete ter muito medo dela”.

De longa data, portanto, os representantes da nação com especialidade os deputados, têm esse medo à polícia.

Propõe em seguida uma emenda para que fique a cargo do cofre geral o pagamento dos párocos, economizando assim cerca de 122:000\$000 com que deseja estabelecer um *forum* na capital do Rio de Janeiro. “Se o Sr. ministro da Justiça aceitar a emenda, e levar a efeito esta idéia, fará um grande serviço à população da capital que sofre grave incômodo por se acharem muito disseminados os cartórios criminais e civis, os juízes de pri-

meira instância, etc., etc., de sorte que para obter por exemplo uma folha corrida, é necessário sujeitar-se a grande incômodo e despesa.”

Desenvolve longamente o pensamento dominante da administração da justiça em um país constitucional, tema que é como o nervo desse discurso de 27 de julho.

“Não ocupará a Câmara sobre o modo por que se administra justiça na superfície do Império, nem tampouco referirá fatos, bem que alguns tenha para denunciar nesta casa o modo *irregular, tortuoso, vexatório, atroz mesmo por que se administra justiça no país sobretudo em certos lugares.*”

Preocupado com a influência perniciosa de uma justiça mal executada e cara, temendo a repercussão no resto da organização social, “crê que um Gabinete que se diz filho das idéias liberais, saído do seio genuíno de uma maioria, que tem sido tão zeloso pelos foros e liberdades do cidadão brasileiro não deverá continuar na conservação de princípios destruidores das liberdades do cidadão”.

A maioria liberal devia considerar o maciço da legislação do país e reformá-la. Apresentá-la escoimada, estreme de todas as vexações, fiel aos princípios democráticos e à Constituição...

Da crítica à distribuição da justiça social, passa Carvalho Moreira aos ataques à política do Gabinete de 31 de maio.

“Parece-lhe que o atual Gabinete não tem vontade própria, por outra, que não governa, que está enfeudado na maioria, que segue à pista todos os seus impulsos, todas as suas opiniões, ainda mesmo que não seja as mais acertadas. Quando pela primeira vez veio ao grêmio da Câmara temporária o nobre presidente do Conselho, apresentou-se ele aterrado, tão assustado, vendo o horizonte carregado de nuvens tão negras, que o orador não sabe se deve atribuir a esse estado patológico a incoerência de suas idéias, ou se deve acreditar que este grande parlamentar não é o estadista que tinha figurado sua imaginação.

“Um estadista quando vê que não pode realizar as suas idéias, porque a maioria se opõe, porque é exigente, porque o quer arrastar além de seus princípios, retira-se, deixando passar a onda, espera que melhores circunstâncias o chamem de novo ao poder. Mas não foi isso que fez o Sr. presidente do Conselho.”

Essa lógica de “deixar passar a onda” era terrível. Trágica pela realidade do desfecho que mostrava o audacioso e imprudente Paula Sousa afogado no maremoto dos bate-bocas, incapaz de orientar os debates ou mesmo de obter o silêncio que devia acompanhar a voz da primeira figura do Gabinete, chefe da maioria governista.

O Gabinete de 31 de maio já começava a merecer o epíteto feliz, que se firmou com o retraimento de Paula Sousa, – o “sem-cabeça”.

Entretanto, o deputado por Sergipe prosseguia em seu diagnóstico, levando o Ministério para os domínios da patologia.

“Acredita portanto ter demonstrado que o atual Gabinete não governa; esta é uma situação lastimável em um país constitucional; o governo tem uma missão superior a esta que o atual Gabinete tem julgado suficientemente preencher, indo na cauda da maioria. O governo deve dirigir a maioria, não a deve esterilizar, deve aproveitá-la em benefício do país; *se a julga incapaz disto deve dissolver a Câmara*; e se o Gabinete é incapaz de fazer a felicidade do país, retire-se, deixe que aqueles que o governam subam ao poder.”

O dilema da dissolução da Câmara ou retirada do Gabinete atingia a saturação da paciência com o diagnóstico final:

– “Eu chamo a um tal governo médico-sintomático.”

Que queria dizer isto na gíria médica da época? Na linguagem daquela medicina, onde oficiavam também os barbeiros...

É possível que a classificação incolor mascarasse alguma coisa feia!

O certo é que o ministro da Justiça presente chamou a si aquele “médico-sintomático” e disse ao nobre deputado alguns palavrões que o pudor dos Anais não conseguiu registrar.

Carvalho Moreira repeliu o insulto com energia. Chamou o ministro de nada menos que “insolente”. E que S. Exa. falava lamentavelmente com “os modos próprios de sua educação”. Houve um escândalo consternador da maioria. O deputado manteve-se no entanto firme e sereno no revide, malgrado ser contra o ministro da Justiça. Malgrado o seu medo da polícia.

Aquele homenzinho magro, além de janota e irônico, sabia também ser valente na hora do ataque.

*

No dia imediato, Carvalho Moreira envia à mesa da Câmara quatro emendas de cortes no orçamento e redige a seguinte proposta:

“O Governo fica autorizado a reunir em um dos edifícios públicos desta corte todas as justiças de primeira instância com todos os cartórios civis e criminais, bem como a Relação e o Supremo Tribunal de Justiça, dando o competente regulamento ao fórum da capital do Império, que será submetido à aprovação do corpo legislativo, dependendo até a quantia de 50:000\$000.”

Insistia na sua iniciativa de tornar realidade a justiça no país, reformando e melhorando o seu aparelhamento e instalações.

Outra medida da maior importância.

Na sessão de 12 de agosto, fundamenta e manda à mesa um notável projeto de lei sobre casamento civil, que foi também assinado pelo seu grande amigo e colega, João Maurício Vanderlei.

Dentro dos 45 artigos do projeto se articulam e se condensam soluções e remédios para todas as deficiências e males da legislação em vigor.

O pátrio poder ou o conselho de família exerciam uma autoridade absoluta sobre as pessoas núbéis, autoridade muito de acordo com o feitio da família patriarcal brasileira.

A ditadura dos pais e parentes sobre destinos de vidas e consciência que não eram as suas, conhecia agora seus limites, bem marcados.

O projeto chegava a ser revolucionário.

Substituía o consentimento paterno pela licença do juiz (e até do Imperador em casos graves) para casar.

Verdadeiro rompimento dos grilhões maometanos da sociedade patriarcal.

O casamento civil se fazia sentir como um imperativo de um país católico, que precisava regularizar a situação de imigrantes das mais diversas procedências e religiões.

O casamento civil seria para o Império a *tabula rasa* onde se inscreveriam legitimados os nomes de numerosas famílias de colonos, em franca prosperidade.

Entretanto, julgado o projeto como objeto de deliberação, é mandado imprimir.

O cochilo do legislador fez com que o projeto dormisse para sempre.

*

Mas, fora os apartes, trejeitos e momices que seguem o cortejo de todas as oposições, o grande assunto da legislatura, em torno da qual se vem a processar o *divortium aquarum* – seria o tráfico e suas leis repressivas.

O tráfico com todas as suas barbaridades. As suas miseráveis lojas de venda na Rua Direita, onde se gritava alto e bom som o preço dos negros expostos, como em cotação da Bolsa. Negrinhos, chorando ao serem arrancados do colo de mães esqueléticas.

Negros rancorosos contra os brancos, que lhe arrancavam as mulheres.

Os traficantes da mercadoria infame, pelo desgaste do sentimento humano, não viam mais no escravo senão uma coisa, um objeto de venda.

E as cenas mais horripilantes seguiam-se às vergastadas naqueles negros aferrolhados de pés e mãos, enlouquecidos de dor, cheios do banzo de sua cubata primitiva mas feliz...

Os ingleses a muito custo haviam conseguido do Governo brasileiro a lei de 7 de novembro de 1831, proibindo terminantemente o tráfico e tornando livres os africanos entrados depois dela.

Mas era uma lei para inglês ver...

Cada dia surgiam novos subterfúgios da cachola jurídica dos bacharéis da terra ou se descobriam canais ocultos e bastante internados no litoral brasileiro, para o desembarque clandestino dos negros desgraçados...

A um colega conservador que pedia prudência e muita prudência no caso, replicava o Deputado Nunes Machado na sessão de 21 de setembro:

– “Prudência é mandar tapar o canal de Macaé, ali é que eles desembarcam, e que se reexportam para as fazendas...”

O formalismo jurídico, tão rigoroso e taxativo à primeira vista, era assim aniquilado, às escondidas.

Desde a sessão de 22 de agosto, em que pronuncia um tremendo discurso de oposição, Carvalho Moreira toca nesse ponto nevrálgico: – “... qual é o projeto, vasto, grande, sistemático que o Sr. presidente do Conselho tem apresentado no Parlamento? Algumas emendas, alguns projetos de ocasião. Por exemplo, é preciso acabar um mal sentido universalmente no Brasil, qual o que resulta do abuso flagrante e escandaloso com que se violam as leis repressivas do tráfico com que se falta à fé dos tratados, os homens que vêem mais longe temem, e temem muito seriamente pelos destinos do país se não se remedia este mal; S. Exa., um tão distinto estadista, que projeto elaborou, que grandes combinações consignou em projeto, quando se tratou desta matéria no Senado?”

Acusações muito justas tanto mais quanto Paula e Sousa, numa réplica a Carvalho Moreira, perguntara pelo programa da oposição.

O futuro diplomata finge-se surpreso com a teoria. “Com que força faria a oposição realizar suas opiniões? E abona o seu conceito do papel oposicionista, louvando-se no testemunho de Benjamin Constant em “seu excelente tratado de política, cujas doutrinas são quase reputadas dogmas do direito público, porque ele é sem dúvida considerado ainda hoje o fundador desta ciência.”

E nada mais cômodo do que esse dogma de Benjamin Constant – a missão especial do opositor é impedir que o mal se faça, mas não é obrigada a apresentar substitutivos para as idéias que combate.

Apesar do comodismo alegado, o temperamento inquieto e ativo do jovem deputado não permitia essa regra glacial de conduta.

Ia dando à larga e de boa vontade numerosas idéias que, realizadas, fertilizariam qualquer administração.

Sem falar na questão do tráfico que será um *leitmotiv*, aponta a legislação antiga de fazenda, tão bárbara “que consigna o princípio, que quem demandar a fazenda pública pague sempre as custas, quer seja vencedor quer vencido, e as custas que os exatores da fazenda têm muitos meios de aumentar...”

Mas o seu realismo jurídico estava sempre presente. Censurando o governo em matéria financeira (no que logo se especializou), fez a crítica do programa relativo ao papel-moeda. Pensava o presidente do Conselho que o mal provinha da nossa legislação. Enganava-se. “O mal provém dos maus executores...”

Enxergava assim uma das causas mais verdadeiras das inaptações de leis, tecnicamente perfeitas, serem um fracasso no Brasil. Falha a execução...

O regime parlamentar, porém, não permitia outra colaboração eficiente aos oposicionistas senão os discursos recheados de verdades duras.

O problema do ensino superior, especialmente na parte relativa às faculdades de direito e medicina, é analisado com não menos dureza por Carvalho Moreira, na sessão de 29 de agosto.

Combate o destino que no orçamento se davam às taxas universitárias – inclusive venda de cartas aos bacharéis formados – transformados em fontes de renda.

Não contém a indignação ao ver que a elevação das taxas se destinava a selecionar dentre os favorecidos das riquezas os futuros doutores e governantes:

“Até com surpresa sua viu que já em algum tempo nesta Câmara se disse que era necessário elevar a taxa das matrículas para que não chegassem a ser habilitadas com um diploma de uma academia de direito pessoas pertencentes a classes ínfimas da sociedade! Como se a Constituição tivesse marcado o berço a cada um dos brasileiros, como se a Constituição tivesse designado quais eram as classes donde deviam sair os magistrados, os parlamentares, os estadistas do país!!!”

Talvez a verdadeira causa não fosse somente a cruel e esmagadora luta de classes.

O bacharel já começara a ser uma praga nacional. Já nessa metade do século XIX se desejou que houvesse o menor número possível de bacharéis mas os melhores bacharéis. E “até se acrescentou que os bacharéis tinham invadido tudo no Brasil, e, como a peste, tinham lavrado por todo ele!”

Como grande bacharel, com a nomeada crescente de jurisconsulto, Carvalho Moreira opinava generosamente – “cumpre que haja o maior número possível de bacharéis, porém os melhores bacharéis possíveis”.

Em tempo, declara incluir também os médicos na mesma enchente...

Lembrando-se dos tempos de estudante em Olinda, cai em cima dos professores:

“Cuide o governo de lançar suas vistas sobre as nossas academias, e veja o desgraçado estado em que se acha a academia jurídica chamada Olinda, onde os lentes são tão estúpidos...”

“*Uma voz* – Nem todos.

“Também não compreende todos, porque há muito honrosas exceções, como, por exemplo, o Sr. Dr. Autran, de grande e muito subido merecimento, que tem na casa muitos discípulos; o Sr. Zacarias, o Sr. Amaral e outros; mas é forçado confessar que há outros, cujas sandices produziriam na Casa estrondosa hilaridade se fossem nela referidas.”

Todos os meios para levantar o ensino, admitia o orador – exceto “esse meio estúpido de travar a carreira pela imposição do dinheiro”.

Palavras de real sentimento democrático, valorizadas por saírem da boca de um filho de senhor de engenho, esses senhores feudais a que só faltava o *jus primae noctis* nas bodas de seus lavradores...

*

O Ministério liberal fraquejava aos poucos diante das investidas da minoria conservadora.

No Senado era um gigante – Bernardo Pereira de Vasconcelos a ferir-lhe de rijo as carnes magras, valendo-se das lâminas afiadas de sua ironia.

Na Câmara, duas mocidades impetuosas se disputavam a liderança da oposição – Carvalho Moreira e Maurício Vanderlei.

Grandes amigos, antigos companheiros de *república* em Olinda, dos tempos amenos e divertidos dos *cafajestes* e *futricas*, eram agora dois aliados decididos na conquista do poder, dois seduzidos pela sede de mando.

A obstrução constante, o trabalho de mina, solapando sem cessar, situariam por fim o Gabinete de 31 de maio em um terreno movediço.

Um temporal mais forte, uma infiltração maior, e a morte vinha certa. A queda do poder inevitável.

O mês de setembro foi o de maior brilho na carreira parlamentar de Carvalho Moreira.

Três discursos violentos e curtos, com aquele veneno concentrado, dariam cabo do “sem cabeça”.

Paula Sousa, doente e retirado, de fato, da luta no Parlamento, não pronunciava mais aquelas orações paliativas, que minoravam um pouco a secura da oposição.

Em 12 de setembro, pede urgência para o orçamento que, malgrado uma primeira prorrogação, não fora ainda votado...

Pergunta à maioria o que é feito do orçamento? “Será razão de piedade para com o Ministério, a quem a maioria julga morto?”

Explica os recuos e vacilação do Ministério perante a sua própria obra. O orçamento acha-se enxertado de disposições estranhas a uma lei ânua. “Este orçamento assim confeccionado contra os princípios da Constituição é, como disse, a sentença de morte do atual Gabinete.”

Se não fosse a sentença de morte, andaria perto da ruína uma instituição atacada sem protestos por esta forma:

“Talvez em consequência da fraqueza deste Ministério, em consequência da sua incapacidade e inépcia?”

Ou então: – “E se não passar a lei do orçamento, de quem é a culpa? É do governo, é sobretudo do Sr. presidente do Conselho, que não tem coragem, nem para se demitir, nem para reprovar aquilo que não pode aprovar.”

Sic itur rad astra... Com tanta desenvoltura no ataque, a batalha andaria meio ganha. Dois dias depois, a excitação partidária ia chegando ao clímax.

Logo no início da sessão entra em discussão um crédito de exercícios findos, desde o ano de 1829 até 18 de agosto de 1848.

Uns magros 400:912\$388 para a impaciência de numerosos credores do Estado, alguns já falecidos de tanto esperar...

Vanderlei propõe o adiamento da discussão e imprimir as tabelas explicativas do crédito. Justificando a medida, cita o fato acontecido em 1843 quando, pedido crédito análogo, vieram incluídos nas tabelas nomes de pessoas, que nunca tinham sido credores do Estado...

Carvalho Moreira imediatamente torna seu o requerimento apresentado por Vanderlei.

Mas o ministro da Fazenda, Sousa Franco, declara ser impossível que se entre no conhecimento das contas de exercício findo...

Levanta-se o deputado por Sergipe e desfere mais uns torpedos, mais umas increpações ferinas.

Há de ser um caos, diz ele, as bases do pedido desse crédito, para a Câmara não poder compreender a sua razão de ser, a sua moralidade, para dispensar a impressão de tabelas explicativas. “Esta proposição já produziu mesmo da parte da maioria um sentimento de desconfiança contra o atual Gabinete.” [*Apoiados e não apoiados.*]

Avança mesmo, com audácia, afirmações precipitadas: – “A maioria não tem confiança no Governo...”

E encurtando razões, de modo um tanto violento:

“Vota contra o adiamento, contra a lei do crédito, contra tudo, porque a este governo diz como o Sr. Vanderlei: *nego pão e água.*”

A prova de que o governo andava a pão e água, vem das deferências com que, na resposta a Carvalho Moreira, o ministro da Fazenda o trata atenciosamente, todo cheio de medidas e deferências. Atitude bem diversa da do seu colega de Justiça, que se saiu mal, tropeçando nalguns palavrões. Para escurecer os horizontes, a resolução sobre o tráfico de africanos vinha agitando as discussões em plenário.

O fracionamento da maioria liberal se operava aos poucos nesses debates a que faltava a direção, a orientação, a mão forte do Ministério.

Carvalho Moreira tinha tido bastante razão em dizer que o Ministério esterilizava a maioria.

O mal-estar se avolumava e torna-se ingrato sustentar um gabinete que não pusera em execução, sequer em andamento, as promessas do seu programa de governo.

Quando, no dia 21 de setembro, entra em discussão o artigo 13 da resolução sobre africanos, havia uma lassidão de tanta discursão vazia e de tanto esforço inútil.

Dizia o art. 13: “Nenhuma ação poderá ser intentada em virtude da lei de 7 de novembro de 1831, que fica revogada, e bem assim todas as outras em contrário.”

Ora justamente o art. 1º da lei de 7 de novembro estipulava: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres.”

Os capitais invertidos no comércio da escravatura influíam poderosamente na balança.

Alguns políticos tendiam para a tolerância, visando o eleitorado dos escravagistas.

Carvalho Moreira, antiescravagista, não trepida em perder a sua carreira de deputado. “Declara-se contra essa lei em todos os seus pontos.” Uma lei aliás “que há 11 anos dormia o sono do esquecimento” e aparecia agora no fim da sessão, “como para matar o tempo”.

E diante da sessão secreta pedida para a discussão, sem público de interessados nesse art. 13, julga que toda a lei, desde o princípio, devia merecer o mesmo cuidado.

Falam numerosos deputados sem virem a um acordo.

Carvalho Moreira, passando das palavras às manobras, propõe um requerimento de adiamento para que a discussão tenha lugar na presença do Sr. presidente do Conselho Paula e Sousa.

Esta tática derrubou o Gabinete liberal, que se retirou diante da aprovação do requerimento de Carvalho Moreira, por 32 votos contra 29.

*

Volvidos muitos anos, Carvalho Moreira ainda teria muito vivas as reminiscências dessa quadra de sua existência.

Escrevia ao antigo companheiro de lutas, já agora o respeitável Barão de Cotegipe, em carta de 21 de fevereiro de 1870:

“Não te lembras do Ministério do Paula e Sousa por ocasião da Revolução da França em 1848? Passado o susto da *edipe da Monarquia*, o

maquinismo mudou de repente o ponto de apoio, e veio o Eusébio, etc. Assim, meu caro, nessa terra, onde todas as ambições políticas, todo o alarido dos partidos, se acalmam com uma pasta de ministro...”

Um depoimento precioso, encontrado numa carta inédita do Barão do Rio Branco a Carvalho Moreira (datada de 25 de setembro de 1888), esclarece alguns aspectos da história desse episódio da vida nacional:

“Em um discurso de Eusébio proferido em 1852 colhi o seguinte sobre a discussão em 1848 (resumo):

“O artigo 13 deu lugar a que a maioria liberal se fracionasse. Grande parte dela abandonou o Governo, sustentando que todo o mérito da lei seria perdido se fosse aprovado esse artigo. A oposição conservadora (Eusébio era o chefe?) aderiu quase unânime ao pensamento de repelir esse artigo, e ligou-se à fração da maioria que assim pensava. O Gabinete reconheceu que era perigoso sujeitar o artigo à votação.

“Eis o que colho no discurso de Eusébio.

“Portanto, a votação em que V. Exa. derrotou o Gabinete (e desejo muito lembrar isso – porque muita *gente da geração* nova ignora essas causas) teve lugar não sobre o artigo, mas sobre o *adiamento*.

“Dissolvida a Câmara, voltou o assunto à discussão em 1850. Só sei que em sessão secreta de 12 de julho de 1850 foi rejeitado o célebre artigo 13.”

Tal o depoimento de Rio Branco historiador dentre os mais conscienciosos, relatando os acontecimentos em que Carvalho Moreira teve prima pars.

A verdade é que o novo Gabinete, chefiado pelo Visconde de Olinda e tendo um ministro da Justiça, hábil e enérgico, como Eusébio de Queirós, preferiu dispensar a colaboração dos Srs. Deputados.

Aquela Câmara de 1848 estava muito viciada e tumultuosa. Primeiramente adiada a sua legislatura para 23 de abril de 1849, nem sequer chegou a abrir, dissolvida antes pelo decreto de 19 de fevereiro do mesmo ano.

Carvalho Moreira voltava à sua advocacia.

.....
VI

O TRABALHO DO JURISCONSULTO

N

O QUARTO ANIVERSÁRIO do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, em sessão pública de 7 de setembro de 1847, Carvalho Moreira consolidava o renome de jurista com uma concisa mas erudita *Memória sobre o Supremo Tribunal de Justiça*.

Analisando a sua composição, organização e competência, busca nessa conferência demonstrar certas falhas dessa instituição, propondo reformas e sugerindo alterações.

Bem significativa a epígrafe que escolheu para a sua Memória, emprestada à pena de C. Conte – “Dans la science de la législation, comme dans toutes les autres, il n’y a de bon que la réalité.”

O opúsculo dado à luz um ano depois acha-se recheado de numerosas notas e citações de juristas estrangeiros, mais em evidência na Europa como Lermnier, Meyer, Favard, Dupin, de Langlade, Carré.

E o famoso Lorde Brougham, “um dos estadistas mais abalizados da Europa e que seriamente se tem ocupado da reforma judiciária de seu país”. Já os ingleses começavam a interessá-lo e seduzi-lo. Sua admira-

ção por Lorde Brougham e pelas reformas que este propõe na organização judiciária da Inglaterra são bem sugestivas.

Carvalho Moreira, no entanto, desenha todo o seu ensaio, batendo-se pela modelagem ou conformação das normas jurídicas à realidade ambiente.

Não deixa de merecer um reparo essa preocupação do jurista contra o formalismo jurídico.

Essa atenção, esse carinho da prova, da demonstração aparecia no detalhe.

Pleonasticamente desejando mostrar a morosidade da nossa justiça, Carvalho Moreira transcreve um apêndice, autenticado pelo respectivo Secretário, um *Mapa dos processos cíveis e crimes, que no ano de 1846 se distribuíram e julgaram no Supremo Tribunal de Justiça*.

Pela relação se vê que dos processos cíveis, dentre 187 distribuídos 165 foram julgados ao passo que nos processos crimes menos da metade teve decisão final em meio a 43 distribuições.

Mais de 60% dos processos crimes ficaram mofando. Urgia uma reforma e o conferencista apresentava um projeto, dividido em quatro títulos e trinta artigos.

Dentre as atribuições novas convém salientar uma interessante do projeto elaborado por Carvalho Moreira:

“Art. 15 – Além das atribuições, que tem atualmente o Supremo Tribunal, compete-lhe ainda conhecer dos delitos civis dos bispos.”

Como que a mão cega do destino era quem lhe ditava essas linhas. A ele, o futuro Penedo, da missão apaziguadora a Roma em 1873, cujo fracasso veio dos processos dos Bispos do Pará e de Pernambuco, sentenciados precisamente por esse Tribunal de Justiça...

Quando esperava que a cessação do processo seria a coroação natural da sua missão feliz, viu a máquina burocrática da justiça humana romper brutalmente a tecedura diplomática...

Mas que querem, se Carvalho Moreira fora quem, quase trinta anos antes, armara em pessoa o Tribunal de tais poderes?

Que há muitas coisas entre o Céu e a Terra e não as sabem os homens – pensou Shakespeare com acerto de adivinho.

*

Não admira pois que, dissolvida a Câmara dos Deputados em começos de 1849, o ministro da Justiça do novo Gabinete recorresse, juntamente com outros seus colegas, aos préstimos da novel mas douta associação dos juristas brasileiros.

Figura saliente do Instituto dos Advogados Brasileiros a cujo Conselho Diretor pertencia, deputado que desenvolveu na sétima legislatura uma atividade das mais em relevo, Carvalho Moreira começaria a cooperar bem de perto, na configuração jurídica do jovem Estado brasileiro.

Distinguido pela amizade pessoal de Eusébio de Queirós, que muito apreciava seus talentos e mocidade, Moreira não deixava de ser um aliado político do Ministério conservador.

Livre das patativas oposicionistas da Câmara, os conservadores empenharam-se em realizar grandes e reais benefícios ao país.

Sem falar na famosa lei de 1850, com que Eusébio de Queirós prestou o serviço inestimável da extinção do tráfico negreiro, diversas iniciativas menores tiveram lugar.

Não seria das pouco importantes a reforma do retrógrado sistema penitenciário então em vigor.

Eusébio confia essa árdua e honrosa tarefa à capacidade e cultura jurídica de Carvalho Moreira.

Apaixonado do trabalho tanto quanto sôfrego de prazeres, conhecendo e praticando a medida justa da vida, Moreira abandona os saraus e bailes, com aquele círculo sedutor de mulheres formosas e românticas dos princípios do Segundo Reinado.

Amigo do Direito, distraía-se de vez em quando a escrever linhas sinuosas, em cujas curvas se acolhiam pequenas infidelidades conjugais...

“Leão do Norte” às soltas na capital, com a carteira lustrosa dos rendimentos de sua fortuna pessoal (a sábia economia patriarcal dos senhores de engenho), entregava-se às férias dos trabalhos da Câmara.

Entretanto, a força de vontade formava em Carvalho Moreira um ângulo do caráter.

Larga tudo. O mundo com os pecados do Diabo e da carne. E volta-se de corpo e alma para um regulamento de Casa de Correção...

O certo é que o regulamento da Casa de Correção aprontou-se num abrir e fechar de olhos. Teria opinião formada e muita leitura da matéria, segundo prova um longo, exaustivo e doutrinário relatório com que defendeu e justificou o seu projeto de regulamentação.

Datado de 23 de dezembro de 1848, esse documento revela um saber capaz de sozinho dar nome a um criminalista.

Passa em revista toda a legislação européia, correndo os melhores autores e sistemas penitenciários da Alemanha, Inglaterra, Itália, França e Estados Unidos.

Detém-se e estuda minuciosamente o sistema norte-americano. “Duas cidades da União Americana, onde a questão carcerária tem sido debatida com a inteligência e zelo que costumam merecer dos povos civilizados as teses relativas aos melhoramentos sociais, deram seu nome aos dois sistemas, que têm formado até hoje o alimento de trabalhadas discussões, e têm sido postos à contraprova da experiência, no terreno das instituições práticas.

“Em uma dessas cidades, os prisioneiros vivem separados durante a noite, e trabalham em comum sob a guarda do mais rigoroso silêncio: em outra são forçados a um isolamento contínuo e absoluto: aquele é o sistema d’Auburn; este o da Filadélfia, ou Pensilvânia.”

Em qualquer um dos dois, o silêncio se considerava como elemento precioso e decisivo para a reabilitação do delinqüente. Ficaria este a morder-se no silêncio do remorso, tal qual o personagem de Dostoievski em *Crime e Castigo*... Mas já sem direito àquela explosão, àquela liberação, àquele sentimento de força, uma vez feita a confissão voluntariamente...

Carvalho Moreira decidia suas preferências pelo sistema da Pensilvânia, que aconselhava para o edifício em construção da nova penitenciária.

O ministro da Justiça parece ter ficado bem satisfeito com o Regulamento, propondo apenas modificações:

EUSÉBIO A CARVALHO MOREIRA

“Remeto-lhe o seu projeto no qual convém fazer as alterações, que se seguem a lápis – sempre, que razão muito forte não nos obrigue a apartar-nos dessas alterações, em que convém que conversemos antes de rejeitar...”

“Peço-lhe, que se ocupe de redigir o regulamento assim alterado com a maior brevidade pois eu desejaria, que ele começasse a ser executado no Ano Novo, e para isso é de mister tê-lo pronto nestes 4 ou 5 dias.

“Perdoe tanta impertinência ao seu Amigo e...”

O Ano Novo trouxe novo regime na Casa de Correção quebrando um pouco a monotonia da vida dos presidiários.

Muitos elogios se fizeram a esse pequeno mas expressivo serviço, que se acha em função com o adiantamento do país.

Submetido ao parecer do Conselho de Estado pelo aviso de 15 de janeiro (1849) da Secretaria de Justiça, a Seção propôs diversas emendas e objeções mas lhe rendeu justiça: “Não pode negar-se a importância deste trabalho. Revela ele um estudo profundo, e conhecimentos especiais da matéria.”

Era o parecer do Conselho de Estado, “côncio de sua missão na Sociedade”, que vinha sagrar os méritos do jurisconsulto.

*

As eleições de 1849 reabilitaram o filho perante o seu Estado Natal.

As Alagoas traziam à oitava legislatura o seu filho pródigo da vila do Penedo, que até então trabalhara para os vizinhos, para a terra limítrofe de Sergipe.

As sessões preparatórias da oitava legislatura começaram a 15 de dezembro de 1849, data em que se procedeu à eleição para a comissão verificadora de poderes.

Para a comissão composta de 18 membros foi escolhido Carvalho Moreira que alcançou 27 votos, ao lado dos mais votados: Correia Lima, Nabuco, Ferreira Pena, Cândido Mendes, Paula Fonseca.

Que diferença de situação! Um ano antes chegara um deputadozinho desconhecido na política, com a sua eleição incerta nas mãos da Comissão de poderes.

Agora, na primeira sessão, seu nome obtinha um triunfo invejável. Nada como o bafejo do poder...

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1850, ocupa-se da matéria eleitoral nada menos que 12 vezes, proferindo outros tantos discursos não raro bem aparteados e combatidos.

Acontecia-lhe também perder a paciência diante da inferneira do papelório, que se utilizava então, para a escolha dos representantes da nação...

Uma eleição era qualquer coisa de grave, de ebulição, de terremoto na vida pacata das províncias.

Os preparativos começavam por uma série de pequenas violências, que atingiam no dia mesmo da eleição as proximidades do terrorismo. Os soldados e carcereiros a percorrerem armados as ruas e praças. Ouvem-se gritos, clamores e tumultos de toda a espécie, terminados às vezes com espancamentos, tiros e descargas. A impunidade facilitando a tarefa dos exaltados, com carta branca para dar pancadas, ferir e matar, a não ser que o partido de cima seja derrotado. Os distúrbios serviriam então para tornar as eleições *nulas de pleno direito*...

“A violência” – escreveu João Francisco Lisboa, referindo-se às eleições anteriores a 1852 – “parece ser uma das condições indeclináveis do nosso sistema eleitoral.”

É de imaginar que indignação não causaria ao espírito equilibrado e cheio de ponderação do juriconsulto semelhante processo.

O sarcasmo mais uma vez sublimaria o seu desejo de transformar esse sistema viciado, sobre cujas bases teria de dar parecer e escolher os eleitos da soberania popular, em sua qualidade de membro da comissão de verificação de poderes.

O mesmo escoreito e brilhante biógrafo do Padre Antônio Vieira deixou um depoimento tão curioso quanto vivo a respeito:

“Como as provas evidentemente se equilibram, os augustos e digníssimos senhores que têm de julgar o pleito decidem-se quase sempre pelos eleitos do seu partido, dispensando todo e qualquer exame da matéria, fatigante e inútil, senão impossível.

“Impressionado por um procedimento igual, e por ocasião de umas eleições da pequena província do Piauí, enredadas em mais de seiscentos documentos, o Deputado Carvalho Moreira [Barão do Penedo], em um movimento de indignação e eloquência, exclamou que era melhor tirar

os candidatos à sorte. E com efeito, não se pode negar que as eleições entre nós estão em parte reduzidas a uma espécie de azar.”*

A tão desejada e rebuscada verdade eleitoral não se ressentiu de brechas bem largas somente na República.

O Império as conheceu de modo talvez ainda menos lisonjeiras.

Ou tirando a sorte como parecia mais de equidade, ou decidindo-se pelos correligionários políticos, Carvalho Moreira respirou livremente, folgadoamente, quando acabou com essa mirabolante apuração.*

*

A atividade política não o afastava, antes incitava Carvalho Moreira ao cultivo da ciência do Direito.

Em março de 1850, foi nomeado membro da comissão encarregada de organizar o Regulamento do Código Comercial, que era integrada por José Clemente Pereira, Nabuco, Caetano Alberto Soares e Irineu Evangelista de Sousa, depois Barão de Mauá.

Coligida por Joaquim Nabuco, em sua obra magistral, figura uma nota do próprio punho do futuro Barão do Penedo sobre as personalidades da comissão:

“José Clemente havia sido o libertador infatigável desse Código Comercial que desde alguns anos havia passado pela fileira de várias comissões do Parlamento... Caetano Alberto, velho praxista de primeira plana no foro da capital... Carvalho Moreira foi o segundo presidente do Instituto dos Advogados, sucedendo a Montezuma. Era então deputado e, na sessão da Câmara em que a oposição pelo seu meio representante Sousa Franco reclamava a discussão do código por artigos ou por títulos, propôs e obteve que fosse discutido em globo e assim passou ‘numa só discussão’...

“O Barão de Mauá era por esse tempo geralmente considerado de grande importância na praça do Rio de Janeiro.”

* *Apud Craveiro Costa, O Visconde de Sinimbu.*

Tais os componentes da muito ilustre companhia...

Ainda na mesma fonte a curiosidade histórica mata a sede, com revelações da testemunha participante da elaboração dessa lei:

“Foi distribuída a tarefa, refere o Barão do Penedo, entre os membros da comissão tomando cada qual a parte que escolhia ou que lhe era designada. Coube aos três advogados preparar os seus respectivos trabalhos com relação à matéria contida no Código Comercial (1.^a, 2.^a e 3.^a Parte) de sorte que reunidos formassem um projeto completo de regulamento... que foi o decreto de n.º 737 de 25 de novembro de 1850. Do título único do Código, matéria relativa aos tribunais e juízo comerciais, incumbiu-se José Clemente, de cujo trabalho saiu o segundo decreto n.º 738 da mesma data. Todos esses trabalhos eram expostos e discutidos na comissão que durou cerca de três meses. Restava a redação final de todo o nosso trabalho, quando por indicação de Nabuco foi Carvalho Moreira exclusivamente encarregado dela, convindo, dizia ele, que fosse um só redator para haver identidade de linguagem e de estilo na redação.”*

Que trabalho estafante e delicado, envolvendo assuntos da maior importância e ligados de perto à proteção da economia particular, não teria tido Carvalho Moreira em redigir, sem desvirtuar o pensamento dos colegas, todos os 743 artigos desse famoso Regulamento 737?

Capaz de sucumbir a um encargo tão pesado para um prazo tão restrito (em outubro estaria entregue a redação final), outro qualquer se escusaria com os seus afazeres na Câmara.

Mas Carvalho Moreira aceita e vence brilhantemente a etapa. Aquele estilo, preciso e nervoso, quadraria otimamente às definições e dispositivos de lei, em que um termo menos claro se transforma em elemento subversivo nas mãos dos bacharéis.

Sem favor o Regulamento 737 “passa por ser a mais perfeitamente trabalhada de nossas leis”, como a qualificou Joaquim Nabuco.

Em 1890, o Governo Provisório baixaria o decreto de 19 de Setembro, que mandava observar o Regulamento de 1850 no processo das causas cíveis em geral.

* *Apud* Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, Rio, 1936, I, pág. 92.

Reconhecendo o quinhão de Carvalho Moreira (“em grande parte obra sua”), escreveria em 1906 o Desembargador Sousa Pitanga sobre esse afamado texto de lei: “ainda hoje é considerado um modelo de clareza, simplicidade e senso jurídico”.

Diante dessa obra que resistiu ao tempo, esse eterno rarefator, exigente, que só conserva o melhor de cada ciclo humano, não surpreenderá a admiração e o aplauso dos colegas.

Pouco depois, em 23 de fevereiro de 1851, o Dr. Francisco Inácio de Carvalho Moreira era escolhido para o elevado cargo de presidente do Instituto da Ordem dos Advogados.

Segundo presidente em ordem cronológica, esse jurista não perderia nunca, na galeria extensa dos seus sucessores, o direito de figurar no primeiro plano, tal o desvelo com que procurou fazer prosperidade da Ordem.

Espírito objetivo, via sempre na lei um meio de ambientar o indivíduo no agrupamento social, desfazendo ou afastando as causas de conflito. Eliminando o desajuste da engrenagem.

E o recurso do bom humor, como a saída de tirar a sorte numa eleição duvidosa, fazia um complemento simpático e agradável.

*

Como que o próprio ritmo dos acontecimentos o requeria, depois da Câmara agitada e violenta de 1848, que não houve meio de fazer calar (só com a dissolução), a legislatura de 1850-1852 decorreu parada e tranqüila, como represa de açude.

Para essa represa contribuíram naturalmente muitas barragens.

Monotonamente conservadora, a Câmara de 1850 só acordava dos cochilos com a figura de Sousa Franco, liberal e membro do governo decaído. Era uma coxilha na chatice dos pampas...

Acresce que a percentagem de estreantes não surgia pequena em uma assembléia, de onde tinham desertado velhos e experimentados políticos como Rebouças, Torres, Paulino, Abrantes, Olinda – todos agora do Senado.

Somente uma personalidade marcava realmente a Câmara de 1850, composta em sua totalidade de moços, que tinham começado no Segundo Reinado – era Eusébio de Queirós Matoso Câmara.

Por outro lado, o Gabinete era dos mais fortes e homogêneos que houve no Brasil.

Olinda era presidente do Conselho do Ministério de 29 de Setembro (1848), que se completava com Monte Alegre no Império, Eusébio de Queirós na Justiça, Paulino Soares de Sousa nos Estrangeiros, Rodrigues Torres no da Fazenda e Sousa e Melo com ambas as pastas de Marinha e Guerra.

A saída de Olinda, desejada aliás pelo Imperador, que declarou pessoalmente a Eusébio não estar satisfeito com o antigo Regente, fez ainda maior a coesão do Ministério.

Para a presidência do Conselho foi então o Marquês de Monte Alegre, de quem dizia Cotegipe ser “o *melhor bom senso* que conhecera”.

Espírito conciliante, maneiroso, e mundano, inimigo dos atritos, sua roda de amizades constituía um dos passatempos mais disputados dos políticos. Tipo bem diverso de Olinda, cuja surdez cada vez mais o concentrava em seu gabinete de trabalho, Monte Alegre reunia uma experiência farta da vida, cheia de otimismo. Vendo em toda gente o lado simpático, achando todo mundo bom...

Com esse marinheiro velho no cesto da gávea e Eusébio resoluto e firme, no leme – a nau do Estado havia de ranger menos, prestando-se mal ao reparo dos descontentes.

O narrador exímio dessa fase da vida do Império debuxou um panorama com traços de euforia:

“Foi realmente um Ministério forte esse que suprimiu o tráfico, dominou a revolução de Pernambuco, derrubou Rosas, e ao mesmo tempo a base de grandes reformas e melhoramentos que mais tarde se realizaram.

“Politicamente o ano de 1850 é caracterizado por grandes contratempos.

“É nesse ano que o cruzeiro inglês começa a fazer presas em nossos portos e águas territoriais em cumprimento da lei Aberdeen, o que

mostra que a Legação inglesa estava convencida de que com o Partido Conservador tinham subido ao poder os protetores do tráfico e que era preciso fazer maior pressão sobre eles do que sobre os liberais, que tinham provocado no Governo o ódio dos grandes traficantes. O Gabinete conservador, entretanto, respondeu a essa intervenção inglesa tomando as mais enérgicas medidas, fazendo votar a lei de 4 de setembro de 1850 e exterminando de um golpe o pujante comércio africano.”*

De semelhante governo, não poderia levar vantagem uma dúzia de opositoristas.

Entretanto se ouviam na Câmara vozes de talento reais como Zacarias, Maciel Monteiro, Paula Batista, Figueira de Melo, Nabuco, Melo Franco, Dias de Carvalho, Vanderlei, Carvalho Moreira, Sousa Franco.

Na sessão de 4 de maio de 1850, por 42 votos, Carvalho Moreira é eleito em terceiro lugar para a 2.^a Comissão de Orçamento.

Quase soçobrava no atropelo de afazeres. Entretanto o vigor dos trinta e cinco anos permitia uma dispersão de atividades políticas, forenses, amorosas...

Porque nunca desapareceu dos salões por onde borboleteava, freqüentando as melhores rodas e o Paço Imperial.

“*Et par droit de conquête et par droit de naissance*”, em sua residência do Largo do Rocio dava recepções e bailes aristocráticos.

Uma Aguiar de Andrada como sua esposa, sobrinha neta do Patriarca da Independência, gozava por força desse privilégio de receber a melhor sociedade do Império...

Romanzas da moda conferiram um toque de espiritualidade, de arte a essas reuniões de namoros nem sempre muito lânguidos, às vezes com marcas de sensualidade fina...

“O baile Moreira – escrevia o romântico Francisco Otaviano ao moderado Areias – esteve esplêndido... cantou a Madame Cansanção; cantou a Maria Isabel Bourbon, e cantou a D. N. Primou a alemã em um canto de Freyshurt... A N. creio que se não casa porque achou oposição na

* Nabuco, *obra cit.*, I, pág. 84.

família e porque a Corte *desabusa* de cálculos da província... Na noite do Campestre fui eu quem a introduzi no salão e apresentei a alguns cavalheiros ou estes a ela. O Vanderlei ficou doido, o Jansen embasbacado, e muito enamorados.”*

Isso em maio de 1847. Que não seria agora, com o Moreira, o dono da casa, instalado como um príncipe na moradia excelente do Rocío (o aluguel montava poucos anos depois em 2:800\$000 anuais!), deputado de confiança do Governo e amigo do peito de diversos ministros de Estado?

Danças, folguedos, amores. Sua majestade também era moço. Tinha vinte e cinco anos, fazia o mesmo e nesse espelho todos se miravam.

*

Na sessão de 29 de maio de 1850, entra em terceira discussão o projeto n.º 48 sobre fiança às custas por demandas propostas por estrangeiros residentes fora do Império.

Da discussão se abstiveram Paula Batista e Zacarias de Góis, apesar das lentes da Faculdade de Direito de Pernambuco...

Entretanto, Nabuco e Carvalho Moreira orientam os debates.

Combatendo uma emenda do deputado Oliveira, que pretendia restaurar na íntegra um parágrafo da Ordenação, o advogado tendia a demonstrar a vida do Direito e a inutilidade das leis...

“O Sr. *Carvalho Moreira* – Por mais de uma razão, Sr. Presidente, não posso deixar de opor-me à emenda do nobre deputado. De primeiro entendo que ela nos conduziria ao estado anterior ao Código do Processo, estado vexatório do direito de demandar, e que por isso foi proscrito pela legislação de 1832.

“E como não descubro um motivo justificado, uma necessidade demonstrada de semelhante retrogradação...

* *Apud* Vanderlei Pinho, *Cotegipe e seu tempo*.

“*O Sr. Nabuco* – Apoiado.

“*O Sr. Carvalho Moreira* – E como ainda, por um lado, tenho notícia, e as tradições do foro íntimo no-lo atestam, dos grandes vexames que a prepotência e a chicana opunham à faculdade de acionar mediante o muitas vezes doloso processo da fiança às custas; e por outro lado ainda a experiência não nos convenceu da necessidade da ressurreição desta ordenação, não posso votar com ela, e até me parece uma precipitação, direi mesmo, – legislar sem motivo de pública utilidade, dar este passo retrógrado. [*Apoiado.*] Em segundo lugar, tendo por fim a emenda restabelecer integralmente o § 6.º daquela Ordenação, restaura indistintamente o vexatório processo da fiança às custas com todos os seus ódios e delongas, sem prevenir o mal que o projeto tende a remediar, limitando a fiança somente no caso de ausência do estrangeiro ou nacional que se retira do lugar da lide para fora do Império.”

Observações sagazes que exibiam a sua compreensão clara do organismo social, que não deve nem pode ser emperrado por leis caducas e abusivas.

E desenvolve uma série de restrições jurídicas, num discurso de fôlego.

No entanto é compelido a falar dois dias depois para lutar contra os atrasadões, roceiros ruminantes de escoliastas. “Amigo do progresso razoável, e desejoso de ver satisfeitas as necessidades do país, pelo que toca à sua legislação, faria votos para que essas Ordenações tão sábias e sistemáticas, como diz um nobre deputado...”

“*O Sr. Saião Lobato* – E o são.

“*O Sr. Carvalho Moreira* – E o eram para o tempo em que foram promulgadas (1603)... fossem hoje refundidas, e se organizasse um código do processo de que temos tão urgente necessidade.” [*Apoiados.*]

Essa aspiração de Carvalho Moreira haveria ainda de esperar um pouco...

Uma das notas políticas de mais sensação na Câmara durante as sessões de junho de 1851, foi sem dúvida o incidente de Bernardo de Sousa Franco e Carvalho Moreira.

Investindo contra o adversário político, esqueceu o amigo particular, o Moreira dos encontros nos cafés. E emprestou-lhe os papéis mais antipáticos, de cossaco do Ministério contra seus adversários.

Liberal exaltado, Sousa Franco não podia admitir a posição de Carvalho Moreira. Conservador mas “amigo do progresso razoável”.

Da investida feroz e injuriosa, Moreira defendeu-se com dificuldades.

Os *Anais* anotam *profundo silêncio*, quando o presidente da Câmara deu palavra ao atacado. Todos sabiam da amizade de ambos.

Começa dolentemente, meio incerto do que vai dizer. Na metade do discurso, sente que “nunca teve tanta necessidade de prudência, de sangue-frio como agora, tendo de repelir uma insinuação injuriosa ao meu caráter”.

Em seguida, a emoção o faz gaguejar, coisa que jamais lhe acontecera “sobretudo, de um deputado meu amigo... e... sim, senhores, nunca tive tanta necessidade de sangue-frio como agora, tendo que responder a um agressor que eu acreditava, que eu acreditava... que... era meu amigo...”

Vencida a emoção, sai galhardamente. Rebate pretensas injúrias, pois falou “somente com aquela energia própria do meu caráter, e natural do meu temperamento...”

E recusa já veementemente e arrebatado “o papel odioso e desprezível de um brulote, de um projétil de guerra, que o Ministério com toda a facilidade arremessou contra a oposição...”

Ao concluir, a palavra flui em torrentes, lavando com os seus jatos a injúria e apagando os vestígios da amizade...

Luta terrível de facções, em que o homem público não pode esquecer os sentimentos da criatura humana, que tanto quanto de posições precisa do aconchego dos amigos.

Carvalho Moreira não conseguia esconder da Câmara que aquele valente lutador de 1848 tinha no fundo grandes fraquezas do coração...

E a mais bela era na verdade aquele devotamento aos amigos, cujas defecções o feriam de morte.

*

O Visconde do Uruguai, então ministro de Estrangeiros, procurava organizar o corpo diplomático dentro de normas menos ronceiras e mais eficientes.

Logo escreve a Carvalho Moreira solicitando sua opinião de jurista sobre o projeto de regulamento, dando carta branca para cortes, restrições e emendas (carta de 26 de outubro de 1851).

Num ofício de resposta, Moreira resume em oito páginas manuscritas suas numerosas observações, em maioria referentes à técnica jurídica, consertando expressões inexatas como *quadro* em vez de *corpo* diplomático, evitando repetições inúteis: “Em todo caso, a querer-se *ex abundante* referir no art. 1º do projeto, o que já disse a Lei; acho mais prudente copiar as suas palavras textuais, para salvar qualquer dificuldade, que, não saltando aos olhos imediatamente, pode emergir depois da redação discordante.”

Realmente a copiar seria melhor textualmente. A precisão do jurista rebela-se contra as feitorias voluntárias... em questão de redigir.

Sobretudo nessa época, nesse ano de 1851 bem significativo para o aparelhamento administrativo e jurídico do Império, tudo que lhe sai da pena é o *quantum satis*. A medida rigorosa da necessidade. E tudo bem límpido, claro às vezes demais.

Essa lucidez de estilo, fugindo à época toda engalanada, reflete a mentalidade. Franco, sincero, o homem político não havia entrado ainda para a diplomacia. O jogo das palavras encobertas não tinha sido ainda para ele objeto de cogitação.

Assim Moreira se expressa a Paulino Soares de Sousa com toda a lealdade, combatendo dispositivos menos justos do Regulamento esboçado.

Rebelava-se contra um processo ainda hoje usual, de pelo regulamento alcançar o arbítrio que não dera a lei: “Notarei também que o final do Art. 20 do projeto é uma violência em face do Art. 4º da Lei, ou está mal redigido. Se o indivíduo tem passado dos dez anos de exercício, já não pode ser demitido por simples decreto, diz o Art. 4º da Lei; mas se o Regulamento quer dizer que aquele que antes de 15 anos de exercício tenha tido cinco em disponibilidade pode ser demitido por decreto simples,

então deve ser redigido por modo que não ofereça dúvida. E mesmo assim não sei se ofende a equidade o descontar-se o tempo de disponibilidade aos empregados diplomáticos, quando se trata de suas garantias e vantagens, só por que tem a infelicidade de não ser empregados pelo Governo durante o tempo em que estiveram em disponibilidade. Chamo a atenção de V. Exa. Para esta consideração.”

Com uma penetração da realidade quase instintiva, Moreira adivinharia no futuro o perigo dessa navalha de dois gumes. Cortando na carne de pais e filhos...

Mas não fica aí. A coragem de Moreira era bem a daquele deputado de oposição, quase revolucionário, que, três anos antes, em 1848, agitara uma Câmara e pusera abaixo um Governo de Gabinete.

Moreira chega a lutar contra o *pistolão*. E isto na bela terra do nepotismo e da eleição por amizade para os cargos públicos.

O Visconde do Uruguai, apesar de estadista bem integrado no seu meio, por força haveria de ter gostado desta franqueza:

“Acho que no Art. 4º se deve marcar o tempo de tirocínio nas funções subalternas para que o secretário ou adido possa ser nomeado encarregado de negócios, aliás fica aberta a porta a muitas preterições, a favores imerecidos e exclusões indevidas; e que a expressão *serão preferidos, etc.*, é um conselho razoável ao Governo, que sempre assim procederá, mas que deve no meu estender ter a força de disposição; e por isso nos Artigos substitutivos (4º e 5º) estabeleço a regra do acesso nas missões ordinárias.

“V. Exa. pensará bem sobre este ponto, e resolverá o que lhe parecer melhor. Parece-me, porém, que o Governo não deve continuar no pleno arbítrio em que tem estado até hoje, o que tem dado em resultado o encher-se o corpo diplomático de gente inabilitada e sem tirocínio. A idéia do arbítrio, em suma, tende a nulificar a Lei: a vida diplomática só será uma carreira para os bem-aventurados.”

Quanta profecia junta, haveria Moreira de encontrar se revivesse...

Mas o Visconde do Uruguai conhecia a tolerância mais serena. Aquele “Governo no pleno arbítrio em que tem estado até hoje” não o molestou aparentemente.

Assim é que os Artigos 4º e 5º, substitutivos de Carvalho Moreira, ficaram no Regulamento de 1851, exigindo um estágio mínimo no posto de secretário ou adido para ascensão ao posto imediato.

Na sua preocupação de equidade, Moreira não deixa também de rasgar aplausos ao que achou de bom no projeto do regulamento. Sobre tudo aprecia muito o Capítulo 3º. “Este Capítulo é, no meu entender, o que melhor está concebido, e mesmo melhor redigido.”

O Capítulo 3º era justamente o que acabava com as licenças intermináveis e as férias abusivas...

Carvalho Moreira nunca viu na carreira diplomática um meio cômodo de gozar a vida no estrangeiro, à custa de seu país, como os *dilettanti* da profissão... Encareceu sempre a necessidade dela favorecer e facilitar as relações comerciais entre os países.

A diplomacia representava, além da primeira linha de defesa de um país segundo o conceito clássico, a corporação habilitada a fomentar o comércio exterior.

E foi por ser partidário de dividir igualmente pela política e pelo comércio internacionais as atividades diplomáticas, que Carvalho Moreira propugnava a fusão das carreiras diplomática e consular.

Se na época se apresentava muito revolucionário, foi esse o ponto vitorioso depois em muitas legislações do mundo, e recentemente no Brasil, com a reforma do Itamarati executada pelo Ministro Osvaldo Aranha.

.....
VII

A AMÉRICA PARA OS AMERICANOS

E

M 12 DE NOVEMBRO de 1851, o Instituto da Ordem dos Advogados ouviu do seu próprio presidente a nova de sua retirada, na qualidade de Ministro Plenipotenciário do Brasil nos Estados Unidos da América.

Com efeito, por decreto de 18 de novembro, Carvalho Moreira entra na carreira diplomática pelo último e mais cobiçado posto.

Maciel Monteiro, seu colega de Câmara, que lançara uns olhos arregalados sobre a *carrière*, por ocasião dos debates em torno ao regulamento do corpo diplomático, deveria ter se mordido os lábios. Don Juan terrível, tinha ele as mãos calosas de tanto levantar saias de seda. Calos de sedas, como chamou Gilberto Freire. Sua vez demoraria a chegar alguns anos mais.

Em abril de 1852, segue o antigo parlamentar seu novo destino. Não iria muito tranqüilo nem em definitivo. Fazia apenas um ensaio. E o deu a entender a vários amigos. O Instituto dos Advogados, tomando na sessão de 23 de abril conhecimento da sua partida, resolveu que, sendo temporário o impedimento, não lhe fosse dada a exoneração.

Somente passados cinco meses, na sessão de 9 de setembro, lhe foi eleito o sucessor, visto perdurarem os motivos que levaram o dr. Carvalho Moreira para longe do Brasil e tornar-se demorada sua ausência.

Na Câmara dos Deputados a sua retirada, sem prévia licença do Legislativo, levantara celeuma.

A 10 de maio de 1852, em meio a uma discussão que Moraes Sarmiento explorou largamente, alegando desrespeito à Constituição do Império pelo fato da Câmara não ter sido ouvida sobre a nomeação do novo Plenipotenciário, declara um dos grandes e seus velhos amigos:

“O Sr. Eusébio de Queirós (*ministro da Justiça*) – Pedi a palavra, Sr. Presidente, unicamente para dar uma explicação.

“Não estava presente, mas fui informado de que entrando em discussão o parecer da nobre comissão de constituição e poderes sobre a chamada de um suplente em consequência da vaga do Sr. Francisco Inácio de Carvalho Moreira, perguntou se esta vaga constava oficialmente, se tinha sido comunicado à Câmara pela maneira por que o devia ser.

“Eu pedi portanto a palavra para declarar que o Sr. Francisco Inácio de Carvalho Moreira foi com efeito nomeado durante o intervalo da sessão para preencher uma missão diplomática nos Estados Unidos; que o Governo reconhece e há de cumprir o dever de fazer essa comunicação à Câmara; mas sabe perfeitamente a Câmara que não tem havido ainda tempo para fazer, entretanto pode estar certa de que o fato é exato, e de que o Governo reconhece o dever que tem de obter para isso o consentimento da Câmara.”

A satisfação dada, mais a tom de condescendência, trazia o selo do poder. Então Silveira Martins não havia soltado ainda o grande argumento que achou para a oposição, uma vez ele no governo – *O poder é o poder*.

Mas antexecutando o princípio, Eusébio comunicava o ato perfeito, a coisa consumada.

Não se deram por contentes vários representantes da soberania popular. E falaram contra essa prática viciosa os deputados Vasconcelos, Paula Cândido, Dias de Carvalho, Pais Barreto, Fernandes Chaves, Saião Lobato, Fernandes Vieira, Araújo Lima.

Dava pano para muita manga uma nomeação de Ministro em Washington...

O personagem feliz, de cuja vida se ocupavam tantas personalidades importantes, é que não se dava conta dos incômodos involuntários causados.

Seguia a bordo de um paquete de luxo para a terra soberba do Capitólio, via capitais da velha e sempre sedutora Europa...

*

Na passagem por Lisboa, teve uma acolhida calorosa por parte da Associação dos Advogados, que saudou o jurista brasileiro numa sessão especial, com toda a distinção.

Em Lisboa recebia as primeiras notícias do Brasil o estrangeiro, devoradas com sofreguidão.

Era uma carta do seu adorado Francisco Otaviano, datada de 20 de abril de 1852, na qual participava a Moreira alguns sucessos domésticos. Vinha uma nota expressiva reproduzindo o modo com que o folhetim humorístico do *Correio Mercantil* descrevera a partida do afamado “Leão do Norte”.

“A *pacotilha* não te poupou mesmo na saída. Disse que ias com os olhos inchados pelas lágrimas que derramaste na véspera e nos abraços aos amigos; que não se sabia bem se eram saudades destes ou do belo sexo; mas que afinal de contas o Rio perdia um Adônis de seus salões.”

A beleza do cruzeiro e a revelação de novas paisagens porém, já haviam secado as lágrimas desse Adônis, definitivamente perdido para as beldades cariocas da época.

E de Lisboa, Moreira embarcava para a Inglaterra, povo a que sempre dispensou a melhor das admirações desde o tempo em que na banca de advogado, defendeu várias causas da colônia britânica no Rio de Janeiro.

De Londres passa a Paris, tendo sucessivamente o contato dos dois empórios do mundo – o da economia e o da inteligência.

A atração da Europa manifesta-se tão fortemente em Carvalho Moreira, que se demora nesse continente um mês além do prazo concedido amigavelmente por Paulino Soares de Sousa, ministro de Estrangeiros.

Afinal resiste aos encantos da sereia e parte de Liverpool a 28 de setembro. Treze dias de má viagem, sobretudo quatro jornadas da passagem pelos “terríveis mares, névoas e ventos dos bancos do bacalhau (Terra Nova)”, segundo relatava a Paulino, em longa missiva já datada de Washington (23 de setembro de 1852).

O marinheiro de primeira viagem tivera a pouca sorte de ao chegar a Nova York encontrar completamente avariada a porção mais preciosa da bagagem vinda no porão do vapor *Europa*. Roupas de seda e veludo compradas em Paris por Dona Carlota, ternos de casimira talhados em Londres para o dândi, tudo molhado pela água salgada.

Um prejuízo para começar de 150 libras esterlinas! Mais de treze contos de réis, quase uma equivalência mística com os dias de viagem...

Obrigação de mandar buscar de novo em Paris o perdido, “para não se sujeitar às enormes carestias deste país extraordinário em tudo”.

No dia 16 de setembro chega a Washington, e nesse mesmo dia, do hotel em que se hospeda (difícil encontrar casa), dirige-se a Mr. Webster, solicitando audiência para a primeira apresentação.

Mas Mr. Webster, como bom americano que sabe gozar a vida, está em sua casa de campo, a trezentas ou quatrocentas milhas de Washington. Quem lhe responde no dia imediato é Mr. Conrad, ministro da Guerra e secretário interino do Department of State.

Mr. Conrad não lhe parece de todo má figura, antes simpática e acolhedora.

Assim descreve a Paulino de Sousa o seu *tête-à-tête*, no dia 21 de setembro, com o secretário de Estado norte-americano:

“Devo dizer a V. Exa. que não desgostei de suas maneiras, bem que tenham muito do que eles chamam *American fashion*, fala bem francês por ser da Luisiana, e é o único (dizem-me) que fala outra língua que não seja a sua.

“Antes de continuar na narração de minha apresentação, julgo que devo referir-me a nossa primeira conversa que parecendo sem importância diplomático-política, não julgo ter sido banal *pour parler* porque esta gente é muito sagaz, e não perde palavras, nem mesmo com cortêsias, no que aliás não são fortes. Recebeu-me com amabilidade e ar

de franqueza americana; e em poucos minutos começou a perguntar-me algumas coisas do norte do Brasil. Assim, desejava saber se já era navegado o Amazonas, e até onde. Se dava bem o algodão nas suas margens, que ele sabia serem da maior fertilidade. Respondi-lhe que o Amazonas não era desconhecido como talvez ele supunha, que todo ele era navegado *efetivamente* pelo comércio interior da Província do Pará, que até se fazia *constantemente* navegação por ele acima até as províncias limítrofes do Pará! e que finalmente o Governo estava autorizado a construir vapores, e que se tratava de construí-los para entreter regularmente e avivar a navegação interior desse e de outros rios seus afluentes. Disse-lhe que na verdade, de todos os produtos que ali se colhem nas suas margens, não era o algodão tão abundante, como em outras Províncias, como Maranhão, Pernambuco, etc.; mas que essa cultura era muito desenvolvida no Pará. Essas e outras idéias que, consta-me e mais de espaço ocuparei a atenção de V. Exa. a este respeito, circula neste país e baila nos textos de seus estadistas, de que o Amazonas é um imenso tesouro oculto e desconhecido para o Brasil, e que neste século do progresso do gênero humano não deve ali estar sem ser aproveitado por quem o pode fazer (os norte-americanos).”

Em seguida a palestra correu demoradamente sobre produtos do Brasil e Estados Unidos, com referências especiais à Luisiana, Mississípi e Alabama e outras unidades da União em que se alastrava o cultivo de algodão.

Mas tudo isso parecia um interessante mas longo intróito ao objetivo visado por Mr. Conrad.

A doutrina Monroe sofria, nesse período expansionista ianque, a interpretação menos condigna com os elevados princípios de solidariedade continental almejados pelo seu grande fundador.

A América para os americanos – legenda continental de Monroe – tivera uma crise de hermenêutica com a guerra recente com o México em 1845 e as anexações conseqüentes de formidáveis territórios do Texas em 1848...

A bela nação mexicana, depois das batalhas perdidas, vira-se reduzida à metade do seu formoso e opulento território. Só em lençóis petrolíferos se fora meio mundo de reservas de combustível precioso às mãos do ianque vitorioso...

Nos Estados Unidos, país por excelência da democracia e do liberalismo, aparecia uma atmosfera estranha, carregada de imperialismo expansionista, como observa o professor Lawrence Hill em seu precioso estudo *Diplomatic Relations between Brazil and United States*.

Por toda a parte escutavam-se gritos marciais dos *Youngs Americans*, sequiosos de mais conquistas. Os flibusteiros americanos valiam-se do momento para dar os primeiros passos na meta sonhadora dos adeptos do chauvinismo.

A eloqüência entusiasta dos oradores ou as expressões belicosas dos escritores americanos narrando com fanfarras os troféus de suas viagens territoriais apareciam em traduções destacadas nos órgãos da imprensa estrangeira, especialmente sul-americana.

E Mr. Conrad apressa-se em interpelar Carvalho Moreira, logo na primeira apresentação, sobre essa matéria política de natureza tão delicada.

Pergunta o Secretário interino do Department of State ao Plenipotenciário brasileiro o que pensava sobre o modo por que se conduziam as repúblicas do sul da América e da América Central.

E como uma ponta de maldade, “se o Brasil não se incomodava vendo-se obrigado a intervir na manutenção da paz naqueles países”...

Era o pretexto, a ponte de passagem que o americano encontrava para entrar no seu assunto. A repercussão no Brasil dos sucessos da Guerra dos Estados Unidos contra o México, havia apenas quatro anos.

“Disse-me que os Estados Unidos eram também obrigados a intervir sempre nas questões daquele país; mas que ele julgava mais fácil essa tarefa no México do que nas outras repúblicas, porque a população indígena era ali mais numerosa do que nas repúblicas do sul. Em suma, de sua conversa vim a concluir que ele quis sondar as opiniões que eu teria acerca da política dos Estados Unidos a respeito do México e suas tendências de *anexação* das repúblicas da América Central.”

Sem atribuir grande valor a tudo isso, Moreira frisava no entanto que, meio à queima-roupa (pouco diplomático para um ministro de Estrangeiros e pouco elogioso para um ministro de Guerra), de cara na primeira visita, um tanto displicente, revelasse Mr. Conrad uns longes de

idéia e planos governamentais, para o futuro, sobre os povos da América não anglo-saxônicos...

Carregava o brasileiro um bocado nas tintas, quando falava de “*anexação* das repúblicas da América Central”. As “tendências” nesse sentido a que se referiam é que talvez fossem tendenciosas...

A pujante União Americana enfrentava neste período uma questão vital para consolidar os elos federativos – a questão do istmo de Panamá.

Banhada pelos dois grandes Oceanos, a defesa nacional exigia uma intercomunicação rápida entre as divisões navais do Atlântico e do Pacífico.

A solução não poderia ser outra – furar o canal a todo custo, desse no que desse.

Mas aos projetos e trabalhos da diplomacia ianque se opunha agora outra não menos poderosa e mais *rusé*, com a experiência acumulada, – a política da Grã-Bretanha.

Desejando contrabalancear o poderio crescente da antiga possessão, cada vez mais ufanosa de seus direitos e centros de interesse, o Foreign Office seguia, desfazendo as pisadas, toda a trilha do State Department.

Era um belo quadro essa luta de gigantes. O filho taludo contra o pai reacionário...

A velha idéia de perfurar um canal no istmo de Panamá, desde 1829, se acalentava com a realização de diversos estudos *in locum* e a proliferação de grossos relatórios burocráticos.

Sobretudo depois que o ouro foi descoberto na Califórnia e terminada a guerra do México com a anexação do Texas, todos os moradores da White House voltaram-se para esse objetivo constante.

Nada menos do que quatro leitos de projetaram para o desejado canal. A princípio, aproveitando a largura menor do istmo de Tehuantepec ainda em terras do pobre México, outro através de Honduras saindo no golfo Fonseca, o terceiro pelo *Nicaraguan route*, e sempre descendo para o Sul, o último vinha dar junto da Colômbia, valendo-se da lingüeta de terra contígua ao golfo de Darien.

Tanto trabalho para afinal se construir o definitivo noutro ponto não estudado nem envolvido nas batalhas diplomáticas...

Houve, porém, uma quadra em que a Guerra esteve para reben-
tar entre Uncle Sam e John Bull nessa complicada *Isthmian question* tão
bem analisada pelo Professor Samuel Flagg Bemis em *A Diplomatic History
of the United States*.

Os ingleses que, desde o século XVI, haviam estabelecido uma
feitoria de madeira em Belize (a atual Honduras britânica), procuravam
alargar suas zonas de influências na América Central, em detrimento da
política americana.

E chegaram a estender seu protetorado pela Costa dos Mosqui-
tos, faixa insalubre e desvalorizada do litoral da Nicarágua.

Mas uma vez libertados pela vitória da campanha militar, vol-
viam a enfrentar a concorrência britânica.

Depois de numerosos tratados firmados com a Nova Granada
(Colômbia) em 1846, em seguida com a Nicarágua por parte dos Estados
Unidos, aos quais a Inglaterra respondia firmando outros atos internacio-
nais com Costa Rica e nomeando administradores para a Costa dos Mos-
quitos, – o impasse de latente se tornou patente.

A administração *whig* do presidente Taylor não queria um con-
flito, nem tampouco o governo liberal de Lorde John Russell.

Palmerston, então o titular do Foreign Office, preferiu nego-
ciar com Washington e enviar Sir Henry Bulwer como plenipotenciário
britânico para resolver a questão com John M. Clayton, novo chefe do
Department of State.

Das negociações saiu o famoso tratado Clayton-Bulwer firmado
em Washington a 19 de abril de 1850.

No interesse da paz e para evitar hostilidades, ambas as potên-
cias – que até visavam a *exclusividade* de controle do canal a ser construído
– concordavam em firmar o compromisso de novas bases de ação, exercen-
do uma fiscalização conjunta no Panamá.

Era a resistência vencedora da Europa ao monroísmo.

Feita a paz na família anglo-saxônica, Mr. Conrad poderia bancar
o indiscreto, mexendo sereno numa casa de marimbondos inofensivos.

Daí em 1852 a sua pergunta displicente, que deixou Carvalho
Moreira seu tanto surpreso, pela navegação do Amazonas e sua abertura

ao comércio internacional – o *noli me tangere* da diplomacia brasileira na América do Norte.

A clausura do Amazonas, clausura emperrada e pudica como se a integridade do Império ficasse maculada para sempre, com a violação de uma simples embocadura...

*

Antes de terminar o mês de sua chegada a Washington é recebido em audiência pelo Presidente Fillmore, que o acolheu com muita amabilidade.

Carvalho Moreira entrega ao Presidente as suas credenciais de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. M. o Imperador do Brasil.

A cerimônia, de uma solenidade banal na White House, se acompanha de troca de discursos protocolares.

Fillmore deixa-lhe impressão agradável; “homem grave, sereno e de boas maneiras”.

Feita em seguida a *tournée* diplomática, Moreira abanca-se em sua escrivaninha e começa nesse instante a tarefa epistolar em que se revela magistral, mantendo em dia uma correspondência vastíssima com políticos, ministros, homens de Estado, diplomatas, banqueiros, príncipes, almirantes, colegas e amigos de todas as classes e todos os partidos.

Difícilmente se encontrará um correspondente mais preciso na exposição de uma idéia, mais claro e exato na externação de um raciocínio.

Perdida para sempre a tribuna parlamentar, silenciosa de vez a forense, o orador transfere à pena toda a sua combatividade.

Incansável durante trinta e sete anos de carreira, uma das cartas iniciais de sua longa correspondência destina-se a um querido amigo:

CARVALHO MOREIRA A EUSÉBIO DE QUEIRÓS

Washington, 5 de fevereiro de 1853.

Exmo. Amigo Sr. Conselheiro

“Estou em grande falta para com V. Exa. Confesso que devera há mais tempo ter escrito a V. Exa. para saber de sua saúde, e de sua família, e para lhe dizer que aqui

cheguei desde setembro passado, e pois tenha V. Exa. um amigo dedicado às suas ordens neste país. Enquanto andava pela Europa só de Paris tive a honra de escrever-lhe uma cartinha, que suponho lhe chegou às mãos.

“Esperava logo que aqui chegasse escrever-lhe mais de espaço; entretanto tais têm sido minhas ocupações, desejando pôr-me em dia com a minha Legação, devendo também comunicar ao Governo tudo quanto me cumpria acerca dos negócios que têm ocorrido neste país em relação ao Brasil etc., tudo isto, além daquelas contrariedades e importunações que cercam a quem chega a terra estranha, tem me constituído em mora para com V. Exa., que espero me desculpará com aquela costumada benevolência, de que me tem dado sempre tantas provas. Aqui estou enfim, meu caro Sr. Eusébio, na terra dos *Yankees!* Dizer-lhe que não me interessa o país, como digno de ser estudado em certos ramos de sua prosperidade material, e mesmo em suas instituições, que por lá se está muito acostumado a admirar, seria dizer-lhe o que não sinto. Pretendo mesmo tirar todo partido possível de minha residência para esse estudo. Mas, infelizmente apesar de tudo quanto me possa oferecer-se de interesse este grande país, apesar de ter sido muito bem acolhido por toda essa gente, sobretudo a gente oficial com quem mais relação tenho tido, não creio que me seja possível estar aqui por muito tempo. Desde que entrou o inverno, com as suas neves, e os seus gelos, assanhou-se a minha antiga *bronquite* por tal forma, que tenho pago uma patente bem cara aos frios e umidade do Norte. Minha mulher, que como V. Exa. sabe, é uma saúde mui delicada, tem igualmente sofrido, e até por fim de contas sofre agora de reumatismo! Desejo ver quanto antes o verão; mas duvido muito que outro inverno me seja suportável. A V. Exa. que tem tido sempre tanta parte tão delicada nesta minha nova carreira, não posso deixar de dizer-lhe que já pedi muito instantemente ao nosso amigo Sr. Paulino que me removesse para Portugal. Esta Legação, diz-me o nosso amigo Sérgio, há de por força vagar e com efeito os negócios de Drummond têm dado braços até aqui. Se pois o Sr. Paulino me fizer este favor muito terei melhorado minha posição, e deixarei de viver em sustos continuados pela saúde de minha mulher. Serei ainda importuno pedindo a V. Exa., que com a sua amizade me auxilie neste intuito para com o Sr. Paulino? Eu tenho dele formal promessa de melhorar a minha residência diplomática; bem sabe V. Exa. quanto confio das boas disposições do nosso amigo a meu respeito; mas creio que lhe não faço injúria pedindo a um amigo comum, e que sempre se tem ocupado de mim, que ainda desta vez concorra para livrar-me de uma posição, que aliás aceitei por motivos que bem sabe. Se não fosse esta circunstância do clima, fique V. Exa. certo que bem sei mais vale ser aqui ministro, em um país grande, onde há que ver, estudar, e outras vantagens, que não terei em Lisboa. Não tenho medo do trabalho – esta Legação para ser desempenhada exige algum – é mesmo, e há de ser cada vez mais, da maior importância; mas não tenho saúde robusta nem a minha mulher.

“Na carta que escrevi a V. Exa. de Paris falei-lhe ainda em meus projetos eleitorais. – Não tive ainda a honra de receber resposta de V. Exa.; mas por carta de outros amigos, Vanderlei e José Bento, sei o que assentaram a tal respeito. Não estou descontente; sabe V. Exa. por que motivo lhe falei nisso: considerava a minha vida diplomática como um ensaio; mais de uma razão me faziam recear de sua duração.

“Vou vendo porém que não me desagrada, e tenho esperança de que hei de deixar as terras do Norte! Não tendo sido possível pois esse meu desejo, e principalmente devendo a minha abstenção ser vantajosa a um amigo meu tão íntimo, e de tão subido préstimo como o Cansansão, segundo me dizem de lá, não levo tão longe a satisfação de meu amor-próprio, que me moleste a falta de um assento na Câmara, para onde aliás provavelmente não iria. Digo isto a V. Exa. com toda sinceridade com que sempre lhe falei.

“Dê-me notícias suas, e de sua Exma. Senhora, a quem minha mulher mui respeitosa cumprimenta.

“Diga-me V. Exa. alguma coisa desta boa terra, e mande sem reserva em minha vontade. Aqui fico...”

Pouco após a chegada já fora conquistado pela franca hospitaleira nação americana, “muito bem acolhido por toda esta gente”.

Era uma conquista da terra de Washington, pois mal começava a narrativa reproduzida páginas antes, lembrava logo a Paulino de Sousa, escusando-se da demora no Velho Mundo: “V. Exa. sabe com que repugnância vim para este lugar, e este sentimento devia aumentar-se quando pela primeira vez me via nas grandes e belas capitais da Europa, devendo seguir para os Estados Unidos”.

Vencida a repugnância mista de prevenção, Carvalho Moreira ia aos poucos compreendendo bem a importância e a significação do posto diplomático de Washington, verdadeiro observatório político para toda a América.

Tanto que já integrado em suas novas funções, pede sempre ao futuro Visconde do Uruguai que o traga informado do que se passar pelo Sul da América, ponto de máxima importância.

Já não é tanto o inverno que o molesta com suas neves e gelos. Os frios do Norte cederiam ao arinto, seu vinho predileto. A saúde de Madame Moreira, tocada pelo reumatismo, se estabilizaria com temporadas freqüentes que passava nos campos saudáveis de Virgínia.

O que o mortifica mais que tudo é o vírus da política, réptil cuja mordidela, se não mata, deixa sempre a marca.

Essa cicatriz é que incomodava Carvalho Moreira. Reduzido pela distância ao silêncio, lia os jornais prenhes de notícias mortas, já passadas há muito tempo na pátria longínqua...

Lendo os periódicos de um, dois meses atrás como as últimas notícias de sua terra, lhe parecia ver coisas remotas de um país de duendes, cujo presente fosse um momento do passado...

Esse deslocamento no tempo, essa imagem de uma pátria que não existia mais a não ser na memória da retina, a separação brusca de seus numerosos amigos, a mudança repentina mais do “clima” espiritual que o do físico – eis o seu grande mal-estar do momento.

Ministro em Washington – sim, aceita o cargo como um ensaio na carreira, mas logo recém-chegado pensa em sua inclusão na chapa de deputados na próxima legislatura...

Cede apenas diante do nome prestigioso do seu amigo de infância, o sempre fiel e correto Cansansão de Sinimbu, o antigo menino de engenho, companheiro das perversões da bagaceira...

Também se diga que a carreira lhe começa a sorrir e o grande mérito de Carvalho Moreira na vida diplomática será o de não ficar sorrindo a vida inteira, como alguns esnobes de monóculo sem grau...

Quem põe termo às suas vacilações é o seu amigo Eusébio de Queirós que, em resposta à carta de 5 de fevereiro, o aconselha paternalmente:

“Aí (numa carta extraviada) expunha o acordo em que convim com José Bento de não apresentarmos o seu nome, e os verdadeiros motivos, que o dificultavam. Sempre acreditei que nos aprovaria.

“Não deixe a carreira diplomática; é a melhor, que temos, e eu lhe prevejo nela um brilhante futuro.”

Mais adiante dava as novidades dos amigos:

“Aí vamos com um mês e meio quase de sessão para aprovar um Voto de Graças! Entretanto o país caminha decididamente com progresso em todo o sentido. Se eu pudesse dormir cem anos!

“Cansansão não veio à Câmara; conserva-se no Rio Grande. O Dantas veio entusiasta da civilização européia. Volta este ano”.

Lendo estas linhas do amigo dedicado, cuja voz mais ganhava em autoridade com a distância, Carvalho Moreira se decidia a permanecer na carreira.

E a política também tem seus amargores. Pois não era o grande Eusébio, o chefe da maioria conservadora e ministro da Justiça, cuja energia se deixava penetrar de quebranto do desânimo?

Não era o homem eliminador do tráfico negreiro que, meio desiludido, pensava em “*dormir cem anos*”?

“A melhor das carreiras, um futuro brilhante” – palavras de magia. Carvalho Moreira dormiu mais satisfeito consigo mesmo nesse dia feliz.

.....

VIII

WASHINGTON 1854

SOB A RUBRICA “Um baile diplomático”, o *Daily Evening Star*, de Washington, 27 de março (1854) publicava a descrição seguinte da festa realizada na Legação do Brasil, que o *Correio Mercantil*, de 24 de junho de 1854, estampou traduzida, que merece uma transcrição na íntegra como a fotografia de um momento histórico. Fotografia onde aparecem nomes gloriosos e brilhantes da civilização e da história americana.

“Washington, 27

“O anúncio de um baile para a noite de sexta-feira passada, na Embaixada do Brasil, em honra do aniversário natalício da Imperatriz, devia naturalmente produzir grande sensação nos círculos *fashionables*.

“Os corações juvenis palpitavam de esperança, e as faces das belezas se expandiam aos risos da alegria, enquanto os ligeiros dedos dos modistas se atarefavam à porfia de maior desteridade.

“Qual procurava as luvas brancas, qual os ferros de frisar; e o mercador de ramalhetes tinha boas razões para desejar que a festa da Imperatriz caísse uma vez por mês.

“O baile foi um alívio da melancólica austeridade da quaresma para aqueles que não crêem:

Que o arenque tem por si poder extremo
Para as iras dobrar ao Ser Supremo

“Os próprios devotos se desculpavam com a relaxação européia da *demi-carrême*; e todos os convidados pensavam com antecipado prazer na noite de 24. Era assaz curioso ver como aqueles que não tinham recebido a honra do convite queixavam-se nesse dia de *influenzas* ou defluxos.

“A atual residência do ministro do Brasil, o Sr. Carvalho Moreira, é o bem conhecido palacete no canto das ruas K e 23, que fronteia o círculo novamente aberto na Avenida, à semelhança do *rond point* da Avenida dos Campos Elíseos em Paris. Esta habitação edificada por um oficial general tem sido ocupada sempre pelas legações do Chile e de Inglaterra; mas assim como o Brasil eclipsa a seu pai, o antigo Portugal, o atual morador sobrepuja os seus predecessores em elegância de tratamento.

“Não admira, pois, que muitas belas viessem de Baltimore, ou que, quando soou a hora do festim, rodassem continuamente para esse foco elegante as carruagens de todas as partes da metrópole, e até das remotas eminências da velha Georgetown.

“Criados de rica libré esperavam no vestíbulo os hóspedes que iam chegando. As portas interiores tinham sido substituídas por outros tantos reposteiros e cortinas de damascos ricos e de variadas cores. A entrada, bem como todos os aposentos estavam profusamente ornados de flores. Os balaústres das escadas, entrelaçados de ramos verdes, formavam vivo contraste com o veludo carmesim que encobria o corrimão; e plantas exóticas ocupavam o vão da entrada, o que fazia realçar aquela cena tão alegre.

“Os hóspedes eram recebidos com graciosa cortesia na entrada para os dois salões (*drawing-rooms*) reunidos. Mme. Carvalho Moreira trajava um brocado azul e branco, admiravelmente adaptado às suas delicadas formas, com plumas azuis e prata na cabeça.

“O uniforme diplomático brasileiro é muito brilhante, mormente quando ornado de uma cintilante estrela de uma ordem de cavalaria.

“O Secretário da Marinha, Mr. Doblin, o *Attorney General*, Mr. Cushing, e outros membros do Gabinete, estavam presentes, e eram naturalmente objetos de atenção. Não podia deixar de ser-nos agradável ver um membro do conselho do presidente, Mr. Cushing, tão versado em línguas estrangeiras, conversar com os representantes de outras potências nos seus idiomas pátrios, e ouvir-lhes os cumprimentos por lhe serem familiares a política, a literatura e os costumes de suas nações respectivas.

“O corpo diplomático estava, como era natural, em completo uniforme de corte. Todos sentiam a ausência da amável Mme. De Bodisko, cujas régias formas tão pitoresco tornam o traje da escolha do Czar; mas a condessa de Sartiges, outra dama americana, separou-se pela primeira vez de seu herdeiro para partilhar a alegria de Washington. Mme. Almonte, vestida de brocado azul, acompanhava o general, e o Sr. Marcoleta conduzia a sua distinta senhora que trajava seda branca. O cavalheiro Hulseman representava

a Áustria, e Mr. Crampton a velha Inglaterra. O barão Grabow, como um verdadeiro prussiano, valsava com a maior perfeição. Mr. Kieckhoefér era um excelente substituto do ministro belga, e havia uma grande mó de secretários e adidos.

“Que pena que não houvesse um ministro turco, que, acostumado unicamente a faces veladas e a formas encerradas, poderia ter enchido os olhos com a jovial multidão de esplêndidas belezas, cujos angélicos sobrolhos lhe ameaçariam a paz do coração. Todas as suas idéias maometanas ter-se-iam esvaecido, como a geada do outono aos raios brilhantes de um sol matutino, e ele, o Turco, aplaudiria a festa, perdoando a aparição de tais belezas!

“Entre os membros do Congresso, que estiveram presentes, via-se o senador Douglas com a fascinante Mrs. Pope, vestida com grande elegância; o governador Fitzpatrick com sua senhora, trajando cetim cor-de-rosa, o general Shields, os senadores Jones e Brodhead, etc.; o presidente da Câmara dos Representantes (*speaker*), Mr. Boyd, acompanhado de sua senhora vestida de filó escarlata.

“A senhora do Governador Aiken trazia os mais belos brilhantes. Mr. Clingman esteve elegante como sempre.

“Entre outros membros da Câmara dos Representantes estava Mr. Banks (de Massachusetts) com a sua interessante senhora.

“O general Leslie Combs conduzia a sua senhora, trajando seda cor-de-rosa, e Mrs. Bruce.

“O Dr. Morton era acompanhado de Mrs. Morton, trazendo o mais belo vestido de baile bordado de ouro, com mangas de filó branco sobre seda cor de palha. Mrs. Whitman vinha com vestido de renda mosqueado de prata. O de Mrs. Benson era de um rico brocado; o de Miss Seaton de seda cor-de-rosa com rendas; o da senhora do senador Gwin de seda amarela, e o da senhora do comodoro Moore de cetim bordado furta-cores.

“Entre as belas da noite apresentava-se Miss Woodbury (de New Hampshire) de vestido branco liso. Na mesma simplicidade de traje divisava-se a trindade das belezas da terra, Misses Greenow, MacGruder e Adélia Smith. Miss Gould (de Cambridge), desenhava-se em um brocado cor-de-rosa, e Miss Hart (de Brooklin) em um branco bordado de cores. Miss Grimes (de Nova Orleans) veio com sua irmã Mrs. Sam-Ward, que tinha soberbas jóias.

“Serviam-se os refrescos em mesas colocadas em uma espaçosa galeria ao lado das salas, estando nelas estendida a bela prataria do ministro. Ali guelfos e gibelinos (*whigs* e *democratas*) tomavam fraternalmente o chá, enquanto as belas fascinantes arruinavam ao mesmo tempo os sorvetes e os corações de seus admiradores. Em outra sala fervorosos amigos lutavam um contra o outro na mesa do jogo; enquanto as viúvas ricas discutiam a fortuna dos membros do Congresso em estado de se casarem.

“Mas o centro da atração era o vasto salão do baile, onde uma escolhida banda de música inspirava a poesia do movimento.

“Brilhantes olhos e lindas formas, jóias e rendas, uniformes e dragonas, sedas e cetins, revolviam-se na vertiginosa valsa, ou entrecortavam os labirintos da quadrilha.

“À ceia! À ceia! As mesas ornadas de flores com profusão estavam cobertas de volataria, ostras, gelados, doces, vinhos e licores. Era uma suntuosa abundância que recebeu as honras devidas. Depois as danças recobriram o seu terreno, e acabaram com muitos cumprimentos ao Sr. Andrada, pelo bom êxito do baile de sua irmã.

“Possas a Imperatriz do Brasil viver mil anos, e ser sempre o seu aniversário natalício celebrado por um baile na Legação do Império em Washington.” (*Daily Evening Star*)

*

Que invejável situação social em Washington tinha alcançado Carvalho Moreira em dois anos! Dera maior brilho às suas festas que o próprio Embaixador da Inglaterra.

A descrição ocupava duas meias colunas da página de rosto do *Correio Mercantil* – em lugar de grande destaque. Obra de Francisco Otaviano, que tinha sempre preocupação de impulsionar os companheiros.

E era ótima publicidade para Carvalho Moreira! Em 1854 já utilizava de recursos atualíssimos da boa imprensa.

A imprensa camarada dos amigos...

Deu bons doces ao repórter ianque e sai essa pitoresca narrativa, verdadeiro fresco mural. E com o devotamento do extremoso Otaviano, de coração largo como o mar, espalha aos quatro ventos o seu triunfo mundano.

O faro do talento não se restringia a buscar a fiada do raciocínio jurídico, abstrato por natureza, cheio de subterfúgio por conveniência. Baixava também ao detalhe social, colhendo louros na diplomacia mesmo com os reflexos dos seus finos cristais e a beleza maciça da sua prataria...

Vivesse muitos anos a Imperatriz do Brasil, suspirou o repórter – para que sempre se celebrasse em Washington o acontecimento com um baile na Legação do Brasil!

Desejo que nunca mais se cumprirá. As coisinhas, os nonadas em que era exímia a graciosa sobrinha do Patriarca da Independência e a

vigilância que provia tudo a tempo e a hora, tão característica de Carvalho Moreira, não mais se juntariam num casal de diplomatas do Império para dar desses bailes esplendentes. Ofuscantes de luz. Com louras e ondulantes carnações femininas meio perdidas por entre plantas exóticas. Todo um mundo de sonho e de sombras em movimento.

O aniversário seguinte de Sua Majestade, o antigo leão do Norte o passaria de olhos fixos na Corte de Londres.

Iria para a velha metrópole, lá da outra banda do oceano, na *proude* Albion.

O baile morreria como um desejo de quimera, na imaginação de quem o criou.

E só agora, volvido o tempo, o baile ressuscitou, na crônica viva de um jornalista anônimo, mas exumado, com justiça, do esquecimento.

E de novo aos olhos inebriados do leitor, os pares valsaram satisfeitos, contentes de ainda estarem bailando e sorrindo para a vida.

.....
IX

A NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS

KING OF RIVERS – deslumbrados pela caudal amazônica, em cujo vale viam a continuação das exuberâncias do Mississípi, o público e o Governo norte-americanos procuravam forçar o Império a abrir o seu maior curso fluvial ao comércio do mundo.

Não foi sem razão que Mr. Conrad pôde logo na primeira entrevista falar no assunto palpitante ao ministro brasileiro.

O interesse do público americano bem como as demarches oficiais de agora eram o resultado de uma larga e velha campanha. Quem chefiou, figurando sempre na primeira plana, foi a energia incansável do *lieutenant* Matthew Fontaine Maury, oficial da Marinha dos Estados Unidos, superintendente do serviço hidrográfico e astrônomo do observatório naval de Washington.

Respeitado em numerosas sociedades científicas do mundo pelos seus trabalhos hidrográficos, o *lieutenant* Maury dedicou o melhor da sua cultura e imaginação ao desenvolvimento do Sul.

Entre 1849 e 1855 divulgou suas idéias em artigos freqüentes que apareceram na *Southern Literary Messenger* na *National Intelligencer*, na *Washington Union* e *De-Bow's Review*.

Nem sempre Maury firmava o próprio nome. Numerosos artigos apareciam com o pseudônimo de “Inca” e uma publicidade bem cuidada levava a um número enorme de leitores as suas idéias, mediante transcrições na *De Bow's Review* ou em forma de panfleto sob o título *Letters on the Amazon and Atlantic Slopes of South America*.

As adesões e os entusiastas cresciam extraordinariamente, sobretudo nas convenções e congressos do Sul dos Estados Unidos, a ponto de se transformar a navegação do Amazonas numa reivindicação popular em política exterior...

Pelos fins de 1851, Maury escreve aos organizadores da Convenção dos Caminhos de Ferro do Sul, a realizar-se em janeiro seguinte na cidade de Nova Orleans, sobre a necessidade de se cogitar de questões econômicas e remetia as suas sugestões na tese *On Extending the Commerce of the South and West by Sea*. Não é preciso dizer que o que lhe parecia mais importante e decisivo para melhorar a vida industrial de Nova Orleans e do Sul inteiro era a abertura do rio Amazonas...

Doutrinava sem pestanejar – “a livre navegação do Amazonas é o maior benefício comercial que o povo do Sul e Oeste – e mesmo aquilo a que o povo dos Estados Unidos pode aspirar”.

A argumentação para essa tese não deixava mal a capacidade imaginativa de Maury cientista, hidrógrafo e astrônomo...

Começava mostrando que a bacia do Amazonas “não passa de uma continuação do vale do Mississípi”. E a conseqüência era um mar de rosas: – porque entre a cabeceira do “Father of Waters” e os mananciais do sul tributários do “King of Rivers” davam todos os produtos que nascem na face da Terra, à exceção do chá.

Essa floração do paraíso aos olhos arregalados da ambição ianque se completava com um milagre da Providência – a direção dos ventos e correntes oceânicas enviariam todos os navios que passassem pela foz do Amazonas na direção dos portos do Sul da União...

Para convencer os recalcitrantes, assegurava o grande patriota que a abertura da caudal sul-americana, em seus efeitos sobre a propriedade do país seria equivalente à aquisição da Luisiana.

Em junho de 1853 (poucos meses antes da chegada de Carvalho Moreira), as mesmas idéias eram defendidas por Maury, na Convenção reunida em Memphis, Tennessee.

O resultado excedeu a perspectiva. A Convenção adotou um memorial preparado pelo hidrógrafo e autorizou seu autor a apresentá-lo ao Congresso dos Estados Unidos.

Mais de trinta páginas desse documento pintavam a fertilidade maravilhosa do “Garden of the Hesperides”, e o vale amazônico aparecia descrito com as espécies da fauna, da flora e tesouros minerais, sobre que chamava a atenção do povo dos Estados Unidos.

Uma pincelada no futuro e o visionário divisava o vale – cuja área atingia o dobro da do Mississípi – com uma população de mais de seiscentos milhões de almas...

Seriam mesmo *almas* porque o presente mostra ali apenas a se-centésima parte.

Entretanto o *lieutenant* Maury fielmente executava a tarefa a ele conferida pela Convenção de Memphis, que reunira os representantes de um grande número de Estados do Sul e do Oeste, para estudarem questões de seu particular interesse.

De fato, o memorial chegava a tempo nas mãos dos legisladores de Washington. E a House of Representatives, na sessão de 3 de março de 1854, destinava o arrazoado do hidrógrafo à comissão de diplomacia.

*

Povo essencialmente empreendedor, os cidadãos americanos não se contentariam todo esse tempo com verbiagens.

Desde maio de 1850, o famoso Secretário de Estado Clayton, aquele tão combatido e censurado por haver cedido na questão do Panamá a exigências de Palmerston – se dirigia a seu colega Preston, do Navy Department, solicitando mandar um navio de guerra explorar o Amazonas e seus afluentes.

Era uma preparação, como se pode deduzir de suas próprias palavras: “the advantages to be anticipated from a free transit on that mighty river”...

Naturalmente a licença especial para tal exploração se pediria ao Governo Imperial.

Mas decorrem nove meses sem se realizar a expedição e afinal quando o secretário da Marinha dá ordens (fevereiro de 1851), em vez da

exploração começar na foz do Amazonas e subir rio acima, resolveram que baixassem das nascentes dos tributários, rio abaixo.

Essas instruções são dirigidas aos *lieutenants* William Herndon e Lardner Gibbon, que se encontravam na guarnição do navio *Vandalia*, surto em Valparaíso. Deviam eles tomar por terra, pelo lado do Pacífico, e explorar o Amazonas, da cabeceira à foz, juntamente com os seus afluentes importantes e principalmente cumpria-lhes anotar os recursos em potencial e a viabilidade de comunicações fluviais com os Estados Unidos.

Equipados excelentemente, os expedicionários partiram de Lima em maio de 1851, sob o comando de Herndon.

Logo, porém, se bipartiu a expedição, tendo cada grupo o comando de um dos *lieutenants* e seguindo destino diverso.

O grupo de Herndon desceu o Maranhão e o Amazonas até o Pará, voltando não raro para explorar os tributários laterais, no que consumiu cerca de onze meses.

Levando mais tempo, o grupo de Gibbon atravessou a Bolívia e desceu até à sua cordilheira com o Amazonas.

Já em 1853 o presidente Fillmore submetia o relatório de Herndon ao Congresso, sendo breve publicado em dois volumes.

De repercussão vasta no país, o relato das atividades desses dois intrépidos oficiais da Marinha americana exerceram uma influência poderosa na abertura do Amazonas ao comércio internacional.

Mais interessante e sutil desenvolvia-se simultaneamente a batalha diplomática.

No mesmo instante em que agia tão praticamente o Departamento da Marinha, o órgão diretor da política externa decidia-se a atacar os flancos da questão, ladeando, enredando, intrigando...

É notável o trabalho envolvente que realizou a diplomacia ianque. Vendo mal parada a partida do lado brasileiro, procurava romper o cerco do lado mais fraco.

Já que o Império, dono da maior extensão do *King of Rivers*, não queria entrar em conversações para a sua abertura, os agentes do State Department buscam entendimentos com os governos do Peru, Bolívia, donos das cabeceiras...

Poucos dias depois que a expedição de Herndon partiu de Lima, o Ministro dos Estados Unidos do Peru, J. Randolph Clay, firmava um tratado de amizade, comércio e navegação que garantia aos cidadãos de ambos signatários o tratamento de nação mais favorecida.

Manhosamente posta, uma cláusula adicional assegurava aos cidadãos norte-americanos o direito de estabelecerem linhas de navegação entre os diferentes portos de acesso ao território peruano. Englobava assim os portos fluviais.

Percebendo a tática, o Governo Imperial traçou planos para bloqueá-la. Mal foi conhecida no Rio a expedição Herndon, foi mandado Duarte da Ponte Ribeiro em missão especial ao Peru e Bolívia, com o fito de negociar tratados que excluíssem os cidadãos norte-americanos da navegação do Amazonas e do comércio interno da América do Sul. Em seguida se repetiu manobra idêntica com Equador, Nova Granada, Venezuela...

Estava travada a batalha diplomática. Ponte Ribeiro *versus* Randolph Clay. Peru e Bolívia eram o campo da luta.

Ganhando vantagem sobre o adversário, o primeiro êxito de Ponte Ribeiro em Lima foi o tratado de 23 de outubro de 1851, cujo artigo segundo estipulava claramente que a navegação do Amazonas “pertenceria exclusivamente aos respectivos Estados possuidores das margens”.

Outra obrigação assumida pelo Peru nesse tratado era dar um subsídio de até 20.000 dólares por ano a uma Companhia brasileira de navegação, que seria organizada para funcionar no Amazonas e seus afluentes.

Os protestos do ministro dos Estados Unidos não impediram a ratificação do tratado.

E no ano seguinte o Governo Imperial poderia conceder a Irineu Evangelista de Sousa, o futuro Barão de Mauá, o monopólio da navegação do Amazonas pelo período de trinta anos.

Uma vez ciente do contrato de Mauá, Clay interpela o ministro das Relações Exteriores do Peru, exigindo o cumprimento da cláusula de nação mais favorecida do tratado negociado em julho de 1851.

Entretanto, o contrato entre o Peru e a Companhia de Mauá merecia a aprovação do presidente peruano, com omissão apenas de certos artigos considerados inaceitáveis pelo ministro ianque.

Não tardaram a soprar ventos contrários. Em meados de abril de 1853, o Governo do Peru baixava um decreto, que estabelecia as cidades de Loreto e Nauto como portos de entrada, e os privilégios concedidos ao Brasil passavam a todo mundo.

Corria também o boato de que dois navios em Loreto iam ser entregues a um americano para a desejada navegação.

O novo Ministro brasileiro, Cavalcanti, mostrou-se à altura, lavrando um violento protesto e conseguindo afinal, em janeiro de 1854, outro decreto do Governo peruano modificando o decreto anterior de abril de 1853 e restringindo o uso do Amazonas a brasileiros e peruanos...

Na Bolívia as coisas correriam mais favoravelmente à política de Washington.

Apesar dos protestos do Brasil, o Governo boliviano, por decreto de janeiro de 1853, abria à navegação internacional todos os seus rios e cursos navegáveis, pertencentes ao seu território somente ou desaguando no rio da Prata ou no Amazonas. Indo mais longe, a Bolívia oferecia um prêmio de 10.000 dólares ao primeiro navio que lá chegasse, procedente do Atlântico.

E a diplomacia dos Estados Unidos obtinha em 1858 a confirmação solene dessa orientação por um tratado celebrado com o Governo de La Paz.

Não deixa de se tornar gritante a diferença de resultados obtidos pela diplomacia do Império no Peru e na Bolívia.

Merecem reparo tanto mais especial quanto vamos compreender essa disparidade com a atuação de Carvalho Moreira em Washington, cuja amizade com o ministro do Peru explica grande parte das vitórias brasileiras em Lima.

A LUTA DAS CHANCELARIAS

AOS POUCOS o Department of State se convencia de que não conseguia grandes vantagens em rebater as demarches da Chancelaria do Império.

Se do seu lado estava a força que nada teme, do outro se achava o direito, periclitante por natureza, mas amparado na argúcia de seus defensores – estadistas e diplomatas.

Não é dos momentos menos gloriosos da vida do Império aquele em que, reconhecendo o fracasso do bloqueio diplomático executado junto aos países ribeirinhos, os Estados Unidos se curvam perante a realidade e preferem entabular negociações diretas com o Brasil.

A Carvalho Moreira estaria reservado dar ensejo a essa mudança feliz.

Da sua cautela e vigilância sempre alerta na salvaguarda dos interesses do Brasil, nada escapava por mais sorrateiro que fosse ou dissimulado.

É essa atitude em guarda que lhe dita a nota de 4 de abril, Moreira solicita informações do Governo americano a respeito de certos boatos de expedições de navios mercantes ou de guerra ao Amazonas:

“Tendo lido em jornais deste país alguns artigos recentemente publicados, donde se colige que se acha no Amazonas um vapor norte-americano expedido para explorar aquele rio, e em busca de alguns portos da Bolívia sobre os tributários do Amazonas que um decreto do governo boliviano, aqui igualmente publicado, com data de 27 de janeiro do corrente ano, declarara livres ao comércio estrangeiro...”.

Mostrando-se surpreso diante de tal notícia, perguntava a Mr. Marcy pela sua veracidade, pois “não poderia sem grande pesar, a ser exata aquela notícia, ver por modo tão inesperado ofendidos os direitos de soberania que como nação independente tem o Brasil sobre seus rios, que são parte de seu território”.

Mr. Marcy, o secretário efetivo do State Department, responde-lhe em tom tranqüilizador, acompanhando sua nota de 20 de abril com uma comunicação escrita do Navy Department, em que negava a existência no Amazonas de qualquer navio do Estado ou sob instruções daquela Secretaria. Por seu lado, Marcy referia a Moreira que suas apreensões viriam da expedição científica ao Amazonas sob a direção dos *lieutenants* Herndon e Gibbon, não tendo este último ainda regressado aos Estados Unidos.

E na mesma nota aludia aos motivos desinteressados dessa expedição, que fora autorizada pelo antecessor de Moreira em Washington e se destinava a “satisfazer a uma curiosidade com vistas liberais e de estender os limites dos conhecimentos geográficos, nos quais o Brasil e todos os outros civilizados têm um interesse comum”.

Concluía Marcy assegurando que o governo dos Estados Unidos não aprovaria os atos atentatórios de qualquer vapor americano contra as leis de “uma potência com a qual cultiva as relações mais cordiais”.

Para manter o fogo sagrado e ter uma medida da sinceridade de Marcy, o agente brasileiro a ele se dirigia em 26 de abril, agradecendo as informações prestadas e passando um recibo formal, quase uma certidão, de todas as obrigações assumidas pelo americano no sentido de interceptar veleidades e aventuras no Amazonas.

Moreira focalizava assim, com a formalidade de uma nota diplomática, os compromissos que queria ver mantidos e não só prometidos.

Seus receios do expansionismo ianque tinham na época sólidos fundamentos. A guerra contra o México o fazia dormir com um olho

aberto. Ademais sabia muito bem que a trégua representada pelo tratado ruidoso de Clayton-Bulwer sobre ação conjunta no Panamá, deixava agora o colosso de mãos livres.

Do seu amigo e antigo colega do Parlamento, Limpo de Abreu (futuro Visconde de Abaeté), nomeado recentemente para a pasta de Estrangeiros em substituição ao Visconde do Uruguai, recebe algumas linhas significativas e oportunas.

LIMPO DE ABREU A CARVALHO MOREIRA

Confidencial

Rio, 12 de setembro de 1853.

“Segundo todas as probabilidades o Governo dos Estados Unidos não tardará a aparecer reclamando diplomaticamente a navegação do Amazonas. É uma questão que nos bate à porta, que nos pode trazer graves complicações. Tudo quanto V. Ex^a. puder fazer para adiá-la, será um grande serviço. Não é somente o Governo dos Estados Unidos que olha com avidez para a navegação dos rios interiores da América do Sul e quer obtê-la a todo o transe. O mesmo fazem a França e a Inglaterra. Veja V. Ex^a. os tratados feitos por estas potências com Urquiza nos dias da agonia do seu poder acerca da navegação dos rios Paraná e Uruguai. Isto quer dizer que os interesses da França e da Inglaterra são os mesmos que os dos Estados Unidos, quanto a esta questão, e que assim nós teremos de lutar contra três nações poderosas do mundo. O Governo Imperial tem por si o direito, e firmado na força que ele inspira, há de lutar.

“Convém entretanto empregar meios para arredar a crise, e é isto o que lhe recomendo. Não será possível que uma parte da imprensa desse país nos auxilie, e que se levantem no Congresso algumas vozes que advoguem o nosso direito? Atenda bem a isto, e veja se poderá conseguir-se alguma coisa, informando-me circunstanciadamente de tudo.

“Já lhe escrevi acerca do negócio de Mr. Page, comandante do vapor de guerra dos Estados Unidos *Water Witch*, e nada mais tenho a acrescentar ao que ele disse. É uma viagem que tem por pretexto – explorações científicas, e por fim verdadeiro – abertura de rios ao comércio estrangeiro. Persisto em sustentar a decisão comunicada pelo meu antecessor ao Sr. Schenck, e somente espero a saída do pacote para transmitir-lha.”

Bem razão acompanhava as reflexões de Limpo de Abreu. As explorações científicas antecederam numerosas vezes as expedições colonizadoras.

Os objetivos “científicos” da missão de Herndon e Gibbon iam dar naquilo mesmo – na abertura de rios ao comércio estrangeiro.

Mas não podem ficar sem uma nota de destaque a energia e decisão do estadista que percebia longe os interesses afins da França, Inglaterra, Estados Unidos contra uma fraca nação apenas entrada no convívio internacional:

“Teremos de lutar contra três Nações poderosas do Mundo... O Governo Imperial tem por si o direito, e firmado na força que ele inspira, há de lutar.”

Há de lutar e porque não haveria de lutar Carvalho Moreira, ele um velho e combativo lutador do Parlamento!

Chegava o momento da prova de fogo...

Longe de acalmar seus temores com a réplica de Marcy, o ministro do Brasil, mostra-se tão apreensivo com a integridade ameaçada de seu país que passa ao Governo americano a nota de 15 de agosto de 1853, cujos itens precisos e bastante fundados continham uma energia bem eloqüente:

“1º – Que armadores aventureiros tinham premeditado expedir vapores para forçarem a entrada daquele rio em busca dos portos do Peru e da Bolívia, a pretexto de que os respectivos governos dessas duas repúblicas os têm declarado livres ao comércio estrangeiro.

“2º – Que tão organizados se achavam esses planos de agressão contra o território do Brasil, e já tão adiantada a empresa, que até se anunciava que o tenente Porter, oficial da marinha norte-americana devia tomar o comando desses vapores, acrescentando-se que para esse fim recebera uma licença por dois anos do ministério competente.

“3º – Que, ainda quando não tivessem esses armadores a proteção do governo da União, que aliás tratavam de obter, estavam todavia dispostos a levar a efeito os seus sinistros projetos correndo eles próprios os riscos de tão temerária empresa.

“Não querendo desde logo dar crédito a essas publicações, e muito menos a algumas circunstâncias que as revestem, não obstante serem de caráter bem extraordinário, avisado como está o abaixo assinado pelo honrado Sr. Marcy, secretário de Estado dos Estados Unidos, da facilidade com que costumam os jornais deste país publicar notícias exageradas e inexatas (não se tratando dos atos ou declarações do governo), levado destas considerações julgou o abaixo assinado não dever dar passo algum oficial em virtude dessas referidas publicações, e preferiu antes de tudo lançar mão dos meios a seu alcance para reconhecer o grau de veracidade das notícias a que alude.

“Com emprego desses meios chegaram ao conhecimento do abaixo assinado algumas informações a que infelizmente não poderia o abaixo assinado recusar a sua cren-

ça, a não serem elas dissipadas por outros dados mais satisfatórios ou de caráter público; são essas informações as seguintes:

“1º – Que se organizara com efeito na cidade de New York uma companhia de que é chefe, gerente, ou coisa que o valha, um certo Mr. D. A. Graves, tendo por fim preparar uma expedição para o Amazonas, por onde pretendem subir, a despeito da proibição do governo do Brasil, em busca de alguns portos do Peru nas águas superiores daquele rio.

“Dos valores destinados a essa expedição um já se acha pronto, e outro está ainda em construção, se já não está construído. É a essa empresa que seria associado o tenente Porter, ou de cujos navios tomaria o comando.

“2º – Que além dessa empresa, outra se organizara na mesma cidade de New York com o fim de forçar o Amazonas e subir pelo rio Madeira até os portos da Bolívia sobre os confluente deste rio, visando os empresários alcançar o prêmio que o governo daquela República prometera ao primeiro vapor que pudesse realizar viagem semelhante.

“Desta última empresa figura como gerente, ou sócio principal um tal Mr. J. D. Williamson, achando-se já construído e pronto a partir em breve um vapor de 150 toneladas, acrescentando a estas informações a circunstância de haverem os empresários comprado armamento para repelirem à força qualquer obstáculo, que no curso de sua expedição possam encontrar da parte das autoridades brasileiras.”

Esta nota, de todas passadas por Carvalho Moreira certamente a mais importante e hábil, continha, dentro de um estilo diplomático perfeito, as recriminações mais severas.

Sobre a eventualidade então do tenente Porter, um oficial da Marinha de Guerra dos Estados Unidos obter uma licença de seu Governo para chefiar expedições destinadas a violarem as leis do Brasil e o seu território, integrado pelos seus rios, o antigo opositor de 1848 não faz cerimônia em dizer a verdade.

Em relação ao Governo norte-americano, dos seus propósitos de respeitar e fazer respeitar a clausura do Amazonas, – a ser verdadeira – “semelhante licença viria abalar a profunda crença em que está o abaixo assinado da sinceridade daqueles louváveis sentimentos e princípios”...

De fato agitavam-se realmente de modo extraordinário na imprensa dos Estados Unidos as idéias de expedições para o Amazonas, e a situação do diplomata do Império, cujo dever era desviar a torrente, se tornava cada vez mais delicada.

E começava por duvidar da “*sinceridade* daqueles louváveis sentimentos e princípios”.

Em sua resposta datada de 22 de setembro, Marcy incluía uma nota do secretário da Marinha que negava haver o *lieutenant* Porter recebido qualquer licença para fazer a alegada expedição. Insistia a nota que o Governo dos Estados Unidos jamais favoreceu uma empresa que o pudesse envolver em hostilidade com uma potência estrangeira e que em qualquer caso suas leis bastavam para a vigilância de tais questões como a em apreço. Entretanto, o secretário americano prometia ordenar ao procurador dos Estados Unidos e ao coletor da alfândega em New York que sejam cautelosos e atentos a fim de prevenirem qualquer violação das leis brasileiras.

Como escreveu um historiador conterrâneo de Marcy – “depois da aplicação do unguento, um pouco de sal era adicionado...”*

O americano terminava tomando a liberdade de entreter a esperança de que o Governo brasileiro, movido por uma esclarecida consideração pelos interesses do Império, esforçar-se-á por todos os meios convenientes a desenvolver seus vastos recursos. “Parece ao abaixo assinado que nenhuma medida seria certamente conducente a este resultado, do que a remoção das restrições desnecessárias sobre a navegação do Amazonas, e especialmente a passagem de navios dos Estados Unidos em comunicação com os territórios da Bolívia e do Peru por aquele rio e seus tributários. É de esperar que por meio de estipulações por tratado possam ser estas vantagens obtidas para os cidadãos dos Estados Unidos.”

Era a primeira vez que os ianques falavam às claras. Negociar tratados para obter as vantagens comerciais no Amazonas desejadas pelos cidadãos da república.

Talvez Carvalho Moreira pela primeira também acreditasse na *sinceridade* dos “louváveis sentimentos e princípios” de Mr. Marcy.

De qualquer forma comunica essa troca notável de documentos diplomáticos.

O Governo Imperial respondia condignamente, mandando a Rego Barros, então na presidência do Pará, que fortificasse devidamente a entrada e parte inicial do curso do *King of Rivers*.

* Lawrence Hill, *Diplomatic Relations between Brazil and United States*, pág. 228.

Numerosas fortalezas se ergueram e os naturais esperavam de fogos acesos qualquer navio menos suspeito.

A diplomacia é a primeira linha de defesa. Mas depois de rompida, só faz barragem um cordão de trincheiras ou a artilharia de costa.

O ministro do Império em Washington acumulava grandes dis-sabores. A doença do peito ameaçava a vida da esposa. Afloravam-lhe apenas a vaidade essas longas e rasgadas aprovações de seus atos:

LIMPO DE ABREU A CARVALHO MOREIRA

Confidencial

“Rio de Janeiro – Ministério dos Negócios Estrangeiros em 14 de outubro de 1853.

“Li a carta que V. Ex^a. escreveu ao meu antecessor com a data de 15 de agosto próximo passado, tendo ele tido a bondade de confiar-me para este fim, e cada vez reconheço mais o zelo com que V. Ex^a. procura rastrear os desígnios dos americanos sobre a navegação do Amazonas, e contrariar as suas vistas ambiciosas. Se os senhores Osma e Herrera estão nos mesmo princípios, como parece, devemos conceber algumas esperanças de que o Governo do Peru, que tão mal avisado andou quando expediu o Decreto de 15 de abril último, modificará a sua política, e com ela os efeitos deste Decreto. Pela minha correspondência oficial verá V. Ex^a. quais foram as instruções que se deram ao nosso ministro em Lima acerca deste objeto. Pareceu-me, de conformidade com a opinião de meu antecessor, que convinha admitir a inteligência restritiva que deu o Governo do Peru à disposição do artigo 1º da Convenção de 23 de outubro de 1851; porque assim terão os americanos menos pretextos para alegar em favor de suas pretensões. Devo dizer a V. Ex^a. que o nosso ministro em Lima procurou desviar a publicação do Decreto de 15 de abril pelas conferências que teve com o Senhor Tirado e Blay e a influência da política dos Estados Unidos é, como V. Ex^a. sabe, muito grande naquela e em outras repúblicas da América do Sul. Os esforços do nosso ministro foram frustrados. É muito louvável a resolução que V. Ex^a. tomou de escrever ao nosso ministro em Lima a carta que remeteu cópia. Não creio que ele se dê por ofendido com isto. Já recebi a nota circular do Sr. Tirado, convidando os governos das potências ribeirinhas do Amazonas a nomearem representantes para tratar definitivamente, e com vistas longas no futuro se regular os seus respectivos direitos em relação ao Amazonas, e sua navegação, e finalmente para tomarem em comum medidas tendentes a uma colonização eficaz à custa de todas essas potências. Quis ouvir sobre esta circular o parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado. Dever-se-á aceder ao convite? No caso afirmativo, em que tempo, e em que lugar deverão verificar-se as conferências? De que poderes e instruções deve ser munido o Plenipotenciário brasi-

leiro? Tais são entre outras as questões que ocorrem desde logo e que devem ser muito estudadas. A circular a que me refiro foi expedida pouco depois da publicação do Decreto do Sr. Tirado, receio que o Sr. (Clay) não fosse estranho à sua expedição. É um motivo para estarmos de sobreaviso, marchando neste terreno com muita circunspeção. Já lhe declarei que o Governo Imperial aprovou a Nota que V. Ex.^a dirigiu a Mr. Marcy em 15 de agosto passado por ocasião das notícias que se publicaram em diversos jornais e de outros fatos que chegaram ao seu conhecimento a respeito de expedições que se preparavam nesse país para o Amazonas.guardo a resposta que Mr. Marcy terá de dar a esta nota, e tenho para mim que ele não poderá esquivar-se a revelar o seu pensamento acerca da questão.

“Se a expedição de mr. Williamson segundo disse a V. Ex.^a, o Sr. Osma, tiver de sair apesar de tudo, fico certo de que V. Ex.^a protestará, como lhe foi recomendado, e executará fielmente as suas instruções.”

*

Apenas chegado aos Estados Unidos, Carvalho Moreira amou a gente e o país, rompendo a apatia da travessia longa do Atlântico, desfazendo-se a repugnância que nutria contra esses saxões do norte.

Dentro de pouco, fazia um ambiente e estreitava relações com a melhor sociedade de Washington. Sua representação – como disse o jornalista anônimo – excedia em brilho e grandeza às missões diplomáticas da Inglaterra e do Chile.

O baile, que se seguiu à recepção de 24 de março (1854), foi uma demonstração esplêndida de prestígio social, desfilando luxuosas carruagens de todos os bairros chiques para a Legação do Império. O corpo diplomático até aparecia em uniforme de grande gala e diversos secretários de Estados como governadores valiam-se da ocasião para ostentarem o talho britânico de seus fraques...

Por sua vez os negócios da missão brasileira assumiam um interesse e importância crescente, vendo-se o seu chefe apaixonado na *mélée* absorvente da política internacional.

Mas em segredo o destino conspirava...

A incompatibilidade entre os gelos e nevoeiros do Norte com a saúde de Mme. Carvalho Moreira, criada no clima suave da paulicéia, se pronunciava cada vez mais.

Dentro em breve já não bastavam, durante curtas permanências, os ares da Virgínia. Dona Carlotinha definhava não romanticamente – que seria o mal do século – mas tristemente consumida pela bronquite.

Carvalho Moreira prefere comprometer o futuro de sua carreira a ver ameaçada a vida da esposa bem amada...

Pede ao Governo com insistência que o retire daquele fastígio de glória, daquele Capitólio soberbo e o transfira para a planície, para Lisboa quieta e pacata, mas salvadora da saúde de sua mulher...

Madame Moreira – com aquele “brocado azul e branco, admiravelmente adaptado às suas delicadas formas, com plumas azuis e de prata na cabeça” – teria deslumbrado a sociedade ianque e não seria para condenar que o virtuoso consorte não se mostrasse tão cuidadoso.

Mas agora era essa vida que justamente parecia fugir-lhe, tragada num abismo de geleiras, diluindo-se como flocos de neve...

Noite e dia, lhe trabalhava o cérebro a idéia fixa – remoção, remoção e até demissão.

Apela para toda gente, mas seus pedidos clamam num deserto.

Por vezes o eco lhe traz consolos. Amizades consolidadas pelo tempo trazem-lhe a palavra do conforto, naquele exílio dourado, privado de muitas afetividades.

Também o vigor de Carvalho Moreira como correspondente se derrama fecundamente como o leito transbordado do Nilo.

Não era fácil estar em dia com semelhante manancial:

CARTA DE EUSÉBIO DE QUEIRÓS

Rio, 23 de abril de 1854.

“Meu sempre bom Amigo.

“Tive finalmente o prazer de ao mesmo tempo receber as suas cartas de 3 de outubro, 10 de novembro, 17 de dezembro, 9 e 20 de janeiro, e gozei alguns momentos da conversa sempre espirituosa do meu amigo Carvalho Moreira, de quem tenho às vezes não poucas saudades.

“Estimei um tanto ver, que a sua vista perspicaz já realizou, o que eu talvez com pouca civilidade, mas com muita amizade lhe disse nas vésperas de sua viagem – O Sr. Carvalho Moreira necessita de uma viagem aos Estados Unidos para curar-se radicalmente de uma moléstia, que é comum a quase todos os moços de grande talento, e espírito nobre. – Com efeito, o Republicanismo Ianque é a melhor receita que conheço para inspirar o amor do positivismo, e da política prática.

“Vejo que se acha a braços com a questão – Amazonas. Entendo que muita culpa nos cabe, e quanto a mim digo – *Poenitet me peccati* – mas só por não haver insistido com força em fazer preponderar minha opinião no Conselho, onde apenas pelo Sr. Torres era tibiamente apoiado.

“Hoje confesso-lhe que a intolerância americana vai-me quase modificando as opiniões de livre navegação, que eu sustentava – bem entendido com as limitações de segurança, que se costumam exigir.

“Entretanto, essas complicações aumentando a necessidade de sua conservação aí prejudicam os seus desejos de mudança. O Limpo fala sempre como seu amigo; eu, é, que com ele não tenho as mesmas entradas que com Paulino.”

Carvalho Moreira, no entanto, sem dar justo valor à sua atuação no problema de política internacional do Brasil mais palpitante no momento, queixa-se dos amigos. Não lhe escrevem. Não o tiram daquele país gelado, onde lentamente definha a sua mulher, fraca do peito...

O próprio Francisco Otaviano, o antigo companheiro de escritório de advocacia, não escapava à ação mortificante do *spleen*...

Queixando-se Moreira numa censura geral dos “amigos que a ausência obscurece”, Otaviano protesta contra esse derrame: “Assim, amigo meu, toma como de uma vez para sempre que a minha irregularidade de correspondência pode ser às vezes efeito de descuido ou de preguiça, mas nunca de quebrar do vivo e constante sentimento que nos prende há nove anos.”

E com Otaviano a constância haveria sempre de estar realmente.

Durante toda a sua vida jamais falhou sua amizade verdadeiramente fraternal em relação a Moreira, quase se podendo fazer um biografia deste pela correspondência do outro.

Tratando de política exterior, o assunto recaía naturalmente na questão do Amazonas, pouco ventilada no Brasil por política do Ministério Paraná.

Na mesma carta (de 13/2/1854) delinea o panorama: “Hoje os olhos de todos os que pensam dirigem-se para as negociações de Montevideú e de Washington. Em relação às primeiras, as últimas notícias são extremamente favoráveis e verás da circular do Limpo de Abreu, que foi publicada em todas as folhas, que o Gabinete resolveu intervir franca e decisivamente. Quanto às de Washington, a fala do presidente do Congresso encerra um tópico que nos

causou alguma apreensão acerca da navegação do Amazonas. O que estará fazendo? Como o nosso ministro junto daquela república terá apreciado esta questão? Eis o que não se sabe; porque a política do Brasil relativamente à América do Norte, nunca é sabida, nem faz objeto da discussão dos jornais.”

Concluía pela política interna: “Pelo que diz respeito ao interior, continua a durar a lua de mel do Ministério Paraná, e creio que ainda tem de atravessar mais alguns períodos, como toda a lua, quando encontra sóis que lhe emprestem luz. Demais, o país estava cansado; as lutas haviam enfraquecido os partidos; a energia partidária do Eusébio havia acabado com as aspirações dos caudilhos liberais. Estes suspiravam por qualquer pinguela que os fizesse passar para o campo do festim.”

Essa lua de mel do Ministério, essa tranqüilidade da política interna, obtida pela vitória da energia partidária de Eusébio contra os “caudilhos liberais”, devia ainda mais acender os desejos do conservador em oposição de tempos passados.

O vírus político se associava agora com a nostalgia numa só ambição – a pátria distante.

Mas como lhe observava com muita razão o seu dedicado Eusébio, as complicações aumentavam na América do Norte, exigindo a conservação de Moreira e prejudicando os seus desejos de mudança.

Um mau funcionário recebe às vezes o prêmio mais facilmente. Abusando da tolerância, a sua imprestabilidade se torna uma alavanca de suas vontades...

Por esse sistema se achava perdido o zeloso ministro em Washington.

Que as complicações aumentavam, prova o tópico da fala do Presidente americano ao Congresso que causara apreensões no Rio, segundo o depoimento de Otaviano.

Por sua vez o cerco da França e Inglaterra – diretamente interessados pela possibilidade de alargar os seus domínios territoriais nas Guianas – apertava cada vez mais.

Era a luta contra três nações poderosas do mundo como bem se desenhara ao espírito do futuro Abaeté, dos chanceleres mais ilustres que orientaram a nossa política exterior.

É ele ainda quem informa a Carvalho Moreira das últimas demarches no Peru e em Londres:

ABAETÉ A CARVALHO MOREIRA

Confidencial

Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1854.

“Tenho presente a sua Confidencial datada de 15 de dezembro último, na qual V. Ex^a. acusa a recepção das que tive a honra de dirigir-lhe em 14 e 15 de outubro. Nesta confidencial ocupa-se V. Ex^a. de diversos assuntos, porém o principal é o que se refere ao convite que fez o Governo do Peru aos Governos dos Estados ribeirinhos do Amazonas, para nomearem representantes a fim de regularem definitivamente em um Congresso as questões relativas à navegação daquele rio, bem como outros objetos que se mencionam na Circular de convites. Falarei disto depois. Pelo que V. Ex^a. me diz o nosso ministro em Lima não se mostrou agastado com a Carta, que V. Ex^a. lhe escreveu, sugerindo-lhe algumas indicações acerca do Decreto de 15 de abril de 1852 expedido pelo Governo do Peru, e escreveu-lhe uma carta, que deu a V. Ex^a. muita luz sobre o estado das nossas coisas no Peru. O procedimento do Senhor Cavalcanti é muito louvável. O que V. Ex^a. fez para com ele estava nos interesses do serviço público, e devia ser aceito com satisfação. A correspondência do Senhor Cavalcanti tem me agradado muito. Segundo o último ofício, o qual foi escrito muito às pressas, a discussão do Decreto de 15 de abril tinha ficado adiada para o próximo Congresso. Diz o Senhor Cavalcanti que se deve isto a esforços seus, e que agora o Governo poderá, se quiser, revogar o Decreto, ouvido o Conselho de Estado. Eu não nutro a esperança de tal revogação, e assim lhe declarei em resposta. O Presidente há de dizer-nos que o Decreto ficou afeto à decisão do Congresso, e que o encerramento da sessão não altera o princípio. O Senhor Cavalcanti, noticiando o encerramento do Congresso, não alude à causa, que V. Ex^a. dá em um dos seus ofícios, a saber, a invasão do território peruano por forças da Bolívia, tendo à frente o Presidente desta República.

“V. Ex^a. tem me falado com tanto elogio do Senhor Osma, em diversos ofícios e confidenciais, que desejaria muito que se verificasse a sua nomeação de ministro para esta Corte. Ele podia contrabalançar aqui o mal que nos Estados Unidos poderá fazer-nos o Senhor Tirado com os seus princípios e idéias exageradas acerca da navegação do Amazonas. Deus queira que o Senhor Tirado não tenha brevemente de arrepender-se de se deixar arrastar pela política do Governo dos Estados Unidos. Falarei agora do convite que nos fez o Governo do Peru. V. Ex^a. já está informado de que a nota do Senhor Tirado foi remetida à Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, e o relator nomeado foi o meu antecessor. O parecer já foi dado, e depende de resolução. *As observações que V. Ex^a. faz são, como tudo o que sai de sua pena, sumamente judiciosas.* Regular a navegação dos rios interiores da América entre os condomínios, como pretendia o meu

digno antecessor, nem um perigo traria para o Brasil, seria antes uma medida reclamada pelos interesses do comércio, e da indústria. Mas V. Ex^a. sabe que não atrás, mas adiante dos condomínios apresentam-se, reclamando essa medida, as três mais poderosas nações do Mundo. Entendo pois que nestas circunstâncias haverá perigo na concessão. Os procuradores que querem fazer valer o direito dos ribeirinhos, procuram antes agir para si do que para eles. À abertura do rios há de seguir-se a colonização, e digo a V. Ex^a. que a colonização feita sob a influência dos Estados Unidos, Inglaterra e França é um espectro que me aterra. A colonização assim feita há de mais cedo ou mais tarde produzir uma transformação. Prevejo tudo isto, mas confesso a V. Ex^a. que não julgo possível deixar de resolver a questão da navegação dos rios. Servir-me-ei das palavras do meu antecessor para dizer que esta questão está hoje decidida como a do tráfico. Na do tráfico pusemos-nos à frente da opinião que o condenava. Na da navegação dos rios interiores, se não seguirmos a opinião que se tem manifestado, se não a aproveitarmos para obter algumas vantagens, seremos por ela arrastados. Não há resistência possível. Quer V. Ex^a. saber o que me diz o Senhor Sérgio em confidencial de 8 de janeiro? Ouça. – ‘O nosso Ministro em Missão especial na República da antiga Colúmbia enviou-me a selo volante os officios que dirijo a V. Ex^a. – Cada vez mais me persuado que os americanos arrombam as portas do Amazonas, se lhas persistimos em fechar.’

“Deverá, porém, a questão resolver-se no Congresso, para o qual fomos convidados, ou deveremos nós resolvê-la pela nossa parte nem dependência de tal Congresso, e atendendo somente ao que nos convém, visto como os Governos dos Estados ribeirinhos do Amazonas sem audiência nossa têm decretado o que lhes parece, franqueando a todas as nações a navegação dos seus rios interiores, embora para ir lá seja necessário entrar pelo Amazonas, do qual são exclusivamente nossas a foz, e uma vasta extensão de ambas as suas margens? Talvez possa brevemente comunicar a V. Ex^a. a minha opinião a este respeito. Agora não o faço porque o tempo urge, e não permite ser mais extenso.”

*

Moreira não descansava em Washington.

Procurando aliciar amigos na imprensa e no Congresso para obter moderação nos ímpetos populares de navegar o *King of Rivers*, escrevia numerosos artigos e memorandos que vertia em inglês e publicava nos diários de maior circulação. Valia-se também do seu amigo Osma, ministro do Peru na América e que lhe prestou ótimos serviços.

Essa contrapropaganda, essa resistência à onda de sonhadores e aventureiros requeria uma longa paciência no trabalho.

Mal podia dedicar-se ao estudo e pesquisas dos sistemas penitenciários nos Estados Unidos, de que fora incumbido novamente pelo Ministério da Justiça – o que não resultou todavia em relatório de pequeno

fôlego – ou informar o ministro da Agricultura sobre maquinismos e processos agrícolas adotados nas belas terras do Norte.

Quase tudo convergia para essa absorvente questão do Amazonas, da qual lhe dizia o bem humorado Visconde de Abaeté, que era “como a teia de Penélope, trabalha-se nela, e quando vai examinar-se, parece achar-se no mesmo estado” (reservada de 19 de janeiro de 1855).

O Governo americano, aliás, emprestava importância extraordinária à matéria, tanto que as instruções dadas a Trousdale, o novo ministro ianque despachado para o Rio de Janeiro, rezavam textualmente:

“The most important object of your mission – an object to which you will devote your early and earnest efforts – is to secure the citizens of the United States the free use of the Amazon” (datado de 8/8/1853).

E Trousdale vinha efetivamente apoquentar o Governo Imperial com essa “teia de Penélope”.

Não perdia vaza nem dava folga.

Mesmo em Petrópolis, fugindo do calor, maçava o Imperador.

Pedro II, em palestra com Trousdale na cidade serrana, lhe observava habilmente que nem os interesses do comércio nem o estado inculto e despovoado das margens do Amazonas justificava a abertura desse rio ao comércio estrangeiro.

Trousdale mostrou-se surpreso. A seu ver o que influíra na decisão do Governo parecia ter sido o receio contra o espírito de conquista, injustamente atribuído aos Estados Unidos.

Não era má política distrair por essa forma os cidadãos da grande república, que acabara de obter do Equador o protetorado das ilhas de Galápagos.

Não é somente na fábula de La Fontaine que o cordeiro leva a culpa de turvar a corrente cristalina. Na vida das nações se reproduzem também dessas cenas.

Por ocasião de uma expedição do governo brasileiro ao Paraguai, o ministro de Estrangeiros soubera e em março de 1855 informava para Washington que os governos da Inglaterra e França se mostravam contrários à nossa expedição, pelo temor de julgar o Império “um discípulo muito aproveitador da política das anexações”...

Os agentes diplomáticos, segundo corria, tinham escrito para Londres e Paris que o Império “não se contenta já unicamente de absorver o Estado Oriental, quer também absorver o Paraguai”.

Chegando tais informações absurdas a encontrar acolhimento no espírito de Lorde Clarendon e Mr. Drouyn de Lhuys...

Sem acreditar nos receios de Sérgio de Macedo que via arrombadas as portas do Amazonas pelos americanos que se lhes persistíssemos em fechar, Limpo de Abreu considerava mal menor essa violência do que a abertura voluntária, “não estando nós preparados para receber semelhantes hóspedes, que não têm muita cerimônia em declarar-se senhores”.

Temia pela sorte do vale do Amazonas tão cobiçado por diversas potências imperialistas, que visavam a sua colonização. Perigo que ainda hoje talvez não tenha passado...

*

A impaciência de Carvalho Moreira atingia o paroxismo. Para salvar a vida da esposa, dispunha-se a não passar mais um quarto inverno em Washington.

O Imperador, depois das muitas lastimações do seu Imperial agente, concede-lhe uma licença nos fins de 1854.

O ministro de Estrangeiros, no entanto, revelava-se mais realista do que o rei: “eu receio que as negociações que aí temos sofrem muito com a falta de sua direção. A sua vigilância e o seu zelo têm-nos poupado muitos embaraços, têm feito desanimar os especuladores e o flibusteiros, que têm os olhos voltados para o Amazonas. Se V. Exa. sair daí, temo muito que eles criem nova audácia, e se arrisquem a alguma empresa temerária” (particular de 14 de agosto de 1854).

Abaeté dispensava valor considerável ao serviços de Carvalho Moreira que realmente vivia debruçado sob os cais de Nova York de olho atento em cada novo coletor da Alfândega, a quem solicitava do Department of State a remessa das instruções sobre a navegação proibida...

Às vezes, Limpo de Abreu fazia apelos patéticos: “estou tremendo de ver a V. Exa. deixar essa Legação!”

Mas em janeiro de 1855, o ministro de Estado precisa brincar com seu agente para contê-lo no posto uns tantos meses necessários ao serviço público: “Desde 17 de dezembro que estou só aqui na Corte. Ainda não pude ir a Petrópolis senão uma vez visitar a minha família e só me demorei dois dias. Acha V. Exa. que a vida do ministro dos Negócios Estrangeiros é melhor que a do ministro do Brasil em Washington? Ninguém está contente com a sua sorte. Talvez seja por isso que estaria pronto a fazer uma troca com V. Exa.”

Prometia, prometia sempre melhorar a sorte de Moreira. Era só questão de ocasião, que haveria de “agarrá-la pelo cabelinho”.

Sobretudo que o chefe da missão na América do Norte estava sozinho, roendo todo o trabalho, sem adido nem secretário.

Como lhe dizia em março de 1855 o seu amigo e chefe Abaeté, perseguido por diversos bacharéis novos que queriam “meter a barba no cálix entrando para a Diplomacia”, – a escolha de qualquer dos pretendentes seria “um jogo de cabra-cega”.

E não se tornava coisa fácil mandar um secretário para aquelas alturas ainda não muito apeteçadas na época, havendo funcionários como o “doutor Loureiro” que preferia ser secretário em Paris a ser embaixador em qualquer outra parte...

Passa-se o tempo e já quando um estado mórbido invadia Moreira, de tensão feita em abandonar a carreira, chega o despacho salvador – a nomeação de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil para a Corte de Londres.

Ministro na Corte de Londres – Abaeté encarecia o novo posto (carta de 14/5/1855): “*A Legação de Londres é a mais importante que temos, não só pelas questões políticas que ali ocorrem como pelos imensos objetos de administração que estão a seu cargo. O fato de ser V. Exa. escolhido para exercer este lugar mostra a grande confiança, que inspiram a S. M. o Imperador as luzes e a dedicação de V. Exa. Basta este motivo para eu dar a V. Exa. os meus sinceros parabéns.*”

Parecia carta de colega a colega, tão amável e espontânea, tal era a conta em que se achava o destinatário perante o Governo Imperial.

A compensação vinha em boa hora, de modo a não amargar um funcionário que se mostrara excelente na defesa dos mais altos interesses do Estado – a sua integridade territorial.

Com a remoção de Carvalho Moreira, as negociações passaram-se para o Rio, amortecendo seu interesse que se diluiu na onda de sangue da Guerra da Secessão.

O Amazonas seria em 1867 aberto espontaneamente pelo Império ao comércio de todo o mundo, depois de uma vasta campanha do grande Tavares Bastos*.

E quem levaria a primeira nova para a terra ianque seria o sábio Agassiz, que a recebeu, num festivo banquete de despedidas, da própria boca do Marquês de Olinda.

E isso após a sua expedição científica ao *King of Rivers*.

Não diz a História se Agassiz repetiu o feito com o mesmo intuito de seus compatriotas marinheiros.

Bem provavelmente seu fito era o serviço da ciência – e só.

O Império mostrara ao mundo que um governo forte não cede à pressão estrangeira. Mais vale abrir as mãos num gesto largo e generoso...

* Ver o livro recente de Fernando Sabóia de Medeiros, *A liberdade de navegação do Amazonas*, Ed. Nacional.

.....

XI

NA CORTE DA RAINHA VITÓRIA

A POLÍTICA LIBERAL de Canning tinha proporcionado extraordinário apoio à causa da independência do Brasil.

O abandono dos intuítos recolonizadores da Santa Aliança, por parte do Gabinete inglês, facilitou sobremodo o reconhecimento do Império recém-criado.

Tanto liberalismo não vinha somente de nobres ideais nutridos pelo grande parlamentar, que trouxera o Novo Mundo à comunhão universal.

Dando-lhe amparo formidável se achava o comércio britânico que divisava nas colônias libertadas, especialmente no Brasil, vastos campos expansão.

O materialismo histórico ganhava aqui brilhantemente sobre o altruísmo da velha Albion.

De qualquer maneira, as nossas relações com a Inglaterra se iniciaram sob os melhores auspícios.

Em breve, porém, teríamos de dar o preço da generosidade insular. Pelo tratado de comércio de 1827, o Brasil se obrigava a não aumentar

os direitos de importação de 15% sobre as mercadorias inglesas, ainda que fossem majoradas as demais.

Os contrabandos de escravos deram motivo a um tratamento mais desigual. Enquanto as presas eram julgadas pelos tribunais mistos da Serra Leoa, – cujos enormes e volumosos tomos se acham nos arquivos do Itamarati, – tudo ia muito bem.

Com o tempo se alterou o processo, vindo os brasileiros a serem julgados na Inglaterra pela justiça ordinária ao passo que os ingleses gozavam da alçada privativa de um juiz de livre escolha do Governo britânico.

Em 1842, o diplomata Ellis trazia como objetivo de sua missão obter a criação de um tribunal misto para os litígios ocorrentes no Império entre brasileiros e ingleses...

Queria também o pouco ambicioso diplomata que o Governo Imperial entregasse o julgamento dos navios negreiros somente a tribunais ingleses...

Era positivamente estabelecer no Brasil o regime de capitulações instaurado pelas potências européias no Oriente, no Egito, na Turquia...

O sentimento público reagiu fortemente, conseguindo a oposição política derrubar semelhante orientação externa de Aureliano Coutinho, então ministro de Estrangeiros.

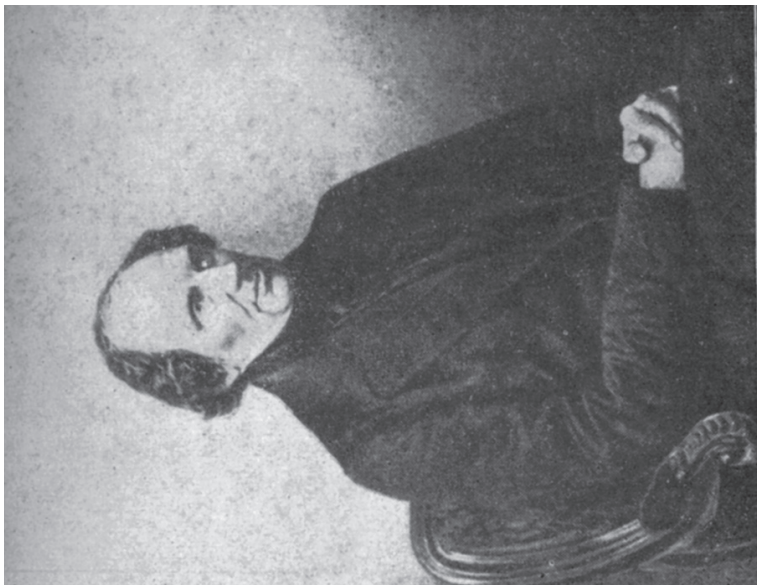
Em 1844 caducava felizmente o tratado de 1827, aumentados, sem distinção e de acordo com as necessidades do Império, os impostos aduaneiros sobre manufaturas estrangeiras.

Não tardou a vingança da *liberal* Inglaterra.

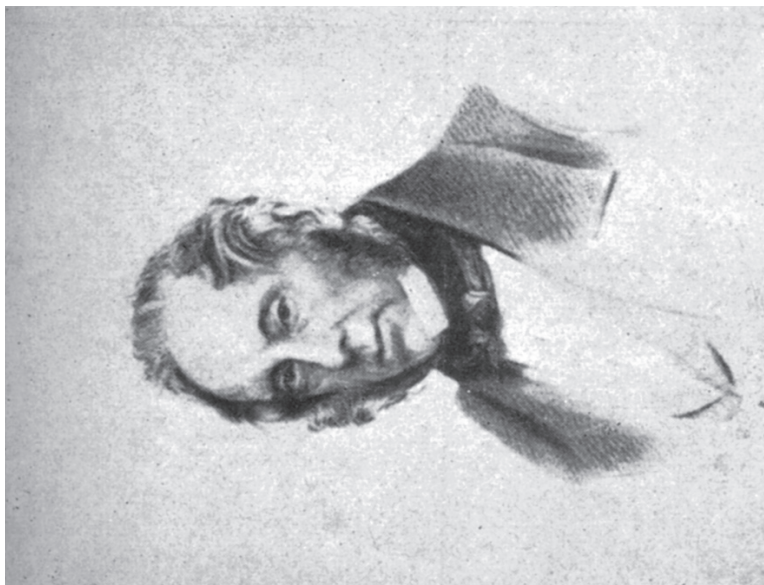
Lorde Aberdeen, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conseguia do parlamento de Westminster o famoso *bill*, que traz o seu nome.

Pelo *bill* Aberdeen, foram abolidas as comissões mistas anglo-brasileiras e transferida aos tribunais ingleses a jurisdição sobre navios negreiros, cujos capitães e tripulação se equiparavam a piratas, sendo assim tratados pela leis britânicas.

Abusando do direito de ser forte, o mesmo *bill* – considerado “argelino” ou aplicável só a gentes bárbaras pelo seu próprio autor – conferia aos cruzadores ingleses autorização para desrespeitar as águas territoriais e, mesmo o solo brasileiro, na caçada ao tráfico escravo.



Lord JOHN RUSSELL



Lord PALMERSTON, 1861



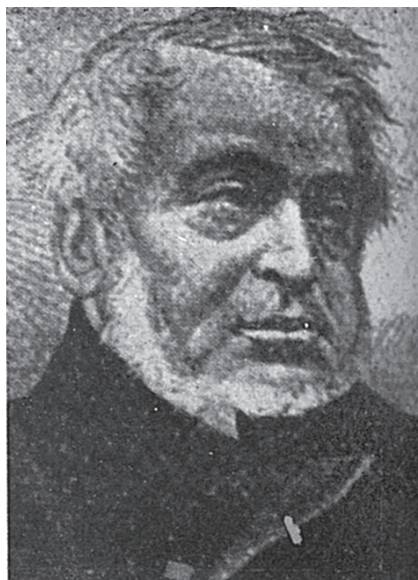
Cardeal ANTONELLI
Secretário de Estado de Pio IX



FRANCISCO OTAVIANO



DROUYN DE LHUYS



BARÃO LIONEL DE ROTHSCHILD

O *bill* Aberdeen, que levou a população brasileira a boicotar mercadorias inglesas, foi a maior ofensa até hoje feita contra os brios nacionais.

Foi ainda sob os efeitos corrosivos desse vinagre derramado em chaga viva, que Carvalho Moreira chegou a Londres em 1855.

É verdade que a repressão enérgica do tráfico por Eusébio de Queirós diminuía ligeiramente os atritos com a Inglaterra.

Em 10 de novembro de 1853, Eusébio escrevia ao seu antigo colega de Câmara: “Recebi o livro azul B contendo a correspondência relativa ao Brasil em 1852. – Alguns ofícios da Legação ao Governo inglês, e algumas respostas deste me encheram de tanto orgulho, que quase me fazem voltar à política; mas felizmente ainda não vai desta vez. Recomendo-lhe a leitura pois como meu amigo não há de desgostar.”

Gostando ou não, Carvalho Moreira ia bastante prevenido para o seu novo posto de ministro do Império na Corte da Rainha Vitória.

Chegando a Londres em 27 de agosto, o novo agente de Pedro II apresentava no dia 5 de setembro a sua credencial a S. M. Britânica.

Infelizmente faltam detalhes dessa primeira visita. Provavelmente correrá banal, com as solenidades do estilo. A glacialidade inglesa contrastando com aquela recepção afável e indiscreta do secretário de Estado ianque.

Participando secamente sua recepção oficial ao Marquês de Paraná, presidente do Conselho de Ministros, talvez Carvalho Moreira tivesse fielmente resumido a cena.

Em resposta, Moreira recebia de Paraná as razões da importância de sua nomeação para Londres numa carta reservada (de 15 de outubro de 1855), que lhe traçava a orientação condigna de um diplomata do Império:

“Com efeito a remoção de V. E. para o posto que ora ocupa, é a maior prova de confiança que o Governo Imperial lhe podia dar, visto como a ingerência dessa alegção nos negócios financeiros faz exigir que, além da capacidade diplomática, tenha o ministro grande zelo nos interesses do país, e incontestável probidade.

“Darei mais uma prova dessa grande confiança na pessoa de V. E., comunicando-lhe que, posto a causa imediata da remoção do Sr. Macedo fosse – haver ele celebrado o contrato para construção da Estrada de Ferro (para que não estava auto-

rizado) com estipulação, cláusulas exorbitantes, que segundo a opinião do engenheiro inglês Lane, contratado pelo mesmo Sr. Macedo para o serviço do Governo do Brasil, não asseguram a boa execução dessa estrada; contudo não foi esse o único motivo que teve o Ministério para propor a remoção.

“Desejamos que o ministro do Brasil nos diga francamente o que entender a respeito dos negócios que tem de passar por suas mãos; mas não queremos que se esqueça de que é representante do Governo Imperial, e se faça representante do Governo da Rainha ou dos nossos Agentes Financeiros; e nem podemos suportar o excessivo amor-próprio e vaidade, com que o Sr. Macedo entendia que os negócios das estradas de ferro de Pernambuco e Bahia se deviam decidir aqui não segundo nossas opiniões e as necessidades públicas por nós avaliadas, mas segundo as suas vistas e opiniões.

“Peço a V. E. que leia toda a correspondência oficial havida entre o seu antecessor, e o ministro da Fazenda desde setembro de 1853; e prometo a V. E. logo que seja possível fazer copiar a correspondência particular que tiver versado sobre negócios públicos, para lhe remeter, persuadido de que convém que V. E. tenha dela conhecimento.”

Que realmente Sérgio de Macedo, o ex-ministro em Londres, não sofria rigores de Paraná, mas uma reprovação geral subsistem numerosas reminiscências.

Especialmente do trono, informa a Otaviano em carta de 13 de novembro de 1855: “Chegou o Sérgio e foi (confidencialmente) mal acolhido por *alguém*. Dizem que ele deu a entender em Londres que vinha para o ministério; só se for das águas servidas em companhia de Pereira da Silva.”

As advertências se somavam aos olhos do novo agente em Londres que não se devia fazer “representante do Governo da Rainha ou dos nossos Agentes Financeiros”, como dizia Paraná.

Afrontar imposições de Palmerston e fugir às tentações de Rothschild. Fardo muito pesado para a carne fraca...

Sérgio de Macedo se entregara ao que insinuaram os contemporâneos. Não seria o último...

Carvalho Moreira devia pôr as barbas de molho. Justamente o que o levava a Londres eram empresas de grande vulto, a captação para o Brasil de grandes capitais destinados a promover o progresso industrial e o aparelhamento econômico do Império.

E sobretudo remover aquele vinagre esparzido cruelmente por Aberdeen sobre a grande chaga da nossa nacionalidade – os negros escravos.

Moreira via-se em grandes dificuldades para corresponder às diversas missões. E o Governo Imperial continuava a enchê-lo de honrarias. Tivera em começos desse mesmo ano de 1855 o título de Conselheiro.

Otaviano pilheria a propósito: “Dou-te os parabéns pelo teu título de Conselheiro. É quanto pode ambicionar um homem de letras, mormente na tua carreira, posto que o Antônio Henriques e outros anal-fabetos tenham hoje esse coleguismo com os homens de letras.” (Carta de 24 de fevereiro de 1855.)

Outra satisfação, que deram ainda ao novo Conselheiro, foi a nomeação do filho mais velho, o Chico, melancólico e sempre cheio de *spleen*, para secretário nos Estados Unidos.

Uma obrigação moral levava assim o agente do Império em Londres a tomar a causa pública como coisa sua, dedicando-lhe todo o interesse.

Mas encontrava logo pela frente a figura de Palmerston como primeiro-ministro. Era uma personalidade forte demais. Escondia até papéis de importância decisiva, que não mostrava à Rainha Vitória, ou por capricho ou por acentuado liberalismo.

Disposto sempre a mandar, chegou uma vez depois do despacho em Osborne, quando partido um trem. Ordena um especial ao agente da estação que, com receio de um desastre, não quer assumir a responsabilidade.

Palmerston replica-lhe enérgico:

– Sob *minha* responsabilidade, então!*

Esse o homem com quem se teria de haver Carvalho Moreira, que já via “a cabeça de Medusa” no *bill* Aberdeen.

E depois a causa era em si mesma bem ingrata. A política conservadora em matéria de escravos tornava-se insustentável. “Até aqui me abstive de falar nessas matérias com Lorde Palmerston por múltiplas razões. Por que fazê-lo? Esse diabo de homem é um Mefistófeles negrófilo, que por ninguém se deixa convencer, insolente, intratável quando se lhe fala de pretos.”

* Lytton Stratchey, *Queen Victoria*, pág. 133.

Assim desenhava a figura do famoso estadista. Um “Mefistófeles negrófilo” também “insolente”.

Essa insolência de Palmerston não era somente com o enviado brasileiro. Vinha da sua política que tratava as nações segundo o seu grau de liberalismo. E um Império escravata não poderia ser bem visto por esse prisma.

Os maiores diplomatas estrangeiros, inclusive antigos ministros de Negócios Estrangeiros como o Príncipe de *Talleyrand*, padeciam a mesma espera de Carvalho Moreira nas antecâmaras de Lorde Palmerston.

Haja vista o testemunho de um notável estadista contemporâneo inglês, Duff Cooper, que é também historiador com grandes recursos de evocação do passado.

“Palmerston – escreve o biógrafo de *Talleyrand* – était un homme exubérant dans la force de l’âge. Il était nouveau venu aux Affaires étrangères. Comme Aberdeen avait été le disciple de Castlereagh, Palmerston était le disciple de Canning. Il avait un joyeux mépris des étrangers. Pour lui le doyen de la diplomatie européenne, ‘ce vieillard presque fabuleux’, était seulement ‘le vieux Talley’ qu’il ne se faisait pas scrupule de laisser dans son antichambre une heure ou deux, traitement qu’un gentilhomme aurait à peine accordé à l’individu le plus médiocre approchant de sa quatre-vingtième année.”*

Apesar dos maus-tratos, *Talleyrand* pinta em suas memórias a figura de Palmerston como uma das mais inteligentes personalidades – senão a primeira, com que jamais tratou.

No Foreign Office, o titular se mostrava mais acessível. Desde o primeiro instante, o Conde Clarendon lhe fora simpático e Moreira ia aproveitar bem cedo à boa vontade manifestada.

A 7 de março de 1856, o Encarregado de negócios de S. M. Britânica na corte do Rio de Janeiro apresentava ao Governo Imperial uma nota sobre a apreensão dos africanos roubados em Serinhaém, nos termos mais desabridos.

Um palhabote amanheceu de repente junto à ilha de S. Aleixo, nos mares de Serinhaém, anunciando-se empestado. O sinal de quarentena bem à vista.

* Duff Cooper, *Talleyrand*, Payot, Paris, 1937, pág. 274.

No dia imediato, uma barça empregada em conduzir presos dali para o Recife sai em direção à ilha. O palhabote, julgando-se perseguido, levantou ferros e embocou pelo rio Formoso.

Foi aí que se soube a verdade sobre o barco sinistro. Era um negreiro, audaciosa ressurreição do tráfico extinto.

Ordens imediatas do presidente de Pernambuco fez com que se apreendesse o palhabote com 162 africanos, tendo fugido a tripulação e desaparecido alguns negros.

A continuação das diligências libertou mais 21 negros extraviados e descobriu vários autores cúmplices do contrabando.

Lastimável foi somente a conduta do delegado local, que não impediu a fuga do capitão do palhabote bem como a queima dos papéis de bordo. Teve, porém, sua demissão, vindo a ser processado por conivência.

Tal o fato ocorrido em Pernambuco, nos meados de outubro de 1855.

O Governo inglês, informado não só pelo cônsul em Pernambuco como pela Legação no Rio, teve a princípio palavras de louvor para a conduta das autoridades brasileiras.

Mas deixando-se em seguida levar pelos rumores de que 26 africanos, extraviados e não identificados, tinham sido vendidos, ordenou ao seu encarregado de negócios, Mr. Stafford Jerninghan, que dirigisse uma nota em termos severos.

Mr. Jerninghan não se fez de rogado. Sua nota de 7 de março significava “ao Governo Imperial que se este não fizer os maiores esforços, a fim de descobrir e punir com todo o rigor das leis os delinquentes nesta e em qualquer outra tentativa de tráfico, o Governo britânico será mais uma vez forçado a pôr em execução o ato do Parlamento do ano de 1845”.

E a ameaça tomava o caráter de insolência: “enquanto os cruzeiros exercem nas costas, rios e portos do Império, a vigilância e atividade que negligenciam os agentes e oficiais do Governo brasileiro, os tribunais ingleses pronunciarão as sentenças de condenação que deixarem de proferir os tribunais do Brasil.”

Tal o contexto da nota dirigida a José Maria da Silva Paranhos, ministro e secretário de estado dos Negócios Estrangeiros.

Carvalho Moreira vai ao Foreign Office, apenas tomar conhecimento de tanta amabilidade de Mr. Jerningham a seu Governo.

Na audiência que lhe concedeu Lorde Clarendon em 28 de junho, mostrou a sua surpresa por semelhante conduta, incoerente e injustificável.

Injustificável sobretudo porque o Governo inglês se declarava ou se fazia mal informado, como que de propósito.

No *lever* da Rainha Vitória, em 7 de maio, Palmerston declarou, em conversa com Carvalho Moreira, ser lamentável que nenhum dos pobres africanos do palhaborde de Serinhaém tivesse sido apreendido e salvo assim da garra dos contrabandistas. E isto por culposa negligência das autoridades brasileiras, frisava o Chefe do Gabinete inglês.

Para reajustar tantos equívocos e defender com serenidade a atitude do Governo brasileiro, Moreira envia ao Foreign Office um soberbo memorando, com todo o histórico da questão e numerosos documentos comprovadores.

Certo *grano salis* vinha a peito na exposição, quando chamava a atenção de Lorde Clarendon para “maquinações dos negreiros estrangeiros (portugueses e espanhóis) que, perseguidos do Império encontram nos Estados Unidos a facilidade e proteção da bandeira americana”...

Era um intriga oportuna, sugerida aliás por Silva Paranhos. Meter os Estados Unidos, escravocratas também no meio do barulho...

Clarendon responde ao memorando de 9 de junho, por outro de 24 do mesmo mês, reiterando a má fé e culpa da autoridade brasileira.

A réplica do agente do Império vem em uma nota lapidar, datada de 21 de julho seguinte. Desfazendo o desencontro das informações lembra Moreira que o ministro de S. M. Britânica esquece a extensão das distâncias; enormes no Brasil, e dificultando a vigilância, o que não impedia no entanto ser a tentativa de Serinhaém completamente abortada. E à ameaça da nota de 7 de março, responde sobranceiro “que envolve uma nova ofensa à independência e soberania do Brasil, por ser uma ameaça de execução do ato do Parlamento inglês 1845, contra uma violência que sempre formalmente protestou o Governo Imperial”.

A verdade é que o assunto foi encerrado depois dessa réplica.

Moreira aprendeu em muito pouco tempo a ferir a corda sonante do temperamento britânico. Encetou logo conversações preliminares para inversão de capitais ingleses na construção dos caminhos de ferro brasileiros.

O problema do Império sempre estivera na vastidão de seu interior, sem meios de penetração fácil, com a administração quase impossível.

Lançar trilhos era a grande ambição, que agitava não só os homens de Estado como os eternos enamorados da fortuna.

Cotegipe, o grande amigo de todas as horas, então da província natal fazia apelos calorosos a Moreira para que deslindasse as complicações, feitas em Londres por Sérgio de Macedo, sobre os empréstimos para construção da estrada de Bahia.

Toda a província se volvia esperançosa para a atividade do nosso agente em Londres, cuja varinha de condão ia aproximar o litoral do remoto sertão baiano às margens do São Francisco.

Otaviano lhe escrevia também a 14 de agosto, para recomendar a empresa de estrada de ferro baiana, que era negócio de seu sogro, o velho Barreto. E perorava eloqüente “servindo a um amigo, desempenhas o compromisso de teu Governo”.

Mas estava destinado ao fracasso esse empreendimento, que não inspirava grandes entusiasmos aos subscritores do capital.

Além disso, as perspectivas de guerra preocupavam a Europa, achando-se cautelosos os meios financeiros. Choviam também os projetos. Era a estrada de ferro para Pernambuco, era a estrada Santos–Jundiáí, era mais um empréstimo para a Pedro II...

Sobre a de Pernambuco era o próprio Marquês de Olinda quem, por carta de 15 de agosto de 1857, lhe recomendava o assunto. E um mês antes lhe comunicara oficialmente que não fora possível passar, em poucos dias nas Câmaras, a autorização pedida pela Diretoria da Pedro II para um empréstimo em favor da estrada. Mas pedia a Moreira que assegurasse aos interessados que o Governo obteria a autorização.

Onde, porém, os préstimos do ministro em Londres teriam influência decisiva, seria no levantamento de fundos para a estrada Santos–Jundiáí.

A sua colaboração andou aliás muito encarecida.

O Governo Imperial encarregou o Marquês de Monte Alegre, o Conselheiro Pimenta Bueno e o Barão de Mauá da organização de uma companhia destinada à construção do caminho de ferro paulista.

O sistema adotado consistia então em certas garantias, concedidas por decreto, aos acionistas e subscritores. Não raro, garantia de juros pagos pelo Governo em qualquer hipótese, de rendimento ou não da empresa ferroviária.

Paraná se entusiasmara com a idéia da Santos-Jundiaí. Previa “avultado rendimento que terá a estrada depois de concluída, como se demonstra pela estatística da barreira do Cubatão”. (Carta de 14 de maio de 1856.)

E Moreira não poderá deixar de se entregar ao êxito de semelhante empresa, quando o Marquês de Paraná, seu protetor e amigo, lhe dizia: “preste o mais eficaz apoio”, não poupe “esforços para que isto se não malogre”.

Mesmo assim as dificuldades consumiram cinco longos anos, com momentos de desânimo por parte dos organizadores.

Pela correspondência de Monte Alegre com Moreira se pode avaliar quanto custa vencer a desconfiança dos capitalistas e as exigências de regulamentação, feitos pelo Governo.

Monte Alegre em 1858 já falava na “minha querida estrada Santos a Jundiaí”. Em agosto de 1859 variava a sua linguagem e a “querida estrada” se transformava num “terrível pesadelo”.

Afinal, a continuação dos esforços de Carvalho Moreira alcançava a obtenção do empréstimo.

Em começos de 1860, convalescendo em Petrópolis de uma enfermidade, Monte Alegre acusava a carta de Moreira com a notícia feliz: “Ainda que o Sr. Castro [agente em Londres da Companhia] não tivesse escrito ao Barão de Mauá que V. Exa. o *ajudara deveras*, eu muito cordialmente, sem a menor hesitação, agradeceria a grande parte que V. Exa. tomou nesse importante negócio.”

Monte Alegre sentia-se agora em condições de julgar um verdadeiro Carvalho Moreira – “bela presença, maneiras excelentes, inteligência superior, honestidade, honradez”.

Tal a opinião última de um prolongado contato, em que as situações críticas ameaçavam ora a honestidade ora a calma e bom humor de um agente oficial.

Moreira soubera conservar uma posição superior, que lhe ia facilitar atividade futura.

Londres se revelava o posto ideal. Dona Carlotinha, que precisara sair de Washington para se fortalecer na Virgínia, escandalizava os médicos, melhorando com as neves e nevoeiros londrinos.

E os vencimentos, que pareceram magros ao novo ministro, tinham um aumento razoável graças à influência de Paraná.

E a atuação de Moreira ia mudando aos poucos a opinião inglesa, já mais favorável ao Brasil e contrária aos zelos insolentes dos agentes britânicos no Rio de Janeiro.

.....
XII

A HISTÓRIA DOS EMPRÉSTIMOS

AREIAS, o antigo companheiro e freqüentador do escritório de advocacia no Rio, mostrava-se interessado e sempre a par da vida de Moreira.

Escrevendo ao velho amigo em junho de 1858, aludia à “excursão à Itália e aos *importantíssimos* assuntos” que ora o ocupavam.

Não exagerava a “importância” dos assuntos. Pois começava o Brasil a naufragar em atoleiros, caindo no circulo vicioso dos empréstimos sucessivos.

Por vez, o levante de esterlinos em Londres se destinava a um fim rendoso. Obedecendo às ordens do Governo Imperial, de que já fora prevenido pelo Marquês de Olinda, assinava o contrato com o Barão Lionel de Rothschild e filhos, para o empréstimo destinado à estrada de ferro de D. Pedro II.

Necessitando vencer as distâncias, que sempre foi o grande problema administrativo, o Império recorria ao capital estrangeiro para auxiliar o nacional.

A autorização legislativa permitia levantar fora do país o terço do capital da companhia.

Desse modo o contrato firmado por Moreira com Rothschild previa ao terço fixado em 1.425.000, garantidas ao juro de 7% anuais.

Mas a esse valor real correspondia o nominal de 1.526.500, com ágio de 101.500 que o Governo deveria pagar... Mesmo assim os juros correriam durante 30 anos sobre o nominal.

A operação, entretanto, merecia elogios pois se evitava o fiasco da empresa, conforme dizia o Barão de Mauá: “Graças aos vigorosos e inteligentes esforços de V. Exa. não tive de lamentar este infortúnio e prestou a V. Exa. mais este relevantíssimo serviço ao nosso país, pois devo dizer a V. Exa. que considero esta a melhor de todas as vias férreas brasileiras, e a que mais cedo há de apresentar uma renda compensadora aos acionistas, dispensando a garantia dos poderes do Estado.”

Não se passou um ano entre esse contrato celebrado em 19 de maio de 1858 e outro firmado a 23 de fevereiro seguinte.

O processo era cômodo. A fruta tentadora, muito ao alcance da mão, para evitar o abuso.

Em 1829, o Governo de Pedro I se vira obrigado a contrair um empréstimo para satisfazer os compromissos dos empréstimos de 1824 e 1825...

Em 1859, era o Governo de Pedro II quem precisava fazer nova transação com os credores do empréstimo de 1829, que aceitavam novos títulos ao par com o mesmo juro de 5%.

E as 400.000 do empréstimo de 1829 passavam agora em 1859, pela ausência de algumas amortizações e a acumulação de juros, a valer 508.000. Majoração redonda de 108.000 libras.

Em rigor começava a roda-viva das nossas finanças submetidas ao sistema de eliminar uma dívida, contraindo outra maior. Sem falar nas comissões que cada operação representava, uma vez que os agentes Rothschilds não trabalhavam de graça para o Governo brasileiro.

Entretanto cresciam os conhecimentos de Carvalho Moreira em matéria de finanças, pelo exercício da própria função.

Desde o tempo em que o Marquês de Barbacena dirigira as negociações diplomáticas para o reconhecimento do Brasil, ficara à Legação em Londres o serviço de todos os pagamentos no estrangeiro.

Convertida assim em chancelaria número um da diplomacia brasileira, a Legação em Londres assumia considerável responsabilidade e importância única entre as demais.

Para o ministro em Londres não bastaria ser dono da honestidade. Precisava também ser adivinho, prevendo as oscilações do mercado durante o ano, para escolher o melhor dia, senão passaria por inepto ou venal.

Apesar do faro e da cautela, Moreira não ia escapar a essa crítica fácil.

*

O trabalho em Cavendish Square, lugar onde funcionava a Legação, tornava-se cada vez mais duro e penoso.

Carvalho Moreira se dedicava de tal maneira às suas funções, que a saúde ia diminuindo aos olhos de toda a gente. Breve o clima o fazia sair em busca das águas de Carlsbad. E a gota lhe principiava a aparecer, importuna em um homem de quarenta e três anos.

As fotografias, que mandava aos amigos, despertavam comentários, nem sempre favoráveis.

Na velhice generosa, só o seu amigo Abaeté lhe dizia amabilidades: “muito lhe agradeço o retrato, que retribuirei na primeira ocasião, ainda que na troca de um velho por um mocetão não possa haver reciprocidade”.

Esse “mocetão” era menos bem-visto pelo humorista Francisco Otaviano: “Não te agastes comigo, mas falando-te francamente achei-te velho, apesar do bigode com que pretendes disfarçar as rugas. Já não és o leão do Rio, embora sejas um *gentleman* de Londres” (carta de 13 de fevereiro de 1858).

Gentleman de Londres, sim. Vestido primorosamente, a exhibir um castão de bengala precioso, com o andar medido, a “bela presença e maneira excelentes” que nele via o Marquês de Monte Alegre, Carvalho Moreira revelava um espírito sarcástico, que dava um sal à conversa.

Adaptando-se otimamente ao temperamento inglês, gozava de relações excelentes na sociedade londrina, com amizades no Parlamento e na nobreza.

Lorde Derby, Malmesbury, Hilg Gerald, Cobden, Esborne, eram nomes de prestígio com quem contava e se correspondia. Malmesbury anotava no seu *Diário* um jantar na Legação do Brasil, onde se encontrara com gente muito interessante – o cardeal Wisseman, autor de *Fabiola*, o ministro napolitano San Fortunato, o miguelista Antônio Ribeiro Saraiva, que traduziu a *Narrativa* de Cochrane.

Outros freqüentadores de Cavendish Square vinham mesmo da elite européia que buscava a liberal Inglaterra como Musurus Pachá* e o infante Don Juan, pai de D. Carlos de Espanha. O dr. Queneau de Mussy, médico fiel da família de Orleans expatriada; o republicano Dupont, proscrito do Império e companheiro de luta de Ledru Rollin e Louis Blanc.

Todo um panorama colorido, em que se viam as tonalidades da estrutura social: republicanos visionários, agitadores proscritos ao lado de lordes feudatarios e senhores da finança.

Uma das amizades, que vai mais contribuir para o seu triunfo em Londres e sua difamação no Brasil, é a figura do velho Barão Lionel de Rothschild.

O Barão Rothschild será o seu conselheiro, o seu guia algumas vezes nas demarches para serenar o mercado dos títulos brasileiros, na ocasião de uma luta interna ou uma guerra com o Paraguai.

Os portadores de título amontoam-se no Stock Exchange ou no escritório dos banqueiros com o pânico da queda, do *crack*.

Moreira conseguia então transmitir a palavra oficial, meio fria e pouco convincente, por intermédio dos agentes, em cuja fé e ânimo se louvavam os credores ariscos.

Abaeté, um dos seus assíduos e ótimos informantes, lhe manda dizer em nada ter mudado a política de finanças, disposta a recorrer à bolsa

* Com Musurus Bey, embaixador da Sublime Porta da Corte da Rainha Vitória, Penedo assinou a 5 de fevereiro de 1858 um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Em convênio com a Turquia foi o primeiro Ato internacional concluído entre o Brasil e uma nação da Ásia.

alheia. Falando mesmo em um “terremoto bancário”, que causou sustos no Rio e determinou uma “pausa nos despropósitos”.

Essa situação do Brasil em 1858 requeria a presença em Londres de um agente sagaz, em condições de fazer maleável um mercado exigente.

Nesse ponto, Mauá, cuja casa comercial possuía uma filial londrina, era autoridade para julgar a operação, realizada em favor da estrada Pedro II, como “a mais vantajosa que se tem feito até agora para o nosso país, o que bem denota a alta influência que V. Ex. tem sabido adquirir no primeiro mercado do Mundo”. (Carta de 9 de julho de 1858.)

Aliás bem sabia Mauá que não proferia amabilidades sobre o espírito de decisão e iniciativa mostrado por Carvalho Moreira.

Vigilante na sua preocupação de salvar o crédito brasileiro, tinha de tomar decisões a seu risco, sem poder esperar instruções da Secretaria de Estado, que tardavam em vapores morosos.

Quando em 18 de janeiro de 1858 se venceu um aceite da firma Mauá Mac Gregor & Cia., no valor de 50.000 libras, os Rothschilds & Sons deviam executar, como agentes financeiros do Império, a falência da firma pelo não pagamento do título.

Era a catástrofe que descida sobre uma grande empresa, incapacitada repentinamente de pagar um aceite a favor do Tesouro do Brasil.

O dever de Carvalho Moreira fosse talvez conservar-se neutro. A Rothschild cabia promover a cobrança, não a ele. Mas resolve interceder junto ao magnata judeu para adiar o prazo do pagamento por mais algumas semanas. E, em fevereiro seguinte, era entregue um cheque de 50.000 esterlinos pelos devedores em atraso.

Mauá hipoteca-se de corpo e alma a Carvalho Moreira: “Estou ciente da proteção, valiosíssima, e eficaz, com que V. Exa. impediu a catástrofe de que pudera ser vítima minha firma em Londres, se não se dignasse V. Exa. intervir que os Srs. Rothschilds retivessem por alguns dias nosso saque.”

Concluía pondo o seu “préstimo, presente, futuro, ilimitadamente à disposição de V. Exa....”

Via-se que não fora de pequena monta a deliberação de Moreira... Crescia de valor com o fato de não ter amizade pessoal com o empreendedor da navegação do Amazonas.

Mas parecia-lhe uma obrigação evitar a ruína de um consórcio nacional, cuja perda somente ia trazer prejuízo ao nosso crédito.

*

Era patente o tato do nosso diplomata em conduzir operações de crédito. Lançava o empréstimo de 1858 ao preço de 95½ %, jamais obtido anteriormente.

Quanto ao saldo da transação de 1829, realizada ao desastroso preço de 52%, conseguia o milagre de 100% no empréstimo de 1859...

O sucesso obtido causou excelente repercussão no Brasil. Areias lhe dava “parabéns pelo desempenho das suas comissões, nos negócios financeiros”, em que “não faz idéia de como é considerado aqui o seu nome – *sic itur ad astra*”.

Moreira realmente tinha trabalhado com escrupulo e cuidado minucioso. Em seu arquivo se encontram, copiadas de próprio punho, as cláusulas dos seis empréstimos até então contraídos. Uma comparação de detalhe mostra a elaboração melhor das minutas de sua lavra, insistindo em comissões e porcentagens menos pesadas.

O trabalho crescia de verdade, com a parte financeira da missão. Pernambuco, que tinha pleiteado em vão a sua vez, consegue finalmente um empréstimo.

A necessidade de uma linha férrea do Recife a S. Francisco fizera organizar uma Companhia, garantida pelo Governo com juros de 7%.

Em começos de 1860, Moreira volta a correr novamente a praça de Londres para levantar o capital. E a 10 de abril assina o contrato com os banqueiros Benson e Bellamy para o empréstimo de quatrocentas mil libras.

As condições de um modo geral satisfatórias, deixavam bem o agenciador. Mas breve começariam os aborrecimentos, que nascem de toda repetição.

A política seguida de cobrir um empréstimo com outro levaria fatalmente ao desgaste a paciência dos credores.

Não raro os déficits orçamentários se cobriam também com o recurso falho à economia externa. Assim em 1839, quando um em-

préstimo completou as dotações dos Ministérios da Fazenda, Guerra e Marinha. Para cúmulo, do valor nominal de 410.200 o Tesouro apenas recebeu 312.500. Cem mil libras a menos, logo de saída e a quarta parte...

Embora houvesse conseguido melhorar as condições de semelhante transações, Moreira ficaria eventualmente obrigado a aceitar uma situação menos feliz.

Três anos depois da operação destinada ao caminho de ferro pernambucano, as relações entre Londres e Rio se encontravam rotas. A questão Christie tinha azedado os ânimos. Os meios financeiros sofriam o influxo da má vontade de Lorde Palmerston.

Nessa emergência o Tesouro brasileiro se confessa impossibilitado de pagar 362 mil libras, saldo do empréstimo feito em 1843. O azar junta o remanescente dos empréstimos de 1824 e 1825, num valor acima de 2 milhões e 350 mil libras.

Uma dívida total de cerca de 2 milhões e 700 mil libras, a vencer nos primeiros dias do ano entrante...

Grande azáfama nos círculos ministeriais. Reunião do Gabinete. O Marquês de Abrantes, então ministro da Fazenda, estatelado com a dívida flutuante também considerável. Mas a agitação termina pela mesma forma. Outro empréstimo em Londres.

Dessa vez pelo vulto e pelas condições políticas, com os agentes diplomáticos recolhidos, oferecia muitas delicadezas a negociação.

Carvalho Moreira oficialmente tinha fechado a sua residência de Cavendish Square. Mudara-se para o outro lado da Mancha.

É em Paris que recebe as primeiras comunicações de Abrantes. Corria o segundo semestre de 1863 e não havia tempo a perder.

O próprio ministro da Fazenda contava com a “boa estrela” de Carvalho Moreira para a realização favorável da operação.

O Barão Lionel se achava em França onde começaram as preliminares. O Marquês de Abrantes, julgando consertar as finanças do Tesouro, determina o total do empréstimo além do necessário à cobertura das dívidas. Mais 500 mil libras para diminuir as obrigações internas.

Subia, portanto, a 3.300 mil libras o valor real.

Moreira volta para Londres, incógnito. Passa oito dias a concluir o preço de emissão das apólices, que queria a 90. A desconfiança, porém, não era pequena da parte dos negociadores. O projeto do empréstimo saía finalmente publicado no *Times*, de 8 de outubro, com a cotação de 88 por cada 100 libras nominais.

O público inglês acolhe muito bem a operação dando uma prova definitiva de confiar no crédito do Império.

O contrato, assinado a 7 de outubro, logo às 8 horas da noite seguinte, o Barão Lionel anunciava a Moreira que o empréstimo fora tomado integral na City. Um triunfo do Brasil contra a clique de Lorde Palmerston, que não teve tempo par intrigar no Stock Exchange.

No próprio dia do lançamento do empréstimo, chegou à 2 horas da tarde um telegrama de Paris com a notícia de que o Banco de França acabava de elevar a taxa de desconto a 5%.

Verdadeiro pânico no Stock Exchange. Os fundos sofreram uma queda geral e o empréstimo teve o seu prêmio reduzido de mais da metade.

O Banco de Inglaterra poderia tomar a mesma providência e a operação ficaria adiada irremediavelmente.

A “boa estrela” salvou, porém, Carvalho Moreira do impasse. A cobertura se deu em horas.

Escrevia ao Marquês de Abrantes: “Fica desde já o Governo Imperial livre do pesadelo dos dois empréstimos que devíamos reunir, o que não é pequeno alívio, além de um *surplus* de capital adicional que foi por esta ocasião levantado.”

Tudo concluído, chega uma ordem desencontrada de Abrantes, mandando reduzir o montante a dois milhões e meio de esterlinos. O *surplus* de capital, destinado à dívida flutuante, não era mais pedido.

O ministro da Fazenda, na contramarcha, diminuía muito as pretensões. Primeiro fazer um pequeno empréstimo, pagando o remanescente de 1843. Pois essa dívida vencia a 1 de janeiro de 1864.

Depois nova operação para liquidar o grosso reunido dos empréstimos de 1824 e 1825, que só venceriam em 1 de abril seguinte. Pensava o financista que melhorava assim o crédito brasileiro e saldando um débito por outro, os credores fariam condições mais favoráveis na próxima transação...

O processo não era muito engenhoso e sua execução não muito prática.

A contra-ordem deu, porém, oportunidade a todos os comentários que glosavam a pressa, o “açodamento”, com que Moreira tinha andado.

Cansansão de Sinimbu, seu conterrâneo e companheiro de infância ocupava no Gabinete a pasta da Justiça. Mas não deixava de mandar dizer particularmente o que se passava, desde o comentário bilioso da imprensa até a difamação das “rodinhas” em palestra. Assim “o marquês ficou contrariado pelo desencontro de ordens, que deu lugar a duplicata, e daí resultará talvez que não obtenhas antes de nova explicação a aprovação plena e inteira de tudo o que fizeste”.

Abrantes, entretanto, havia, em numerosas cartas particulares a Moreira, insistido pela conclusão do empréstimo o mais breve possível. Autorizado por decreto de 8 de junho, só realizou o contrato quatro meses depois. O “açodamento” vinha da malícia dos comentadores.

O ministro da Fazenda não agia muito retilineamente. Lançava culpas sobre o cumpridor de suas instruções e mostrava-se “contrariado pelo desencontro de ordens”. Deixava em silêncio os ataques dos jornais. Escusava-se perante amigos e colegas, com insinuações.

Oficialmente declarava, porém, a Carvalho Moreira: “Reconheço que V. Exa. obrou em regra, autorizado como se achava, assim como que foi uma operação satisfatória nas circunstâncias atuais.” Falava também no Barão Rothschild que “se comportou como cavalheiro o nosso amigo”.

Em fins de novembro, Moreira volta a Londres, onde se demora quase um mês para tentar obter a redução no empréstimo contratado, segundo os desejos de Abrantes.

Era muito tarde. Nada se poderia fazer senão comprar no mercado as apólices, já sob o desconto de 2%! Negócio pior ainda.

Diante de semelhante informação, Abrantes não se move mais, deixando pairar a responsabilidade em dúvida.

A sombra de 800 mil libras, que tardiamente o marquês resolveira abater, vai empanar a atuação de Moreira.

Os seus desafetos e invejosos vão clamar *una voce* contra. O interesse da “porcentagem” é que o teria decidido a tomar pelo máximo a autorização recebida.

Sinimbu usava a linguagem clara do amigo leal: “Pensam todos que com isso ficaste rico, riquíssimo, avaliam em 800 contos a tua percentagem.”

800 contos de percentagem num só empréstimo... Moreira, depois da indignação, ironizava: “Se eu tivesse essa riqueza que me dão esses malévolos, o que te posso afiançar é ... que não seria empregado público.”

A negociação de quatro empréstimos sucessivos não poderia em vão ser confiada ao mesmo agente.

Respondendo a Sinimbu, declarava: “Na operação que fiz, não estipulei, nem recebi *porcentagem* alguma; nem jamais o fiz em nenhuma das anteriores operações que aqui tenho efetuado.”

Enumerava, no entanto, o que era público e notório sobre a conduta dos seus antecessores.

A começar pelo Marquês de Barbacena e Itabaiana, que negociaram o mesmo empréstimo de 1828 e 1825, houve uma estipulação no próprio contrato de uma comissão de 4%, sendo 2% para os contratadores e 2% para eles, negociadores...

O severo Marquês de Maricá, o marquês das máximas, autorizou por decreto a marcarem a comissão, que devessem receber conforme o uso. E figura no próprio General Bond desse empréstimo.

Moreira chamava a atenção para verificarem os *bonds* das operações feitas por ele e depositados no Tesouro. Nenhuma percentagem marcada.

Entretanto os Rothschilds como outros quaisquer banqueiros costumavam dar um presente ao negociador pelo trabalho de assinatura dos *bonds*. “Este presente não é negócio clandestino e criminoso – ninguém como tal o considera aqui.”

Assim, o Conselheiro Marques Lisboa dizia, para quem quisesse ouvir, ter recebido um presente de 3 mil libras pela assinatura dos *bonds* do empréstimo de 1839, feito com a casa de Samuel V. Philips.

Pouco tempo depois, recebeu um rico candelabro quando assinou com o Barão Goldsmid os *bonds* de 1843.

De Sérgio Teixeira de Macedo, seu antecessor também na Legação em Londres, sempre se disse ter recebido alguma coisa dos Rothschilds pela assinatura dos *bonds* em 1852.

O que nunca fora considerado ilícito para todos os outros, não podia afetar a probidade de Carvalho Moreira.

Aliás confessa francamente a Sinimbu: “Se depois de assinados esses *bonds* o Barão Lionel, com quem nunca a tal respeito falei, me der um presente como de estilo, não terei escrúpulo em aceitá-lo. Se não aceitando, esse valor revertesse para os cofres públicos, não creias que não seria capaz de rejeitá-lo com essa condição; mas como é dele contratador, e não do Tesouro que costuma sair esse presente, declaro-te não vejo a necessidade de fazer esse favor ao contratador. *Voilà l'affaire.*”

O raciocínio era perfeito no seu desenvolvimento. Só a hipocrisia ou o puritanismo se ressentiria com esse procedimento.

Carvalho Moreira tinha, porém, de enfrentar a calúnia. Esta, como sabiamente pensava o Brasília da peça de Beaumarchais, deixava sempre algum resultado. Capaz de manchar até uma vestal, quando mais um negociador de empréstimos.

Os 800 contos de “porcentagem” andavam de boca em boca. “Rodinhas” de particulares, discussões de imprensa, debates no Parlamento.

O empréstimo de 1863 representava a maior operação externa até então feita pelo Império. Três milhões e trezentas mil libras com um valor de quase quatro milhões nominais.

Moreira estava convencido da razão. “Nunca fiz outro mais vantajoso”, e empreende a sua defesa publicamente. Em 1864 aparece em Paris o seu opúsculo *O empréstimo brasileiro*.

O Imperador, juiz tão imparcial em matéria de honestidade, deu-se por amplamente satisfeito com o alegado e provado.

Um esboço histórico dos empréstimos exteriores mostrava com algarismos que Moreira não tinha caído em contradição.

É que onde há dinheiro sempre entra em pouco de sordidez.

.....
XIII

MISSÃO SECRETA A ROMA

U

M DESPACHO reservadíssimo, com data de 1.º de dezembro de 1857, assinado pelo Visconde de Maranguape, vinha experimentar a habilidade de Carvalho Moreira.

Deveria ele enfrentar a mais refinada e difícil diplomacia do mundo – o Vaticano. É verdade que lhe concediam uma arma bem poderosa. Um crédito de 100 a 200 contos de réis, fortuna considerável na época.

Mas esse “novo testemunho de alta confiança com que S. M. o Imperador o honra” exigia muita discrição e tato.

A missão especial era de caráter secreto e o seu agente tinha de sair de Londres, a pretexto de doença, indo curar-se na Itália.

A ida até Roma não passaria de uma mudança de clima ficando o verdadeiro intuito da viagem não revelado.

E para que a própria Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros de nada soubesse, o ministro em Londres estava em gozo de uma licença de seis meses, com todos os vencimentos.

Ficava também livre de “residir em qualquer parte da Europa que mais lhe convenha”, fazendo publicidade dessa autorização.

Desembaraçado assim nos seus movimentos, Moreira podia executar as instruções recebidas. Tratar de obter da Santa Sé a concessão de dispensas matrimoniais e a reforma dos conventos, que se tinham tornado “*focos de imoralidade*”, onde se fazia necessária até a presença da polícia, como aconteceu no Convento do Carmo.*

A religião de Estado constringia a evolução do país novo, aberto à colonização estrangeira, que só encontrava repulsa num credo alheio.

Todos os atos da vida, mesmo casamento e morte, tinham para o colono acatólico o seu lado de amargor. A união dos sexos não merecia reconhecimento oficial, os filhos sem meios de legitimação. E o próprio corpo não podia baixar à sepultura no cemitério do Estado.

O número crescente de imigrantes protestantes ou sem religião tornava uma parte da população desprotegida, entregue à vida de promiscuidade, sem a estabilidade dos quadros definidos.

O problema ficava insolúvel, se não sobrevinha a conversão ao catolicismo, quase sempre recusada, ou um novo estado de coisas.

O Império via-se na contingência de apelar para o casamento civil – o que traria um abalo na sociedade patriarcal – ou volver a Roma, caso mais político e mais cômodo.

Carvalho Moreira devia valer-se de todos os recursos, desde a sua vasta cultura de Direito Canônico como reconhecia o Ministério de Estrangeiros, até o uso do crédito de 100 contos que lhe fora confiado pelo Ministério da Justiça.

Chegar aos fins por meios suasórios era a política imperial. Esse desejo se acentuava com um aditamento ao despacho reservadíssimo, por onde o ministro da Justiça elevava a autorização de 100 para 150 ou mesmo 200 contos de réis – “acordo a ser feito *sub spe rati*” na última hipótese.

Entretanto não devia apresentar-se ao Papa ou seu secretário de Estado com o caráter formal de ministro estrangeiro, senão depois de obtida a certeza do sucesso da missão.

Embora o seu objetivo fosse aparentemente de pouca importância, o Governo Imperial emprestava a maior significação aos casamentos

* Basílio de Magalhães, *Estudos de História do Brasil*, pág. 109.

mistos, único processo de terminar as numerosas uniões ilícitas nas províncias do Sul.

Dera-se mesmo em 1847 o famoso caso Catarina Scheld, colona protestante de Petrópolis, que se casara com um português católico.

O número marcado de 30 dispensas matrimoniais para um período de 25 anos, como estipulava o breve de 1848, tornava-se de fato irrisório.

O breve pontifício de 1848 já fora em si mesmo uma decepção. O que ele concedera para um quarto de século correspondia mal para o gasto de um ano.

Outras questões eclesiásticas agitavam a nação. As finanças sempre complicadas e no caminho arruinante dos empréstimos externos faziam mirar os bens e riquezas do padroado como uma salvação...

O Governo chegou a alimentar a idéia de transformar em apólices da dívida pública os bens de raiz da Igreja. Projeto formado em 1855 por José Tomás Nabuco de Araújo e considerado medida urgentíssima.

Se Nabuco de Araújo, então ministro da Justiça, tivesse tido bastante audácia, seria proposta uma reorganização eclesiástica do Império por meio de concordata, na ocasião de discutir os casamentos mistos.

Mas o antigo companheiro de Carvalho Moreira na elaboração do famoso regulamento 737, era um temperamental nada precipitado, de uma prudência refletida.

Previa todos os obstáculos de ordem material como as perdas do rendimento para a nunciatura apostólica no Rio de Janeiro, proveniente das licenças concedidas.

Esse argumento talvez não viesse a ser alegado, mas devia ser adivinhado...

Carvalho Moreira segue para Roma em fevereiro de 1858. Dirigia a Legação do Império um amigo particular do Cardeal Antonelli, o *factotum* da corte pontifícia.

Por intermédio de Bernardo de Figueiredo realiza-se o primeiro encontro dos dois diplomatas. O Cardeal, cheio de sutilezas, limitou-se a amabilidades e Moreira nada de positivo quis adiantar, procurando tão-somente as boas graças.

A segunda entrevista colocou ambos à vontade. Moreira explicou ao príncipe da Igreja as intenções do Governo Imperial, que mandara elaborar um projeto de lei sobre casamento misto, pronto para ser apresentado às câmaras. Pelo projeto, o contrato civil tinha preferência sobre o religioso diante das exigências da Santa Sé no caso das crenças diversas.

Moreira avançava a declaração e estacava. Transformar um sacramento num contrato civil pareceria uma blasfêmia ao Cardeal.

Mas Antonelli, muito sereno, concorda que os casamentos protestantes eram competência exclusiva do poder temporal. Só nos casamentos mistos em que entram católicos, a Santa Sé não desistia do juramento pelos nubentes de que a prole seria católica.

Que o Brasil não quisesse imitar o exemplo da França com o contrato civil apenas nessas uniões de fiéis com protestantes, esse era o seu desejo e o do Santo Padre.

Mas tudo faria o vigário de Cristo para conceder as dispensas, meio de temporizar e afastar inovações.

E isso, não sendo matéria para concordata e sim para bula ou breve, Moreira resolve regular de vez os negócios entre a Santa Sé e o Império.

Antonelli aprova a idéia e tempos depois surge um projeto de concordata feito por Monsenhor Ferrari. Reivindicações, que alteravam até a Constituição do Império, apareciam em alguns parágrafos de aspecto inocente.

Assim era retirado da coroa o direito do *beneplacitum*, dispositivo constitucional que requeria a aprovação do Imperador antes de serem publicadas ou executadas no Brasil as bulas pontifícias.

Não conhecia o Estado outro recurso para controlar a religião oficial, embora o Vaticano protestasse sempre contra essa pratica.

Em matéria de administração dos bens eclesiásticos, o projeto Ferrari assegurava pelo art. 21 a observância exclusiva do Direito Canônico.

Uma tecla dolorosa, que mais tarde desencadearia a questão dos bispos de Olinda e do Pará, era a constituição das irmandades e confrarias religiosas.

Segundo a lei brasileira, tais organizações possuíam uma natureza civil, de acordo com os compromissos assumidos perante o poder temporal e o espiritual.

O projeto dava absoluta liberdade aos bispos e arcebispos para sua organização, especialmente quando seus objetivos estivessem na educação da juventude.

Carvalho Moreira via-se obrigado a apresentar um projeto substitutivo, com mais dois artigos novos, além de uma redação diversa para os demais. Redação mais aproximada dos princípios constitucionais, integrados na mente de um antigo comentador da lei magna.

As alterações de Moreira não poderiam, apesar de conciliatórias, merecer o aplauso do Vaticano e a contraproposta era uma rejeição de *fond en comble...*

Duas ordens jurídicas em tensão contrária, duas concepções originariamente distintas como a leiga e a clerical descombinavam inteiramente.

O regalismo não queria barreiras nem tropeços no domínio sobre a *sua* Igreja nacional. Quando os projetos de Concordata foram remetidos para o Rio, Pedro II olhou com indiferença, preferindo adiar a negociação de assuntos, que iam prejudicar sua jurisdição.

Deu ordens ao ministro de Estrangeiros que o enviado especial se limitasse à obtenção das dispensas matrimoniais. Repugnavam-lhe um ajuste limitado ao seu poder pessoal...

O Governo Imperial dera à missão um caráter secreto, porque sua finalidade não era suficiente para constituir uma missão especial, respondia Maranguape em despacho reservadíssimo de 14 de maio de 1858.

Carvalho Moreira prontamente conseguia do Cardeal Antonelli o breve *Praecipuis gravibusque*, que ampliava generosamente as faculdades concedidas aos bispos brasileiros pelo breve anterior de 1848.

As dispensas para diocese do interior como Goiás e Mato Grosso seriam de 18 casos por ano, enquanto nas outras dioceses se poderiam realizar até 30 casamentos mistos, ao critério de cada bispo. Todas as dispensas passariam a ser dadas *grátis*.

Sem falar na expedição do breve, que esse custou 132 libras na época, nenhum vestígio ficou da indenização preferida pelo Vaticano, se seriam os 100 ou os 200 contos de réis...

A culpa não seria da Igreja mas dos homens que por ela transitavam. Antonelli, sobretudo.

Cardeal de Estado sem escrúpulos, sua atuação comprometeu grandemente a política de Pio IX, um dos espíritos mais amáveis e cordatos da Europa.

Antonelli, que Guerra Junqueiro divisou em *A Velhice do Padre Eterno*, lugubrememente concebido, do consórcio de uma loba emprenhada de Tartufo e onde enxergou avisos soturnos:

“Naquele olhar noturno, inquisitor, que assusta,
Há Nero a murmurar nas sombras com Locusta.”

E não contente com isso, o poeta destemido acusa ainda o poderoso, sem medo e valentemente:

“O tigre deu-lhe o amor e o bode a castidade,
Para um dia expulsar do mundo a Liberdade.

Fez um latejo atroz, que corta e que esfarrapa,
Atando uma serpente ao báculo de um papa.

Quando observo *esse monstro, essa alimária brava...*”

*

Carvalho Moreira, que na metade de 1858, voltara a Londres para ver os negócios de sua Legação, conservava a esperança de que uma mudança de Ministério no Brasil reabrisse a discussão da concordata.

Tanto mais quanto Pio IX não se mostrava de todo intransigente, tendo para com Bernardo de Figueiredo as melhores disposições. Costumava o Santo Padre dizer aos brasileiros apresentados por Figueiredo: “Este é um amigo velho que não me abandonou nos dias de desgraça.”

Pois Figueiredo soubera comparecer em Gaeta.

O Governo Imperial é que se desinteressava do assunto, uma vez conseguido o breve, como Silva Paranhos declarava oficialmente num despacho de junho de 1859, remetendo a carta revocatória a Carvalho Moreira.

O diplomata, em vez de encaminhar burocraticamente esse instrumento, preferiu esperar ocasião de fazê-lo pessoalmente.

Aproveitando as festas de fim de ano, Moreira vai a Roma entregar nas mãos de Pio IX a sua revocatória.

Sua Santidade não se mostrou indiferente à atenção dispensada e recebeu o enviado brasileiro com as demonstrações da maior benevolência.

Como prova de graça toda especial, Pio IX lhe conferia a Grã-Cruz de Gregório Magno, então só dispensada a estadistas com serviços notáveis à Igreja.

Carvalho Moreira concluía a sua missão, adquirindo a estima pessoal do Cardeal Antonelli e vendo de perto o grande tino diplomático que os séculos acumularam na Chancelaria romana.

O resultado de sua missão foi fazer do Brasil o país mais favorecido pela Santa Sé em matéria de faculdades, conforme testemunhava depois em Londres o Cardeal Wiseman.

A Inglaterra, cujos bispos não tinham limite para licenças, não assistia à realização da terça parte dos casamentos mistos ora permitidos no Brasil.

Informados tempos depois a respeito dos quesitos formulados sobre o mesmo assunto na Grã-Bretanha, Carvalho Moreira exultava de satisfação: “Em um dos meus despachos ao Governo Imperial, dando conta do resultado da missão a Roma quando obtive aquele breve, demonstrei em uma síntese que tínhamos com ele obtido mais do que nenhum país católico tem até hoje alcançado da Santa Sé. Faltava dizer da Inglaterra com conhecimento de causa. A declaração do Cardeal Wiseman veio encher essa lacuna, e agora tenho o prazer de aqui consigná-lo”.

E havia motivo para esse prazer.

As questões de consciência e os impedimentos de ordem religiosa eram sérios entraves à imigração.

Protestantes sentiam-se amancebados na Terra, em que a religião do Estado declarava nula a cerimônia evangélica.

O casamento misto seria a solução temporária, ponte de passagem para o casamento civil. Primeiro passo para a laicização de numerosos institutos sociais.

A Igreja tolerante reconhecia afinal a realidade dos fatos.

Algumas décadas mais tarde, o luminoso espírito de D. Antônio de Macedo Costa haveria de proclamar que o ideal da Igreja estaria mesmo em sua separação do Estado.

.....

XIV

A QUESTÃO CHRISTIE



QUANDO MR. CHRISTIE partia para o Brasil como enviado diplomático de S. M. britânica, não o precedeu muito boa fama.

Carvalho Moreira informava com exatidão sobre a personalidade do novo ministro, “extraordinário indivíduo, que aprendeu a diplomacia no território de mosquito”.

De fato, Mr. Christie fora acreditado naquelas paragens meio perdidas da América Central, onde deu muito o que falar. Seu temperamento cheio de suscetibilidades molestava-se com facilidade.

Pela primeira vez foi visitar a princesa herdeira, que estava em Petrópolis, com trajes não protocolares.

Os comentários e chistes chegaram a Londres, de onde Mr. Clark, correspondente do *Jornal do Comércio*, fez uma crônica divertida para o Rio. Mr. Christie não deixa passar em silêncio o episódio ridículo. Escreve uma carta ao conselheiro Sinimbu, ministro de Estrangeiros, reclamando contra o artiguete. Sabia que Mr. Clark era empregado pago da Legação brasileira e amigo de Carvalho Moreira.

Na sua resposta, Sinimbu claramente rejeita a insinuação. O caráter do ministro brasileiro era muito reconhecido e teria empregado todos os esforços para evitar a lamentável publicação...

Esse pequeno incidente, em outubro de 1860, não constituía bom agouro para o recém-chegado. A missão, de que estava investido, requeria todas as simpatias a seu favor, tanto do Governo como da imprensa.



*O Conselheiro CARVALHO MOREIRA pede os seus passaportes
a Lorde JOHN RUSSELL e deixa a Inglaterra*

A honra do Brasil vale tanto como a honra da Inglaterra, e ante uma agressão violenta não se curva o seu justo orgulho nem mesmo ao imenso poder da soberba Albion. A recusa altanada de uma satisfação a que tem direito, responde o Brasil quebrando as suas relações com a Inglaterra.



NAPOLEÃO III



Barão DE MAUÁ

O Governo já se achava de atalaia. Moreira havia sumariado a situação numa carta a Sinimbu: “Para ab-rogar o *bill* Aberdeen fala-se de um Tratado de Comércio, mas só não o queremos; propõe-se uma convenção para julgar as proclamações por motivo de presas por meio de uma corte mista, com sede no Rio; apenas se começa a executá-la, é suspensa escandalosamente e sob pretextos frívolos; no mesmo tempo se expede essa raposa de Christie para atormentar-nos com a abertura do Amazonas, a solução da questão dos direitos da nacionalidade e de funções consulares...”

Essas as condições da política internacional nos começos de 1860.

A vergonha nacional da escravatura fornecia um motivo sempre doloroso e atual para invectivações e censuras da Legação britânica no Rio. Para atender às reclamações que continuamente surgiam entre o Brasil e a Grã-Bretanha concordaram os dois países na assinatura de uma convenção, a 2 de junho de 1858.

Mal a comissão mista criada pela convenção iniciou suas funções, foi interrompida por uma nota de Mr. Christie ao Governo brasileiro, solicitando a retirada do representante inglês.

Confirmavam-se as informações de Moreira. A “raposa velha” fora mandada para atormentar e, ansiosa no seu objetivo de fazer carreira, pretendia levar tudo a ferro e fogo.

É quando naufraga, em ponto deserto da costa gaúcha, a barca inglesa *Prince of Wales*. O cônsul britânico referia à Legação que a carga fora pilhada e havia suspeita até do assassinio de alguns tripulantes.

Mr. Christie dirige uma nota áspera à chancelaria brasileira, pedindo inquérito. A apuração demonstrou que alguns caixões atirados pelas ondas sobre a praia, tinham sido roubados. Mas de assassinato nem vestígio. Quanto ao roubo, fora obra de malféitores refugiados no Uruguai e cuja extradição se achava pedida.

Antes da resposta decisiva, Mr. Christie exigiu a presença de um agente britânico no processo e gritou por uma indenização.

O acaso favorecia os intuitos belicosos do diplomata treinado na terra do mosquito. Sem estar resolvido o incidente, aparece outro.

Três oficiais da marinha de guerra britânica tinham baixado da fragata *Fort*, à paisana. Em seguida se meteram num pileque profundo e

resolveram desafiar um posto policial inteiro. Naturalmente passaram a noite num xadrez.

Logo que foram reclamados pelo vice-almirante inglês tiveram liberdade imediata e sem instauração de processo.

Mr. Christie não podia perder ocasião de ameaçar. Queria fazer carreira e o seu comportamento irascível combinava com a ação necessária no momento.

O objetivo do Governo inglês – já observara Moreira na sua carta a Sinimbu – era arrancar-nos um Tratado de Comércio. Um tratado de colonato, nos moldes dos anteriores conseguidos no velho reino, com tarifas escandalosamente preferenciais.

E se ameaçar com o *bill* Aberdeen já não dava resultado, convinha buscar outra saída. Essa aparecia agora caolhamente, a Mr. Christie.

Entre o naufrago da *Prince of Wales* em junho de 1861 e a prisão dos oficiais da Fort no mês de junho seguinte, mediava exatamente um ano, pretexto excelente para um ultimato.

Em 5 de dezembro de 1862 o sucessor de Sinimbu na pasta de Estrangeiros, o Marquês de Abrantes, vem receber o ultimato de Christie. Indenização por ele arbitrada para o roubo da carga, solução para o primeiro incidente. Castigo rigoroso da sentinela insultada pelos oficiais ingleses, demissão do alferes que os prendeu, censura ao chefe de polícia da corte e seu substituto, além de plena satisfação pelo ultraje – tal o meio de resolver o segundo incidente.

O ultimato expirou a 20 de dezembro e a 31 era bloqueado ao pavilhão nacional o porto do Rio pelos navios de guerra britânicos. Cinco embarcações brasileiras apresadas e transportadas para a baía das Palmas, em águas territoriais. A nave capitânia ficava dentro do porto, ameaçando desembarque de parte da guarnição.

A afronta causou a maior irritação vista na população da corte. Impossível conter o furor contra os comerciantes, o consulado e a Legação britânicas. A polícia teve de recorrer à tropa de linha.

Com sorriso amarelo nos lábios, Mr. Christie não esperava tal reação e achou mais prudente declarar que aceitava o arbitramento nos dois incidentes.

A dignidade do Império pareceu a Abrantes diminuída com um arbitramento por cargas roubadas. Preferiu pagar sob protestos as três mil e duzentas libras exigidas por Mr. Christie. Aceitou, porém, a solução arbitral para o outro caso, que foi submetido a Leopoldo I da Bélgica.

Cabia agora a palavra ao ministro brasileiro em Londres. Ia precisar agir com o sangue-frio, que não soubera ter um inglês.

*

Dirigindo o Foreign Office, estava Lorde John Russell, que se inspirava na política de defesa à outrance dos interesses britânicos, tão alardeada pelo primeiro-ministro.

As duas notas de Carvalho Moreira ao Conde Russell mostram um modelo raro na época, pela perfeição do seu estilo diplomático.

Na primeira de 5 de maio de 1863, começa declarando “que a intenção do Governo Imperial não é reabrir uma questão, que deu lugar a uma profunda diferença de opinião entre os dois governos”, mas chama a atenção para o modo por que foram executadas as represálias no Rio de Janeiro.

Depois de recapitular as demonstrações de força naval realizadas no porto da capital, fatos notórios, “considerados atos de guerra”, verdadeira “ofensa gratuita”, analisa as circunstâncias em que se deram, assumindo “o caráter de agressão” aos brios da nação brasileira.

O dano moral não viera sem fortes perdas materiais para a propriedade de súditos brasileiros, em consequência do apresamento de cinco navios mercantes.

Não faltava polidez a um diplomata, onde se reconhecia “a idéia elevada que têm os estadistas da Inglaterra das exigências da dignidade e da honra nacional”, para atender à justiça de uma dupla reparação.

Se o Governo Imperial desejava continuar relações amigáveis com o Governo britânico, essas não podiam existir senão “em termos honrosos para ambos os países”.

Formula assim a solução satisfatória para a dificuldade presente: – “Que o Governo de Sua Majestade britânica exprima seu pesar pelos fatos que acompanharam as represálias, e declare que não tivera a intenção

de ofender a dignidade e de violar a soberania territorial do Império; e quanto aos danos resultantes do apresamento dos navios, que concorde o governo britânico em atender, mediante liquidação arbitral, à reclamação feita em favor dos interessados.”

Tornava-se difícil expor mais clara e minuciosamente as pretensões mínimas do Governo brasileiro. Uma linguagem sem subterfúgios. Uma manifestação serena do ofendido contra o ofensor.

Em 18 de maio, depois de uma demora displicente, vem a resposta de Russell, lacônica e pálida no seu teor. As represálias não tinham partido de qualquer sentimento inamistoso (*any feeling unfriendly*) ou fim agressivo (*designs of aggression*) para com o Imperador do Brasil ou o território de Sua Majestade.

E terminava sugerindo a Mr. de Moreira que apresentasse a expressão desses sentimentos do governo inglês, como uma contestação suficiente e satisfatória aos quesitos formulados na nota de 5 de maio.

Nenhum pesar manifestado pelos gestos de corsário. Muito longe qualquer idéia de reparar danos causados. Bastaria aliás restituir as 3.200 libras recebidas no Rio por Mr. Christie...

Moreira sente-se no momento mais delicado de sua carreira até então. Representante de um país ofendido, a que se nega qualquer reparação, de ordem moral ou material.

Eliminar situações vexatórias foi um programa na sua gestão em Londres. Nas relações com a Grã-Bretanha diminuiu o tom agressivo e de desconfiança, graças em parte ao seu influxo conciliador.

Chegava, porém, um momento de imprimir aos acontecimentos uma feição nova, mesmo carecendo de medidas radicais. Deixar de ser cordeiro para fazer também papel de lobo.

Em sua nota de 25 de maio, declara desde logo a Russell que não foi dada ao Governo Imperial a reparação de esperar, por parte do Governo britânico. A recusa peremptória de atender as reclamações enunciadas só faz “agravar, se é possível, a ofensa feita ao governo do Brasil”.

E insiste no seu intuito amigável quando a nota de 5 de maio mostrou uma “abstenção conciliatória no tocante às questões anteriores às represálias”, o que não justifica a reparação de agravos ulteriores recebidos – “duas coisas inteiramente diversas”.

Aludia ao naufrágio da *Prince of Wales* e à prisão dos oficiais da *Fort*, questões anteriores às represálias.

Recapitula a atitude das autoridades britânicas. O bloqueio do porto do Rio de Janeiro durante uma semana. As ameaças do navio almirante no interior do porto. O desembarque premeditado de marinheiros. O cruzeiro nas águas territoriais do Império e a captura de cinco navios mercantes guardados por um vaso de guerra inglês, a pouca distância da capital...

E todas essas represálias se pretenderam dominantes, “pacíficas...”

Esperava que melhor informado o Governo britânico se abstinhasse “de ratificar os procedimentos exorbitantes de sua Legação no Rio de Janeiro”. Perdida essa esperança via o Governo brasileiro a recusa de uma reparação “pelos atos de violência gratuita praticados contra uma nação amiga, e que o governo britânico a nenhum preço houvera tolerado de qualquer potência do mundo”.

Não lhe falta coragem para dizer alto a verdade: – “A superioridade de forças não deverá constituir um privilégio acima do direito e da justiça.”

A indignação do jurista reponta nessas palavras, excitada pela realidade cruel...

Diante da recusa formal do Governo britânico em admitir as reclamações perdidas, “não podendo sujeitar-se ao peso de uma ofensa irreparada”, declara interrompidas as relações com a Grã-Bretanha.

E pede passaporte para si, sua família e todo o pessoal da Legação.

*

Às dez horas da noite do dia 28 de maio, Carvalho Moreira teve os passaportes em mão, deixando Londres a 4 do mês seguinte.

Pela manhã fria, atravessando a Mancha, o *gentleman* honorário de Londres ia aplicando a si as palavras, que Corneille pôs na boca do velho pai dos Horácios:

Que voulez-vous qu'il fit contre trois? – Qu'il mourût.

E de Paris glosava, em carta ao saudoso amigo e compadre Sinimbu, que não se considerava morto. “Pelo contrário posso dizer com o nosso poeta:

a minha terra ergui, e a minha gente!”

Não andava desarrazoado esse contentamento consigo mesmo, na pessoa do diplomata brasileiro que tinha podido revidar pela primeira vez uma entre as duas afrontas do Governo inglês.

Tanto mais quanto a medida fora drástica e mostrava uma espinha dorsal no antigo domínio português.

A interrupção das relações diplomáticas teve um efeito inédito na Inglaterra, especialmente no comércio, verdadeiramente surpreso com o desfecho.

Todos os jornais da Inglaterra, França e Alemanha publicavam a troca da correspondência entre o Foreign Office e a Legação em Londres, terminada pelo pedido dos passaportes.

O *Times* perfidamente exagerava elogios à pessoa do ministro brasileiro, para atacar a conduta do seu governo.

Lorde Derby dirigia a Moreira uma carta em 30 de maio, convidando-o para um *drink*, começando por um “Regret extremely”.

Lorde Russell é que “não quis jamais dar uma expressão de *regret*, e quanto à indenização, disse que nem tomou conhecimento”.

Enquanto Palmerston declarava no Parlamento, referindo-se a Christie, “o seu agente e o Governo inglês são *only one*”, esperava Moreira ver ainda aprovada a sua conduta.

É certo que Russell declarou em conferência a Moreira ter aconselhado a Rainha Vitória a demissão de Mr. Christie. Mas o que aparecia aos olhos de toda a gente era a ovação de Palmerston, considerando o agente britânico *as a man of honour* e chamando o Governo brasileiro de caluniador...

Moreira, no entanto, não conseguia esconder a sua inquietação. Na dúvida e na incerteza, tinha feito em meio ao atropelo da mudança um ofício ao Marquês de Abrantes.

Antes já pedira a Itamaracá que comunicasse o sucedido para o Brasil, pelo primeiro paquete de Bordéus.

Agora em 6 de junho, novamente se endereçava a Abrantes, “oferecendo para as urgências do Estado a quantia de Rs. 4:000\$000, meus vencimentos de um ano”...

Depois desse sacrifício no altar da Pátria, ainda reforçava sua posição junto a Sinimbu: aguardo com toda confiança que o Governo Imperial me dará, nesta ocasião, a mais solene de toda a minha vida diplomática, uma marca pública de que aprovou sem equívoco nem reserva toda a minha conduta nesta questão de honra nacional.

A ocasião mais solene de toda sua vida diplomática, sim. Agora experimentava uma necessidade viva de aprovação, porque sentia haver rompido completamente com o passado, com as tradições da inércia e do abatimento em que “por longo tempo vivemos vis-a-vis do governo inglês”.

Renegando essa “teoria do medo *pro bono pacis*”, não invejava a glória dos seus adeptos. Temia, porém, qualquer vacilação do Governo Imperial em assentir cabalmente naquele gesto de energia e dignidade.

No Brasil, o conselheiro Carvalho Moreira encontrava na imprensa e na opinião um apoio caloroso. Todos se sentiam vingados das insolências de Mr. Christie.

E o “leão do Rio”, que foi tão requisitado nos bailes e festas da sociedade, revivia dessa vez para o grande público, a massa popular nas caricaturas dos periódicos e semanários.

O famoso Henrique Fleiuss desenhava para a *Semana Ilustrada* um esboço animado sobre a ruptura das relações com a potência insular.

De pé, altaneiro e impecável no seu fraque, Carvalho Moreira rasgava um diploma, onde se viam escritas “relações entre Brasil e Inglaterra”. Sentado à mesa de trabalho, Lorde Russell lhe estendia, com um riso cínico, os passaportes, enquanto o leão de Albion se enroscava soberbo...

“A honra do Brasil vale tanto como a honra da Inglaterra” – dístico excelente para justificar até uma declaração de guerra.

O Governo Imperial não falhou na hora necessária. Mr. Christie tinha os seus passaportes, largando atrás de si uma onda de antipatias na sociedade e uma avalanche de impopularidade.

E a 29 de julho de 1864, Carvalho Moreira era agraciado com o título de Barão do Penedo, por um decreto imperial.

Muitos instantes de dúvida perpassaram até esse resultado feliz.

A NEUTRALIDADE DE NAPOLEÃO III

APRECIADOR do conforto e gostando de viver à larga, Penedo instala-se em Paris como se fosse fixar residência e precisasse exibir um endereço aristocrático.

A sua casa nos Champs Elysées, 33, apresenta uma distinção que nada ficava devendo a Cavendish Square, velha mansão de uma família nobre inglesa.

Acontecia que retivera também em Londres, pois os arquivos imensos da Legação requeriam o aluguel de outra casa, sem falar no mobiliário, em que Penedo se mostrava forte colecionador de raridades.

O pagamento salgado de mil libras anuais pelo número 9 de Cavendish Square se justificava ainda por um contrato de multa pesada e numerosos melhoramentos no prédio.

Sem nenhum caráter oficial, tinha ficado em Londres seu cunhado Aguiar de Andrada, secretário da Legação, que devia ultimar alguns pequenos negócios.

Além disso, Penedo freqüentes vezes tinha de voltar ao antigo posto, mesmo incógnito, e um alojamento certo evitava inconveniências e indiscrições.

Poucos meses depois do rompimento de relações, em outubro seguinte, teve de voltar a Londres para concluir as negociações com seu amigo Barão Rothschild, sobre o empréstimo tão ruidoso dos três milhões e trezentos mil esterlinos.

Ou era a impressão do seu *Relatório sobre a exposição internacional de 1862*, que se fazia em Londres e precisava de revisão. O livro grande, com muitas ilustrações, mostrava bem o que fora o sucesso do Brasil no certame de Paris.

O Imperador, a quem se dirigia o *Relatório*, exibiu uma daquelas suas marcas de aprovação entusiasta, quando viu a técnica de Penedo em realçar a parca indústria do país.

Datava daí o contato mais chegado com o mundanismo parisiense. Presidente da comissão brasileira que assistiu à exposição, Carvalho Moreira conservava ainda em 1862 o caráter de ministro do Império em Saint James.

Dupla credencial para estrear naquela sociedade vaidosa do Segundo Império e merecer uma apresentação toda especial a Napoleão III.

A sua posição presente estava, pois, longe de comparar-se à de um desconhecido no bruaá das margens do Sena.

A família fazia também suas exigências. Dona Carlota conseguira um milagre em Londres. Agradara sem falar uma palavra de inglês. Mas em Paris sentia-se à vontade, pelo domínio da língua e da literatura francesa.

Os Carvalho Moreira tinham então três filhos. O mais velho, Francisco, que fora educado para a carreira diplomática, ocupava o posto de adido de Legação. Sempre melancólico, a sua tendência ao *spleen*, pressagiava o destino de uma morte precoce aos trinta e três anos, pela tuberculose implacável.

A alegria da família, cuja beleza e vivacidade concentrava os admiradores em roda, estava em Carlota Lucinda. Educada no Sion, suas amiguinhas traziam nomes que figuravam na história da França. Os Choisel introduziram Carlotinha nos salões mais brilhantes do *fau-*

bourg Saint-Germain, onde os encantos da sua mocidade a faziam voltar requestada.

O terceiro é que ia recolher as qualidades mundanas do pai, realmente preocupado com as frivolidades do Artuzinho. Rapazote, estava seguindo para o Brasil, a realizar os preparatórios para entrar na Academia Jurídica de São Paulo. Mas seu grande prazer não é entrar na essência nebulosa do Direito Romano. Prefere um piano cujo teclado lhe pode facilitar as conquistas amorosas, ou um cavalo bem tratado, para mostrar seus conhecimentos no trote inglês...

Moreira em novembro de 1864 escreve zelosamente a seu representante para “nada faltar ao filho quanto à assistência pecuniária”, mas não lhe “parece que seja muito decente que um estudante de preparatórios tenha um cavalo para passear, ao menos isso não era bem visto pelas lentes no tempo em que eu estudei em São Paulo”.

Mas os tempos agora eram outros. O Artuzinho ia agradar muito mais pelas suas maneiras de belo Brummel, vencendo facilmente na vida os colegas traças de biblioteca...

E dispunha de um bom padrinho, afilhado que era do cada vez mais poderoso Cotegipe. Entre dois chistes o afilhado saberia conquistar o espírito afim do estadista baiano, e arrancar uma nomeação direta de secretário de Legação.

Enquanto o Chico melancólico, com todo o seu bom comportamento, nunca passaria da categoria de simples adido...

*

Mesmo do outro lado da Mancha, Penedo não ficava inativo. Os jornais davam de vez em quando uma notinha, lamentando o desfecho da questão com o Brasil.

Mr. Clark chegou a perder suas prestimosas relações com Lorde Russell, antigo aliado político e amigo, pelos artigos saídos na imprensa londrina censurando a conduta ríspida do Gabinete.

Doubadora entre as duas capitais, William Waghorn era um latagão que Penedo empregara no serviço da chancelaria. Polícia habitualmente de guarda em Cavendish Square, William tornara-se agora em *messenger* levando recados e papéis de Paris para Londres.

Penedo apreciava gente alta e essa recomendação, de que abusam geralmente os *policemen* de Londres, se dobrara com a confiança inspirada por William. Durante a ruptura de relações com a Inglaterra, ele ia ficar como o portador seguro de despachos a Aguiar de Andrada ou ao Conde de Lavradio.

O restabelecimento da Legação na Corte da Rainha Vitória seria motivos de numerosos *pourparlers*, apesar dos esforços dos mediadores.

Quando se resolveu no Rio submeter ao arbitramento do Rei da Bélgica o aprisionamento dos oficiais da fragata inglesa Fort, esperava-se que a decisão pusesse termo aos desentendimentos.

Em 22 de junho de 1863, Cabo Frio, então ministro em Bruxelas, anunciava o resultado em carta, cujo laconismo superava o estilo telegráfico: “Meu caro Conselheiro. Ontem. Completamente a nosso favor. Bravo. Adeus, seu Amaral.”

O desagravo fora completo e as autoridades brasileiras, consideradas por demais benevolentes, soltando os oficiais sem instaurar processos cometidos na embriaguez.

De Londres recebia Penedo as notícias dos debates na Câmara dos Lordes, onde a arbitragem motivara ataques da oposição ao gabinete e Russell se vira forçado a elogiar a pessoa do ex-Enviado Plenipotenciário do Brasil. O tradutor da *Narrativa* de Lorde Cochrane e seu antigo conviva nos jantares de Cavendish Square, Antônio Ribeiro Saraiva continuava a agir: “Não tenho deixado de influir, por meio de amigos, em posições atendível e atendida na City, em deitar mais e mais as merecidas culpas ao Governo e a Christie; com efeito são condenados por toda gente razoável.”

Essa opinião da City em julho de 1863 traduzia o desapontamento do comércio britânico, privado de um bom mercado. Entretanto as relações comerciais prosseguiram normalmente, o restabelecimento dos laços políticos entre dois governos é que se fazia quase impossível com Palmerston.

O Governo de Portugal oferecera a mediação, mas o Imperador recusou julgando que ao ofensor cabia a iniciativa.

Com o laudo arbitral do Rei dos Belgas, parecia ter mudado a situação e o Governo Imperial aceitou o oferecimento, também acolhido pelo Gabinete Inglês.

O Conde de Lavradio, plenipotenciário do mediador em Londres, iniciou a negociação com um memorando que passou a 27 de maio de 1864 a Russell, propondo-lhe que um enviado britânico à Corte do Rio de Janeiro declarasse:

“1.º – Que o governo britânico não tivera intenção de ofender a dignidade, nem de violar a soberania territorial do Brasil.

“2.º – Que, resultado da sentença do rei dos belgas, não ter havido, na prisão dos três oficiais da fragata *Fort*, nem intenção de ofensa nem ofensa à marinha inglesa, deplorava o governo de S. M. B. todos os atos que haviam sido praticados para vingar uma ofensa que não existira.

“3.º – Que o governo de S. M. lamentava também alguns dos fatos que haviam acompanhado as represálias.

“4.º – Que o Governo inglês admitia que as reclamações pelos prejuízos provenientes da captura dos cinco navios brasileiros fossem submetidas a uma comissão anglo-brasileira ou a uma liquidação arbitral.”

Eram as condições apresentadas por Penedo em sua nota de 5 de maio de 1863, acrescidas apenas de mais um argumento moral. A sentença favorável ao Brasil não havia alterado as disposições do Gabinete inglês, que recusou a proposta de Lavradio.

Escrevendo ao conselheiro Zacarias, em 24 de julho de 1864, Carvalho Moreira pintava a realidade: “O velho e rancoroso Lorde Palmerston fez no dia 12 do corrente uma surtida contra nós no Parlamento, injuriando-nos, e isto quando se acham pendentes as negociações!”

Debalde Mr. Osborne provocava três dias depois um debate, mostrando a incongruência do Governo que atacava o adversário no decorrer de uma mediação...

Penedo não escondia suas dúvidas. “Enquanto Lorde Palmers-ton for Ministro da Inglaterra, não haverá conciliação possível, e direi *prestável*.”

Sobretudo era a reparação dos prejuízos causados aos navios brasileiros que Russell se recusava a pagar, em sua nota de 6 de junho.

Fazer as pazes mas sem despesas...

O Governo do Imperador respondia que a indenização fazia parte integrante da satisfação, embora não estipulasse o quanto. Conduta bem liberal ao lado da de Christie, que exigira as três mil e duzentas libras.

O Conde de Lavradio renovou a proposta inicial. Russell insistia pelas suas condições. O resultado foi a retirada da mediação, embora el-Rei se declarasse pronto a nova abertura de negociação, em qualquer época desejada pelos dois Governos amigos.

Penedo, que colaborava com Lavradio, tinha previsto esse desfecho, arranjando-o da maneira mais propícia ao Brasil.

A João Pedro Dias Vieira, o *Filósofo Gorgias* das estudantadas em Olinda e agora ministro de Estrangeiros, contava a conduta cavilosa de Russell, deixando arrastar a mediação.

E no seu amor da verdade, referia-se à “nossa questão com Lorde Palmerston é – assim que devemos chamá-la sempre – pois é realmente com ele e não com a Inglaterra, e nem mesmo com o governo inglês”.

Assim, fora pessoalmente a Londres combinar com Lavradio, adoentado e sem poder vir a Paris no rigor do inverno, os termos da retirada da mediação, cuja responsabilidade era assumida pelo próprio mediador. As condições da contraproposta britânica não apareciam ao governo português dignas de serem aconselhadas e menos ainda aceitáveis pelo Imperador do Brasil. Retirava os seus bons officios, à espera de nova reconsideração por parte do governo inglês.

Entrava o ano de 1865 sem haver terminado a nossa questão com Palmerston.

* * *

No palacete dos Champs Elisées, continuava Penedo a vida de fausto e mundanismo a que se acostumara.

Era para notar o prestígio do ex-ministro em Londres, que se fazia, com suas maneiras excelentes, querido da gente mais fina. Frequentava como *habitué* até as *soirées* dançantes de Claremont, convidado pela Rainha D. Maria Amélia, que revivia o brilho da Monarquia em França.

O Barão de Mauá pôde sentir essa situação quando, passando por Paris em começos de 1865, recebeu um bilhete de Penedo, com um convite do camarista para assistir ao baile de 20 de fevereiro na Corte. Uma *soirée* comum, sem convites protocolares.

O Governo brasileiro é que não se achava em tão bons termos com Napoleão III. Visionário e desejoso de um sucesso na política externa, o Imperador dos franceses acabava de concretizar uma loucura. O Arquiduque Maximiliano entronizado à custa de baionetas francesas no México convulsionado.

Pedro II como todo o continente sentira a humilhação, quando os Estados Unidos apareciam incapazes de sustentar a doutrina de Monroe, pelo cansaço da Guerra da Secessão.

O enviado diplomático do novo Imperador na América levou muitos dias sem saber se seria recebido oficialmente no Rio de Janeiro. Uma vez marcada a audiência, o prazo para receber foi de um mês. Pedro II queria marcar aos olhos das repúblicas sul-americanas que não se apresava em acolher o ministro do Imperador Maximiliano, considerado tirano intruso pelos mexicanos.

Nesse ínterim rebentara a guerra entre o Brasil e o Paraguai, resolvendo o governo francês embargar a saída da corveta-encouraçado *Brazil*, construída nos estaleiros da Forges et Chantiers do Mediterrâneo por encomenda do Governo Imperial.

Invocando as leis de neutralidade, o ministro da Marinha, em acordo com seu colega de Estrangeiros, proibiu não só a saída do porto de Toulon como negou autorização para contratar em França a tripulação destinada a levá-la ao Brasil.

A ordem transmitida em 6 de março de 1865 às autoridades marítimas foi mantida apesar de numerosas notas de José Marques Lisboa, ministro do Império em Paris. Adoentado e sem grandes habilidades ou relações, Marques Lisboa nada conseguia.

Em 6 de abril, Penedo era nomeado enviado em missão especial para a França. O *Filósofo Gorgias*, alcunha de estudante, dirigia a pasta de Estrangeiros e lembrara ao Imperador o nome do antigo companheiro.

No despacho reservado com as instruções que lhe dava João Pedro Dias Vieira, explicavam-se os objetos da missão. Resolver “os incidentes que aí podem nascer da guerra com o Paraguai e as questões provenientes da convenção consular”.

O caráter de missão “especial” não representava duração limitada mas a forma de justificar a existência da colateral ordinária. Outras

vantagens, como a compra de armamentos, pretendia ainda o Governo tirar desse epíteto.

O ponto nevrálgico da missão vinha a ser mesmo a neutralidade de Napoleão III, interpretada de maneira conveniente para com o *Brasil* em guerra. A soltura da corveta *Brasil* e de quanto material bélico se precisasse.

O despacho reservado era positivo: “As facilidades que esse governo nos pode conceder dependem do caráter de sua neutralidade; referem-se não somente aos navios encouraçados que fazemos em seus estaleiros, mas também ao trânsito de quaisquer artigos bélicos que precisemos extrair das fábricas dos outros estados do continente europeu.”

Para alcançar essa interpretação da neutralidade francesa, faltava quem desenvolvesse uma cordialidade e uma simpatia nas rodas oficiais, alienadas por uma discussão acre em questões de interesse comum.

Fora o tratamento dispensado ao enviado do Imperador do México, recebido com um discurso frio depois de uma longa espera para entrega de credenciais, restavam as disputas de jurisdição entre as autoridades brasileiras e os cônsules franceses, sobre as heranças deixadas por seus nacionais no Brasil.

A convenção consular, celebrada entre os dois países em 1860, só trouxera complicações.

O governo francês tomava represálias indiretas no momento difícil. Urgia fazê-lo mudar de opinião. A chancelaria brasileira esboçava seu ponto de vista de uma maneira muito simples. A França praticava a neutralidade negando a ambos os beligerantes os seus grandes recursos. Convinha ao Brasil o contrário, concedesse a um o que concedesse ao outro. Com a força naval de que dispunha, o Brasil impediria o Paraguai de chegar a utilizar-se de tais recursos sem muita dificuldade. A neutralidade resultaria, assim, em seu proveito.

A doutrina não era nova nem contrária ao direito internacional. Havia o precedente da Bélgica, durante a guerra da Criméia. Sua neutralidade consistira em fornecer artigos bélicos a todos os beligerantes. E uma informação oficial dava a cada um dos beligerantes conhecimento regular do fornecimento feito aos outros.

Essa a doutrina que devia Penedo advogar, valendo-se do seu vasto saber jurídico e começando por conseguir a partida do *Brasil*.

*

Penedo é que não contava com essa aparição de última hora. Em carta de 8 de maio a João Pedro, mostrava a sua surpresa: “Nada poderia estar mais longe da minha previsão do que receber agora a incumbência de uma missão especial para a França.”

Tanto mais quanto se achava até em Londres, voltando a tratar com Lavradio sobre uma nova proposta de Russell para restabelecer as relações diplomáticas.

Além de ser “negócio muito sério”, a sua posição supletória estava “cheia de dificuldades pessoais, prevendo despeitos importunos e desagradáveis, e, sobretudo sem antever probabilidades de sucesso para os assuntos de tal missão”.

Temia a modificação de Marques Lisboa, chefe da Legação de Paris, e “completo fiasco que me espera”. Mandavam-lhe dizer também do Rio que a nova missão não passava de uma transição *à la longue* do antigo posto de Londres a Paris.

O Visconde de Cabo Frio trabalhava tenazmente pela sua candidatura à Legação na Grã-Bretanha, cansado de Bruxelas e desejoso de ser o sucessor de Penedo.

Carvalho Moreira abria-se com João Pedro, “a um amigo como tu, e o nosso Chico Furtado, a quem peço mostres esta carta, nada devo ocultar do que sinto”. Em verdade estava bem amparado. Chico Furtado presidia o Conselho de Ministros do Gabinete de 31 de agosto (1864) e João Pedro era ministro de Estrangeiros, conhecidos de muitos anos, “desde os tempos da nossa juventude”.

A reação em seu espírito pelo encargo imprevisto andava assim muito longe do contentamento ou da vaidade satisfeita.

Homem de ação, não sabia perder tempo. E desde logo procura conquistar a amizade de Drouyn de Lhuys, então à frente dos Negócios Estrangeiros, no Quai d’Orsay.

A sorte favorecia Penedo. Em 26 de maio recebe um convite de Cambacérès, grão-mestre de cerimônias da casa imperial, para comparecer ao baile do dia 29 no Palácio das Tulherias. A imperatriz marcava também às 9 horas da noite para lhe serem apresentadas a Baronesa do Penedo e mademoiselle de Carvalho Moreira.

Antes do baile, à hora designada, comparecem os três. Carlota Lucinda agrada desde a primeira vista e a Imperatriz Eugênia não esconde sua simpatia por “cette charmante brésilienne”. A Baronesa reflete aquele ar de Andrada, tão distinto no porte como nas maneiras.

Foi um sucesso a estréia na Corte dos novos diplomatas brasileiros.

Envergando o vistoso fardão, onde já brilhavam algumas grã-cruzes, Penedo entretinha Napoleão III com sua palestra espirituosa, enquanto iam e vinham os pares de bailarinos.

A certa altura, tentando a fortuna com a audácia, o brasileiro provoca o assunto de neutralidade. Insensivelmente o tabu arrasta os dois palestradores ao gabinete da biblioteca onde uma grande carta da América do Sul alastra-se pela parede.

– Pourquoi Votre Majesté a-t-elle défendu la sortie du cuirassé brésilien? Le Brésil est si ami de la France !!...

– Vraiment, c’est un pays avec um territoire considérable.

– Surtout si Votre Majesté regarde le Paraguay !!...

Napoleão corre a carta com os olhos, buscando no Pacífico a nação que lhe inspirava tanta simpatia e impaciente:

– Où est-ce le Paraguay ?

– Ce Petit, ici, Sire.

– Alors vous pouvez amener votre bateau. Vous avez beaucoup plus de besoin pour proteger une côte si large...

Esse o diálogo que a tradição oral conservou da entrevista. Penedo tinha a primeira pedra fora do caminho. No dia 31 de maio, corre ao encontro de Drouyn de Lhuys para uma conferência longa. O ministro já estava a par da vontade imperial e solicitaria apenas um memorando com a exposição dos pontos de vista do Governo brasileiro.

Penedo lhe envia no dia 1.º de junho um memorando, em que a cultura do jurista rivaliza com a técnica do diplomata. “O Brasil representa no Novo Mundo o que a França representa no Velho, a influência da raça latina.”

A construção da corveta *Brasil* fora encomendada muito antes das hostilidades com o Paraguai. E a Legação da França no Rio de Janeiro recomendou a sociedade Forges et Chantiers, servindo-se esta ainda do prestígio do almirante Chaigneau para obter a construção em seus estaleiros daquela unidade. E assinado o contrato, o representante francês agradeceu ao ministro da Marinha essa prova de amizade. Citava a opinião de Ortolan, *Diplomatie de la mer*: “A neutralidade impõe às nações neutras o dever de não praticar em favor de um dos beligerantes coisa alguma que possa redundar em favor do outro.”

Evidentemente só o Paraguai lucraria com a decisão tomada pelo governo francês, que falhava ao objetivo inicial. Além disso, o Brasil aderira ao Congresso de Paris, eliminando o curso admitido pelo seu adversário.

Os precedentes da Inglaterra que permitira a saída da corveta *Amazonas* do porto de Liverpool, em março de 1852, quando não se sabia da terminação da guerra contra Rosas. Algumas decisões anteriores do Governo francês na guerra da Criméia, tudo fundamentava a causa ganha.

A 9 de junho, Penedo tem a resposta de Drouyn de Lhuys. A questão fora “objeto de novo exame” e concedia a licença para a partida do navio.

Levantado o embargo, Penedo repetirá ao comandante Henrique Holfsmith, chefe de divisão reformado, a ordem que já lhe dera outrora:

– Faça tudo quanto estiver ao seu alcance para botar a corveta para fora e sem perder um minuto.

E o navio singraria de Toulon com uma tripulação improvisada de malandros do cais misturados a alguns lobos-do-mar...

DIPLOMACIA E GUERRA DO PARAGUAI

A IMPRESSÃO dominante em vários países, quando irrompeu a guerra do Paraguai, era que o Brasil se lançava à conquista de territórios.

Pelo menos no Foreign Office se considerava opinião estereotipada há muito tempo, trazida do Rio da Prata por Lorde Ponsonby, que tomara parte preponderante nas negociações para a independência do Uruguai em 1825. Assistira ele o choque dos interesses contrários entre a Argentina e o Brasil, privado para sempre da sua Província Cisplatina. Naturalmente Ponsonby interpretou mal a defesa calorosa do Brasil e levou para Londres uma convicção falsa.

Era o que Penedo conseguira apurar das sondagens feitas e transmitia a um amigo, em carta de 5 de novembro de 1859. Nesse mesmo ano, tivera ocasião de obter cópia de uma carta de Lorde Russell dirigida a um compatriota, em que dizia ser interesse da Grã-Bretanha e de todas as potências marítimas preservarem a Paz no Rio da Prata. A Inglaterra não alimentava desígnios de anexação contra esses territórios, sendo bem diversas as intenções do Brasil.

Esse pensamento de Russell em 1859 mantinha-se inalterado seis anos depois, e os agentes paraguaios exploravam com sucesso tal equívoco.

Uma das dificuldades iniciais da campanha foi o bloqueio fluvial. As potências estrangeiras procuravam fazer valer o seu poderio, sobretudo na Inglaterra, desejosa de vigiar as operações navais.

Dois incidentes se acabavam de verificar, um com a conhoneira *Veloce* e outro com a escuna mercante *Nuova Colomba*, ambos de nacionalidade italiana. Com energia o chefe Barroso havia feito retroceder o vaso de guerra *Dotterel*, apesar do seu pavilhão inglês.

Penedo, acusado de comprar armamentos na Inglaterra e sustentar a neutralidade conveniente da França, assustava-se com as conseqüências possíveis. Os nossos aliados argentinos se apressavam em atenuar os rigores do bloqueio, ou abrir algumas exceções para os navios de guerra neutrais.

Entretanto o conselheiro José Antônio Saraiva, recentemente designado para a pasta de Estrangeiros, procurava serenar o nosso diplomata, remetendo-lhe cópia de uma confidencial (n.º 19, de 22 de agosto de 1865) dirigida a Francisco Otaviano, em missão especial no Rio da Prata. “O pensamento do Sr. Elizalde não oferecia dificuldades, só se tratasse de uma questão de princípio, porque este se poderia salvar por meio de uma declaração concebida em termos convenientes. Mediante tal declaração ficaria evidente que a concessão não importaria reconhecimento do modo como a Inglaterra, por exemplo, entende admissível o bloqueio fluvial.”

O Governo Imperial rejeitava com firmeza a tese aconselhada como modo fácil de evitar desinteligências, que ameaçavam surgir daqueles incidentes.

Nada ocorreu de grave e o bloqueio seguiu efetivo, interceptando todas as comunicações. Caíram em mãos do Governo argentino dois documentos bem interessantes, uma carta e um ofício de Cândido Barreiro, encarregado de negócios do Paraguai em Paris.

Na carta datada de 7 de março de 1865 e dirigida a Francisco Solano López, Barreiro declara ter recebido a ordem para negociar o empréstimo e estar melhor o mercado monetário. Entretanto estava difícil a realização do empréstimo por “el anuncio del bloqueo del Río Paraguai

por la escuadra brasileira!” Não perdia as esperanças de conseguir em Paris, uma vez que Londres se fechara pela crença de “que solo necessita servirse el Brasil para aplastarnos”.

O Paraguai precisava levantar um empréstimo de 25 milhões de pesos fortes e o máximo oferecido em Londres foi £ 500.000, se dessem como garantia as rendas da *yerba* e *cañon* das terras públicas. Penedo recebia ordens da Secretaria de Estado para evitar essa operação de crédito, como também para impedir a compra de encouraçados projetada pelo Paraguai, junto ao fabricante Armand do Havre. Navios que comprados em França deviam sair do porto de Amsterdã ou de Nienn Diep, ou de portos ignorados – enchiam-se de notícias vagas os despachos reservadíssimos da chancelaria brasileira.

Penedo movia em Paris a campanha de descrédito contra Solano López, que estivera em França e contava aí com numerosas simpatias.

A imprensa era o instrumento indispensável e esse objetivo e Penedo distribuía os cheques como os argumentos mais convincentes.

Num borrão de contas prestadas, que aparece em seu arquivo, há um total de £600 distribuídas por artigos publicados em diversos meses de 1865.

O *Memorial Diplomatique*, órgão parisiense de informações diplomáticas e internacionais, figurava entre os contemplados por um crédito “ilimitado”.

O combate do Riachuelo em 11 de junho apareceu com impressão ilustrada em Paris, por lembrança de Penedo, que se valeu da ocasião para exhibir sugestivamente o nosso poder naval.

*

Para vencer a guerra – afirmava Napoleão – são necessárias três coisas: dinheiro, ainda dinheiro e mais dinheiro.

Os aliados sabiam perfeitamente que os melhores generais eram os banqueiros Rothschilds. Sem eles talvez não conseguissem a vitória de 1814.

O Brasil sentia em 1865 o peso dessa terrível realidade. Em fevereiro, para enfrentar as despesas extraordinárias, Carneiro de Campos pensava em vender a estrada de ferro D. Pedro II. No mês seguinte, o ministro

da Fazenda não se contentava só com isso. Propunha o levantamento de um empréstimo de 2 a 3 milhões de esterlinas pedindo ao Barão de Mauá então em Londres que se entendesse com Penedo.

“Convém – escrevia Carneiro de Campos em 22 de março – que o terreno aí esteja apalpado por modo tal que, uma vez expedidas as ordens do Governo, possam elas não sofrer demora na sua execução.”

Penedo, para apalpar melhor, começou obtendo do ministro de Estrangeiros, uma comenda do Império para o sobrinho e genro de Rothschild, a qual lhe entregou em maio...

Cada vez mais cresciam as compras de armamento. Entre as vantagens que o Governo Imperial esperava tirar da sua missão especial na França estavam as encomendas de material bélico. Uma correspondência vasta foi mantida entre Penedo e os Ministérios da Guerra e Marinha, de maio de 1865 a junho de 1866, justamente no período mais apreensivo da Campanha.

O Império tinha sido colhido de surpresa, sem aparelhamento para uma longa expedição militar. Às pressas tornava-se necessário municiar os corpos de voluntários e não sobravam muito as espingardas, as carabinas, as espoletas.

De Londres, onde tivera de executar uma considerável encomenda de armamento, escrevia em 8 de maio de 1865 ao ministro de Estangeiros:

“Aí vão neste pacote 8.000 espingardas, 5.000 correames, 2.000 capotes, 1.000.000 de espoletas, 2.000.000 de balas, etc. E dentro de dois meses desta data terei mandado daqui nada menos que 20.000 armas, i. e. 10.000 espingardas e 10.000 carabinas; e dentro de três meses desta data até 4 de agosto mais 6.000 clavinas, 6.000 pistolas, 6.000 espadas, 20.000 correames, 20.000 capotes, etc. Em suma toda esta imensa encomenda que acaba de fazer-me o ministro da Guerra. Tudo muito bom de qualidade, e posso dizer barato – basta comparar os preços. Se alguém puder tudo isso mais depressa e melhor que o viesse fazer, *et erit mihi magnus Apollo!*”

O seu prestígio devia ainda socorrer a reputação dos oficiais, técnicos destacados para examinar as aquisições, porque começavam as

acusações infalíveis da maledicência invejosa, citando comissões gordas e propinas recebidas dos fornecedores europeus.

O Imperador depositava grande confiança no seu agente mas aborrecia a Penedo esse vezo de atacar sempre a honestidade alheia. Nos ofícios ao ministro da Guerra, defendia com um ardor meio impaciente a calúnia feita a oficiais tão distintos, insistindo pela sua conservação.

Aborrecia-se dessa imaginação destruidora e pensava que, em grande parte, estava terminada a sua missão. Conseguira a partida da corveta *Brasil*, vaso poderoso de que se precisava na luta contra o Paraguai, e modificara a atitude hostil de Napoleão III. As compras de armamento poderia fazer mesmo na Inglaterra, onde as negociações do mediador tinham sido retomadas.

O Conde Lavradio submetera ao Governo Imperial a proposta, formulada por Russell em 7 de fevereiro, de mandar um plenipotenciário britânico solicitar uma audiência do Imperador e declarar-lhe o pesar da Rainha pela suspensão das relações, bem como negar “da maneira a mais solene” toda intenção de ofender a dignidade do Império, além de aceitar plenamente a sentença do Rei dos belgas...

O Governo Imperial só fizera um aditamento. Desejava ver reconhecido pelo Governo britânico o direito do comércio brasileiro a uma indenização pelas represálias sofridas.

Mas isso representa sangria no tesouro britânico. Russell declara calmamente em sua nota de 4 de maio ser “impossível ao Governo de Sua Majestade anuir ao proposto aditamento”.

Para não fazer feio e com a liberalidade tão comum no brasileiro, o Governo Imperial desiste da indenização pela nota de 23 de junho dirigida à Legação de Portugal no Rio de Janeiro.

Lavradio podia afinal obter o triunfo de sua persistência, recebendo a nota de 26 de julho de 1865, em que o Foreign Office selava a reconciliação com o Governo brasileiro. Agora seria apenas questão de enviar o ministro britânico apresentar-se a Pedro II.

Penedo teve o receio natural de perder a sua Legação ideal. Sabia que os candidatos choviam. Cabo Frio, o mais perigoso de todos, deixava Bruxelas. Alguns meses antes da nota reconciliadora do Governo britânico, em 24 de março, Cabo Frio mandava uma daquelas suas cartas em estilo

telegráfico. “Meu caro barão. Mudei de convento. Estou nomeado Diretor Geral da Secretaria de Estrangeiros. Ainda não tomei posse. Desculpe o laconismo. Falta-me o tempo. Adeus.”

Essa “mudança de convento” dava a nota da cotação em que andava o candidato número um à Legação de Londres. Joaquim Tomás do Amaral não dispunha, porém, do mesmo favor que Penedo junto ao Imperador. Pelas dúvidas, em 1.º de agosto se dirige ao conselheiro Saraiva em longo ofício, considerando como dispensável a sua atuação em Paris depois do que conseguira.

Já por ocasião de sua escolha para essa missão, confiara os seus sentimentos reais a João Pedro: “Não é decerto propriedade minha o posto de Londres, mais ainda quando desejasse o lugar de Paris se estivesse vago que de modo algum me convém, e Deus me livrasse de semelhante lugar, todas as razões de dignidade e pudor do próprio Governo Imperial o obrigam a mandar outra vez para Londres o mesmo ministro que daqui saiu quando se interromperam as relações...”

Com razão gritava pelo seu lugar ao sol. Havia em 1864 rejeitado uma proposta do Brasil, para entrar em chapa eleitoral à Câmara dos Deputados. O diplomata tinha matado o político. A diplomacia, que foi para ele um ensaio inicialmente, o reteve nas malhas de sua sedução.

Mas o diplomata não conseguira matar o renome do jurisconsulto. E por aí ia pegar um motivo irrecusável de prolongar a duração indefinida de sua tarefa em Paris.

Em 5 de setembro, o conselheiro Saraiva respondia em poucas palavras às considerações de Penedo sobre a sua missão especial. O Governo Imperial não o dispensava dela por uma razão forte: “V. Exa. tem de entender-se com o Governo francês acerca da interpretação da convenção consular e isto de nenhum modo prejudica qualquer resolução, que possa ser tomada por motivo de restabelecimento das relações diplomáticas com o Governo britânico.”

O compromisso nascia das entrelinhas. Cabo Frio, quando leu esse reservado do ministro de Estrangeiros, incinerou as suas esperanças. E mordeu os lábios, num desejo vago de “revanche”...

A guerra ia devorando todos os recursos do Império. Longe dos centros de abastecimento, a campanha no Paraguai, encarecida pelos transportes difíceis e pela internação em zonas pobres ou desertas, tornava-se um sorvedouro de dinheiro.

O ministro da Fazenda tinha previsto em fevereiro a necessidade de vender a estrada Pedro II e negociar um empréstimo de 2 ou 3 milhões de esterlinos.

Penedo recebera ordens de apalpar o terreno. Chegava enfim o decreto, designando-o para realizar a operação no valor de 5 milhões.

Se ao Paraguai ninguém queria confiar um *penny* era lógico que o Brasil não alcançaria condições excelentes.

Havia quem pensasse num empréstimo interno. Carneiro de Campos não pensava nisso, certo de obter melhor em Londres.

Quando se divulgaram no Rio as condições de empréstimo de 1865, a gritaria foi geral, de ensurdecer.

Em 12 de setembro, Penedo assinou o contrato com os Rothschilds, a cuja frente se achava ainda o velho barão Lionel. Por um empréstimo de 5 milhões de libras, o Brasil deveria pagar um valor nominal de 6 milhões e 963 mil libras...

Quase dois milhões de libras a mais, cobradas a título de comissão pela negociação, pagamento de juros ou de amortização. O tipo baixo do empréstimo, contraído a 74%, respondia por esse grande prejuízo, além do juro de 5% bastante pesado.

Esse empréstimo repetia quase as condições dos realizados no Primeiro Reinado, quando de comissões o Governo gemia em mais da metade do capital percebido.

Pagável em 37 anos, a operação de 1865 foi bem o modelo vivo da política financeira do Império, que se iludia recorrendo ao auxílio estrangeiro.

Se acompanharmos o desenrolar do empréstimo de 1865 até sua liquidação final, surge um resultado completamente desanimador. Enquanto o Tesouro nacional recebeu 44.444:000\$000 teve de pagar entre juros e comissões o total de 116.354:655\$308. Um prejuízo de 72 mil contos, ou seja de 160%.

Evidentemente as condições da época andavam longe da segurança indispensável a uma boa negociação. Em plena campanha do Paraguai e dois anos apenas depois do combatido empréstimo de 1863. Penedo não fizera mais que executar as instruções do ministro da Fazenda.

A imprensa gritava, terrível e ameaçadora. Distribuía culpas ora pelo ministro ora pelo agenciador. O *Mercantil*, sob o título “O empréstimo de £ 6.963.613 em 1865”, iniciava os seus comentários, funéreo: “Definitivamente o Sr. ministro dos negócios da Fazenda cheira a defunto.”

Um anônimo vinha, depois de arrancar a pele de Carneiro de Campos, profetizar: “Sirva para os governos futuros, a lição de que o Sr. Barão do Penedo é infeliz nos empréstimos.”

E na sua crítica se importava pouco com a suscetibilidade dos outros países: “Em 1865, S. Exa. o Sr. Carvalho Moreira agencia capitais para o Brasil como se o seu país fosse a Espanha, o México ou as repúblicas mais atrasadas.”

Muitos abusos surgiam ainda desse anonimato, explorado no *Mercantil*. Em 24 de outubro, outro financista não escondia sua paixão: “reduzidas as comissões, corretagens aos negociadores que o país não ignora de que maneira são partilhadas”.

A insinuação não cabia, entretanto. Penedo informa ao ministro as péssimas condições que se poderiam obter. Andara cauteloso, evitando precipitações.

A economia dispõe de leis severas. Castiga o viciado que deseja livrar-se de uma dívida por outra, maior e mais onerosa.

Se em 1863 esse mau sistema não tivesse exigido um empréstimo para liquidar o remanescente do de 1824 e reunir o de 1843, o dinheiro para a guerra custaria muito menos agora.

Sempre amigo da realidade, Penedo expressava as suas más previsões ao bondoso Areias que, em 26 de outubro, lhe respondia consolador:

“Realizou-se o que V. Exa. previa na sua carta de 25 do passado! A notícia do empréstimo produziu, como era de esperar, triste, muito triste impressão! V. Exa. não ignora os motivos, que justificam essa impressão – à primeira vista; e sobretudo para os profanos, que ignoram e para os que fingem ou querem ignorar as lutas que teve aí de sustentar a bem do nosso crédito!

“Mas, meu caro amigo, não há senão resignar-se a esperar a *vazante do primeiro ímpeto*. Refiro-me ao artigo. As opiniões dos homens sensatos, dos que têm pensado e pensam seriamente sobre as nossas coisas, e que compreendem o nosso estado, o justificam cabalmente. Quer maior satisfação?”

O ministro escreve-lhe particularmente, e tendo motivos para acreditar-lhe que está longe, muito longe de lhe ser infenso. Creio que aguardam o Imperador que está chegando, para lhe escrever oficialmente a esse respeito.

“À exceção de alguns artigos que têm aparecido no *Mercantil* e cuja paternidade não pude descobrir, nada mais tem aparecido contra V. Exa.: pode-se presumir de quem sejam, e deve votar ao desprezo a expressão pura do ódio ou de inimizade.” É verdade que a consolação apresentava seu tanto de periclitante: “Creio que V. Exa. deve ir cuidando de publicar outro folheto, semelhante ao que já publicou contra acusações e a preferência dos Rothschilds...”

A preferência dos Rothschilds – a grande tecla onde todos sentiam a tentação de bater.

Mas como evitar os Rothschilds que emprestavam para a Europa toda e de modo menos draconiano!

Depois do Brasil em setembro era a Áustria em novembro quem precisava de numerário. E não tendo recorrido à maior casa bancária do continente, caíra nas garras de um exército de capitalistas.

O velho Lionel Rothschild escrevia a Penedo em 5 de dezembro, mostrando a satisfação com um ponto exclamativo: “Mr. De Berke nous a dit lui même que l'emprunt Autrichien a été conclu à 65, avec 3% de commission, et en 10 paiements, ce qui reviendrait au gouvernement à peu près 60!”

A sorte da Áustria não justificava a do Brasil, mas desmentia o articulista que via na operação um rebaixamento para o país, equiparado “às repúblicas mais atrasadas”.

De todos os negociados sob a gestão de Penedo, nenhum empréstimo se apresentara tão desvantajoso. O Império também não havia sofrido ainda um abalo igual à luta no Paraguai.

*

Em 23 de setembro, estava o Imperador no Rio Grande do Sul colhendo os louros da rendição de Uruguaiana, quando se apresenta Mr. Eduardo Thornton.

Vinha da parte de Sua Majestade britânica, exibindo a sua credencial de ministro plenipotenciário. As escusas apresentadas no discurso, que então proferiu, já eram conhecidas do Governo Imperial desde a proposta de Russell.

Mas as circunstâncias que cercaram o ato, indo o enviado inglês até a barraca do Imperador levar o desejo da Rainha de renovar as relações, destinavam-se a apagar todos os vestígios do famoso Mr. Christie.

A pessoa aliás do novo ministro formava o contraste mais absoluto com a de seu antecessor. Simpático e acolhedor, mostrava-se favorável à política brasileira no Rio da Prata, onde estivera acreditado.

O teor frio das desculpas oferecidas no decorrer da mediação animava-se agora com o mensageiro e o local escolhido.

Pedro II deu à mensagem da Rainha Vitória uma resposta breve mas onde transparecia o seu orgulho patriótico:

“A circunstância de realizar-se este feliz acontecimento no lugar em que o Brasil e seus valentes aliados acabam de mostrar que sabem unir a moderação à defesa do direito, aumenta o meu prazer e prova que a política do Brasil continuará a ser animada pelo espírito de uma justa e digna harmonia com todas as outras nações.”

A satisfação era tanto maior quanto a nossa questão não foi com a Inglaterra, que continuava a subscrever capitais mesmo depois de cortadas as relações, como nos empréstimos de 1863 e 1865. Diga-se também que isso nunca se fez a título de generosidade, cobrando-se juros de usuário...

O público no entanto poderia recusar-se a fornecer suas economias, sempre requestadas por outros países. Na realidade, como insistia Penedo, nossa questão foi com Lorde Palmerston, não com a Inglaterra nem com o Governo inglês.

Restabeleciam as nossas relações num terreno mais firme, mais conquistado, menos sujeito a concessões. O Governo inglês tivera de dar o primeiro passo. Acabaram as ameaças do *bill* Aberdeen e outras gatimanhas do leão britânico, habituado a fazer calar as resistências com alguns bramidos. Continuaria por muito tempo ainda o colonato financeiro...

Renomeado para Londres, Penedo ia ver-se cercado de numerosas deferências. Um prestígio incontestável se acrescentava à pessoa do ministro do Brasil que, por ocasião do rompimento, tivera elogios de Russell no Parlamento e aplausos espontâneos do Times.

Nos fins de 1865, dirigia-se a Clarendon, novo titular do Foreign Office, para escusar-se da permanência em Paris por motivo de moléstia. Moléstia e também trabalho, mais navios para a nossa esquadra e discussões com os juristas do Quai d'Orsay sobre a convenção consular.

O incidente diplomático com Grã-Bretanha vinha a terminar justamente num campo de batalha. Não era coincidência do acaso, se o Governo Imperial se contentara com a satisfação moral, abrindo mão da indenização para o comércio brasileiro, procedera assim com o receio de complicações na questão do Paraguai.

A diplomacia da guerra se prendia, em grande parte, à volta da boa paz com o governo de Sua Majestade britânica.

.....
XVII

DOUTOR DE OXFORD

O

ANO DE 1866 se iniciava promissor. Reconduzido ao antigo posto na Corte de Saint James, a satisfação moral tornava-se completa. Penedo sentia a aprovação de toda sua conduta na ruidosa questão Christie.

Com alegria voltava à sua velha e nobre mansão de Cavendish Square, onde os amigos afluíam pela mesma forma que antes.

Para ele que já se habituara à vida de Londres durante quase dez anos, Paris ficava em segundo plano, com o seu exibicionismo fatigante, para chamariz do mundo.

Tinha avisado em carta ao ministro de Estrangeiros e seu colega João Pedro que Londres não era sua propriedade, mas o posto lhe agradava mais que qualquer outro, apesar dos trabalhos e responsabilidades. Questão de temperamento. Justo ao contrário do... Secretário Loureiro que recusava promoções, preferindo ser secretário em Paris a ministro em qualquer país.

Desde a sua chegada em 2 de janeiro, Penedo comunicou-se com o Foreign Office. O acaso pusera aí a figura de Clarendon, que o recebera justamente por ocasião da sua primeira missão na Inglaterra. Desse acolhimento tão cordial, a recordação permanecia bem viva, emprestando ao encontro de agora uma nota afável, quase de intimidade.

A Rainha Vitória achava-se na ilha de Wight, que considerava residência particular. A apresentação oficial demorou assim até o regresso a Windsor.

Fugindo um pouco ao protocolo, a Rainha teve palavras para distinguir a pessoa do ministro brasileiro, cuja presença novamente em sua Corte lhe causava real prazer.

Depois das provas de simpatia e *friendship* encontradas por toda a parte do mundo oficial, estava reservada a Penedo uma grande e involvidável surpresa.

Os meios culturais da Inglaterra desejavam salientar a carreira brilhante que Lorde Palmerston tivera na política dirigindo os destinos de sua pátria em momentos decisivos.

A Universidade de Oxford reuniu a sua congregação para conferir-lhe o título máximo de doutor *honoris causa*. Ao mesmo tempo, aventou-se a idéia de homenagear personalidades estrangeiras ligadas à vida nacional.

O nome de Carvalho Moreira saiu vitorioso, sendo o primeiro cidadão americano a receber essa honraria. Mesmo a estrangeiros a congregação de Oxford concedia raramente e o último que alcançou a glória do título foi Guizot, o historiador e estadista francês.

Diante de um salão repleto, onde se comprimiam as figuras mais em evidência nos círculos londrinos, políticos, literatos, diplomatas, realizou-se a entrega dos diplomas de doutor *honoris causa*.

Justamente com Palmerston, o “Mefistófeles negrófilo” de outros tempos, Penedo recebia o título, vestido com as roupas talares de Oxford.

Doutor de Oxford – durante muito tempo será essa a fisionomia com que surgirá aos olhos de seus admiradores. Para um súdito inglês representará a gradação sempre um condão de sapiência. Aos seus patrícios, que viam com a perspectiva da distância, era como um caminho de glória. Areias lhe dirá a propósito da ovação na velha Universidade – *sic itur ad astra...*

*

Ainda antes de seguir para a Inglaterra, Penedo encerrava as discussões com o governo francês sobre a Convenção Consular. Cumpria aliás as determinações de Saraiva que respondera ao seu pedido de dispensa da missão especial com a reiteração dessa penosa tarefa.

Havia muita razão da parte do Governo Imperial em insistir por uma solução capaz de sustar os conflitos constantes entre as autoridades locais e os cônsules franceses, a propósito das heranças deixadas pelos súditos de Napoleão III, falecidos no Brasil.

O conflito procedia da maneira antagônica em admitir a nacionalidade. A França, país europeu e de emigração, estabeleceu no Código Napoleão que continuavam franceses os filhos nascidos no estrangeiro de pais franceses. O Brasil pela sua Constituição declarava brasileiros os filhos de estrangeiros nascidos em seu território.

O dilema ainda hoje vivo das nações velhas, que só querem escutar a voz do sangue, e das nações novas que assimilam todos os rebentos de suas terras. O *jus sanguinis* contra o *jus soli*. Essa a barreira entre os dois países.

Para minorar o choque, a lei de 10 de setembro de 1860 estatuiu que aos filhos menores de estrangeiros nascidos no Brasil se aplicasse o estado civil de seus pais. Uma vez chegados à maioridade, podiam gozar da nacionalidade brasileira assegurada pela Constituição, desde o berço.

Em virtude dessa contemporização, Sinimbu firmou com o ministro francês no Rio a Convenção consular de 1860, seguida de outras análogas com a Suíça, a Itália, Portugal e Espanha.

Desde cedo, porém, o artigo 7.º da Convenção com a França, reproduzido nas demais, acarreta as maiores dificuldades ao Governo Imperial. Apesar de estipular claramente os casos em que se verificava a intervenção dos cônsules franceses, surgiu entre estes uma interpretação errada e prejudicial aos interesses brasileiros.

No seu memorando de 5 de dezembro de 1865, Penedo expõe longa e documentadamente a Drouyn de Lhuys o estado da questão e a proposta do Governo Imperial.

Pelo artigo 7.º da Convenção de 1860, o cônsul é autorizado a intervir na herança de uma de seus nacionais, falecido em território brasileiro, nas seguintes condições:

- 1.º – Que o francês tenha morrido sem testamento;
- 2.º – Que não haja testamento;
- 3.º – Que não haja herdeiros conhecidos;

4.º – Que os herdeiros deixados pelo defunto sejam incapazes, isto é, menores ou interditos;

5.º – Enfim, que os herdeiros deixados pelo defunto estejam ausentes.

Depois de especificar assim nitidamente, o artigo terminava pelo seguinte esclarecimento:

“Fica, além disso, entendido que o direito de administrar e liquidar as sucessões dos franceses falecidos no Brasil pertencerá ao cônsul de França, ainda quando os herdeiros sejam menores, filhos de franceses, nascidos no Brasil, em reciprocidade da faculdade que têm os cônsules do Brasil em França de administrar e liquidar as sucessões de seus nacionais em casos idênticos.”

O artigo conciliava os dois interesses em jogo. A proteção devida pelos cônsules franceses a seus nacionais e a soberania territorial do Império.

Não tardaram a aumentar os privilégios concedidos aos cônsules pelo artigo 7.º, segundo a interpretação por eles mesmos dada. Tomavam o último parágrafo do artigo onde dizia – “o direito de administrar e liquidar as sucessões dos franceses falecidos no Brasil pertencerá ao cônsul da França” – e com a frase isolada criava doutrina nova.

Quebrando a ordem natural lógica e até gramatical da estrutura do artigo, sustentavam os cônsules que o último parágrafo continha a sua disposição principal e não se referia aos anteriores. Quando a expressão “*além disso*”, posta em seu início, cimentava a ligação.

Baseados nessa interpretação mutiladora, intervinham em todos os casos. E a partir de 1860, não houve herança de súdito francês falecido no Império que não trouxesse atritos entre magistrados brasileiros e agentes consulares franceses.

Assim ficavam entregues à autoridade estrangeira em todos os casos o espólio de menores, que eram brasileiros segundo a Constituição.

Em vão o Governo Imperial pretendeu manter a interpretação primitiva, *ex auctoritate comissa*, pela circular de 27 de janeiro de 1864.

Os cônsules estrangeiros defenderam a sua, com a nota coletiva de 1.º de maio.

Tornava-se indispensável um acordo.

Das instruções que tivera em setembro de 1865, Penedo extraía as seguintes bases de negociação, em que não se daria a intervenção do cônsul:

- 1.º – Havendo cônjuge sobrevivente;
- 2.º – Havendo testamenteiro legalmente capaz e presente, nomeado pelo testamento;
- 3.º – Sendo os herdeiros legalmente capazes e presentes;
- 4.º – Tendo o herdeiro menor pai vivo.

Feita exceção absoluta desses casos, o cônsul intervirá nas situações especificadas pelo artigo 7.º da Convenção.

Definia-se por essa forma negativa o desejo do Governo Imperial, cioso de salvaguardar os herdeiros menores brasileiros.

Tal a proposta contida no memorando de 5 de dezembro, apresentado ao Governo francês com dutilidade de argumentação.

Drouyn de Lhuys observou imediatamente a exclusão do cônsul por existir cônjuge sobrevivente ou testamento, como uma inovação nunca formulada antes.

Em diversas conferências, Penedo teve de bater-se com os juriconsultos do Ministério dos Negócios Estrangeiros para vencer a resistência do Governo francês. Este desiste afinal da intervenção quando só houvesse herdeiros brasileiros ou quando ao lado de herdeiros franceses maiores e presentes, houvessem herdeiros menores de nacionalidade brasileira.

As negociações prolongam-se por alguns meses, aparecendo nova base de conciliação proposta pelo Governo francês. A regra a adotar-se seria a dos interesses: se exclusivamente brasileiros, a autoridade local tem toda a administração; se exclusivamente franceses, a administração reverte ao cônsul; se conexos, a atuação pertenceria a ambos.

Nessa proposta feita em nota de 13 de fevereiro de 1866, Drouyn de Lhuys fazia também concessões levadas, segundo as suas expressões, “até aos últimos limites do possível”.

Penedo transmite à chancelaria brasileira um projeto de nota, logo submetido por Saraiva ao parecer de Teixeira de Freitas e Nabuco de Araújo. Seguia aliás o trilho do seu colega francês que havia solicitado um juriconsulto da

Justiça para assistir a todos os debates e negociações do acordo. Teixeira de Freitas aplaudiu a reserva com que as estipulações evitavam a questão da nacionalidade dos menores, filhos de franceses nascidos no Brasil. Foi contrário apenas à estipulação relativa ao cabeça de casal, no caso de ser este o cônjuge sobrevivente.

A Nabuco de Araújo pareciam “aceitáveis estas estipulações, com os detalhes do projeto do Sr. Penedo sobre o que é regulamentar”.

Em 24 de abril, Saraiva autoriza Penedo a concluir o acordo, recomendando não ventilar a questão de nacionalidade ou de domicílio e deixando-lhe na mais ampla liberdade.

A 21 de julho, Penedo firmava em Paris com Drouyn de Lhuys a declaração interpretativa do art. 7.º da Convenção consular entre o Brasil e a França, promulgada por Martim Francisco em 6 de outubro seguinte.

Terminavam as disputas constantes de jurisdição como esse ato, que modificava consideravelmente a Convenção de 1860.

O acordo Penedo-Drouyn de Lhuys determinava a preferência do direito do menor. Se o menor era brasileiro, cessava qualquer interferência do cônsul. Se era francês, cediam os interessados brasileiros e o cônsul assumia a administração da herança.

Achava-se prevista a hipótese de, ao lado de menores franceses, haver viúva brasileira de origem, herdeiro brasileiro cabeça de casal ou herdeiros brasileiros menores, caso em que a administração seria conjunta.

Pelo acordo continuava a aplicação do estado civil do pai ao herdeiro menor, nascido no Brasil de pais franceses, até sua maioridade. Mas o princípio da reciprocidade afastava qualquer violação da soberania territorial, ao mesmo tempo que as concessões mútuas simplificavam o estado anterior, com reivindicações exclusivistas de parte a parte.

Era uma feliz negociação e, na sua circular aos cônsules em agosto de 1866, Drouyn de Lhuys comentava o acordo como o repúdio, pelo Brasil, “das tradições restritivas de outras épocas”.

A seu ver, o Gabinete do Rio oferecia um exemplo liberal aos outros Estados da América do Sul, dispensando aos estrangeiros a proteção eficaz da lei brasileira e, em casos especiais, a intervenção tutelar dos agentes de seus governos.

Na verdade o acordo representava uma transação com as ondas da imigração europeia, abandonando provisoriamente “o sistema de *forçar*

a nacionalidade ao filho de estrangeiro nascido no Brasil”, conforme observou Joaquim Nabuco.

Penedo soubera compreender a confiança inspirada pela ciência jurídica do antigo presidente do Instituto dos Advogados.

O memorando inicial como as notas posteriores trocadas com o Governo francês estão a justificar o saber premiado do Doutor de Oxford.

*

Com o desfecho agradável da questão consular, de interesses econômicos às vezes bem importantes, o Governo francês deixou ao caráter da neutralidade um critério elástico.

O objetivo da diplomacia do Império estava completamente alcançado. As encomendas de armamentos prosseguiram sem atropelos oficiais e os estaleiros em França viam-se livres.

O Ministério da Marinha tinha determinado a Penedo que encomendasse outro encouraçado. Já em 25 de outubro de 1865, dera as providências junto aos Rothschilds, prevenindo quanto ao total do preço de construção do navio.

Devia sair o custo, segundo o orçamento da companhia *Chantiers et Ateliers de l’Océan*, em um milhão e novecentos mil francos.

Feito o contrato, de que se tornaram fiadores os Rothschilds, começou imediata a construção sob as vistas de dois oficiais de marinha brasileiros.

Ao chefe de divisão Henrique Hoffsmith, já em França desde o caso do *Brasil*, viera juntar-se o futuro comandante, o jovem Vital de Oliveira.

Penedo manteve um contato permanente com os fiscalizadores dessa construção naval. Forçado a estar mais em Londres pelos afazeres da Legação, só vinha a Paris para uma reunião com os juristas do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Uma larga correspondência – um dos seus traços marcantes é o correspondente sempre animado de estilo e pontual nas respostas – se produziu em Penedo e Vital de Oliveira.

Uma simpatia e admiração recíproca se desenvolveu entre o diplomata e o militar, que chegaram a uma compreensão perfeita na sua

cooperação. Servindo a mesma causa, na ânsia de aparelharem a defesa nacional, os dois colaboradores não tiveram uma nota dissonante, apesar da rispidez do ministro em matéria de serviço.

Entre Vital de Oliveira e Hoffsmith é que se abriu uma profunda divergência na parte técnica. Para que o informasse do andamento do barco, Penedo tinha outro observador seguro no Sr. Carlos Calvo, cidadão espanhol muito seu amigo e residente em Paris.

Em 6 de junho de 1866, Calvo dizia a Penedo sobre a divergência havida: “El Sr. Vital culpa con fundamento al Sr. Hoffsmith de todas las dificultades actuales, y tiene la conciencia de que los cambios hechos no dejan medio digno de rechazar el buque, a lo ver que está mortificado de que V. lo haya sugetado a la dependencia de un individuo que el juzga mui inferior e incompetente.”

Não era somente vaidade ofendida. Vital de Oliveira é que ia ter a corveta sob suas ordens. O risco do transporte até o Brasil.

E a corveta recebia um batismo, com o nome emprestado à mitologia. *Nêmesis* ameaçava com alguma cousa de agourento...

Penedo declarava *tout court* a Vital: “Não entendo toda essa história – o que eu disse parece-me simples e claro – Hoffsmith fiscalizava a obra, estava aí V. S. em bons termos com ele...” Mais adiante se impacientava: “Este zigzague de suscetibilidades me aflige, porque eu o que desejo é que o serviço se faça o melhor possível, e não tenho tempo para dar explicações e satisfações para inutilidades. Espero que tudo se fará e praza Deus ver-me livre de tanta coisinha que no fundo não vale dois caracóis.”

Vital não queria depender de Hoffsmith e este pedia demissão de fiscal da construção, e tudo por coisinhas que não valem caracóis.

Voltavam às pazes. Colegal em penitência, lhe respondia Vital: “Continuo a marchar no melhor acordo e harmonia, e sem medo de errar, creio que no fim estarei santificado. Se algum dia tiver ocasião, ainda hei de ouvir de V. Ex. muito boas risadas...”

A construção do monitor *Alagoas* andava muito atrasada. Penedo aborrecia-se com as promessas de breve terminação, nunca realizadas.

Vital de Oliveira, na primeira inspeção, encontrou o *Alagoas* encalhado na lama para receber as couraças. A maneira de encalhar lhe parecia tão antiquada e prejudicial, quando todo o maquinismo instalado

a bordo fazia muito maior pressão sobre o fundo. Era um meio usado na província do Maranhão, durante o século XVIII, para encalhar os navios e por falta de diques. Estragava o casco, reconheciam todos, citando-se os exemplos da *Princesa de Joinville*, *Tietê* e outros.

Não lhe agradava a construção francesa. De Rochefort, navegando a bordo da *Nêmesis*, envia uns pormenores pouco animadores sobre o estado da corveta: “À exceção do casco e das âncoras, tudo mais parece que foi feito para navio de cera ou para navegar em um mar de leite constantemente.”

Uma vez pronta a *Nêmesis*, a cautela para não haver embargo ou obstáculos das autoridades – Penedo estava sempre descontando na boa vontade do Governo francês – fez com que todos os detalhes da partida, venda, uso do pavilhão francês para sair de Bordéus fossem cuidadosamente estudados.

Ambos os navios – *Alagoas* e *Nêmesis* – partiam graças à providência de Penedo, com facilidades e consentimento do Ministério da Marinha, além de uma reserva em dinheiro para gastos imprevistos.

De Bordéus, em 12 de junho de 1866, Vital de Oliveira apresenta suas despedidas. Recostado em sua poltrona, Penedo lê umas linhas apressadas:

“V. Exa. me perdoará hoje a confissão que faço, e sem considerar com incenso pútrido, creia, que é uma homenagem que rendo aos sentimentos de meu coração.

“Vi sempre em V. Exa. dois homens bem diversos mas convergindo para o mesmo ponto.

“Particular, V. Exa. prescindirá que eu repita o que todos sabem – amável, cavalheiro, franco e verdadeiro amigo quando depara uma alma irmã da sua, – mas generoso sempre para todos.

“Ministro, – é V. Exa. ríspido algumas vezes, – severo mesmo em seus princípios, mas tem o condão de casar, – de suavizar os rigores do serviço público com a amenidade do trato que infiltra sempre naqueles que servem sob ordens – respeito, consideração subida e acrisolada estima.

“A ambos os tipos, Exmo., rendo hoje meus agradecimentos cordiais e bem significativos.

“Em minha humilde posição que poderei oferecer a V. Exa.? Nada. Unicamente um admirador devotado que se felicitará de ser empregado em seu serviço.

“Sua Patrícia lhe dirige seus votos de estima e reconhecimento; são votos de uma roceira, mas deve aceitá-los porque são sinceros e verdadeiros.”

A espontaneidade vibra nessas palavras simples, penetradas de um entusiasmo cândido, tocante. E o destino conduzia o brioso oficial à morte um ano depois. Morte heróica no combate de Curupaiti, à testa do seu navio, que lhe deu tantas canseiras e trabalhos.

Nunca mais os dois amigos se encontrariam. Entre eles tinha se posto a cortina do desconhecido. Por que não pode acabar essa glória sem tributos de sangue?

*

Quinze anos de ausência bastavam para criar uma legenda. A personalidade do ministro em Londres vivia sempre em foco nos últimos tempos. No Brasil ora surgiam elogios calorosos no Parlamento, ora artigos caluniadores na imprensa.

Diversas questões tinham aparecido capazes de calar ao grande público. A questão Christie e o rompimento espetacular das relações com a Inglaterra. Navios para a guerra do Paraguai embargados pelo Governo francês. E, sobretudo, empréstimos sem conta na praça de Londres, uns atrás dos outros. E a tudo isso sempre ligado o nome de Penedo.

Em 1863 toda gente falara nele, dizendo que ficara riquíssimo, milionário. De comissões no empréstimo entrara em 800 contos, recebidos da mão de Rothschild... e havia gente que espumava de cólera, porque não fora a sua vez...

Defendendo-se corajosamente. Penedo tinha publicado o seu folheto sobre *O empréstimo de 1863*, que exhibia as contas e os detalhes aos olhos de todo mundo.

Quando negociou o empréstimo de guerra em 1865, houve quem lhe aconselhasse nova defesa no mesmo gênero. Ele, porém, estava mais que farto de rabiscar papéis. Pediu licença para ir ao Brasil, o que lhe foi negado terminantemente. O Conselheiro Saraiva exigiu sua continuação na missão especial em França.

Mas o seu amigo João Pedro, agora ministro da Fazenda, aconselhava a vinda ao Rio. Nada como a ação de presença, martelava em suas expansões de velho coleguismo.

Acabada a missão em França, obtinha finalmente a permissão para rever a terra e os amigos. Em setembro já está no Rio e não perde tempo.

Leva ao Imperador sua gratidão pelo título que lhe tinha dado e faz a sua *tournée*, visitando os companheiros de outros tempos.

O Visconde de Abaeté, meio quebrado de velhice, ainda encontra bom humor para recebê-lo. Francisco Otaviano havia abandonado o romantismo por uma fiada de filhos. Areias, desgostado da sorte, roía um emprego na contabilidade do Tesouro. Cotegipe seguia em plena ascensão na vida pública e Sinimbu mantinha suas idéias sobre a imigração dos chins, havendo até promovido uma embaixada especial ao Celeste Império.

O Gabinete tinha mudado em 3 de agosto e subira à presidência do Conselho o rabugento Zacarias de Góis, que também retivera para si a pasta da Fazenda.

Penedo faz-lhe uma visita oportuna, mas Zacarias não está em casa e manda-lhe um bilhete depois, marcando uma tarde para encontrarem-se. Penedo, na conversa demorada, sondou o novo ditador do Tesouro, que se julgava proprietário da honestidade. Os dois homens se teriam afastado com uma repulsa interior, desagradando a um tão vivido na Inglaterra aquela afetação de puritanismo mascarado.

O encontro com o seu conterrâneo Tavares Bastos correu muito mais espontâneo, revendo sua mocidade naquele ardor combativo do autor de *A navegação do Amazonas*.

A Corte estava muito mudada. O Imperador já não bailava nem andava em devaneio petropolitano com a Mariquinha Guedes, como Otaviano lhe informava maliciosamente em 1858.

A cidade crescia e se enchia de gente nova. Muita gente conhecida morrera e Penedo via longe, perdidos no passado, os seus tempos de “leão do Rio”.

Agora nem era mesmo o “*gentleman* de Londres”, de que tanto falava Otaviano. Teria ainda as suas possibilidades junto às damas elegantes, que não recusariam um cavalheiro de maneiras finas, sentindo sempre a perfumes de violeta.

Mas os títulos choviam sobre esse eterno apaixonado do belo sexo. E o “doutor de Oxford” era para afugentar as admiradoras, que passavam de largo, atemorizadas diante desse tabu estranho.

.....
XVIII

O ÓDIO DE ZACARIAS

A PERSONALIDADE do novo chefe do Gabinete era alguma coisa de hierática, difícil de lidar pelas suas convicções apaixonadas. Temperamento rebarbativo, cheio de si mesmo.

Zacarias formava uma nota conventual na política do Império, pelo rigor extremado com que seguia até os próprios erros. Uma testemunha contemporânea traçou-lhe este perfil vivaz: “O *orgulho* eis aí a grande chave de todos os atos do Sr. Conselheiro Zacarias! Ninguém melhor do que ele personifica este pecado mortal! Todos os seus atos, todos os seus pensamentos subordinam-se àquele sentimento, como as rãs fascinadas às serpentes que as magnetizam e devoram!”

Continuando seu esboço, o retratista lembrava o caso de um célebre prefeito de polícia em França que opinava diante de um crime sem razão aparente: *cherchez la femme*. Para atinar com um ato qualquer do ranhento Zacarias bastava *chercher l'orgueil*.

Descontado o entusiasmo das interjeições, resta alguma observação real do caráter de Zacarias, este traço fundamental de orgulho, que explica numerosas de suas atitudes inflexíveis.

Em sátira que correu de mão em mão na época, o poeta estadista liberal Pedro Luís celebrou em versos gostosos a empáfia de:

MESTRE GÓIS

Quando chega o presidente
Do Conselho – fica a gente,
Fica a gente a se babar...
Cheio de partes e ditos,
Em pulinhos tão bonitos!
Vem todo a se requebrar...

É um bonequinho de mola
Tal e qual! Um mestre-escola
De palmatória na mão;
Torcendo de mil maneiras
O nariz e as cadeiras
Dando bolos e lição.

Mestre Góis é de energia!
Para arranjar maioria
Teve uma idéia feliz:
À sombra da pobre guerra,
Pespegou as leis por terra;
Fez a eleição como quis.

Tem talento... a botar fora.
Deputados – não namora.
E nem lhes diz “água vai”.
Passa a perna no Bismarck!
Pois quem tem tão boa claque
Pensa algum dia que cai?

No estilo impertinente
É mestre Góis eloqüente,
Quando fala faz furor;

Grita o povo da moramba:
– *Nunca se viu – É de arromba!*
Oh! – Muito bem! – Que orador.

Mais duas coplas adiante, o poeta resumia suas convicções:

Julga o nobre conselheiro
Que ele é o maior, o primeiro
Por tudo, em tudo... É pimpão!
Jurisconsulto, estadista,
É orador, jornalista,
É tudo – até charlatão”.*

Retrato melhor não se podia exigir dessa “espécie de Catão nacional, respeitável e caricato a um tempo”.

Colocado também na pasta do Tesouro, ia assumir o papel de Cérbero, desconfiado de toda a gente, vendo em cada prestação de contas um alçapão para a sua honestidade.

Penedo, na sua permanência no Rio, mostrou bem a propósito desejo de ser removido para a Legação em Paris. Em Londres havia a contabilidade da Legação, por onde se pagavam todas as demais, além da fiscalização do serviço da dívida externa e os empréstimos novos sempre confiados ao chefe da missão.

Aliás, não era mal visto por Zacarias, que, a respeito do discutido empréstimo de 1863, aprovara a defesa de Penedo então publicada: “Eu apreciei-a, como aprecio tudo o que vem de sua pena; mas em documento saiu o meu juízo formado com segurança, e, já se sabe, em sentido favorável ao meu distinto amigo. A ignorância, mais, muito mais que a má fé pretendeu achar nesse assunto motivo para crítica: o seu trabalho foi de efeito admirável para fazer calar essa má gente.”

Até que ponto essas linhas escritas em 23 de junho de 1864, seriam agora verdadeiras em 1867? Hipocrisia ou opinião sincera?

* Pedro Luís, *Dispensos*, da Coleção Afrânio Peixoto, 1934, pág. 139.

O fato é que Penedo volta para Londres e leva mais uma prova de boas graças do Imperador. Com a carta revocatória de sua missão especial junto a Napoleão III, recebe também a nomeação para presidente da comissão brasileira na exposição universal de Paris.

Os serviços, que prestara na primeira vez, o haviam recomendado para novamente orientar a organização do pavilhão brasileiro em 1867.

Drouyn de Lhuys não deixou passar, no entanto, o momento de distinguir o seu amigo. Na ocasião da entrega da carta revocatória, em 30 de abril, o Imperador dos franceses lhe confere o grande oficial da Legião de Honra.

Publicando a 8 de maio seguinte essa notícia, o *Moniteur Universel* frisava a atuação do jurista, “que regulou, *da maneira mais satisfatória*, as questões relativas a intervenção dos cônsules na gestão da herança de seus nacionais”.

Esse elogio, meio destoante da linguagem oficial, devia acabar de irritar o Barão de Itajubá, ministro em Paris e magoado com a indicação de outro colega para a Exposição.

As intrigas e mexericos, tão freqüentes na luta pela vida, tomam um desenvolvimento especial na vida diplomática.

À testa dos invejosos vivia no Brasil Sérgio de Macedo, amargurado “pelo bem que lhe soube a diplomacia” como ironizava Otaviano. A perda do cargo de ministro em Saint James havia ele de atribuir ao sucessor, fosse quem fosse.

Itajubá, desde que participara no tribunal arbitral da famosa questão do *Alabama*, se julgava fadado a grandes empresas. E via-se, no entanto, desprezado pelo colega de Londres.

Tudo se juntou para a atmosfera do azar.

No dia da distribuição solene de recompensas aos expositores, foi limitadíssimo o espaço reservado para cada comissão. A espanhola não teve bilhetes para as pessoas, que lhe eram adjuntas.

Preocupado em conseguir lugares de honra para o Conselheiro Saraiva, o Sr. Picot e alguns expositores, Penedo não pôde colocar dois dos quatro auxiliares da comissão brasileira. Instigados, esses lhe resolveram escrever cartas injuriosas por motivo tão fútil. Nas mesmas águas seguiram os dois contemplados com ingresso, que não compareceram acintosamente.

O presidente da comissão pediu ao Governo Imperial que os dispensasse e repreendesse. O ministro da Agricultura, Sousa Dantas, manda um ofício que os dispense simplesmente.

Penedo, exigente em matéria de serviço, estava longe de conformar-se a uma posição sem autoridade e envia o seu pedido de demissão, depois de haver conseguido medalhas de ouro para diversos expositores brasileiros.

Ao abandonar a presidência da comissão, chega mais outro aborrecimento. O secretário Pereira da Mota, encarregado de negócios em Londres, fazia-se de instrumento às intrigas de Itajubá.

Oficiando para o Rio, Pereira da Mota pede licença para ocupar todo o prédio de Cavendish Square. E a Secretaria de Estrangeiros autoriza a ocupação, depois de assim ordenar a Penedo.

A esse despejo de sua própria casa, pois que o Governo lhe dava 28 libras mensais para uma residência de £ 36, sem falar na criadagem, Penedo não se podia submeter sem uma ponderação.

Além disso, deixando a exposição em Paris, voltava ao posto e materialmente ficava impossível obedecer a uma ordem esdrúxula.

Em 6 de setembro, responde ao ministro de Estrangeiros, corajoso e sereno, sobre a intimação recebida:

“Permita-me V. Exa. dizer-lhe, com a dignidade de que me prezo, não pode deixar de ser considerada como um fato excepcional nas relações hierárquicas do serviço público e tão desairoso para mim, que, a não ter havido a coincidência que tornou sem efeito a execução deste despacho, eu me acharia, bem que muito a meu pesar, na impossibilidade absoluta de cumpri-lo.”

Era atrás desse gesto de altivez e dignidade que trabalhavam as intriguinhas.

Zacarias serve de órgão aos inimigos de Penedo, mas no seu amor-próprio julga agir sozinho. Manda lavrar o decreto de exoneração do ministro de Londres, assinado a 12 de outubro.

No fim de 16 anos, despedia-se sumariamente, como a um qualquer, o melhor agente diplomático do Império.

*

Vítima do ódio de Zacarias, desde que assinou a resposta mandada ao ministro de Estrangeiros, não sobrava a Penedo nenhuma ilusão.

Previa todos os efeitos da longa paciência dos seus desafetos, incansáveis na demolição. Mas contava sobre os amigos para uma reparação como para o desabafo.

Francisco Otaviano acabava de chegar à Europa e em setembro, perfeitamente ao par da situação política, não se surpreendia com a hipótese do desastre: “Acabo de receber sua carta de 13 e, apesar da gravidade da notícia que encerra, não me maravilhou, porque previa que tantas e tantas sucessivas te fariam, que por fim espirrarias. É incrível que o Sérgio tenha obtido o concurso de certos homens conservadores, que me pareciam sérios, para fazerem coro com Zacarias e o animarem nas suas cóleras ineptas contra ti! Mas tenho *certeza* que no Rio me escreve pessoa imparcial.”

Guardava o segredo do amigo, que não queria assustar a família, francamente oferecendo seu apoio: “Conta comigo, porém, para qualquer encosto de ombros que te seja preciso.”

A bela amizade, que unia Otaviano a Penedo, não o impedia de dizer uma verdade, logo confirmada em novembro seguinte.

Quando soube de sua demissão, Penedo teve bastante altivez para não implorar nem se humilhar.

Inteligência combatida, mal havia chegado à França, Tavares Bastos adoeceu gravemente em Bordeaux, transportando-se para Nice em estação de cura. Isso não obistou, porém, a que felicitasse o seu conterrâneo pelo acontecido.

Em 2 de dezembro, escrevia a Penedo comentando a sua demissão: “Não são os pêsames, que venho manifestar a V. Exa.; peço licença para exprimir-lhe a satisfação de ver V. Exa. libertado do peso dos nossos governichos do Rio de Janeiro.”

Mesmo doente, com a mulher tísica, Tavares Bastos continuava opositorista feroz. “Libertado do peso dos nossos governichos.”

Penedo seguramente pensava de diversa maneira, apesar dele também haver sido um terrível opositorista em 1848, derrubador de gabinete.

É que agora se via pai de família, acostumada a bom trato e muito gasto. Dos três filhos o mais velho, o Chico, já vivia à sua custa, com um cargo de adido de Legação.

Mas sobrava o Artur, que acumulava dívidas para “o Sr. Barão pagar”. E depois de liquidada uma pilha, outras maiores vinham da casa de modistas. Carlotinha mantinha-se elegante em rodas luxuosas. A Baronesa acompanhava o fausto do marido. Um quarto filho, temporão, arrancara piadas muito salgadas a Cotegipe, surpreso com a resistência do Moreira... O pequeno Alfredo enchia o casal de preocupações.

Os Penedos tiveram em Londres um Natal triste nesse ano de 1867.

*

Depois de ter embarcado a família para o Rio, ficou em Paris à espera dos acontecimentos. Contava com a reação dos amigos para voltar à carreira e se sentia agora imprestável para a luta política.

Afinal começar de novo como deputado não lhe sorria. Que podia fazer um deputado? Vinha de passar muitas semanas na companhia do seu conterrâneo Tavares Bastos, e que lhe dizia ele sobre política no Brasil? Desanimador.

Quando em 30 de abril de 1868, Bastos deixou a Inglaterra, percebia-se na sua despedida um tom de nauta desarvorado:

“Sinto não poder abraçar a V. Exa. antes de partir; consola-me a certeza da sua estima, com que tanto me honro, e a crença de que V. Exa. conta um amigo neste criado.

“Se vou para o matadouro da Câmara, não é com a esperança de um êxito satisfatório, mas firme e resoluto no meu pensamento de não aturar os imbecis que nos governam e que nos hão de governar.

“É uma luta inglória, e que não me deixará muitos anos de vida, mas, *como é por gosto*, pouco importa.

“Confesso a V. Exa. que regresso ao Brasil triste e *pensaroso*. De-
testo aquela vida política do nosso país, mas... não posso abandoná-la:

“Tecum, et sine et vivere possum.”

O pobre Bastos andaré satisfeitíssimo em Londres, encantado com a vida parlamentar e a democracia inglesa. Contento com a confusão da grande cidade e entusiasmado com a observância da Constituição não escrita...

Vira que era uma realidade o sistema do “rei reina mas não governa”, e as eleições davam a medida da vontade popular. O contraste tornava-se chocante com o sistema parlamentar brasileiro.

Enquanto ele percebia isso agora, durante alguns meses de convívio com a Grã-Bretanha. Penedo se achava mais que senhor da situação nos dois países. Doze anos de observação política na missão de Londres!

Preferia deixar-se em Paris, até passar a atmosfera *zacariada* do Rio.

Ficava surdo a todos os acenos que lhe dirigiam, mesmo quando partidos de um amigo velho e seguro como Abaeté. Então na presidência do Senado, o visconde lhe escrevia em 7 de novembro de 1867: “Não sei se há males que vêm para o bem. Assim diz o adágio antigo.

“Eu creio que era tempo de V. Exa. vir servir de mais perto ao seu país, e estou convencido de que assim há de acontecer – confundindo os seus adversários, a quem os seus talentos e serviços parece que tiram o sono.”

E Abaeté pedia que, na vinda para o Brasil, Penedo trouxesse um exemplar do relatório, que os presidentes da Câmara dos Comuns apresentavam no fim de cada sessão dos trabalhos legislativos. Por esse modelo queria medir o seu, apresentado desde o primeiro ano na presidência do Senado.

Satisfez o pedido nessa parte, não falando em regressar a uma profissão abandonada, tanto mais que se preparava para reivindicar seus direitos.

O regulamento diplomático, de que ele mesmo foi co-autor, segundo os desejos de Visconde do Uruguai, determinava que, depois de dez anos de serviço, o funcionário só era demissível mediante parecer do Conselho de Estado ou sentença do tribunal competente.

Ressaltava a violência do ato cometido pelo Ministério Zacarias e queriam forçá-lo a solicitar a própria demissão.

Otaviano, de passeio em Londres, punha o amigo a par da situação e dos rumores: “Hoje é sabido que o atual ministro em Paris [Itajubá] te preparou em grande parte a indisposição do Zacarias e de outros. Com o seu gênio intrigante, invejoso e pequenino, andou mentindo a respeito de tua posição na Inglaterra e forjando contos de verdadeiro Mefistófeles.” E mais adiante: “Veio comigo o Rosário empregado do Tesouro, incumbido

de destacar da Legação tudo o que diz respeito a dinheiro. O Zacarias quis arrasar tudo...”

Concluía animadoramente: “Entretanto não deves (no meu fraco entender e de amigo verdadeiro) dar-te por achado da alfinetada do Zacarias. Como *alguém* não consente na tua exoneração e a reputa mesmo um desserviço ao país querem forçar-te a pedir tu mesmo a demissão. Não caias em tal; não dês esse gosto ao farsola do Sérgio e de teus detratores. Espera uma mudança ministerial de modo que saias com vantagem e honra.

“Ao ouvido te direi coisas que te hão de lisonjear, e que ouvi a *Alguém* a teu respeito – naturalmente para que eu tas repetisse.” (Carta de 7 de julho de 1868.)

Esse *alguém* a que se referia Otaviano era o Imperador em pessoa, nada satisfeito com a exoneração de Penedo. Diziam os freqüentadores do Paço que a Princesa Isabel estava ao lado do perseguido. Uma prova concreta do agrado imperial surgiu mesmo com o título de viador da Imperatriz, conferido a Penedo em junho de 1868.

Motivo de satisfação não menor foi a discussão travada no Senado do Império entre Cotegipe, Sinimbu e Zacarias na sessão de 16 de julho.

Durante um debate de várias horas só se falou na demissão do Barão do Penedo.

Cotegipe agitou a câmara dos velhos com os seus sarcasmos, chamando a explicações o presidente do Conselho. Durante muito tempo, tinha ele acreditado nas razões frívolas para demitir um brilhante servidor do Estado. Não ter querido entregar a casa da Legação ao secretário nem haver permanecido na Exposição de Paris. Verdadeira roupa suja, como um aparte classificou. Mas o Sr. Zacarias se esquecera das razões oficialmente dadas e declarara na véspera que ele, ministro da Fazenda, não serviria com o Sr. Barão do Penedo em Londres.

Se essas palavras contêm uma insinuação injuriosa, viesse o Sr. Zacarias explicar-se, sem o que não poderia escapar à pecha de desleal para o Sr. Penedo. Pois fora o Sr. Zacarias quem se opusera aos desejos da transferência de Penedo para Paris.

Dar a surpresa dolorosa de uma demissão a um homem de brio, que havia cumprido com o dever, era não somente desastroso mas anti-

diplomático. “Se a diplomacia calça luva de pelica não é para descarregar mão de ferro em um cidadão ilustre, cheio de serviços, que se achava em país estrangeiro desempenhando missão tão importante.”

Citava a interpretação do Sr. Tavares Bastos, deputado pelas Alagoas, que perguntava ao ministro da Agricultura se a criação de uma Delegacia do Tesouro em Londres importava em desconfiança para o Sr. Barão do Penedo. O ministro da Agricultura respondeu que o governo tinha toda confiança no Sr. Penedo e acabara lhe fazendo tantos elogios que por fim suprimiu o discurso dos *Anais*...

Sem querer obrigar o Governo a ter confiança no ministro em Londres, o que censurava eram os subterfúgios e manejos para chegar ao fim desejado.

Embalar com provas de confiança e ao mesmo tempo descartar-se por meios tortuosos.

Depois pede a palavra Sinimbu, que desenvolve uma argumentação jurídica, provando a ilegalidade do ato do Governo em confronto com os dispositivos do regulamento diplomático. Traz o seu parecer de antigo ministro dos Negócios Estrangeiros para demonstrar como a demissão se processou irregularmente. “Estou tão convencido da ilegalidade de sua exoneração que tenho grande pesar não tenha ele recorrido dessa injusta decisão para o Conselho de Estado, porque estou certíssimo que nessa respeitável corporação acharia ele a devida reparação.”

Na Câmara, Tavares Bastos e no Senado Cotegipe, Sinimbu, todos acorrendo em sua defesa quando se achava no estrangeiro demitido – era uma exibição de prestígio que Penedo alcançava só pelos seus dotes pessoais de sedução.

O debate travado no Parlamento em torno de seu nome mostrava bem que já formava uma personalidade nacional.

Quando recorreu ao Conselho de Estado, reclamando a aposentadoria concedida pelo Regulamento, encontrou parecer favorável de Nabuco de Araújo, que foi vencedor contra a opinião de Zacarias.

O ódio de um fazia assim aparecer as amizades de dezenas.

Penedo dispunha-se para esperar a mudança do Ministério que devia andar próxima segundo informações recebidas do Rio por Mr. Clark, correspondente do *Jornal do Comércio*.

Por uma carta de Otaviano, a coisa se achava no terreno da combinação: “Caxias escrevera a seus amigos para *sustarem* a guerra ao Ministério até que ele [Caxias] viesse da guerra. Naturalmente que primeiro que o Zacarias o despache duque e *feldmarechal*, porque será feio que ele se despache a si próprio.”

Realmente a 16 de julho, dois meses depois, dava-se queda do Ministério Zacarias e a nomeação do Gabinete constituído por Itaboraí. Para a pasta de Estrangeiros fora José Maria da Silva Paranhos, antigo colega de Penedo na Câmara de 1848. Na Marinha, Cotegipe.

Em 4 de novembro, Penedo era posto em disponibilidade. Ligeira reparação para uma grande injustiça.

.....
XIX

AMIZADES E AMORES

O

GESTO do Gabinete Itaboraí o colocava em melhor posição moral, remediando a violência de riscar do quadro diplomático um dos seus nomes mais ilustrados, com um ativo não pequeno de serviços.

Penedo, em começos de 1869, prepara-se para reunir-se aos seus. Chegavam do Brasil notícias sensacionais da política dos conservadores no poder.

No Pará, no Paraná e todas as províncias, onde a eleição municipal foi dos adversários, os presidentes anulavam provisoriamente o pleito, até alcançar a sanção imperial.

O resultado foi a consulta recebida pelos chefes liberais Otaviano, Nabuco e Furtado, procedente de quase todos os cantos do Império, se na eleição de janeiro se devia lutar armado. Consulta perigosa, porque o país se achava em guerra com o Paraguai, e seria a calamidade uma perturbação interna.

Para evitar a luta só havia a alternativa da abstenção. Abster-se das eleições era limitar a escalada dos postos a uma só facção partidária.

Mas não foi outro o caminho seguido pela circular ao partido, saída nas colunas do *Jornal do Comércio*, em 22 de novembro.

Da Corte escrevia nessa época o liberal Otaviano, com um sopro recente das liberdades inglesas: “Ah! meu Penedo, quanto eu tivera lucrado, se aqui não viesse! Sou obrigado a tomar parte em um movimento, de que são mais culpados os meus amigos por não terem no tempo em que governavam aliviado o país do gravame de leis despóticas da tutela do Imperador com os seus afilhados. O vício não está somente nos homens, está mesmo nas instituições. Em que dará tudo isto? Não sei.”

Quando uma das grandes inteligências mentoras da política nacional manifestava essa desilusão dos homens e das instituições, não seria momento animador para outros a ela regressarem.

Tal o caso do antigo deputado pelas Alagoas, diplomata cheio de saúde e vontade de servir, posto à margem pela perseguição do *liberal* Zacarias.

A verdade é que os dois partidos, tanto conservador como liberal, ainda não possuíam um programa de ação continuada. Agiam ao léu dos acontecimentos sem diretriz administrativa. Opondo-se é que os dois se definiam. Reconhecimento apenas de antagonismo.

Antigo filiado ao Partido Conservador, de cuja minoria fora um dos chefes na Câmara de 1848, o tato e a experiência de Penedo o aconselhavam a pender para um terreno neutro. Os seus melhores amigos bipartiam-se dentro de uma simetria quase voluntária, propositada.

No setor liberal, Sinimbu e Otaviano, sem falar em Nabuco. No lado conservador, Cotegipe e Rio Branco, além do Visconde de Abaeté.

Tudo isso o fazia inclinar para o lado mais prático do Poder Moderador. Sempre gozou da confiança e das boas graças de Pedro II, que o demitiu forçado pelas instâncias do Ministério Zacarias.

Chegando nessa grave crise política de 1869, Penedo manteve a sua posição, de afastado da luta partidária durante dezoito anos.

Se fôra vítima dos liberais, como tomar partido contra o seu compadre Sinimbu ou contra o seu amigo fraternal Otaviano?

A nota afetiva não entrava por pouco na formação moral de Penedo. Apesar dos traços de sarcasmo que transparecia de sua palestra, era um temperamento voltado para o mundo exterior, ansioso de convívio social e incapaz de odiar.

Comunicativo e generoso, o seu caráter não deixava de mostrar asperezas ou intolerâncias quando se punha em jogo a sua dignidade pessoal. Era um ponto vivo, de sensibilidade apurada, com reação imediata. A sua demissão fora provocada pela sua declaração altiva de não poder cumprir uma ordem humilhante, como entregar a um subalterno intrigante a residência que por direito lhe pertencia.

Viesse a demissão por ato de insubordinação, segundo protestou Zacarias com o pensamento nas contas da Legação e nas comissões de empréstimos.

Mas o inquérito a que havia mandado proceder nas escritas da missão em Londres, confiada ao Sr. Rosário, nada revelou contra o ministro.

E era senhor de sua honestidade que o Barão do Penedo atravessava os salões da Corte, admirado pela sua independência de atitudes e pela polidez de suas maneiras.

Um acontecimento de repercussão mundana trouxera alegria e mais prestígio aos Penedo. Carlotinha ia casar muito bem, velho ideal de toda família burguesa. Dizia-se que o casamento não era só de amor. O noivo, mais velho alguns pares de anos, tinha bastante fortuna e posição excelente na Corte.

A 2 de março de 1869, realiza-se a cerimônia. Um afluxo enorme de povo e a nata da sociedade vinha presenciar o casamento de Carlotinha com José Caetano de Andrade Pinto, mordomo do Imperador e conselheiro do Império.

O Visconde de Abaeté, que fora convidado para testemunha do casamento, não pudera comparecer. Andava doente mas até às vésperas, em 28 de fevereiro, tinha demorado a comunicação da sua ausência forçada. Velho ainda guardava muita de vaidade de janota: “Infelizmente para mim o meu médico proíbe-me que eu me calce e vista, não sendo inteiramente à moda da roça, ou como vilão em capa de sogro, e neste caso bem vê V. Ex. que eu não devo aparecer em festa tão *esplêndida*.”

Era o mesmo homem protocolar e preocupado das aparências, que deviam cercar a envergadura de um presidente do Senado do Império. O mesmo homem que certa vez não respondera à saudação na rua de um então cronista do Parlamento (Machado de Assis), seu amigo e admirador,

porque a pressa o obrigara a tomar um simples tálburi, nada compatível com a representação requerida por uma carruagem senatorial...

Preferível não cumprimentar e fazer o jornalista pensar que fora vítima de um equívoco.

Abaeté representava a tradição de um antigo chefe conservador, que a todos os respeitos necessitava impor-se à falange adversária.

Nesse ano de 1869 é que se processa um notável movimento reformista, a fusão de todos os liberais – progressistas e históricos – num só partido, o novo Partido Liberal, que com este nome vai durar até o fim do Império.

A nova organização processa-se sob a chefia de Nabuco, Zacarias, Teófilo Ottoni, Francisco Otaviano, Sinimbu que firmam um longo e brilhante manifesto, com doze artigos básicos ou essenciais de seu programa, reformador dentro da esfera constitucional.

Entre seus pontos mais importantes se incluíam a responsabilidade pelos ministros dos atos do Poder Moderador. A máxima bem inglesa *o rei reina e não governa*. A descentralização no sentido verdadeiro do *self-government*, emprestando ao município toda a vitalidade de ação. As garantias efetivas da liberdade de consciência e a máxima liberdade em matéria de comércio e indústria, com a extinção dos privilégios e monopólios. A independência dos magistrados como condição base da independência do Poder Judiciário. A redução dos efetivos militares em tempo de paz.

O próprio Senado – apesar dos signatários do novo programa serem seus componentes – via-se atingido na sua inamovibilidade, para acabar com a oligarquia e estabelecer a igualdade diante da Câmara móvel.

O Conselho de Estado deixaria de formar um corpo político para constituir simples mola auxiliar da administração.

Em tal programa a elaboração principal fora de Nabuco, seguida logo de Sinimbu e Otaviano.

Sinimbu – que sempre revelou uma grande afinidade espiritual com Penedo – tinha todas as qualidades para ser um Gladstone nacional. De uma integridade irrepreensível, representava bem o “tipo de estadista inglês da época vitoriana, mesmo no físico, austero e ao mesmo tempo imbuído da doutrina liberal, de uma eloquência um pouco antiquada, mas de planos ousados”.



Conselheiro ZACARIAS



*Conselheiro F. DE PAULA E SOUSA
Senador do Império*



CARLOTA DE ANDRADE PINTO
filha do Barão do Penedo e auxiliar de sua correspondência

Otaviano acabava de chegar da Inglaterra, onde recebera um banho lustral de liberalismo e se dispunha a todos os sacrifícios. Percebia-se que fora bem dele a inclusão da máxima constitucional britânica, rebelado contra a “tutela do Imperador com os seus afilhados”. Era um Lloyd George, vindo do povo e avesso aos privilégios de casta.

Quem não sente entusiasmo com a nova ordem de idéias na política do Império e consolida então a sua neutralidade é a figura de Penedo.

Logo quando nomeado para ministro em Washington, pensava em voltar a ter assento na Câmara baixa, se saísse mal da experiência diplomática.

O êxito nunca o fez todavia desprezar uma cadeira no Senado, como representante da sua província das Alagoas.

Com o programa liberal, no entanto, a Câmara alta perdia aquele atrativo do lugar vitalício, verdadeiro seguro de vida para os envelhecidos nas lutas partidárias.

Ainda que nunca se realizasse, essa ameaça já bastava para perturbar o cochilo dos velhos, tirando o gozo do usufruto tranqüilo.

Por princípio ou por acomodação, Penedo não se deixa levar pelo canto das sereias. Prefere sofrer o instinto até um porto seguro...

Também não o seduziram as restrições ao Poder Moderador, com quem pessoalmente se achava em bons termos, nem a diminuição do papel do Conselho de Estado.

Isso não o impedia de conservar as relações dos chefes liberais mais arreatadores, entre os quais se achavam exemplos dignos de merecerem a qualificação, gasta em linguagem religiosa, de edificante.

Otaviano pelo casamento entrara na posse de uma fazenda próspera e gastara os últimos vinténs na política, que então ainda não enriquecia os seus oficiais.

As eleições minavam as finanças. Já no começo do mês se achavam no estado desse bilhete apressado, escrito a 2 de outubro de 1869, em plena campanha reformista:

“Moreira.

“Esperei por ti para te pedir um favor, mas a barca insta e vou-me. Preciso hoje de 270\$ que te restituo a 15, quando o Viana me paga uma letra. Arranja-me esse dinheiro e entrega-o ao Areias, porque às três horas preciso dele.

Teu
Otaviano.”

O resgate da “importância” de 270\$ ainda assim era postergado para uma quinzena depois... Penedo natural que entregou a Areias a quantia.

Por um momento revivia a antiga camaradagem das reuniões no escritório de Carvalho Moreira, quando ali se juntavam – além dos estagiários como José de Alencar, Otaviano, Areias – o que a mocidade tinha de mais intelectual como Sinimbu, Vanderlei, Ferraz.

Um acontecimento inesperado vinha no entanto perturbar a harmonia completa entre esses companheiros na luta pela vida. É que justamente recai sobre Areias, depois Visconde de Ourém, a nomeação de ministro na Corte de Saint James.

Embora Penedo não se julgasse proprietário do posto, havia certa maldade do destino em escolher para seu sucessor em Londres justamente um antigo auxiliar e amigo.

Mas Areias não recusa a nomeação, malgrado seu aversão a todos os assuntos financeiros, embora ele próprio não escondera a Penedo tempos atrás, em carta de outubro de 1858: “Devo confessar-lhe que apesar de incumbido de um cargo no Tesouro não tenho queda para as finanças; tenho estudado mais a questão administrativa e a judiciária, do que especialmente a financeira. Tenho feito mal nisso, mas por ora não sinto inclinação alguma para tais estudos.”

Com a nomeação é evidente que a inclinação brotou do dia para a noite. E em 1870 Areias assume a Legação em Londres, onde o trato das questões econômicas igualava em importância a matéria política.

Passava também o desânimo de que se vira atacado, doente, com a família aumentando, sem a fortuna sorrir. E de vez largava a rabulice.

Instalado agora como nunca, procuraria tirar o proveito máximo da situação. Somente questão de oportunidade.

*

Em junho de 1870, Penedo já se achava em Paris, tendo deixado o Brasil com a decepção de ver malograda a sua reintegração em Londres.

E partira sozinho, sem os seus que seguiram depois para desolação de Otaviano, cuja senhora se tomara de grande afeição pela Baronesa. “Aqui ficamos nós condenados a uma sociedade de mexericos, a um governo de despropósitos e a um rei de copas.”

De mexericos é que novamente se enchia a sociedade da Corte, livre enfim do pesadelo da guerra do Paraguai.

Sobre Penedo, “leão do Norte”, em disponibilidade, chegavam novas de seus amores em Paris: “E tu? Como vais? Como vão as nossas namoradas aí? A propósito, uma das que vieram para o Rio, diz-se que tem tido ataques e desmaios de saudades tuas: já vês que me refiro à mulher do Bento Martins, por quem, manganão, andavas perdido.”

E insistindo sobre o grande fraco do amigo, Otaviano terminava pitoresco a sua carta: “Mando um caixão de goiabada de duas qualidades, cada qual mais precioso. Uma dessas qualidades me foi oferecida por uma bela rapariga de 18 anos, de Campos, que assistiu ao trabalho da goiabação e até nele tomou parte com suas mimosas e alvas mãozinhas. Vês que tem algum mérito.

“Adeus, querido. Goza das delícias da família, que recobras. Como vais ficar velho e babão tendo de apresentar na sociedade um... neto!”

O casal Andrade Pinto vira nascer o seu primeiro filho, o Arturzinho, que iria comprometer a idade do avô, sempre bem tratado e elegante, amigo de moças e sonhando com a juventude eterna...

A verdade é que a Baronesa ia encontrar, graças a um esquecimento, as provas inegáveis da sua infelicidade conjugal. Encontrara em um gavetão do marido diversas fotografias de uma dama londrina, com as dedicatórias mais amorosas.

Esse acaso quase degenerou em tragédia. Houve uma ameaça de separação. As explicações do esposo convenceram mais ainda a pobre Baronesa de que se tratava de uma antiga amante. Se não fosse a mediação dos filhos, estaria desfeito o lar acolhedor.

Quem traduziria na mocidade aqueles versos eróticos das “Idades do Homem”, sabia bem o destino triste que a natureza reserva ao instinto, depois de preservada a conservação da espécie. E tratava de aproveitar.

Corria aliás em Londres que o ex-ministro do Brasil tinha a sua *garconnière* em nome de outro amigo, para salvar o decoro da representação. Depressa compreendera Penedo a extensão da hipocrisia inglesa que exigia a maior moralidade em público, deixando passar todos os excessos a portas trancadas.

Estava muito presente no seu espírito o caso de Byron, exilado pela intolerância das aparências, cujos versos José de Alencar declamava tempos atrás no seu escritório de advocacia.

E o Príncipe de Gales, o futuro Eduardo VII, para quem o Marquês de Soveral, ministro de Portugal em Londres, tinha de fazer sempre uma coletânea de historietas e novidades – era dos que apreciavam a companhia de Penedo, fino, sarcástico, enamorado do belo sexo. Às vezes, o Príncipe e o diplomata chegavam a combinar juntos excursões a Paris.

A Baronesa do Penedo tinha mesmo de se conformar com a sorte, à espera do futuro.

*

A permanência em Paris não se apresentava a Penedo sob a forma de uma estação de gozo, senão como meio de, um momento para outro, ser aproveitado em qualquer missão diplomática. Sobretudo em França, onde estivera com sucesso acreditado junto a Napoleão III, as ocasiões se apresentariam mais facilmente.

Decorriam, porém, os anos e se sucediam os gabinetes sem sair ele da disponibilidade inativa, do longo e injusto esquecimento. Para um homem capaz e ativo nada existe de mais aniquilador do que a permanência forçada à margem da vida.

Quando caiu o Ministério S. Vicente, cuja duração precária foi de seis meses, subiu ao poder o célebre gabinete de 7 de março (1871), dirigido pelo Visconde do Rio Branco. Na pasta de Estrangeiros, o Conselheiro Manuel Francisco Correia. Na pasta do Império, João Alfredo.

Se contava com as simpatias de João Alfredo, parecia mais que segura a amizade de Rio Branco. Penedo julgava afinal chegada a sua hora. Um trabalho bem-feito e estaria de novo chefiando em Londres a missão mais importante do Império.

Duas circunstâncias vinham ainda contribuir para esse objetivo.

O Conselheiro Areias (ainda chegaria a Visconde de Ourém o antigo estagiário) esquecera ao que parece a respeitabilidade do seu título e andara tomando conselhos desastrados da mulher.

Em fevereiro de 1871, Areias negociava em Londres um empréstimo de 3 milhões de libras com os Rothschilds. As condições haviam sido péssimas para um país que acabava de ganhar a guerra. A emissão feita ao preço de 89%, num prazo de 6 meses, juros de 5%.

E por esses 3 milhões de libras o Brasil deveria pagar o valor nominal de £ 3.459.600. Quase meio milhão de libras a mais, entre comissões e descontos, sem falar nos juros!

Condições quase idênticas à do combatido empréstimo de 1863, negociado depois de sucessivas operações externas (1858, 1859, 1860) e quando os possuidores de títulos brasileiros não sabiam o que fazer: vender os antigos, comprar os novos ou aguardar os novíssimos.

A triste verdade é que o Brasil continuava a trabalhar para os Rothschilds...

E o Conselheiro Areias ainda recebeu, por conselho da esposa, uma boa porcentagem do empréstimo. Começavam os murmúrios contra a fortuna rápida do antigo escriturário do Tesouro...

Por outro lado, a viagem do Imperador à Europa em 1871 permitia nova aproximação de Penedo.

O próprio Areias viu-se obrigado a transmitir um convite do Duque de Nemours para que ele tomasse parte num almoço íntimo, oferecido a 2 de julho em Burhy Park, em honra de Suas Majestades.

E Pedro II conhecia bastante os homens para ver a diferença que se tornava gritante entre o seu antigo enviado e o atual.

O fato concreto foi desaparecerem as últimas nuvens da intriga entre o Soberano e o seu caluniado representante.

Menos de um ano depois, em 5 de fevereiro, escrevia ele a Cotegipe, então em missão especial no Paraguai: “Pelo lado do Imperador, hoje só tenho motivos para firmemente crer que não encontrarei a menor oposição. A sua viagem à Europa trouxe-me a vantagem de *casser la glace* entre nós, como se diz, tornando-nos bons amigos como dantes, e o nosso encontro e diárias entrevistas deram-me a convicção que ele desejará reintegrar-me em Londres, e fará quanto dele depende, reconhecendo a razão por que insisto em querer essa reparação com a completa *Ubi tollere ibi condere*.

“O Imperador sabe da minha intenção de ir ao Brasil, não se lembra porém quando finda a meu quinquênio fatal...”

Essa a preocupação maior de Penedo, “o meu quinquênio fatal”. De acordo com o regulamento diplomático de sua autoria, como lembra a Cotegipe, depois de cinco anos de disponibilidade inativa seria o funcionário riscado do quadro: “*Patere legere quam tu ipse tuleris!!!* Creio que sabes ter sido o autor desse Regulamento a pedido do Visconde do Uruguai.”

O defeito de muitos legisladores está em se esquecerem de que o rigor excessivo da lei pode um dia ter aplicação neles mesmos. E Penedo reconhece, dizendo *mea culpa*.

Contava, porém, com o seu compadre que, por um *coup d'éclat* na política internacional, assumia aos poucos a posição predominante nos negócios internos. E Cotegipe havia lembrado o nome do amigo para representar o Imperador na questão arbitral do *Alabama*. A candidatura de Penedo saíra, porém, derrotada pela escolha de Itajubá.

Cansado da vida de cigano que era obrigado a levar, correndo a Bélgica, Alemanha e Inglaterra, Penedo não pode mesmo estacionar agora em Paris, que é o único ponto onde não se sente exilado.

Ainda de Paris se dirige a Cotegipe: “Não poderia supor que a minha vida seja outra senão a mesma que tenho tido desde fins de 1867! Atirado aos lobos como cavalo magro de cossaco e condenado à imprestabilidade; desde então até hoje eu me julgaria exilado se não vivesse aqui.”

Mas a vida de cigano vai continuar por muitos meses, meses que pareciam uma eternidade.

Em julho de 1872, parte para o Brasil já desesperado de conseguir o seu posto.

Apesar de ter quebrado os gelos que o separavam de Pedro II e contar com a boa vontade de Rio Branco, a oposição do ministro de Estrangeiros estragava tudo.

O Conselheiro Manuel Correia era um homem eminentemente honesto e cheio de escrúpulos. Gozava de prestígio no Governo e fazia resistência passiva à recondução de Penedo para Londres. Formava no grupo que acreditava nas histórias de Zacarias. Nas porcentagens escandalosas dos empréstimos.

Quando Cotegipe viu que Penedo não queria recomeçar a vida como deputado, apesar do apoio dado à candidatura pelo próprio ministro do Império, volveu todas as suas baterias sobre o Conselheiro Correia.

Dirigindo-se a Penedo em 20 de agosto dizia Cotegipe: “Não tive resposta do Rio Branco; mas tive-a do C. (Correia) e a verás na carta junta que me devolverás. O seu *embaraço* é cômico. Estou contigo – que se ele puder embaraçar por meio da *inércia*, não terás voto decisivo, especialmente se *perceber* que há *interesse* maior.”

Referia-se ao interesse dispensado pelo Imperador e mais adiante Cotegipe transcrevia o trecho da carta de Correia: “Fiquei muito *embaraçado* com o instante pedido de V. Ex.^a a favor do seu especial amigo o Sr. B. de Penedo. V. Ex.^a deve acreditar que o desejo servir, e se neste caso – dada a hipótese, que V. Ex.^a prevê, não o puder fazer espero que V. Ex.^a não atribuirá isso à má vontade minha, que não pode haver.”

Cotegipe comentava chistoso: “Hum! Compreendes? Acho prudente a resposta...”

Em 10 de setembro tinha ele a resposta do presidente do Conselho, logo transmitida ao seu amigo cada vez mais inquieto: “Cumpra pois que tenhas paciência, e procure alguma distração ao espírito, seja qual for. Rio B. escreve-me o seguinte:

“Não tenho senão a melhor vontade para com o Penedo, mas não se deu ainda a vaga. Sei que V. escreveu ao meu colega: continue oportunamente com o seu jeito. A pressa em tais casos é má, e o barão mostra-se muito apressado. – Temos pois os dois principais votos. Esperemos.”

Como não se ia mostrar apressado quem corria o perigo de ver-se demitido para sempre de sua carreira? E ter de recomeçar a vida aos 57

anos de idade? O “qüinqüênio fatal” expirava dois meses depois, a 21 de novembro, e o Barão estava razoável na sua insistência.

A realidade parecia afinal ajudar. Rio Branco falara em haver vaga e a exoneração de Areias por que ouvira os conselhos da mulher, recebendo comissão do empréstimo, deixava o campo livre.

Ainda na Bahia, onde o prendiam as lutas eleitorais, Cotegipe volta à carga. Disposto a brigar e a romper, num lance de dedicação. São dele estas linhas ao “caro Moreira”, em 9 de novembro: “Apenas li a notícia da exoneração do Ourém, que foi para mim surpresa, escrevi a Correia e Rio Branco em termos, que não deixam outro alvitre, se não for servido, senão *brigar*. Entretanto confio em que o Rio Branco conseguirá vencer a relutância injustificável do Correia, especialmente se for *soprado* pelo Imperador.

“Enfim o homem está tomando ao sério sua influência, não reconhecendo o favor, que lhe fazem deixando-o, onde não deveria estar.”

O certo é que não será pela mão do Conselheiro Correia que o amigo do grande chefe baiano tornará a Londres. Em 28 de janeiro de 1873, por diversas causas entre as quais terá figurado o caso Penedo, Correia demite-se.

Seu lugar passa a ser ocupado por Carneiro Campos, Visconde de Caravelas. Avaliando bem a utilidade de quem já lhe prestara serviços quando ministro da Fazenda em 1864, Caravelas oferece uma alteração radical do problema. Em vez de inércia é a vontade atuando.

Em 7 de março, Torres Homem poderá pilheriar com o Barão ausente: “Sr. Barão das moças. Segundo o meu cálculo antes de quarta-feira próxima estará V. Ex.^a habilitado a ir namorar em Londres como ministro ‘quanta inglesa tuberculosa lá encontrar’. O otimismo de Inhomirim (Torres-Homem) vai em ponto crescente. No dia 21, a sua linguagem torna-se triunfal. Num bilhete feito às pressas do Senado bradava ele: “*Le jour de la gloire est arrivé!* As dificuldades estão vencidas! Amanhã se o Imperador descer, é apresentado o seu decreto. No caso contrário, o V. de Caravelas irá levá-lo à assinatura imperial. E’ negócio que deve ficar decidido em três dias O ministro autorizou-me a dar-lhe a notícia. O nosso amigo comum Cotegipe, a quem acabo de comunicar

isto mesmo, diz-me que breve lá irá conversar sobre este grande acontecimento.”

Torres-Homem acaba perguntando “como vão os pulmões tuberculosos” de certa dama.

O Barão não esquece nunca o perfume de violeta nem o cálice de arinto. Perfume e vinho reclamam pelo complemento feminino. Não “tuberculoso” como queria o romantismo de Torres-Homem mas sadio e moço, segundo os hábitos ingleses.

Se falhava nesse ponto o prognóstico do médico, andavam mais acertadas as previsões do político. A 5 de abril, sai assinada e publicada a nomeação de Penedo para ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha.

Chegando a Londres em 17 de maio, dá-se pressa em mostrar seu reconhecimento a Pedro II, logo alguns dias depois:

“Senhor.

“A Rainha acha-se em Balmoral, e por isso só serei apresentado a S. M. em sua volta a Windsor. Estou porém já recebido oficialmente por Lorde Granville, e já assumi as funções deste posto, que pela terceira vez me há confiado V. M., a cuja extrema vontade e indefectível justiça unicamente devo o ter sido nele agora reintegrado.”

Apesar de não corresponder muito à verdade esse “unicamente devo”, como prova a interferência de numerosas amigos de prestígio, Penedo ficará ininterruptamente em Londres – de 1873 a 1888 – como ministro de Pedro II. E somente a vontade do Imperador permitirá isso. A figura do diplomata trazia como que um reflexo vivo de seu Soberano. As duas imagens parecendo confundir-se na perspectiva do mesmo painel.

E o rolar do tempo não fará mais que confirmar essa associação de destinos.

Com o Império, saberá cair também o seu diplomata de carreira mais representativo.

IDA A CANOSSA



QUANDO Frei Vital chegou a Pernambuco, nomeado bispo de Olinda, era “um fogaoso capuchinho de 28 anos, educado em conventos franceses”.

Refere a tradição que o Papa Pio IX o julgara muito moço para a investidura. Cedeu, porém, diante das instâncias de Pedro II, desejoso de premiar o saber sem indagar da idade.

A circunstância mais importante não seria talvez a de sua juventude, que compensava a lucidez de um grande espírito, senão o fato de ter sido educado no estrangeiro. Longe do Brasil e sem conhecer bem o seu ambiente.

Uma vez na terra, uma das primeiras visitas a D. Vital foi a do dr. Costa Ribeiro, membro da irmandade do Santíssimo Sacramento e maçom conhecidíssimo. Tal açodamento não mostraria quem se julgasse com culpa no cartório. O dr. Ribeiro saiu da entrevista encantado com o jovem bispo, esquecendo até de reparar-lhe aquelas mãos talvez perfumadas e a brilhantina na barba. Acusação depois generalizada contra o bispo.

Qual não foi a surpresa do visitante quando poucos dias depois, em 27 de dezembro de 1872, sabia da ordem de Frei Vital ao vigário de sua paróquia exortando-o a abjurar a Maçonaria, “seita condenada pela Igreja!”*

E se relutasse, fizesse o vigário a sua expulsão da irmandade, “porquanto de tais instituições são excluídos os excomungados”? O dr. Ribeiro não se sabia “excomungado”.

Ordens análogas foram dadas aos vigários das demais freguesias, designando os maçons de outras irmandades. A da Soledade na Boavista recusou-se logo a expulsar os seus irmãos, que não abjuraram a Maçonaria. O bispo prontamente lançou contra a irmandade e sua capela a pena de interdito, em 16 de janeiro.

Em breve, a medida se estendia a todas as confrarias. As principais igrejas e capelas do Recife iam-se fechando sucessivamente.

O culto público suspendia-se por tempo indefinido. Uma sombra de excomunhão pairava sobre a cidade... O povo todo agitava-se numa grande inquietação.

Começava o ano de 1873 por esse pequeno incidente, que ia degenerar no maior conflito verificado no Brasil entre a Igreja e o Estado. A famosa questão dos bispos, com que o Trono pareceu alienar de si para sempre o Altar. Quando se cogitou seriamente pela primeira vez na separação, realizada pela República, entre os dois poderes – o temporal e o espiritual.

Em princípio, o bispo tinha direito de avocar a si a administração espiritual das irmandades. Esquecia, no entanto, a natureza de tais associações cujos compromissos ou estatutos lhe davam uma feição mista, carecendo da aprovação do poder civil, e portanto sob a jurisdição do poder temporal. Havia mesmo delegados leigos, os “juizes de capelas”, encarregados da administração dos bens, admissão e exclusão dos irmãos. O compromisso não continha a incapacidade dos maçons para delas fazerem parte. Daí as irmandades apelarem para a Coroa.

O bispo por sua vez agia baseado na encíclica de 1864, contendo o *Syllabus* e a condenação formal da Maçonaria por Pio IX. O Império,

* Este episódio nos foi narrado pelo poeta Manuel Bandeira, neto do Dr. Castro Ribeiro.

porém, se reservava a atribuição, prevista pela Constituição, de conceder ou negar o beneplácito aos decretos dos Concílios e Letras Apostólicas. E o *Syllabus* justamente não tivera o beneplácito imperial.

Por outro lado, a Maçonaria assumira no Brasil um caráter mais político, completamente diverso da Europa. De anti-religiosa passara a ir-religiosa, terminando em precursora das sociedades atuais de auxílio mútuo. Havia gente pobre que entrava nas lojas maçônicas para dar “facada” nos irmãos ricos.

Essa ausência de sentimento irreligioso ressalta com a presença de numerosos padres, e bispos até, em seu grêmio. Dois bispos, o Conde de Irajá e Azevedo Coutinho. Diversos frades, o célebre pregador Frei Sampaio, o grandiloqüente Monte Alverne, Frei Francisco de S. Carlos, Frei Francisco de Monte Carmelo. Diziam uns versinhos da época:

“Entram maçons na Igreja, e padres na Maçonaria.”

Do cônego Januário da Cunha Barbosa fala-se que um dia em êxtase evocou a “*santa* Maçonaria...”*

Escrevendo a Penedo, em carta datada de 17 de fevereiro de 1887, dizia o Barão do Rio Branco:

“A Maçonaria no Brasil era e é uma simples sociedade de beneficência, cujos membros em sua quase totalidade são católicos pois pertencem a irmandades e acompanham com o maior interesse todas as cerimônias do culto. Quando morre um maçom, logo a sua loja manda celebrar uma missa. Todos os bispos brasileiros compreenderam assim que a Maçonaria, como a temos, não pode ser equiparada às sociedades secretas condenadas pelo Papa.”

Mais adiante refere segundo Rio Branco esse depoimento significativo: “Quando eu era estudante em S. Paulo, lembro-me que recebemos uma vez, na minha loja, e com as cerimônias do estilo, um enviado, ou visitados, do Grande Oriente. Era um Frade de S. Antônio.”

D. Vital fechava os olhos à realidade ambiente, no seu ideal de purificar a fé. Conservava a imagem da Europa. Em uma nova cruzada parecia oportuna quando o Papa perdia seus estados, com a unificação italiana.

* E. Vilhena de Moraes, *O Gabinete Caxias e a anistia aos bispos*.

Resolve portanto desobedecer às ordens da Coroa, que dera provimento ao recurso das irmandades e mandava abrir as capelas e igrejas interditas. Desse homem, que desafiava assim as iras do regalismo, traçou Gilberto Freire este carvão sugestivo:*

“Os próprios filhos de senhores de engenho que iam estudar para padre levavam do canal para o seminário um orgulho que nunca morria neles. Que não morrem nem num D. Vital capuchinho, frade da Penha. Todos os exercícios de humildade franciscana que praticou com tanto ardor parece que não puderam destruir em Vital Maria Gonçalves de Oliveira o orgulho do aristocrata de engenho que continuou sendo sob as barbas de frade, sob o capucho de religioso, sob a murça de bispo. Sua insistência em dizer-se pernambucano – quando de fato parece que nasceu na Paraíba – é bem característica desse orgulho que dá a impressão de ter sido não só regional mas de classe. Pernambuco só não: pernambucano do canal. Aristocrata. Descendente dos senhores de engenho que expulsaram os holandeses do Nordeste como ele quis expulsar os maçons poderosos das irmandades e da Igreja.”

Um temperamento de tal natureza não fora feito para transigir. Sobretudo diante de poderosos. E entre os maçons se achava nada menos que o Visconde do Rio Branco presidente do Conselho de Ministros e grão-mestre da Maçonaria.

Desencadeou-se a luta, cujos episódios são tão bem conhecidos. Ia terminar quase num conflito a dois, num choque entre um príncipe da Igreja e o Soberano do Estado. Porque o Imperador, desde o primeiro momento, chamou a si a questão, colocada por ele na posição de uma afronta à Monarquia e sua autoridade.

Mas breve surge um *tertius*. O bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, entra em cena. “Intelectualmente a mais notável figura do moderno clero brasileiro”, D. Antônio vai mais longe. Lança interditos sobre várias irmandades e nega o direito de recurso à Coroa.

Em 14 de maio se verificavam na capital de Pernambuco manifestações deploráveis contra o prelado diocesano. Depois do desassossego dos espíritos, a quebra da ordem pública.

Uma enorme agitação no país. O Conselho de Estado reunido em deliberações contínuas.

* G. Freire, *Nordeste*, pág. 203.

O Império que se acostumara a bispos mansos, gordos e pacatos, cheios de cordura e submissão, se via agora estatelado diante desses outros dois. Cruzados de lança em riste, desfraldada a bandeira contra os novos abencerragens. Bispos de outra forja, com o seu *panache* e os seus recursos...

Fora da violência, só restava um caminho. Ir a Canossa. Ver o Papa e trazer o seu veredito.

Rio Branco, diplomata de nascimento, não abandona essa saída. Em agosto, o Governo mandava a Roma o Barão do Penedo em missão especial, “confiada ao seu mais hábil diplomata”. (Joaquim Nabuco)

*

De Londres ainda, em 30 de setembro, Penedo dirige-se ao Imperador: “Agradeço cordialmente a V. M. o haver se lembrado de mim para a missão especial a Roma. Digne-se V. M. aceitar a homenagem do meu profundo reconhecimento, por mais esta prova de sua alta confiança para comigo. Nestes dois dias sigo para o meu destino. Não tenho grande esperança de bom êxito, assim o digo de ofício ao Sr. Caravelas; mas hei de fazer o possível para satisfazer aos desígnios de V. M.”

A confiança de Pedro II em seu enviado era daquelas que se podem capitular de à prova de fogo. Tanto mais quanto na mesma carta, Penedo aludia ainda à aprovação dada pelo Imperador à sua conduta no desagradável negócio do Conde de Áquila.

Esse cunhado de Sua Majestade, pois o Conde d’Áquila desposara a princesa Januária, andara comendo desatinos no jogo. O resultado é que os credores o viviam ameaçando de tirar os móveis da residência, apesar da princesa enferma. Desgosto sobre escândalo. Para evitar ambos, o conde esperto recorrera à Legação do Brasil em Londres e conseguira arrancar do encarregado de negócios – tímido *et pour cause* – muitas centenas de libras. Prometera dar por escrito como garantia para o Tesouro Nacional os seus móveis e alfaias. Mas o conde já fizera o mesmo com diversos...

Penedo, quando assume a Legação em abril de 1873, encontra esse nó górdio. Fez o que lhe ditava a obrigação. Aquela rigidez no serviço, de que falava o Cmte. Vital de Oliveira, não poupava nem o cunhado imperial. Constitui advogado para defender os interesses do Tesouro.

Era mesmo um azar, surgir essa complicação logo depois da sua investidura. Mas que fazer? E ele já contava de novo com a “frieza” imperial. Ele que, um ano antes, gastara os seus talentos diplomáticos em “*casser la glace* junto ao Imperador”.

Pedro II, porém, mandou aprovar o gesto de Penedo. E num ato de magnanimidade, escreveu de próprio punho uma carta ao seu Ministro em Londres.

A escolha para a missão a Roma testemunhava o elevado conceito em que o Imperador tinha o seu enviado. Principalmente se se lembrar que Pedro II fizera da questão religiosa uma questão *sua*, envolvendo diretamente a Monarquia e a dinastia reinante.

Para a missão junto ao Vaticano – uma das duas chaves do problema – só seria enviado quem gozasse de cotação excepcional no espírito de Pedro II. E atendendo a que não partiam do conformismo ou da bajulação tais julgamentos, – subindo na política homens opostos ao Paço Imperial como Lafaiete, Zacarias, Alencar, Otaviano, – a conseqüência se tornava muito lisonjeira para o escolhido.

Penedo contudo não se iludia. “Não tenho grande esperança de bom êxito”, dizia respeitosamente ao Imperador. No fundo contava certo com o fracasso. Velho conhecedor da diplomacia romana, sabia muito bem que Pio IX amargurado não iria repreender os seus bispos. Mas dois dias depois se prontificava a seguir para o seu “destino...”

Cotegipe informava ao amigo dileto, passada a refrega: “Pessoa vinda da Europa e que conversou com Itajubá contou-me, que este lhe dissera, que muito *estimara* que não se lembrassem dele, porque era missão – *manquée* –. Entendes? O homem – depois da *Genebra* que bebeu – crê que foi talhado para as grandes coisas!”

Cotegipe debochava a “pose” de Itajubá, amante do copo, depois de haver pertencido ao tribunal arbitral na questão do *Alabama*, formado em *Genebra*...

Missão *manquée* ou não, Penedo tinha que executá-la. A 18 de outubro chega à Cidade Eterna.

Pertencem ao seu punho estas linhas, destacadas da narração que ele mesmo publicou em Londres oito anos depois, *Missão especial a Roma em 1873*:

“Eu já conhecia Roma. Sabia por experiência o que tem de especial a diplomacia no Vaticano. Havia já agradavelmente apreciado, em posição oficial, o valor diplomático do Secretário de Estado, que por mais de um quarto de século tinha sido o fiel auxiliar de Pio IX, no meio das catástrofes sem par que desabaram sobre o Trono Pontifício. Conhecia pessoalmente o Santo Padre, de cuja alta benevolência havia mesmo recebido uma prova que conservo em grande estima. Mas todas essas recordações, por mais vivas que estivessem em minha memória, não modificavam as minhas impressões.”

Ao pressentimento das dificuldades da missão se juntavam as suas instruções, que ao pé da letra se poderiam classificar de ultimato.

O Visconde de Caravelas, então ministro de Estrangeiros, ordenava-lhe: “Exponha V. Exa. ao cardeal secretário e mui particularmente a Sua Santidade, procurando ocasião de fazê-lo, tudo quanto aqui tem ocorrido, aponte os males que hão de resultar da continuação de atos tão irregulares e ilegais, e procure obter que o Papa deixe de animar os bispos na sua desobediência e, ao contrário, lhes aconselhe toda a conformidade com os preceitos da Constituição e das leis e com as regras que têm sido sempre atendidas desde os tempos mais remotos nas relações da Igreja com o Estado. Não se trata de uma questão individual ou de corporações, mas de uma questão de princípios.”

A segunda missão Penedo junto ao Vaticano assumia portanto mais um caráter informativo, dada a recomendação de expor os graves acontecimentos do Brasil a Sua Santidade Pio IX, o qual, uma vez posto ao corrente da conduta dos bispos de Olinda e do Pará, com toda certeza interviria com a sua autoridade máxima para conciliar a cristandade.

E Penedo compreendeu assim a sua missão nesse momento delicado da história do Brasil, quando o Trono se chocava com o Altar.

Nem para outra coisa haveriam os estadistas brasileiros de se lembrarem dele, o “seu mais hábil diplomata”, amigo pessoal do famoso Cardeal Antonelli e bem visto pelo próprio Pio IX, que distinguira Penedo com uma de suas maiores graças, a Grã-Cruz de São Gregório Magno.

Daí ligar o diplomata menos atenção à parte de suas instruções, em que Caravelas dizia textualmente: “Devo prevenir a V. Exa. de que o Governo ordenou o processo do bispo de Pernambuco”, ou mais adiante: “A ordem para o processo do bispo há de ser publicada talvez antes de se expedir este despacho.”

Outro parágrafo mostra ainda melhor as intenções belicosas de que se achava animado o ministro e seu Governo: “Não envio a V. Exa. plenos poderes, porque, tratando-se de conseguir que sejam respeitadas a Constituição e as leis, *não há ajuste algum possível.*” [sic]

E terminava peremptório: “*O Governo Imperial não pede favor, reclama o que é justo e não entra em transação.*”

Com muita propriedade já se disse que esta missão não era uma missão, e sim uma provocação. Da mesma forma que as instruções eram o seu ultimato.

Em outras mãos menos habilidosas que as do Barão do Penedo seria o cisma. Os poderes em conflito ficariam em posição irredutível, de parte a parte.

Mas a personalidade definida do diplomata enviado neutralizou essa aspereza amarga de suas instruções. Delas extraiu o *quantum satis*, segundo veremos de suas sucessivas entrevistas com o Cardeal Antonelli e Pio IX, habituados aliás a relevar piedosamente a sobrançeria às vezes intolerável dos dirigentes das nações católicas.

*

No dia 18 de outubro, Penedo chega a Roma e logo dois dias depois dirige-se ao Vaticano, a fim de solicitar de Antonelli a sua audiência para apresentação de credenciais ao Sumo Pontífice.

A 23 é recebido por Pio IX com toda a afabilidade e, para pôr à vontade o diplomata, o Papa recorda-lhe a primeira missão, há bons quinze anos. A mesma missão secreta que – pode-se dizer sem susto de errar – permaneceu até agora quase completamente desconhecida, a ela se referindo muito vagamente os escritores de nossa história.

Penedo entra logo a tratar da matéria e, na audiência que se prolongou por uma hora, o Pontífice falou com muito interesse sobre o conflito e outros assuntos religiosos no Brasil.

Do colóquio, no entanto, saía o diplomata brasileiro sem haver conseguido inferir, com precisão, qual o espírito e as disposições de ânimo do Sumo Prelado sobre a questão do momento...

A diplomacia secular do Vaticano punha assim à prova de fogo a sagacidade dos agentes estrangeiros mais arguciosos.

Conforme a praxe do estilo, na volta dessa audiência, Penedo avista-se com o cardeal secretário de Estado. A conferência, que teve então com Antonelli, foi longa e presidida por um minucioso questionário, onde o cardeal não perdoava o menor detalhe, “mostrando-se em tudo preparado para a discussão”.

Em sua narração escrita alguns anos depois – *Missão especial a Roma em 1873* –, Penedo nos deixou alguns tópicos bem curiosos da sua primeira entrevista com o Pontífice.

Começando pelo ponto sensível, a Maçonaria, Pio IX mostrou sinceramente quando lhe “prezava vê-la no seio de um governo católico, pois sabia ser o presidente do Conselho o chefe principal dessa sociedade”; e acrescentava com certa ponta de vexame e ironia:

– *Allora siamo due... Ebbene, ebbene...*

Penedo responde-lhe que as leis do Império não se opunham às sociedades secretas. Antes as permitiam mediante certas formalidades legais. Da Maçonaria nada se receava no Brasil nem contra o Estado nem contra a religião, tanto que até então nenhum dos nossos bispos se havia jamais inquietado com sua existência. Muitos bons católicos, que largamente concorriam para o esplendor e magnificência do culto católico, entre os quais se achava realmente o presidente do Conselho, eram filiados às lojas maçônicas.

Finalmente, tudo isto era notório no Brasil (convém lembrar que o conflito dos bispos foi suscitado inicialmente pelo discurso maçônico do padre Almeida Martins, pronunciado no Rio de Janeiro em 1872, tendo o bispo diocesano D. Pedro de Lacerda intimado aquele sacerdote a abjurar a Maçonaria, sob pena de suspensão), e só era para “admirar que os próprios bispos e representantes da Santa Sé a não tivessem jamais devidamente informado de um fato da maior publicidade”.

A essas ponderações feitas pelo Barão do Penedo replica com serenidade:

– Mas disso não podeis saber, retorquiu-me o Santo Padre, porque não estais nos arcanos, visto não serdes maçom.

Penedo, que era também maçom e de grau elevado, mudou imediato de assunto, pois que não fora a Roma defender a Maçonaria...

“De resto – escreveu ele mais tarde ao Governo Imperial – ninguém poderia convencer o Santo Padre que a Maçonaria no Brasil não conspira contra a religião.”

Infrutífera assim qualquer digressão nesse terreno, o diplomata do Império brasileiro entra no assunto principal. Expõe o objetivo de sua missão, relata o conflito e os mais notáveis incidentes.

Terá Penedo revelado a íntegra de suas instruções? Os seus dispositivos de verdadeiro ultimato? Aquelas advertências finais de que não havia para o conflito *ajuste algum possível?*

Terá ainda falado na *ameaça* de que o *Governo Imperial chegaria até à prisão dos bispos*, na intransigência dos direitos da Coroa?

Possivelmente não. Evidentemente não. Seria levar à risca instruções rígidas, ditadas à distância, sem estarem refrescadas desde a data de sua emissão.

Sem poderem enfim sofrer a ação reajustadora, o refluxo, os pequenos matizes psicológicos dos vaivens de idéias no decurso das negociações diplomáticas...

Essa cor cambiante, em suma, dos remates das discussões que se encaminham para o entendimento mútuo, para a compreensão e para o acordo desejado.

Esses detalhes afinal que sempre se podem ver, analisar, para ceder depois de uma consulta telegráfica do diplomata ao seu governo.

Mas na época de Penedo não havia ainda esse telégrafo salvador.* Menos ainda esse rádio-telefone internacional, tão cômodo para os agentes diplomáticos modernos, transformados não raras vezes em simples portadores de recados...

As questões deviam ser resolvidas pelo tirocínio do diplomata, que além de suas instruções iniciais, só dispunha de sua experiência pessoal. No caso, Penedo tinha pleno “conhecimento das coisas de Roma e do seu maquinismo oficial, a serenidade das suas decisões, a estabilidade dos seus preceitos, a tenacidade de sua política”...

Quanto às suas instruções, dizia ele em ofício reservado, datado ainda de Londres, 30 de setembro, e dirigido a caravelas: “Sinto que as *minhas instruções não sejam mais precisas e explícitas* quanto à solução final

* O telégrafo submarino entre o Brasil e a Europa começou a funcionar em 3 de junho de 1874 – Nota de Penedo à pág. 99, da sua *Missão Especial a Roma*.

do objeto da missão. *Inspirando-me*, porém, *no seu pensamento dominante*, empregarei todo esforço e diligência para obter da Santa Sé tudo quanto for possível.”

Lamentava, pois, com razão que não fossem “*mais precisas e explicitas*” as suas instruções quanto o objetivo da missão, que envolvia “assunto o mais grave e complicado”, segundo os próprios termos de Antonelli ao Barão de Alhandra, ministro do Brasil junto à Santa Sé.

E qual seria então o “pensamento dominante” em que Penedo se haveria de inspirar? A deduzir de um parágrafo daquele mesmo despacho ao ministro de Estrangeiros, ele considerava “uma missão especial mandada à Santa Sé por ocasião de ocorrências tão graves e extraordinárias” como uma prova do “espírito de moderação e respeito de um governo católico para com o chefe supremo da Igreja”.

A concluir, assim, da própria letra de suas comunicações oficiais, Penedo compreenderia desde cedo a necessidade imperiosa de transigir se preciso, de moderar-se e conter-se sempre, e quanto a lançar ameaças, nunca.

Esse o segredo até agora incompreendido do seu êxito e do brilho de sua missão.

Para um diplomata hábil como ele, com dezoito anos de traquejo entre os maiores estadistas da América do Norte e com os expoentes do Foreign Office e do Quai d’Orsay, não constituía coisa difícil encontrar uma saída oportuna.

Tanto mais quanto lhe informava o Governo Imperial no tocante “à possibilidade do emprego de meios mais enérgicos, não será necessário que V. Exa. a mantenha em reserva. *Se for interrogado a este respeito*, poderá dizer francamente o que lhe comunico”.

Resta saber se Penedo foi interrogado sobre penalidades a serem aplicadas pelo Governo Imperial aos bispos rebelados contra sua intromissão em assuntos espirituais, que eles julgavam seu foro exclusivo.

Se não o foi, a ele é que não cabia revelar ameaças desagradáveis de seu governo, as quais poderiam perfeitamente ser removidas pelo resultado feliz de sua missão diplomática.

Ademais, conforme afirmações reiteradas de Penedo, não foi objeto de promessa nem mesmo de negociação, com Antonelli ou com

Pio IX, a conduta a ser seguida futuramente pelo Governo Imperial, em relação aos prelados de Olinda e do Pará.

Por isso, na sua primeira entrevista com o Santo Padre, o diplomata brasileiro se atém à enumeração dos fatos de maior gravidade, cometidos por Frei Vital, salientando: “1.º, o modo inopinado com que, a pretexto de Maçonaria, praticara aquele prelado uma série de atos de verdadeira perseguição por motivo religioso; 2.º, a ostentação que para isso fizera do apoio e animação da Santa Sé, sob a autoridade de um breve que fez publicar, desconhecendo e agredindo as leis do estado”.

O negociador duplicava o valor suasório de sua exposição com as palavras eloqüentes, de que o antigo advogado e parlamentar sabia revestir as suas perorações:

“Há mais de meio século, disse eu ao Santo Padre, que temos vivido em paz com a Santa Sé. É esta a primeira vez que aparece entre nós uma luta séria em matéria religiosa, e foi preciso vir o bispo de Olinda provocá-la por um motivo tolerado até então por todos os nossos diocesanos desde a independência do Império!

“Supor-se que todos esses prelados venerandos houvessem esquecido os seus deveres, ou ignorassem o que se passava no Brasil, é tão absurdo que não se pode admitir.”

Pio IX mostra-se realmente preocupado com os *interditos*, com as numerosas igrejas fechadas, com as muitas confrarias excomungadas. Impressiona-se sobretudo com o detrimento do culto e as suas perniciosas conseqüências para a religião no Brasil.

Ouvindo com complacência, não esconde o seu desgosto pelos acontecimentos desenrolados em Pernambuco.

E a certa altura, desaprovando os excessos do bispo, diz o Santo Padre:

– *Che volete? È una testa calda!* Não foi em Roma que ele fez os seus estudos, foi em França; bem escrupulos tive eu de nomeá-lo bispo tão jovem; mas o governo insistia e fi-lo para ser agradável ao Imperador.

Quando Penedo insiste afinal pela impossibilidade legal de execução do chamado *Breve*, que Pio IX classificou aliás de simples *carta* em

reposta ao bispo, que lhe pedia conselhos para o que já era ato consumado, replica Sua Santidade:

– Pois bem, eu farei pelo Brasil o que puder, *contanto que* não fique em contradição comigo mesmo.

Estava acabada a audiência do Sumo Pontífice.

Dela Penedo saiu sem poder “avaliar exatamente o que julgava o Santo Padre de toda a nossa questão”.

Entretanto, as últimas palavras de Pio IX luziram para ele “como um fanal destinado a indicar-me a mais perigosa das sirtes que eu deveria evitar para salvar a missão”.

E faz dessa quase revelação um dos pontos cardeais do memorando que submeteu dias depois à Sua Santidade, documento esse alvo de toda sua atenção e que não apresentou sem antes sondar a situação, colhendo as opiniões oficiais e rebatendo antecipadamente as objeções preponderantes.

Esse memorando, verdadeiro modelo de instrumento diplomático, sóbrio e comedido no exame e observação da questão religiosa, foi largamente apreciado, comentado, discutido e reproduzido oficialmente.*

* Ver anexo n.º III, n.º 1.

.....

XXI

A SENTENÇA DO VATICANO

A *MISSÃO PENEDO* – foi assim que o episódio passou à História Diplomática e à própria História Geral do Brasil – provocara, no entanto, os mais variados comentários e recebia as mais desencontradas interpretações na Corte do Rio de Janeiro.

Enquanto uns lhe exageravam a importância, fiando do seu resultado para a pacificação religiosa do país, vendo nela o meio mais seguro de evitar o cisma e mesmo a temida “separação não declarada entre o Estado e a Igreja”, como se expressou o próprio D. Pedro II na sua famosa carta a Caxias anos depois, outros espíritos menos inclinados ao lado trágico dos acontecimentos procuravam reduzir-lhe sensivelmente o significado.

Entre os últimos estaria Francisco Otaviano, então em oposição aberta ao Governo Imperial. Em uma carta inédita e existente nos arquivos do Itamarati, deliciosa pelo seu estilo correntio e malicioso, datada de 23

de outubro de 1873, Otaviano desabafa com o seu antigo colega de escritório e fraternal amigo.

Escreve ele a Penedo:

“Pelo Rodrigues tenho sabido que passas maravilhosamente e que até, para não te falhar perfeição de gozo na Terra e no Céu, tens os sorrisos do Santo Papa.

“É verdade que não me diz ele se os sorrisos são de amor ou de ironia, posto que, se me fossem dirigidos, certamente seriam de compaixão pelo infantil governo que me mandasse obter de Sua Santidade aquilo que não obtêm os Bismarcks.

“Mas, enfim, é tal o prestígio da sabedoria do monarca americano, que talvez se incline diante dele a infalibilidade de Pio IX.

“Em maio saberemos as tuas façanhas e a sublimidade do plano do nosso governo, que, em vez de decretar os registros civis e o casamento jurídico e de abolir o juramento para o exercício dos cargos e funções públicas, manda pedir ao Papa licença para o Imperador ter um ministro maçom!”

Apesar de não haver maior amigo de Penedo, a sua missão não parecia portanto a Francisco Otaviano como coisa de “mor monta”. Não passaria, em suma, de um pedido de licença do governo ao Papa para o Imperador ter um ministro maçom. Para que Rio Branco, presidente do Conselho, pudesse acumular as funções de Rio Branco, grão-mestre da Maçonaria no Brasil...

A conclusão era imperioso. Um corrosivo passava por sobre essa apreciação. No fundo, porém, ela tinha sua razão de ser.

Pio IX logo no início da audiência com Penedo saíra-se com aquele “*Allora siamo due... Ebbene, Ebbene...*” Referia-se ao visconde, Papa leigo no Brasil tanto quanto ele sagrado no Vaticano...

Os elementos então em oposição ao governo e sobre isso desafetos de Penedo, esses chegariam ao clímax da difamação e dos improperios contra a gestão diplomática.

A missão Penedo terá sido das mais discutidas de toda a nossa política exterior, combatida, objeto de polêmica, esquecida intencionalmente por vezes de certos compêndios e histórias apressadas da nossa civilização, sonogada e anulada, julgada parcialmente de acordo com as opiniões de seus adversários e contendores...

Entretanto, em que pese à paixão e ao partidarismo, marca uma época de nossa existência nacional. A primeira ocasião em que os homens

de Estado no Brasil refletiram maduramente sobre a conveniência e as vantagens da separação da Igreja e do Estado.

A laicização enfim do nosso Império patriarcal.

O batismo civil da antiga Terra de Santa Cruz.

A esse respeito, convém registrar aqui quais os pensamentos que envolviam então uma das personalidades mais em evidência e mesmo mais em choque nessa página dramática da vida do Brasil. O pensamento do Visconde do Rio Branco.

Numa carta por nós encontrada nos arquivos do Itamarati, data-da de 24 de outubro de 1873, lê-se este período decisivo, inédito até hoje, porque o enviado a Roma em sua defesa não publicou esse documento na íntegra, deixando prudentemente na penumbra conceitos de tal natureza embora os sublinhasse a lápis no original:

“V. Ex.^a bem compreende – diz Rio Branco a Penedo – que seria desairá-lo [a Monsenhor Pinto de Campos] recusar-lhe sua cooperação pessoal para informar ao Santo Padre o que é a Maçonaria no Brasil, e o que está fazendo o prelado de Pernambuco.

“Não é provável que Monsenhor se encontre com V. Ex.^a, nem cremos que suas palavras de padre demovam a Cúria Romana do que *parece plano assentado e geral – a luta da Igreja pela sua antiga preponderância.*”

Se assim pensava o visconde, presidente do Conselho de Ministros, provavelmente nesse sentido se expressou aos seus colegas de Ministério, e quiçá, ao próprio Imperador.

O fato é que o Governo Imperial, ou por temer esse “plano assentado e geral, *a luta da Igreja pela sua antiga preponderância*”, ou por julgar também que as suas leis faziam jus à mesma intangibilidade com que o Papa vinha de declarar a sua infalibilidade, manteve-se firme, decidido, obstinado na preservação de suas regalias.

“Estou convencido – assevera um grande historiador – que a perda do poder temporal, sofrida por Pio IX em 1870, foi que preparou o conflito religioso, logo depois estalado em nossa pátria.”*

O nosso agente continuava a trabalhar com intensidade junto ao Vaticano, apesar de todas as vicissitudes.

* Basílio de Magalhães, *Estudos de História do Brasil*, pág. 119.

O memorando, que apresentara o Pio IX, fora por ele bem recebido, segundo Antonelli informara a Penedo.

Esse instrumento diplomático estava cheio aliás de polidez: “O excesso de jurisdição e usurpação do poder temporal legitimava, pois, o recurso à Coroa por parte da irmandade interdita.” A habilidade da forma só faltava pedir desculpas à Cúria Romana pelo excessivo poder temporal...

De mostras de respeito ao Sólido Pontifício não havia menos cuidado: “Apesar dos meios que nas leis do Império tem o Governo Imperial para manter esses direitos [do estado], julgou entretanto do seu dever como governo católico, e por deferência e respeito ao chefe supremo da Igreja, mandar uma missão especial, a fim de expor à Santa Sé a gravidade de uma situação que a distância tenha talvez desfigurado.”

Dourava assim a pílula de suas instruções bastante amargas.

Procurava afastar qualquer antinomia das partes em conflito, salientando que o Governo Imperial ao dirigir-se à Santa Sé dava mais uma prova de apego à religião e mostrava até ser neste momento o seu “melhor advogado”.

Terminava resumindo as aspirações do Governo Imperial na volta à boa paz e inteligência entre a autoridade civil e a eclesiástica, justamente no país “destinado a ser o maior representante do catolicismo na América”.

E para tal finalidade não era preciso grande esforço, bastando que a Santa Sé aconselhasse os bispos a sofrirem o zelo excessivo, cuja imprudência podia abalar a fé.

Esse o memorando, apresentado a 29 de outubro, ao Sumo Pontífice. As conversações em torno aos seus pontos capitais se prolongariam por várias semanas, de sucessivas entrevistas e árduas negociações.

Falava-se em reunir a congregação dos cardeais nomeados *ad hoc* para dar seu parecer, por ordem do Santo Padre. Embora consultivo, esse expediente era de praxe nas questões de certa gravidade.

Tudo era uma consumação de tempo. Processo inerente à diplomacia do Vaticano e muito compreensível diante de Roma Eterna.

Penedo dava conta de tantos esforços ao seu Governo e dizia-lhe, em ofício reservado de 25 de novembro, que dentro de mais oito ou

dez dias a congregação dos cardeais se reuniria. “Os negócios junto a este governo são tratados com uma lentidão clássica e requerem grande paciência.”

Maior paciência era ele obrigado a ter nas conferências com o secretário de estado. Suas anteriores relações pessoais com o cardeal Antonelli fizeram, no entanto, com que fosse recebida a sua palavra em plena confiança.

Perguntou o que pensava, em face do memorando, sobre a questão:

– A doutrina estabelecida – respondeu-lhe Antonelli – como ponto de partida para as deduções desse documento, senão a sua parte principal, era justamente aquilo que a Santa Sé não pode admitir e que *somente tolera*, mas nunca reconheceu nem no Brasil nem em país algum.

Referia-se ao *placet*, ao direito assegurado pela Constituição à Coroa, de permitir ou não a publicação dos breves e bulas no Brasil, assunto bem estudado por Pimenta Bueno.

– Eu não vinha discutir com a Santa Sé essa doutrina, – retorquiu Penedo –, pois seria pôr em dúvida uma das prerrogativas da Coroa do Brasil. Para a vida pacífica dos dois poderes, o Estado e a Igreja, era suficiente o regime dessa *tolerância* sob o qual, há mais de meio século, haviam vivido o Brasil e a Santa Sé em perfeita paz, que só agora vieram os bispos em nome dela perturbar, suscitado um conflito sem a menor provocação do Poder civil...

Reivindicando o ponto de vista da Igreja, *ipso facto* Antonelli aprovava a doutrina sustentada pelos bispos, que tinham publicado o Breve de 29 de maio, sem o consentimento da Coroa...

Com essa sutileza, o cardeal elimina o fundamento da reclamação do Governo Imperial. Era uma objeção primordial que abria os seus alicerces.

Dentro da mesma tática, Penedo põe de parte a questão do *placet*, insolúvel por natureza. Vai ao cerne da matéria. A injustiça e irregularidade canônica nos interditos das irmandades, com todos os fatos à margem do conflito. Passa tudo em revista, obrigando o cardeal a formar juízo sobre cada assunto.



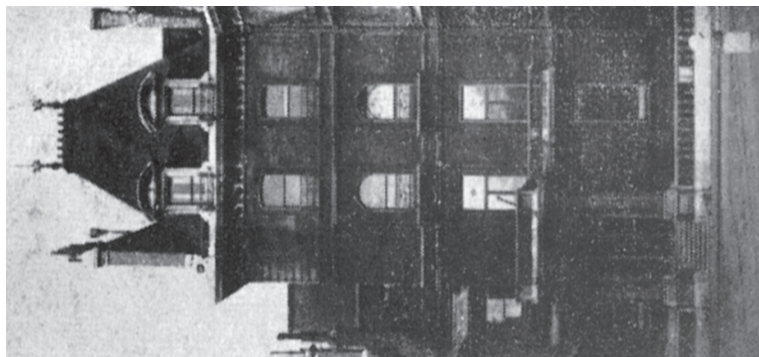
D. A. DE MACEDO COSTA



Frei VITAL DE OLIVEIRA



*Uma velha rua de Olinda.
(Foto de Mário Sette)*



*Grosvenor Gardens, 32,
em Londres*

O seu conhecimento do direito canônico o favorecia sobretudo. Esse mesmo jurista que redigira tantas normas jurídicas do Império, tinha mergulhado também nos segredos das leis e disciplinas da Igreja, desde que em 1858 estivera no Vaticano a discutir a reforma dos conventos e o processo dos casamentos mistos, elaborando projetos de concordata.

A cultura do direito canônico conferia-lhe assim uma superioridade incontestável sobre qualquer outro agente. Antonelli reconhecia-lhe esse predicado raro.

No decorrer do diálogo, Penedo mostra-lhe a lei canônica violada por ocasião dos interditos lançados pelo Diocesano. A *Extravagante* de Martinho V, *Ad evitanda*, pela qual as censuras da Igreja impostas em geral (*generaliter promulgatae*) não devem impedir a comunicação *in divinis* com os fiéis.

O cardeal mostra-se encantado pelo latim do diplomata. E fazendo-lhe sinal de adesão:

– Oui, disse ele francamente, ce n’ est pas l’imprudence qui lui a manque, je vous l’ai déjà dit.

Penedo insiste, como base para decidir a questão, no levantamento dos interditos. Medida concreta e precisa, debelaria imediato à crise.

Com efeito, o levantamento dos interditos implicava na reprovação dos atos dos bispos e na reparação das violências feitas aos direitos civis sob pretextos religiosos, dando ao mesmo uma satisfação ampla ao poder temporal, incapaz de, sem um cisma no clero brasileiro, liquidar o assunto.

Salta então o cardeal:

– Le schisme, vous l’avez par le fait.

Antonelli quer aludir com isso à ordem do Governo da província mandando o juiz de capelas abrir as igrejas.

O diplomata do Governo Imperial mantém o seu intuito, que advoga não só junto ao secretário de Estado como diante dos Cardeais di Pietro e Berardi, membros da congregação nomeada pelo Papa e seus velhos conhecidos, desde a missão secreta de anos passados.

Em outra audiência pedida ao Santo Padre solicita especialmente a mesma medida.

Surgiam soluções diversas apontadas pelo agente brasileiro. Mas outros tantos obstáculos mais ou menos inatendíveis apareciam também de permeio.

Penedo chama então várias vezes a atenção de Antonelli para “*o perigo talvez maior*”, para “*as conseqüências mais graves*”. Com eufemismo, referia-se assim aos tópicos severos de suas instruções, onde se falava até da prisão do bispo de Olinda.

Como depois escreveu D. Antônio de Macedo Costa, – em sua narrativa *O Barão de Penedo e a sua Missão a Roma* (pág. 236) –, o ministro soubera “dissimular com mel o agro de suas instruções”.

Não tivesse ele nascido para a política e para a diplomacia!...

De qualquer forma, Penedo agia com tato e prudência, falando de *conseqüências mais graves* ao Cardeal Antonelli, “a fim de demovê-lo de pronto às minhas solicitações”.

A feição política do cardeal, sua tendência para agradar os governos, não escapava aliás aos próprios príncipes da igreja, nem aos prelados brasileiros.

“O Cardeal Antonelli – afirmou o bispo do Pará – era antes de tudo *um homem político, um diplomata habilíssimo*; não admira que cedesse um pouco a essa tendência.”

Esse o retrato moral do famoso secretário de Estado do Papa Pio IX.

E no encontro de contas que a lei do acaso costuma fazer na História, esses dois homens – Pio IX, doutrinário, dogmático, cioso de sua infalibilidade, decretando-se prisioneiro voluntário no Vaticano depois de perdidos os Estados Pontifícios com a unificação italiana; e Antonelli, temperamento político, maleável conforme as circunstâncias, cedendo às injunções de sua época, diplomata consumado – formavam aquela compensação necessária à repartição equidistante do natural e do sobrenatural, ao equilíbrio complexo das coisas humanas e divinas.

Afinal, o Santo Padre se resolve a satisfazer os instantes pedidos do Governo Imperial.

A 18 de dezembro, dos aposentos do Vaticano, o secretário de Estado responde ao memorando de 29 de outubro apresentado por Penedo. Quase dois meses de demora na resposta, para um problema palpitante, para uma luta emocionante em que figuravam o Clero e a Monarquia.

A nota de resposta dizia que, tomando em consideração o gesto do Governo Imperial enviando a Missão especial à Santa Sé, o Santo Padre “está disposto a adotar aqueles meios que, na sua alta sabedoria e na sua paternal benevolência para com os católicos brasileiros, julgar oportunos, com o fim de pôr termo ao deplorado conflito”.

Quais são “aqueles meios julgados oportunos”? Foi a célebre carta de Antonelli dirigida ao bispo de Olinda, em nome de Pio IX, desaprovando-lhe a conduta e mandando levantar a interdição lançada contra as irmandades.

Realmente, essa afamada carta de 18 de dezembro, cuja existência por bastante tempo negada e sonogada à História até ser publicada muitos anos depois por D. Antônio de Macedo Costa no seu livro *A Questão religiosa perante a Santa Sé* e cujo texto se encontra em apenso ao presente volume, continha a declaração formal “que de *nenhum modo* podia o Santo Padre louvar os meios empregados pelo bispo para chegar ao fim que se propunha”.*

No tocante à conduta precipitada dos bispos frisava a carta de Antonelli, – cujo teor não era “*mais do que a tradução em latim do rascunho em italiano do punho do próprio Papa*”, segundo asseverou Antonelli ao Barão do Penedo em presença do Barão de Alhandra –, as seguintes considerações:

“... convinha que procedêsseis gradualmente, escolhendo com prudência os meios, empregando-os com paciência e moderação, para então chegardes ao que desejáveis. Ora, se este modo de obrar devia por Vós ser seguido antes da recepção da carta que vos endereçou o Sumo Pontífice em data de 29 de maio, muito mais o devíeis ter tido diante dos olhos, depois de recebida à mesma carta, na qual expressamente se insinuava e *éreis aconselhado que por espaço de um ano sobrestivésseis em todo ato de rigor*. Pelo que, certamente não é digno de aprovação que Vós, deixados de parte os conselhos de Sua Santidade, antes quisésseis continuar no começado propósito, *recorrêsseis de novo precipitadamente e com feliz êxito à pena de interdito e às censuras eclesiásticas*, já contra confrarias religiosas, já contra algumas pessoas.”

E depois desse texto literalmente duro de roer e altamente repressivo, ordenava:

“Portanto, *restituídas logo por vós as confrarias no seu antigo estado*, pertence-vos cuidar que homens de fé verdadeira e notáveis por sua prudência as presidam...”

* Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, II, pág. 253.

O Papa lamentava sinceramente que os bispos de Olinda e do Pará (este recebeu cópia da carta mandada a Frei Vital) não tivessem sobrestado por um ano a aplicação de qualquer ato de rigor.

Identicamente reconhecia a precipitação dos diocesanos e o recurso com “*infeliz êxito*” à pena dos interditos lançados.

E por reconhecer o erro praticado, mandava levantar os interditos contra as irmandades, “restituídas por vós as confrarias no seu antigo estado”...

Era a vitória diplomática completa, “grande e inesperada”, como classificou Joaquim Nabuco, da missão Penedo a Roma.

Este é que não escondia o seu contentamento e o seu júbilo iguais à sua surpresa.

Não duvidou um momento da sinceridade nem da verdade do conteúdo da *carta* Antonelli. Além disso, ao despedir-se do Santo Padre, tinha ele palavras de encorajamento.

– *Nessa carta vai tudo que desejais*, descerrou os lábios Pio IX num sorriso bondoso, *não posso fazer mais pelo Brasil*.

Ao escutar tão espontânea confissão, o enviado especial junto ao Vaticano teve bastante razão para dizer:

– Estas palavras ficarão para sempre na minha memória, como galardão da minha missão a Roma.

*

Da leitura que lhe fora feita da carta de Antonelli, Penedo disse ter-lhe ficado gravada na memória a frase do exórdio: *Gesta tua non laudantur*.

Comunicando ao Governo Imperial esse resultado concreto de sua missão, afirmou ele em reservado de 20 de dezembro: “O cardeal mostrou-me essa carta. Traz logo no exórdio a seguinte frase: *gesta tua, etc.; non laudantur* e declara o pesar que causaram ao Santo Padre esses sucessos.” E entre outras considerações feitas ao Diocesano de Olinda, “o Santo Padre lhe ordenava que restabelecesse ao antigo estado, *ad pristinum statum adducendas*, a paz da Igreja que se havia perturbado.”

Era tudo portanto quanto o Governo Imperial havia desejado da missão especial a Roma. O êxito de Penedo apresentava-se portanto incontestável no seu brilho.

Um depoimento insuspeito, porque da parte derrotada no conflito, confirma o asserto. D. Antônio de Macedo Costa reconheceu que à Maçonaria – a “perniciosa peste” referida por Antonelli na célebre carta – couberam todas as honras do triunfo.

Monsenhor Pinto Campos, aquele mesmo padre de quem falara o Visconde do Rio Branco na sua correspondência com Penedo, mostrava-se embasbacado. O *Jornal do Comércio*, de 25 de janeiro de 1874, estampava uma carta procedente de Lisboa e atribuída a Pinto de Campos, na qual o Padre buscava explicar o triunfo do diplomata do Império:

“O nosso querido Penedo manobrou habilmente. Não se envolveu em questão de princípios e doutrinas, cuja solução seria impossível, limitando-se a pedir o restabelecimento das coisas no estado em que tanto tempo vivemos tranqüilos e descuidados, e efetivamente conseguiu que o Papa chamasse os bispos à ordem.” E referindo o breve ou carta da Santa Sé, acrescentava que este “será conhecido na História pelas palavras por que começa: *Gesta tua non laudantur*, segundo um amigo me informa de Roma”.

A respeito desse *Gesta tua non laudantur*, vale a pena acentuar que a mesma frase foi vista na carta, mostrada em Roma a Penedo, pelo Barão de Alhandra, como também foi afirmada a sua existência *ipsis litteris* no mesmo documento pelo Visconde de Araguaia, ministro que sucedeu a Alhandra no Vaticano.

Dessa forma, a notícia da prisão do bispo, efetuada em 2 de janeiro seguinte, não o apanhou mais no Vaticano. Menos ainda a negociação –, partiu logo de Roma de 26 de dezembro de 1873.

Na Corte do Rio de Janeiro corriam aliás versões desencontradas. Uma delas falava em dinheiro grosso, condição *sine qua non* de toda gestão diplomática.*

Penedo, mal terminada a sua missão, – pela nota de Antonelli dirigida a ele em 18 de dezembro ficaria terminada a negociação –, partiu logo de Roma a 26 de dezembro de 1873.

* “Diziam no Rio – assevera João Dornas Filho em seu recente estudo *O Padroado e a Igreja Brasileira* (pág. 231) – que o Barão do Penedo levava dois mil contos de réis para facilitar a sua ação junto da Cúria, a exemplo do que fizera no caso da redução dos dias-santos de guarda, que o Império conseguira por vinte contos de réis...”

A nova, sem constituir propriamente para ele um acontecimento inesperado, devia ter-lhe causado bastante decepção. Era destruir com pontapés todo o seu árduo trabalho junto à secular e difícil diplomacia do Vaticano. Era aniquilar completamente os resultados excelentes, porque apaziguadores, de sua brilhante vitória diplomática. Decepção tanto maior quanto nutria esperanças de ver resolvido o conflito entre a Igreja e o Estado pelas medidas que vinha de conseguir de Pio IX.

Além disso, Caravelas lhe respondera, pelo reservado de 6 de dezembro de 1873, que se apresentava uma boa expectativa no fato de a Santa Sé aceitar a troca de vistas sobre o caso, permanecendo no terreno da “discussão refletida e calma”.

Diante, porém, da prisão do bispo, tudo se aluía como um castelo de cartolina.

Pio IX, justamente indignado, escrevia ao Imperador bradando contra a violência, clamando enfim no deserto diante do consumado.

A carta do *Gesta tua non laudantur*, essa é que, apesar de entregue aos bispos de Olinda e do Pará pelo Internúncio do Rio de Janeiro, Monsenhor Sanguigni, ficou sem o esperado efeito. Não foi publicada e foi até destruída por determinação da Santa Sé, em conseqüência do processo instaurado.

Durante muito tempo negaram-lhe a existência mesma, inclusive os próprios destinatários... Penedo passou então aos olhos do Brasil, da sua imprensa e dos seus estadistas em oposição ao Governo, por um mistificador, malgrado as repetidas afirmações da sua boa fé e do testemunho de muitos contemporâneos como Monsenhor Sanguigni, Rio Branco e Caravelas.

Os debates nos jornais como *A República*, o *Diário* chegavam à detração. Em sua defesa, surgiram o *Correio da Bahia*, a *Nação*, o *Jornal do Comércio* que, nos pedidos, transcreviam os artigos do *Correio* sobre “A Missão Penedo”.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Caravelas em pessoa, já havia exposto na Câmara dos Deputados, em sessão de 2 de junho, a correspondência trocada entre a Chancelaria do Império e o seu diplomata.

O que, porém, mais acirrava a Santa Sé além naturalmente da não utilização dos acordos e transações feitas em Roma – era o erro mais grave ainda em que publicar as instruções-ultimato ao seu agente.

O próprio Antonelli queixou-se de ver publicada nos jornais aquelas desastrosas instruções, chegando a dizer que não trataria com o enviado brasileiro, caso soubesse os poderes de que ele estava munido confidencialmente.

Aí consistiu a habilidade de “Carvalho Moreira, que era com inteira justiça a mais alta figura da diplomacia brasileira do seu tempo”, na expressão de João Dornas Filho.

Em grande parte, a publicação das instruções motivou a destruição ordenada pelo Papa da carta de Antonelli e o silêncio absoluto que sobre a mesma fizeram os dois prelados.

“Essa carta assim destruída – comenta Joaquim Nabuco – reaparecerá mais tarde, por ocasião da anistia, quando o Cardeal Antonelli a envia, segunda vez, por cópia, aos bispos anistiados; muito tempo, porém, do lado dos bispos, se sustentou que semelhante documento nunca existira; que o barão do Penedo mistificara o seu Governo”...

Com efeito, linhas mais adiante, Nabuco retoma o fio de suas considerações: “Se o bispo do Pará mesmo não tivesse mais tarde confessado que recebera essa carta, e a não tivesse publicado na íntegra, o Barão do Penedo passaria, ainda hoje, aos olhos de muitos, e perante a opinião eclesiástica toda, por um inventor ou simulador de Letras Apostólicas, como passou de 1873 até 1886, quando aparece no livro, *A Questão religiosa perante a Santa Sé*, do seu próprio contraditor, a carta contestada. Até essa publicação, a carta era tida por uma fabricação astuciosa da nossa diplomacia; pelos seus termos ficou patente que o êxito da Missão especial fora completo, e que só a inflexibilidade do Governo a tinha inutilizado, fazendo ao mesmo tempo pairar sobre o nome do negociador uma suspeita de insinceridade, da qual só o próprio Governo seria culpado por ter mandado negociar, quando tinha ânimo feito de processar e de punir.”

Se o Governo Imperial, em vez de processar e de punir, tivesse sabido *anistiar* – o que só fez mais tarde em 1875, depois de alijadas de si a simpatia do Clero brasileiro e da Santa Sé – teria tomado uma decisão politicamente acertada, aproveitando pela anistia “*a grande e inesperada vitória que seu enviado havia obtido em Roma*”, como a considerava Joaquim Nabuco.

Mas como o Governo Imperial não se dispôs a dar anistia, a negação da “*carta fatal*”, segundo a chamou o bispo do Pará, se processou

calmamente, silenciosamente, inevitavelmente a defesa completa que se serviu fazer-me nas duas do mar.

Essa origem da campanha movida por muitos anos seguidos, tremenda campanha de difamação contra o Barão do Penedo.

*

Como fora recebida no Brasil pelo Governo Imperial a Missão Penedo? Que recepção lhe fizeram o Imperador e seus Secretários de Estado, especialmente Caravelas, ministro de Estrangeiros?

Os documentos oficiais depõem completamente a favor do diplomata do Império, que recebeu não somente elogios pelo êxito de sua missão, como a mais ampla defesa pronunciada no Parlamento, feita até pelo Visconde do Rio Branco.

Em carta datada de Londres, 8 de agosto de 1874, escrevia Penedo ao visconde: “Tenho por fim especial dirigindo estas letras a V. Ex^a, agradecer-lhe muito cordialmente a defesa completa que se serviu fazer-me nas duas questões – Missão a Roma, e negócios do Conde d’Áquila. Em ambas ocasiões a sua habilidade e mestria foram perfeitamente triunfantes dos seus adversários. Ninguém hoje poderá em boa fé chamar misterioso esse celebre documento do Cardeal Antonelli, de que devia ser portador o plenipotenciário como Correio de Gabinete; nem acreditar nas pretendidas promessas feitas pelo negociador para obter o feliz resultado de missão.”

Em rigor, Penedo tivera o maior cuidado de informar prontamente ao seu governo todos os detalhes da Missão especial.

Antes de voltar a Londres, em sua rápida passagem por Paris, ele não se descuidou de relatar em carta privada ao Imperador os eventos de sua gestão, bem como de apontar a D. Pedro II os papéis que ele dirigira a Caravelas.

“Presumo que a esta hora – ponderava Penedo ao Imperador em 16 de janeiro de 1874 – terá já chegado ao Rio de Janeiro a minha missão. Sem dúvida terá sido tudo remetido ao alto conhecimento de Vossa Majestade. Pode ser, porém, que o mesmo não acontece ao ofício que nesta data escrevo ao Ministério dos Estrangeiros.”

E pelo certo, resolvendo as dúvidas, Penedo encaminhava a Pedro II a cópia do tal ofício, onde ele procura dar ao Governo Imperial um

conhecimento exato das duas coisas em Roma, por ocasião da nossa questão dos bispos.

Será por esse simples fato, o diplomata dirigir-se diretamente ao seu Imperador, excusando-se aliás – “Espero que Vossa Majestade me desculpará apreciando o fato pela intenção” – que Caravelas se melindrou e zangou-se?

A verdade é que João Maurício Vanderlei – “o compadre e amigo João” como chamava Penedo ao Barão de Cotegipe – mudava de cara completamente em sua correspondência.

Logo no princípio de 1874, em 8 de fevereiro, João – como ele assinava as cartas a Penedo – dizia ao seu “caro Moreira”:

“Por uma carta do Correia, e outra do Rodrigues tive uns longes [Cotegipe se encontrava na Bahia] do bom êxito de tua missão, o que vejo confirmado pelos Documentos Oficiais – que o Governo mandou publicar.

“Regozijo-me com isto, e dou-te os parabéns. Meteste uma lança em África! Duvidei que conseguisses tanto – máxime depois do processo dos bispos. No Rio ficaram satisfeítíssimos, e há de que, porquanto o caso complicava-se, e o resultado em duvidoso. Cumpre notar que tenho a questão por finda; considero-a como em trégua; mas inda há muito que agradecer-te”.

Cotegipe nesse curioso documento, existente nos Arquivos do Itamarati, acertava duas vezes. Quando reconhecia que “*no Rio ficaram satisfeítíssimos*” e mais ainda quando o seu tino político não dava por finda a questão dos bispos, e simplesmente em trégua.

Um mês depois, a 16 de março, aquele *satisfeítíssimo* aparecia radicalmente alterado. Ainda da Bahia, João Vanderlei informava o amigo em Londres:

“Recebi a tua carta de 16 do passado, que foi-me entregue, quando o vapor já havia largado para o Rio, de sorte que ainda não pude escrever sobre o objeto, em que me falas. Não sei, o que será, porque *ouvi rosnar, que o Caravelas não está satisfeito contigo, dizendo-se até que não se contentava com menos – que a tua Demissão!* (grifo nosso)

“Não acredito em tudo; mas desconfio que *algo* há por lá, posto que Rio Branco não me dê a entender nada. Tu saberás disso melhor do que eu, que falo por ouvir. Não compreendo que depois da *aprovação oficial* (grifo de Cotegipe) surjam novas considerações. Se quiseram atirar a dois alvos ao mesmo tempo, processos e negociações, culpem a si, e não ao negociador. E demais a carta de que me remetes cópia é muito expressiva. Para o que der e vier é conveniente, que me remetas os papéis, que me anuncias.

“Os tempos estão críticos; perdemos toda a colheita; mas não obstante irei ao Rio, inda que pouco me demore.

“Dizem-me que a pena do bispo será comutada em prisão simples, nova asneira! Ou perdão pleno ou deportação”.

Essa carta até agora inédita do Arquivo Penedo demonstra claramente a completa incoerência de atitudes do Governo Imperial, atirando a dois alvos, processo e negociação, violência e ajuste, como se possível fosse um entrosamento dos dois expedientes.

A conclusão é que Caravelas, depois de dar a aprovação oficial como sublinhou Cotegipe, pensava até na demissão do negociador em Roma, única forma que encheria as medidas de sua satisfação.

Essa brusca mudança de atitudes, por parte do ministro de Estrangeiros segundo se depreende das afirmações de Cotegipe, procederia principalmente da conduta condenável adotada pelo Governo Imperial nessa famosa e debatida quadra da vida nacional.

A carta prova no entanto como são cheios de segredos e hipocrisia os bastidores da mestra História. Enquanto publicamente, na praça e sobre o tablado, se exibia a aprovação da Missão Penedo nos Documentos Oficiais, rosnava o ministro, de dentro da sua Chancelaria, que só se contentaria com a demissão do seu agente diplomático!

Bela sinceridade essa dos documentos oficiais e lealdade grande essa, a da vida diplomática...

O depoimento do Barão de Cotegipe ora apresentado reveste-se de tanto maior interesse histórico quanto, um ano mais tarde, ele fará parte do Gabinete Caxias, de 25 de junho de 1875, ocupando simultaneamente a pasta de Estrangeiros e da Fazenda, e influirá decisivamente para a concessão da anistia aos bispos.

Com muita razão exclamava Cotegipe a respeito da comutação da pena, “*nova asneira!*” A solução do nó gordio comportava somente cortes radicais – ou perdão pleno ou deportação.

Jamais a prisão de efeito, inútil e negativa em suas conseqüências políticas, anulando os resultados da missão Penedo vitoriosa, destruindo o prestígio do Clero, violando a imunidade episcopal.

Nova asneira queria cometer o Visconde de Caravelas, censurando o ministro do Brasil depois de feito o elogio oficial e ostensivo de seus trabalhos?

No mesmo dia que se dirige a Penedo, a 16 de março de 1874, Cotegeipe envia estas linhas a Justiniano José da Rocha: “Tenho presente a sua prezada carta de 11. Só por ela pude inteirar-me do que havia em relação ao nosso Penedo, porque pelo Governo apenas soube da aprovação dada à Missão especial. A lógica com efeito não permitia que fosse punido o ministro, a quem se elogiara; mas como o Brasil é o país dos absurdos, bem podia suceder que a conclusão fosse diversa. Alegro-me com a opinião do Caravelas, apesar de que sempre supus – que não seria nunca ele, quem desairaria o Penedo, ainda que tivesse de fazer-lhe reparos. Não recebi carta de Otaviano sobre o assunto. Recebi-a, porém, de Penedo com a cópia de outra do Rio Branco congratulando-se com ele pelo bom êxito da Missão. Promete-me enviar a *papelada*, e eu acabo de exigir o cumprimento da promessa. O que for, soará.

“Que culpa tem Penedo, de que o bispo e núncio julguem-se autorizados a suprimir uma Carta do Papa infalível [grifo do original] – para demonstrarem que o dogma é a arma de guerra?

“Será certo que o Padre Pinto de Campos ande por lá a meter-se de pacificador? Livre-nos Deus de certos amigos que dos inimigos me acautelarei eu.”

Desfaziam-se assim os boatos de que Caravelas não estava satisfeito com Penedo. Eram rumores, provavelmente calúnia. Inveja daqueles que não lhe podiam tolerar o nome no cartaz. Porque o Barão do Penedo era agora íntimo para o homem da rua. Dele falavam os jornais ora bem ora mal. Com ele se ocupavam os padres e contra ele deblateravam bispos e cardeais. O Papa era obrigado a cogitar de sua existência. Deputados, senadores, ministros, publicistas, o próprio Imperador distribuíam-lhe louvores ou vitupérios.

Um escultor francês, D. Epinay, julgara conveniente em Roma fazer-lhe o busto no mármore de Carrara, durante esse ano tão atormentado de 1874.

Trabalhada artisticamente nessa lousa que precede a imortalidade, lá ficava a cabeça daquele Doutor de Oxford, com os sulcos da idade bem à vista, mostrando como iam longe os tempos do “leão do Rio” e do *gentleman* de Londres, imagens com que Otaviano soubera cercar a saudade grande do seu antigo companheiro de lutas...

*

Que pensava o Barão do Penedo consigo mesmo da sua missão? Que diria ele diante desse *imbroglio* em que o metera a conduta dúplice do Governo?

Poucos historiadores no caso terão dado um depoimento mais sereno ou emitido um juízo crítico mais perfeito e preciso.

“Se não era possível – escreveu Penedo – demorar a instauração do processo até o resultado da Missão; ou se, depois de obtida a solução pedida a Roma, já não era possível suspendê-lo, nem fazer intervir a anistia que apareceu um ano depois, *então a missão mandada a Roma estava desde o começo condenada sem remédio a não ter resultado prático*, mesmo depois de conseguidos todos os desejos do Governo.”

Essa verdade a dos fatos, a realidade palpitante. A ausência de resultado prático evidente, porque desde o começo a missão estava “*condenada sem remédio*”.

Penedo não se iludia, portanto, com os resultados de sua missão. Tardiamente fazia a descoberta. Revelava, porém, a dignidade e a lisura do seu modo de proceder.

O Governo Imperial esse é que não podia assim se manifestar.

Ao passo que “o Visconde (Rio Branco) andava aflito por fazer as pazes com Roma, por meios diplomáticos”, segundo o conceito de Calógeras em *A Formação Histórica do Brasil* (pág. 362) –, o Imperador, ao contrário, intervinha ao ponto de tornar conhecida sua vontade dos magistrados do Supremo Tribunal.

Dessa maneira para ter mandado a Roma o Barão do Penedo, “legista capaz e diplomata experiente”, como considera Calógeras?

Para que mandar o Governo pedir licença ao Papa para o Imperador ter o ministro maçom, como jocosamente dizia Otaviano?

Para que, enfim, nessa investida do regalismo contra “a luta da Igreja pela antiga preponderância” na frase de Rio Branco, expedir um enviado soleníssimo e respeitoso a Canossa?

Ir a Canossa? Sim. Mas como Henrique IV, Imperador da Alemanha, que, premido pela desgraça da excomunhão, foi destituído do poder temporal implorar o perdão de Gregório VII naquele tremendo inverno de 1077, sofrendo os gelos da neve e as torturas da fome. Recuperar o poder e levantar a cabeça.

Mas ir a Canossa “em missão de guerra e não de paz” (Calógeras perfilhou a imagem de Joaquim Nabuco), reproduzir a ida ao famoso castelo da Toscana, transformado agora na cidadela moral do Vaticano diminuído pela unidade italiana, para impor ditames à conduta de seus prelados?

Isto parecia e era a insensatez.

O próprio Pio IX recapitulava os dissabores do passado, ao receber em Roma frei Vital, anistiado e já erigido muito moço em mártir da religião.

– *Ah! figlio mio!* – exclamou ele – agora compreendo os vossos atos em Pernambuco. Não tendes um só cabelo branco; e entretanto muitos do que tenho na minha cabeça (levantando o solidéu), fostes vós que mos fizestes!

Comentando essa versão da entrevista do Pontífice com o Diocesano de Olinda, ouvida de pessoa fidedigna, assegura Penedo:

– Isto é característico do Papa Pio IX. Assim o dirá quem conheceu o seu espírito sempre pronto e a propósito.

OS AMIGOS ROTHSCHILDS

M

AS em 32, Grosvenor Gardens não se fazia tão-somente seguir as regras do *savoir vivre*, com que o francês parece levar de cor essa vida de civilização e mundanismo: “*de la politesse et la bonne cuisine*”.

Trabalhava-se e com intensidade.

A guerra do Paraguai, que havia, entre outros prejuízos morais, custado ao Brasil cerca de 600.000 contos e o sacrifício de 24.000 vidas, aumentara a voragem dos déficits do Império.

Os homens de estado assombravam-se diante do fantasma. O Imperador, esse não lhe pagava a menor atenção. Uma vez que o dinheiro tomado emprestado no estrangeiro fosse empregado em fontes de renda – pensava ele – não fazia mal que se recorresse ao expediente de sempre: buscar dinheiro na Inglaterra.

Nessas horas então de angústia financeira, a Legação imperial, em Londres, revestia-se de excepcional importância. É por isso que, já em 1855, o Marquês de Paraná encarecia a Penedo o valor do posto que lhe concediam, verdadeiro pivô do crédito internacional do Brasil: “*a ingerên-*

cia dessa Legação nos negócios financeiros faz exigir que, além da capacidade diplomática, tenha o ministro grande zelo pelos interesses do país e incontestável probidade”.

E acrescentava outra recomendação, aludindo à atuação de Sérgio Teixeira de Macedo, antecessor de Penedo na Legação de Londres: “não queremos que o ministro do Brasil *se faça representante* do Governo da Rainha *ou dos nossos Agentes Financeiros*”...

Este o ponto fraco, sensibílíssimo. Sem se fazerem embora representantes dos nossos agentes financeiros, quase todos os ministros do Brasil lhes aceitavam os presentes.

Desde o Marquês de Barbacena, que obtivera do exigente Marquês de Maricá das *Máximas* a permissão para registro no próprio contrato do empréstimo a sua porcentagem ao lado da comissão dos agenciadores, a coisa se passava a fazer *extra muros*, sem deixar vestígios comprometedores...

Porque até da Câmara se comentava na Corte do Rio de Janeiro essa calma de Barbacena, e se pedira que, por decoro e devotamento à pátria, o exemplo não frutificasse. Assim, os sucessores de Barbacena envolveram-se de maior cautela. Usaram outro processo, legítimo comum na Europa também entre os diplomatas que negociavam empréstimos para o seu país.

Penedo referiu em carta *confidencial* a Sinimbu qual a verdade exata sobre a questão das porcentagens.

O brilho inexcelável, que imprimiu à representação do Brasil na Corte de Saint-James e o fazia homem necessário em Londres, derrotando mesmo as aspirações do Visconde de Cabo Frio ansioso de acabar a carreira no invejado posto, contribuía enormemente para atizar a calúnia e aumentar a campanha da difamação.

Recebia Penedo das mãos do velho Barão Lionel Nathan de Rothschild os mesmos favores que os seus colegas.

Havia, no entanto, uma diferença fundamental. Os outros punham no bolso ou legavam à família esses presentes nababescos de milhares de esterlinos enquanto Penedo os dispndia até o último *penny* em Grosvenor Gardens.

“Penedo foi na verdade – escreveu Oliveira Lima em suas *Memórias* (pág. 196) – acusado de receber da Casa Rothschild a comissão usual do

agenciador da operação financeira. Se a recusasse, ela não seria inscrita ao crédito do nosso Governo, mas ficaria para os banqueiros. O ministro da Fazenda Zacarias, desafeto de Penedo, demitiu-o e por isso, bem a contragosto do Imperador, que era excelente juiz em matéria de honestidade.

“Penedo não enriquecera com o seu papel financeiro. Morreu pobre, a baronesa escondendo que estava aplicando os seus últimos recursos e até vendendo jóias e pratas para dar ao marido a ilusão da abundância e a continuidade do conforto.

“Ele próprio me disse um dia que 200,000 libras esterlinas de comissões de empréstimos lhe haviam passado pelas mãos e a expressão era literal, porque ele as despendera no brilho da nossa representação, para a qual era insuficiente o seu vencimento de 24 contos ouro; tão minguado se o compararmos aos atuais vencimentos dos nossos embaixadores.”

E devia ser essa a verdade mesmo, para ser conforme com a abundância de Grosvenor Gardens.

Ainda em 24 de junho de 1878, Penedo se dirigia ao seu “caro Vila Bela [Sousa Leão]” e ministro de Estrangeiros: “Não há em Londres um só enviado extraordinário que viva ou possa viver – decentemente – com £ 2,800, que é ao que fica reduzido o do Brasil.” E juntava: “Eu que pago pelo aluguel de minha casa particular que não é pequena 1,400 por ano, não tenho nela lugar para acomodar o enorme arquivo desta Legação, maior que o de todas as outras.”

Ficava assim evidenciado que o ministro do Brasil não vivia somente de seus vencimentos, cuja metade era consumido pelo aluguel da casa particular. Rico embora, herdeiro de uma fazenda na cidade de Penedo, não seria no entanto, essa renda que sustentaria o seu fausto.

Seriam as comissões ou “*presentes*” – como por eufemismo ele as chamava – dos empréstimos negociados. Ou então o jogo da Bolsa de títulos, onde para ele jogava o velho Lionel Rothschild para ganhar na certa.

O velho barão Rothschild, esse cada vez mais se fazia amigo de Penedo. Não saía de Grosvenor Gardens, de onde era *habitué*. E o costume passou à descendência. Alfredo de Rothschild conservou essa amizade, depois da morte do velho Lionel.

Volvido algum tempo, ainda seria Penedo quem aproximaria Joaquim Nabuco de Alfredo Rothschild, segundo nos referiu em palestra a escritora Carolina Nabuco, autora de uma biografia excelente de seu progenitor.

Os amigos Rothschilds conferiam-lhe um prestígio pessoal extraordinário na City e em outros meios financeiros de Londres e Paris.

Esse prestígio de Penedo consolidava-se desde muitos anos. Já em 26 de abril de 1865, Francisco Otaviano então em missão diplomática especial no Rio da Prata, onde a 1.º de maio do mesmo ano assinou, em nome do Brasil, o célebre Tratado da Tríplice Aliança contra Solano López, escrevia pedindo a ajuda do amigo para um empréstimo da Argentina:

“Como saberás, estou também metido a diplomata! Não sei que mais terei de representar na comédia do mundo.

“O Governo argentino manda celebrar em Londres um empréstimo por D. Norberto de la Riestra. O Governo Imperial te há de recomendar este negócio. Mas desde já tomo sobre mim pedir-te que ajudes com os teus bons officios e os de nossos agentes financeiros a pretensão do Governo argentino, que é nosso aliado fiel e sincero na guerra ao bruto feroz do Paraguai.”

Penedo era dessa maneira chamado a intervir até na política internacional sul-americana, que acompanhou sempre com o maior interesse.

O prestígio nos meios da finança mundial que lhe emprestavam “os amigos Rothschilds” era mesmo para estomagar muita inveja a açular a todos os instantes a língua de fogo da calúnia.

O Gabinete Rio Branco quis despedir-se do poder com as finanças em dia.

Por ordem do Governo Imperial, a 18 de janeiro de 1875, Penedo negocia com o Barão Lionel Nathan de Rothschild um empréstimo no valor de £ 5.000.000.

Era o sexto e último empréstimo negociado pelo Barão do Penedo, dentre os onze contraídos pelo Segundo Império último empréstimo negociado pelo Barão do Penedo, Último porque dora avante passaria a função a ser competência da Delegacia do Tesouro em Londres, cujo responsável, Castro Azevedo, declarara aos Rothschilds, recusando a comissão de contratador, que apenas aceitaria um quilo de uvas de suas estufas...

O empréstimo de 1875 não podia ser concluído em melhores condições na praça de Londres, atendendo-se sobretudo à proximidade com que se sucediam essas operações: 1863, 1865, 1871, 1875...

Era um nunca acabar de déficits e empréstimos externos correspondentes.

Os cinco milhões de esterlinos haviam sido levantados por Penedo, ao preço de 96½ (valor real da operação £ 5.301.200), comissão e despesas de 2¼ % e juros de 5%. Somente o pequeno empréstimo de 1858, também negociado por Penedo, alcançara condições tão vantajosas, emitindo a 95 ½ e juros de 4½ %.

Mesmo as maiores e mais acreditadas – como dizia *A Nação*, jornal da capital do Império e órgão do Partido Conservador, em um editorial publicado em fevereiro de 1875 – potências da América e da Europa não puderam “atingir nesse mercado o preço que alcançamos, a não ser a Alemanha, que, depois das vitórias de Sedan, Metz e Orléans, e já os seus exércitos diante dos muros de Paris, conseguiu levantar dois empréstimos ao preço de 96½, em dezembro de 1870, e de 96, em janeiro de 1871, ambos ao juro de 5%.”

E era a Imperial Alemanha de Bismarck.

Um órgão financeiro de Londres, bem seguro nas suas apreciações, a *Money Market Review*, tinha comentado que a última operação “elevou o crédito do Brasil a um ponto a que em tempo algum tinha chegado.”

Entretanto, malgrado a realidade de si evidente, a imprensa liberal atacava o empréstimo de 1875 e o seu negociador.

Insinuavam que outros banqueiros, Erlanger & Rafael, por intermédio do gerente do Banco Alemão na Corte do Rio de Janeiro, tinham oferecido outras condições mais vantajosas que as dos Rothschilds.

A *Reforma*, órgão de ataque da oposição liberal, atribuía sem prova alguma ao Barão do Penedo a não aceitação das condições da firma Erlanger & Rafael, por ser ele *amigo dos Rothschilds*...

A verdade estava em que *The Financier*, órgão de grande circulação na City, publicava uma idéia falsíssima da situação financeira do Império brasileiro.

Outro jornal de Londres anunciava que “a revolução no norte do Império tomava *aspecto assustador*, e que um importante jornal do Rio

de Janeiro publicara dados pelos quais se via que o *estado financeiro do Brasil era péssimo*”.

Por outro lado, o mercado monetário de Londres tinha piorado suas condições e o Banco da Inglaterra elevara extraordinariamente as suas taxas.

Diante dos maus sinais do tempo, os banqueiros que iam aventurar a primeira viagem, declararam não poder ratificar o contrato prometido.

Nessas condições, Penedo volta-se para o velho Barão Lionel de Rothschild e, entre duas garfadas de uma daquelas saborosas e convincentes criações de Cortais, na sua mansão de Grosvenor Gardens, arranca a operação de empréstimo em situação bem razoável.

Talvez essa a causa de não ter o velho Rothschild *se estomagado...* com a presença do “frangote”, a querer desbançar a raposa na concorrência.

Entretanto no Rio de Janeiro, a imprensa liberal procurava insinuar que fora o ministro do Brasil em Londres quem impedira a negociação com Erlanger & Rafael.

Diante da *tiedeur* das defesas oficiais, Artur de Carvalho Moreira então no Rio, e como bom filho, sai em campo com um artigo violento que irritou mais ainda a *Reforma*. O órgão liberal considera então de “sua honra” castigar o pai pelos extremos do filho.

E para arranjar matéria, a *Reforma* estende o ataque a outros assuntos eventualmente a cargo da Legação imperial em Londres, como a do famoso encouraçado *Independência*. E chamava o ministro de “*nulidade*”.

“Ultimamente – escreve Otaviano em carta de 23 de fevereiro de 1875 – a *Reforma* te atacou pela questão do encouraçado. Ainda fui ao Governo pedir que publicasse a tua correspondência; esperei de balde. Desenganado, aproveitei uma reunião do Centro Liberal que não queria por mais tempo, que, à minha sombra também, fosses caluniado e injuriado; e escrevi no *Jornal do Comércio* umas linhas em defesa tua, que naturalmente o Rodrigues te mandará.

“Essas linhas tiveram dois bons efeitos, 1.º mostrar que no campo liberal tinhas amigos e que a *Reforma* não era órgão dos moderados; 2.º obrigar o Governo a te mandar defender e muito bem, na *Nação*. Pela primeira vez, animada pelo apoio de um adversário como eu, *A Nação* te defendeu em regra. Até agora não teve resposta.

“Em tudo isto nada tens que me agradecer. A nossa amizade é da ordem daquelas que estão fora da moda.”

*

Amizade daquelas que estão fora da moda, Otaviano, o mesmo cintilante orador que havia encantado a Câmara com seu discurso célebre sobre a “formosa província de Minas” – tinha desses rasgos simples, bem brasileiros no fraseado e bem sinceros na espontaneidade.

Porque mostrava ele assim colocar a amizade de um companheiro ausente, que fora o seu guia nas maranhas da advocacia, acima dos interesses oposicionistas do seu partido.

Se Francisco Otaviano era um liberal convicto, não era menos inabalável na sua dedicação aos amigos. E esse devotamento já naquela época parecia “fora da moda”...

Todavia, mesmo daquelas fora da moda, inscreviam-se na lista dos amigos de Penedo alguns nomes políticos que iam ser decisivos para o futuro do país – Cotegipe e Sinimbu.

O Gabinete do Visconde do Rio Branco governara por quatro anos. Fora o de mais duração de toda a Monarquia e constituíra a um tempo o fastígio de Rio Branco e do Império.

Em meados de 1875, a reforma eleitoral sacudia o torpor e aguçava a ambição dos partidos. A situação do país tornava-se séria, pairando sobre o Brasil a expectativa de lutas internas.

O processo eleitoral continuava na mesma forma do sistema encontrado em 1848 pelo então deputado Carvalho Moreira, conservador e um dos líderes da oposição ao lado de João Maurício Vanderlei.

Aquele mesmo complicadíssimo processo de eleição, sobre o qual o deputado Carvalho Moreira declarara num lance de sinceridade e de sarcasmo:

– Melhor tirar a sorte!

A reforma do sistema, em que votavam defuntos e personagens imaginários quando não apareciam duas atas contraditórias de uma só urna, impunha-se para a moralização da Monarquia representativa e parlamentar.

Dos dois líderes de 1848, um era hoje o espectador interessado, ávido das formações e dissoluções de Gabinetes. O outro surgia na política nacional com grandes qualidades de chefe.

Cotegipe se associara arraigadamente à corrente que exigia a eleição direta. Neste ponto ele, geralmente tão conciliador e maneiroso na adaptação das opiniões próprias e alheias, mostrava-se intransigente com Rio Branco, apesar de comungar na mesma fé partidária.

Transcrevemos, aliás, algumas cartas inéditas de Cotegipe a Penedo que demonstram o seu desacordo com o Gabinete de 7 de março na questão religiosa, onde classificava de nova asneira a comutação da sentença do bispo, em vez da deportação ou da anistia.

O seu desacordo na questão eleitoral tomava muito maior vulto, vindo a público e confessando particularmente ao Visconde que não transigiria.

“A oposição de Cotegipe na questão da eleição direta – afirmou Joaquim Nabuco – fora a mais decidida que um estadista podia tomar diante da opinião.”

O resultado foi produzir-se a crise do Gabinete. Rio Branco resigna o poder e o Barão de Cotegipe entra como expoente para o novo Gabinete, formado a 25 de junho de 1875, sob a presidência do Duque de Caxias.

Na verdade, Cotegipe será o presidente do Conselho de fato, lugar-tenente que foi de Caxias desde a primeira hora, merecendo bem o novo Ministério a designação de Gabinete Caxias-Cotegipe.

A afinidade de idéias e de programa de Governo era manifesta entre o grande Pacificador do Império e o eminente estadista baiano que, na frase de Oliveira Lima, ficaria em nossa História como o elemento típico de resistência à desagregação nacional.

A Cotegipe vieram caber as duas pastas mais importantes – a da Fazenda e a de Estrangeiros – no Gabinete Caxias.

Poderia ele agora realizar o seu pensamento tão caro da anistia aos bispos, justificando no poder o que dissera na oposição.

E traçar também seus planos de industrialização do país, começando pela produção sacarina.

Como receberam os liberais o novo Ministério? E sobretudo, Francisco Otaviano, o grande amigo comum de Penedo e Cotegipe?

A julgar pelo que escreveu ao seu amigo querido de Londres, em 15 de julho desse mesmo ano, a situação de Cotegipe encontrava resistência

e obstáculos: “O teu compadre Vanderlei, só para fazer alguns deputados na sua Bahia, pôs-se em triste posição, aceitando ministério, que prevejo lhe será a sessão do ano seguinte um leito de espinhos! Com toda a lealdade lho disse aqui em casa, e preveni que diria na tribuna, como sucedeu; mas continuamos, no particular, como amigos que se respeitam. Fez-me ele um grande favor, porque não sabia eu mais o que inventasse de barricadas para me livrar de dar com os narizes na lama da política imperial. Só de viva voz se podem contar certas coisas e por isso não adianto nesta carta.

“Tu percebes o que omito, porque conheces o Olimpo e sabes como Júpiter dispõe dos risos e dos raios, e eu não duvido sofrer os raios, mas não gosto de me expor a eles.”

Otaviano falava como digno membro e assíduo freqüentador do Centro Liberal, do qual era presidente Sinimbu e figura de relevo Nabuco de Araújo. O Partido Liberal mantém-se a contragosto longo tempo fora do poder. Sempre a ventilar idéias de Governo, programas eleitorais de administração e campanhas eleitorais de renovação que eram imediatamente abraçadas pelo Partido Conservador, perpetuado assim no poder...

Para os últimos é evidente que só enxergariam em Júpiter os seus sorrisos olímpicos. Os primeiros, degradados, pobres anjos de cara suja, entreviam apenas o *facies* divino em meio ao clarão de seus raios torrantes...

De Londres, longe dos corrilhos, ele que fora no passado um conservador tremendamente revolucionário e oposicionista, – coisa inconcebível agora que se sucediam os Gabinetes conservadores –, Penedo usufruía a comodidade da platéia de um teatro dramático, em cujo palco se desenvolvesse a cena angustiada de um duelo de morte.

Não queria isso, porém, significar a sua indiferença pelas coisas que se passavam no Brasil. Não pode haver patriotas mais exaltados do que os que se acham no estrangeiro.

E, apesar de mais de vinte anos ausente, Penedo ausculta as palpitações do Brasil. Revela-se um *enragé* logo que se trata de assuntos de sua terra e muitos anos depois, quando aposentado e morrendo em vida no Brasil, ainda é capaz de fazer artigos para a imprensa, defendendo os interesses da alfândega da cidade do Penedo...

Não admira, pois, que Cotegipe, vendo-se assoberbado de trabalho, com dois ministérios de peso como a Fazenda e Estrangeiros, queira descarregar um pouco sobre o companheiro de combate as honras da vitória.

Ao findar-se esse ano de 1875, Cotegipe dirige a Penedo uma longa carta, datada de 22 de novembro, pedindo a indicação do nome de um diplomata da carreira para exercer o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Desejava ele ficar somente com a pasta da Fazenda, como realmente depois aconteceu em 1877, quando Diogo Cavalcanti de Albuquerque passou do Ministério da Justiça para o de Estrangeiros –, e fazia essa consulta sobremodo honrosa ao ministro do Império em Londres.

Seria talvez mesmo uma sondagem indireta. Penedo, sem enorme sacrifício financeiro e radical transformação do seu trem de vida, não poderia aceitar a sua nomeação para ministro de Estrangeiros. Escreve então ao amigo sinceramente, sem papas na língua.

PENEDO A COTEGIPE

Paris, 17 de dezembro de 1875.

“Meu querido e saudoso João.

“Como te disse na minha carta de 15 do corrente aqui me acho por poucos dias, e vou responder de pronto à tua boa carta de 22 de novembro, que acabo de receber.

“Deixo por ora falar-te de outros pontos, aliás importantes, como o crédito real – porque não posso fazê-lo daqui, e *à la legere*. Limito-me para um único ponto i. e. – indicar-te um diplomata que possa ocupar a pasta do Estrangeiro.

“Sem a menor sombra de hesitação não receio dizer-te que não há *um só* que possa servir para isso.

“Os mais graduados em prestígio (a distância para as reputações produz o efeito contrário ao da óptica quanto aos objetos, engrandece-as) – são, pelo que *ouço dizer*, o Cágado Itajubá e o Poeta Magalhães. Pois bem o primeiro há 40 anos fora do Brasil, para onde prometeu não voltar pelo seu contrato de casamento, quando era cônsul em Hamburgo, é um velho setuagenário, *rabugento*, ignorando tudo quanto se tem feito e se está fazendo no Brasil; comodista por hábito, e senilidade; medroso como um capão; deitando-se às dez horas da noite; detestando o trabalho; e na minha opinião, pois o conheço como minhas algibeiras, de cabeça medíocre quando muito; e *ainda que o fizessem Imperador lá não iria, nem a mulher para essa terra de macacos e de febre amarela!* O segundo,

por lá o conhecem melhor do que eu; sobre tudo o Imperador, para quem fez os *Tamoios*; e o Caxias de quem foi o Tito Lívio. Só direi pois dele, que diplomata *en amateur*, segundo parece; de um gênio assomado, e de um orgulho constitucional, seria um elemento de desorganização do Ministério, onde ele se julgaria, e isto por favor ao *Caxias, o primus inter pares*. Eis aí os dois que têm estado ultimamente mais na berra.

“Quanto aos outros, qual o Guegen (Lisboa) esse, sujo, ridículo de faixa e de tudo. – O Loureiro, preguiçoso, medroso das sombras, sem a menor idéia da política do Brasil; comodista, e sem a menor das qualidades para semelhante tarefa. O velho e conhecido Figueiredo. O Brito é homem de bom senso, muito juízo, mas decididamente não é para essas balelas. O grande charlatão Varnhagen, nesse nem falemos. Voilà quanto aos da Europa. Os da América, tu os conhece melhor do que eu; e, portanto, não falemos neles. E porque não hás de chamar para esse posto um por mim que julgo será bem aceito por todos (menos pelo grande Amaral). Esse de quem falo é J. P. de Carvalho Moraes. Ele já foi teu secretário, e pois “*je m’en rapporte à vous*” – sabendo já o manejo da Secretaria; sabendo bem as línguas, tendo estado em duas grandes presidências. Eis aí um nome que sugiro, na persuasão de que não lembraste ainda dele.

“Para aqui a minha tacha, e termino dizendo-te que breve te escreverei de Londres.

“Adeus teu

“Moreira.

“P.S – A pasta da Fazenda precisa de um homem da tua qualidade e não será fácil achá-lo. – Lembra-te disso, meu caro.”

*

Diante de semelhante informação, verdadeiro *delenda Cartago*, ao tato de Cotegipe só cabia guardar o último conselho, o do pós-escrito. E assim fez, à espera de melhoras auras na diplomacia do Império.

De Moreira é que não havia cerimônias para o “saudosos João”. Saía tudo limpíssimo e, convenha-se lá, exageradíssimo também, quando hoje se recordam as belas figuras de Itajubá, Gonçalves de Magalhães e Porto Seguro.

*

Não era apenas o problema do crédito real a missão financeira de que Cotegipe, investido do cargo de ministro da Fazenda, incumbia o seu amigo Moreira.

Outras questões se precipitavam como as dos estabelecimentos de engenhos centrais para a fabricação do açúcar de cana, a do encouraçado *Independência*.

A Lei n.º 1.237, de 24 de setembro de 1864, estabelecia um plano econômico para o Império, baseado na fundação de um Banco de Crédito Real. O capital seria subscrito no estrangeiro e possivelmente no *reino de Israel* – como Otaviano, da sua visita à Inglaterra e recordando discussões financeiras com os banqueiros da City, guardara o hábito de designar a gloriosa nação insular.

E no reino de Israel imperavam mais gloriosamente os banqueiros *Rothschilds*.

Por um ofício reservado do Ministério da Fazenda, da mesma data de sua carta particular, Cotegipe manda ao Barão do Penedo o decreto legislativo que autorizava garantia de juros ao Banco de Crédito Real que se fundasse e permitia a concessão de juros garantidos de 7% às companhias, que se propusessem estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana.

Mandava ainda que, vertido para o inglês, fosse o decreto publicado nas folhas de maior circulação de Londres. Deveria o ministro brasileiro procurar conhecer as opiniões que formassem sobre o assunto e transmiti-las ao Governo Imperial, com as observações que lhe ocorressem.

Dava-se assim força e prestígio ao ministro, que tinha assim a faculdade de opinar.

Entretanto, o Banco de Crédito Real não encontrou entusiastas na City. E parece que ainda hoje perambula na Administração pública do país como um sonâmbulo tolerado e imaginário...

Os engenhos centrais foram mais felizes. Os nossos agentes financeiros obtiveram a constituição de várias companhias, que passaram a funcionar em partes diversas do Império, conservando a sua direção suprema em Londres.

Cotegipe emprestava grande significação a essa instituição dos engenhos centrais. Além de ser o começo da industrialização do Brasil, via ele nesse meio “a transição do trabalho escravo para o trabalho livre”, drama intenso e fragoroso com que irá cair a Monarquia.

E o sistema proposto, removendo os apuros em que se achava a lavoura do Império, proporcionava uma fonte segura à qual poderiam recorrer os agricultores em seus embarços.

Penedo interessa-se vivamente pelo problema, ele que levantara tantos empréstimos na praça de Londres para a construção das estradas de ferro do Brasil, inclusive a D. Pedro II, atualmente Central do Brasil, e a Santos-Jundiaí, mais conhecida por São Paulo Railway, como ainda em 1876 se ocupara da Madeira–Mamoré, por ordem de Cotegipe.

Procura conciliar os interesses em jogo, amenizando os casos pessoais.

Assim quando destituído de suas funções de diretor-gerente de uma companhia no Brasil, certo patricio pôs a diretoria em polvorosa, constituindo advogado, Penedo tentou apaziguar e convencer que ele se devia contentar com a indenização de \$1.000 dados pela companhia como refere o próprio em volume depois publicado:

“Uma vez de posse do *cobre* (bem bom ouro, que era) disse eu aos meus botões: Isto lá no Brasil chama-se pólvora inglesa; logo, queime-mo-la contra estes ladrões! E assim ia eu provar com fatos a sinceridade de minhas palavras quando ao Sr. Barão do Penedo, nosso Ministro em Londres, eu disse”.

– *Eu não morro sem esperar, Sr. Barão!*

Não seria o único. Ninguém queria morrer sem esperar. O Sr. Barão é que se tinha de munir de muita paciência. E quanto mais paciência melhor.

Paciência para suportar as desavenças dos brasileiros com ingleses.

Paciência também para aturar os ataques mais injustos à sua amizade com os Rothschilds. Em todo caso, sua correção era às vezes reconhecida até por ministros ranzinzas como Silveira Martins: “Aprovo o acordo que fez com os nossos agentes”, escrevia-lhe o tribuno dos pampas em novembro de 1878.

E não aprovava somente, mas elogiava também: “Muito agradeço a intervenção de V. Exa. neste negócio e o seu bom desempenho.”

Tratava-se de um adiantamento para o Tesouro obtido por Penedo dos cofres dos Rothschilds.

Ainda bem que havia sobre a Terra alguns homens de boa vontade.



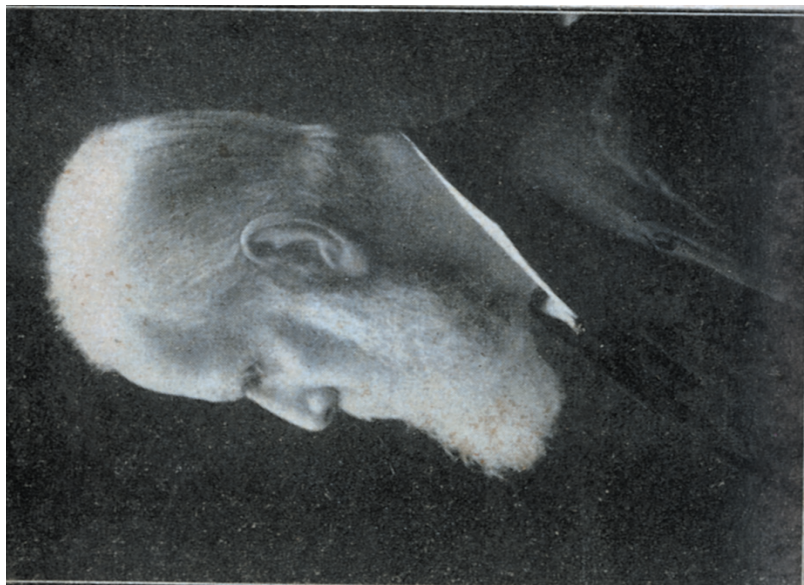
*Princesa ALEXANDRA DA DINAMARCA,
esposa do Príncipe de Gales.
(Foto existente no Itamarati)*



*O Príncipe de GALES
depois Rei Eduardo VII, de Inglaterra.
(Foto existente no Itamarati)*



*A Rainha VITÓRIA
(Foto extraída de um álbum do Itamarati)*



*O Imperador PEDRO II
em Cannes
(Foto do Itamarati)*

.....

XXIII

O SALÃO DE GROSVENOR GARDENS

32

, GROSVENOR GARDENS pertenceu a uma duquesa casada morganaticamente com George IV, rei da Inglaterra.

Existente ainda hoje, conserva a mesma aparência de grandiosidade do passado, segundo se poderá ver de uma fotografia, obtida em Londres, pela nossa embaixada.

Fica próxima a Buckingham Palace, residência oficial do Soberano, como convinha a uma duquesa desposada por Sua Majestade britânica.

A partir de 1873, a Mansão de 32, Grosvenor Gardens foi alugada por Penedo, que residia antes em Cavendish Square.

Em matéria de endereço – coisa que o inglês, sobretudo o londrino, toma imediato como elemento de classificação social – não haveria, portanto, cartão de visita mais apresentável.

A nova residência tinha um porão habitável, onde ficavam a cozinha enorme e outros compartimentos, havendo uma espécie de ponte que, diretamente da rua, levava ao *hall* do primeiro andar.

Esse andar era o das recepções, com o seu grande e vistoso salão forrado de damasco vermelho onde se bailava. Com o salão verde e outro forrado de seda cinzenta, onde a Baronesa do Penedo habitualmente recebia para o chá.

A um ângulo, ficava a biblioteca, sala amplamente arejada, com três janelas para a rua e que formava o lugar predileto de reunião da família.

Aí na biblioteca, Penedo recebia também os seus íntimos para dois dedos de conversa. Mr. Clark, o correspondente do *Jornal do Comércio*, Mr. Youle, o inglês faz-tudo dos brasileiros em Londres, os secretários e adidos da Legação mais queridos como Sousa Correia e Joaquim Nabuco. Aí o ajudava sua filha Carlota Lucinda, incansável na cópia da vasta correspondência do pai, que tudo lhe confiava, desde o borrador de cartas particulares aos maiores estadistas do Império até os ofícios trocados entre a Legação e a Chancelaria e demais membros do Ministério. Foi essa solicitude filial que permitiu a Penedo deixar em legado à sua família um dos arquivos particulares mais ricos do Brasil. Muitas vezes iam ambos, pai e filha, nesse trabalho ingrato até altas horas no remanso da biblioteca.

Dois lances de escada levavam ao segundo andar onde, além dos aposentos de hóspedes que viviam sempre ocupados graças à hospitalidade bem brasileira da baronesa, se achavam os dormitórios do casal e filhos.

Peça sem dúvida bem importante do mesmo pavimento era a enorme sala de jantar, que reunia às vezes em dias de festas, como em Natal ou em dia de grandes banquetes, nada menos de sessenta pessoas. Nesses dias, o anfitrião recordaria a boa e acolhedora mesa patriarcal do capitão-mor Moreira de Carvalho, lá na vila sossegada e poética do Penedo, debruçada sobre as águas do S. Francisco...

O último lance conduzia à meia-água, onde dormiam os empregados. Finalmente uma escada internamente subia do porão ao torreão, que apresentava o aspecto de uma enorme caixa de ferro, utilizada para guardar a famosa prataria do ministro.

Esse o solar, a mansão cujo aluguel importava em mil e quatrocentos libras anuais, além de duzentas mais que Penedo espontaneamente pagava como imposto para os pobres, apesar da isenção de que gozavam os diplomatas.

E esse solar, essa mansão conhecia os seus zeladores dedicados entre alguns empregados, cuja vida ficou ligada ao esplendor do amo.

O criado Luís era português e se gabava de só haver tido três amos: o Marquês de Vila Flor, o Duque de Saldanha e o Barão do Penedo. Detestava as viagens por mar e enjoava mesmo para atravessar a Mancha. Apesar de servir Penedo, durante dezenove anos (de 1870 a 1889), jamais o patrão conseguiu trazê-lo ao Brasil.

Quando forçado pelo advento da República, Penedo teve de passar-lhe atestado, referiu-se a ele sem o menor constrangimento: “*c’est plus qu’un domestique, c’est un ami*”.

Cortais, o cozinheiro, esse andava alto e espigado na sua sobre-casaca e cartola, com ares de *grand seigneur*, fora das horas profissionais. Como que deixava a aparência se contagiar pela imagem do seu antigo amo, um grão-duque da Rússia.

Esperto, defendia-se valentemente nas contas a que Penedo fechava os olhos quando preciso, eximindo generosamente os pecados e a venalidade desse artista vateliano.

O orçamento da cozinha andava às vezes em cerca de duzentas libras mensais, quantia avultada que dá idéia do número e qualidade dos banquetes de Grosvenor Gardens. E o engenhoso Cortais serviu o diplomata doze anos.

Um dia, meio solene, chega-se ele ao Barão e sabendo dos conhecimentos do amo em finanças, pergunta:

– Mr. le Baron, j’ai des demandes à vous faire au sujet de quelques affaires!

– Eh bien? responde o Barão.

– J’ai des petites économies, des bagatelles et je désirais lui donner quelque utile application.

– Combien c’est ça!

– Trente mille francs, Mr. le Baron.

– Alors vous considerez ça une bagatelle?

Afinal as dificuldades obrigaram Penedo a deixar ir embora o dispendiosíssimo Cortais, que vai servir o Rei da Itália.

Mas a Corte do Quirinal não se mostraria tão pródiga de seus recursos nem condescendente para as fraquezas do nosso herói culinário. Porque certa vez ela se enfeitava para um banquete, no qual Cortais ia exibir uma de suas criações em *poisson*.

Um luto repentino de Corte suspende, porém, a realização da festa luculiana. Cortais enfurna os peixes comprados no gelo e na primeira ocasião pede mais dinheiro para comprar pescados ...

Por azar, a tramóia é descoberta casualmente pelos italianos que, sem a munificência de Penedo, o despedem vilmente.

Anos depois, encontrando em Paris com Artur de Andrade Pinto, neto de Carvalho Moreira e filho de Dona Carlotinha, o servo fiel recordaria:

– Ah Monsieur! Le Baron, rien que le Baron, ç’a été mon troisième et le grand protecteur!

Se lembraria então das trinta libras mensais que o Barão lhe pagava em Grosvenor Gardens, e das beiradas que permitiam as faustosas e pomposas festas em casa, numa das quais, de esplendor principesco, Penedo gastou a fortuna de mil e quinhentas libras!

Fora Cortais, no entanto, quem, escrevendo o livro grande dos menus, mantivera um dos encantos de Grosvenor Gardens, a ponto do Príncipe de Gales, o futuro Eduardo VII, deparando numa tarde de outono o velho Ministro, perguntar-lhe interessado de verdade:

– Mon cher Baron, quand me donnerez vous un autre bon dîner?

Porque nessa época de fastígio, a Legação do Brasil recebia o escol da nobreza londrina, graças a essa amizade do futuro Eduardo VII com o ministro de Pedro II.

E a imantar esse prestígio da realeza contribuía a Princesa de Gales, famosa Princesa Alexandra da Dinamarca, considerada a mulher mais bonita da Europa, que nem assim conseguiu evitar a infidelidade do marido *bon viveur* e folgazão...

Não exagera, pois, um notável historiador moderno que é Pedro Calmon quando, narrando a vida do *Rei Filósofo*, escreveu do ministro protegido de Pedro II:

“Nenhum representante do Brasil no exterior gozava do prestígio social de Carvalho Moreira, Barão do Penedo.”

E a confirmar o asserto vem o depoimento precioso de um contemporâneo, o jovem Joaquim Nabuco que serviu cinco anos (1873-1878) como adido à Legação do Brasil em Londres.

Pertence a ele essa evocação realmente cinematográfica de 32, Grosvenor Gardens, que constitui um capítulo, já hoje imortalizado, do prosador de *A Minha Formação*:

“Não tenho espaço nestas páginas para colocar os retratos do dono e da dona da casa.

“Só direi do primeiro, nas suas roupas de doutor de Oxford, que o seu molde diplomático está para o Brasil tão irreparavelmente perdido como para Veneza o de seus embaixadores dos séculos XVI e XVII. Da Baronesa do Penedo basta-me dar este traço: vivendo por mais de trinta anos com a Corte e a sociedade inglesa, ela não pôs nunca no segundo plano as suas amizades inda as mais humildes e exerceu sempre a hospitalidade da sua *mansão* de Londres à boa moda do nosso país, com a mais igual afabilidade para todos, o que bem mostra a altivez de raça de uma Andrada.

“Entre os íntimos de Grosvenor Gardens eu vinha encontrar Rancés, marquês de Casa la Iglesia, o mais belo homem de seu tempo, que não sei se não terá fundado, em expiação do seu perfil, alguma Trappa na Andaluzia; o marquês Fortunato, que representava a realeza extinta de Nápoles tão fielmente como se Francisco II ainda habitasse Capodimonte; o velho John Samuel, que nos contava do velho Brasil, tendo vivido e dirigido a moda no Rio de Janeiro no tempo de Pedro I; outro velho, Saraiva, o dicionário português de Londres, verão e inverno em um casacão que lhe descia até os pés, a longa barba inculta, a pele entalhada como um retábulo espanhol, com um montão de livros debaixo do braço e em cada bolso, primeiro e último amigo de Dom Miguel na Inglaterra, e que desde 1834 se consolava do desterro, da pobreza, do frio de Londres com seus alfarrábios e os seus ouvintes.

“Encontrei ali ainda Mr. Clark, o famoso correspondente do *Jornal do Comércio*, a quem depois sucedi, a *bête noire* de Zacarias, um desses *old gentlemen* que a Inglaterra pode mandar ao estrangeiro, como

certificado, como espécimen nacional, porque nada do que é essencialmente inglês, perfil, caráter, tradição, maneira, preconceito, *humour*, orgulho insular, deixaria de estar representado neles; Pellegrini, o caricaturista de *Vanity Fair*, um dos artistas napolitanos que invadiram com a sua loquacidade alegre, o seu riso comunicativo, a sua mímica irresistível, a fria e reservada sociedade inglesa e tomaram conta dela.”

Eis em painéis sugestivos a sociedade que entre 1874 e 1876 Joaquim Nabuco veio encontrar em Grosvenor Gardens.

“A Legação do Brasil – acrescentava ele – estava naquele tempo no seu maior brilho: pertencia ao número das casas que tinham o privilégio de receber a realeza, isto é, o Príncipe e a Princesa de Gales.”

Pela Princesa Alexandra é que o jovem Nabuco se confessava encantado. Nenhum argumento em favor da Monarquia lhe fora apresentado na mocidade com tamanha força persuasiva...

Opinava que a Monarquia moderna devia, para assegurar a sua continuidade, promulgar a lei sálica em sentido contrário, estabelecendo a realeza exclusiva das mulheres.

E talvez fosse mais certo ainda dizer a realeza exclusiva das mulheres bonitas ...

A experiência política parecia, aliás, corroborar a tese tão interessante. A Rainha Vitória oferecia ao mundo o espetáculo de um esplêndido e pacífico jubileu. D. Maria Cristina soubera manter calma a Espanha, durante uma regência que conheceu tempos cruéis.

É que as massas mantinham intacto o seu interesse profundo pelos dramas em que a primeira figura é uma mulher...

“Além da família real de Inglaterra e da alta sociedade de Belgravia e Mayfair que a cerca, vinham à Legação príncipes estrangeiros reinantes ou destronados, como esse jovem príncipe imperial, azagaiado na Cafraria, e cuja morte, tão inglória que parece predestinada, me faz lembrar a de Saldanha em Campo Osório.

“Era para tal sociedade – continua Joaquim Nabuco – que o famoso Cortais, inspirando-se nas glórias dos grandes cozinheiros, formava o cortejo dos seus pratos arquitetônicos, verdadeiras obras-primas com que depois pretendeu, segundo me disseram, arruinar a coroa de Itália. Ovi

também que ele, seguindo ainda as tradições dos mestres de arte, mostrara uma vez o seu reconhecimento servindo em um dos banquetes do Quirinal uma composição sua inscrita no cartão real – *à la Penedo*. Naquele dia o diplomata brasileiro há de ter dito, como Chateaubriand, quando deram o seu nome a um *beefsteak*: *Agora sim, não posso mais morrer.*”

Esse o fausto e o tino, que raramente se conjugam, o esplendor da representação que mantinha na Corte da Rainha Vitória o ministro de Pedro II.

Aquele mesmo Barão do Penedo, que Oliveira Lima chamou com imparcialidade, “*o mais notável dos nossos diplomatas do Império*”.

O mesmo que ele vira pela primeira vez, em agosto de 1886 “tomando na estação de Charing Cross a sua aristocrática caleça de cocheiro com cabeleira à Luís XVI e trintanário de cabelo empoadado”.

E que morreria depois paupérrimo e esquecido em uma rua de Botafogo...

BRASILEIROS NA INGLATERRA



QUANDO EM 1871, Pedro II estivera pela primeira vez na Inglaterra, Penedo achava-se em disponibilidade, sendo Areias o Ministro em Londres.

Apesar disso foi a ele como conhecedor antigo da Corte da Rainha Vitória que veio a caber a tarefa de preparar o ambiente para o seu Imperador.

A Condessa do Brasil, que se juntara à pequena comitiva do Soberano, prevenira Penedo dos desejos, das preocupações e sobretudo da pressa com que estava Pedro II. Queria ele ver a Rainha Vitória mas jamais se sujeitaria ao ridículo de ir a Buckingham Palace com os calçõezinhos da pragmática...

Exatamente por essa época foi que Penedo teve ocasião de *casser la glace* entre o Imperador e ele, facilitando imensamente a volta ao seu posto predileto na carreira.

Não poderia, assim, esquecer essa circunstância. Multiplicaria os desvelos e gentilezas agora nesse ano de 1877 quando Pedro II pisava pela segunda vez o solo da Inglaterra.

Já por intermédio de Penedo soubera a Rainha Vitória da índole democrática do seu primo coroadado. E tivera ocasião de fazer-lhe uma surpresa tanto agradável quanto mais honrosa na sua simplicidade.

No dia 5 de junho de 1871, às 3 horas da tarde, parou a caruagem de Sua Majestade britânica à porta do Claridge Hotel, onde se hospedara em Londres Pedro II com D. Teresa Cristina.

Era para admirar a distinção e graça com que saltaram duas damas vestidas de escuro – a Rainha Vitória e a Duquesa de Roxburgo.

A duquesa sobraçava uma pequena caixa e seguia os passos da Rainha que entrou no Claridge Hotel em busca do Imperador. Este, homem do mundo como todo Habsburgo, desfez-se em amabilidades.

A Rainha procurava apagar qualquer traço de ressentimento porventura remanescente da desagradável questão Christie. Daquela questão não com a Inglaterra, mas com Lorde Palmerston, como dizia Penedo. Palmerston, aliás, acabava de morrer e a Rainha, lamentando a perda de súdito tão ilustre, ficava livre por outro lado de um ministro assaz impertinente no Foreign Office.

O Imperador, que já recebera em uma barraca de campanha de Uruguaiana a Thornton mandado por Sua Majestade Britânica, rende-se agora diante da própria Rainha que vinha vê-lo no hotel, para trazer-lhe nada menos que a Grã-Cruz da Ordem da Jarreteira.

Honni soit qui mal y pense... lembraria ele a frase célebre e sem malícia do cavaleiro Eduardo III, ao apanhar do chão a liga azul da Condessa de Salisbury.

O fato é que o Imperador apreciou muito a Inglaterra. Gostou imenso da Rainha Vitória e do seu povo, marinheiro ao nascer como nos versos de Castro Alves:

O inglês marinheiro frio,
Que ao nascer no mar se achou
Porque a Inglaterra é um navio
Que Deus na Mancha ancorou.

E a prova de que Pedro II gostou muito da Grã-Bretanha está em ter voltado, com menos pressa e para ver também a Escócia e a Irlanda.

Na segunda viagem, feita pois em junho e julho de 1877, o Imperador ia encontrar o seu áulico em pleno fastígio da vida diplomática.

Penedo tornara-se péssimo correspondente, último dos vícios que lhe poderiam ser imputados.

São festas e recepções por toda Londres, desde 32, Grosvenor Gardens até Buckingham Palace.

Pedro II diz-lhe um dia, maravilhado com as despesas do seu Ministro na Corte de Saint-James:

– *Penedo*, você gasta muito.

– Sim, Majestade.

E o Ministro explica os milhares de libras que ganhava no jogo da bolsa de títulos, onde para ele jogavam os Rothschilds... na certa.

Escrevia a João Vanderlei (Cotegipe) em 2 de julho de 1877:

“A estada do Imperador aqui tem-me feito mau correspondente. Assim deixei de escrever-te na última quinzena. – S.S.M.M. andam pela Escócia e Irlanda, breve estarão aqui de volta para partirem de uma vez no dia 13 para Holanda, Suíça, Espanha, Portugal e de Lisboa para o Brasil, Amém.

“Nada te direi da sua visita à Inglaterra e ainda menos de suas viagens pela América, Europa e África. Outros lhe sirvam de Homero na sua famosa *Odisséia*. Em todo caso não o seria possível nos limites de uma carta.

“Pela parte que me toca, mais de uma vez estive em minha casa com a Imperatriz *en petit comité*, e no dia 29 de junho fez-me a honra de aceitar um jantar, a que assistiram também o Príncipe e a Princesa de Gales, grandes personagens da terra.

“A’ noite dei uma reunião em honra de Suas Majestades e um concerto. Creio que lhes agradou a festa. De ofício, como de razão, dou parte disso ao teu colega de Estrangeiros.

“Aí vai portanto mais esse contingente para novas descomposturas no teu compadre, da parte cáfila de invejosos difamadores dentro e fora das nossas Câmaras! Que gente!!! Oh, que gente...”

Aludia Penedo a numerosos ataques que dos liberais recebiam na Câmara os diplomatas brasileiros, alguns até verdadeiros insultos. “Felizmente – acrescentava ele todas essas barbaridades são ditas em uma língua que por aqui não se reconhece”.

Entretanto, pessoalmente para ele havia pelo menos um de seus maiores desafetos – o Conselheiro Zacarias de Góis – que fizera grandes

elogios à gestão do Ministro em Londres, no caso do encouraçado *Independência*.

Como a defesa de Penedo feita por *A Nação* contra a *Reforma*, também desta vez fora de Francisco Otaviano a comovente catequese do seu antigo perseguidor. O mesmo que fizera a Penedo sentir no Rio a atmosfera *zacariada*...

“Enfim há dois dias – escrevia Otaviano em 15 de julho de 1875 – colhi o fruto de meus esforços de educação do Zacarias, obrigando-o a estudar comigo a questão da *Independência* e a te dar, do alto do Senado, uma absolvição completa contra o que disse a *Reforma*!

“Teu compadre João Lins, que se assenta ao pé de mim, ficou maravilhado do jeito com que levei o homem àquela confissão. Custou-me um bom memorial, mas estou pago”.

Otaviano agira da mesma forma com todos os oradores liberais, convencendo-os de que Penedo só tinha feito o seu dever e com zelo nessa delicada questão, da qual os responsáveis no Brasil procuravam se eximir, deixando a culpa sobre ausentes...

O *Independência*, mau grado o seu destino de arma de defesa para o Brasil, constituía na verdade um pesadelo para as nossas pobres finanças – deveria ele gastar por ano de 400 a 500 contos – e os ânimos se irritavam com somente escutarem-lhe o nome.

Vanderlei, então que se achava na pasta da Fazenda do Gabinete Caxias, só o chamava de *monstro*. O encouraçado passava assim, antes mesmo de existir para a nossa Marinha, à categoria legendária de Minotauro das riquezas nacionais...

“Sei que tens providenciado – prosseguia Penedo em sua carta de 2 de julho a Cotegipe – de modo que o nosso crédito financeiro esteja garantido. O Lionel Rothschild m’o tem dito.”

E referindo ainda à presença de Pedro II em Londres: “O Imperador não tem falado em cousa alguma concernente à nossa administração interior! Não tem tempo, vive num rodopio e só muito às pressas foi ver o *Independência*.”

Mesmo assim, para ver se conseguia satisfazer os desejos de Cotegipe que ansiava pela venda do *Independência*, opinião sua também, Penedo teve uma conversa com Pedro II.

– “Não parece a Vossa Majestade, perguntou ele, conveniente dispor desse navio nas circunstâncias atuais das nossas finanças?

– “Não dou opinião alguma, disse o Imperador, em cousas concernentes ao Governo, enquanto andar por cá.”

– “Devo dizer a Vossa Majestade, replicou Penedo, que o Cote-gipe me deu um *hint* a esse respeito. Falou-me até do déficit...”

– “Para o déficit, disse sua Majestade, de certo que a economia era um dos meios mais poderosos para combatê-lo. Entretanto, por mais que faça, o Governo sempre se achou na dificuldade de realizá-la”.

– ...?!

– “Afinal, concluía o Soberano, não receamos os déficits quando se empregavam novos meios de produção tendentes a aumentar a renda.”

Em suma, pelo que percebeu da conversa, Sua Majestade não pareceu favorável à venda do encouraçado.

Pedro II preferia claramente ter o déficit, contanto que o Brasil não perdesse a esplêndida posição da sua Marinha de Guerra, que acabara de se encher de glórias, com Tamandaré e Barroso à frente, na luta contra o Paraguai. Aquela batalha do Riachuelo que fora para o mundo como uma revelação do brio e do valor dos nossos marinheiros...

Viesse o *Independência*, o encouraçado moderníssimo que seria talvez o capitânia da Marinha de Guerra brasileira, custasse o que custasse, 400 ou 500 contos por ano, porque os déficits apareciam de qualquer maneira...

E entre déficits, com ou sem navios de guerra, o Imperador se manifestava pelo seu encouraçado. Tinha visão larga e mesmo profética esse *Pedro, O Magnânimo* como o designou a Sra. Mary W. Williams, autora americana de uma recente e magnífica biografia do Chefe patriarcal do Brasil.

Mas não seria para trabalhos que ele fôra à Europa. Não disse mais nada a Penedo.

“Já vês portanto, meu caro, concluía ele o seu relato a Cote-gipe, que mal pude insinuar no espírito do Imperador a tua idéia.”

E depois de tantos festejos, dos quais suportara a *corvée*, sentia-se cansado e queria as férias, bem saudosos das suas águas de Vichy e

Carlsbad, que visitava todos os anos ora alternada ora simultaneamente. A saúde começava a ceder diante daqueles invernos rigorosos de Londres. A *gota* deixara-lhe o cartão de visitas, obrigatório em um devorador de *bee-steaks à la Penedo...*

Sua delicadeza com os amigos — sobretudo com os de Governo como Cotegipe, *cela va sans dire* — fazia com que oferecesse os serviços, mesmo durante o repouso ou em Vichy ou em Carlsbad.

Pilha-riava com o compadre, solenizado então no cargo de Ministro da Fazenda e até de Presidente do Conselho de fato:

– “Os telégrafos daqui trabalham um pouco menos mal que os do Cotegipe e pois correrei a Londres se necessário – espero que não.”

*

Por azar, antes do Ministro entrar em férias, o Príncipe de Gales pensando talvez que a estada do Imperador em Londres facilitasse os expedientes, dirige-lhe um pedido bem importante, por se tratar até certo ponto de reciprocidade.

Como a Rainha Vitória havia condecorado em 1871 a Pedro II com a mais notável e célebre das Ordens britânicas, a Jarreteira, o Príncipe de Gales valia-se da oportunidade repetida em 77 para pedir diretamente a Penedo a mais bela e famosa das nossas condecorações do Império – o Cruzeiro do Sul.

Não pedia para ele, Eduardo, mas para os seus dois irmãos o Príncipe Artur, Duque de Connaught, e Strathra- von e o Príncipe Leopoldo, como também para o seu primo Duque de Cambridge, o qual além da sua importância e consideração entre membros da Família Imperial, ocupava a maior posição política e social na Inglaterra – comandante-em-chefe dos exércitos ingleses.

Ao transmitir esse pedido ao Imperador, respondeu ele “que, achando-se fora do Brasil, nada lhe competia fazer e que eu escrevesse ao Governo Imperial sobre este assunto”. Nem para condecorar os Príncipes da Família Real da Grã-Bretanha se animava Sua Majestade a desviar o seu tempo, escasso para tanta curiosidade de *globe-trotter*.

Penedo se volta então imediato para o ministro de Estrangeiros e reforça junto a Cotegipe (carta a 21 de julho de 1877) o pedido do “Príncipe de *Gales* que me honra com a sua amizade”. Aliás, ao pedir a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro, o Príncipe acrescentara “que seria muito agradável à rainha Vitória ver conferidas semelhantes condecorações”.

Por isso, o Ministro em Londres afirmava ao Governo Imperial ter razões para crer que o pedido emanava da própria Rainha. Insistia, portanto, para que fosse satisfeito prontamente e respondido por telegrama, a fim de evitar graves ressentimentos da Família Real e resfriamento das nossas boas relações.

“Encontro freqüentemente o Príncipe – dizia Penedo a Cotegipe – e ele é todo cheio de formas e pontualidades no que conserva a sua Realeza. *Conto*, pois, com este *favor*. O Imperador anda pela Holanda, e no dia 13 de agosto estará em Genebra, tendo já visitado a Suíça. Ali prometi encontrá-lo para fazer as minhas últimas despedidas.

“Amanhã entrarei no gozo da minha *licença*. Vou com sua comadre para o Continente aproveitar as águas de Hamburgo e de Bade na Suíça, fazendo um rápido passeio pelos lagos da Itália.”

Grifava a sua *licença*... E com razão. Pois conforme explicava a Vila Bela, ministro de Estrangeiros (carta de 8 de abril de 1878), desde que tinha “a honra de servir nesta Imperial Legação todos os ministros de Estrangeiros (*guelfos* e *gibelinos*) me têm dado amavelmente uma permissão de dois meses para ir às águas minerais de que preciso, e de que uso há muito tempo”.

Penedo honestamente solicitava a permissão oficial de Vila Bela para ausentar-se do posto com uma *licença* elástica, segundo sublinhava a Cotegipe.

Não era apenas o ministro na Inglaterra que assim fazia. Todos os chefes de Missão procediam da mesma forma e muitas vezes sem a permissão oficial.

Diogo Velho chegou a expedir uma dessas circulares ao corpo diplomático, que estendem uma censura geral à classe por causa de um cidadão e pecam assim pelo vício da debilidade, determinando que não se desse licença, senão na forma da lei...

Parece que, sem ânimo para negar, queria o ministro evitar que lhe pedissem...

Penedo argumentava juridicamente com Vila Bela: “Em todo caso essa Circular veio tarde e a más horas para derrocar um Direito Costumeiro; e seria duro aplicá-la aos diplomatas velhos e adoecidos no serviço. Conto com este obséquio.”

O Governo Imperial não teria ânimo – sobretudo quando se achava no seu leme o Barão de Cotegipe – para negar ao diplomata adoecido no serviço (a *gota* viera-lhe em parte com o mau clima de Londres) – essa *amável* permissão, tanto mais quanto era para as últimas despedidas ao Monarca então na Suíça.

Penedo poderia *contar* com o favor. Como também com as condecorações para Suas Altezas Reais.

Diante do receio expresso pelo ministro de serem prejudicadas ou ressentidas as boas relações ora existentes com a Inglaterra, – incontestavelmente obra de Penedo em grande parte e que Pedro II só fizera consolidar a mais com a sua visita –, era impossível negar as condecorações que na época ainda não se penduravam ao peito de qualquer gringo, em trânsito pelo Brasil.

A Rainha Vitória não teria, por isso, de deixar de sorrir a Penedo, seu hóspede habitual de Windsor nem o Príncipe Eduardo seria constringido menos alegremente a dar-lhe um *shake-hand*, ao recebê-lo em Sandringham.

Em verdade, Penedo soubera fazer-se íntimo da Corte e do Príncipe de Gales.

*

Lendo o seu *Times* pela manhã de 21 de julho de 1877, Penedo sente uns longes de quanto vai agitada pelo Brasil a política partidária.

Na Câmara dos Deputados, a oposição liberal propusera um voto de desconfiança contra o ministro da Fazenda e todo o Gabinete. A maioria, porém, sustenta o Gabinete, aprovando um voto em contrário por 70 contra 16.

“Poderias dizer – rabisca ele a Cotegipe – aos liberatões *excusez de peu*. Estão na verdade *endemoniados* os tais patriotas! Tenho seguido *seriatim* as discussões nas Câmaras, tenho lido coisas do arco-da-velha ditos pela turba dos Celsos, Dantinhas *et*

reliqua; confesso que nunca vi as nossas discussões parlamentares tão abastardadas... Se na Europa fosse conhecida nossa língua, que triste opinião fariam de nossos homens e das nossas cousas! Felizmente, só nos entendem em Portugal, que, no dizer do velho Metternich, só pertence à Europa com esforços de imaginação.

“Deixa-me também dizer para nossa consolação, que tenho lido de prazer os teus discursos e que em alguns deles *tu r'es surpassé!*”

Ao deparar essas discussões tão abastardadas nas Câmaras, capazes de trazerem a pecha de incultura sobre a nossa representação nacional, Carvalho Moreira deveria reportar-se ao seu tempo de oposicionista quando, deputado em 1848, o chamavam à ordem por haver rebatidos insultos de um ministro da Justiça. Então, na ânsia de destruir o Gabinete Paula Sousa, pedira a palavra, sem ser em matéria orçamentária ou de magna importância, para interpelar e o Presidente da Câmara a tinha negado por medida de ordem.

Tempora mutantur, pensaria ele com o seu latim, de cujo trato, se não fazia praça, jamais se esquecia, compondo até versos no idioma de Horácio.

E se vivesse uns tempos depois, pela República adentro, veria ainda as Câmaras resvalarem num abastardamento de cortiço, até a dissolução final e completo mutismo.

Os liberais preparavam-se no entanto com grande afoiteza e entusiasmo para o assalto aos postos de comando.

Os conservadores perpetuavam-se no poder...

O Centro Liberal em suas reuniões, congregava, sob a presidência de João Lins Cansansão de Sinimbu, uma plêiade brilhante: Nabuco de Araújo, Francisco Otaviano, Silveira Martins, Afonso Celso, Dantas, Lafaiete Rodrigues Pereira...

Afinal a 5 de janeiro produz-se a crise e temos novo Gabinete com a chefia de Sinimbu que se encarrega também da pasta da Agricultura. Lafaiete irá para a Justiça, Silveira Martins para a Fazenda, Vila Bela para Estrangeiros. Na Marinha ficará Eduardo de Andrade Pinto e na Guerra, o glorioso Marquês de Herval, coberto ainda dos louros do Paraguai...

Depois de tantos anos consecutivos de ausência do poder, o Partido Liberal apresentava um Ministério homogêneo e forte, cheio de nomes de larga repercussão nos Anais do Parlamento ou na cultura brasileira.

O próprio Silveira Martins, gaúcho indômito, com longas barbas desgrenhadas pelo minuano, dirá autoritário da tribuna ministerial a frase célebre, nunca mais repetida mas sempre viva no consciente de todos os governantes frente a frente com os seus governados:

– O poder é o poder!

A audácia da confissão deixaria gelado um espírito de legista como o notabilíssimo Lafaiete Rodrigues Pereira...

O próprio Penedo sentiria arrepios diante desse irrompante do tribuno pampeiro...

Em todo caso, esse ano de 1878, que se iniciava sob tão bons auspícios para o outrora estudante de Olinda e seus condiscípulos, traria um grave pesar também.

Em abril, Penedo é surpreendido com a notícia da morte de Nabuco de Araújo, seu dedicado e fiel companheiro, o mesmo daquelas funções estudantis de teatro em Pernambuco e dos dias ingratos da existência. Quem acudira enfim em seu auxílio, concedendo-lhe parecer no Conselho de Estado em favor da aposentadoria, afrontando o ódio de Zacarias que o demitira cruamente...

Deu-se “a partida repentina de Joaquim Nabuco em consequência do falecimento do Pai, o nosso grande amigo”, escrevia Penedo a Vila Bela.

Ao mesmo tempo, o destino lhe proporcionava, com a presença de Joaquim Nabuco na Corte do Rio, mais um correspondente assíduo e amplamente informativo.

Já dispunha ele do Rodrigues, uma destas almas boas e simples, que vivia no Rio como procurador *ad hoc*, transmitindo e recebendo sempre as novas do “Sr. Barão” para os amigos e vice-versa.

Agora com Joaquim Nabuco no Brasil, Penedo não teria somente um amigo extremo. Mas um discípulo quase filial na devoção ao seu antigo Chefe de Londres. Devoção que Nabuco sempre proclamará, quer na sua amizade fraternal por Artur de Carvalho Moreira, – conservando assim a nova geração todas as belezas morais do convívio de seus ascendentes – quer na atenção, no cuidado minucioso, na tocante reverência com que depois, escrevendo a História do Império nesse formoso e alentado livro *Um Estadista do Império* ou tecendo as páginas de sua autobiografia em

A Minha Formação, ele se referirá à atuação, aos erros e acertos, ao papel histórico do Barão do Penedo.

Nabuco é dos primeiros em traçar a rigor os quadros vivos do passado, nos quais Penedo se agita como personagem histórico.

É na companhia de Penedo, servindo como seu adido na Legação de Londres, que Nabuco faz a sua aprendizagem diplomática.

Sua filha, a ilustre escritora Carolina Nabuco, ao seguir a tradição da família elaborando a biografia paterna, consigna essa curiosa influência de Penedo sobre o futuro diplomata da República.

“Joaquim Nabuco assiste, pouco depois de chegar, a algumas das festas mais brilhantes dos Barões do Penedo e manda para *O Globo* folhetins descritivos do baile presidido pela mais bela e elegante Princesa da Europa, acompanhada de seu marido o Príncipe de Gales, e do seu irmão, o Rei da Grécia (Jorge I, filho de Cristiano IX, da Dinamarca), e depois de um banquete em honra do Príncipe Imperial de França.

“Essas festas lhe revelam uma organização social de que o Brasil, alheio às grandes fortunas, com sua Corte democrática e sua nobre e simples vida patriarcal, não lhe podia dar idéia. Todo esse aparato tradicional, essa riqueza feudal, são novas curiosidades para observar. Ele, mesmo no meio dos esplêndidos gigantes loiros dos *horse guards*, chama atenção pelo seu belo tipo de latino alto. Os convidados perguntam seu nome.”

Mas a residência dos Penedos, em Grosvenor Gardens, era para ele mais do que o centro de uma vida estranha e interessante. “No estrangeiro”, escreve, “eles são para mim a família e a pátria, é um canto do Brasil.” E voltando à Inglaterra em 1900 nota em seu diário que, depois de fechada a casa de Grosvenor Gardens, Londres lhe faz o efeito de uma cidade desconhecida.

Em todas as suas cartas posteriores, ao Barão do Penedo, há alguma saudade desse tempo de adido e ainda nos últimos meses de vida escreve de Washington à Baronesa viúva:

“Lembro-me sempre e com a mesma saudade da nossa convivência em Londres e da sua larga hospitalidade, que ninguém em nossa diplomacia imitou sequer. Nós fazemos o que podemos, mas que distância

do nosso jantar de cada dia, em que temos dois ou três secretários ou amigos quase sempre, ao banquete diário de Grosvenor Gardens! Com que desprezo o Cortais olharia para nossa mesa!”

Joaquim Nabuco conservaria assim até morrer a marca dessa saudade da Londres que conhecera através de Grosvenor Gardens, a lembrança perene do fausto da mesa hospitaleira de Penedo que, em seu gabinete, ditava sempre na véspera um *menu* diverso e artificioso, para o dia seguinte de glória do Cortais...

“O mais notável dos diplomatas do Império”, segundo o conceito de Oliveira Lima, amestrava e moldava o vulto por excelência representativo dos embaixadores do Brasil republicano.

Mas, como parecera a Nabuco, Grosvenor Gardens não era apenas um palco para a exibição do mundanismo aristocrático dos habitantes de Belgrávia e Mayfair.

Grosvenor Gardens é realmente um canto do Brasil. Ali batem todos os brasileiros fatalmente. Mesmo os que não vão correr a Inglaterra mas se acham na Europa.

Uma recomendação do Brasil para o ministro em Londres é coisa de que ninguém se esquece na partida da viagem. Mesmo os maiores nomes nacionais pedem apresentações e isso reveste a figura de Penedo com um prestígio excepcional na Corte. Valoriza os seus amigos.

O Marquês de Caxias escreverá de próprio punho numerosas cartas a Penedo, apresentando amigos, recomendando apaniguados.

Caxias é um dos elementos com que Penedo pode contar no Brasil. E esse esteio da unidade do Brasil representará, guardadas as proporções, um escudo para a defesa do ministro de Pedro II em Londres, sempre atacado, sempre invejado...

*

Em 1878, Penedo recebe em sua casa e hospeda a Couto de Magalhães, com quem trava amizade e troca idéias sobre os seus estudos de etnografia indígena. Conversam sobre *O Selvagem*, acerca do vocabulário e do curso de tupi-guarani para aprender a falar...

Entretanto, Couto de Magalhães, sabedor do fausto do ministro, aparecera receoso da sua fatuidade. Pedira um bilhete de Francisco Otaviano para o Barão: “Apresento-te o nosso distinto concidadão o Dr. Couto de Magalhães. Fora te ofender dizer alguma coisa de um nome que nos tem honrado e já é conhecido fora do país. Só o que te digo é que é um amigo a quem muito prezo e para o qual reclamo a tua estima e amizade.”

De volta ao Brasil, Couto de Magalhães fizera uma propaganda considerável em favor de Penedo. Não se tratava somente de um *swell*, de um conquistador de inglesas tuberculosas e românticas como pilheriava Sales Torres Homem. O Ministro do Império em Londres era um homem distintíssimo na aparência mas superior ainda no espírito. O juriconsulto transformara-se num apaixonado cultor da literatura universal. Estava ao par do movimento realista em França. Lia as últimas novidades de Flaubert e traduzia versos de Louis Bouillet, o amigo querido a quem o autor de *Madame Bovary* confiava seus originais para uma crítica impiedosa...

O diplomata não se revela apenas um adepto do maquiavelismo de Talleyrand, por quem não escondia sua admiração sincera. Lera numerosas biografias do apologista da paz a todo custo, inclusive à custa da lealdade para com Napoleão, seu Imperador. E se compenetrara de que a teologia é na verdade, segundo proclamava Talleyrand, muito útil à diplomacia...

Tivera oportunidade de constatar em pessoa essa dedução, lidando no Vaticano com Antonelli, Monsenhor Franchi (depois secretário de Estado do Papa Leão XIII) e com outros diplomatas da Santa Sé. Diplomatas que não exibiam o brilho dos fardões mas davam golpes de mestre no decorrer das negociações. Golpes cintilantes e sobretudo manhosos...

Da sua recente atuação em Roma, em 1873 e começo de 1874, Penedo revelara mesmo uma certa dose bem diluída de seu maquiavelismo atenuado.

De qualquer maneira, reponta no Brasil uma auréola de intelectual que envolverá sempre Penedo e contribuirá para que dele se aproximem os espíritos mais brilhantes nas letras e na política do país.

Já Otaviano, Areias e José de Alencar, o romancista vitorioso dos massas, criador de *O Guarani* e *Iracema*, os verdadeiros gritos da nossa

Independência mental como pensava Graça Aranha, tinham feito tempos atrás a aprendizagem forense no escritório de advocacia de Carvalho Moreira.

Teixeira de Freitas, o jurisconsulto brasileiro mais conhecido no estrangeiro, cuja *Consolidação das Leis Civis* exerceu um influxo decisivo nas legislações da América, sobretudo na Argentina, lhe escrevera em termos os mais desvanecedores, pedindo nada menos de um preâmbulo para a publicação de seus trabalhos vertidos para a língua de Shakespeare:

TEIXEIRA DE FREITAS A CARVALHO MOREIRA

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1868

Amigo Moreira.

Sei de tua saúde, e muito desejo ver-te restituído à pátria. Até agora nada me disseste sobre a aceitação dos meus trabalhos neste esclarecido mundo. No Diário incluso achará minha proposta ao Governo sobre o novo plano de codificação, e tem esta por fim pedir-te que a verbas, ou mandes verter por pessoa entendida, em francês e inglês, para ser impressa nas folhas mais lidas de Paris e Londres. Quanto te agradeceria, se a publicação fosse favorecida para algum preâmbulo da tua boa pena? Desta maneira muito podes concorrer para o triunfo de boas idéias, e ao mesmo tempo para glória do nosso país. Respondo por todas as despesas deste negócio, e conto com a melhor vontade da tua parte. Adeus, manda tuas ordens.

Ao teu Col.^a e Am.^o af.^o.

A. Teixeira de Freitas

N. B. – Manda-me os jornais, onde sair a publicação.

*

Outro batalhador célebre, cujas obras e ação foram decisivas para a abertura do Amazonas à navegação internacional, o jovem Tavares Bastos, também andara por Londres em busca de Penedo, que acolheu calorosamente o autor das *Cartas do Solitário*.

“O Tavares Bastos – escrevia Francisco Otaviano a Penedo em carta de Paris, 22 de outubro de 1867 – ainda aqui não chegou: mas creio que esta noite fará sua entrada em Paris. Já terás lido o que ele disse na

Câmara sobre o nosso ponto. O menino é bom e de futuro. Procura-o agasalhar no teu ninho. É um dos meus filhotes em política.”

Uma semana depois, a 27 de outubro, o tom de Otaviano se torna plangente, não escondendo a sua aflição pela sorte do discípulo amado, seu “*filhote em política*”, que adoece gravemente em França.

“Todos estes dias tenho estado horivelmente atribulado, porque o Tavares Bastos enfermou em Bordeaux e a moléstia se agravou a ponto de a suporem mortal. Ao mesmo tempo jazia-lhe a mulher de frente em outro leito de morte. Sabendo o bem que quero ao Bastos e a esperança que fundo no seu talento, compreenderás o que sofri estando eu mesmo com um ataque dos meus! Fiz a Eponina [esposa de Otaviano] e a Carlotinha [filha de Penedo] seguirem para Bordeaux com o Coitinho, e felizmente por um telegrama de ontem à noite sei que o Bastos está livre de perigo e pode considerar-se em convalescença. A mulher está condenada como tísica! Que rapidez de ação! Já lhes ordenei daqui que não viessem a Paris; que assim que pudessem, tomassem para Nice ou Lisboa.” “Ah! Meu Moreira, – para que me deu o Criador um coração tão desgraçadamente afetuoso?

“Agora vou escrever ao Bastos, mandando-lhe tua carta. Com o telegrama de ontem eu estou restabelecido.”

Entretanto o “coração tão desgraçadamente afetuoso” do dedicado poeta de *Ilusões da Vida* teria de passar por novas atribulações. A tísica ia vitimar algum tempo depois o seu querido Tavares Bastos, matando-o num quarto de hotel em Nice, destruindo todas as esperanças que se fundavam no seu talento.

O próprio Otaviano, quando nessa mesma época visitou a Inglaterra, não perdia de vista o amigo inseparável. Escrevia a Penedo constantemente. O mesmo sistema dos bilhetinhos de outrora, no escritório de advocacia do Rio.

“Temos feito algumas passeatas. As senhoras vão amanhã a Windsor e no sábado passam o dia no Palácio de Cristal. Temos visto e com demora as galerias, sobretudo Kensington Museum e a galeria de retratos ingleses; as igrejas e sobretudo S. Paulo; o Banco de Londres (eu e o Bastos) até as suas cavas; as estações das vias férreas, o novo Zoological Garden, a Tussaud, etc. Hoje vou meter-me em British Museum, que é a maravilha que me absorve mais, pela riqueza dos monumentos assírios, gregos e romanos ali encafuados.”

E depois de Otaviano quem lhe faria uma gratíssima visita seria o seu compadre e mais antigo de seus companheiros, Cansação de Sinimbu. O co-estaduano e amigo da bagaceira de engenho...

Agora no Brasil virara homem importantíssimo, presidente do Conselho de Ministros. Era o máximo depois do Imperador. Só o Marquês de Olinda, quando Regente ou Vice-Imperador, chegará mais alto.

Sinimbu jamais assumiu, porém, a pose encadernada de Olinda, que desgostava até ao Imperador com os modos superiores, o tom imperial das maneiras e das falas. Mais Majestade que o Rei...

Quer na oposição, freqüentando nos dias de sol ou de chuva as reuniões do Centro Liberal, quer no Governo dirigindo o carro do Estado e fazendo-se escutar até por Dom Pedro II, Sinimbu é o mesmo homem austero, severo mas simples, acessível.

Jamais parecerá com alguns imbecis que, contemplados pelo acaso com uma pasta de ministro de Estado, inchavam, impondo a sua importância, parecendo que tinham o Rei na barriga...

O poder servirá a Sinimbu apenas para executar o programa de administração que idealizara. Manda construir estradas de ferro em Alagoas, para atender às comunicações fluviais cortadas pelas quedas-d'água e pela cachoeira de Paulo Afonso.

A estrada de ferro levanta clamores. Surgem os protestos contra esse luxo no deserto! Mas a estrada é construída.

A velha idéia de trazer colonizadores chineses para o Brasil, seguindo o exemplo de Cuba que os importava quase como escravos para as suas plantações de açúcar, entra agora em cena. Sinimbu consulta Penedo. Escreve-lhe cartas enormes, respondidas com a mesma extensão.

Pergunta o que é que ele acha de uma pomposíssima Embaixada mandada ao Imperador do Celeste Império pelo terra-a-terra e positivo Pedro II. Quantas pessoas devem ir na missão legendária. Quantos navios de guerra da Esquadra Imperial devem acompanhar a famosa embaixada...

Essa louca empresa preocupa o Governo Imperial, desejoso de resolver em massa a questão da imigração e colonização do país, ameaçado em sua lavoura pelo surto abolicionista.

Tirado o negro quem iria plantar a terra? O tribuno dos pampas, o desempenado Silveira Martins, tinha proferido a sentença notável de síntese e de verdade: – “O Brasil é o café, e o café é o negro.”

Libertar o negro do plantio do café – o que seria a consequência da Abolição e resultaria a miséria de várias províncias riquíssimas como a do Rio de Janeiro – era assim acabar em parte com o Brasil. Pelo menos, com a sua prosperidade econômica.

Sinimbu queria então encher o Brasil de colonos chins. Chineses não faziam falta na China, onde ainda hoje grandes fomes matam quatro a cinco milhões de chins num só ano...

Penedo recebe ordens de entrar em conversações em Londres com o ministro da China.

“Nesta data te escrevo de ofício – Penedo a Sinimbu em 8 de maio de 1879 – acerca dos nossos projetos de tratado com a China e ontem te mandei um telegrama, dizendo-te que amanhã, 9, parte para a China minha Nota ao ministro chinês nesta Corte. Essa nota foi preparada com as *hints* (sugestões) que tive do ministro por intermédio do intérprete oficial D. Macartney, e que suponho hão de conduzir a bom resultado. Receio muito, porém, que não tenham lugar aqui as negociações desejadas. Isso saberemos logo que o Governo de Pequim mande pelo telégrafo ao ministro aqui resposta aos dois quesitos da minha nota.”

Aludia em seguida ao Tratado de 1877, celebrado entre a China e a Espanha, e o descontentamento do Celeste Império diante dos “abusos cometidos na emigração para Cuba”. Os mesmos abusos que Eça de Queirós, cônsul de Portugal em Havana, ainda encontraria idênticos e, jogando o futuro de sua carreira, protestaria sem medo contra a escravidão disfarçada.

Penedo, que já em 1858 tinha assinado, com Musurus Bey em Londres, o primeiro tratado celebrado entre o Brasil e uma nação da Ásia – a Turquia, advogava junto ao Sinimbu pela continuação dessa política, fértil e proveitosa para o comércio exterior do Império.

“Passo agora a comunicar-te outra idéia que talvez te pareça sem analogia, mas que não deixa de ter algum proveito e em todo caso não pode ser senão de utilidade. Já que procuramos abrir relações com a China, porque não faremos outro tanto com o Japão? Fica-nos em caminho para o Império Celeste; é muito rico, seu comércio cresce e se desenvolve e não sei porque nos devemos deixar atrás de todas as nações da Europa e algumas da América, que buscam relacionar-se com o Japão.

“O ministro japonês aqui tem feito tratados com Governos europeus, e sei que está pronto a fazer comigo um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, se o Governo Imperial o quiser. Disse-me que ia mandar pedir confidencialmente ao seu Governo autorização para isso.”

Entretanto essa sugestão de Penedo, que tinha o faro comercial e sabia como bom seguidor dos ingleses, que desde Canning e Palmerston não compreendiam diplomacia sem comércio, deixou de valer no momento. Venceu somente em 1895, quando a República negociou com o Micaído o acordo planejado tão preciso e claramente pelo ministro do Império em Londres, no ano de 1879.

E hoje o Japão é um dos países que mais compram ao Brasil. Absorve quase todo o nosso algodão exportado.

É que Sinimbu, apesar de dispensar a maior atenção às sugestões de Penedo, estava surdo, em matéria de política no Extremo Oriente, a tudo que não fosse China, com os seus chinesinhos caminhando mansamente para as lavouras do Império...

Exigia de Penedo informações decisivas sobre o que deveria ser a já célebre embaixada ao Celeste Império. “Posso, e devo – respondia Penedo em 23 de abril de 1879 – desde já dizer-te que não *convém* mandar coisa que pareça a aquela gente *Celestial* uma ostentação de força. – Dois e quando *muito* três navios mas em todo o caso só deve ir a Xangai *um* e o de menor calado para poder subir até o porto de Pequim. – Os outros podem ficar ou no Japão ou em Hong-Kong, creio eu. Isso temos tempo de decidir. Tenho ouvido falar que lá se pensa que é preciso um *embaixador* e até já oficialmente um dos teus antecessores no Ministério de Estrangeiros descreveu pomposamente o luxo indispensável para semelhante missão! Isso tudo são toleimas! Basta um enviado em missão especial (ainda que lá deve haver um ministro *à la longue*). Talvez mesmo o comandante da pequena frota devesse ou pudesse ser enviado – eu faço muito boa opinião do Silveira da Mota, se, como me dizem, ele é o designado para essa expedição. Hábil é ele muito e tem suficiente tino para o que se quer.”

Habilmente também Penedo insinuava e empurrava para frente os seus candidatos. Silveira da Mota, o futuro Barão de Jaceguai, pertencia ao grupo dos íntimos de Grosvenor Gardens. Amigo dedicado de Artur

de Carvalho Moreira, o futuro Jaceguai prezava ainda mais o convívio de Penedo, a quem muito queria.

Apesar do voto contrário de Penedo, inimigo da espetaculosidade, com dezenas de anos no trato com os ingleses sóbrios e comedidos nas atitudes como na aparência, Sinimbu não pôde evitar que a embaixada da China fosse mais digna, pela sua ostentação funambulesca, de comparecer diante de um sátrapa da Pérsia ou um marajá ocioso do Indústão.

À sua frente seguiu o Embaixador Calado, o mesmo que depois acabou na miséria, demitido por motivos escusos da Legação em Roma.

Quando passou pela Câmara a discussão do crédito para a missão especial à China, a oposição fez-se ouvir valentemente impiedosa.

Joaquim Nabuco, em sua chegada ao Brasil, fora eleito deputado por Pernambuco e fazia grita contra o Ministério Sinimbu, apesar do pai ter sido um dos Chefes do Centro Liberal. E agora desejava da tribuna “que os nossos plenipotenciários fossem morar nessa rua de Pequim chamada – das Dez Mil Felicidades...”

Indignava-se, porém, contra essa “verdadeira emigração asiática para o Brasil, e essas relações diplomáticas que se quer abrir, não têm outro fim, não tem outro intuito senão *mongolizar o nosso país...*”

Pobres e indefesos chineses, como lhes confundiram os atributos bélicos com os vizinhos!

O Ministro de Estrangeiros, Moreira de Barros, sorria displicentemente para a verde mocidade do orador...

E dias mais tarde, apresenta na tribuna uma fiada de argumentos sobre as vantagens da imigração chinesa e umas estocadas irônicas sobre a pessoa do tribuno pernambucano.

No entanto, Nabuco talvez profetizasse, falando contra essa imigração asiática em massa. O Brasil quase arrebentaria as comportas da assimilação dos seus imigrantes asiáticos. Somente os amarelos que venceram os obstáculos não foram os chins...

*

Mas a Grosvenor Gardens, verdadeiro recanto do Brasil onde depois se iria aninhar Eduardo Prado arrastado por *Juca Paranhos* (o futuro

Barão do Rio Branco), não chegavam apenas o bafejo ou as ordens triunfais dos correligionários antigos do Partido Conservador ou dos ex-adversários liberais do pasado.

A gregos e troianos, dedicavam igualmente os donos da casa a mesma solicitude, repartindo atenções e carinhos.

Um canto do Brasil no estrangeiro. Neutro portanto. Os mais irreconciliáveis antagonistas ali trocavam apertos de mão.

É que acima da política e dos políticos pairava a hospitalidade brasileiríssima da baronesa e a cordialidade conciliadora do ministro.

O correio de Londres não deixava ali apenas ordens ou pedidos dos amigos triunfantes do dono da casa.

Deixava também críticas e confissões desencantadas da existência como esta de *un ange déchu*.

COTEGIPE A PENEDO

Rio, 14 de março, 79

Meu caro Moreira.

Antes tarde do que nunca. Não ponho em dúvida a tua lembrança; mas isto não basta; e posto que pelo Rouiz, sempre eu tenho notícias tuas, prefiro as diretas. Avalie, quanto prazer causou-me a tua de 8 do passado. Estimo que tu e a Com. gozem saúde. Que novas me dás de Artur? Eu e os meus vamos indo sem novidades. A maldita política, porém, traz-me preso em suas garras, não por gosto meu, sim pela necessidade, visto que os *passadores* deixaram-me o peso de defender a mim e a eles. Mais a eles, que foram fáceis, não me sendo permitido desculpar-me com o que encontrei, porque é a causa do partido, que está na tela.

A situação financeira de má tornou-se péssima com as loucuras do Gaspar. Como sairemos deste *impasse*, é o que não sei. O atual ministro tem mais juízo; terá forças para vencer as dificuldades?...

Li a defesa que me mandaste, está o que podia ser. Negar tudo é impossível. Para cobrir déficit corta-se a torto e a direito; há como que uma liquidação de casa falida. Entretanto o nosso J.º Lins manda construir 3 estradas de ferro, uma delas nos desertos de Paulo Afonso!...

Esse amigo está no cepo, e duvido que possa sair-se sem graves feridas. Atacado – tem arrebatamentos injustificáveis, e não me surpreenderá, que pratique alguma *follada*. Quem disser e souber, em que dará esta balburdia será um grande Apolo...

O Rouiz deu-me a ler a tua informação ao Tesouro. Pareceu-me completa. A intimação pelo modo por que te foi feita é caso novo.

Sempre tais esclarecimentos foram pedidos por intermédio do secretário de Estrangeiros: assim praticou-se com o Andrade. E em todo o caso não se marca prazo. Mas hoje a *moda* é condenar os estilos. Se foi ministro um Vila Bela! Se o é um *Leôncio!*

E o nosso Monarca? Fresco que nem uma alface... Pois as cousas não estão para graças. Ir eu à Europa! Não tenho com que; se tivesse já teria feito. Morrerei na lama. Faça-se a vontade de Deus.

Receba o abraço do teu

João

*

Era assim impossível atender ao convite do amigo para ir à Europa. Havia um ceticismo exagerado nesse “*morrerei na lama*”, conformado diante da fatalidade do destino.

A crítica surgia como mordaz como somente ele Cotegipe sabia fazer. Como vão as finanças do Império? Entregues às *loucuras de Gaspar* [Silveira Martins].

Que faz o presidente do Conselho de Ministros, o teu compadre João Luís? Manda construir estradas de ferro nos desertos de Paulo Afonso.

Que é feito do nosso Monarca? Anda por aí passeando, ou na Europa ou na América, em qualquer lugar, *fresco que nem uma alface...*

Não é preciso ser profeta sagrado para ver que contados estão os dias de Jerusalém.

Avizinha-se terrível, inevitável como a avalanche, fragoroso como a pororoca do

Amazonas, o grande acontecimento – a queda do Império.



JOAQUIM NABUCO



*J. M. DA SILVA PARANHOS,
Barão do Rio Branco*



*O Barão do PENEDO
em Londres*

DESAFIO EM PROSA E VERSO

U

MA DAS MAIORES razões de ser de Grosvenor Gardens era sem dúvida e sem favor a figura do ministro do Brasil.

Era um *causeur* de primeira plana, cujo encanto pessoal fazia a delícia dos convivas. As senhoras pela galanteria, os ditos finos, os chistes com que as sabia divertir. Os homens, afinal, pelas histórias picantes, as anedotas sem fim de que se tornava o narrador consumado.

Corriam em Londres muitas lendas sobre o *dear Baron*, como o chamava Lorde Derby. Suas amizades muito íntimas com o Príncipe Eduardo de quem ele aproximaria o seu secretário Sousa Correia (que a seu turno apresentou o Marquês de Soveral ao Príncipe de Gales). As conquistas extraconjugais, das quais certa dama da Corte inglesa retivera mesmo o fruto proibido de seus amores...

A baronesa, com aquela têmpera dos Andradas, refrudara-se a custo. Questão de conveniência. *Pas d'escandale...*

E o ministro tinha seus gostos e suas preferências que não escondia, como não ocultava suas inimizades. Quantas vezes não prevenia ele ao

amigo ou colega antigo de Olinda, nomeado ministro de Estrangeiros, que Cabo Frio era seu inimigo pertinaz?

Joaquim Tomás do Amaral, o Cabo Frio a quem o Marechal Floriano Peixoto concedeu na República o título de general-de-brigada, não se esquecia de que Penedo lhe atravancara a carreira. De Bruxelas quisera o depois onipotente diretor-geral da Secretaria de Estrangeiros passar à Legação Imperial na Corte de Saint-James.

Mas lá esbarrara por três vezes com Penedo, reconduzido até depois da Questão Christie pelo seu protetor, D. Pedro II.

Mudassem os ingleses o ministro britânico no Rio. Para Londres, voltaria o mesmo Carvalho Moreira que rompera as relações diplomáticas e pedira a Lorde Russell os seus passaportes.

Demonstração de prestígio junto ao Imperador como nunca em sua vida obteve Cabo Frio. Incitava então os zelos. Ele, que tinha como amigo do peito ao Barão de Itajubá, lançava-o como aríete contra Penedo. Os dois juntos, Cabo Frio e Itajubá, já tinham alcançado uma satisfação de amor-próprio, obtendo de Zacarias o decreto de demissão, ilegal e absurdo, do adversário privilegiado...

Penedo nunca se manifestou também em termos favoráveis a nenhum dos dois. Devotado para os amigos, guardava os sarcasmos para os desafetos.

Quando Cotegepe estivera no Gabinete Caxias e lhe pedira – com que inveja não ficariam os colegas! – o nome de um diplomata da carreira para ser ministro de Estrangeiros, foi sem piedade. Chamou o *Cágado* Itajubá, sujo e porco, sem nada saber do Brasil para onde prometera, por contrato de casamento, nunca mais voltar a esse país de negros e de febre amarela...

Um pouco mais, e pediria logo a demissão de Itajubá como a reclamou depois na República, querendo bancar o Saint-Just, o temível e sardônico Medeiros e Albuquerque...

De Cabo Frio apenas emitiu um conceito, de passagem, “o *grande Amaral*”, aludindo à estatura elevada do devotado e competentíssimo servidor da diplomacia brasileira.

Aliás, Penedo não gostava de homens baixos.

“Seus lacaios, fardados e empoados na boléia da caleça ou no patamar de 32, Grosvenor Gardens, eram escolhidos pela estatura, como os granadeiros do Rei Frederico da Prússia; o polícia Waghorn, que fazia serviço no Square da Legação e era agigantado, foi por ele engajado como *messenger* e permaneceu como contínuo até ficar inválido; de uma feita que todos os seus secretários e adidos eram de tamanho diminuto, recusou-se peremptoriamente a levá-los em bando a Buckingham Palace porque não estava, dizia ele, para se apresentar com um colégio de meninos...”

Nessas horas o ministro era irredutível tal como nas questões de serviço. Severo, às vezes ríspido, mas sempre educado na expressão, como notara o Comandante Vital de Oliveira.

“Sua hospitalidade – continua Oliveira Lima, testemunha ocular – era diária e grande, maior do que a sua paciência. Quando os convivas não lhe agradavam, punha-se depois do jantar a correr os dedos sobre os teclados do piano, para não ter que palestrar.

“Eu nunca tive felizmente as honras desse instrumento, antes permitia-me o ilustre advogado que discutisse com ele, e, sempre que me encontrava na chancelaria e não estava ocupado, chamava-me para o seu gabinete a ler-me seus versos, bons versos portugueses de lei e também latinos.

“Era um tradutor exímio e era igualmente um *swell*, cortejador das damas da sociedade, para o que contribuía sua elegância varonil. Ao encanecer, pensou em tingir os cabelos e aconselhou-se com o seu criado de quarto Luís, que fora do Duque de Saldanha e que respeitosa mas francamente lhe declarou que isso de pinturas não passava de uma porcaria.

“Penedo levou avante a sua idéia, mas no dia seguinte confessou ao Luís que a este assistia perfeita razão.”*

O episódio prova bem a fortaleza da vaidade no velho diplomata. O bom senso, entretanto, pela boca de um criado de quarto, vence essa manifestação fútil da sensibilidade.

O nosso herói começa a embranquecer os cabelos e não se conforma com essa amostra dos seus sessenta e cinco anos. A velhice bate-lhe na porta, sem cerimônias nem rodeios. Sem sequer aguardar o convite para entrar. *Come in...*

Numa pasta de papéis do seu Arquivo, no Itamarati, papéis da última década de sua atuação diplomática (1880 a 1889), vamos encontrar uma confissão de como esse antigo “leão do Rio” recebe a senectude.

* *Memórias*, págs. 74-75.

“À mesure qu’il [Chateaubriand] vieillit, – escreve ele com sua letrinha corrida, copiando talvez o pensamento de algum biógrafo do autor de *René e Attalá* – et que la vanité sèche, le coeur refleurit en lui par les souvenirs. Il en est ainsi de tous les hommes à grande imagination: ils se concentrent en vieillissant dans leur coeur resserré par le temps; ils vivaient en rêvant, ils meurent en aimant.

“Cette *maturité du coeur* est très sensible en lui; sa poésie en nûrissant devint sentiment. C’est le fruit de la vie quand la vie est longue.”

Mas nesse “amadurecimento do coração” não será aplicável o dito de Eça de Queirós? De fato, comenta um personagem de *O crime do Padre Amaro*, esse “coração” é outro órgão...

Nem podia deixar de ser assim o fruto da vida quando ela é muito longa. E Penedo morreu aos noventa e um anos de vida.

A vaidade murchava, portanto. E secando a vaidade, o coração ingurgitava de recordações. Os homens de imaginação, de Chateaubriand a ele próprio ou a qualquer, depois das lutas cruéis da existência refugiam-se dentro do coração, mesmo desgastado pelo tempo...

E esses idealistas, que viveram sonhando, morrem amando ainda.

*

Com a idade não lhe foge o poder combativo. Aquele ardor do opositor de 1848, do “*nego pão e água*”, terá amortecido. Nunca, porém, o entusiasmo de suas convicções, a presteza com que segura em armas para defender seus princípios.

Homem da velha têmpera. Bem século XIX. Inteiramente igual a Sinimbu, “*homem de quebrar e não torcer*”, como dele disse o biógrafo Craveiro Costa.

Em 8 de abril de 1881, dirige um ofício ao Conselheiro Pedro Luís Pereira de Sousa, ministro de Estrangeiros, pedindo autorização do Governo Imperial para publicar a sua missão especial a Roma em 1873, cujo historio acabava de escrever.

“Estão passados sete anos desde que esta Missão chegou a seu termo; a maior parte dos personagens que figuravam na chamada *questão religiosa* já não existem; as paixões que ela provocou estão inteiramente dissipadas; e portanto pode se dizer que a Missão Especial pertence à história do país, e deve ser esclarecida com todas as informações

que sobre ela possuam os contemporâneos. Entre estes nenhum tem mais interesse em prestá-los do que o próprio negociador.”

E para justificar esse depoimento não só histórico como autobiográfico – muito dirá das suas impressões do contato com a diplomacia do Vaticano –, lembra que a maior parte dos documentos oficiais fora publicada imediatamente pelo Governo Imperial, inclusive as tais instruções – ultimato que tanto indignou Pio IX e Antonelli.

Havia a mais o precedente de todas as Missões Especiais publicadas integralmente pelos respectivos enviados.

Confessava o seu “grande interesse por bem claro perante o país o desempenho da minha Missão a Roma”.

Com efeito, estava cansado de passar aos olhos do Brasil, envenenado pela política facciosa, como um charlatão, um forjador de Cartas Apostólicas. Pois o *Gesta tua non laudantur* não fora publicado nunca. Ninguém o tinha visto, fora mesmo destruído pelos bispos de Olinda e do Pará, e negada terminantemente a sua existência.

Dizia-se mesmo que o famoso breve não era mais que “*um embuste da diplomacia brasileira*”.

Na mesma data e pelo mesmo motivo, Penedo também escreve particularmente ao seu “caro amigo Pedro Luís”, então membro influente do Gabinete Saraiva, que sucedera ao Ministério Sinimbu em março de 1880.

“Não se assuste V. Exa. nem o Governo Imperial, – tranqüilizava ele a Pedro Luís –, sou um velho diplomata encanecido no serviço.

“Não é justo que se me negue o meio de satisfazer uma legítima ambição da minha vida pública.” Resumia as suas intenções: “Explico-me, defendo-me, e a defesa é de Direito natural.”

E concluía a carta ao “seu velho amigo do peito”, advertindo: “não creio que deseje ser filósofo nas paixões dos outros”.

A 31 de agosto de 1881, Pedro Luís dava-lhe a resposta favorável mas com restrições. Custara a resolver e Penedo pensou melhor fora publicar sua defesa, sem nenhuma autorização do Governo. Assim fizera em 1863 na questão do empréstimo e nada lhe dissera o Marquês de Abrantes.

Seus escrúpulos de burocrata o faziam arrepender-se agora.

O assunto não podia ser resolvido, como ponderava Pedro Luís, “sem ouvir o parecer dos meus colegas e sem submeter ao Imperador a decisão comum”.

O Governo Imperial dera a maior atenção às alegações de Penedo e autorizava “essa publicação na certeza de que V. Exa. se haverá com a maior prudência e critério”.

O medo era bem grande, segundo se conclui das linhas finais do ministro: “As questões da missão especial, enquanto terminadas em relação à ocasional, *nem por isso se podem considerar findas, e talvez reapareçam*, se não houver toda circunspeção da parte dos altos poderes.”

O Gabinete Saraiva revelava-se muito mais cauteloso que o Ministério Rio Branco, que não se importava de meter na cadeia os dois bispos rebeldes.

Mas depois de tanta insensatez tornavam-se ridículas tantas precauções e não-me-toques.

A verdade é que se não fosse o Imperador, que se considerava *dono* do assunto, Penedo não alcançaria permissão para o seu volume sair.

Pedro II mais uma vez intervém decisivamente em favor do seu ministro em Londres, que não dormira quase, tal o desvelo do Barão e da Baronesa do Penedo para com os seus Soberanos na Inglaterra, quando das visitas imperiais.

Pedro II não esquece nunca o seu diplomata de confiança, a quem entregara para resolver os problemas mais delicados da política internacional do seu Reinado. A navegação do Amazonas, as discussões sobre tráfico com ingleses, a questão Christie, o financiamento e a compra de armamentos para a Guerra do Paraguai, o desembargo de navios de guerra, a trapalhada dos casamentos mistos, a gestão financeira em Londres do crédito do Império, e afinal, essa negociação delicadíssima com o Vaticano.

Que lhe dessem permissão para a defesa – ordenou o Imperador.

Só a 19 de janeiro de 1882, Penedo obtinha a dispensa das reservas feitas por Pedro Luís. Então na pasta de Estrangeiros, Franklin Dória dava a boa nova.

Grato a Pedro II, envia-lhe a 9 de abril esse agradecimento que também é um desabafo:

Senhor

Permita-me V. M. I. dirigir-lhe estas linhas com o fim especial de agradecer-lhe a autorização que recebi para publicar a narrativa da minha missão a Roma.

Sem a alta intervenção de V. M., a malevolência e a emulação certo me teriam privado de satisfazer o que eu sempre considerei uma legítima pretensão da minha parte, e uma homenagem à verdade sobre esse episódio da minha vida pública.

Causou-me viva satisfação a apreciação benigna que merecera a V. M. o livro que acabo de dar à luz; e não menos reconhecido me sinto pelo juízo favorável de V. M. que pela graça de autorizar a publicação.

Por este duplo motivo beijo a mão de V. M., e rogo-lhe se digne aceitar um exemplar que nesta ocasião, pela mordomia, faço chegar a sua augusta presença.

Sou de V. M. o mais humilde súdito e fiel criado.

Penedo

Outras cartas manda ao Conde d'Eu, à Princesa Isabel e à própria Imperatriz, fazendo-as acompanhar de exemplares do livro.

O volume sairá aliás com data de 1881. Possivelmente estaria impresso quando chegou a licença definitiva que tardou quase um ano.

No intervalo, Joaquim Nabuco estivera de passeio em Londres. Na sua volta ao Brasil, em maio de 1881, contava ele ao Barão do Penedo que esteve “no outro dia com quem tudo pode e tudo manda. O Imperador perguntou-me pelo senhor e por toda a sua família... Estivemos uma hora a conversar e ele por várias vezes disse-me: “Converse com o nosso amigo José Caetano” [genro de Penedo e camarista do Imperador]. Já vê que se tratou de emancipação.”*

Quem indagava, e tão altamente nas alturas, bem merecia ser correspondido. Penedo, chegada a hora, dará a prova máxima de sua dedicação a Pedro II – a sua demissão, que atira em rosto à República.

Por enquanto, usufrui tanto quanto possível em paz os seus últimos anos em Grosvenor Gardens. Os dois últimos empréstimos que fez o Império, depois de 1875, não foi ele quem os negociou. Estava forrado, portanto, de desaforos grossos e em cachoeira, pensava consigo mesmo.

* *Apud* Carolina Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*, pág. 116.

Pura ilusão. O seu livro *Missão Especial a Roma em 1873*, impresso em Londres no ano de 1881, traz-lhe um temporal de arrancar telhados.

“Nenhum dos contemporâneos as possui mais completas” – dizia ele no prefácio, referindo-se às informações necessárias para “a verdade histórica nos anais do país.”

Não pensava assim Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará e parte integrante da questão religiosa.

Estabelece-se então a polêmica entre o ministro de Pedro II e o delegado episcopal de Pio IX. Entre o delegado de César e o ministro de Deus.

Bela polêmica de gigantes, a que a extensão das distâncias – um às margens do Amazonas e outro à beira do Tâmisia – empresta maior vulto e solenidade.

A primeira narrativa de Penedo é tanto quanto possível, serena, razoável e documentadíssima. Uma defesa de diplomata, às vezes maquiavélico à Talleyrand, pelas omissões do pensamento.

Escrita em “português de lei”, como Oliveira Lima disse dos seus versos, a história da missão a Roma é sintética, clara e metódica na exposição, revelando na argumentação o dedo do jurisconsulto, sem deixar que a chicana lhe perturbe muito a placidez dos julgamentos.

Livro agradável e de fácil leitura, constituiu sem dúvida o seu aparecimento um motivo forte, para que a questão religiosa fosse ventilada e amplamente debatida.

Se outro mérito não tivesse esse volume, bastaria o fato de haver ele provocado a publicação da tão ansiada carta Antonelli (anexa ao presente volume), o renegado *gesta tua non laudantur* bem parecido aliás com a frase *isthic gesta sunt adversus* que figura na versão latina, publicada por Dom Antônio de Macedo em sua réplica a Penedo.

Uma justa imparcialidade não poderá dizer o mesmo sobre o primeiro volume da contradita de Dom Macedo Costa – *A Questão Religiosa perante a Santa Sé*, datado de 1886.

Vazado embora na melhor das linguagens castiças, exposto com um brilho e uma inteligência que são para provocar admiração, o depoi-

mento do bispo do Pará ganharia mais se perdesse o tom grandiloqüente, de quem fala *ex cathedra* no assunto, sem permitir contestações, sem pausa para escutar o contendor.

Esse tom de *magister dixit*, compreensível aliás em quem unia à dignidade episcopal o troféu mais raro de um considerável talento, prejudica bastante não só a leitura – penosa, diga-se a verdade – como as conclusões apaixonadas mas vibrantes do seu testemunho.

Dom Antônio de Macedo Costa era realmente um dos nomes mais gloriosos da Igreja brasileira tanto pelas suas virtudes quanto pelo seu fulgor literário:

“Resplandece um grande lume
nas margens do Guajará
Resplandece um grande lume
qual o bispo do Pará.”

Rezava assim o estribilho de um hino composto em honra do prelado de Belém, biografado recentemente por Dom Antônio de Almeida Lustosa, seu atual e ilustre sucessor.*

A projeção intelectual e moral do seu contendor honrava, pois, uma tréplica de Penedo, que saiu em 1887, publicada em Lisboa, sob o título *O Bispo do Pará ou A Missão a Roma*.

Esse volume já é bem diverso do primeiro. Seu autor parece haver se engolfado, se abismado mesmo no tropel da discussão. Todavia é ainda uma tréplica concisa, de menos de cem páginas. Como da primeira vez, enviando um exemplar ao bispo do Pará, acompanhado de uma carta cerimoniosa de respeito.

O valor de um adversário era digno do outro.

Um ano depois, em 88, sai a nova resposta de Dom Antônio de Macedo, editada, não como a primeira, no Maranhão, mas no Rio de Janeiro. Intitulava-se *O Barão de Penedo e a sua Missão a Roma*.

O volume começa interjectivamente:

* Cf. *Dom Macedo Costa*, Rio, 1939, pág. 505.

“Triste Missão, em verdade! E triste assunto, e cheio de escabrosidades, e tocando a pontos de infinito melindre!” (pág. 7)

Mais adiante (pág. 43), encontra-se um período bem interessante, produzido em nota e sobre o qual Penedo se manifestara discordando dos “*epítetos de vitupério e de escárnio*”, aplicados a alguns estadistas do Império, entre os quais o seu grande e falecido amigo Nabuco de Araújo. Ei-lo:

“Sinalei o *regalismo-ultra* do Sr. S. Vicente [Pimenta Bueno], o *febronianismo liberalesco* do Sr. Nabuco, e o *galicanismo voltairiano* do Sr. Sousa Franco.”

É lícito concordar que o eminente prelado, com os seus qualificativos para “os sistemas seguidos por esses estadistas”, batera muito longe os neologistas do latinista Castro Lopes, seu contemporâneo e que inventara essa arapuca *lucívelo* para substituir *abat-jour*, o trambolho *nasóculo* para *pince-nez*, o monstruoso *ancenúbio* em vez de *nuance*...

Em meio ao volume, lá pela pág. 117 (o volume tem 263 bem mastigadas), resume o prelado o seu juízo final:

“Eis aqui em síntese toda a minha argumentação:

“Chama-se uma missão anulada, nula, sem efeito algum e de todo malograda, aquela:

1.º, que obtém momentaneamente um resultado por surpresa, mas sem aplicação prática possível; e por isso mandado logo suprimir como inútil e inoportuno por quem de direito;

2.º, que, em vez de obter a condenação daqueles contra quem trabalha, os vê aprovados, animados, cobertos de louvores, e ela própria a vergar ao peso de merecida condenação.

“Ora, tal foi a missão enviada a Roma em 1873. Logo a missão enviada a Roma em 1873 foi uma missão anulada, nula, sem efeito e de todo frustrada.

“Premissas verdadeiras; conclusão a dimanar delas em ordem reta.

“Está feita a demonstração, Sr. Ministro.”

O bom do Padre aplicava sua Escolástica à História. Com o silogismo, citando premissas, concluindo em ordem reta, os problemas

históricos se reduziam a uma simplicidade invejável, capaz de permitir a previsão dos séculos futuros...

Infelizmente, a realidade histórica surge áspera e complexa. Sinuosa, cheia de meandros e sutilezas. Sem essa rigidez dogmática de Dom Antônio de Macedo, em cuja opinião abunda Eugênio Vilhena de Moraes em sua monografia *O Gabinete Caxias e a anistia aos bispos* (Rio, 1930, págs. 59-60).

Na verdade, se a Missão Penedo foi nula como quer Vilhena, inútil foi também o sacrifício dos bispos, segundo diz Basílio de Magalhães em recente trabalho.*

O tato e a perspicácia do eminente diocesano souberam tocar, magoando profundamente um dos pontos sensíveis do seu opositor.

“A propósito de latinidade, mui picado ficou o Barão de Penedo por haver eu, à vista de certas frases atribuídas ao Cardeal [Antonelli], ousado duvidar do seu íntimo contubérnio com a língua de Virgílio. Parece que lhe dei na balda ou no fraco, pois *dizem-me que nada tem mais a peito que seus foros de cultor delicadíssimo das musas antigas e modernas.*” (pág. 125 da obra cit.)

O Prelado não lhe aceitava “a honra de *professor de latim*” e muito menos “a férula de Orbílio para, como um pedagogo, lhe castigar [*sic*] os erros de gramática e de latim.”

Não aceita a honra como declara sentir “profundamente havê-lo magoado”. *Genus irritabile vatum.*

Arreceava-se com razão do gênio irascível dos poetas...

Não resta dúvida que se tratava de uma polêmica literária das mais belas do Brasil. A mais famosa talvez do Império.

Um grande jurisconsulto, a quem o Estado pedira os seus pareceres, contra um emérito escritor e orador sacro, que a Igreja consagraria depois seu Arcebispo Primaz no Brasil.

De parte a parte eram inevitáveis os doestos, como o de Penedo acusando o bispo de uma esperteza. Fazer publicar no *Univers*, jornal de

* Basílio de Magalhães, *Estudos de História do Brasil*, São Paulo, 1940, pág. 139.

Paris que o bispo do Pará, “preso numa *ilha de Serpentes* [*l’île des serpents*], assim se transformara no periódico francês a pacata ilha das Cobras], saiu incólume, para a seu salvo escrever um livro e nele derramar a atrabilis acumulada durante quatorze anos”...

Essa confusão babélica das línguas do mundo...

*

Analisando os diversos aspectos e as origens de tal controvérsia, no seu esplêndido panorama sobre *O Império Brasileiro*, Oliveira Lima precisou exatamente o seu *leitmotiv*.

“Não se chega a saber bem se a Santa Sé louvava o zelo apostólico dos prelados, ou se achava preferível poupar as confrarias contaminadas pelo ‘vírus maçônico’. *Toda a discussão suscitada pela missão Penedo e, em que terçaram armas o diplomata e o bispo do Pará, girou afinal em volta dessa incerteza* ou talvez melhor dito tergiversação do Cardeal Antonelli, secretário de Estado.

E a propósito, emite um dos juízos críticos mais serenos e apreciáveis. “A missão Penedo foi por algum tempo enigmática e hoje, apesar de esclarecida nos pontos controversos e *feliz para o agente*, não pode ser considerada uma negociação lisa e sincera, se é que as há em diplomacia” (pág. 175 da obra cit.).

Reconhecendo-lhe o defeito de origem na política de intransigência do Governo Imperial, que foi “a falência da missão Penedo” na frase de Heitor Lira, o historiador pernambucano considera no entanto o resultado da missão “feliz para o agente”.

*

Que pensariam os contemporâneos dessa polêmica célebre?

Juca Paranhos, então cônsul em Liverpool, acompanha desde o começo a questão para ele de vital interesse. Descendente do Visconde do Rio Branco – o “Papa maçom” de que falava Pio IX –, fornece dados, presta esclarecimentos ora sobre a Maçonaria, ora sobre os pontos puramente históricos da controvérsia.

É interessante acompanhar rapidamente, pelas suas cartas a Penedo, o grau crescente de interesse.

“Vi na *Gazetinha do Jornal* – escreve o futuro Barão do Rio Branco – que afinal o Governo concedeu a autorização que V. Exa. pedira para publicar a história de sua missão a Roma. Mil parabéns. Não avalia V. Exa. quanto estimo e aplaudo essa sua vitória, e a decisão do Pedro Luís.” (Carta de Paris, 28 de setembro de 81.)

Juca Paranhos encontrava-se, como se vê, do outro lado da Mancha, em sua mansão de estudos, às margens do Sena. O fato se tornava aos poucos conhecidos da Secretaria de Estado, que se dispunha a castigar *as fugas*. “*No meu interesse*, convém que a coisa não transpire, porque pode a notícia chegar, de torna-viagem, à Secretaria. Se isso acontecer aqueles amigos ficariam mais irritados ainda do que estão comigo, e eu nada tenho a ganhar com isso, porque, infelizmente, preciso do meu emprego e tais provocações poderia receber que me obrigassem a atirar tudo pelos ares. Preciso do emprego não para mim, que de qualquer modo passaria, mas porque sou o único arrimo de minha gente. Espero, pois, que V. Exa. não informará disso aos nossos amigos da Legação. Ao Conselheiro Borges, amigo velho meu e de minha família, e *também vítima*, segundo confidências que me tem feito, eu não disse uma palavra.”

Essas linhas não reveladas do segundo Rio Branco provam, a faltar, que o futuro vencedor do pleito das Missões e do Amapá chegou a pensar em abandonar a carreira por causa de perseguiçõezinhas da Secretaria de Estrangeiros... O seu amigo velho, Conselheiro Borges, “*também vítima*”. É evidente o tom de mágoa e azedume contra os chefes burocráticos do Palácio Bahia na Glória, onde se aninhava o ministro de Estrangeiros.

O futuro Barão – que Rui Barbosa magnificamente chamaria depois o “Deus *terminus* das nossas fronteiras” – esteve assim a pique de ser demitido pelos escreventes da Secretaria de Estado, por causa de umas fugidas, de umas chegadinhas de Liverpool até Paris...

O olho vesgo dos besuntados funcionários não podiam compreender que nessas escapulidas rápidas, – puníveis, somente para não terem o “*Visto*” de um carimbo –, Juca Paranhos comprava livros velhos e mapas antigos nos livreiros e antiquários do cais do Sena. Estudava e digería alfarrábios da História do Brasil. Aí é que iriam assentar depois as bases para a defesa da atual configuração geográfica do Brasil. Essas fugas é que lhe

permitiam escrever como o *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, composta em quinze dias apenas e diretamente em francês.

Quinze dias, sem carimbo de licença da Secretaria, que poderiam custar ao autor do livro de divulgação sobre o Brasil uma irremediável demissão!

Rio Branco, porém, soubera conquistar as boas graças de Penedo, ministro em Londres e com superintendência sobre o Consulado de Liverpool: “Espero, pois, que V. Exa. não informará *disso aos nossos amigos da Legação*”...

Juca Paranhos, como não devia aparecer curioso a Penedo, como não lhe devia despertar amizade, como não seria simpática essa cumplicidade do prazer proibido (Penedo gozava sempre dois meses de licença em vez de um), essa afinidade de cultura e de filosofia de vida?

A confissão de Juca Paranhos estendia-se, certo da conivência do confessor, sem receio de penitências que castigassem a carne: “A minha licença termina no dia 30, e, pois, no dia 1.º devo tomar conta do meu Consulado. Nesse sentido oficiarei a V. Exa., à Secretaria e à Delegacia. Tenho, porém, necessidade de demorar-me aqui até o dia 12 ou 14 de outubro, e espero que V. Exa. permita que até essa data eu me deixe ficar aqui *incógnito*. Tenho ao chegar a Liverpool várias maçadas grandes: exposição de café, relatório, etc. e isso não permitirá voltar aqui [Paris] antes de fins de dezembro ou princípios de janeiro.” (Carta de 28 de setembro de 81.)

Terminava referindo-se às troças e risos de Sousa Correia, secretário em Londres e que achava uma delícia tantas cautelas por parte do Juca: “Ao Correia escreverei sobre isto (o descanso de mais alguns dias extra-regulamentares) pedindo-lhe, entretanto, como costume, reserva, para que algum *correspondente epistolar* não mande a notícia para lá. Quando eu fazia destas cousas mistério, o Correia ria-se. Entretanto, eu tinha minhas razões, V. Exa. agora sabe disso, para estar em guarda com certos amigos do Rio.”

A carta que assim concluía, começando pelo assunto da polêmica com Dom Antônio de Macedo Costa, se iniciava com esta frase ao “Ex. Amigo Sr. Barão”, frase que Penedo lia naturalmente: “*Sempre pensei* que V. Exa. se demorasse por cá mais alguns dias”...

Desta vez portanto o ministro estaria em condições de chamar à ordem o cônsul em Liverpool. Penedo, porém, sabia e admirava o imenso

valor cultural e moral do seu Juca Paranhos, jovem mas já uma afirmação:
– *Ubique patriae memor.*

E não seriam poucas as informações que dele receberia, os conselhos que prontamente aceitaria, em sua discussão com o eminentíssimo Diocesano do Pará.

Assim quando Penedo, trabalhando em 1887 na sua réplica a Dom Antônio, Juca Paranhos lhe escreve de Paris, da sua moradia 56, Boulevard St. Michel:

“Junto aqui a resposta que ontem recebi do Gusmão Lobo [um dos redatores do *Jornal do Comércio*] sobre o livro do Bispo do Grão-Pará. V. Exa. pode rasgá-la. Eu não pude ler ainda esse livro. Escrevi logo para aqui pedindo um exemplar, mas fui informado de que não estava à venda em Paris.

“Não creio que as casas de Liverpool relacionadas com o Pará recebem de lá jornais mas mando verificar isso, e vou hoje mesmo encarregar a casa Lingham de fazer comprar no Pará os n.ºs do jornal em que foram publicados os artigos do Conselheiro Tito Franco. Acabo de escrever também a este pedindo-lhe que me remeta esses artigos.” (Carta de Paris, 17 de fevereiro de 87.)

Sua atividade era incansável para servir ao Barão do Penedo e dava uma prova de alta colaboração, coisa infelizmente tão rara entre intelectuais brasileiros: – “Vou escrever também ao Cardoso Júnior, do Rio, pedindo-lhe uma relação de alguns padres conhecidos que pertenceram à nossa Maçonaria.

“Entre outros há, se me não engano, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, que representou importante papel na nossa História. Seria bom talvez citar assim uns quatro ou cinco nomes conhecidos para mostrar que a Maçonaria no Brasil era e é uma simples sociedade de beneficência, cujos membros em sua quase totalidade são católicos e até muito bons católicos, pois pertencem a irmandades e acompanham com o maior respeito todas as cerimônias do culto. Quando morre um maçom, logo a sua loja manda celebrar uma missa. Todos os bispos brasileiros compreenderam que assim que a Maçonaria, como a temos, não pode ser equiparada às sociedades secretas condenadas pelo Papa. Só fizeram exceção os Bispos Macedo Costa e Frei Vital, e, até certo ponto, o do Rio. Mas se cumpriram o seu dever, então erraram todos os outros, e entre eles, prelados como D. Romualdo de Seixas, Marquês de Santa Cruz.”

As informações históricas bem como o senso crítico já se revelavam assim profundos em Juca Paranhos, colhido de surpresa, à queimadura, e capaz de dissertar eruditamente como se houvesse feito descer das prateleiras toda uma biblioteca.

Era a mesma erudição vastíssima, o mesmo conhecimento assombroso de data e de detalhes – que tomaram corpo depois nas *Efemérides Brasileiras* e provocaram o espanto de todos quantos se aproximaram do nosso maior Chanceler na República.

Findava a sua carta deveras extensa com uma *boutade*, bem própria da sua malícia: - “Não pude encontrar na nação a carta da Ilha *des Serpents*. A minha coleção está incompleta. Mas a carta foi com certeza publicada por *Venillot*, e alguns jornais franceses e pregadores sagrados falaram na barbaridade do Governo do Brasil que assim prendia um bispo em lugar onde abundavam esses perigosos répteis.”

Juca Paranhos enviaria ainda uma série de dados preciosos sobre os grão-mestres da Maçonaria Brasileira, desde o Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva (seu primeiro-ministro), o Imperador Dom Pedro I até o então Chefe do Grande Oriente, o Conselheiro de Estado Luís Antônio Vieira da Silva, senador do Império. Dados esses que lhe serviram imensamente.

Como a imprensa do Rio recebeu o livro de Dom Antônio, *A Questão Religiosa perante a Santa Sé?*

“Meu caro Juca, – escrevia Gusmão Lobo em 22 de janeiro de 1887, – Devolvo-lhe a cartinha do nosso amigo Penedo e tenho constrangimento de confessar que ainda não vi o tal livro do bispo do Pará. Tal foi a sensação que tal livro produziu! Nenhuma, absolutamente nenhuma!”

E referindo-se a um dos folhetins de Carlos de Laet, publicados no *Jornal do Comércio* e glosando as qualidades do livro do Bispo, ajuntava o correspondente do Rio: “Laet escreve no *Microcosmo* de conta própria, com toda a independência. Não li o folhetim senão depois de publicado, porque, se o visse antes, poderia ter evitado a publicação, lembrando ao autor que o *Jornal* fizera justiça à Missão Penedo, que na verdade tinha alcançado, por negociação habilmente dirigida e coroada, o êxito mais feliz que podia ser esperado.”

Laet, sabidamente ultramontano, fizera na sua crônica brilhante a balança pender para o seu lado. Pequeno milagre para o malabarismo de um imenso talento, apaixonado sempre em assuntos de sacristia.

A atitude de Gusmão Lobo dá, porém, uma ligeira amostra do que era o prestígio enorme do Barão do Penedo no *Jornal do Comércio*, de que era correspondente em Londres o seu íntimo amigo Mr. Clark.

Picot, um dos dirigentes do *Jornal do Comércio*, estará sempre de atalaia, com as colunas do seu diário franqueadas à defesa do caluniado e invejado ministro de Pedro II na Corte da Rainha Vitória.

Quando em 1887, Mr. Clark falece repentinamente, é um golpe duro que a fatalidade lhe impõe.

“Avalio bem a dor de V. Exa. – escreve Juca Paranhos ao Barão do Penedo – com a perda inesperada desse amigo velho e dedicado, e peço-lhe que receba a expressão do meu mais sincero pesar. Ainda há dias, talvez na última correspondência que Mr. Clark escreveu de Londres, li com reconhecimento um extenso período que ele consagrou a minha mãe, e em que falava nos serviços de meu pai, estranhando a demora da pensão, que todos esperavam. Afinal, como V. Exa. terá visto, veio a pensão... Foi preciso que morresse um ministro, um amigo e colega dos atuais ministros, para que minha mãe e a viúva do Senador Nabuco fossem lembradas pelo Governo... A viúva Nabuco esperou 2 ½ anos, minha mãe 10 meses...”

Assim era no Brasil imperial, de tempos memoráveis, em que morriam paupérrimos um Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros, um Nabuco de Araújo, ministro da Justiça e Senador do Império...

Iam as viúvas Rio Branco, Nabuco, solicitar humildemente do Governo Imperial uma pensão para viverem modestamente. Não lhes tinham deixado com que dois estadistas eminentíssimos do Império, onde nem os ministros nem os senadores faziam fortuna...

Mas como à lei da morte sucede a da *Vida, ser pequenino e pressuroso*, a vaga de Mr. Clark, de correspondente londrino do centenário órgão da nossa Imprensa, é logo disputada.

Juca Paranhos pleiteia o emprego para o Joaquim Nabuco, ansioso novamente de voltar à Inglaterra, de onde levava uma impressão indelével, e já desiludido da política ingrata da terra.

Não só Paranhos como o próprio Penedo viam com entusiasmo a volta do velho e querido amigo comum ao convívio de Londres e de Grosvenor Gardens, o seu “canto do Brasil”, como dizia Nabuco.

“V. Exa. disse-me aqui – escreve de Paris ao Barão de Penedo – que o nosso amigo J. Nabuco, para realizar os seus projetos de estabelecimento em Londres, deveria tratar de obter da *Gazeta de Notícias* ou de outro jornal a nomeação de correspondente. O triste acontecimento da morte de Mr. Clark pode dar lugar a que V. Exa. substitua um amigo por outro, entendendo-se desde já com o Picot para que este não se comprometa. Bem sei que o J. Nabuco não precisa de recomendações minhas junto a V. Exa. mas tomo a liberdade de falar-lhe nisso porque outro pode adiantar-se.

“A eleição, se não me engano, está mascada para 30 ou 31 do corrente. Parece-me quase certo que o Nabuco não será eleito. Se ele obtém o lugar do correspondente do *Jornal*, com 600 ou 800 £ por ano, virá imediatamente para Londres. O Picot fará uma brilhante aquisição, tão brilhante como fez com a do outro nosso recomendado e amigo, o incansável autor de todos os *leading articles* do *Jornal*, e V. Exa. terá junto de si um amigo seu, de seu filho e de todos nós.” (Carta de 2 de outubro de 87.)

Se a aquisição seria brilhante, incontestável é que mais brilhante ainda aparecia o advogado. Esplêndido nas razões, tornava-se comovente e arrebatador na peroração.

Joaquim Nabuco, graças à interferência de Penedo junto à direção do *Jornal do Comércio* no Rio, será nomeado correspondente em Londres como sucessor de Mr. Clark.

Como bem dissera Paranhos, agindo dessa forma, o barão substituíra um amigo por outro.

*

Por volta de 1886, quem começa a freqüentar Grosvenor Gardens e se toma de afeto e admiração extremosa por Penedo é esse paulista inquieto e curioso, imensamente curioso, que se chamou Eduardo Prado.

“A qualidade dominante de Eduardo Prado, – dele disse Eça de Queirós, que o transformou no personagem também curioso de *A cidade e as serras*, naquele supercivilizado Jacinto –, a sua *qualité maîtresse*, segundo o termo escolar da velha Psicologia Francesa, a qualidade motora da sua vida pensante, e mesmo da sua expressão social, é certamente a curiosidade.”

E na sua chocarrice gaiteira, Eça define-se melhor. “A Curiosidade (já com maiúscula), instinto de complexidade infinita, leva por um lado a escutar às portas e por outro a descobrir a América”...

Em Eduardo Prado prevaleceria essa última manifestação da Curiosidade, que revela enfim esse dom grande e precioso – a atividade do Espírito.

Dirão que Eduardo Prado não descobriu a América. De pleno acordo. Sua curiosidade o levou porém a dar a volta do mundo. Correu toda a Europa, a Arábia, a Palestina, o Egito, a Índia, a Austrália, as duas Américas, as ilhas de coral do Pacífico.

E não correu o Planeta como simples *globe-trotter*.

Essa gente fútil e vazia que corre terras sobre terras não para se acrescentar, mas para se dispersar. Prado, ao contrário, assimilava e estudava toda essa humanidade, que no fundo ele amava intensamente a seu modo. E seria ainda essa simpatia pelos homens que o faria concentrar-se com paixão na História.

Prado acrescentava-se e muito. Ao cabo de suas viagens, a ele se aplicaria a paródia do Poeta ao seu herói, traz:

“O mundo em si, com as cidades e os homens...”

E documento dessa observação, escreveria ele dois tomos de *Via-gens*. As imagens do deserto de Gizé como das cercanias do Guarisangar, ele as transportaria da sua pupila brilhante para os amassados caderninhos de notas.

Começa a viajar muito cedo, desde que tinha “concluído aquele bacharelato que nos países latinos se tornou um complemento do batismo”, na expressão do seu romanceador.

Em outras épocas, talvez ficasse mais quieto, sobretudo se não fosse possível viajar agradável e comodamente em “divertidos hotéis boiantes, providos de adega e de inglesas sensíveis”...

Mesmo assim, teria hesitações esse civilizadíssimo e moderno Fernão de Magalhães.

“Eis-me, Sr. Barão, – escreve ele a Penedo nas vésperas da partida – com o pé no estribo e não lhe oculto que um pouco *tirailié* entre o desejo de partir e um certo arrependimento de me haver metido em empresa de tanta magnitude. Será o que Deus

quiser. Que inveja não tenho eu de V. Exa. e da sua pacata e cômoda viagem para Carlsbad! Espero que as águas desse lugar sejam do maior proveito para os três doentes (um dos quais parece-me um pouco imaginário) e que na minha volta possa contar-lhe coisas da minha viagem comodamente instalado no salão de Grosvenor Gardens.

“Beijo as mãos à Senhora Baronesa, e peço a V. Exa. que em meu nome cumprimente a Madame de Andrade Pinto.” (Carta inédita de Paris, 2 de agosto de 1886.)

Além de um grande e confuso comodista, Prado era também um *gentleman*. Haveria de sentir-se completamente em casa ele, um aristocrata do café em São Paulo, nos salões da Baronesa do Penedo – paulista também e da *gens* Andrada – no solar de Grosvenor Gardens.

Como Rio Branco e Joaquim Nabuco, ele se fará da mansão de Londres o seu canto do Brasil, o pedaço da sua pátria distante, – símbolo materializado e concreto das cores evocativas da Bandeira.

Para ele o destino não arranjará coisa mais a propósito. O seu mais cativante dom era o seu espírito de sociabilidade. Eça de Queirós, seu amigo íntimo, afirmou: “Eduardo Prado é uma alma superiormente sociável.”

E a essa necessidade de contato social se aliava esta outra maior – a do convívio intelectual. Eis uma prova:

PRADO A PENEDO

Paris, 17 junho, 1886.

Meu caro Sr. Barão do Penedo.

Há muitos dias que recebi a esplêndida tradução da “Momie” que acompanhou a gentilíssima carta de V. E. Fui vítima de um pequeno desastre que impediu-me de agradecer imediatamente. Uma profunda queimadura na mão impediu-me de escrever por muitos dias por motivo de uma inflamação que sobreveio. Estou agora muito bem.

A poesia de V. E. tenciono publicá-la no capítulo do meu livrinho relativo a Tebas do Egito. Para realçar o mérito do trabalho de V. E. publico ao mesmo tempo o texto francês. Hei de mandar ou levar eu mesmo talvez a V. E. as provas dessas páginas de que hei de tirar, se V. E. consente, alguns poucos exemplares à parte que farão as delícias dos delicados. Esse trabalho de correção retêm-me ainda duas semanas em Paris antes de partir para o Tirol.

E V. E. e a Baronesa não veraneiam este ano cá pelo Continente? Se a Baronesa for realmente à Carlsbad desejava ter aviso porque andando eu pelas vizinhanças irei cumprimentá-la assim como a Madame Andrade Pinto. V. E. terá a bondade de fazê-lo agora por mim muito respeitosamente.

Muito grato a V. E. sou sempre com toda afeição e respeito

De V. E.
Humilde Obrdo.
a) Eduardo Prado

*

Ignoramos se da tradução de *Momie*, inserida realmente, como antecipava Eduardo Prado, nas páginas de seu volume relativo a Tebas, foram tirados “alguns poucos exemplares à parte que farão as delícias dos delicados”.

De qualquer maneira essa tradução do poema de Louis Bouillet, o poeta e confidente de Flaubert, seu crítico amigo de escritos ainda em originais (como nos descreve Albert Thibaudet em sua *Histoire de la littérature française*, pág. 318), alcançou fama na época e andou de mão em mão entre os intelectuais.

Pelo menos uma carta de Juca Paranhos a Penedo (datada de Paris, 22 de junho de 1886), consigna essa opinião generalizada: “Estive ontem com o Prado, que me disse já ter escrito a V. Exa. Ficou muito contente com a tradução feita por V. Exa., e disse-me que o republicano Lopes Trovão, de quem ele é amigo, a achou excelente mostrando-se admirado ao verificar que V. Exa. é um poeta. Os boêmios das nossas gerações novas têm esse defeito de só conhecerem a rapaziada de hoje.”

Tivera também notícias de Nabuco “anunciando-me a sua entrada para o *País*, mas não sabia ainda quanto lhe dariam por mês. Ele escreveu a propósito da Sarah Bernhardt um belíssimo artigo, que sem dúvida V. Exa. terá recebido”.

Se Penedo deixara de ser o antigo “enjeitado da Musa”, como ele próprio se julgara na mocidade, e passara a ser “*um poeta*” como verificara com espanto o republicano Lopes Trovão, amigo de Eduardo Prado (segundo sublinhava Paranhos, afastando-se com prudência do *republicano...*), decidam os poetas e os críticos bem como os leitores.

Prado, comovido talvez pela colaboração do ministro de Pedro II, transcreve nas *Viagens* (I, pág. 45) o poema traduzido e o precede um juízo altamente elogioso:

“Estes versos vibrantes, a meu pedido, foram traduzidos nas seguintes belíssimas estrofes. O nome do tradutor explica a excelência da tradução: o Barão do Penedo,

que, além de ser um brilhante diplomata, alia a juventude de seu espírito aos finos dotes de um letrado de raça.

A QUEIMA DE UMA MÚMIA

Ouvindo ao longe ruídos,
Inda o céu azul sonhando,
No fundo hipogeu escuro
Treme a múmia despertando.

O peito levanta e sente
Nas faces de ouro tingidas
Resina em lágrimas negras
Do olho morto escorridas.

No caixão pintado bate
Com os colares de metal,
Arranca um longo queixume
E mia como um chacal.

“Oh! Com lenta voz exclama,
Ser morto, e sempre durar!
Feliz nas garras de abutres
A carne que palpitar!

.....
E deixarão, sem remorsos,
Numa abóbada afumada,
Junto a crocodilos mortos,
A carcaça embalsamada.”

Embalado talvez pela música dos versos, cujo ritmo o dominara, absorvido na metrificação, Penedo deixa morrer em silêncio o desafio em prosa de Dom Antônio de Macedo Costa.

O bispo voltara à carga, como vimos, escrevendo um panfleto de muitas páginas em 1888.

Penedo tomaria o conselho de Rio Branco, que lhe escreveria de Paris, a 11 de junho desse mesmo ano:

“Há dois dias, felizmente, estou de posse do livro do bispo do Pará, que estou lendo. Amanhã eu o remeterei a V. Exa. registrado.

“Penso que V. Exa. não precisa escrever em resposta um novo livro. Seria isso interminável porque após o seu terceiro, quarto e quinto, teríamos outros tantos livros do Bispo, que é um *brigador*. Disse-me Santa Ana Néri, que, segundo o Bispo, *o maior prazer do homem nesta vida é dar pancada* [sic]. Um prelado que diz tais coisas, e que só sabe discutir manejando a injúria e o sarcasmo não deve ser tomado a sério.”

E concluía, definitivo na sua argumentação:

“No mais, é difícil discutir com quem só sabe ferir e considera *o maior prazer desta vida das pancada* [sic]. O Bispo de Olinda afirmou *não ter recebido carta alguma*. O do Pará no seu 1.º livro declarou que ele e o de Olinda receberam a carta em questão. Que crédito podem assim merecer as asseverações dos bispos batalhadores?”

Estava acabado de vez o desafio.

PENEDO *VERSUS* MAUÁ

ESCREVENDO nas colunas de *O País*, contava Artur Azevedo um episódio deveras interessante, pelo qual se podia aferir o juízo do Imperador sobre os homens de negócio em geral.

Conversava Pedro II a respeito de banqueiros, e vindo à baila o nome de um, famoso na época e que chegou a agir ainda na República, exclamou o Monarca com sua voz fininha:

– Este ainda é pior que o Mauá!*

Se não vamos por aí fazer um juízo do maior empreendedor em finanças e indústria do Império, que foi sem dúvida uma das figuras marcantes da nossa história, o conceito apresenta Mauá em sua verdadeira feição, aquela que o senso crítico há de reservar-lhe no quadro de nossa evolução durante o Segundo Reinado – o de um homem de negócios, o maior homem de negócios entre os brasileiros.

* Ver o retrato muito fiel e justo de Mauá no livro interessante de Nelson Werneck Sodré, *Panorama do Segundo Império*, Rio, 1939, pág. 259.

Jamais, porém, se poderá conservar sua figura no pedestal mármoreo de uma galeria de Plutarco, inacessível às diminuições das próprias fraquezas humanas, desdenhosa das verdades comprovadas, tal um semi-deus da era de Augusto.

Não foi outro, todavia, o monumento que lhe erigiu o seu menos informado panegirista Alberto de Faria, monumento (diga-se com sinceridade) que sob forma alguma seria compatível com o verso horaciano:

“...exegi monumentum aere perennius”.

Por uma razão muito simples. Se a gente bate nesse bronze, no bronze de Mauá fundido por Alberto Faria, – a quem não faltavam aliás grandes qualidades de homem de espírito e de letras –, esse metal, solene por excelência, ressoa cavo, amortecido, surdo como se fora chumbo pintado.

E por quê? Não será necessário um esforço hercúleo para compreender.

Abrindo as páginas de *Mauá*, a biografia afamada de Alberto de Faria, lê-se à folha 83 este parágrafo transcrito aqui *ipsis litteris*:

“Em uma nota do punho do Barão de Penedo está dito: “O Barão de Mauá era por esse tempo geralmente considerado de grande importância na praça do Rio.” (Arquivo Penedo, no Palácio Itamarati.) (1)”*

O que nós estamos em condições de afirmar é que a tal nota pertence ao livro de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império* (vol. I, pág. 92 da 2ª edição), no capítulo relativo à elaboração do Regulamento 737, onde juntos trabalharam esses dois grandes vultos depois inimizados – Penedo e Mauá.

Citando assim de oitiva, louvando-se em fontes que diz manuscritos e existentes em arquivos públicos, quando na verdade elas andam impressas e em letras de fôrma, que crédito poderão merecer a documentação e as respectivas afirmações de Alberto de Faria sobre Mauá?

* Em nota (1), Alberto de Faria consigna que muito deve à colaboração do Sr. Mário de B. Vasconcelos, alto funcionário do Itamarati, que lhe forneceu notas preciosas do Arquivo para o seu livro.

Em que parte do Arquivo Penedo o Sr. Mário de Vasconcelos encontrou a nota, transcrita acima, “do punho (*sic*) do Barão do Penedo”, ele que o diga se for possível.

Na elucidação desse pormenor, de relevo porque mostra a inconsistência dos processos e métodos com que se tem escrito a História da Civilização Brasileira, não nos leva qualquer preocupação menos confessável senão a de exemplificar, com um trabalho histórico considerado clássico, essa coisa comezinha e fundamental – a apreciação justa e a revisão imparcial dos valores morais e espirituais de nossa nacionalidade.

Ao Barão, e depois Visconde de Mauá, não lhe poderá ser negado nunca o papel essencial que ocupa no desenvolvimento dos caminhos de ferro brasileiros, na navegação do Amazonas, nos melhoramentos urbanos da Capital e nas construções navais da Ponta da Areia. Isto sem tocar na *magna pars* que lhe cabe na formação e aperfeiçoamento dos nossos aparelhamentos de crédito, a ponto de se poder “fazer, em torno dele, a história econômica do Império”, como assevera Castro Rebelo (*Mauá, restaurando a verdade*, pág. 202).

É certo e forçoso ainda concordar com o iminente professor e comercialista que “sua biografia, pode-se dizer, está por ser feita”.*

Se é possível fazer em torno de Mauá a história econômica do Império, outro tanto é lícito afirmar da história financeira do Brasil monárquico, a qual se desenvolve e torno de Penedo, chefe da missão diplomático-financeira de Londres e fiel do crédito externo do Império na Grã-Bretanha e na França.

Daí avaliar-se, facilmente, que o encontro desses dois personagens se haveria de produzir ora entre flores, ora entre urtigas.

*

A primeira notícia que temos segura do encontro de Mauá e Penedo foi em 1850, por ocasião da elaboração do Regulamento Comercial.

O conceito de Penedo sobre Mauá, que se acha na obra de Nabuco e erradamente citado consta do livro de Alberto de Faria, é objetivo

* O nosso prezado amigo e ilustre causídico, Dr. Cláudio Gans, com quem trocamos idéias a respeito de Mauá, aliás seu bisavô, prepara uma nova biografia de Mauá, documentada e sincera nas apreciações.

e sincero – “O Barão de Mauá era por esse tempo geralmente considerado de grande importância na praça do Rio”.

Mais tarde, em 1858, quando a filial da firma Mauá & Cia. em Londres, a casa Mauá Mac Gregor & Cia., esteve às portas da falência por não poder honrar um saque de £50,000 emitido por ela em favor do Tesouro Nacional, Penedo intervém junto aos Rothschilds, sustando a cobrança por alguns dias e impedindo a catástrofe.

Mauá dirigiu ao então Ministro Carvalho Moreira linhas patéticas e repassadas de emoção: “... estou ciente da proteção, valiosíssima e eficaz, com que V. Exa. impediu a catástrofe...” Mais adiante: “esta grande fineza de V. Exa. cativa-me a ponto tal, que se até agora já me prendia a V. Exa. a simpatia mais pronunciada, de ora em diante, o dever da *gratidão* [*sic*] este sentimento nobre que especialmente distingue o homem da criação bruta, me conservará ligado a V. Exa. até o último momento da minha existência: meu préstimo, presente, e futuro, está todo ilimitadamente à disposição de V. Exa...”

Terminava grifando de maneira sugestiva para oferecimentos de um banqueiro: “Disponha V. Exa. *em tudo e para tudo* [*sic*] de quem é com a mais afetuosa estima e alta consideração”...

Os dois gigantes respeitavam-se assim mutuamente.

Ainda quando Penedo andava em Saint-Cloud, pela Corte de Napoleão III, oferecia seus préstimos a Mauá para recepção nos salões imperiais.

No momento de ser lançado o empréstimo em Londres para a construção da estrada de ferro, de Santos a Jundiá, os dois grandes financistas colaboraram para o mesmo fim.

Na célebre e hoje raríssima *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & C. e ao Público* (Rio de Janeiro, 1879), lá se vê à pág. 51:

“Foram inúmeras as dificuldades com que ele [o Sr. de Castro, sócio de Mauá] teve de lutar, não obstante a coadjuvação do ministro do Brasil, em Londres [Penedo], a cujas mãos, por intermédio dos meus amigos, chegaram recomendações eficazes, para que S. Exa. amparasse a realização de tão útil empresa, dando todas as explicações que lhe fossem exigidas quanto à *efetividade* da garantia do Brasil.”

Prosseguindo o histórico do levante de capital para a atual São Paulo Railway, refere Mauá que, depois de quatro anos da data da concessão, tudo se encontrava pronto para o lançamento da empresa no mercado.

A esta altura sobrevém um obstáculo imprevisto: “os agentes financeiros do Brasil, os Srs. N. M. Rothschilds & Sons, que haviam anteriormente *consentido* que sua firma aparecesse no *prospectus* para dar prestígio à combinação criada, *exigiram* então em pagamento daquela concessão, receber £ 20,000 dos primeiros fundos recolhidos do público, e efetivamente, tendo de Castro consultado o Sr. Penedo, e assegurando-lhe este ser o meio *de garantir a subscrição*, teve de Castro de ceder a mais essa exigência, realizando-se em seguida a subscrição das ações”... (idem, pág. 52).

Transparece um certo azedume já do grande banqueiro e financista contra o “Sr. Penedo”. Era mais uma vez a sua amizade com os Rothschilds, que o fazia aparecer à luz da ribalta, menos gloriosamente. Comercialmente, porém, Penedo andara direito. Julgava que quem dera o seu nome para a propaganda da operação, como no caso dos banqueiros israelitas, merecia sua compensação, chegada a hora dos prêmios e porcentagens.

Além disso, o agente de Mauá em Londres recebera, conforme ele próprio confessa, a importância de £ 45,000. Natural seria que os Rothschilds pelo menos aspirassem à metade. E fato para assinalar, pediam menos. Somente 20 mil esterlinos por emprestarem o nome da firma para garantia da operação...

Talvez por essas e outras que o Barão de Mauá dizia que a “Inglaterra era o reino de Israel”, conforme Otaviano referia em carta a Penedo.

Reino de Israel ou não, a realidade era da troca de favores comerciais e divisão à risca dos lucros e proventos.

Gloriosa Albion, cujos diplomatas se orgulham sempre de serem os seus melhores caixeiros-viajantes. Os melhores propagandistas e propulsores oficiais do seu comércio exterior.

Mauá se acostumara ao sistema brasileiro. Aqui a amizade mais pura e ideal, de admirador para admirador, resolvia aperturas financeiras, que na Inglaterra só pela hipoteca dos bens presentes e futuros.

Penedo dizia baseado em argumentos incontestes estas coisas sérias a Cotegipe, em carta de 23 de março de 1877:

“Do teu relatório vejo (dito de passagem) que dos três anos de moratória que teve o Mauá já lá se foram dois, e o que ele tem pago da sua dívida não chega a novecentos contos, deduzidos os juros da lei.

“Mesmo assim entram nesse pagamento as letras arrancadas pela Legação em Montevideú ao Governo do Uruguai.

“É incrível o que fez o Rio Branco pondo ao serviço do Mauá o Tesouro do Brasil.

“E se não fosse uma pessoa *muito conhecida tua* [sic] nunca teria visto o Tesouro uma só libra esterlina do último empréstimo que aqui fizemos. Asseguro-te isto, e posso facilmente prová-lo.”

A acusação é grave, gravíssima. Sobretudo porque dirigida a um ministro da Fazenda, embora seja ele um dos amigos e protetores de Mauá. Penedo goza, todavia, das liberdades de compadre. Diz o que quer e entende.

Afirmar também que de modo *incrível*, o Visconde do Rio Branco pusera “ao serviço do Mauá o Tesouro do Brasil”, não representaria coisa menos séria.

Penedo tinha, no entanto, o Arquivo da Legação em Londres à mão. E a Legação acumulava funções de Delegacia do Tesouro Nacional.

Se duvidassem das suas sentenças, Penedo jogaria na rua os segredos terríveis que às vezes encerram esses pacatos papéis amarelos com o tempo e sempre visitados pela traças...

Que Mauá teve à sua disposição a diplomacia do Império, isso não oferece dúvidas.

Penedo aludia às “letras *arrancadas* pela Legação em Montevideú ao Governo do Uruguai” e não se manifestava assim por força de expressão.

Quase todos os grandes diplomatas do Império que serviram no Prata, tinham sido amigos íntimos de Mauá, almas que ele soubera conquistar ilimitadamente.

A começar por Rio Branco, o “mais notável” dos amigos de Mauá, segue a galeria com figuras não menos representativas. Francisco Otaviano, que assinara o Pacto da Tríplice Aliança, é outro amigo dedicado do banqueiro e seu futuro advogado. Sob o Ministério Caxias-Cotegipe, a proteção dispensada pelo Governo a Mauá dá tanto na vista que o famoso orador baiano sai da curul ministerial para justificações, diante dos ímpe-

tos liberais e ardentes de Cesário Alvim e Afonso Celso (pai). Estes só para não alongar a metragem do desfile.*

A capacidade de sedução pessoal de Mauá fizera com que seu maior amigo no Uruguai, o famoso Ministro André Lamas, lhe entregasse, por intermédio de um Convênio com o Banco Mauá, o seu próprio país ao arbítrio do Barão.

Penedo não exagerava portanto quando frisava as concessões de Rio Branco a Mauá.

“Sob o Ministério Rio Branco – escreve o ilustre jurista e pesquisador Castro Rebelo – Mauá, não só dispõe da diplomacia do Império para a proteção de seus interesses, perante o Governo Oriental, como, apesar do estado precário de seu crédito e dos ataques da imprensa, é o banqueiro a que, de preferência, recorre ao Governo, para realizar no exterior pagamentos, que sobem, quinzenalmente, a mais de mil contos de réis e pelos quais embolsa o protegido lucros consideráveis, com prejuízos da fazenda pública. Resultado: ao se lhe abrir a falência, ainda tem o Governo, contra ele, um crédito, em cambiais, superior, a seis mil contos de réis.” (*Mauá*, pág. 179-180.)

Corroborando o acerto de Penedo, segundo o qual as letras de pagamento a Mauá foram *arrancadas* pala Legação em Montevideu ao Governo do Uruguai, vem a circular publicada na *Reforma*, em 20 de fevereiro de 1873, por Gaspar Silveira Martins, no seu repto a Mauá.

“O Sr. Barão reclama do Governo Oriental – reza a circular de Silveira Martins – por prejuízos, perdas e danos, três milhões de pesos, mais de seis mil contos, e em vez de fazer valer seus direitos nos tribunais, acha mais cômodo que o Governo brasileiro faça aquele Estado reconhecer a dívida com um revólver ao peito, como fazem os piratas, e o Governo Rio Branco já fez uma tentativa que redundou em grande pesar para a dignidade nacional.”

Convenhamos que é bem gaúcha a expressão do tribuno dos pampas. Bem gaúcha e mais pitoresca ainda, essa cobrança de “revólver ao peito”, à maneira dos piratas, e feita de Governo a Governo...

Descontada a força da expressão, restava ainda a dureza dos fatos.

Quando do lançamento do empréstimo para a Estrada de Ferro de Pedro II, Mauá foi dos banqueiros subscritores do capital e um dos lançadores da sociedade.

* Ver Alberto de Faria, *Mauá*, capítulo XXII, “Os amigos de Mauá”, pág. 384.

Mauá teve sua colaboração solicitada pelo Governo Imperial, a fim de secundar Penedo na realização desta operação, como refere Alberto de Faria (*Mauá*, pág. 177).

E deu realmente sua colaboração, sabendo tirar proveito nada desprezível.

Segundo relata Castro Rebelo: “Do empréstimo negociado em Londres pelo Ministro Carvalho Moreira, com a garantia que o Governo lhe deu, e por cuja realização [Mauá] tanto se interessou, passaram-lhe logo, às mãos sete mil e seiscentos contos de réis.” (*Mauá, restaurando a verdade*, pág. 59).

Não exagerava, pois, o ministro em Londres, ao dizer a Cotegipe, que se não fora sua vigilância e intervenção “nunca teria visto o Tesouro uma só libra esterlina do último empréstimo que aqui fizemos”.

No seu afã laudatório, Alberto Faria nada refere, nem de leve toca nessa palha, que poderá envolver em chamas a efígie do seu personagem heróico.

Como que segue a preceito o conselho do autor de *De viris illustribus*. Entoar hinos à glória dos grandes homens. A morte lhes extirpara todos os defeitos e os absolvera mesmo dos seus crimes.

Diz ele para exaltar os méritos do seu biografado:

“Estas provas de confiança e estes apelos à influência são tão frequentes da parte de Carneiro de Campos e Dias de Carvalho que ofenderam *os melindres de Penedo, homem, aliás, de forte situação junto ao Imperador.*” (Idem, pág. 177.)

Onde encontrou provas desses “*melindres de Penedo*”, não nos diz o Autor, que busca classificar simplesmente o contemporâneo do seu “grande homem” como um valido d’el-Rei.

O louva-deus vai além: “da influência de Mauá junto aos Rothschilds e dos seus bons ofícios em Londres não prescindiu Sousa Franco” (*idem, ibidem*).

Não deixa sequer ao negociador do empréstimo a pecha que sempre lhe foi nefasta à reputação – amigo do peito dos Rothschilds.

Deixando o biógrafo, voltemos ao próprio depoimento de Mauá, na sua *Exposição aos Credores*.

*

Quando do empréstimo para a Estrada D. Pedro II, Mauá cobrou-se em seis mil contos. Carvalho Moreira, o negociador do empréstimo, era em questões de serviço de uma exigência rígida. Severo, irredutível em assuntos do Tesouro Nacional.

Sem dúvida, a conduta de Mauá o surpreendeu mas como existiam ordens superiores, nada havia a fazer.

Assim em 1877, reportando-se ao último empréstimo por ele concluído, o de 1875, assegurava com razão a Vanderlei, na pasta da Fazenda, que fora preciso a energia de sua intervenção a fim de o Tesouro poder ver o dinheiro. Os patriotas enxameavam na hora do mel.

Em 1860, por ocasião do lançamento de £ 1,200,000 para as Companhias de Pernambuco e União e Indústria, Penedo foi ainda o negociador da operação.

O empréstimo não foi, porém, tomado integralmente, permanecendo em poder dos Rothschilds um saldo de £ 444,300 a “ser emitido oportunamente, sem forçar o mercado”, como explicava Penedo.

Sabedor disso, Mauá, que tinha filial de sua casa bancária em Londres e sobre operações de câmbio para o Tesouro Nacional auferia proventos consideráveis como assegura Castro Rebelo, põe-se em campo e consegue de Ferraz, depois de muita instância que lhe fosse entregue o resto do empréstimo de 1860.

Vejamos como o próprio Mauá, na sua *Exposição aos credores*, narra o episódio:

“Em tempo algum fui dos íntimos do Sr. Conselheiro Ferraz, nem antes nem depois do seu primeiro Ministério.

“Nossas relações eram de simples cortesia; sendo eu todavia informado, por intermédio do meu chorado e íntimo amigo o Conde de Porto Alegre, das ausências com que S. Exa. me honrava, isso nos aproximou.

“Em um dia em que entrou o paquete da Europa, recebi um recado de S. Exa. para ir falar-lhe, – o que logo fiz, e achei o honrado ministro da Fazenda amofinado e irritado mesmo: Disse-me Sua Ex^a.: acabo de receber cartas dos nossos agentes financeiros em Londres, que me põem em embarço sério, além da indignação que o fato inspira; pois *exigem-me na volta do vapor* o saldo da sua conta, que neste momento é importante, o que é impossível realizar-se sem produzir violento abalo no câmbio (que estava na ocasião ex-

cessivamente frouxo), ou, do contrário, impõe ao Governo a entrega do saldo dos títulos do último empréstimo, que se não pode emitir em sua totalidade, com uma *enorme diferença* não só do preço da emissão, porém ainda consideravelmente *abaixo* da cotação em Londres, 5 a 6%, em pagamento desse saldo. Como *Brasileiro*, fiquei também indignado com o procedimento dos agentes financeiros do Brasil, e declarei ao Sr. conselheiro Ferraz que dentro de uma hora teria S. Exa. no Tesouro uma proposta, que, desviando o golpe, o habilitaria a satisfazer a exigência sem sacrifício do Tesouro, e sem que os poderosos banqueiros pudessem nem ao menos fazer a menor reflexão, quanto mais articular uma queixa contra o Governo Imperial. E cumpri minha palavra. A proposta foi enviada – e obedecia ela ao impulso que me dominava: isto é, a posição do *banqueiro* enfraquecida pelo *coração do Brasileiro*” (págs. 119-120).

Certo que isto é muito bonito. Patriótico mesmo. Grandioso e até simbólico. Um banqueiro salvando as finanças de sua pátria, ameaçada pelo rei judaico da finança internacional.

Resta saber se é verdade tudo isso. E a começar pelo *modus operandi*.

Fala de novo Mauá:

“Oferecia eu ao Governo receber as seiscentas e tantas mil libras esterlinas de títulos (Penedo fala de *quatrocentas* e tantas mil libras mas é possível que não incluísse uma letra de £20,000 em favor de Mauá e à qual se refere também) em depósito em poder dos agentes, pelo mesmíssimo preço da emissão anteriormente realizada (estando a cotação 3 a 4% abaixo), oferecendo em pagamento £ 576,000 de cambiais da casa (saldo do débito do Governo em Londres) sendo a única condição que, em vez de serem todas as letras a 90 dias, como de estilo, se subdividissem em mais alguns prazos curtos, para dar tempo aos agentes da casa a aguardar alguma reação no mercado, que desviasse o prejuízo que a operação indicava, se não houvesse alteração na posição conhecida de nossos títulos na praça de Londres. E acrescentei que, para tirar aos agentes financeiros *qualquer motivo de queixa*, o Tesouro em sua correspondência lhes oferecesse a opção de ficarem com as letras, ou os títulos nas *mesmas condições* por mim oferecidas, ficando *anulada a operação com a casa Mauá [sic]*, se eles aceitassem como seus os fundos públicos aludidos.

“Como o mercado se conservava ainda *desfavorável*, preferiram os agentes receber em pagamento do que o Tesouro lhes devia as letras sobre Mauá & C., de Londres, entregando os fundos públicos. A operação *no momento*, como fica dito, ameaçava prejuízo, mas enfim eu tive a satisfação de desviar uma imposição ao Governo de meu país, correndo *todos os riscos de perda* que podiam dar-se, e eram *receados* por quem tinha os melhores meios de julgar!

“Por outro lado, a operação indicava confiança da parte do Governo brasileiro, na casa Mauá, por £ 1,200,000.

“Quantos brasileiros se encontram *no passado* que, em idênticas circunstâncias, obrassem do mesmo modo, e quantos haverá *no futuro* que aceitem semelhante responsabilidade?

“Os que dispõem do arquivo e contabilidade do Tesouro são por mim convidados a verificar a exatidão destes fatos, que não é provável encontrem quem os *imite* na vida de nenhum banqueiro, mormente em presença da recordação histórica da dolorosa circunstância que motiva esta exposição” (pág. 121).

Mauá escrevia um ano depois da sua falência verificada em 1878, em condições realmente dignificantes para a sua reputação de probidade e de homem de negócios.

Talvez não esperasse ele que “*os que dispõem do arquivo e da contabilidade do Tesouro*”, – onde é manifesta a alusão a Penedo (já em relações tensas com ele e citado nominalmente em outras partes da *Exposição aos Credores*) –, viessem a público, ou confidencialmente, atender o convite para “verificar a exatidão destes fatos”.

A verdade é que desde a primeira hora, aceita o repto de Mauá. E nas condições possíveis para um diplomata de sua envergadura, – responsável em grande parte pelo crédito do Império na City –, e a bem dizer no exterior, Penedo redige assim uma informação da maior importância. Relata os acontecimentos de 1860 em Londres, comprovando suas afirmações pela correspondência oficial e particular com o Conselheiro Ferraz (o mesmo freqüentador antigo de seu escritório de advocacia na Corte do Rio). Reproduzindo documentos trocados entre os Rothschilds e o Governo Imperial.

Essa informação, até hoje inédita, foi dirigida ao Conselheiro Afonso Celso, então na pasta da Fazenda, em data de maio de 1879.

Na mesma ocasião do ofício ao Conselheiro Afonso Celso, dirigia-se Penedo ao seu velho e querido compadre João Lins, o mesmo Cansação de Sinimbu, presidente do Conselho de Ministros e Chefe do Gabinete Liberal de 5 de janeiro de 1878.

Logo no início, Penedo alega que não faria uma comunicação oficial ao Conselheiro Afonso Celso, “se o Visconde de Mauá, publicando uma espécie de autobiografia financeira e industrial, não tivesse incluído na lista dos seus grandes serviços ao Brasil o de haver livrado o Tesouro de um *embaraço grave*, segundo ele diz, por ocasião do pequeno empréstimo contraído aqui em 1860 para as Companhias de Pernambuco e União e Indústria”.

Referia a insistência com que até no Parlamento, várias vezes Mauá proclamou “o seu denodo patriótico em acudir o crédito nacional, quando em consequência daquele empréstimo correu perigo em Londres”.

Agora, porém, que o Visconde de Mauá contava o fato com as cores tão afastadas da verdade histórica, como se inferia das páginas da *Exposição aos Credores* acima transcritas e desafiava os depositários dos arquivos e da contabilidade do Tesouro, Penedo assumia a tarefa de desfazer “semelhante *mistificação*, tão relevante serviço que ficou sendo para ele uma espécie de legenda”.

Na qualidade de um dos depositários dos Arquivos e da Contadoria do Tesouro em Londres, julgava-se no dever de “verificar a exatidão dos fatos”, obrigado a reduzir a documento oficial a sua contradita, levado ao conhecimento do ministro da Fazenda.

Com efeito, “absorvido por tantas e tão árduas ocupações não terá provavelmente S. Exa. ocasião de recorrer aos documentos relativos ao tempo dessa transação entre o Tesouro e a casa Mauá; talvez mesmo lhe falte o tempo para ler esse folheto ou lhe tenha passado despercebido”.

Por via das dúvidas, Penedo chamava a atenção de Sinimbu, então Chefe do Gabinete, a fim naturalmente de que fizesse o Governo Imperial reparar naquela sua comunicação oficial ao ministro das Finanças.

Os sabedores da verdade no caso eram ele e os Rothschilds. Que estes não se quisessem amofinar com as “mistificações” de Mauá, ainda bem.

Como refere a Sinimbu, que poderiam fazer os Agentes Financeiros do Império? Difamados assim calmamente por quem tinham livrado da falência em 1858? – “Riram-se naturalmente se alguém lhes falou no que disse o Mauá na sua ‘Exposição’.”

Penedo é que não se pôde manter em silêncio:

“Eu porém fui o negociador desse empréstimo a cujo êxito ele alude, disponho dos arquivos da Legação por onde passaram todos os incidentes dessa operação e onde se acham concentrados todos os fatos a que ele se refere; acho-me pois em posição de reunir facilmente todos os elementos desse negócio para submetê-los à apreciação do ministro da Fazenda.

“Eis o motivo desse meu ofício.

“Se o teu colega te der dele conhecimento, verás que ali contestou a veracidade de todos os fatos que menciona o Visconde de Mauá a respeito do remanescente desse empréstimo. Na história, como ele a conta, a *barrafia* pede meças ao charlatanismo.

“A verdade, meu caro, resume-se no seguinte.

“Desde que foi projetado esse empréstimo de £ 1200-000 *quantos* Mauá correu logo os proveitos da operação, fazendo ao Ferraz propostas que este me comunicou e que eu lhe mostrei serem inadmissíveis. Lançado na praça o empréstimo em março de 1860 não foi tomado integralmente, ficando em poder dos agentes um remanescente de £ 444-300 para ser emitido oportunamente, sem forçar o mercado.

“Esse era o expediente razoável, a não tomarem os agentes por sua conta o resto das apólices. Para isso pedia algum respiro visto como as circunstâncias da praça tinham-se tornado repentinamente desfavoráveis por motivos políticos (anexação de Nice e Sabóia) etc. Nem havia urgência da missão imediata, como os próprios agentes escreviam ao Ferraz, e eu no mesmo sentido, pois havia aqui dinheiro para todas as despesas do Governo em Londres este outubro.

“Tudo isso comuniquei eu ao Ferraz prevenindo-o, autorizado pelos agentes, que em todo caso seriam honrados os saques que ele já havia feito em favor de Mauá de £ 200,000 por conta do remanescente do empréstimo. Tais foram as minhas comunicações e as dos agentes ao Ferraz *em 8 de junho de 1860*, quando chegaram aqui as ordens do Ferraz de 8 de julho para entregar-se ao Mauá o resto do empréstimo! Tudo isso está provado, data por data, seguindo-se a minha correspondência oficial e particular com o Ferraz, e paralelamente a dos agentes com o Tesouro. Todos esses documentos acompanham o meu ofício ao Conselheiro Afonso Celso.

“Mauá parece já estava acostumado desde 1858 a ter o Tesouro do Brasil a serviço de suas finanças e não sei como por ocasião deste incidente arranjou com Ferraz um contrato de que nem eu nem os agentes tivemos jamais notícia, a fim de retirar aqui do poder deles o resto das apólices não emitidas para sobre elas fazer dinheiro com que pagasse as cambiais que deu ao Tesouro, sacando a 3 e a 4 meses sobre a sua própria casa de Mauá e Mr. Gregor & C. em Londres!

“Eis aí a operação que no seu folheto ele figura como ‘perigosa’; e referindo aos fatos que ele imaginasse tem a ousadia de dizer ‘que nos arquivos do Tesouro não será provável encontrar-se quem os imite na vida de nenhum Banqueiro’!

“Não é só provável, é certo que ao menos no Brasil não houve outro Banqueiro tão favorecido pelo Tesouro em 3 diferentes épocas notáveis nos anos das nossas finanças. Em 1858 quando participando eu daqui ao ministro da Fazenda que a Casa Mauá Mc. Gregor & C. só poderá pagar aos nossos agentes £ 50,000 pelo que os estivera a pique de uma bancarrota, se a súplica dos Representantes do Mauá aqui, não houvesse eu feito com que os nossos agentes deixassem de protestar a letra, dando-lhe o respiro que lhe pediam, tivessem resposta desse ministro [Sousa Franco] ‘que de nenhum modo afrontava o crédito da casa Mauá, e tanto assim que acabava de entrar com ela em grandes operações de câmbio no valor de 700 e tantas mil libras sobre os *famosos saques garantidos pelo Tesouro*’.

“Em 1860 no tempo do nosso Ferraz, nada te preciso acrescentar do que já disse.

“Devo portanto mencionar que o seu sucessor no Ministério da Fazenda, pedindo-me informações particulares do estado de desconforto em que se achavam as nossas finanças em Londres, apesar de minha carta, cuja cópia remeto, em vez de

reparar os erros cometidos não fez senão continuá-los, pondo de novo ao serviço do Mauá o Tesouro Nacional. E quando por havê-lo feito em tão larga escala foi vítima da catástrofe de bem recente data, não duvidou repetir ainda no Senado em maio de 1875 a favor do Mauá a legenda a que acima aludi e que está no extrato junto.

“Eis aí, meu caro João Lins, a verdade dos grandes serviços feitos *à pátria* pelo Mefistófeles do Tesouro que vem hoje fazer ao público o panegírico da sua vida financeira! Tenho abusado da tua paciência com esta longa epístola minha, tem sempre valor para mim a tua apreciação, e isso me desculpa – Teu

PENEDO.”

No final de sua longa carta, Penedo aludia novamente ao Visconde do Rio Branco, que “em vez de reparar os erros cometidos não fez senão continuá-los, pondo de novo ao serviço do Mauá o Tesouro Nacional”.

Na sua dedicação ao amigo, Rio Branco acabou sendo “*vítima da catástrofe de bem recente data*”. A catástrofe fora a da queda do Gabinete de 7 de março, cuja causa principal fora a famosa questão das cambiais negociadas com Mauá, que lesou o Tesouro Nacional em vários milhares de contos.

“O Visconde do Rio Branco – escreveu um historiador gaúcho – teve que abandonar o poder devido às desastrosas manobras financeiras do seu grande amigo Mauá, que, não obstante se achar às portas da falência, conseguia fazer sangrar abundantemente o Tesouro. Mauá já não dispunha de crédito na praça do Rio, nem em Montevidéu, nem em Londres. *E continuava a ter crédito no Tesouro Nacional...*”*

Na Câmara dos Deputados, em discurso que ficou célebre, proferido na sessão de 27 de abril, exclamava Cesário Alvim:

“Sr. Presidente! A Câmara e o país foram testemunhas de que um ilustre homem de Estado vergou aqui a fronte sob o peso do imenso desastre, *por haver confiado, sem garantias, sete ou oito mil contos de dinheiro do Tesouro a um banqueiro quase falido*. Pouco depois suspendeu esse banqueiro os seus pagamentos, provado ficando pela discussão ocorrida sobre essa desgraçada operação que iludida foi a boa fé do Sr. Visconde do Rio Branco, boa fé demasiada e condenável.”

Não faltaram os maldizentes, os maldosos que procuraram explorar o incidente, querendo atirar lama na probidade do Estadista, que tinha dado ao Império a Lei do Ventre Livre!

* José Júlio Silveira Martins, *Silveira Martins*, Rio, 1929, pág. 88.

Nessa ocasião vale a pena registrar, para glória dos homens públicos do Império, que até os adversários mais ferrenhos de Rio Branco, como Silveira Martins, subiram à tribuna para esfolar a calúnia.

O mesmo Silveira Martins que havia escrito, quando no poder o Ministério Rio Branco, estas frases panfletárias:

“...corre que S. Ex. [Mauá] tem propostas semelhantes para tomar a empresa do abastecimento de águas do Rio de Janeiro; não sei se quer também as docas e a Alfândega, salvo ainda o direito que reservou de pedir mais tarde ao Sr. Rio Branco o Tesouro Nacional por empreitada!”*

Falido embora, Mauá não desanima. Essa a sua perseverança que permitirá ao seu endeusador, Alberto de Faria, chamá-lo “heróico na adversidade”.

Não desanima. E usa de todos os recursos, em que era fértil a sua experimentada psicologia de grande banqueiro e homem de negócios.

Continuava a oferecer seus banquetes aos ministros e à Princesa Isabel, então regente do Império. Banquetes que eram regamente compensados...

Penedo, portanto, estava muito longe de fazer incriminações falsas de Mauá, com quem ainda não havia rompido.**

Vigiava e acautelava somente os interesses da Fazenda Nacional.

Houvesse Rio Branco mantido essa conduta e não teria caído um Ministério realmente benfeitor da Nação, em condições tão deploráveis.

O maior perigo ainda vem dos amigos.

* J. J. Silveira Martins, *op. cit.*, pág. 64.

** Ler em anexo a polêmica epistolar, até hoje não divulgada, entre Penedo e Mauá, que se travou em 1885. Mauá fora à Inglaterra mover uma ação contra a São Paulo Railway. Perdeu a ação e apelou para um tribunal de honra que a Diretoria da Companhia não aceitou. Penedo, como diretor *ex officio* da São Paulo Railway, não concordou também com as pretensões de Mauá. Daí a razão da polêmica.

QUEDA DO IMPÉRIO

*E*M 1880, Penedo comete uma de suas fugas ao Continente. Desta vez, porém, não se contenta com uma simples vilegiatura no sul da França. Uma estação de águas em Vichy ou Carlsbad. Ou um pouco mais longe, os banhos das águas de Hamburgo.

Não. Ele vai mais longe, até a Roma Eterna que, sobre o seu espírito, exercia um fascínio arrebatador. Fazia versos em latim, discutira Direito Canônico com os Príncipes da Igreja e tivera junto ao Vaticano duas missões das mais importantes de sua vida diplomática.

Havia decerto uma conjugação austral. Qualquer coisa que não era só obra do acaso, que o levava volta e meia à sede do Sólido Pontifício. Não seria também os extremos da religiosidade. Bom católico, desempenhava-se com consciência de seus deveres com a Religião, apesar de maçom e graduado...

Quando muito poderá dizer, como razão terrena destas suas inclinações, que a Cidade Eterna aparecia aos seus olhos deslumbrados de humanista como verdadeiro milagre vivo do Destino, conservando os vestígios bem visíveis de toda a passada glória dos Césares e do Paganismo.

Conhecedor sempre em dia da literatura inglesa de seu tempo, o diplomata brasileiro tinha lido como toda gente a ressurreição da Roma profana de Calígula e Nero, que Bulwer Lytton empreendera nos seus romances famosos – *Os últimos dias de Pompéia*, *Rienzi*...

Diante das ruínas romanas, ficava por vezes embevecido evocando a grandeza do passado...

Desse enlevo o ia arrancar a espirituosíssima e interessante Condessa do Barral, brasileira legítima da família Paranguá, que se casara com um diplomata francês na Corte do Rio de Janeiro.

De Roma, a 22 de outubro de 1880, escreve-lhe desapontada a ilustre Senhora, por não ter conseguido avistá-lo: “... corri, logo que sua presença em Roma me foi revelada pelo João Vieira, à oficina de Mr. d’Épinay e lá tomei minha satisfação a V. Exa. diante de um busto que só falta a palavra para parecer vivo.

“É o Penedo tal qual, com sua prestante diplomática e por um triz que não lhe faço uma profunda reverência.

“O d’Épinay ficou contentíssimo com minha opinião acerca de seu trabalho e não tive outro remédio senão fazer as pazes com V. Exa. – que admirável talento tem Mr. d’Épinay e com que felicidade ele trabalha!”

A Condessa do Barral não exagerava. Assim o dirá quem tiver oportunidade de ver essa obra-prima lavrada em mármore de Carrara, ainda em poder da família Artur de Andrade Pinto.*

Mas a boa da Condessa, que se tomara de admiração pelo seu patrício na Inglaterra, durante a viagem do Imperador em 1871, não tinha muita razão de queixa contra ele.

Penedo mal tivera tempo em Roma de pousar para uns retoques de d’Épinay no busto iniciado por ocasião da sua segunda missão junto ao Vaticano.

Como não lhe viriam agora à lembrança as imagens dos seus

* É hoje propriedade do Governo brasileiro e figura em um dos salões do Palácio Itamarati, para o qual foi adquirido também um excelente retrato a óleo de Penedo, da autoria de conhecida pintora inglesa.

dois grandes amigos falecidos o Pontífice Pio IX e o Cardeal Antonelli?

No fundo de sua consciência, *diria consigo mesmo* que não havia traído a memória de ambos, naqueles diálogos flamantes com que enriqueceu a narrativa de sua ida a Canossa.

Nada inventara, abusando da cumplicidade do silêncio dos dois grandes Chefes da Igreja, sepultados de vez em frios mausoléus.

Como lhe parecia diversa a Roma de 1880 daquelas outras de 1858 e 1873! Novo Pontífice, o liberal e irônico Leão XIII com a sua Encíclica famosa *De rerum novarum*, vôo planado sobre as pequeninas lutas das misérias sociais. Novo Secretário de Estado, o seu antigo conhecido Monsenhor Franchi, hoje Cardeal todo-poderoso...

A própria Legação imperial junto à Santa Sé não tinha mais à sua frente o bondoso e leal Bernardo de Figueiredo, aquele de quem Pio IX sempre dizia com afeto: “Este foi dos que me seguiram a Gaeta”, dias de atribulação para a Barca de São Pedro...

E como que depois da prisão dos prelados de Olinda e Belém do Pará, pairava sobre o ministro de Pedro II umas sombras de agnosticismo e perfídia maçônica, como se fora ele o causador da vitória do Grande Oriente sobre a Basílica de Roma.

Penedo não se demora portanto nessa evocação do seu passado, meio confundido já com um pouco da História romana moderna.

*

Volta a Londres e aos afazeres da sua Legação, por onde passam os assuntos de maior interesse da administração e da política internacional do Império.

Haja vista a corrida armamentista da Argentina, desejosa de sobrepular o Império em sua Marinha de Guerra.

O Gabinete Saraiva mostra-se deveras preocupado com esses planos de hegemonia no Continente sul-americano.

Escreve o próprio Conselheiro José Antônio Saraiva uma carta confidencial ao ministro em Londres, pedindo-lhe as informações mais minuciosas possíveis.

Penedo obtém dados preciosos dos encouraçados em construção

na Inglaterra, por conta do Governo argentino.

“Destes dois navios – responde ao Conselheiro Saraiva, em 23 de julho de 1880 – o principal é aquele cujos planos detalhados, tenho agora a honra de remeter a V. Exa. Por essas especificações qualquer engenheiro naval poderá organizar o plano da construção desse encouraçado.

“Deve-se notar que o preço de £ 200,000 pelo qual foi contratado o navio com a Casa Samuda, fica sujeito a ser elevado por todas as obras *extra* que forem exigidas de acordo com os melhoramentos mais recentes, o que se supõe não será menos de £ 50,000. A pessoa que me forneceu essas especificações é fora de toda suspeita e da maior competência para avaliar a importância dessa despesa *extra*. Quanto ao outro encouraçado, destinado ao serviço de torpedos, ainda não pude obter os respectivos planos, o que espero em breve conseguir.

“Os dois outros navios que se estão construindo nos estaleiros do Laird, em Liverpool, são meros transportes de madeira e por isso de menos importância.”

Assim a atuação de Penedo justificava plenamente o conceito que dele formava e expressou o historiador do Império por excelência, o notável Oliveira Lima: “Ele há de permanecer como o tipo da nossa diplomacia vigilante e cautelosa...”

Mais vigilância e cautela que Penedo jamais diplomata algum do Império teve no serviço do Brasil.

Compreendia ele muito bem que a diplomacia é a primeira linha de defesa em qualquer país.

Antes dos arames farpados e alçapões das linhas Maginot e das Siegfried está sempre, menos ostensiva e guerreira, mais humana e fecunda, a teia dos tratados e o entrelaçamento dos compromissos e acordos diplomáticos.

Ai daqueles que desprezarem estes frágeis e imponderáveis recursos, confiantes no cimento armado e nas coberturas de aço daqueles outros!

*

O prestígio de Penedo nos meios financeiros da City cresce com o próprio crédito do Império, sempre em dia com suas obrigações internacionais.

O ministro do Brasil em Londres tinha aliás parte direta na organização de empresas inglesas, que destinavam a aplicação de seu capital em empreendimentos industriais do Império.

Acontecera assim desde 1860, quando Penedo foi encarregado da organização em Londres dos caminhos de ferro brasileiros.

O ministro do Brasil tomava parte *ex officio* na direção de tais empresas, comparecendo às reuniões de Diretorias e tendo voz ativa, com direito a voto nas decisões.

Essa circunstância se, por um lado, oferecia ao ministro a ocasião agradável de atender ao pedido de alguns amigos, ia trazer-lhe no entanto um aborrecimento bem azedo. Uma troca de cartas pouco amáveis entre ele e seu ex-amigo o Visconde de Mauá, desatendido em suas ambições.

Em 8 de maio de 1883, Francisco Otaviano dirige ao velho amigo uma de suas últimas e magníficas cartas: “Pensei ir te ver este ano e assim, antes da viagem para o mundo ignorado, passar contigo ainda alguns dias sobre a Terra. Mas transtornou-se o meu plano.”

O poeta, que traduzira a angústia de Byron e a universalidade de Goethe, estava realmente à beira da “viagem para o mundo ignorado”.

Antes, porém, lembrava-se de pedir um favor.

“Meu cunhado, Inácio da Cunha Galvão, o sobrinho diletto e filho adotivo do teu amigo Senador Galvão, viu-se obrigado por dignidade a exonerar-se de uma alta comissão de confiança do Governo Imperial (Fiscal da iluminação a gás) e está hoje limitado a seus vencimentos de diretor da Escola Politécnica.”

É claro que com isso, o ilustre lente de Engenharia ameaçava morrer de fome, juntamente com a mulher e três filhos, explicava ainda Otaviano:

“Dizem-nos que sob a tua direção e influência se organizaram agora valentes empresas para o Brasil. Hoje todas as empresas constituídas fora do país para serviços no Brasil, nomeiam engenheiros e homens importantes nacionais para seus representantes junto do Governo e autoridades. Se me pudesses conferir ao Galvão esta prova de confiança, eu t’agradeceria como se a conferisses a mim próprio.”

Detinha-se ainda o missivista em pormenores sobre os predados do seu candidato.

Tempos depois, em 2 de novembro de 1885, a Citron Corporation de Londres, referindo a indicação do ministro brasileiro o Barão do Penedo, dirigia-se ao Conselheiro Galvão, convidando-o a aceitar a representação da Companhia no Brasil, com o salário anual de quinhentas libras esterlinas...

A influência do ministro no comércio inglês não era pois de se desprezar. Muito menos para inglês ver...

*

Todavia a política e a finança no Brasil continuavam suas cambalhotas.

O Gabinete Saraiva caíra em janeiro de 1882, com a ascensão ao poder do Ministério também liberal, chefiado por Martinho de Campos.

O ano de 1883 conheceu em maio outro primeiro-ministro liberal na pessoa de um antigo republicano, conquistado pelo Imperador à causa da Monarquia – o Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira.

Em março de 1884, a posição do Ministério Lafaiete já não era muito segura.

Numa carta de 21 de março deste ano, Francisco Otaviano resume o desapontamento dos liberais que, excluídos como ele do poder, sentiam murchar as esperanças.

“O Artur tem-nos feito companhia por vezes – escrevia a Penedo. – Quanto rememoramos a tua vida, os teus ditos, os brasileirismos de nossa amada Baronesa! O Artur está forte e o Alfredo vem um perfeito *english sailor*. Não o conheci: pareceu-me um John Bull do *Punch*.

“Naturalmente o Artur te escreveu sobre suas esperanças. O atual ministro de Estrangeiros é parecido com aquele padeiro Marsan, de São Domingos! Nada vale nem pode valer. A repartição de Estrangeiros quanto ao pessoal é apanágio da Casa de Bragança e Barral. O Lafaiete é um presidente de Conselho, que precisa de conselho e não tem conselho para tomar.”

Salvo certo amargor, certa decepção de Otaviano, cujo ideal seria *colimar* agora sua passagem pela diplomacia com a gestão do Ministério de Estrangeiros, – coisa que em 1865 recusara, – a verdade é que o Gabinete Lafaiete não durou.

Em junho desse mesmo ano é substituído por outro Gabinete liberal, dirigido pelo Conselheiro Manuel de Sousa Dantas, que resistiu somente onze meses.

Os chefes liberais sucediam-se no poder, ininterruptamente. Vingavam-se do longo ostracismo a que os condenaram os conservadores, por muito tempo eternizados nas situações de mando...

O rodízio, porém, dos liberais atingia o apogeu da inconstância. Em maio de 1885, o Conselheiro Saraiva voltava ao poder, orientando o Gabinete sucessor do Ministro Dantas. Três meses depois, em agosto, o Gabinete Saraiva caía bruscamente...

Era uma volubilidade quase feminina.

Os conservadores saberiam tirar partido das circunstâncias, impedindo a formação de novo Gabinete liberal – desde Sinimbu, em janeiro de 1878, se revezaram no poder sete Gabinetes liberais – e fechavam fileiras em torno do Barão de Cotegipe, que foi chamado a São Cristóvão para construir o Gabinete de maior duração na última década do Império.

Com efeito, o Gabinete Cotegipe governaria o Brasil de agosto de 1885 a março de 1888.

Penedo, de longe, sorriria com a vitória estrondosa do seu amigo e compadre.

Recordava águas passadas. Aquelas tempestades de 1848. Os receios do jovem Imperador. O nervosismo do Primeiro-Ministro Paula e Sousa. O *“nego pão e água”* dos líderes da oposição conservadora na Câmara baixa – os Deputados Carvalho Moreira e João Maurício Vanderlei...

Mas Benjamim Disraeli, depois Lorde Beaconsfield e confidente da Rainha Vitória, é quem estava com a razão.

O destino do homem é ser revolucionário aos vinte anos. E conservador aos sessenta...

*

O Império caminhava a passos largos para a abertura integral das comportas da escravidão.

O século XIX, que conhecera tantas inovações, não poderia terminar sem pôr fim à retrógrada instituição desumana.

Todos os reflexos dos reacionários escravocratas, latifundiários impenitentes ou conservadores míopes, ofuscavam no estrangeiro a eclosão da civilização brasileira.

De nada valia termos um monarca que cultivava, juntamente com o grego e o hebraico, a amizade dos poetas liberais do século, se a nossa legislação da propriedade envolvia em seu bojo hediondo a miséria da espécie.

O ano de 1884 vira no Brasil um grande esforço de liberação redentora. O Governo Imperial apresentara à Câmara dos Deputados um projeto relativo à emancipação.

Mas, uma vez rejeitada a proposta governamental pela Assembléia impopular, a medida extrema da dissolução fora tomada em represália.

Isso era ainda um não-nada para o representante de um país escravagista, que assistisse em Londres às comemorações exaltadas do liberalismo inglês.

A 1.º de agosto de 1834, a escravidão fora extinta nas Colônias inglesas. Naquele ano da tentativa brasileira fracassada, resolvera pois a Anti-Slavery Society rufar os tambores festivos do jubileu.

A iniciativa decorria sob os auspícios do Lord Mayor de Londres, e presidida pelo Príncipe de Gales, o futuro Eduardo VII.

O *Times* do dia 2 de agosto de 1884 alastreava por várias colunas os detalhes da cerimônia.

No Guildhall da City apertavam-se os concorrentes do grande *meeting*.

Os estadistas timbravam ante a Nobreza em mostrar ao povo o interesse dispensado pelos louros colhidos em uma causa gloriosa para a Grã-Bretanha.

Sob a presidência do herdeiro do trono, na plataforma se mostravam o Lord Mayor e os Sheriffs, o Arcebispo de Cantuária, Lorde Granville, o Conde de Derby, Lord Mount-Temple, o Cardeal Manning, Sir Canon Wilberforce, e o entusiástico William E. Forster, além de muitos outros.

A apologia da celebração contava, justificando a ausência, com as cartas enviadas pelo Duque de Norfolk, o Marquês de Salisbury, o Conde de Shaftesbury a que se juntava a feira dos Bispos, puxada pelo pastor de Oxford.

Acrescentando um tom evocativo das crueldades do passado, Sir Barthe Frere trouxera do Zanzibar algumas correntes, coleiras e troncos da escravidão, que eram exibidas na reunião, desafiando a fúria dos liberais britânicos.

Penedo, mesmo convidado, longe de comparecer ao *meeting*, onde seria a imagem do branco condenado pelos canibais, deixou-se ficar em Grosvenor Gardens, entocado.

Afinal, ele, antiescravagista declarado, sentiu amortecer o complexo de inferioridade e alinhou para a Secretaria de Estrangeiros a sua notícia, depois de uma semana em 8 de agosto.

O Príncipe de Gales toma a palavra e pronuncia um discurso vibrante com a sua voz clara, num grave tom como convinha.

“O fim principal da reunião era, na frase do seu Real Presidente, acender de novo o entusiasmo da Inglaterra, e ajudá-la a levar para diante a tocha civilizadora da liberdade até que a sua luz benéfica seja derramada por toda a Terra.”

A tirada declamatória acompanhava o liberalismo vago e otimista do século.

Mais adiante surgia a primeira fisgada do orador na pele externa do Brasil.

O contraste era violento:

“Podemos todos nos orgulhar, *ladies and gentlemen*, de que a Inglaterra tenha sido a primeira nação que aboliu a escravatura negra. O Parlamento votou e o país pagou 20.000.000 de libras esterlinas para facilitar este objetivo. Nosso exemplo foi seguido por muitos outros povos, embora lastime dizer que ainda no Brasil a escravidão existe, bem como em nações muçulmanas e judias.”

A instituição infamante nos deixara *na rabadá* da civilização, entre mouros e judeus.

Os fatos históricos espareciam a dureza desta citação isolada de um país. No relato dos progressos da causa emancipadora, aludia Sua Alteza Real à República Francesa que, em 1848, decretou simplesmente por um ato incisivo:

“La Republique n’admet plus d’esclaves sur le territoire français.”

Citou o Czar da Rússia emancipando em 1861 os vinte milhões de servos dos seus domínios.

Referindo-se aos Estados Unidos, a voz do sangue arrancava mais efeitos:

“Em 1865, os grilhões de 6.000.000 de escravos foram derretidos no fogo abrasador da guerra mais cruenta dos tempos modernos.”

Passando à América do Sul, demorava a vista sobre o Brasil: “Enquanto as pequenas repúblicas haviam posto termo à escravidão quando cessaram de pertencer à Espanha, só o Brasil conservava a maldição que herdou dos seus governadores portugueses. No momento atual possui o Brasil quase um milhão e meio de escravos nas suas vastas plantações, muitos dos quais levam uma vida pior do que as bestas de carga.”

Os aplausos rebentaram no salão amontoado mas, efetivamente, a expressão era forte demais.

Penedo, que mantinha com o Príncipe Eduardo as melhores relações, companheiro até de algumas diversões menos sérias, procurava desculpá-lo da melhor maneira.

“É decerto para notar a dureza dessa última asserção, – escrevia ele, – mas nada me faz supor que fosse a malevolência que a houvesse ditado. Não descubro motivo algum que pudesse inspirar ao Príncipe de Gales a intenção de molestar-nos, expressando para esse fim, em tal solenidade, uma opinião desfavorável acerca do Brasil.”

E a explicação logo aparecia, *bene trovata*.

“O que neste incidente está para mim verificado é que S. A. R. nada mais fez do que reproduzir pelas mesmas palavras o que se lê num breve *Resumo* feito por ocasião desse Jubileu pelo Secretário da Anti-Slavery Society, o Sr. Charles H. Allen.”

Realmente esse Mister Allen era mesmo falador e a *Pall Mall Gazette*, no dia do jubileu, publicava uma longa entrevista em que ele não se referia muito amavelmente ao Brasil.

Dessa maneira, um secretário, linguarudo e descomedido, preparava *speechs* para o seu Príncipe, capazes de comprometer as boas relações internacionais!...

Mas seria desonesto deixar de lado duas notas simpáticas ao Brasil, ouvidas bem claramente no *meeting* comemorativo.

Lorde Granville propôs e foi unanimemente aprovada uma moção, em que enumerando os benefícios já alcançados em favor da Liberdade,

de, cita a abolição total da escravidão em uma ou duas Províncias do Brasil pela ação voluntária das autoridades locais.

Pouco depois, levantava-se Mr. Forster, ex-secretário da Irlanda e então figura de relevo no Gabinete britânico, para frisar a coincidência feliz da dissolução da Câmara brasileira por haver rejeitado o projeto do Governo Imperial sobre emancipação.

“Tem-se feito alusão ao Brasil, disse ele muito a propósito. É um sinal de esperança o receber-se esta manhã a notícia de que o Ministério brasileiro vai apelar para o país, a ver se afinal o Brasil não deverá seguir o exemplo que lhe deu a Inglaterra, há hoje 50 anos.”

Penedo aproveita os lampejos do fogo sagrado e manda publicar no *Times* a tradução em inglês do então afamado projeto, apresentado à Câmara dos Deputados sobre o elemento servil, causa imediata de sua dissolução.

Comentando os homens e as soluções que se apresentavam no Brasil para abolir a escravatura, escrevia Eduardo Prado a Penedo, em cartas datadas de Paris, 13 de março (1855): “Na lista dos ministros há nomes que me surpreenderam e uma que me deu o receio de vir o Governo, para ter uma mal entendida harmonia no partido, a aceitar qualquer *replâtrage*, cousa inepta a respeito da questão servil, que hoje não quer outra solução além da última e radical.

“Em todo o caso a saída do Belisário foi um grande mal. Por aqui já andam assustados com a baixa do câmbio. Acredita V. Exa. que esta venha a ser maior?

“O Nabuco breve nos dirá de lá a sua opinião.”

À frente da campanha abolicionista até à vitória final, Joaquim Nabuco justificava a imagem de verdadeiro Redentor, como representante que era da casta dos brancos senhores de engenho. Enquanto Patrocínio, ajoelhado aos pés da Princesa Isabel, chorando de emoção com a Lei Áurea, traduzia o quadro da Raça redimida...

Poucos dias faltavam apenas para essa alegoria, decisiva para a vitória da civilização humana no Brasil.

Subira ao poder o penúltimo Gabinete do Segundo Reinado. O Ministério de 10 de março de 1888, chefiado pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

Em dito que ficou famoso, João Alfredo mostrara não ter receio dos republicanos, que arrebanhavam todos os descontentes do regime.

– Cresçam e apareçam!, disse para os inimigos da Monarquia.

E os republicanos apareciam e cresciam à vontade. O Imperador não vedava a propagação das idéias republicanas.

Se o Brasil quisesse mesmo de verdade a República, ele seria capaz de proclamá-la e ser o seu Presidente. No exílio, uma testemunha autorizada como José Pires Brandão escutou palavras de Pedro de Alcântara, que justificam esse conceito. Palavras essas que repetiu a um dos cronistas mais deliciosos da História republicana no Brasil.*

No fundo ele era o mais republicano de todos os brasileiros. Bem razão houve um estadista hispano-americano, quando soube da queda do Império e da proclamação da República no Brasil:

“Se ha acabado la única República que existía en América: El Imperio del Brasil.” (Palavras de Rojas Paul, Presidente de Venezuela; ver O. Lima, *O Império Brasileiro*.)

Mesmo no fastígio do sistema monárquico no Brasil, como em 1877, Tobias Barreto proclamava no seu célebre *Discurso em mangas de camisa*, proferido em Pernambuco, que havia a livre opinião:

“Sim, meus senhores, é a liberdade que nos falta; não *aquela que se exerce em falar, bradar, cuspir e macular o próximo, porque esta temo-la de sobra.*”**

Liberdade de sobra para falar, bradar, cuspir e até macular o próximo, fosse ele quem fosse, poderoso ou ínfimo, o Príncipe Consorte ou o vizinho do lado.

Invejáveis tempos em que a imprensa expendia livremente seus conceitos sobre os homens públicos, seguindo-lhes por vezes o rastilho como um “policia”, se tratasse embora de um Rio Branco, Cotegipe, Mauá, Penedo, Sinimbu, Nabuco, Saraiva, Otaviano ou qualquer estadista no poder.

* Ver as crônicas de reminiscências de *João Paraguaçu*, pseudônimo do ilustre jornalista Paulo Filho, publicadas no *Correio da Manhã*.

** Hermes Lima, *Tobias Barreto*, pág. 299.

O Imperador consentia até que aparecessem opiniões injustas em cartazes ofensivos ao seu imperial genro, o Conde d'Eu.

Não fazia ele questão de governar o Brasil contra a sua vontade.

Prendeu bispos, fez a abolição, desautorou militares. Alijou as colunas, que mantinham o estrado para o seu trono.

Que importa? Era um Rei Filósofo. Preferia sua coleção das obras completas de Vitor Hugo aos 5.000 contos que Rui Barbosa lhe mandara oferecer para as despesas no exílio.

Dizem que perguntou, ao recusar o dinheiro:

– Por que verba?

Não lhe souberam dizer. Nem o próprio ministro da Fazenda o saberia.

O câmbio do Brasil também nunca mais veio a conhecer a casa dos 27 nem mesmo dos 20.

Sentou de vez no plano inclinado de Galileu.

Em rigor, às vésperas de 13 de maio de 1888, a Monarquia esboroava-se, comprometida também pela antipatia que inspirava o Terceiro Reinado, com um Príncipe estrangeiro à sua testa.

O nativismo tinha desses irrompantes de arco e flecha.

Desfazia as reputações se não conferiam com a certidão de nascimento em terras de Santa Cruz, do Papagaio ou do Pindorama, como a chamavam os íncolas.

À desagregação nacional, Cotegipe ofereceu um dos mais belos obstáculos de nossa História.

Lutou e matou-se pela unidade do Brasil. Luta de heróis, do homem sagaz contra as forças da natureza.

Perto de morrer, cabisbaixo, apeado do poder recentemente, vejamos como ele viu o Brasil em 1888:

COTEGIPE A PENEDO

Petrópolis, 8 de abril, 1888.

Meu caro Moreira.

Recebi a tua de 14 do passado.

Logo que deixei o Ministério te escrevi, e dei uma ligeira idéia da causa por que

assim procedi. Seria preciso que eu escrevesse uma *Memória* para explicar-te a última fase de nossa vida ministerial, e para tanto não tenho tempo, nem disposição. Tem paciência de esperar o que hei de dizer no Senado. Não será tudo porque tenho de guardar certas reservas, mas quanto basta para minha justificação. Um homem sério e de brio não podia assumir a responsabilidade de ser cúmplice da anarquia que lavra de alto a baixo e da ruína deste pobre país. S. A. e seu Esposo pusera-se à frente dos abolicionistas, e de modo escandaloso, chegando a ponto de consentir que no Palácio se acoitem escravos, oferecendo títulos aos que os libertarem, e até recebendo dinheiro para libertar os escravos existentes nesta imperial cidade! Como executar a lei, que está em vigor, e punir com penas severas alguns desses fatos? Há muito que percebo a tendência dos atos de S. A., e convencido, de que a minha demissão era infalível na abertura da sessão, esperei a ocasião.

Tal era, porém, a impaciência da Regente, que aproveitou os distúrbios de 3 a 6 de março, que já tinham sido sufocados para apressar a crise, *impondo-nos* a demissão do chefe de polícia – empregado da nossa confiança, e digno a todos os respeitos. Era demais!

O novo Gabinete tem por princípio que os escravos podem abandonar as fazendas, e as autoridades não têm direito de obstar. Para que lei de abolição? De fato está feita – e revolucionariamente. Os proprietários aterrados procuram conter o êxodo – dando liberdade imediata aos seus escravos. Eis o segredo de tantas libertações.

O que resultará desta *balbúrdia*?

A crise será medonha, e a Monarquia perde terreno, porque a classe conservadora desaparece.

Por mais três anos de preparação, o mesmo se conseguiria sem grande abalo, e sem o ódio de todos quantos do dia para a noite perdem tudo.

O que será do futuro? Deus queira que eu seja um visionário.

Pensa como estarei satisfeito individualmente por ver-me fora de semelhante *balbúrdia*.

Lembrança a Com. e a Carlotinha, e recebe o abraço do teu

João.*

*

A rigor, essa era a situação do Brasil em 1888. Plena anarquia social. Completa transição de sistemas econômicos e preparação conseqüente de novos regimes políticos.

A carta de Cotegipe, desconhecida até agora, não pode deixar de lastrear, de ora em diante, qualquer estudo sobre a transformação política do Brasil. A transição do Império para a República.

* Carta original e autógrafa do Barão de Cotegipe existente no Arquivo Penedo.

Antecedendo por algumas dezenas de dias a Lei Áurea, representa também uma página de ouro, que honra a capacidade de observação sociológica do preclaro Estadista do Império.

“Para que lei de abolição? De fato está feita – e revolucionariamente.”

Teria ele razão em defender o seu plano gradual de libertação? Pensava Cotegipe:

“Por mais três anos de preparação, o mesmo se conseguiria sem grande abalo, e sem o ódio de todos quantos do dia para a noite perdem tudo.”

Os argumentos que ele apresentava não eram somente de natureza política. O descontentamento dos senhores de engenho: “A crise será medonha, e a Monarquia perde terreno, porque a classe conservadora desaparece.”

Motivos de ordem econômica existiam e da maior importância. O abandono dos campos, a ausência de braços na lavoura do café.

A província do Rio de Janeiro – e Cotegipe escrevia aquele depoimento vivo e contemporâneo dessa deserção da lavoura, “nesta imperial cidade” de Petrópolis – foi economicamente assolada pela abolição em massa, que lhe arrancou os lavradores de suas plantações. A província, de uma riqueza e prosperidade modelares no Império, saindo dos seus municípios como Paraíba do Sul os chefes políticos do país, os Martinho de Campos ou de Araruama os Pedro Luís, passou a apresentar na República o Estado, que subsistia pelos favores do Erário Nacional.

O Estadista vaticinava.

O MINISTRO DO IMPERADOR

SE UMA COISA havia da qual Penedo se ufanava, essa era certamente a sua qualidade de ministro do Imperador.

À primeira vista, parecerá sem significação maior essa circunstância. Mas o que importava em desconfiança e talvez desprestígio junto às repúblicas americanas, que se apegavam ao caricato do sistema monárquico, traduzia respeito e dobrado acatamento nos países da Europa, onde a Coroa do Império do Brasil luzia como um solitário engastado em terras do Novo Mundo.

Sobretudo na Corte de St. James, tradicional por excelência e de onde partira o primeiro esforço de Canning para a preservação do sistema hereditário-representativo, a posição do ministro de Pedro II cercava-se de um relevo destacado nas alturas.

Além de tal circunstância, existia a amizade e dedicação do servidor fiel ao seu Imperador, que sempre lhe valera nas horas difíceis e o conservava desde 1855, com intermitências necessárias à satisfação da inveja alheia, no primeiro posto da diplomacia do Império.

Londres, a sua ostentação de grande e nobre empório, cabeça de vastos domínios, com sua City, bolsa de todo mundo, a cuja entrada se postavam, à guisa de chaveiros, os Rothschilds...

Em ocasião de festas oficiais, ressaltava a importância de um Plenipotenciário de Sua Majestade Imperial junto à Sua Majestade Britânica.

Assim quando do jubileu da Rainha Vitória em junho de 1887.

A 23 de maio Penedo recebera um despacho da Secretaria de Estrangeiros comunicando haver resolvido encarregá-lo de apresentar as suas congratulações a Sua Majestade a Rainha, na passagem do jubileu. Para isto, mandavam-lhe também *carta de crença especial*, uma vez que se tratava de missão extraordinária.*

No dia 20 de junho, véspera da magna cerimônia do jubileu em Westminster Abbey, o Barão do Penedo foi recebido em audiência particular por Sua Majestade, achando-se presentes Sua Alteza Real o Duque de Counaught e, como de costume, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

O enviado extraordinário expressou à Rainha, “por parte do Imperador e da Família Imperial, as suas sinceras felicitações pelo jubileu do feliz reinado”.

A Rainha Vitória agradeceu cordialmente e “inquiriu com o maior interesse da saúde do Imperador, como repetidas vezes o tem feito desde a moléstia de Sua Mejestade, sempre que tenho tido a honra de falar-lhe”.*

Depois de Penedo, o Decano, passam todos os enviados especiais que tinham a desempenhar idêntica missão.

O jubileu da Rainha Vitória era um dos grandes acontecimentos do século XIX.

Além do Rei dos Belgas, do Rei da Saxônia, dos Soberanos da Dinamarca e da Grécia que compareceram em pessoa, uma série de prin-

* *Correspondência da Legação imperial do Brasil em Londres*, ofício de 16 de julho de 1887.

cipes, alguns reinantes e aparentados da Rainha, foram a Londres para os festejos do jubileu.

Confirmava-se, até à evidência, o asserto comum de que a Rainha Vitória era a “*vovó da Europa*”...

Quase todas as casas reinantes a ela estavam ligadas ou dela descendiam.

A maioria absoluta das repúblicas americanas enviaram representantes especiais.

A Índia contribuiu largamente com seus príncipes, vassallos da Imperatriz das Índias.

O Japão, a Pérsia, o Sião estiveram representados igualmente por príncipes das famílias reinantes.

A Rainha das ilhas Sandwich, que veio em pessoa, acrescentava uma nota de pitoresco e exótico.

Com seu luxo e grandiosidade oriental, o Maharajah de Kuch Behar e sua esposa chegaram para uma permanência de duas noites no Castelo de Windsor.*

Era um longo cortejo de Reis Magos. Não de três e, sim, de mais de quarenta personagens reais.

As festas do jubileu se prolongaram por dez dias, tempo em que foram todos os soberanos e príncipes hospedados pela Rainha.

Penedo teve também essa honra insigne, estando presente a todos os banquetes de Windsor e à cerimônia de Westminster.

Para o *Te Deum* solene da Abadia, a grande cerimônia religiosa do jubileu, a Rainha se dirigiu em procissão com os seus hóspedes reais, em um coche escoltado por todos os príncipes de sua família.

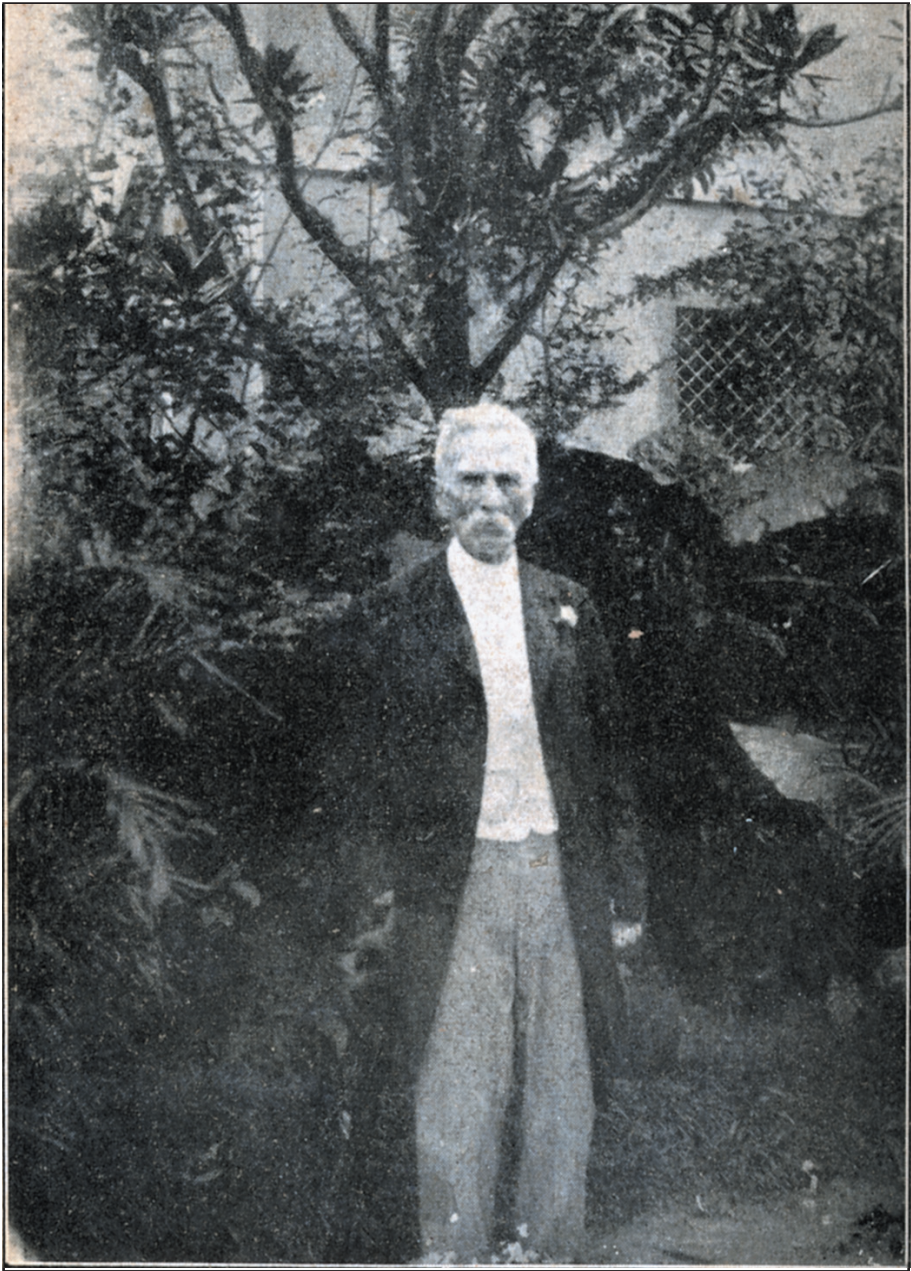
O interesse do povo de Londres em ver sua Rainha, cada vez mais recolhida desde a morte do Príncipe Alberto em 1861, era realmente excepcional.

Nunca mais, desde o infortúnio, passara, como agora na primavera de 1887, dez dias seguidos em Buckingham Palace.

* *Queen Victoria* por E. F. Benson, Londres, 1936, pág. 308.



*Baronesa do PENEDO
(Fotografia tirada em Paris)*



*Barão do PENEDO
aos 90 anos de idade, foto tirada em 1905*

O serviço religioso do dia 21 de junho a preocupava sobremodo. Desde a Coroação, quando uma jovem de 19 anos de idade, passado meio século, jamais a Rainha volvera à Abadia de Westminster.

Temia emocionar-se com as recordações, agora que estava uma velhinha. Velhinha e viúva, sem o seu querido Alberto.

“... and the service must not be too long ‘for the weather’, she wrote to the Archbishop, ‘will probably be hot, and the Queen feels faint if it is hot’.”*

Que não fosse muito longo. “O tempo estará quente, escrevia ela ao Arcebispo, e a Rainha tem receio de desmaiar, se fizer calor.”

A temperatura justificaria possíveis calafrios, julgava a Imperatriz das Índias.

Penedo remeteu para o Imperador uma descrição do cenário e dos circunstantes.

“A cerimônia da Abadia foi a mais majestosa que se pode imaginar.

“O aspecto que lhe davam o recolhimento religioso e a veneração profunda para com a Rainha, no meio de tantas grandezas, rodeada dos numerosos membros de toda a Família Real, de testas coroadas, de príncipes de toda parte do Mundo, de representantes especiais, do corpo diplomático, dos Lordes e dos Comuns da Inglaterra, dos altos dignitários da Igreja Anglicana, dos generais e almirantes, de toda a Corte, das corporações civis da Inglaterra e da Escócia, e de milhares de pessoas de todas as classes, que ali testemunharam a celebração dessa festa sem par na história deste país, foi verdadeiramente sublime; e só rivalizou com o entusiasmo das demonstrações populares que recebeu Sua Majestade ao transitar o préstito real pelas ruas de Londres, desde o Palácio de Buckingham até a Abadia.

“Essas demonstrações, jamais igualadas em nenhuma outra ocasião, feitas espontaneamente na melhor ordem imaginável, apesar de um acréscimo adventício de dois milhões de pessoas nesta imensa capital, fizeram honra às virtudes da Soberana e aos sentimentos deste povo que a idolatra.

“À noite dignou-se Sua Majestade dar uma recepção limitada aos enviados especiais, aos chefes de missão aqui residentes, e alguns personagens do Governo e de sua Corte, querendo assim significar o apreço particular que lhe merecera a cortesia dos Soberanos e Estados, que se fizeram representar por esta ocasião, sem dúvida a mais jubilosa do seu reinado.

* E. F. Benson, *Queen Victoria*, pág. 307.

“Várias outras festas se seguiram, com os suntuosos banquetes dados no seu castelo de Windsor aos hóspedes reais e aos representantes em missão especial. A um destes banquetes tive a honra de assistir, bem como a todas as festas do Paço, e às que se deram na metrópole.”*

God save the Queen... A Rainha Vitória era a quarta Soberana, que obteve da Providência o privilégio de reinar por espaço de 50 anos.

Henrique III, Eduardo III e Jorge III alcançaram felicidade igual. Outros eram, porém, os tempos. Menos gloriosos e prósperos, menos poderosos e difíceis que os da era vitoriana.

*

Passados esses dez dias de glória, durante os quais a vida corria em Londres com um deslumbramento de fadas, volta a realidade do terra-a-terra, do cotidiano, implacável na sua mesmice.

A quebrar o desencantamento, Penedo tem vários motivos. Causas diversas de preocupação.

Começando pela saúde, que com a idade se vai crescendo dos males intensificados da *gota*. Doente e desanimado, sem coragem sequer para cruzar a Mancha, ir às águas de Carlsbad.

Eduardo Prado, que se tornara um dos *habitués* de Grosvenor Gardens, sentia a falta do amigo e patrício que venerava como a poucos. Fora de Londres, suas cartas a Penedo tinham sempre esse teor: “A minha demora em Paris terá de prolongar-se até a próxima partida de minha mãe para o Brasil. Partirei então para Londres que não tem para mim maiores atrativos que os da convivência em que V. Exa. e a Baronesa tão bondosos tem sido para comigo”. (Carta de 29 de abril de 1885.)

Agora, volvidos dois anos, o tom já era outro. Mais afetuoso e mais íntimo, de quem verdadeiramente se preocupa com a sorte do outro. Contando talvez com as férias do barão em Bad-Gastein ou Carlsbad, Eduardo Prado se abalara de Paris até a Áustria:

* Correspondência citada da Legação imperial em Londres.

“Tenho a esperança que V. Exa. ao receber esta carta esteja rijo e forte, depois da sua doença. Em todo caso, quero ter a agradável segurança de que estes meus bons e sinceros desejos realizaram-se. Peço a V. Exa. que me responda pois tenho pressa em ver as suas letras para minha tranqüilidade.

“Eu tive a infeliz idéia de vir a Gastein onde creio que me estou a suicidar de aborrecimento. O Imperador d’Alemanha não está e este vale tão pitoresco quanto enfadonho com a solidão e com as chuvas está a escorrer umidade e tédio. Levarei a cura ao fim *malgré tout*.

“Durante a estada de V. Exa. em Paris ouvi ainda alguma coisa a respeito de ida a Carlsbad. Daqui irei a Viena e daí terei muito prazer em aparecer por um ou dois dias em Carlsbad.

“Poderá V. Exa. certificar-me da duração da sua estada ali?”*

Mais que a própria saúde, o preocupava nesse ano de 1887 e subseqüentes o estado precário do Imperador, a que ele via ligado os destinos do Brasil.

E não era somente os destinos do Brasil, que lhe apareciam atados para sempre à figura de Dom Pedro II. Era também a sorte de sua carreira pública, que começara sob os auspícios do Soberano Filósofo e com ele deveria acabar.

Assim é com sofreguidão, ansiedade, que devora todas as novas, que lhe chegam do estado de saúde do Imperador. É com satisfação que dá notícias, mesmo à Rainha Vitória.

De Paris, aos 3 de novembro de 1887, Paranhos (Barão do Rio Branco) lhe manda as últimas:

“Peço a V. Exa. mil desculpas por não lhe ter anunciado antes que fiz uma fuga para aqui, chegando dois dias antes da partida do Imperador, com quem só pude assim estar duas vezes. Achei-o mais forte, e muito bem, e não pude, ainda desta vez, notar *esquecimento* algum. No Rio, entretanto, pensa-se geralmente, depois da carta Dermeval, que o Imperador está perdido.”

Penedo, ao acusar o recebimento da carta de Cotegipe, escrita semanas antes da Lei Áurea, prevê “uma *transformação política*, quiçá outra forma de Governo”. Eis esse documento interessantíssimo:

* *Cartas* de Eduardo Prado no arquivo Penedo. Acham-se datilografadas por iniciativa do autor. A transcrita acima data de 20 de agosto de 1887.

PENEDO A COTEGIPE

Londres, 23 de junho de 1888.

“Meu querido João.

“Tenho em meu poder as tuas interessantes cartas de 8 de abril e 23 de março *pp*, que te agradeço. Elas são o texto a que serve de comentário o que tenho lido nas discussões do Senado, a respeito da última fase do teu Ministério. Estou inteirado e de todo *edificado!*

“Li com muita atenção o discurso que fizeste na apresentação do projeto de lei para a abolição. Dou-te os parabéns por esse memorável discurso. A mestria do orador e do homem de Estado nessa grave ocasião foi na verdade admirável.

“Talvez por não estar no Brasil desde muitos anos, ou por curteza de vista não ajuíze exatamente das nossas cousas; mas figura-se-me que vamos entrar, a olhos vendados em uma *transformação política*, quiçá em outra forma de Governo, e não vejo elementos sérios de resistência a essa transformação.

“O contrapeso que poderia obstá-lo vai-se também radicalmente transformando à vista indiferente de nossos estadistas, e de quem devia opor-se com discreta providência! Esta idéia me entristece, e leva-me ao pressentimento do quanto teremos de deplorar a falta do nosso Príamo (sem ter os filhos do grego) que único poderia refrear a ambição dos que hoje trabalham na forja da revolução!...

“Suponho terás sabido que fui a Milão ver o Imperador quando teve a crise terrível que o levou às portas da morte. De moribundo que o vi temo-lo felizmente agora convescido em Aix-les-Bains, onde (notícia de hoje mesmo) voltou-lhe a saúde, passeia e joga o bilhar.

“Nunca pensei, e nem os *gros bonnets* da Faculdade que o rodeavam, que ele escapasse à crise de Milão. A enfermidade que ele sofre, não perdoa a ninguém; há de miná-lo e não é fora da probabilidade que outra crise se apresente no curso dessa enfermidade.

“Em todo caso, o que ele foi como nós o conhecemos receio que nunca mais será; e só peço a Deus que o leve a salvamento, e quanto antes para o Brasil. Dizem-me de Aix que irá em princípios de agosto por Bordéus. Hei de ir despedir-me dele ao seu embarque. Falou-se por aqui na vinda de uma esquadra para buscá-lo. Era o que devia ser, e os governos da Europa sem dúvida assim o esperavam, ouço, porém, dizer-se agora que isso só teria lugar no caso dele falecer por aqui em algum hotel (que horror, quando penso nisso e o pensei em Milão).

“A sua Augusta Filha que hoje pode tudo, não devia consentir que ele volte num navio de passageiros no estado em que ele se acha. Enfim *sara qual que sara*.

“Dirijo nesta ocasião ao teu sucessor Rodrigo Silva um largo officio de que te mando cópia junta. Por ele verás o que penso a respeito dos nossos limites com a Guiana Inglesa. Avento a idéia de rearmos a negociação do Araújo Ribeiro que ficou suspensa

em 1843, em vez de uma Comissão Mista para reconhecer os terrenos litigiosos, que desde 1842 ficaram neutralizados. A consulta do Conselho de Estado de que foi relator o Visconde do Uruguai em 1854 aconselhava esse mesmo expediente, o qual me parece preferível à Comissão Mista. Como foste tu que me mandaste esta incumbência, que examinei com todo cuidado, julgo dever dar-te conhecimento do que agora vou dizer ao Ministro de Estrangeiros. Peço-te que leias esse meu ofício, e me digas o que sobre isso te ocorrer. Se estiveres de acordo muito estimaria, e se entenderes que sem quebra de etiqueta pode influir para realização da tentativa que proponho, me farás favor, porque desejo concluir com este G^o a negociação para o Tratado de limites, que sem razão suficiente, há 45 anos, ficou até hoje interrompida. Adeus, meu querido João, saudades de tua com. e de Carolinha a ti e a Antoninha, a quem me farás lembrado.

“Teu do cor.

PENEDO.”

*

Em Milão, portanto, o Imperador fora considerado perdido. Crise terrível, de que não escaparia, pensavam os *gros bonnets* da Medicina.

Entretanto, Sua Majestade resiste galhardamente, ele que estivera desenganado, tratando-se até do transporte funéreo de seus restos mortais...

“...o que ele foi – dizia Penedo a Cotegipe – como nós o conhecemos, receio que nunca mais será; e só peço a Deus que o leve a salvamento, e quanto antes para o Brasil”.

Muitos eram descrentes de que lá chegasse com vida. No Rio, a *vox populi* murmurava o cantochão. As classes dirigentes iniciavam a oposição firme ao Terceiro Reinado...

Não seria, devido à falta de herdeiro homem, aplicado o dito – “*Rei morto, rei posto!*”

O Conde d’Eu aparecia aos olhos da gente toda como um enjeitado da sorte. Enjeitado do Trono, já era a Princesa, magnânima como o pai. Não se importava ela de sacrificar o seu Reinado a uma exigência nacional, em acordo com suas convicções.

Fosse embora o Trono, viesse a Abolição. Tempos imemoriais, em que o poder sofria a imolação dos ideais políticos...

Águas passadas que não volvem mais.

“O nosso amigo Nabuco, – escrevia a Penedo o já então titulado Barão do Rio Branco, – acompanhado de outros deputados liberais, lá requereu que os eleitores da próxima legislatura dêem poderes aos deputados para a reforma da Constituição no sentido de transformar-se o Brasil em Monarquia federativa.

“E lá reproduziu um projeto antigo de Silvestre Pinheiro Ferreira para a divisão do Brasil em 5 Monarquias. O Brasil é *muito grande* para formar uma só nação, pensa ele. Os Estados Unidos, que têm território muito maior, é que podem formar uma só nação.

“Assim vamos nós de agitação em agitação, quando tanta coisa de urgente haveria a fazer para consolidar a união das nossas províncias e reparar o grande abalo produzido pela reforma servil.” (Carta de Liverpool, 4 de setembro de 88.)

O Imperador, que, auxiliado por Caxias, soubera conservar a unidade do Brasil, não tinha ainda desaparecido e já pensavam em dividir-lhe os domínios em *cinco monarquias*.

Cinco Monarquias, facilmente conversíveis em cinco repúblicas, com cinco *mandões*. Cinco caudilhos.

A idéia infeliz não vingou. A Federação era, porém, o grande lema de regeneração política do Império.

Os republicanos, que pareciam responder ao apelo de João Alfredo, cresciam demais e começavam a aparecer ameaçadores.

A questão militar fizera alheios ao Imperador numerosos chefes do Exército. Seria mais fiel e conservadora a Marinha, cujo preço de bravura e dedicação às instituições monárquicas foi o sangue derramado do Barão de Ladário, a 15 de novembro de 1889.

Um dos itens da propaganda republicana, chamariz da sua plataforma política, estava na autonomia para as províncias, a consumação do ideal federativo.

Monarquistas declarados e sinceros como Joaquim Nabuco, não hesitariam em propôr a Monarquia sob a forma federativa.

Preservar o regime, era o fim. Os meios pouco importavam, tanto mais que não se apresentavam ilícitos ou censuráveis.

A chegada do Imperador ao Rio, em meio a esse ambiente, resultou o efeito de uma bomba no silêncio de sacristia.

Como Rio Branco informava de Liverpool, onde notícias frescas tinham surgido, para o ministro em Londres:

“Do Rio só sei que causou espanto geral o estado em que chegou o Imperador, tão geral era a crença de que ele estava moribundo e com a inteligência perdida como mandavam dizer certos inventores de más novas”.*

Esta a situação em setembro de 1888.

Andava suspensa por um fio tênue a coroa de Dom Pedro II.

* *Cartas inéditas* do Barão do Rio Branco existentes no Arquivo Penedo e datilografadas por iniciativa do autor. A carta transcrita data de 25 de setembro de 1888.

EXÍLIO DOURADO

F

ATO MAIS IMPREVISTO, conseqüência direta do afastamento do Imperador no referente à gestão dos negócios públicos, foi a remoção brusca do Barão do Penedo.

De Londres, onde se achava desde 1873, data de sua terceira recondução ao posto mais importante da nossa diplomacia, Penedo é removido para a Legação em Paris, por decreto de março de 1889.

Era o começo do exílio. *Exílio dourado*, dizia ele.

O Visconde de Arinos, por sua vez e com surpresa sua, foi mandado de Paris para Londres.

Nenhum dos dois fora consultado, nenhum desejara esse inócuo “*changez de dames*”, que só traria prejuízos ao Tesouro.

Durante muito tempo, esse episódio comezinho da história diplomática do Brasil não ofereceu uma causa verdadeira, real, capaz de justificar a consternação havida em Londres, a começar pelo Príncipe de Gales, com a saída sem razão do *dear Baron*.

Sucederam-se de alto a baixo da sociedade londrina as manifestações menos formais e incisivas, na demonstração de apreço e desagrado pela remoção do ministro que, durante 28 anos, mais de um quarto de século, soubera aproximar de fato a Grã-Bretanha do Império Brasileiro, diminuindo a tensão política e financeira dos dois países.

Fora a mestria diplomática de Penedo na Legação imperial em Londres, – onde seria sucedido pelos seus discípulos em diplomacia, Sousa Correia e Joaquim Nabuco –, que soubera contornar os golpes da “cabeça de Medusa” como apelidara o *bill* Aberdeen, ou as investidas do “Mefistófelis negrofilo”, que fora Palmerston.

E isto sem falar nos botes de “raposa”, como Penedo se referia a Mr. Christie, “extraordinário indivíduo que aprendeu a diplomacia no território de Mosquito”...

Entretanto eram as duras realidades do momento.

Atestando o consumado, lá vinham os convites para jantar ou entrevistas com a Rainha, o Príncipe Eduardo, a Princesa Adelaide e demais membros da Família Real inglesa. Um desfile interminável de banquetes e festas de despedida em St. James’s Palace, Marlborough House, Gloucester House, Kensington Palace, Royal Courts of Justice...*

As estradas de ferro brasileiras, com capitais levantados em Londres onde também eram suas sedes principais como a The Great Western of Brazil Railway Co. – e às quais pertencia Penedo na qualidade de ministro do Brasil – deploravam estranhamente sua ausência.

Diga-se entre parênteses que, em poder do conhecido antiquário Sr. Marques dos Santos, se encontram provas inconcussas da honestidade do ministro em Londres. Cartas dele recusando honorários pretensos de diretor *ex officio*, mandados pela São Paulo Railway, pela Bahia and São Francisco Railway... E não eram honorários insignificantes mas várias centenas de libras anuais.

* Convites para tais festas e entrevistas, originais em papel timbrado, acham-se em poder do Sr. Marques dos Santos, a cuja gentileza e especial atenção devemos o seu conhecimento.

Da Great Western, receberia ele um ofício imensamente honroso para sua atuação, em data de 15 de março de 1889, firmado pelo seu *chairman*:

“Your experience and intimate acquaintance with all the condtions of this Country has enabled you to understand and appreciate to their full value not only the political but also the commercial relations between Brazil and Great Britain which latter are represented in no small degree by the British Railway Companies which have invested so much capital under the guarantee of your Government and which constitute an important element in the development of the Empire.”*

Apesar dessa imparcialidade, dessa falta de conivência com a diretoria das empresas de estradas de ferro, recusando honorários pingues de diretor *ex officio*, Penedo saiu de Londres para Paris, “transferido pelo gabinete João Alfredo, sob pretexto de que não zelava bastante os interesses da fazenda pública com relação à divisão de lucros prevista no contrato de garantia de juros com a estrada de ferro de Santos a Jundiáí.**

Teria sido realmente esse o motivo?

A pesquisa histórica nos revela agora, à luz de documentos irretorquíveis, que semelhante a Legação não passou de uma causa aparente.

A causa real, a verdadeira, foi bem diversa. Ficou nos bastidores pudicos da história dos nossos homens públicos.

A causa latente de sua remoção, Penedo a podia apontar em seu prestígio, junto à City, seus banqueiros, os Rothschilds enfim.

Em Londres, os nossos interesses financeiros eram muito superiores aos políticos e como dizia Eduardo Prado:

– O ministro do Brasil em Londres era muito mais acreditado junto a St. Swithins Court [o local da casa bancária Rothschilds na City] do que junto a St. James Court.***

Assim, sua saída de Londres foi por causa do empréstimo novo para a província de São Paulo, cuja negociação começada em 89 ia terminar com a realização da operação financeira em 1890 – primeiro escândalo

* Documento do arquivo Marques dos Santos.

** Oliveira Lima, *Memórias*, Rio, 1937, pág. 196.

*** *Idem*, págs.191-192.

em que se batizou a República Velha – e com cuja ausência de escrúpulos não concordaria Penedo, apesar de tão acusado de receber comissões...

Não poderia o ministro do Imperador concluir sequer o Projeto de Protocolo entre os Governos do Brasil e da Grã-Bretanha para “as bases de um acordo sobre os limites comuns da província brasileira do Amazonas e da Guiana britânica”, cuja negociação fora iniciada em Londres por Penedo, em obediência às ordens do Barão de Cotegipe, quando presidente do Conselho.*

Não poderia continuar a obra esboçada 45 anos atrás pelo Visconde do Uruguai, em ajuste para a neutralidade do território compreendido nos limites contestados das fronteiras do Brasil e da Guiana Inglesa, ajuste esse aceito pelos dois governos em Notas reversais de 8 de janeiro e 29 de agosto de 1842.

Forçado de vez a interromper as suas conversações com o Marquês de Salisbury, o novo mentor da política do Foreign Office.

Salisbury, a urbanidade em pessoa, não perdia vazas para um dito espirituoso. Quando o Visconde de Santo Tirso lhe participou oficialmente que o bispo de Bethsaida estava na pasta de Estrangeiros, comentou:

– C’est très Moyen Age.

De outra vez, conversando sobre Sousa Correia, o antigo adido e sucessor de Penedo, perguntava malicioso se aquele diplomata, populárrimo depois na sociedade de Londres e íntimo de Eduardo VII,** e cuja mãe era francesa:

– Est-ce vrai ce que l’on m’a dit, que Correia ne parlait pas le portugais?

Mesmo com esse feito sarcástico, o Marquês de Salisbury, *premier* britânico, distinguia com sua amizade ao Barão do Penedo.

* *Correspondência da Legação imperial de Londres*, confidencial de 17 de abril de 1888.

** Referiu-me Tobias Monteiro que, por ocasião da viagem do Presidente Campos Sales à Europa, Eduardo VII lhe pediu pessoalmente que, durante a sua presidência, não retirasse Correia de Londres. Era um amigo que faria falta ao Rei...

No fundo, os dois espíritos tinham numerosos pontos de contato. A mordacidade não andava ausente da formação mental de Penedo.

Tudo isso justificava o seu não conformismo com uma remoção brutalmente feita – sem um aviso, uma consulta a quem servia a diplomacia do Império há quase meio século.

Não perdoará nunca ao Gabinete João Alfredo essa desfeita. Em rigor, não partira João Alfredo a idéia. A lembrança e o interesse pouco confessável viriam do Conselheiro Antônio Prado, ministro da Agricultura no Gabinete de Março de 1888 e que se aliara a José Carlos Rodrigues, então residente na Inglaterra.

Tratava-se do empréstimo para a província de São Paulo. Sobravam candidatos para os proventos da operação...

Vejamos o que escreve Eduardo Prado a Penedo em abril de 1888:

“Para as minhas afirmações terem um caráter menos vago não seria conveniente V. Exa. falar ainda ao Rothschild e, a título de preparação, apresentar-me a ele? Deixo a V. Exa. o resolver este ponto.

“O empréstimo de São Paulo creio que foi uma coisa um pouco além das forças dos emissores. Demais, como V. Exa. tem razão quanto ao *direct charge*: foi preciso ceder nesse ponto para obter alguma coisa noutros.

“Fiz um relatório oficial muito sucinto e escrevi uma longa carta confidencial ao Presidente com todas as particularidades e em dois ou três pontos, achei ocasião de estabelecer algumas premissas cujas conseqüências serão tiradas mais tarde. Levarei a V. Exa. estas duas peças.”*

A correspondência de Eduardo Prado, irmão do Conselheiro Antônio Prado, é abundante nessa ocasião.

São trocas constantes de bilhetinhos e telegramas. O mesmo assunto: o empréstimo para a província de São Paulo.

Chegado março de 1889, portanto, a fruta está madura e o “seu” Penedo pode ser mandado para Paris. Dão-lhe essa Meca dos prazeres para que ninguém fale em perseguição...

A verdade, incômoda, porém, sempre aparece. Mesmo sem ser chamada.

* Cartas inéditas no Arquivo Penedo.

Paris
23 de Novembro de 1889

Ex.ª Sr. Conselheiro Rui Barbosa

Em telegramma de 18 de corrente, junto por
aqui, referindo os acontecimentos extror-
dinarios, sobrevidos no Rio de Janeiro, com mu-
nicação de V.ª achar-se constituida a Republi-
ca dos Estados Unidos do Brazil; ter jã parte
do jura a Europa o Imperador e a Familia
Imperial; estar organizado um Governo Pro-
visorio do qual faz parte V.ª como Ministro
da Fazenda, e concluso dizendo "que o Governo
Provisorio espera o concurso activo de um pa-
triotismo experiencia e consideracao na
Europa".

Em resposta a sua attenciosa commu-
nicacao, cumpro em dizer a V.ª que, ha
quase quarenta annos, tenho tido a honra
de representar o Brazil na America e
na Europa como Ministro do Imperador,
e não he, ao fundar a tua longa carreira
Diplomatica, que me seria possivel,

Carta autógrafa do Barão do Penedo ao Conselheiro Rui Barbosa, existente na Casa de Rui Barbosa, e pela qual o Decano da Diplomacia do Império afirma ser-lhe impossível servir a República.

sem esquecer todo o meu passado, entrar
no serviço de um novo regime, o qual tinha de
a substituir a Monarchia abolida no Brazil.

He geralmente sabida por todos, que
me conheceu no meu paiz e na Europa, a dedi-
cação profunda que sempre tributei ao
meo Veneravel Monarcha, a quem sou
devedor de amizade e gratidão? Estes
sentimentos, para com Elle, hoje desenthronizado
vão ainda, se he possível, para mim mais
respeitavos; e tornam-me incompativel
com o novo estado de cousas.

Facilmente pois, comprehenderá V. Ex.
ser-me absolutamente impossivel acceder
a expectativa do Governo Provisorio, annunciada
de modo tão benevollo por V. Ex. o que me sinto
muito obrigado.

Sou com todo respeito

De V. Ex.

Alto. vt. e cre.

Barão de Penedo

Paris 14 de Dezembro de 1889
 66 Avenue d'Enas

Ex. Sr. Conselheiro Rui Barbosa

O Sr. de 8 de Dezembro fez a publicacão de
 quinta, como de v. talho junto. O Sr. Pedro de
 Araújo Beltrão Encarregado de Negocios do Brasil
 neste Paiz mandou nos a seguinte telegramma,
 que elle recibio do Rio de Janeiro, datado da 4
 do corrente: "Penedo demittido e riscado do
 quadro do Corpo Diplomatico, por sua attitudem
 hostil a Republica Brasileira, e prejudicial aos
 interesses do Estado. Itajuba nomeado. Rui Barbosa
 tintunçao de derrairar me por este tele-
 gramma he de toda evidencia. A primeira
 imputacao, porim de minha attitudem hostil
 a Republica he completamente inexacta.
 Ignoro o acto de hostilidade que contra elle
 tenha em praticado. He porim certo, fora de
 toda duvida que sou contra a Republica do
 Brasil, pela conviccao em que estou de ser a
 Monarchia a forma de Governo que convem ao
 meu Paiz. Por este motivo declarei a R. P. em carta
 de 23 de Novembro, respondendo ao seu telegram-
 ma do dia 18, ser incompativel com o novo
 estado de cousas, e não poder ceder ao desejo

Cópia fotostática da segunda carta de Penedo a Rui Barbosa, protestando contra acusações injustas a ele feitas. (Documento existente no Arquivo da Casa de Rui Barbosa)

manifestado pelo Governo Provisorio da minha
 continuacão no serviço da Republica. Não me
 sinto pois offendido por esta banal occupação,
 no tocante a minha opiniao politica.

Quanto ao segundo motivo da minha
 demissao, ainda que vagamente expressado com
 a generalidade = prejudicial aos interesses do
 Estado não deve ficar sob o peso de uma im-
 putacão official danosa ao seu caracter.

Nem 12.^o sem minha ausencia no Brasil
 poderei mostrar em que forma por mim
 prejudicados os interesses do Estado.

De' por essa formula vaga, a justiça
 devida a um antigo servidor do Estado
 não poderia comprehender que, tendo-lhe
 pedido o proprio Governo Provisorio o concurso
 activo do seu patriotismo, experiencia e consi-
 deracao na Europa, o julgasse de repente, den-
 tro em poucos dias, prejudicial ao Estado, a
 ponto de ser demittido por telegrammas em
 termos desresados e offensivos a esse respeito.

funcionaria.

Permitta-me observar a anomalia de ser o Ministro da Fazenda do Governo Provisório, e não o dos Negocios Estrangeiros, o que mandara a outra Legação (a de Londres) publicar essa decisão comminada sob a forma a mais estranha as tradições Diplomaticas.

O Telegramma, entretanto, que recebi do meu Collega de Estrangeiros, datado do dia 3 de Dezembro, limita-se a annunciar-me haver em siido exonerado da Legação de Paris, da qual fui o primeiro a demittir-me com a minha carta de 23 de Novembro.

Finalmente, a ser exacta a traducção do meu Telegramma feita pelo Encarregado de Negocios em Londres, e por elle mandado ao "Times" e ao "Morning Post", permitta-me ainda dizer-lhe que a "aggravation" a injunctiva com a violencia, contra a qual desde já protesto quando se estabelecer o circulo do quadro do Corpo Diplomatico - "struck off the list of the Diplomatic Body" diz o texto original do meu Telegramma. De as suas cartas

estão ainda em vigor no Brazil, e os di-
 ritos ad garridos pelo funcionarios publicos
 estão garantidos, deve julgar, me salvo de
 seu estante esportacao.

Não deu a quem facto concernente ao
 Ministerio da Fazenda para attribuir este
 acto de V. E. como Ministro de V. Magestade?

seria talvez a incumbencia, que recibi
 do ex Presidente de Pernambuco, o Conde de
 Manoel Felix de França para representar
 a Provincia assignando o titulo de negociante
 feito por elle de Banco de Paris et des Pays
 Bas, e meo, adempto que tem de tratar com V. E.
 Costa, meo erro, por me ter de de esse o motivo.

Todavia, para resguardar me de injusta, apper-
 ciao de quem ignorou este incidente, deito-me obri-
 gado a dar conhecimento ao publico de V. E. meo
 communicado, a V. E. de 23 de Novembro, e de 1.º de Novembro
 de V. E. de V. E. que tenho agora a honra de
 dirigir, the, e de V. E. meo appello a prevenido.

Seu com todo respeito

de V. E. m

atto de V. E. m

Carac de V. E. m

Resposta a carta de 14 de Dezembro 1889

Telex de 6 de Dezembro 1889

Senhor Pedro d'Araujo Beltrao, the Brazilian
Chargé d'Affaires in this country, sends us the
following telegram, dated from Rio de Janeiro
Dec. 4, which has been received by him :—
" Penelo dismissed and struck off the list of
the Diplomatic Body for attitude hostile to the
Brazilian Republic and injurious to the interests of
the State. Itajuba appointed.—REV BARROZA."

by
A.
w/
A.
cc
re
C.
ss
it

OTREC

Em carta datada de Londres, 9 de março de 1889, Penedo desabafa com um amigo de São Paulo:

“Agradeço-te cordialmente, meu caro amigo, a parte que V. toma neste inesperado incidente, obra de um caipira brutal, de quem foi cúmplice um primeiro-ministro, receoso da influência dele e que escolheu para instrumento um evadido que soube granjear-lhe a confiança.

“O que me conta nestas cartas como explicação desse ato, é pouco mais ou menos o que de lá me dizem vários outros amigos. O nosso sempre chorado Cotegipe* assim também me escreveu (carta que recebi dois dias depois de sua morte). Nem um desses correspondentes me deu os pormenores que V. me referiu.

“Falando da sapa, que de longa data têm feito contra mim o Azevedo Castro e Fernandes Pinheiro, inimigos gratuitos, mas verdadeiros charlatães, diz-me V. que foi essa obra coroada pelo Rodrigues, o qual incumbido do resgate e não sabe de quantas causas mais pelo Prado, telegrafou dizendo: “*Negócio impossível, Ministro contra.*”

“Só um homem dos precedentes dele podia praticar essa infâmia, e caluniar-me desse modo; e só o seu digno protetor poderia ter lhe recomendado essa astuciosa mentira, para com ela pretextar a necessidade de remover de Londres aquele a quem o seu agente denunciava como sendo um obstáculo insuperável à realização da política industrial do Governo aqui. Não posso agora dizer tudo quanto cabe dizer sobre esta emboscada, cujo motivo real não é menos desairoso ao *mandatário* que ao *mandante*.

“Tudo isso hei de tirar a limpo.”**

O termo, malgrado sua dureza, tinha vezes de exatidão. *Emboscada*, e sórdida, porque envolvia questões de dinheiro a perceber como porcentagens, por parte de José Carlos Rodrigues, – cerca de 20,000 libras – que depois lhe serviram para comprar o *Jornal do Comércio*, firmando como testemunha da escritura de compra e venda o mesmo Prado...

Seu posto ideal, de qualquer maneira, estava definitivamente perdido. Fez as malas e atravessou a Mancha.

32, Grosvenor Gardens não poderia material e humanamente ser perdida assim de um momento para outro.

Fazia-se imprescindível uma transição.

* Cotegipe, o inolvidável amigo de Penedo, seu companheiro de lutas, desde a Academia de Olinda e seu compadre, faleceu no Rio, a 13 de fevereiro de 1889.

** Carta em poder do Sr. Marques dos Santos, cuja leitura me facilitou o nosso amigo comum, Sr. Cláudio Gans.

A mansão de Londres ficará ainda alugada a ele, para gozo pessoal e endereço da correspondência, até se perderem as esperanças.

Então se conforma com Paris? Mas que fazer aí? Republicana no Governo e no espírito, a França de 1889 estava bem longe daqueles tempos ufanos de Napoleão III, dos saraus de Saint-Cloud e das palestras de Drouyn de Lhuys.

Não lhe seria indiferente a queda do Gabinete João Alfredo.

A 7 de junho de 1889 subia ao poder o último Ministério da monarquia, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto.

Para o visconde, Penedo estava longe de ser um desconhecido ou mesmo um diplomata vulgar, comum entre os tantos tabelados no orçamento da Secretaria de Estrangeiros.

A 10 de agosto, Ouro Preto a ele se dirigia, indagando-lhe da saúde e sabendo as impressões do novo posto. Afonso Celso conhecia o zelo do antigo ministro em Londres, que lhe mandara um relato minucioso sobre a falência de Mauá e suas transações com o Tesouro, havia dez anos, quando na pasta da Fazenda.

Respondendo-lhe a 5 de setembro, Penedo frisava as circunstâncias insólitas de sua brusca remoção.

“O interesse que V. Exa. toma, – dizia a Ouro Preto, – pelo meu bem-estar na minha residência nesta Capital é ainda uma fineza que lhe devo.

“De certo Paris não é um exílio. Conheço-o de longa data, já aqui estive em Missão Especial no tempo do Império, e como residência é sempre agradável.

“Não podia, porém, esperar que, depois de 37 anos na carreira diplomática e de 28 na Missão de Londres, fosse dali transferido sem o pedir, nem ser consultado, e sem ter havido entre mim e o Governo, por nenhuma das pastas, questão ou desacordo de qualidade alguma.”

Era o canto do cisne. Mais dois meses e ele abandonaria definitivamente a carreira diplomática.

*

Tobias Barreto, no seu famoso *Discurso em mangas de camisa*, observou com a penetração do sociólogo:

“Entre nós, o que há de organizado, é o Estado não é a Nação; é o Governo... não é o povo, o qual permanece *amorfo* e dissolvido, sem

outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo.”*

Foi assim “amorfo e dissolvido”, outros disseram “bestificado” que o povo assistiu à transformação política, quiçá outra forma de Governo”, prevista por Penedo em 1888.

De Paris, Penedo se espantara menos com o advento da “desconhecida”, como logo batizaram a nascente República. E por isso, recusou galhardamente partir o bródio da traição ao seu Imperador:

“Paris, 23 de novembro de 1889.

“Exmo. Sr. Conselheiro Rui Barbosa.

“Em telegrama de 18 de corrente, junto por cópia, resumindo os acontecimentos extraordinários sobrevindos no Rio de Janeiro, comunica-se V. Exa. achar-se constituída a República dos Estados Unidos do Brasil; ter já partido para a Europa o Imperador e a Família imperial; estar organizado um Governo Provisório do qual faz parte V. Exa. como ministro da Fazenda; e conclui dizendo – “que o Governo Provisório espera o concurso ativo do meu patriotismo, experiência e consideração na Europa”.

“Em resposta à sua atenciosa comunicação, cumpre-me dizer a V. Exa. que, há quase quarenta anos, tenho tido a honra de representar o Brasil na América e na Europa como ministro do Imperador; e não é, ao findar tão longa carreira diplomática, que me seria possível, sem esquecer todo o meu passado, entrar no serviço de um novo regime, destinado à substituir a Monarquia abolida no Brasil.

“É geralmente sabida por todos, que me conhecem no meu país e na Europa, a dedicação profunda que sempre tributei ao meu Venerável Monarca, a quem sou devedor de amizade e gratidão. Estes sentimentos para com Ele, hoje desentronizado, são ainda, se é possível, para mim mais respeitáveis; e tornaram-me incompatível com o novo estado de cousas.

“Facilmente, pois, compreenderá V. Exa. ser-me absolutamente impossível aceder à expectativa do Governo Provisório, enunciada de modo tão benévolo por V. Exa. o que muito lhe agradeço.

“Sou com todo respeito.

“De V. Exa.

“Ato. obrº e crdo.

“Barão do Penedo.”

* *Apud* Hermes Lima, *Tobias Barreto, a época e o homem*, pág. 288.

*

Por certo que surpreendeu os adeptos fervorosos e extremados do novo regime tanta dedicação a um velho deportado, que já não dispunha das nomeações para cargos públicos...

Penedo mantinha-se fiel e jogava em face de Deodoro, seu co-estaduano, o lugar de ministro do Brasil em Paris.

“... há quase quarenta anos, tenho tido a honra de representar o Brasil na América e na Europa como *ministro do Imperador*” e nessa qualidade empenhava-se por findar a sua carreira.

Como conciliar o seu caráter com os adesistas? Frisava bem “a dedicação profunda que sempre tributei ao meu Venerável Monarca, a quem sou devedor de amizade e gratidão”.

E pisava nos calos dos que sabiam somente ser amigos na hora da fortuna sorridente:

“Estes sentimentos para com Ele, hoje desentronizado, são ainda, se é possível, para mim mais respeitáveis; e *tornam-me incompatível com o novo estado de cousas.*”

Não abjurava suas convicções. Declarava não mais querer servir. Nada queria com a República, ele que tudo recebera da Monarquia, do seu Imperador, cuja imagem para ele se confundia com a figura do próprio Brasil...

Deodoro assina então o decreto de sua demissão.

Nem o *fac totum* do Governo Provisório, a futura “águia de Haia” conseguiria demover o velho diplomata do Império. Estava ele rígido com o rochedo, diante da tentação das vagas do mar...

Dizia o telegrama de Rui Barbosa: “O Governo Provisório espera o concurso ativo do seu patriotismo, experiência e consideração na Europa.”

Que dele nada esperasse o Governo Provisório da República.

Nomearam-lhe então sucessor a Itajubá, seu inimigo de sempre e competidor de glórias diplomáticas.

O “Cágado Itajubá”, malgrado ter recebido a distinção pessoal do Imperador de representá-lo na questão do *Alabama*, prestava-se a tudo. Obedecia ao poder cordeiramente.

O *Times* de 6 de dezembro de 1889, já publicava um despacho mandado publicar pela Legação da República: – “Penedo demitido, e riscado do quadro do Corpo Diplomático, por sua atitude hostil à República Brasileira, e prejudicial aos interesses do Estado. Itajubá nomeado. Rui Barbosa.”

Penedo dirige então ao Vice-Chefe do Governo Provisório uma carta violentíssima, em data de 14 de dezembro do mesmo ano:

“Nem V. Exa. nem ninguém no Brasil, poderá mostrar em que foram por mim prejudicados os interesses do Estado.

“Só por essa fórmula vaga, a justiça devida a um antigo servidor do Estado não poderá compreender que, tendo-lhe pedido o próprio Governo Provisório o concurso ativo do seu patriotismo, experiência e consideração na Europa, o julgasse de repente, dentro em poucos dias, prejudicial ao Estado, a ponto de ser demitido por telégrafo em termos desusados e ofensivos a esse mesmo funcionário.”

E frisava o desencontro das ordens emanadas do Governo Provisório:

“Permita-me observar a anomalia de ser o ministro da Fazenda do Governo Provisório, e não o dos Negócios Estrangeiros, o que mandara a outra Legação (a de Londres) publicar essa decisão comunicada sob a forma a mais estranha às tradições diplomáticas.

“O telegrama, entretanto, que recebi do seu colega de Estrangeiros, datado do dia 3 de dezembro, limita-se a anunciar-me haver eu sido exonerado da Legação de Paris, *da qual fui o primeiro a demitir-me com a minha carta de 23 de novembro.*”

E quanto a ser “riscado do quadro do Corpo Diplomático, o jurisconsulto concluía seguro de si mesmo”:

“Se as leis estão ainda em vigor no Brasil, e os direitos adquiridos pelos funcionários públicos estão garantidos, devo julgar-me salvo de semelhante espoliação.”*

E passando das palavras à ação, Penedo prepara um folheto, narando as primícias da República Velha. Folheto que pretendia divulgar, pela mesma via percorrida pelo telegrama oficial e caluniador.

Em ofício de 13 de janeiro de 1890, dirigido a Rui Barbosa, ministro da Fazenda e assinado por Pedro de Araújo Beltrão, encarregado de negócios do Brasil em Londres, vem a confirmação dessa notícia tão desconhecida hoje quanto desassombrada então:

* Arquivo da Casa Rui Barbosa – Representações no Exterior.

“O retalho do mesmo jornal sob n.º 3, refere-se ao boato corrente sobre um panfleto que o Barão do Penedo projeta publicar.”

Impresso acompanha o recorte do *The South American Journal*, datado de 11 de janeiro de 1890, que contém o seguinte tópico:

“By the way, we understand that Baron do Penedo, formerly Minister of Brazil in London, and, until dismissed by the Provisional Government, Minister of Brazil at Paris, is preparing a pamphlet, in which he will seek to reveal the intrigues of the Republicans prior to the overthrow of the Empire.”

Semelhante panfleto não chegou a ser publicado. A Legação em Londres agiu em tal sentido e Penedo possivelmente adiou publicação.

Onde se acha esse depoimento do maior valor como subsídio para a história política do Brasil? Nada sabemos até o presente.

Deveria encerrar esclarecimentos decisivos. Pelo menos até que ponto o fator econômico contribuiu para a nossa transformação de regime político.

*

O gesto do Barão do Penedo, pela nobreza e fidalguia de atitude, diante dos móveis que o inspiraram, causou em toda a Europa a melhor impressão.

Continente por natureza tradicional e monarquista, o Velho Mundo aplaudia-lhe abertamente a decisão, produto da sua lealdade ao Imperador destronado e às suas convicções pessoais.

Os colegas do corpo diplomático a ele se dirigiam, consultando sobre o que deviam fazer.

Os que tinham mais amor à posição que à sua fé política não deixavam por isso de negar-lhe aplauso.

De São Petersburgo até lhe vinham provas de carinho e admiração:

“Tive o prazer de ler o que a respeito de V. Exa. publicou o *Soleil* de 15 do corrente. Louvo a V. Exa. pela nobreza dos sentimentos a que conformou os seus atos.” (Carta de A. Teixeira de Macedo, de 29 de dezembro de 1889.)

Não se arrependeria jamais do seu procedimento, uníssono com os ditames da própria consciência.

Acompanhou o Imperador no exílio com a mesma dedicação, e sem ironias, que às vezes deixava escapar sobre o monarca no trono.

Lá no apartamento do Imperador no hotel Beauséjour, – em cuja porta se lia simplesmente “D. Pedro de Alcântara” –, comparecia Penedo todos os dias, com alguns poucos fiéis como o Dr. Mota Maia, sem falar nas pessoas da Família imperial.

Outros quiseram seguir o exemplo de Penedo.

Múcio Teixeira, que era então Cônsul do Brasil na Venezuela, havia resignado imediatamente e solicitado do velho Monarca a permissão para servi-lo no exílio.

Dom Pedro de Alcântara respondeu-lhe:

“Aceitei o sacrifício de Penedo, porque é velho e rico; recuso o seu, porque é moço e pobre. Nossa terra precisa de talentos como o seu. Sirva a República com a mesma devoção com que serviu o Império. Formas de governo são meras questões de estética...”*

Uma semana depois de Deodoro haver dado o golpe de Estado de 3 de novembro, com a dissolução do Congresso, reuniam-se no apartamento do Imperador no Hotel Bedford diversos brasileiros. Silveira Martins, o Barão do Penedo e Godofredo de Escragnoille Taunay, irmão do visconde.

Discutia-se a situação. Alguém observou que a presença de Dom Pedro era necessária no Brasil, para livrar o país da desordem e do militarismo. Os demais aquiesceram.

O Monarca destronado alegou, porém, que não o tinham chamado.

Penedo declarou então que, numa situação como a existente, não se fazia necessário o chamado. Era dever do Imperador, como cidadão brasileiro e patriota, voltar imediatamente ao Brasil.

Taunay concordou plenamente com a opinião de Penedo. E sugeriu que a presença do Imperador no Brasil daria novo curso aos acontecimentos.**

* Mary W. Williams, *Dom Pedro The Magnanimous*, pág. 365.

** *Idem*, pág. 380.

Impressionado embora pelo argumento, Dom Pedro salientou que sua avançada idade e moléstia tornavam-lhe impossível realizar o planejado.

Penedo alimentou assim, até os últimos momentos da vida de Dom Pedro de Alcântara, a esperança de ver restabelecida no Brasil a Monarquia.

Em julho de 1892, o *Jornal do Recife* reproduzia certa notícia, saída em uma folha do Rio Grande do Sul.

Num banquete de brasileiros, realizado em Londres, o Barão do Penedo se exprimira da seguinte maneira:

“Com a morte de Pedro II, extinguiu-se a esperança da volta da Monarquia na minha Pátria. Fui um dos mais entusiastas apóstolos da Monarquia, desde o 15 de Novembro de 1889 até a hora infeliz, em que o último suspiro exalou o patriota brasileiro.

“Brindo ao Brasil.”

Desaparecia assim da vida pública o Diplomata do Império. E aquele que se poderia dizer, pela obra diplomática realizada – o Diplomata número 1.

Mas se ele se recolhia ao *otium cum dignitate*, em harmonia com a sua cultura de humanista e compositor de versos latinos, não esquecia o futuro do Brasil, a cuja grandeza levantava o seu brinde.

Apenas se retirava da ativa e passava à reserva da nação.

Incorporava-se, como as instituições derrubadas, na dignidade do passado.

E em 1900 embarcaria de vez para o Brasil, onde queria morrer e onde morreu seis anos depois. A primeiro de abril de 1906.

Esquecido pelos homens de então, mais cuidadosos do instante transitório, das vantagens do momento, que das grandes verdades que iluminam os caminhos da existência.

.....
Anexos

A – Bibliografia

B – Documentos

A – Bibliografia

Embora o autor tenha indicado, no decorrer do livro, as principais fontes e publicações de que se valeu, seguem aqui metodizadas para consulta.

I – FONTES E ARQUIVOS

Arquivo do Itamarati – seção Penedo:

Documentos – Ofícios e cópias

Borrador de cartas – 5 volumes

Correspondência com o Ministério da Guerra (armamentos e munições para a Guerra do Paraguai).

Correspondência com o Ministério da Marinha.

Idem com o Ministério da Fazenda.

Cartas e diversos – cerca de duzentos e trinta maços de cartas a estadistas, políticos, diplomatas, príncipes, e Imperador.

Arquivo do Itamarati – seção Rio Branco:

Correspondência sobre a questão religiosa.

Arquivo da Casa Rui Barbosa:

Correspondência das representações no exterior.

II – OBRAS E GERAIS

HENRI HAUSER e outros – *Histoire Diplomatique de l'Europe*, 2 vols. Paris, 1929.

- S. FLAG BEMIS – *A Diplomatic History of United States*.
LAWRENCE HILL – *Diplomatic Relations between Brazil and United States*,
Carolina, 1932.
- F. SABÓIA DE MEDEIROS – *A Navegação do Amazonas*, São Paulo.
CÔNEGO MARINHO – *História da Revolução de 1842*.
OLIVEIRA LIMA – *O Império Brasileiro*, São Paulo.
OLIVEIRA LIMA – *Coisas Diplomáticas*.
OLIVEIRA LIMA – *Memórias*, Rio, 1937.
NELSON WERNECK SODRÉ – *Panorama do Segundo Império*, Rio,
1938.
- JOAQUIM NABUCO – *Um Estadista do Império*, Rio, 2.^a edição, 1936.
JOAQUIM NABUCO – *Minha Formação*.
PANDIÁ CALÓGERAS – *Formação Histórica do Brasil*.
PANDIÁ CALÓGERAS – *Estudos Históricos e Políticos*.
BASÍLIO DE MAGALHÃES – *Estudos de História do Brasil*, São Paulo,
1940.

III – BIOGRAFIAS

- MARY WILLIAMS – *Don Pedro The Magnanimous*, 1937.
LITTON STRACHEY – *Queen Victoria*.
E. F. BENSON – *Queen Victoria*, Londres, 1936.
OCTAVE AURBY – *Napoleon III*, Paris, 1929.
ASHLEY – *Palmerston*, 2 vols. Londres, 1879.
DUFF COOPER – *Talleyrand*, Payot, Paris, 1937.
VANDERLEI PINHO – *Cotegipe e seu Tempo*, São Paulo, 1937.
ALBERTO DE FARIA – *Mauá*, as 2 edições – Rio e São Paulo.
CASTRO REBELO – *Mauá, restaurando a verdade*, Rio.
J. SILVEIRA MARTINS – *Silveira Martins*, Rio, 1929.
ARCEBISPO D. LUSTOSA – *Dom Macedo Costa*, Rio, 1940.
O. TARQUÍNIO DE SOUSA – *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*,
Rio, 1937.
- BARÃO DO RIO BRANCO – Artigo biográfico, “Carvalho Moreira” in *La Grande Encyclopédie*, Paris.
- SOUSA PITANGA – “O Barão do Penedo”, in *Rev. Do Inst. Histórico*,
LXIX, 1936, parte 2.^a.

IV – MONOGRAFIAS

- BARÃO DO PENEDO – *Missão especial a Roma em 1837*, Londres, 1881.
1887. BARÃO DO PENEDO – *O Bispo do Pará e a missão a Roma*, Lisboa,
1888. D. A. DE MACEDO COSTA – *A questão religiosa perante a Santa Sé*, Ma-
ranhão, 1886. D. A. DE MACEDO COSTA – *O Barão do Penedo e a missão a Roma*,
1848. JOÃO DORNAS FILHO – *O Padroado e a Igreja Brasileira*, Rio, 1938.
1846. BARÃO DO PENEDO – *Do Supremo Tribunal de Justiça*, memória, Rio,
1918. BARÃO DO PENEDO – *Da revisão geral e codificação das leis civis*, Rio,
1918. E. VILHENA DE MORAIS – *A anistia dos bispos*.
SÁ VIANA – *Cinqüenta anos de existência*.
W. CHRISTIE – *The Brazilian Question*.
GILBERTO FREIRE – *Nordeste*, Rio, 1937.
BARÃO DE MAUÁ – *Exposição aos credores*.
BARÃO DE VASCONCELOS – *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, Lausan-
ne, 1918.

V – REVISTAS E PERIÓDICOS

- Revista do Instituto dos Advogados*.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
pág. 7). *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano* (n.º 2, Maceió, 1872,
Correio Mercantil – Rio de Janeiro.
Reforma – idem.
A Nação – idem.
Jornal do Comércio – idem.
A Semana Ilustrada (desenhos de H. Fleiuss).
Times – Londres.
Le Soleil – Paris
Le Brésil – Paris.
Anais da Câmara dos Deputados – Sessões 1848, 1849 – 1850 e 1851.
Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros – diversos temas e anos.

B – Documentos

I

PRIMEIRA MISSÃO AO VATICANO

Correspondência inédita e reservadíssima do Governo Imperial com o Enviado Especial, instruções, despesas e elogio da Missão a Roma em 1858.

INSTRUÇÕES E DESPESAS DA MISSÃO DE PENEDO A ROMA EM 1858

Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1.º de dezembro de 1857.

Ao Sr. Francisco Inácio de Carvalho Moreira.

Reservadíssimo.

O Decreto e Carta Credencial, que com este ofício tenho a satisfação de remeter a V. Sa., são um novo testemunho da alta confiança com que Sua Majestade O Imperador o honra.

A missão especial encarregada a V. Sa. É de muito grande importância para este Império. Trata-se de obter da Santa Sé a concessão motivada no Memorando que junto envio a V. Sa., acompanhado das consultas do Conselho de Estado que o esclarecerão sobre as medidas por ele aconselhadas para pôr termo às graves conseqüências de casamentos como os que se estão celebrando no Brasil sem nenhuma formalidade legal.

Cumpre-me pois recomendar a V. Sa. Que parta o quanto antes para a Itália, e vá a Roma, como se não tivesse outro fim senão mudar de clima para restabelecer a sua saúde.

Se souber que V. Sa. é encarregado de uma missão especial naquela Corte, supor-se-á que ela tem por objetivo o projeto de lei sobre casamentos que o Governo Imperial se comprometeu a apresentar à Assembléia Geral Legislativa. Esta suposição dará lugar a uma inoportuna ingerência da imprensa, levantando-se tantas questões quantas as que cada um julgar inerentes ao objetivo dessa missão; quando de mais nada se trata do que fazer cessar os obstáculos que encontra o casamento católico no Brasil. Ocorrendo alguns dos casos em que ele dependa de dispensa de impedimentos.

Não se apresente, pois V. Sa. a Sua Santidade com o caráter formal de Ministro Público, senão quando tiver obtido do seu Secretário de Estado a certeza do sucesso da sua missão.

A perda para a Nunciatura Apostólica do rendimento, que ela recebe pelas dispensas matrimoniais, será um argumento que, conquanto não seja talvez alegado, cumpre adivinhar, e prevenir, assegurando V. Sa. ao Cardeal Antonelli uma indenização, que não exceda a quantia de cem contos por uma vez somente.

O Sr. Figueiredo, como o mais particularmente relacionado com aquele Cardeal poderá facilmente proporcionar a V. Sa. os meios de chegar a uma abertura desta natureza.

Se, porém, V. Sa. perceber que são baldados vossos esforços para conseguir o fim da sua missão, não se demore em Roma.

Cumpre declarar-lhe que todas as despesas desta missão correm por conta do Ministério da Justiça, e neste sentido lhe expedirá ele as suas ordens.

Dando a V. Sa. o conhecimento do ofício que nesta ocasião dirijo ao Sr. Figueiredo, nada mais preciso acrescentar aqui para que V. Sa. possa contar com a sua cooperação.

Deixo ao prudente arbítrio de V. Sa. o emprego de quaisquer outros meios que circunstâncias imprevistas possam tornar necessários.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Sa. as seguranças da minha perfeita estima e distinta consideração.

VISCONDE DE MARANGUAPE.

*

MEMORANDO

As leis matrimoniais não podem continuar a vigorar no Brasil do mesmo modo que até hoje.

A liberdade de consciência e a tolerância de cultos, garantidos pela Constituição do Império, reclamam uma lei civil que regule a forma e solenidade desse contrato, e legitime os seus efeitos civis entre pessoas que, usando dessa liberdade, se proponham a viver em união conjugal.

Essa lei torna-se tanto mais urgente, quanto, sem ela, a emigração, para este país, de estrangeiros de diversas crenças religiosas, ou cessará, em detrimento nosso, ou nos será funesta pela dúvida e incerteza em que se há de pôr, como já se vai pondo, o estado civil de muitas pessoas, assim como os direitos de sucessão, em consequência de casamentos, que, por não serem revestidos das condições e formalidades da legislação canônica (única até agora adotada neste Império como reguladora de toda união conjugal) ligam essas pessoas de um modo tão precário como se vivessem em mero concubinato, ainda mesmo quando esses casamentos tenham sido celebrados perante os ministros do culto que elas professam.

As autoridades eclesiásticas deste Império têm regulado suas decisões por estes princípios: elas não reconhecem a validade do casamento que não tenha sido cele-

brado segundo as Leis da Igreja; todo outro casamento, por mais conforme que seja às Leis civis dos países onde foi celebrado, é aos olhos do padre católico nulo, írrito e de nenhum efeito.

Deseja um marido protestante repudiar sua mulher protestante para unir-se a uma católica; quer a mulher protestante repudiar o marido protestante para unir-se a um católico, nada mais lhe é necessário do que fazerem profissão de fé e batizarem-se, para que o padre católico abençoe esta nova união. Sem lhe importar a sorte da esposa ou do esposo, e a dos filhos assim abandonados; sem lhe importar que a sociedade se ressinta dos perniciosos efeitos de tão abominável procedimento: é o divórcio sem nenhuma das causas, que o justificam nos países onde ele é permitido; é a bigamia abençoada pelos ministros de um culto com ofensa de todos os outros cultos permitidos pela Constituição do Estado, com ofensa da moral pública, e com insuportável perturbação da vida de família e dos direitos e deveres contraídos na anterior união conjugal, tanto entre os que assim viviam como entre eles e os seres a quem tenham dado a existência, e que algum dia têm de fazer sentir à sociedade os efeitos de sua educação.

Os poderes do Estado reconhecem que o casamento celebrado segundo as leis da Igreja Católica é o único que santifica e dá graça aos casados; mas pela tolerância dos cultos que a Constituição estabelece, nem todos os súditos e habitantes deste Império são obrigados a partilhar este sentimento: eles são livres em suas crenças religiosas, de modo, porém, que no exercício delas não ofendam os interesses e princípios fundamentais da sociedade. Ora, estes interesses e estes princípios altamente reclamam que a união conjugal dos que não a consideram dependente de contrato religioso tenha o caráter de um contrato civil por tal forma regulado que nada lhe falte para ser tão obrigatório e completo em seus efeitos civis, como é o casamento regulado pelo direito canônico.

Atendendo a tão urgente necessidade o Governo Imperial se ocupa em formular um projeto de lei sobre o casamento entre católicos, e sobre o casamento misto a fim de ser submetido à consideração do Poder Legislativo na sessão ordinária de 1858.

Não deve ele, porém, ocultar a probabilidade que há de ser mais freqüentemente preferido, no casamento misto, o contrato civil ao religioso atentas as dificuldades de que a Santa Sé tem cercado as dispensas no caso de diversidade de crenças.

A faculdade concedida aos bispos do Brasil a este respeito é tão limitada que apenas poderia bastar quando a população deste país era, em sua quase totalidade, composta de católicos. A da Nunciatura Apostólica, ainda que mais ampla, é quase ilusória por ser sobremodo penosa, senão impossível, a impetração desta dispensa para pessoas espalhadas pelo vasto território deste Império. Para consegui-la, depois de longo tempo, é preciso ser rico, ou ter protetores nesta Corte. Daí resulta que honestas inclinações são muitas vezes malogradas com comprometimento do sossego e felicidade das famílias.

Não é somente o impedimento da disparidade de culto, são também os de certos grãos de parentesco e de afinidade os que concorrem para dificultar o casamento católico, e produzir no Brasil os males, que já se tem ponderado.

O Governo Imperial sabe que Sua Santidade, delegando na Nunciatura Apostólica o poder de conceder as dispensas dos impedimentos de casamento, não reser-

vadas à Santa Sé, e dando aos bispos do Brasil esse poder em certo e determinado número de casos, tem por fim atender, e crê que assim atende aos justos motivos que tornam essas dispensas necessárias; mas estes meios são manifestamente insuficientes para se conseguir aquele tão evangélico fim.

É, pois no intuito de fazer cessar as dificuldades com que lutam neste Império os que pretendem qualquer das mencionadas dispensas; é para que a Igreja Católica exerça toda a intervenção possível no casamento misto que o Governo Imperial instantemente solicita da Santa Sé a delegação nos bispos do Brasil do poder por ela até agora concedido à Nunciatura Apostólica para a dispensa de diversos impedimentos de casamento.

Recorrendo assim à Santa Sé o governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil dá o mais solene testemunho de ter feito pela sua parte tudo quanto devia para conciliar do modo possível as disposições das Leis da Igreja com as da lei que se houver de adotar sobre o mais importante contrato da vida civil.

*

Rio de Janeiro Ministério dos Negócios estrangeiros em 12 de dezembro de 1857.

Em aditamento ao meu despacho reservadíssimo do 1.º do corrente tenho a honra de comunicar a V. Sa. que o Sr. Ministro da Justiça participou-me, por aviso do dia 3, que naquela data solicitava do Sr. Ministro da Fazenda as ordens precisas para ser aí posta à disposição do Ministério a meu cargo, por conta daquele Ministério, a quantia de cento e doze contos de réis.

Conforme já declarei a V. Sa. no meu citado despacho, todas as despesas da missão que lhe foi confiada por S. M. o Imperador, devem correr pelo Ministério da Justiça, é pois, para esse fim que se manda pôr à minha disposição aquela quantia, da qual cem contos são destinados a indenizar a perda que a Nunciatura Apostólica nesta corte sofrerá em consequência da cessação de rendimento das dispensas matrimoniais, e doze contos constituem a ajuda de custo que lhe é devida; ficando entendido que continuam a ser-lhe abonados pelo Ministério de Estrangeiros todos os vencimentos que V. Sa. percebe em Londres atualmente.

Depois que recebi o citado aviso do Sr. Ministro da Justiça o Governo Imperial resolveu fosse V. Sa. autorizado a despende, para o fim indicado, até cento e cinquenta contos de reis, ou mesmo duzentos, – mas neste último caso deve o acordo ser feito *sub spe rati*.

Reitero a V. Sa. as seguranças da minha perfeita estima e distinta consideração.

VISCONDE DE MARANGUAPE.

Ao Sr. Francisco Inácio de Carvalho Moreira.

*

Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios Estrangeiros em 13 de junho de 1859.

1.ª Seção

N.º 5.

Reservado.

Acuso a recepção do ofício reservado que V. Exa. dirigiu-me em 6 de maio ultimo sob n.º 9.

Fico ciente de haver o encarregado de negócios em Roma por nota de 5 de abril do corrente ano, escrita ao Cardeal Antoneli, dando por terminada a discussão da Concordata negociada naquela Corte por V. Exa. segundo as ordens que expedira aquele nosso agente por ordem desta Secretaria do Estado.

A mesma comunicação me fez o Sr. Figueiredo enviando-me cópia daquela sua nota e me fazendo saber a resposta que verbalmente lhe dera o Cardeal Secretário do Estado.

Pelos meios regulares e em ocasião oportuna o Governo Imperial procurará entender-se com o Governo da Santa Sé sobre aqueles pontos em que as exigências do santo Padre não se oponham à Constituição e Leis do Império e às práticas tradicionais que herdamos de nossos maiores.

Portanto, julgo como V. Exa. que pode se dar como concluída a sua missão em Roma, e para este fim receberá V. Exa. com este meu despacho a carta revocatória do estilo para que faça chegar ao seu destino por um dos meios que sugere, e que deixo ao seu arbítrio.

Vou remeter ao Ministério da Justiça a duplicata do breve que acompanhou o seu ofício de 6 de abril de corrente ano sob n.º 8.

Reitero a V.Exa. as expressões de minha perfeita estima e distinta consideração.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

A S. Exa. O Sr.

Francisco Inácio da Carvalho Moreira.

ELOGIO DA MISSÃO A ROMA

Seção Central

N.º 2

Reservado.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Rio de Janeiro 7 de fevereiro de 1860.

Ilmo. Exmo. Sr.

Me foi presente o ofício reservado que a V. Exa. me dirigiu em 7 do mês próximo passado participando ter ido a Roma e feito pessoalmente a entrega ao Santo Padre da carta que lhe foi expedida em junho do ano próximo passado dando por finda a sua missão especial naquela corte.

Foi muito grato ao Governo Imperial ver o modo por que mereceu V. Exa. ser recebido por Sua Santidade, de cuja benévolas disposições tem ele dito tantas e tão repetidas provas.

Veio aumentar ainda esta sua satisfação o procedimento atencioso e delicado com que foi a V. Exa. conferida a Grão-Cruz de Gregório Magno confirmando assim Sua Santidade por uma graça tão especial a confiança que em V. Exa. depositou Sua Majestade o Imperador designando-o pela sua ilustração e zelo para representá-lo junto da Santa Sé.

Com um despacho desta data remete-se à Legação imperial em Roma a Pastoral que o Conde de Santa Cruz arcebispo da Bahia fez publicar em 16 do mês próximo passado, manifestando sentimentos piedosos de que se acham possuídos o Governo, clero e povo brasileiro para com Sua Santidade, pelas atribulações e angústias que tem sofrido nestes últimos tempos o chefe da Igreja Católica por motivo da questão italiana.

Persuado-me que o Governo pontifício reconhecerá, por essa manifestação, que tais acontecimentos não são vistos com indiferença no Brasil.

Reitero a V. Exa. as seguranças de minha perfeita estima e distinta consideração.

JOÃO LINS CANSANÇÃO DE SINIMBU.

A S. Exa.

O Sr. Francisco Inácio de Carvalho Moreira.

II

NEUTRALIDADE DA FRANÇA NA GUERRA DO PARAGUAI

Correspondência inédita e reservada do
Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil
com o enviado especial junto a Napoleão III.

Seção Central
N. °
Reservado

Ministério dos Negócios Estrangeiros
Rio de Janeiro 7 de abril de 1865.

Ilmo. Exmo. Sr.

No antigo servidor de Estado, que atualmente o representa na França, reconhece o Governo Imperial zelo, inteligência e longa experiência dos negócios públicos; mas tenho pesar de reconhecer ao mesmo tempo que não goza ele de saúde tão vigorosa como que na quadra difícil que atravessamos, exige o bem dos grandes interesses que têm de ser promovidos nesse país.

O governo de S. Majestade estimaria que lhe fosse lícito não desviar da direção do Sr. Conselheiro José Marques Lisboa a parte dos negócios que, correndo pela sua missão, requerem maior atividade; mas conservar-lhe seria prejudicar o restabelecimento da sua saúde e entravar a marcha do serviço publico.

Resulta daí a necessidade de extremar esses negócios, e de confiá-los a um agente que, sendo igualmente zeloso, possa prestar-lhes a mais completa e constante atenção.

Esse agente está designado na pessoa de V. Exa.

Essa escolha manifesta a confiança que em V. Exa. deposita o governo de S. Majestade, e dispensa toda e qualquer recomendação dirigida a obter o melhor cuidado dos graves interesses que passam a sua guarda. Os serviços por V. Exa. prestados ao país garantem a continuação do seu ilustrado zelo.

V. Exa. sabe que o Brasil se acha empenhado em uma luta, que, tendo começado no Estado oriental do Uruguai, deve ter o seu termo na República do Paraguai. Mas V. Exa., que não ignora as dificuldades oferecidas pela posição topográfica desta República, reconhecerá que os sucessos alcançados na outra, diminuindo os embaraços que temos de vencer, não os removem a ponto de nos tornar fácil a empresa que nos resta. Ela é antes extremamente difícil.

Para conseguir a sua feliz conclusão necessitamos dos recursos que só a indústria européia nos oferece, e de facilidades, que nos pode conceder o Governo francês.

Nestas poucas palavras está resumido o objeto da missão que a V. Exa. confia S. Majestade O Imperador dos franceses pela credencial que acompanha o presente despacho.

É evidente que a denominação de especial, que se dá à sua Missão, não lhe limita a duração: esta só poderá ser limitada pelo termo das emergências da guerra que vamos fazer ao Paraguai. À habilidade de V. Exa. cabe o cuidado de evitar o encerramento inoportuno das relações em que vão entrar com o Governo francês.

As facilidades que esse Governo nos pode conceder dependem do caráter da sua neutralidade; referem-se não somente aos navios encouraçados que fazemos construir em seus estaleiros, mas também ao trânsito de quaisquer artigos bélicos que precisemos extrair das fábricas de outros estados do continente europeu; e requerem a conservação de uma cordialidade que, infelizmente, parece diminuída por efeito de questões de interesse comum em cuja discussão não tem sido bem apreciada a justiça do nosso procedimento.

Por falta de tempo me vejo agora na impossibilidade de enviar a V. Exa. cópias dos documentos que devem instruí-lo a respeito da neutralidade do Governo francês e das questões a que aludo. A sua missão é resolvida quase neste momento. Mas a Legação imperial pode fornecer a V. Exa. esses documentos. Requisite-os. O Sr. Conselheiro Marques Lisboa, cujo zelo e patriotismo lhe são conhecidos, lhos prestará sem demora, bem como quaisquer informações que não tenham aquela origem e lhe sejam úteis.

Por esse modo conhecerá V. Ex. que da maneira como aqui tem sido executada a convenção consular vem a maior força do descontentamento do Governo francês. Para ele contribuem talvez sucessos de interesse doméstico em que nos é vedada toda espécie de explicação e circunstâncias ligadas à Audiência de apresentação do ministro mexicano.

Convém remover este descontentamento e granjear as simpatias do Governo, ou pelo menos evitar que a sua frieza o torne praticamente adverso.

Para conseguir esse objeto está o Governo Imperial certo de que V. Exa. empregará todos os seus esforços de modo que possa o resultado deles aproveitar-nos em tempo breve.

A resolução dos incidentes que aí podem nascer da guerra com o Paraguai, e as questões provenientes da convenção consular são os objetos que caracterizam a missão de V. Exa. Dela porém espera o Governo Imperial outras vantagens que depois mencionarei. O nosso pensamento, no que respeita ao segundo objeto está exarado nos espaços dirigidos ao Sr. Conselheiro Marques Lisboa e nos documentos a eles anexo. — Pelo próximo paquete lhe farei ampla exposição. Entretanto daqueles documentos colherá V. Ex. a doutrina do Governo Imperial e a explicará, se isto for urgente e não lhe permitir que aguarde a comunicação que prometo.

Quanto ao ministro do México parece que duas circunstâncias atraem a atenção do Governo francês, o espaço que mediu entre o pedido de audiência e o dia para ela fixado, e o teor da resposta dada por S. Majestade o Imperador ao discurso pronunciado pelo mesmo ministro.

Aquele espaço de tempo (*cerca de 30 dias*) não me parece excessivo, e, tal que é, foi determinado não por desejo de manifestar desagrado pela fundação da Monarquia mexicana, mas por causas inocentes e circunstâncias locais que freqüentes vezes retardam em todos os países a recepção dos agentes diplomáticos. E a resposta de Sua Majestade

explica-se naturalmente pela exigência da política do Brasil em relação às repúblicas sul-americanas; política que, nas circunstâncias extraordinárias em que nos achamos, aconselha que evitemos tudo quanto possa ser alegado como justificação da infundada acusação que nos fazem de querermos influir, de combinações com potências européias para a introdução do sistema monárquico no continente americano.

V. Exa. fará desta explicação o uso que lhe parecer conveniente se dela se apresentar necessidade.

A neutralidade do Governo francês é para nós matéria de muita importância. Ele entende pô-la em prática negando a ambos os beligerantes os recursos que a França lhes poderia fornecer. Convir-nos-ia que a entendesse de diverso modo, isto é, concedendo a um o que concedesse ao outro. Com a força naval de que dispomos sem grande dificuldade impediríamos que o Paraguai chegasse a utilizar-se de tais recursos e assim nos aproveitaria em alguma coisa a neutralidade da França.

O modo como a desejarmos, pois que não podemos esperar que o Governo francês nos seja parcial, não é contrário ao direito internacional e é justificado por alguns precedentes. Assim, se não estou sendo mal informado, foi a neutralidade praticada pela Bélgica durante a guerra da Criméia. Das suas fábricas saíram artigos bélicos para todos os beligerantes, e a igualdade do procedimento foi garantida por informação oficial que dava a cada um dos beligerantes conhecimento regular do fornecimento feito aos outros.

É provável que o Governo francês não se ache disposto a proceder desse modo, e que já tenha adotado publicamente o contrário e lhe seja vedado mudar de resolução. Mas ainda assim tem a questão da neutralidade de ser discutida por V. Exa. Ele proibiu a saída de um navio encouraçado que fizemos construir cerca de Toulon. Entretanto este navio foi encomendado e contratado muito antes de começarem as nossas operações no Prata, e contratados por fabricantes oficialmente recomendados pela Legação da França nesta Corte, e por um almirante que comandou a sua estação naval naquele, e neste país.

Trate V. Exa. deste assunto; procure obter que a neutralidade Francesa nos seja o menos desvantajosa que for possível e, se o navio a que me refiro ainda se achar detido, promova a sua partida fazendo valer para esse fim a anterioridade do contrato, o favor obtido para os seus fabricantes por meio de recomendações oficiais, o procedimento agressivo e injustificável do Paraguai a quaisquer outras circunstâncias úteis que além destas possam existir.

Eu disse que o Governo Imperial espera da Missão confiada a V. Exa. algumas outras vantagens. Destas tratarei agora. Consistem elas na pronta e segura execução de ordens que V. Exa. há de receber de outros ministérios, e cujo resultado promoverá pelos meios ao seu alcance, buscando remover todas as dificuldades que sobrevenham.

Não tendo o Paraguai aderido aos princípios de direito marítimo adotados no Congresso de Paris, e podendo expedir cartas de corso, convém que V. Exa. informe ao Governo de Sua Majestade do que a este respeito ocorrer e chegar ao seu conhecimento.

Recomendo-lhe também que, com o seu costumado zelo, promova pela imprensa os interesses da nossa causa.

Ao Sr. Conselheiro Marques Lisboa anuncio a missão que a V. Exa. está confiada, e envio a cópia das presentes instruções.

Tenho a honra de reiterar a V. Exa. protestos da minha perfeita estima e distinta consideração.

JOSÉ PEDRO DIAS VIEIRA.

A V. Exa. Sr. Barão do Penedo.

*

4.^a Seção Central
N.º 7
Reservado

Ministério dos Negócios Estrangeiros
Rio de Janeiro, 4 de julho de 1865.

Ilmo. Exmo. Sr.

Inclusos apresento a V. Exa. um extrato de carta e uma cópia de officio dirigidos a 7 de maio do corrente ano ao presidente e ao ministro das Relações Exteriores do Paraguai pelo respectivo encarregado de negócios em Paris.

Essas comunicações, interceptadas com algumas outras pelo Governo argentino, referem-se à negociação do empréstimo, que o Congresso paraguaio autorizou o Presidente López a contrair na Europa.

Como V. Exa. verá, o Sr. Barreiro, a quem o presidente deu os seus poderes, não tem esperança de conseguir dinheiro na praça de Londres; mas não abandona a de ser bem sucedido em Paris.

Não creio que haja capitalista que, nas circunstâncias atuais, empreste um real ao Paraguai. Penso, porém, apesar disso, que devemos empregar todos os meios de que pudermos lançar mão, a fim de impedir a negociação de qualquer empréstimo, por menor que seja. O Governo imperial confia que V. Exa., compreendendo a necessidade de contribuírem todos os brasileiros para o nosso triunfo na guerra em que tão justamente nos achamos empenhados, fará todos os esforços para estorvar a negociação de que o Sr. Barreiro está incumbido. À habilidade de V. Exa. cabe a escolha do modo como convirá proceder.

Nesta data e em iguais termos officio aos Srs. Marques Lisboa e Aguiar de Andrada.

Tenho a honra de reiterar a V. Exa. as seguranças de minha perfeita estima e distinta consideração.

JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA.

A S. Exa. o Sr. Barão de Penedo.

*

Cópia anexa ao Despacho Reservado dirigido a Missão Especial em Paris em 4 de julho de 1865.

Legación del Paraguay en Francia. Paris, Mayo 7 de 1865. – Señor Ministro.

He tenido la honra de recibir la comunicación de V. E. de fecha 15 de Marzo último con los anexos de su referencia, a saber, copia de la Ley sancionada por el Congreso Nacional, en 7 del propio Marzo, autorizando al Exmo. Gobierno de la República para levantar un empréstito de 25 millones de pesos fuertes y el poder que S. E. el Señor Presidente se ha servido expedir a mi favor para contratar dicho empréstito hasta el maximum, por a hora, de cuatro millones de pesos, garantiendo la amortización del capital levantado y el pago de los intereses con las rentas de la yerba mate y el canon de las tierras públicas.

En contestación debo decir a V. E. que desde el dia 5 del corriente, que recibí la comunicación de V. E. he dado algunos pasos confidenciales como preliminar de la negociación formal que, en conformidad con las instrucciones de V. E. cuento abrir sobre la materia en el curso de la semana entrante, teniendo la mas fundada esperanza en el buen éxito de la negociación.

Asegurando a V. E. que procederé en este delicado asunto de manera a merecer la aprobación del Exmo. Gobierno de la República, tengo la honra de reiterar a V. E. la seguridad de mi alta y distinguida consideración. – A. S. E. el Señor D. Mariano González. – Cândido Barreiro.

Conforme

JOAQUIM TOMÁS DE AMARAL.
(autógrafo de Cabo Frio)

*

Extrato de carta anexo ao despacho reservado n.º 11 de 4 de julho de 1865 dirigido ao Exmo. Barão do Penedo.

Paris, Marzo 7 de 1865. – Exmo. Señor Mariscal Presidente de la República de Paraguay ciudadano Francisco S. López.

He tenido la honra de recibir la muy estimable carta de V. E. fecha 15 de mayo y me he impuesto de su importante contenido con el mas vivo interis.

El mercado monetario ha mejorado cuanto podía. Lo único que ya dificultar mucho la realización del empréstito, que V. E. se sirve encargarme, es el anuncio del bloqueo del río Paraguay por la escuadra brasilera. Espero, no obstante, que de algún modo *he de conseguir* los fondos que necessita esta Legación para el llene de las ordens de V. E. la casa, con quien tengo mas probabilidad de hacer algo es la de Pereire, por contar ali, con la influencia que podrá ejercer el Caballero de Rusia sobre cuatro miembros del consejo de administración de la propia casa.

El mercado de Londres que hubiera sido preferido está cerrado para nos otros por las circunstancias en que se encuentra la República, y creerse aun en Europa por muchos, que solo necesita servirse el Brasil para aplastarnos.

El Señor D. Antonio Flores Ministro del Ecuador y amigo mío, se encargó de, conocerme reservadamente la disposición de la Casa Murrieta, de Londres, que ha efectuado empréstitos para su país y otros estados, y le contesta el principal lo siguiente:— “No es posible que queda ser prudente hoy sacar al mercado uno empréstito para el Paraguay, por hacerse en guerra con el Brasil, e que según la opinión de este país llegará muy pronto a ser vencido.”

Mr. Blythe me ha escrito con fecha 4 y 5 del corriente, ofreciéndome su concurso y de sus relaciones para la realización del empréstito, y al contestarle sus cartas le pede me dijera lo que se puede hacer en Londres, en la inteligencia de que la suma, que necesitaría por lo pronto no seria a mayor de L 500.000, e que pudiendo conseguirlo se garantizaría el pago de los intereses e la amortización del capital con las rentas de la yerba y el cañon de las terras públicas. Pero que tan luego que me vio dispuesto a dar nuestra correspondencia sobre la materia una forma práctica, me dice con fecha de aher:— “*Entre nous* I feit bonna to express to you my opinión that unless you have securities in some forms to offer you Hill not secure terms which will be agreeable to your Government and to yourself”.

El hecho de subrayar “to you” quiere decir parami que escribirá otracosa a V. E..

Por los dos extractos que preceden verá V. E., hasta cierto punto que no si fundamento considero cerrado para nos otros el mercado de Londres en estes momentos.

La autorización viene en debida forma.

Conforme.

JOAQUIM TOMÁS DO AMARAL.

(autógrafo de Cabo Frio)

*

(Respondida a 8 de agosto de 1855)

Seção Central

N.º8

Reservado.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Rio de Janeiro 8 de julho de 1865

Ilmo e Exmo. Sr.

O officio reservado que a V. Exa. dirigiu-me sob o n.º 4 e a data de 8 do mês findo, contém a declaração verbal que lhe fizera Mr. Drouyn de Lhuys de achar-se levantado o embargo da corveta *Brasil*, no que concordara o seu colega da Marinha; e acompa-

nha a cópia do Memorando, que sobre semelhante assunto passou V. Exa. ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

E por comunicação da Legação imperial em Lisboa de 11 do mês passado teve o Governo de S. M notícia de haver a mesma corveta partido de Toulon.

Apreciando devidamente a participação de V. Exa., cabe-me em resposta dizer-lhe que o Governo Imperial aprova em geral os termos hábeis e convenientes com que V. Exa. redigiu o mencionado memorando; tendo apenas de chamar a atenção de V. Exa. para um ponto do mesmo documento, que me parece deve ser com tempo elucidado a fim de evitar dúvidas no futuro.

Diz V. Exa. no período que precede ao antepenúltimo do Memorando que – “a ausência da Corveta” *Brasil*, quando mesmo possuisse este navio as qualidades de construção necessárias para penetrar nas águas do rio *Paraguai*, não pode ter influência alguma sobre o resultado certo da guerra etc.”.

A asserção sublinhada impossibilita-nos de aproveitar a corveta nas águas do rio *Paraguai* no serviço da guerra atual, pois declara que não tem a mesma corveta as qualidades de construção necessária para penetrar naquele rio. Pelo menos, parece que seria pouco leal empregá-la nesse serviço depois de uma tal declaração dado mesmo que fosse o levantamento do embargo concedido sem restrição alguma.

Entretanto é certo que nas águas que tem navegado o *Amazonas*, sem dúvida de maior calado que a corveta *Brasil*, poderá esta igualmente navegar; e para sentir que nos achássemos inibidos de fazê-lo pela referida circunstância.

Limito-me por agora a propor assim a questão a V. Exa.; aguardando, para ulterior deliberação, ter conhecimento da resposta ao Memorando, e dos termos em que foi feito o levantamento.

Renovo a V. Exa. as seguranças de minha perfeita estima e distinta consideração.

JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA.

A S. Exa. o Sr. Barão do Penedo.

III

SEGUNDA MISSÃO A ROMA

- 1 – Nota memorando do Barão do Penedo ao Cardeal Antonelli sobre a questão dos bispos de Olinda e do Pará.
- 2 – Carta ao Cardeal Antonelli ao bispo de Olinda, mandada transmitir por cópia ao bispo do Pará.
- 3 – Tradução portuguesa do bispo do Pará do mesmo documento, escrito em latim.

CONFLITO SUSCITADO PELOS BISPOS DE
PERNAMBUCO E DO PARÁ

Missão especial do Barão do Penedo junto à Santa Sé

N. 90

Nota do Ministro do Brasil em missão especial ao Cardeal Antonelli

(TRADUÇÃO) – Missão especial do Brasil junto à Santa Sé. –

Roma, 29 de outubro de 1873.

O abaixo assinado, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de sua Majestade o Imperador do Brasil em missão especial junto à Santa Sé, tem a honra de apresentar a Sua Eminência Reverendíssima o Sr. Cardeal Antonelli, secretário d'Estado de Sua Santidade, o *Memorando* junto, que lhe prometeu na última conferência.

O abaixo assinado pede a Sua Eminência Reverendíssima queira submeter esse documento ao alto conhecimento do Santíssimo Padre, dispondo o seu coração paternal em favor de uma decisão, qual é para desejar, nesta questão tão grave e inquietadora.

O abaixo assinado aproveita esse ensejo para reiterar a Sua Eminência Reverendíssima a segurança da mais alta consideração.

A Sua Eminência Reverendíssima o Sr. Cardeal Antonelli.

BARÃO DO PENEDO.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A NOTA ACIMA

MEMORANDO

I

Os sucessos extraordinários recentemente ocorridos no Brasil, em consequência do grave conflito provocado pelo Revd.^o bispo de Olinda, é seguido por alguns prelados de outras dioceses, deviam necessariamente chamar a séria atenção, e a legítima interferência do Governo Imperial.

Esses deploráveis acontecimentos têm tido uma maior publicidade em todo o país, e estão decerto no domínio da Santa Sé; pelo que não é lícito duvidar que tenham afligido o chefe supremo da Igreja universal.

Teve origem este conflito na sentença do Revd.^o bispo de Olinda, que julgou interdita uma irmandade da cidade do Recife por se não haver prestado a expelir do seu seio um dos irmãos notoriamente conhecido por maçom, no dizer do Revd.^o bispo, e qualquer outro maçom que a ela pertencesse (28 de dezembro de 1872).

A “mesa regedora” da irmandade viu-se na impossibilidade de cumprir o mandamento episcopal em face do compromisso. Insistiu o Revd.^o bispo (9 de janeiro) na sua resolução; e antes que a irmandade pudesse responder à cominação que lhe era intimada, impôs a toda a corporação a pena de interdito (16 de janeiro de 1873).

Desta sentença recorreu a irmandade para a Coroa de conformidade com as leis do Império. E quando ouvido sobre o caso por ordem do presidente da Província, limitou-se o Revd.^o bispo a declarar “que semelhante recurso era condenado por várias disposições da Igreja”. Preferiu assim deixar a sua causa à revelia a dar uma prova de submissão às leis do país.

Depois de ouvir o conselho d’Estado houve por bem Sua Majestade o Imperador dar provimento ao recurso. Foi esta resolução imperial comunicada pelo ministro do Império ao Revd.^o bispo; e a resposta em 6 de julho foi a desobediência formal ao Imperador.

Negou a legitimidade do “beneplácito” e do recurso à Coroa; e reproduziu as doutrinas subversivas anteriormente proclamadas com o abuso do múnus episcopal, lançou a invectiva sobre esses direitos da soberania do Brasil; declarou-se em suma em completa opposição aos poderes do Estado!

Com efeito já numa pastoral de 2 de fevereiro havia ele combatido o “beneplácito”, dizendo “que ninguém que se prezasse de filho obediente da Igreja podia admiti-lo”. Um direito soberano, consagrado por leis imemoráveis da Monarquia portuguesa, mantido pela Constituição do Império há quase meio século, e respeitado por todos os bispos do Brasil, foi solenemente desacatado pelo Revd.^o bispo de Olinda.

II

Começando a sua obra de restauração religiosa, pela condenação da Maçonaria, invocou o Revd.^o prelado bulas que nunca haviam tido o beneplácito no Brasil.

Sem entrar no exame dessa instituição condenada pela Igreja, é forçoso dizer que no Brasil nunca se mostrou ela hostil à religião, e incursa nos motivos que determinaram a sua condenação. É este um fato que está na consciência de todos que conhecem o que é no Brasil essa associação, à qual têm pertencido varões notáveis por suas virtudes e sentimentos de piedade.

Prescindindo do abuso em postergar o beneplácito imperial, se o Revd.^o bispo se houvesse limitado a exortar os seus diocesanos que abandonassem uma sociedade que a Santa Sé tem declarado inimiga da religião, lembrando aos fiéis as penas e censuras eclesiásticas, e até mesmo cominando-as, seria isso mera questão de consciência, circunscrita no domínio da crença nas prescrições da Igreja.

Mas desde que essas penas passam a ter efeitos externos começa o conflito entre o mandamento espiritual e a lei civil. Querer dar a essas penas semelhante efeitos é no Brasil ir de encontro aos princípios fundamentais da Constituição; tais como entre outros, o direito de não ser perseguido por motivo de religião.

Aplicando, como fez o Revd.^o bispo, a pena de interdito à irmandade inteira por não haver expellido do seio os maçons, exorbitou da sua jurisdição, exigindo para uma pena meramente espiritual um efeito temporal, contrário à natureza da pena, e oposto à lei civil.

As irmandades no Brasil são da exclusiva direção e jurisdição dos bispos. São instituições regidas por compromissos aprovados pelo poder civil, e pelos ordinários na parte puramente espiritual. Em tudo mais estão sob a jurisdição do poder temporal por meio de juízes especiais, chamados “juízes de capelas” que velam na execução dos compromissos, quanto à administração dos bens, admissão e exclusão dos irmãos, etc., etc. Esta aprovação conjunta dos dois poderes dá necessariamente às irmandades uma natureza mista.

O compromisso não continha a incapacidade dos maçons para a ela pertencerem; e não podia o bispo, sem acordo do poder civil, violar o compromisso essencialmente indivisível, inovando as condições de existência da associação, além de causar a seus membros detrimento e privação temporal por efeito de pena espiritual.

Não é portanto admissível pretender-se que o Revd.^o bispo de Olinda só alterou o compromisso na parte relativa à sua jurisdição, quando em virtude do interdito privou os maçons do exercício do culto. A irmandade estava na impossibilidade legal de obedecer ao mandamento episcopal, sem ofender à sua constituição orgânica; e se porventura o fizesse, o juiz de capelas teria de desfazê-lo.

III

O excesso de jurisdição e usurpação de poder temporal legitimava pois o recurso à Coroa por parte da irmandade interdita.

Não é lícito discutir um direito constituído, inerente à soberania nacional, não menos antigo que o beneplácito, e nunca posto em dúvida pelo episcopado brasileiro. Cumpre todavia aqui lembrar que desde o decreto de 28 de março de 1857 não ficou

sendo essa prerrogativa da coroa, como na antiga legislação portuguesa, unicamente um meio especial contra os abusos da autoridade eclesiástica; mas tornou-se também uma grande garantia em favor desta contra o poder civil.

E com efeito, esse famoso decreto veio estabelecer a reciprocidade do recurso à Coroa, como remédio para os excessos da autoridade temporal contra as prerrogativas da Igreja, ou contra os direitos dos seus ministros em relação ao culto.

Outra inovação fez ainda essa lei em favor da Igreja, quando aboliu o recurso à Coroa contra os bispos nos casos de suspensão *ex informata conscientia*.

Assim longe de ser vexame à Igreja é o recurso à Coroa um novo elemento de liberdade, de paz e de harmonia, introduzido na legislação moderna do Império para a vida tranqüila dos dois poderes.

Neste particular é sem dúvida a Igreja brasileira a mais garantida pelo Estado, e a que menos deve recear de sua independência.

IV

Para justificar o procedimento pretende o Revd.^o bispo apadrinhar-se com o breve de 29 de maio do corrente ano, onde julga ver-se plenamente aprovado por Sua Santidade.

Ostentando em favor de seus atos o apoio e animação do chefe supremo da Igreja, opõe as disposições do breve às leis do Estado. Sem hesitar, e com manifesto desprezo do prévio “beneplácito”, deu-lhe para logo publicidade e execução.

Não pode crer o Governo Imperial que semelhantes atos sejam aprovados pela Santa Sé; pois está convencido que ela não pode querer agredir às leis do Império, criando e autorizando conflitos e perturbações, cujo alcance não é dado prever nem mensurar.

Pelo contrário, essas veneráveis letras, tão sinistramente invocadas, vieram ainda mais confirmar, se é possível, essa convicção do Governo Imperial, e tornar patente que a Santa Sé foi estranha a todos os atos do Revd.^o bispo, somente imputáveis ao zelo exagerado.

Se em vez de ter pedido ao chefe da Igreja um conselho *post factum* não o tivesse antecipado, deixando-se arrastar a uma luta inopinada, não teria o Revd.^o bispo lançado de chofre essas excomunhões em massa, rejeitadas pela Santa Sé nesse mesmo breve.

O que nele recomendava o Santo Padre era a moderação e a clemência na aplicação das censuras, mandando suspendê-las por espaço de um ano, a fim de “evitar a ruína de tantas almas e poupar ao prelado a necessidade de usar do rigor”. Este paternal preceito desaprova claramente um procedimento tão severo, como precipitado.

Outro tanto se deve dizer quanto às disposições do breve relativas às irmandades. Supor que o breve lhe considera autorização arbitrária e ilimitada para dissolver e criar irmandades, como pretende o Revd.^o bispo, seria o mesmo que excluir o poder temporal, de cuja sanção dependem principalmente os atos constitutivos dessas associações.

Entendida ao pé da letra a determinação do breve, ele se tornaria absolutamente inexecutável; e não se pode admitir que a Santa Sé ordenasse aos bispos do Brasil aquilo que pelas leis do Estado não podiam eles fazer. No espírito de tal determinação não foi jamais, nem podia ser eliminado o acordo e a intervenção conjunta dos dois poderes.

Os abusos portanto do Revd.^o bispo não estão, no sentir do Governo Imperial, justificados pela Santa Sé.

V

Tão lamentáveis sucessos não se limitaram à diocese de Olinda.

Outros prelados tomaram igualmente o caminho da ilegalidade, desprezando o beneplácito imperial.

O Revd.^o bispo do Pará foi porém mais longe; e seguindo de perto o exemplo do Revd.^o prelado de Olinda, lançou, como ele, interditos sobre várias irmandades; e, como ele, negou o direito do recurso à Coroa.

Esta provocação simultânea da autoridade eclesiástica deixa supor uma resistência sistemática aos direitos do Estado.

Apesar dos meios que nas leis do Império tem o Governo Imperial para manter ileso esses direitos, julgou entretanto do seu dever, como governo católico, e por deferência e respeito ao chefe supremo da Igreja, mandar uma missão especial a fim de expor à Santa Sé a gravidade de uma situação que a distância tenha talvez desfigurado.

Do que fica retratado são evidentes os males que resultam deste estado de coisas. Os templos fechados, o culto suprimido, o clero aterrado com suspensões *ex informata conscientia*, e incitado por esse meio a desobedecer ao Governo. O prestígio episcopal, e ainda mais a autoridade da Igreja a sofrer lutas travadas entre os dois poderes, lutas terríveis para ambos, e que facilmente conduzem ao fanatismo e à impiedade.

O clamor de tantas violências traz agitada a consciência dos católicos, e ameaçada a paz e a ordem pública. Medidas ilegais e imprudentes já provocaram contra o prelado diocesano as manifestações deploráveis de 14 de maio na capital de Pernambuco.

Dirigindo-se a Santa Sé vem o Governo Imperial dar mais uma prova do seu apego à religião católica, da qual se julga ser neste momento o melhor advogado.

Ele nada mais deseja do que o pronto restabelecimento dessa paz e boa inteligência que tem sempre existido nas relações da autoridade civil e eclesiástica, hoje infelizmente perturbadas por um incidente funesto, que ele não provocou. Espera pois o Governo Imperial que o chefe supremo da Igreja achará na sua alta sabedoria e paternal afeição para com um Império destinado a ser o maior representante do catolicismo na América, um meio de pôr termo a semelhantes conflitos, e impedir que se reproduzam e tomem ainda maiores proporções.

Conhecido o verdadeiro espírito da Santa Sé nesta grave emergência, virão as suas palavras até hoje mal interpretadas remover o pretexto para novos ataques às leis do Estado.

Aconselhados pela Santa Sé saberão os bispos refrear esse zelo, cujos excessos imprudentes comprometem os interesses da Igreja, e podem abalar a fé.

Por seu lado não poupará esforço o Governo Imperial para evitar essas dissensões, que hoje dividem em outros países o grêmio dos fiéis, venham também surgir no meio de um povo essencialmente católico, como é o do Brasil.

Roma, 29 de outubro de 1873.

BARÃO DO PENEDO

NOTA – Reproduzido do *Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, ano de 1874, págs. 299 a 304.

A QUESTÃO RELIGIOSA

Carta do Cardeal Antonelli ao bispo de Olinda, mandada transmitir ao bispo do Pará.

Illme. ac Rme. Domine.

Quae iam ab integro fere anno a Te, Illme ac Rme Domine, *isthic gesta sunt adversus* quasdam pias sodalitates, notuerunt Santissimo Domino Nostro Pio IX, qui non potuit non commoveri quam maxime, cum resciverit rationem in eas animadvertendi a Te initam, finem non attingisse, quin imo locum praebuisse potioribus incommodis, haud leves concitasse tumultus, ipsumque Ecclesiae statum tranquillum et servatam hucusque cum civili gubernio concordiam in discrimen adduxisse. Quapropter Sanctitas Sua, audito prius concilio nonnullorum Eminentissimorum S. Congregationis Negotiis Ecclesiasticis Extraordinariis praepositae, etsi apprime commendet studium ac zelum quo adnixus videris ad propellendam e Christi ovibus exitialem massonicae sectate pestem, quae ob quorundam Praesulum incuriam, qui jam istae regioni praefuerunt, grassatur impune atque in diem magis invalescit, haud quaquam tamen, laudare potuit media a Te adhibita, ut, quod Tibi proponebas, consequeris. Quandoquidem cum videre huiusmodi sectam latissimo modo propagatam, et viribus praepollentem res etiam et personas religiosas infecisse cum magno Ecclesiae detrimento, facile animum inducere debuisses. Illme. ac Rme. Domine, tam alte defixas huius mali radices non eas profecto esse aut uno instanti extirpari, aut uno quase ictu abscindi funditus possint.

Gradatim ergo a Te procedendum erat, prudenter seligenda media, eaque non absque patienti moderamine adhibenda, ut tandem pervenires quo spectabas.

At vero si haec agendi ratio a Te servanda erat antequam Litterae Summi Pontificis sub die 29^a. Maii ad Te datae pervenirent, multo magis ob oculos a Te habenda forent, iisdem Litteris acceptis, quibus Tibi expresse insinuabatur et admonebaris, ut per integri anni unius spatium, ab omni rigoris actu supersederes. Quocirca approbatione certe dignum non est, quod Tu, posthabitis Sanctatis Suae consiliis, in coepto instituto perseverare malueris, interumque ad interdicti poenam et ecclesiasticas censuras sive in religiosa sodalitia, sive in nonnullas personas, properanter non minus quam infelici exitu recursum habueris.

Quae cum ita sint, S. S. Dominus, cui perspectum est filiale animi tui obsequium, nunc merito confidit Te docilem praebiturum paternis Eius monitis, operamque quam primum, daturum, ut ab inita severitatis ratione declinans, commendatam moderationis viam ultro amplectaris, atque ita magis pacate satagas, ut et turbatas res in primaeam concordiam reducas, et in negotio tot difficultatibus circumsepto patienti studio et perseverantiae virtute propositum finem assequaris.

Itaque piis sodalitatibus in pristinum statum mox a Te restitutis, tuaram, erit partium, Illme ac Rme. Domine, curare ut iisdem viri probitate fidei ac prudentia spectati praeficiantur, et si inter sodales aliqui existent qui manifeste et procul dubio ad sectam massonicam pertineant, ipsi prius moneantur et deinde excitentur ut a sodalitate discedant, atque in posterum in tantum cooptentur in illas quos certo constet societatibus secretis, et praesertim massonicis, a Sancta Sede pluries et solemniter reprobatis, minime adscriptos esse.

Haec sunt quae Tibi manifestare debui ut Sanctitatis Suae mandatis satisfacerem, reliquum est me perquam libenter etc.

Romae 18 decembris 1873.

J. CARD. ANTONELLI

NOTA – Extraído de *A Questão Religiosa perante a Santa Sé* pelo bispo do Pará, Maranhão, 1886, Apêndice págs. VII-X.

TRADUÇÃO DO BISPO DO PARÁ

O que tendes feito, Exmo. E Revmo. Sr., há quase um ano, contra algumas religiosas confrarias, veio à notícia do S. S. Padre Pio IX, o qual não pode deixar de se comover muito, sabendo que a maneira por que tentastes proceder contra elas, não conseguiu resultado, antes deu lugar a maiores incômodos pondo em descrime o mesmo estado tranqüilo da Igreja e a concórdia até aqui mantida com o governo civil. Por isso Sua Santidade, ouvido primeiro o conselho de alguns Eminentíssimos Cardeais da Sagrada Congregação dos Negócios Extraordinários, bem que antes de tudo louve o empenho e zelo com que mostrais esforçar-vos para expulsar dentre as ovelhas de Cristo a perniciosa peste da seita maçônica, a qual pela incúria de cúria de alguns prelados que já presidiram a essa região, grassa impunemente, e a cada dia mais se fortalece... Todavia [o Santo Padre] de modo algum pode recomendar [ou louvar], os meios por Vós empregados para atingirdes ao fim que vos propúnheis. De feito vendo Vós quanto esta seita larguissimamente propagada e poderosa, tendo infestado não só as coisas, mas as pessoas religiosas com grande detrimento da Igreja, facilmente deveríeis ver, Exm. e Rvm. Sr., que tendo este mal raízes tão fundas, não é desses que se possam ou num estante extirpar, ou arrancar-se como de um só golpe.

Portanto convinha que procedêsseis gradualmente, escolhendo com prudência os meios, empregando-os com paciência e moderação, PARA ENTÃO CHEGARDES AO QUE DESEJÁVEIS.

Ora se este modo de obrar devia por Vós ser seguido antes da recepção da Carta que vos endereçou o Sumo Pontífice em data de 29 de maio, muito mais o deveis ter diante dos olhos, depois de recebida a mesma carta, na qual expressamente se insinuava e éreis aconselhado, que por espaço de um ano sobrestivésseis em todo ato de rigor. Pelo que certamente não é digno de aprovação que Vós, deixados de parte os conselhos de Sua Santidade, antes quisésseis continuar no começado propósito, recorrêsseis de novo precipitadamente e com infeliz êxito, à pena de interdito, e as censuras religiosas, já contra algumas pessoas. O que sendo assim o Santíssimo Padre, que conhece bem a vossa obsequiosa e filial dedicação, com toda razão agora confia que Vós, dócil às suas paternais admoestações, haveis logo aplicar-vos com o maior cuidado, declinando do modo severo com que começastes, a abraçar o recomendado caminho da moderação, e assim mais pacatamente trabalheis, para trazerdes de novo as coisas perturbadas à antiga concórdia, e em negócio tão cheio de dificuldades consigais o desejado fim com paciente empenho e virtude de perseverança. Portanto, restituídas logo por Vós as confrarias no seu antigo estado, pertence-vos, Exm. e Rvm. Sr., cuidar que homens de fé verdadeira e notáveis por sua prudência as presidam; e se entre os irmãos alguns existem que manifestamente e sem dúvida pertençam à seita maçônica, esses primeiros sejam admoestados e depois excitados para que se afastem das irmandades, e daí por diante só sejam recebidos nelas aqueles que constar como certo não serem de modo algum

alistados nas sociedades secretas, principalmente na Maçonaria, tantas vezes e tão solenemente reprovada pela Santa Sé.

Estas são as coisas que era meu dever manifestar-vos, para satisfazer aos mandados de Sua Santidade, só me resta etc. [os cumprimentos do estilo].

NOTA – Idem, págs. 154-160.

IV

CORRESPONDÊNCIA ENTRE PENEDO E MAUÁ

(Cartas inéditas)

Exmo. Sr. Visconde de Mauá.

Londres, 23 de janeiro de 1885.

Li no *Jornal Comércio* de 30 de novembro último a história da sua recente viagem a Londres. Não me causou surpresa essa publicação por ser o complemento do plano anunciado na outra feita em junho ao despedir-se V. Ex.^a do Rio de Janeiro.

Nessa exposição diz V. Ex.^a que “embora tivesse a *convicção* que nada tinha a esperar da Legação do Brasil em Londres, sendo o *Tesouro* público do Brasil seriamente interessado na questão do seu infortúnio, não hesitou em chamar a minha atenção para a sua reclamação.”

Sem dar-me a honra de dizer-me em que se funda para assim exprimir-se a meu respeito, pretendeu todavia V. Ex.^a que o ministro do Brasil influísse na Diretoria para fazê-la aceitar uma *proposta de acomodação*, aliciando-me com a promessa de *levantar bem alto no Brasil a importância desse bom serviço* ao país.

Esqueceu-se porém V. Ex.^a que tão absurda tentativa de sua parte desmentia por si mesma a sua alegada *convicção*?

A fantasia o levou ainda a supor, como diz, que o meu voto sobre a sua questão se achava de *antemão* assegurado à Diretoria.

Sabe V. Ex.^a qual foi o meu voto nessa reunião privada dos Diretores? Foi-lhe porventura comunicada a respectiva ata? Como se abalançou a tão temerária suposição? Sr. Visconde, nessa sua história abundam insinuações cavilosas contra mim, que não condizem com os sentimentos ainda da “mais fria cortesia”, e muito menos com os que eu julgava me serem devidos da sua parte.

Mas, como a sua memória tem a infidelidade própria da ingratidão, e receio possa ter hoje como espúria a expansão do seu reconhecimento manifestado na carta que me escreveu em 1858, incluso lhe ofereço o *fac simile* para sua meditação.

Essa carta há de agora lembrar-lhe que tomando eu oficialmente a responsabilidade para com os Agentes Financeiros do Brasil de não protestarem uma letra de 50,000, sacada por V. Ex.^a a favor do Tesouro, e desonrada por falta de pagamento, impedi por esse modo a bancarrota da sua firma em Londres. Sem dúvida por ser já de antiga data esse acontecimento, estará V. Ex.^a olvidado que também nessa ocasião se tratava de interesse do Tesouro. Ainda hoje me não arrependo de havê-lo feito, apesar de que o ter eu evitado então a sua catástrofe acarretou depois outra muito maior, e mais desastrosa à Fazenda Pública Nacional.

Eis o que se me oferece a dizer-lhe sobre a sua exposição.

Sou de V. Ex.^a

S.^{dor} e criado

PENEDO.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dor. Manuel Inácio de Carv. Moreira.

Exmo. Sr.

Um dever sagrado leva-me a presença de V. Ex.^a pela correspondência deste paquete, bem como pelo que já me havia dito o meu sócio e Amigo MacGregor, estou ciente da proteção, valiosíssima, e eficaz, com que V. Ex.^a impediu a catástrofe de que pudera ser vítima minha firma em Londres, se não se dignasse V. Ex.^a intervir que os Srs. Rothschild retivessem por alguns dias novo saque 50,000 £ esta grande fineza da parte de V. Ex.^a a simpatia mais pronunciada, de ora em diante, o dever *da gratidão* esse sentimento nobre que especialmente distingue o homem da criação bruta, me conservará ligado a V. Ex.^a até o último momento da minha existência: meu préstimo, presente e futuro, está todo – ilimitadamente – à disposição de V. Ex.^a e acredite que terá, como têm muitos outros amigos mais velhos, e mais valiosos, porém que nenhum terá mais prazer em servir V. Ex.^a seja qual for o objeto em que entenda dever empregar-me em qualquer tempo ou ocasião...

Disponha V. Ex.^a *em tudo e para tudo* de quem é com a mais afetuosa estima e alta consideração.

De V. Ex.^a

am.^o mt.^o att.^o e obgm.^o Cd.^o

BARÃO DE MAUÁ.

*

Grisham House E. C. em 5 de fevereiro 1858.

Exelmo. Sr.

Estimo muito participar a V. Ex.^a que agora mesmo entreguei nas mãos dos Srs. Rothschild & Sons um Cheque p.^a 50,000. Est.^{as}, importe do Aceite de nossos amigos Mauá MacGregor & C.^a que venceu em data de 18 do mês prox.^o passado.

Agradecendo a V.Ex.^a a benévola contemplação que teve com nós e toda a sua condescendência para mim pessoalmente.

Sou com muita consideração.

de V. Ex.^a

Criado obrgd^o e agradecido

M. G. COLLINGS

A Sua Excia.
 F. I. de Carvalho Moreira
 Min. Plenipotenciário por que na Legação Brasileira Cavendish Square.

*

Montevideú 2 de abril de 1885

Exmo. Sr. Barão do Penedo.

O favor de V. Ex.^a de 23 de janeiro me veio à mão há pouco tempo – sendo acompanhado do fac-símile de uma carta minha *sem data*, que deve ter sido escrita pelo fim de 1857, pois encontrei entre os meus papéis *velhos* o fac-símile de um bilhete que lhe escreveu o Sr. Collings relativamente ao sucesso a que V. Ex.^a se refere, para que sobre ele basear-se no qualificativo *d'íngrato* que pretende assacar-me.

O negro ferrete de íngrato não me pode ser *com justiça* aplicado, posto que tenha encontrado durante a minha longa vida um milhar, ou a menos muitas *centenas d'íngratos*.

Devo confessar, que não guardava a menor recordação de ter escrito essa carta. – Ela contém com efeito, a expansão de uma alma *agradecida*, exagerado mesmo como é meu costume, o serviço de que fui *participante*, pois não tinha eu a honra de ser *nem conhecido* de V. Ex.^a nessa ocasião, ao passo que pelo próprio bilhete de *Collings* se vê que relações pessoais existiam entre V. Ex.^a e ele, bem como com *meu sócio* o finado MacGregor. – O serviço prestado por V. Ex.^a foi pois a *uma firma* de que *meu nome* fazia *parte*, porém não me esquivo e nem me arrependo de reconhecer a *parte que me toca*, devendo porém observar-lhe que *para mim* teria sido uma *fortuna*, que não tivesse surtido efeito a intervenção de V. Ex.^a, pois *falência, nessa ocasião*, era *impossível*, sendo a letra aqui a letra paga na sua apresentação, pois não estava eu ainda relacionado com os *bandidos* da Estrada de ferro de São Paulo; o *capital da casa se achava intacto*, e a prova prática da confiança do Governo Imperial na *firma* a teve V. Ex.^a em ter sido remetida *uma letra* de duzentos mil L. *aos agentes financeiros do Brasil*, na volta do vapor depois de ter sido por V. Ex.^a *informado* do fato de ter ficado *em suspenso* o pagamento referido por alguns dias. – Não me arrependo porém de me ter expressado na ocasião com a efusão dos sentimentos que a carta denuncia, porque a *gratidão* não deprime, exalta o caráter de quem a manifesta. – Esquivam-se a esta confissão ao menos diretamente, os *íngratos*; e por estar com a mão na massa lembrarei V. Ex.^a que *antes* ou pouco depois dessa intervenção de V. Ex.^a, foi V. Ex.^a atacado violentamente na Câmara dos Srs. Deputados pelo finado Sérgio de Macedo e achando-me eu no recinto da Câmara por fazer parte dela, tomei logo a palavra e o defendi com calor, e a satisfação de toda Câmara, ficando V. Ex.^a *aliviado* perante o Governo e o país da suspeita de ser um mau funcionário público. V. Ex.^a em *conversa* com o Sr. *de Castro*, que me representava na Inglaterra, deu expansão ao sentimento de gratidão de que ficou possuído, guardando-se porém bem de escrever-me uma palavra a respeito o que não estranhei por ser *nenhumas* as nossas relações pesso-

aís, sendo porém a *diversidade* de nossas respectivas condutas salientes, pois eu de uma maneira franca leal e *direta*, lhe fiz sentir o que pensava, ao passo que, se não corressem impressos os discursos do Sr. Sérgio, e o meu, bem como não existisse a carta do Sr. Castro a mim, nessa ocasião, deixaria de existir recordação alguma do serviço que lhe prestei. – Vou porém recordar a V. Ex.^a que daquela época para cá (vão contados 27 anos) ocorreram fatos e circunstâncias, que desvirtuaram o serviço que me prestou, e por tal forma, que eu tinha *direito* de reconhecer em V. Ex.^a um inimigo *cruel*, e portanto fora do caso de poder ser por V. Ex.^a qualificado de *ingrato*, mesmo quando tivesse alguma *represália* o que não provam as *palavras de V. Ex.^a* que eu citei na publicação que fiz, e antes é V. Ex.^a quem me molesta qualificando de *cavilosas* as minhas expressões, e indo ao ponto de duvidar da *minha boa fé* e convicção na *expressão* do direito que me assiste referindo-me aos homens de má fé com quem a *desgraça* me pôs em contato, que foi a verdadeira *causa da minha ruína, pelo enorme capital de que fui por eles roubado*. – Vou porém às exposições dos fatos que me afastaram de V. Ex.^a e *deram causa* a que nas minhas repetidas viagens a Inglaterra, a tratar de vários, e muitos importantes negócios, eu nunca me lembrasse de que do *Ministro do Brasil*, podia eu obter qualquer serviço. – Alguns anos depois de eu ter escrito a carta cujo fac-símile me mandou, tratou em Londres o meu sócio de Castro de organizar a Comp.^a para a construção da Estrada de ferro de Santos a Jundiá, e nesse empenho teve de entender-se com V. Ex.^a, exercendo V. Ex.^a uma pressão *desabrida*, para que ele entregasse 20,000£ aos *agentes financeiros do Brasil*, como condição do apoio, a pressão foi de tal ordem exercida pelo Ministro do Brasil que o Sr. de Castro em carta que possuo a qualificou de *swindle*, pois os tais agentes *nada fizeram* sendo o grande esforço para organizar a Comp.^a *meu*, por intermédio do meu *agente, e amigos*, como o prova a carta dos subscritores originários, indo a ponto de *arriscar m.^a posição, quer a financeira pela enormidade de ações que mandei subscrever, quer a moral* perante amigos que me auxiliaram de Londres, de Manchester, e de Carlisle, induzindo-os a subscreverem grande somas, ao passo que os que comeram as 20,000£ *nada fizeram!* Além disso no correr dos sucessos relativos à organização da empresa, e sua marcha em que a *dobres e enganos* e fraudes foram contra mim empregados, eu tive o infortúnio de saber que o voto de V. Ex.^a como *Diretor ex officio* me foi *constantemente infenso*. Depois disso, queria V. Ex.^a que eu conservasse os mesmos sentimentos que me animavam quando eu lhe escrevi a Carta que me recorda? Sr. Barão, ao planeta que habitamos veio um só *Cristo* e este morreu em uma cruz para regenerar o gênero humano, não conseguindo que *nem um* dos que admiram as suas incomparáveis virtudes o igualasse.

Estranha V. Ex.^a que eu soubesse o que se passou na reunião privada dos diretores da companhia quando ultimamente estive em Londres: esquece-se porém que pelo ofício que me foi dirigido pelo secretário da Diretoria a respeito, ele escreveu que a reunião teve a honra da *presença de V. Ex.^a* como eu havia pedido e a *vantagem do seu voto*, o que não podia deixar-me sobre a posição por V. Ex.^a assumida, agora *esclarecida* com a asserção de V. Ex.^a na carta a que respondo, que *minha tentativa fora absurda!* Absurdo Sr. Barão, uma pretensão que em todos os tempos e ainda nesse *último esforço* eu estive sempre *pronto* a entregá-la ao *juízo arbitral*, de homens independentes da praça

de Londres? – Se a pretensão era *absurda* por que não dar-lhe o golpe de graça, aceitando o juízo imparcial de terceiros!! Desde quando, o juízo de **uma das partes** em questão de interesse ficou sendo o *único* que deva prevalecer? Não, Sr. Barão, uma Diretoria de *ladrões* entregou em Londres, uma *carta de corso* a empreiteiros sem consciência, sem dinheiro, sem posição para vir executar uma grande obra no Brasil, os diretores por intermédio de um dos seus membros que era sabido de ter grande influência sobre mim, para suprir a esses empréstimos o que lhes faltava, e por essa forma ficar sendo **um só o roubado**, e não um grande numero de brasileiros. De Castro pagou com a vida o ter sido *enganado*, induzido a enganar-me pelos seus colegas, e outros malvados que iludiram a sua boa-fé! Decretada a morte civil contra mim desde que se tratava *de um roubo estupendo*. Deus me deu coragem para arrostar o infortúnio, e não deixar assim de mostrar quem são os ladrões. Isto ao menos eu farei – levando a convicção ao ânimo de *todos os homens honestos*.

Termina V. Ex.^a a carta a que respondo, deixando entrever que o ter evitado há 27 anos a minha catástrofe acarretou outra muito mais desastrosa à *Fazenda pública de nosso país*: permita-me V. Ex.^a que lhe diga que não há por certo um *Diretor* da Estrada de ferro de São Paulo, sendo a Diretoria a *responsável* perante Deus e os homens de um grande infortúnio, que pode atirar-me semelhante pedrada, que só podia ser tolerada se tivesse **protestado** contra o voto da quadrilha. Aprovar porém, com *seu voto*, que eu *seja cruelmente roubado*, para lançar-me em rosto o prejuízo da Fazenda nacional, é uma *dureza de alma* de que eu não o julgava capaz. Nas mãos de V. Exa. esteve, *sempre*, evitar o prejuízo do Tesouro do Brasil, não consentindo que *eu fosse roubado*. – Foi *isto* que eu quis dizer, quando exortei a V.Ex.^a a fazer com que a honestidade prevalecesse nas decisões da Diretoria da Estrada de Ferro de São Paulo, quando se tratou de um assunto *de inteira justiça* – a respeito do qual o Tesouro do Brasil era o *primeiro interessado* – pois quanto a mim, de posse de uma *quitação absoluta*, depois da sentença que declarou casual o grande infortúnio, não tinha interesse algum pecuniário na questão.

O mau infortúnio, Sr. Barão, teve origem no roubo mais escandaloso e infamemente **urdido** de que o século 19 fornece exemplo, e quando se me queira atirar pedradas por esse infortúnio estarei na brecha para levar à última evidência, quem são os culpados.

Eis o que se me oferece dizer a V. Ex.^a sobre a carta que teve a bondade de escrever-me e

Sou de V. Ex.^a
Ador. e Cdo.

VISCONDE DE MAUÁ

Respondida em 3 de maio.

Londres 30 de abril de 1865.

Ilmo. Exmo. Sr. Barão do Penedo

Exmo. Amigo e Sr.

O Sr. Ministro da Fazenda me tem escrito meia dúzia de cartas, umas sobre as outras, pedindo-me para entender-me com V. Ex.^a sobre o empréstimo projetado; já respondi a V. Ex.^a que tem com os agentes financeiros do Brasil as melhores relações, e tendo esses agentes o máximo de poder monetário nesta praça de nada posso eu servir; porém, não obstante, à vista da *insistência* de S. Ex.^a não posso deixar de manifestar a V. Ex.^a que me achará pronto para tudo aquilo em que julgar que eu posso prestar ainda o mais insignificante serviço ao nosso país: não só a respeito da operação monetária, como a respeito de qualquer *encomenda* ou *embarque* de artigos bélicos, em que seja preciso esconder serem para o Brasil ou o Governo, a fim de se não empregar o dinheiro e ficarem os artigos *detidos* como aconteceu aos encouraçados em França, por meio de agentes comerciais de *toda a confiança* que tenho em Liverpool, e em nome de minha casa em Manchester, Garruthers De Castro Co. posso esconder a mão quanto for necessário para assegurar o bom resultado de qualquer incumbência semelhante, o que aliás estou certo V. Ex.^a não precisar, por ter sem dúvidas outros elementos de conseguir o que for de mister com a maior segurança, porém, isso não me dispensa de oferecer meus serviços a V. Ex.^a porque durante a crise que atravessava o nosso país todos temos a obrigação de carregar nossa pedrinha em auxílio do Governo que está a braços com tão sérias dificuldades.

Sou com a mais distinta consideração e alta estima

De V. Ex.^a

Amigo afetuoso e atento Cdo.
BARÃO DE MAUÁ

*

Southkensington Hotel Queens Gate Terrace setembro 1884.

Ilmo. Exmo. Sr. Barão de Penedo

Fui premiado com o obsequioso favor de V. Ex.^a datado de ontem, e agradeço-lhe cordialmente tudo quanto tem a bondade de dizer-me, e sobretudo, a promessa que me faz ler com atenção a minha exposição, que contém a *verdade* nua e vezes crua dos fatos. — Se depois de V. Ex.^a ler o trabalho, e firmar seu juízo, quiser ter a condescendência de ouvir-me, será uma nova fineza que terei de dizer-lhe, pois os *fatos escritos*, são *mudos*, porém comentados por quem tem conhecimento *vivo e íntimo* dos mesmos fatos, têm outra força. — Parece-me que a V. Ex.^a está destinado um papel bonito nesta grave questão *afinal*, pois como V. Ex.^a sabe, qualquer soma que seja arrecadada da Companhia, bem

como do Governo Oriental, do Uruguai, 40% *pertencem* ao Governo Imperial que ficou sendo credor de tão forte soma, depois de pagos integralmente muito milhares de contos que se achavam garantidos por *valores reais*, quando o infortúnio me bateu.–

Se V. Ex.^a se convencer da justiça da reclamação uma proposta V. Ex.^a para uma *acomodação* não poderá deixar de ser aceita pela Diretoria, desta ficar assustada pela cifra da reclamação que com os juros de 6% ao ano até 30 de junho passado elevasse a mais de *Setessentas e mil*, excluindo da conta-corrente, todas as somas que não foram completamente *documentadas* pelas gerências das filiais de Santos & São Paulo, como *dinheiro gasto na construção da Estrada de ferro*, a fim de cortar todas as objeções dos tribunais ingleses de ter sido o dinheiro *emprestado aos Sharpes*. – Enfim depois de V. Ex.^a inteirar-se dos fatos – poderemos trocar idéias a respeito, se for do seu agrado. –

Trata-se também de prestar um bom serviço ao nosso país que receberá 40% do dinheiro que me for *restituído*. E eu terei bom cuidado de levantar *bem alto* no Brasil, a importância desse serviço; alias eu só rogo a V. Ex.^a de apreciar com justiça como estou seguro que o fará o *fundo* desta reclamação, declarada *pelo próprio* Aubertin, *moraly and fundamentally just*, apesar de ser meu inimigo figadal, como se declara em 1873, sem motivo algum que eu conheço.

Remeto também a V. Ex.^a um dos folhetos de Lafaiete, que foi o último Presidente do Conselho em nossa terra, depois de ter apreciado a reclamação *com os Autos à vista*. –

Sou com toda a consideração

De V. Ex.^a Patrício atento afetuoso e Cdo.

VISCONDE DE MAUÁ

P. S. – Se V. Ex.^a quiser marcar-me dia e hora para conversarmos estarei pronto em qualquer parte.

*

Southkensigton Hotel Queens Gate Terrace 11 setembro 1884.

Ilmo. Exmo. Sr. Barão do Penedo

V. Ex.^a só conhece a questão da estrada de ferro de S. Paulo comigo pelo que tem ouvido dos seus amigos da Diretoria, alguns dos quais, infelizmente, já não existem.

Agora que eu estou desembaraçado de tudo e de *todos*, quero dizer livre de compromissos de qualquer natureza, vim a Londres em busca de uma solução dessa gra-

* Ainda no interesse exclusivo dos credores que tão cavalheiramente me trataram.

ve questão. Revendo todos os papéis, documentos, e os meus copiadores, o que consta sobre esse assunto, escrevi a exposição de que tenho a honra de oferecer a V. Ex.^a uma cópia, para que se lhe for possível V. Ex.^a leia e fique *inteirado dos fatos* tal qual como se passaram. Agora como sempre, repeti uma proposta para que toda a questão seja entregue a um juízo arbitral e para mostrar a minha idéia fixa a esse respeito acompanhei a minha proposta da cópia de uma carta que escrevi a 8 de outubro de 1866 à Diretoria sobre o mesmo assunto. Como V. Ex.^a é Diretor *ex officio* do *Board* insisti para que fosse convidado para a reunião em que resposta tenha de me ser dada, contando com *suas idéias de justiça*, apesar de ser sabedor há longos anos de que V. Ex.^a não é meu amigo, pois isso nada tem que ver com as idéias do justo e do honesto, que Deus plantou n'alma do homem de coração bem-formado. Depois de inteirado dos fatos, pode V. Ex.^a dar um voto consciencioso.

Sou com toda consideração

De V. Ex.^a

Patrício atento Vosso Cdo.

VISCONDE DE MAUÁ

P. S. – Peço a atenção de V. Ex.^a para os documentos originais mensalmente dados em que se baseia a reclamação – os firmados por Sharpes dinheiro gasto por intermédio deles – os firmados por Dielley dinheiro gasto pelo *Engenheiro da Companhia*.

*

PLEITO MAUÁ

Correspondência do *Diário do Rio*

Londres, 18 de janeiro. – (Continuação) – Deparo nas colunas do *Times* com a notícia de uma célebre demanda brasileira, de cuja decisão final depende o continuarem, ou não, os capitalistas a empregar mais dinheiro nas empresas de caminho de ferro brasileiras.

Até que a questão se resolva, nenhuma das concessões que agora se procuram negociar, tanto aqui como em Paris, encontrarão certamente compradores.

Diz o *Times*:

“Os diretores da companhia do caminho de ferro de S. Paulo dirigiram uma circular aos Sr. acionistas dando-lhes conta da demanda intentada contra a companhia, no Brasil, pelo Visconde de Mauá. Hão de lembrar-se os leitores que o visconde obteve do tribunal de primeira instância do Brasil uma sentença contra a companhia, em maio de 1875, para o pagamento da soma de 412,430 com juros e custos.

“A companhia apelou desta sentença, e, como se sabe, depois de uma grande demora, obteve em novembro passado que ela fosse revogada, por unanimidade, pelo tribunal da relação. Pronunciando esta decisão, o tribunal não se baseou tecnicamente nas causas da demanda, mas fundou-se no terreno de que os tribunais brasileiros não tinham jurisdição sobre os negócios financeiros de uma companhia estrangeira.

“É inútil entrar nos pormenores dessa pretensão do Visconde de Mauá, sobre a qual aliás os acionistas da companhia da estrada de ferro de S. Paulo se acharam suficientemente informados; acrescentaremos apenas que o resultado deste demorado pleito não pode deixar de ser vantajoso para o Brasil, provando, como provou, que os interesses dos capitalistas ingleses são tão bem protegidos no Império como no seu próprio país.”

*

.....
Índice Onomástico
.....

A

- ABAETÉ (visconde de) – 47, 117, 121, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 147, 148, 206, 213, 214, 219, 220, 221
- ABERDEEN (lorde) – 133, 136, 138, 139, 167, 168
- ABRANTES (marquês de) – 82, 151, 152, 153, 168, 169, 172, 173, 316
- ADELAIDE (princesa) – 378
- AFONSO CELSO – 297, 341, 345, 347, 390
- AGASSIZ – 131
- AGUIAR DE ANDRADE – 409
- AGUIAR, Tobias de (brigadeiro) – 30, 31, 46
- AIKEN (governador) – 106
- ALBERTO (príncipe) – 367, 370
- ALBERTO, Caetano – Ver SOARES, Caetano Alberto
- ALBUQUERQUE, Diogo Cavalcanti de – 275
- ALCÂNTARA, Pedro de – Veja PEDRO II (dom)
- ALENCAR, José de – 37, 38, 225, 227, 238, 301
- ALEXANDRA (princesa da Dinamarca) – 280, 285, 287, 291
- Alfredo [filho de Carvalho Moreira] – 213
- ALHANDRA (barão de) – 243, 255, 257
- ALLEN, Charles H. – 359
- ALMEIDA MARTINS (padre) – 241
- ALMONTE (Mme.) – 105
- ALVIM, Cesário – 341, 348
- AMARAL, Joaquim Tomás do – Veja CABO FRIO (visconde de)
- ANDRADA, Carlota Emília de Aguiar e (baronesa do Penedo) – 28, 29, 94, 101, 122, 123, 144, 175, 183, 227, 286, 317, 331
- ANDRADA, Carlota Lucinda de – 175, 183, 213, 220, 223, 363, 374
- ANDRADAS (irmãos) – 29, 84, 107, 174, 177, 312
- ANDRADE PINTO – Ver PINTO, José Caetano de Andrade
- ANTONELLI (cardeal) – 135, 158, 159, 160, 161, 162, 239, 240, 241, 243, 249, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 301, 319, 322, 323, 351, 401, 414, 420, 421
- ANTÔNIO HENRIQUE – 138
- ÁQUILA (conde de) – 237, 260
- ARAGUAIA (visconde de) – 257
- ARANHA, Osvaldo (ministro) – 90
- ARAÚJO LIMA – 92
- ARAÚJO RIBEIRO – 373
- ARAÚJO, José Tomás Nabuco de – Ver NABUCO DE ARAÚJO
- AREIAS (conselheiro) – Ver OURÉM (visconde de)
- ARINOS (visconde de) – 377
- ARMAND (industrial) – 187
- ARTUR – ver MOREIRA, Artur de Carvalho
- ARTUR (príncipe) – 294
- AUGUSTO (imperador romano) – 336
- AUTRAN, Pedro – 23, 69
- AZEVEDO CASTRO – 389

AZEVEDO COUTINHO – 235

AZEVEDO, Artur – 335

B

BANDEIRA, Manuel – 234

BANKS (Mr.) – 106

BARBACENA (marquês de) – 147, 154, 267

BARBOSA, Januário da Cunha – 235, 326

BARBOSA, Rui – 324, 362, 391, 392, 393

BARRAL (condessa do) – 351

BARREIRO, Cândido – 186, 409, 410

BARRETO, Tobias – 142, 361, 390

BARROSO (almirante) – 186, 293

BASTOS – Ver TAVARES BASTOS

BEACONSFIELD (lorde) – Veja DISRAELI, Benjamim

BELISÁRIO – 360

BELLAMY (banqueiro) – 150

BELTRÃO, Pedro de Araújo – 393

BEMIS, Samuel Flagg (professor) – 98

BENSON (banqueiro) – 150

BENSON (Mrs.) – 106

BENSON, E. F. – 370

BENTHAN – 22

BERNARDI (cardeal) – 253

BERNHARDT, Sarah – 332

BEVILÁQUA, Clóvis – 25

BISMARCK – 45, 247, 270

BLANC, Louis – 45, 148

BLYTHE – 411

BORGES (conselheiro) – 324

BOUILLET, Louis – 301, 332

BOURBON, Maria Isabel – 84

BOYD (deputado) – 106

BRANCO, Manuel Alves – 47, 61

BRANDÃO, José Pires – 361

BRITO – 276

BRITO, Luís Fortunato de – 32, 33

BRODHEAD (senador) – 106

BROUGHAM (lorde) – 74, 75

BRUCE (Mr.) – 106

BRUMMEL – 176

BULWER, Henry (sir) – 98, 117

BYRON – 227, 354

C

CABET – 44-45

CABO FRIO (visconde de) – 69, 177, 182, 190, 267, 313, 410, 411

CÁGADO (pseudônimo do Barão de Itajubá)

CALADO (embaixador) – 307

CALÍGULA – 351

CALMON, Pedro – 285

CALVO, Carlos – 203

CÂMARA, Eusébio de Queirós Matoso – 21, 73, 76, 77, 83, 92, 99, 100, 102, 103, 123, 125, 136

CAMBRIDGE (duque de) – 294

CAMPOS MELO – 48, 52

CAMPOS, Martinho de – 355, 364

CANSANÇÃO DE SINIMBU – Ver SINIMBU (barão de)

CÂNDIDA (dona, irmã de Francisco Inácio) – 17

CÂNDIDO MENDES – 78

CANNING (lorde) – 306, 365

CANSANÇÃO (madame) – 84

CANSANÇÃO – Ver SINIMBU (barão de)

CARAVELAS (visconde de) – Ver CARNEIRO DE CAMPOS

CARDOSO JÚNIOR – 326

CARLOTA EMÍLIA – Ver ANDRADA, Carlota Emília de Aguiar e

CARLOTA JOAQUINA – 283, 285, 303

- CARLOTA LUCINDA – Ver ANDRADA, Carlota Lucinda de
CARLOTINHA – Ver ANDRADA, Carlota Lucinda de
CARNEIRO DE CAMPOS – 187, 188, 191, 192, 237, 239, 258, 342
CARRÉ (jurista) – 74
CARVALHO MOREIRA – Ver PENEDO (barão do)
CARVALHO, João Moreira de – 17, 18, 21, 283
CASA LA IGLESIA (marquês de) – 286
CASTRO ALVES – 290
CASTRO AZEVEDO – 269
CASTRO LOPES – 321
CASTRO REBELO – 337, 341, 343
CASTRO RIBEIRO – 143, 234
CAVALCANTI (ministro) – 114, 126
CAXIAS (marquês e duque de) – 217, 246, 262, 273, 276, 300, 375
CÉSAR (imperador romano) – 319
CÉSARES (os) – 350
CHAIGNEAU (almirante) – 184
CHATEAUBRIAND – 288, 315
CHAVES, Fernando – 46, 57
CHOISEL (os) – 175
CHRISTIE, William Dougal – 151, 164, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 178, 194, 378
CLARENDON (lorde) – 129, 139, 141, 195
CLARK – 164, 176, 216, 286
CLARK (correspondente do *Jornal do Comércio*) – 283, 328, 329
CLAY, J. Randolph – 113, 121, 122
CLAYTON, John M. – 98, 111, 117
CLEMENTE, José – Ver PEREIRA, José Clemente
CLINGMAN – 106
COBDEN – 148
COCHRANE (lorde) – 148, 177
COITINHO – 303
COLLINGS, M. G. – 425, 426
COMBS, Leslie – 106
CONNAUGHT (duque de) – 294, 366
CONRAD (ministro) – 94, 95, 96, 98, 109
CONSTANT, Benjamin – 22, 67
CONTE, C. – 74
COOPER, Duff – 139
CORNEILLE – 171
CORREIA LIMA – 78
CORREIA, Manuel Francisco – 227, 230, 231, 261
CORTAIS – 271, 284, 285, 287, 300
COSTA, Antônio de Macedo (dom) – 75, 159, 163, 236, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 319, 320, 322, 325, 326, 327, 333
COTEGIPE (barão de) – 21, 23, 37, 38, 39, 46, 56, 69, 71, 72, 83, 84, 85, 100, 142, 176, 206, 215, 216, 217, 219, 225, 229, 230, 231, 238, 261, 262, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 292, 293, 294, 295, 296, 308, 309, 342, 356, 361, 362, 363, 364, 372, 373, 374, 380, 389
COUTINHO, Aureliano – 133
COUTO DE MAGALHÃES – 300, 301
CRAMPTON – 106
CRAVEIRO COSTA – 80, 315
CRISTIANO IX (rei da Dinamarca) – 299
CUSHING (*Attorney general*) – 105
- D**
- D'ÉPINAY – 351
D'EU (conde) – 362, 374
DANTAS – 102, 297
DANTAS, Manuel de Sousa – 355, 356

DANTE – 58, 59
 DE BERKE – 193
 DE BODISKO (Mr.) – 105
 DE CASTRO – 426, 427, 428
 DEODORO – 392, 395
 DERBY (lorde, conde de) – 148, 172, 311, 357
 DIAS DE CARVALHO – 46, 48, 84, 92, 342
 DIELLEY – 431
 DIOGO VELHO – 295
 DISRAELI, Benjamim – 51, 356
 DOBLIN (Mr.) – 105
 DON JUAN (infante) – 148
 DOTOIEVSKI – 77
 DOUGLAS (senador) – 106
 DRUMMOND – 100
 DUPIN (jurista) – 74
 DUPONT – 148

E

EÇA DE QUEIRÓS – 305, 315, 329, 330, 331
 EDUARDO (príncipe) – 296, 312
 EDUARDO II (rei) – 290
 EDUARDO III (rei) – 371
 EDUARDO VII (rei) – 227, 285, 357, 359, 378, 380
 ELIZALDE (Sr.) – 186
 ELLIS (diplomata) – 133
 ENGELS [Friedrich] – 45
 EPINAY (dom) – 263
 EPONINA (mulher de Francisco Otaviano) – 303
 ESBORNE – 148
 ESPANHA, Carlos de (dom) – 148
 EUGÊNIA (imperatriz) – 183
 EUSÉBIO – Ver CÂMARA, Eusébio de Queirós Matoso

F

FÁBIO – 37
 FARIA, Alberto de – 336, 341, 342, 349
 FAVARD (jurista) – 74
 FERNANDES CHAVES – 92
 FERNANDES PINHEIRO – 389
 FERNANDES VIEIRA – 92
 FERRARI (monsenhor) – 159
 FERRAZ (conselheiro) – 343, 344, 345, 347
 FERREIRA PENA – 78
 FERREIRA, Silvestre Pinheiro – 375
 FEUERBACH – 35
 FIGUEIRA DE MELO – 84
 FIGUEIREDO – 276
 FIGUEIREDO, Bernardo de – 158, 161, 352, 401
 FILIPE EGALITÉ – 44
 FILLMORE (presidente) – 99, 112
 FITZPATRICK (governador) – 106
 FLAUBERT [Gustave] – 301
 FLEIUSS, Henrique – 173
 FLORES, Antônio – 411
 FONTAINE, La – 128
 FORSTER, William E. – 357, 360
 FORTUNATO (marquês) – 386
 FORTUNATO, Luís – Ver BRITO, Luís Fortunato de
 FRANCHI (monsenhor, cardeal) – 301, 352
 FRANCISCO [filho mais velho de Moreira] – 138, 175, 176, 212
 FRANCISCO II (imperador) – 286
 FRANCISCO DE MONTE CARMELO (frei) – 235
 FRANCISCO DE S. CARLOS (frei) – 235
 FRANCISCO INÁCIO – Ver PENEDO (Barão do)

FRANCISCO OTAVIANO – 271, 272, 273, 277, 292, 297, 300, 301, 302, 303, 339
FRANCO, Tito – 326
FRANKLIN DÓRIA – 317
FREDERICO (rei da Prússia) – 314
FREIRE, Gilberto – 91, 236
FRERE, Barthe – 357
FREYSHURT – 84
FURTADO, Francisco José – 23, 26, 27, 182, 218

G

GALES (príncipe de) – 280, 285, 294, 295, 296, 299, 312, 357, 358, 377
GALVÃO, Inácio da Cunha – 354
GAMA (padre) – Ver GAMA, Miguel do Sacramento Lopes
GAMA, Chichorro da – 45-46
GAMA, Miguel do Sacramento Lopes – 25, 26, 27
GANS, Cláudio – 337, 389
GASPAR – Ver MARTINS, Gaspar Silveira
GEORGE, Lloyd – 224
GERALD, Hilg – 148
GIBBON, Lardner – 112, 116, 118
GÓIS, Zacarias de – Ver VASCONCELOS, Zacarias de Góis e
GOLDSMID (barão) – 154
GONÇALVES DE MAGALHÃES – 38, 276
GONÇALVES MARTINS – 46
GONZÁLES, Mariano – 410
GOULD (Miss) – 106
GRABOW (barão) – 106
GRAÇA ARANHA – 302
GRANVILLE (lorde) – 232, 357, 359
GRAVES, D. A. (Mr.) – 119
GREENOW (Misses) – 106

GREGÓRIO VII (papa) – 264
GREGÓRIO MAGNO – 162, 239
GRIMES (misses) – 106
GUEDES, Mariquinha – 206
GUEGEN (pseudônimo) – Ver LISBOA
GUERRA JUNQUEIRO – 161
GUIZOT – 197
GUSMÃO LOBO – 326, 327, 328
GWIN (senador) – 106

H

HART (miss) – 106
HAVRE, Armand do – 187
HENRIQUE III (rei) – 371
HENRIQUE IV (rei) – 264
HERNDON, William – 112, 113, 116, 118
HERRERA – 121
HERVAL (marquês do) – 297
HILL, Lawrence – 96
HOLFSMITH, Henrique (comandante) – 184, 202, 203
HOMEM, Sales Torres – Ver TORRES HOMEM
HOMERO – 291
HORÁCIO – 297
HORÁCIOS (os) – 171
HOWDEN – 38
HULSEMAN – 105

I

INCA (pseudônimo de MAURY, Matthew Fontaine) – Ver MAURY, Matthew Fontaine
INHOMIRIM – Ver TORRES HOMEM
IRAJÁ (conde de) – 235
ISABEL (princesa) – 215, 318, 349
ITABAIANA (marquês de) – 154

ITABORAÍ (visconde de) – 217, 218
 ITAJUBÁ (barão de) – 210, 214, 229,
 238, 275, 276, 392, 393

J

JACEGUAÍ (barão de) – 306, 307
 JANSEN – 85
 JANUÁRIA (princesa) – 237
 JERNINGHAN, Stafford (Mr.) – 140,
 141
 JOÃO – Ver COTEGIPE (barão de)
 JOÃO ALFREDO – Ver OLIVEIRA,
 João Alfredo Correia de
 JOÃO DORNAS FILHO – 257, 259
 JOÃO Luís – Ver SINIMBU (barão de)
 JOÃO PEDRO – Ver VIEIRA, João Pe-
 dro Dias
 JOÃO VANDERLEI – Ver COTEGIPE
 (barão de)
 JONES (senador) – 106
 JORGE I (rei) – 299
 JORGE III (rei) – 371
 JOSÉ BENTO – 100, 102
 JOSÉ CAETANO – 318
 JOSINO (doutor) – 33

K

KIECKHOEFER (Mr.) – 106

L

LACERDA, Pedro de (dom) – 241
 LADÁRIO (barão de) – 375
 LAET, Carlos de – 327, 328
 LAFAIETE – 238
 LAMAS, Afonso – 341
 LANE (engenheiro inglês) – 137
 LANGLADE (jurista) – 74
 LAVRADIO (conde de) – 177, 178, 179,
 182, 189

LEÃO XIII (papa) – 301, 352
 LEOPOLDO (Príncipe) – 294
 LEOPOLDO I (rei) – 169
 LERMINIER (jurista) – 74
 LHUYS, Drouyn de – 129, 135, 182,
 183, 184, 198, 200, 201, 210, 411
 LIMA, O. – OLIVEIRA LIMA
 LIMPO DE ABREU – VER ABAETÉ
 (visconde de)
 LINS, João – Ver SINIMBU (barão de)
 LIRA, Heitor – 323
 LISBOA – 276
 LISBOA, João Francisco – 79
 LISBOA, José Marques (conselheiro)
 – 154, 180, 182, 406, 407, 409
 LIVINGSTON – 35
 LOPES GAMA – Ver GAMA, Miguel do
 Sacramento Lopes
 LOPES TROVÃO – 332
 LÓPEZ, Francisco Solano – 186, 187,
 409, 410
 LOUREIRO (doutor) – 130, 196, 276
 LUÍS (criado) – 284, 314
 LUÍS FILIPE (rei) – 44, 45
 LUÍS XVI (rei) – 288
 LUSTOSA, Antônio de Almeida – 320
 LYTON, Bulwer – 351

M

MACAÉ (visconde de) – 47
 MACARTNEY, D. – 305
 MACEDO COSTA – Ver COSTA, An-
 tônio de Macedo
 MACEDO, Sérgio Teixeira de – 21, 100,
 127, 129, 136, 137, 142, 154, 212,
 215, 267, 426, 427
 MACGREGOR – 425, 426
 MACGRUDER – 106
 MACHADO DE ASSIS – 220

- MACHADO, Olímpio – 37
MACIEL MONTEIRO – 84, 91
MAGALHÃES (poeta) – Ver GONÇALVES MAGALHÃES
MAGALHÃES, Basílio de – 157, 248, 322
MAGALHÃES, Fernão de – 330
MALMESBURY – 148
MANNING (cardeal) – 357
MARANGUAPE (visconde de) – 156, 160, 401, 403
MARCY (Mr.) – 116, 118, 120, 122
MARIA AMÉLIA (rainha) – 179
MARIA CRISTINA (dona) – 287
MARIA JOAQUINA (dona) – 27
MARICÁ (marquês de) – 154, 267
MARQUES DOS SANTOS – 378, 379, 380
MARQUES LISBOA – Ver LISBOA, José Marques
MARTIM FRANCISCO – 201
MARTINHO V (papa) – 253
MARTINS, Bento – 226
MARTINS, Gaspar Silveira – 308, 341
MARTINS, José Júlio Silveira – 348, 349
MARX, Karl – 45
MAUÁ (visconde e barão de) – 80, 113, 143, 146, 149, 166, 179, 188, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 349, 354, 361, 390, 424, 425, 428, 429, 430, 431, 432, 335
MAURY, Matthew Fontaine – 109, 110, 111
MAXIMILIANO (arquiduque) – 180
MEDEIROS, Fernando Sabóia de – 131
MELO FRANCO – 84
MELO FREIRE – 22
MELO, Manuel Felizardo de Sousa e – 47, 83
METTERNICH – 44, 297
MEYER (jurista) – 74
MIGUEL (dom) – 62, 286
MONROE – 95, 180
MONTE ALEGRE (marquês de) – 83, 143, 147
MONTE ALVERNE – 235
MONTEZUMA – 32, 80
MOORE (comodoro) – 106
MORAIS SARMENTO – 92
MORAIS, Eugénio Vilhena de – 235, 322
MORAIS, J. P. de Carvalho – 276
MOREIRA – Ver PENEDO (barão do)
MOREIRA (madame) – Ver ANDRADA, Carlota Emília de Aguiar e
MOREIRA DE CARVALHO – Ver CARVALHO, João Moreira de
MOREIRA, Artur de Carvalho – 176, 213, 226, 271, 298, 306, 307, 308, 355
MOREIRA, Francisco Inácio de Carvalho – Ver PENEDO (barão do)
MORTON (Dr.) – 106
MORTON (mrs.) – 106
MOTA MAIA – 395
MOUNT-TEMPLE – 357
MOURA MAGALHÃES – 23
MUSSY, Queneau de (Dr.) – 148
MUSURUS BEY – 148, 305
- N**
- NABUCO – Ver NABUCO DE ARAÚJO
NABUCO DE ARAÚJO – 23, 24, 27, 73, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 131, 142, 145, 158, 200, 201, 202, 216, 218, 219, 221, 237, 255, 256, 265, 274, 297, 298, 304, 321, 328, 329, 321

NABUCO, Carolina – 299
 NABUCO, Joaquim – 269, 273, 283,
 286, 287, 298, 300, 307, 310, 318,
 328, 331, 336, 337, 360, 361, 375,
 378
 NAPOLEÃO III – 166, 174, 175, 180,
 181, 183, 187, 189, 198, 210, 227,
 301, 338, 390
 NEMOURS (duque de) – 228
 NERO (imperador) – 351
 NORFOLK (duque de) – 357
 NUNES MACHADO – 46, 66

O

O'CONNEL – 51
 OLINDA (bispo de) – 159, 133, 134,
 235, 236, 244, 251, 254, 258, 265,
 326
 OLINDA (marquês de) – Ver NABU-
 CO DE ARAÚJO
 OLIVEIRA LIMA – 267, 273, 288, 300,
 314, 319, 323, 353, 361, 379
 OLIVEIRA, João Alfredo Correia de –
 227, 228, 355, 360, 361, 375, 381
 OLIVEIRA, Vital Maria Gonçalves de
 (dom) – 75, 85, 202, 203, 204, 236,
 237, 314
 ORBÍLIO – 322
 ORTOLAN – 184
 OSBORNE (Mr.) – 178
 OSMA (Sr.) – 121, 122, 126, 127
 OTAVIANO, Francisco – 37, 38, 45, 84,
 93, 107, 124, 125, 135, 137, 138,
 142, 147, 186, 206, 212, 214, 215,
 217, 218, 219, 221, 224, 225, 226,
 238, 246, 247, 263, 264, 289, 354,
 355, 361
 OTTONI, Benedito – 46
 OTTONI, Teófilo – 221
 OURÉM (visconde de) – 37, 38, 45, 84,

145, 150, 192, 197, 206, 225, 228,
 231, 301

OURO PRETO (visconde de) – 390

P

PAGE (Mr.) – 117
 PAIS BARRETO – 92
 PALMERSTON (lorde) – 98, 111, 134,
 137, 138, 139, 141, 151, 152, 172,
 177, 178, 179, 194, 197, 290, 306,
 378
 PARANÁ (marquês de) – 136, 143, 266
 PARANAGUÁ [família] – 351
 PARANHOS, José Maria da Silva – Ver
 RIO BRANCO (barão do)
 PATROCÍNIO, [José do] – 360
 PAULA BATISTA – 21, 23, 84, 85
 PAULA CÂNDIDO – 92
 PAULA E SOUSA – 47, 47, 48, 49, 52,
 57, 61, 67, 72, 222, 356
 PAULA FONSECA – 78
 PAULO FILHO – 361
 PEDRO I (imperador) – 146, 281, 285,
 286, 290, 291, 292, 294, 296, 313,
 299, 300, 304
 PEDRO II (dom) – 30, 32, 45, 47, 128,
 136, 142, 145, 146, 149, 160, 180,
 187, 191, 194, 219, 228, 230, 232,
 233, 237, 238, 246, 260, 317, 318,
 328, 332, 335, 341, 343, 352, 361,
 365, 372, 376, 395, 396
 PEDRO LUÍS – 208, 209, 316, 317,
 364
 PEIXOTO, Afrânio – 209
 PEIXOTO, Floriano – 313
 PENEDO (barão do) – 17, 18, 21, 22,
 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,
 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 46,
 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57,
 58, 59, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 69,

- 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78,
79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88,
89, 90, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 101,
102, 103, 105, 107, 108, 110, 114,
115, 116, 117, 118, 119, 120, 121,
122, 123, 124, 125, 126, 127, 129,
130, 131, 136, 138, 139, 141, 142,
143, 144, 145, 146, 147, 148, 149,
150, 151, 152, 153, 154, 155, 156,
157, 158, 159, 160, 161, 162, 164,
165, 167, 168, 169, 170, 171, 172,
173, 174, 175, 176, 177, 178, 179,
180, 182, 183, 184, 185, 186, 187,
188, 189, 190, 191, 192, 193, 194,
195, 196, 197, 198, 200, 201, 202,
204, 205, 206, 209, 210, 211, 212,
213, 214, 215, 216, 217, 218, 219,
220, 224, 225, 226, 227, 228, 229,
230, 231, 232, 235, 237, 238, 239,
240, 241, 242, 243, 244, 245, 246,
247, 248, 249, 250, 253, 255, 256,
257, 258, 259, 260, 261, 262, 263,
264, 265, 266, 267, 268, 269, 270,
271, 272, 273, 274, 275, 276, 277,
278, 279, 282, 283, 284, 285, 286,
288, 289, 290, 291, 292, 293, 294,
295, 296, 298, 299, 301, 302, 303,
304, 305, 306, 308, 311, 313, 316,
317, 318, 320, 322, 324, 325, 326,
327, 328, 329, 330, 331, 332, 333,
336, 337, 338, 339, 341, 342, 343,
345, 346, 348, 349, 350, 351, 353,
354, 356, 358, 359, 360, 361, 362,
365, 366, 371, 373, 374, 375, 377,
378, 379, 380, 381, 389, 390, 391,
392, 393, 395, 396, 401, 404, 405,
409, 410, 412, 414, 419, 424, 425,
426, 429, 430
- PENEDO (baronesa do) – Ver ANDRA-
DA, Carlota Emília de Aguiar e
- PENEDOS (os) – 299
- PEREIRA DA MOTA – 211
- PEREIRA DA SILVA – 137
- PEREIRA, José Clemente – 80, 81
- PEREIRA, Lafaiete Rodrigues – 297,
298, 355
- PHILIPS, Samuel V. – 154
- PICOT – 210, 329
- PIETRO (cardeal) – 253
- PIMENTA BUENO (marquês de) – 47,
143, 150
- PINHO, Vanderlei – 85
- PINTO DE CAMPOS (monsenhor)
– 248, 257, 263
- PINTO, Artur de Andrade – 285, 297,
309, 351
- PINTO, José Caetano de Andrade [ca-
sou-se com Carlotinha] – 220, 226,
331
- PIO IX – 161, 162, 233, 234, 238, 239,
240, 241, 244, 245, 247, 248, 249,
254, 258, 265, 316, 319, 323, 351,
352, 420, 422
- PONSONBY (lorde) – 185
- POPE (Mrs.) – 106
- PORTER (tenente) – 118, 119, 120
- PORTO ALEGRE (conde de) – 343
- PORTO SEGURO – Ver VARNHA-
GEN
- PRADO, Antônio (conselheiro) – 381
- PRADO, Eduardo – 39, 307, 329, 330,
331, 332, 360, 371, 372, 379, 381,
389
- PRESTON – 111
- PROUDHON – 44
- Q**
- QUEIRÓS, Eusébio de – Ver CÂMARA,
Eusébio de Queirós Matoso
- R**
- RANCÉS – 286, 308

- REBOUÇAS – 82
 REGO BARROS – 26, 120
 RIBEIRO COSTA – 233, 234
 RIBEIRO, Duarte da Ponte – 113
 RUESTRA, Norberto de la – 269
 RIO BRANCO (barão do) – 73, 140, 141, 161, 217, 219, 235, 237, 247, 258, 307, 310, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 331, 332, 333, 361, 372, 375, 376, 404
 RIO BRANCO (visconde do) – 46, 227, 228, 230, 231, 236, 248, 257, 260, 261, 263, 264, 272, 323, 328, 340, 341, 348, 349
 ROCHA, Justiniano José da – 263
 RODRIGUES (correspondente de Penedo no Rio) – 298
 RODRIGUES TORRES – 83, 247, 261
 RODRIGUES, José Carlos – 381, 389
 ROJAS PAUL [Presidente da Venezuela] – 361
 ROLLIN, Ledru – 148
 ROMAGNOSI – 35
 ROSÁRIO (funcionário do Tesouro) – 214, 220
 ROSAS [Manuel] – 83
 ROTHSCHILD, Lionel Narthan de (barão) – 135, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 155, 175, 188, 193, 205, 267, 268, 269, 270, 292, 381
 ROTHSCHILD, Alfredo de – 137, 268, 269
 ROTHSCHILD (os) – 149, 154, 187, 191, 193, 202, 228, 269, 270, 277, 278, 279, 291, 338, 342, 343, 346, 379, 425
 ROUIZ – 308
 ROXBORGO (duquesa de) – 290
 RUSSELL, John (lorde) – 98, 134, 165, 169, 170, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 182, 185, 186, 189, 194, 195
- S**
- SÁ, Franco de – 45
 SAIÃO LOBATO – 86, 92
 SALDANHA (duque de) – 284, 287, 314
 SALDANHA MARINHO – 21, 56, 57
 SALISBURY (lorde) – 290, 357, 380
 SAM-WARD (Mrs) – 106
 SAMPAIO (frei) – 235
 SAN FORTUNATO (ministro) – 148
 SANGUIGNI (monsenhor) – 258
 SANTA ANA NÉRI – 334
 SANTA CRUZ (marquês de) – 326
 SANTO TIRSO (visconde de) – 380
 SANTOS BARRETO – 58
 SÃO VICENTE (marquês de) – 321
 SARAIVA, José Antônio Ribeiro (conselheiro) – 148, 177, 186, 190, 197, 200, 201, 205, 210, 286, 352, 353, 356, 361, 409, 412
 SARTIGES (condessa de) – 105
 SAVIGNY – 22
 SCHELD, Catarina – 158
 SCHENCK (sr.) – 117
 SEATON (Miss) – 106
 SEIXAS, Romualdo de – 326
 SHAFTESBURY (conde de) – 357
 SHAKESPEARE – 75, 302
 SHARPES – 431
 SHIELDS (general) – 106
 SILVA FERRAZ – 23, 37, 46, 225
 SILVA, José Bonifácio de Andrada e – 327
 SILVA, Luís Antônio Vieira da – 327
 SILVA, Maria Joaquina de Almeida – 17
 SILVA, Rodrigo – 373
 SILVEIRA DA MOTA – 306

- SILVEIRA MARTINS, J. J. – 92, 278, 297, 305, 309, 349, 395
- SINIMBU (barão de) – 18, 21, 23, 37, 38, 80, 101, 102, 153, 154, 155, 164, 168, 172, 173, 198, 206, 215, 216, 219, 225, 267, 272, 274, 304, 305, 306, 307, 309, 315, 345, 346, 348, 356, 361, 405
- SINIMBU, João Luís Cansanção de – Ver SINIMBU (barão de)
- SMITH, Adélia – 106
- SOARES, Caetano Alberto – 32, 33, 80
- SODRÉ, Nelson Wernek – 335
- SOLANO LÓPEZ – 269
- SOUSA CORREIA – 283, 312, 325, 378
- SOUSA DANTAS – 211
- SOUSA FRANCO – 21, 23, 45, 48, 71, 82, 84, 87, 342, 347
- SOUSA LEÃO – Ver VILA BELA (marquês de)
- SOUSA PINTO – 32, 33
- SOUSA PITANGA (desembargador) – 82
- SOUSA, Irineu Evangelista de – Ver MAUÁ (visconde e barão de)
- SOUSA, Otávio Tarquínio de – 61
- SOUSA, Paulino Soares de – 46, 82, 83, 88, 93, 94, 100, 101, 124
- SOUSA, Pedro Luís Pereira de – 315
- SOVERAL (marquês de) – 227, 312
- STRATCHEY, Lytton – 138
- STRATHRAVON – 294
- T**
- TALLEYRAND – 139, 301, 319
- TAMANDARÉ – 293
- TAUNAY, Godofredo de Escragnoille – 395
- TAVARES BASTOS – 131, 206, 212, 213, 216, 302, 303
- TAYLOR (presidente) – 98
- TEIXEIRA DE FREITAS – 21, 23, 32, 33, 200, 201, 302
- TEIXEIRA, Joaquim José – 47
- TERESA CRISTINA – 290
- THIBAUDET, Albert – 332
- THORNTON, Eduardo (Mr.) – 194, 290
- TIRADO (sr.) – 121, 122, 126
- TORRES HOMEM [Francisco de Sales] – 46, 124, 231, 232, 301
- TROPLONG – 22
- TROUSDALE – 128
- U**
- URUGUAI (visconde do) – 46, 88, 89, 101, 117, 214, 229, 374, 380
- V**
- VANDERLEI, João Maurício – Ver CO-TEGIPE (barão de)
- VARNHAGEN – 276
- VASCONCELOS, Bernardo Pereira de – 61, 69, 92
- VASCONCELOS, Mário de B. – 336
- VASCONCELOS, Zacarias de Góis e – 21, 69, 84, 85, 178, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 230, 238, 268, 276, 286, 291, 292, 298
- VIANA – 225
- VIEIRA, Antônio (padre) – 79
- VIEIRA, João Pedro Dias – 179, 180, 182, 190, 196, 205, 351
- VIEIRA, José Dias – 409
- VILA BELA (marquês de) – 268, 295, 296, 297, 298, 309
- VILA FLOR (marquês de) – 284

VITAL (frei) – Ver OLINDA (bispo de)

VITOR HUGO – 362

VITÓRIA (rainha) – 132, 136, 138, 139,
141, 148, 172, 177, 194, 197, 287,
288, 290, 294, 295, 296, 281, 328,
356, 366, 367, 371, 372

W

WAGHORN, William – 176, 177, 314

WEBSTER (Mr.) – 94

WESTMINSTER – 133

WHITMAN (Mrs.) – 106

WILBERFORCE, Canon – 357

WILLIAMS, Mary W. – 293, 395

WILLIAMSON, J. D. (Mr.) – 119, 122

WISEMAN (cardeal) – 148, 162

WOODBURY (Miss) – 106

Y

YOULE (Mr.) – 283

Z

ZACARIAS – Ver VASCONCELOS,
Zacarias de Góis e

Um Diplomata na Corte de Inglaterra, de Renato Mendonça, foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em julho de 2006, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

